

SALVADOR DE SÁ
e a luta pelo Brasil e Angola
1602-1686

C. R. BOXER

brasíliana

volume 353



SALVADOR DE SÁ

CHARLES R. BOXER é hoje o maior representante da cultura inglesa interessada pelo mundo de língua portuguesa. Sucessor de Edgar Prestage na cadeira de Camões do King's College, de Londres, ninguém no mundo erudito está mais habilitado do que ele para o estudo dos países de língua portuguesa. Poliglota exímio, até mesmo conhecedor de várias línguas orientais, leu e interpretou uma soma de documentos acerca da expansão portuguesa a ponto de parecer miraculoso o seu acervo de informações.

Esta Editora já lançou em português, nesta mesma coleção, duas de suas obras principais: *A idade de ouro do Brasil* e *Os holandeses no Brasil*. A presente obra, aparecida em Londres, em edição da Universidade, em 1952, se não tem a amplitude dos temas das anteriormente mencionadas, é um modelo de construção, pelo método, pela exatidão e pela arte que lhe dá um tom de leitura palpitante. Em poucos livros encontra o leitor uma visão tão exata e, ao mesmo tempo empolgante, da vida colonial no Brasil, seus problemas, suas falhas, suas vergonhas e seus heroísmos.

Este é um livro que Robert Southey, o patriarca dos estudiosos ingleses do Brasil, assinaria de bom grado, porque

reúne o conhecimento da fonte, o domínio perfeito da bibliografia, a um bom gosto que dificilmente é encontrado nas obras carregadas de erudição. A vida do herói brasileiro (se não nasceu no Brasil, como se pensava, está ligado pelo sangue a uma das primeiras famílias cariocas) é o enredo em torno do qual se faz um amplo estudo de toda a administração do Brasil.

O livro traz uma contribuição realmente atual para o estudo de nosso país. Encara o problema das relações entre o Brasil e a África e a dependência em que viveram os domínios portugueses angolanos e americanos.

Seguindo os preceitos por ele mesmo enumerados para a boa confecção de uma obra histórica, o autor não deixa de dedicar a maior atenção à iconografia e à cartografia. As figuras não são destinadas à decoração do livro. São documentos devidamente aproveitados e enquadrados na fundamentação do trabalho.

Boxer já conta muitas outras obras de valor e de importância para os estudiosos brasileiros. Mas, entre todas, esta biografia conserva sempre um sabor especial e se destaca pela elegância de sua apresentação e pela solidez de sua fundamentação. Ela representa pois, para todos os estudiosos, um padrão de moderna historiografia.

A. J. L.

**COMPANHIA EDITORA NACIONAL
EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

FICHA CATALOGRÁFICA

[Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte,
Câmara Brasileira do Livro, SP]

Boxer, Charles Ralph, 1904-

B781s Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686; tradução de Olivério de Oliveira Pinto. São Paulo, Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

p. (Brasiliana, v. 353)

Bibliografia.

1. Angola — História 2. Brasil — História, 1549-1762 3. Sá, Salvador Correia de, 1602-1688 I. Título. II. Série.

73-0931

CDD-981.03
-967.3

Índices para o catálogo sistemático:

1. Angola : História 967.3
2. Brasil : História, 1549-1762 981.03



*Obra publicada
com a colaboração da*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Orlando Marques de Paiva

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Presidente: Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri

Comissão Editorial:

Presidente: Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri (Instituto de Biociências). **Membros:** Prof. Dr. Antonio Brito da Cunha (Instituto de Biociências), Prof. Dr. Carlos da Silva Lacaz (Faculdade de Medicina), Prof. Dr. Pérsio de Souza Santos (Escola Politécnica) e Prof. Dr. Roque Spencer Maciel de Barros (Faculdade de Educação).

**Salvador de Sá
e a luta pelo Brasil e Angola
1602-1686**

BRASILIANA

Volume 353

Direção:

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

C. R. BOXER

Salvador de Sá
e a luta pelo Brasil e Angola
1602-1686

Tradução de

OLIVÉRIO M. DE OLIVEIRA PINTO

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

Do original inglês
*Salvador de Sá and the Struggle
for Brazil and Angola
1602-1686*

publicado pela
University of London
The Athlone Press
1952

*Direitos para a língua portuguesa,
pertencentes à Sociedade de Estudos
Brasileiros D. Pedro II, cedidos à*

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639 — 01212 S. Paulo, SP
que se reserva a propriedade desta tradução

1973

Impresso no Brasil

*Salvador Correia de Saa,
one of the Council of Warre,
a notable old Stickler,
that formerly had recovered
Angola from the Hollanders*

Sir Robert Southwell a Lord Arlington
Lisboa, outubro de 1667

Para LEWIS HANKE
outro notável velho lutador

SUMÁRIO

Prefácio	11
I. O casamento com espanhola	17
União das coroas portuguesa e espanhola	17
A família Sá e o desenvolvimento do Brasil colonial	19
Casamento de Martim de Sá com a espanhola	22
Os jesuítas em Portugal e no Brasil	23
América portuguesa e espanhola	28
O estado do Brasil em 1614	32
O tráfico escravo nas capitâneas do sul	36
O governo colonial	45
O <i>senado da câmara</i> ou conselho municipal	46
Ordens religiosas e instituições de caridade	50
O governo central	51
Primeiros serviços de Salvador	53
II. A expedição dos vassallos	55
Willem Usselinx e a formação da Companhia das Índias Ocidentais holandesa	56
A tomada da Bahia	60
A reação na Espanha e em Portugal	70
A <i>jornada dos vassallos</i>	71
Salvador e Piet Heyn no Espírito Santo	72
A retomada da Bahia	75
Piet Heyn e a frota da prata	79
Serviços de Salvador recompensados	81
III. O caminho de Potosi	83
O vice-reino espanhol do Peru e a província jesuítica do Paraguai	83
Os <i>peruleiros</i> e o contrabando do Brasil com Buenos Aires e Potosi	86
As peregrinações de D. Luís de Céspedes Xeria	95
Serviços de Salvador nas rebeliões dos índios do Paraguai e Tucumán	100
A herdeira crioula	109
O caminho de Potosi	111
Retorno de Tucumán	122
IV. Governador do Rio de Janeiro, 1637-43	124
Salvador e o governo do Rio de Janeiro	124
A armada do conde da Torre	129
Os jesuítas e a liberdade dos ameríndios	134
O breve do papa Urbano VIII, e sua acolhida nas capitâneas do sul	142
Os jesuítas e a restauração da independência portuguesa	153
Salvador adere à nova dinastia	159

Mais transtornos em São Paulo	163
Embarca para a Europa	166
V. General das frotas do Brasil	168
Entrevista com o rei em Évora, outubro de 1643	168
Portugal e seu governo após a restauração	169
Salvador e a política portuguesa no Brasil e em Angola	183
O tráfico açucareiro e o Brasil "vaca de leite"	190
Salvador e a inauguração do sistema de comboios	194
General das frotas do Brasil	197
Oposição na Bahia e no Rio de Janeiro	201
Administrador das minas de ouro e de prata de São Paulo	204
Despacha reforços para Angola	208
A Insurreição Pernambucana	209
<i>A jornada do galeão</i>	217
Política brasileira de D. João IV	226
Salvador e o governo de Macau	227
O Conselho Ultramarino e a política portuguesa no Brasil e em Angola, 1646-7	229
VI. Angola, "a mãe-preta"	236
Importância do tráfico escravo negro para a América portuguesa e espanhola	236
Angola, "a mãe-preta"	237
Processos do tráfico escravo	242
Os <i>tumbeiros</i>	243
Vida nos engenhos	247
Opiniões contemporâneas sobre a moralidade do tráfico escravo	235
A ocupação holandesa de Luanda e Benguela	253
Desenvolvimento posterior	255
Más notícias da Bahia	256
As armadas portuguesas	258
A frota de "Double-With"	263
Salvador e o Padre João de Almeida	268
A viagem a Angola	270
A "miraculosa" restauração de Luanda	276
A reação holandesa no Brasil e na Europa	283
Salvador e o rei do Congo	287
Esforça-se por reiniciar o tráfico negreiro para Buenos Aires ..	292
Principais acontecimentos do governo de Salvador	295
Retorna ao Rio	298
Salvador e os jesuítas	300
Viagem de volta ao lar	301
Salvador e a Companhia do Brasil	303
VII. Capitão-general do Sul	306
Capitanias do Brasil e do Maranhão, em 1658	306
O porquê e os motivos de <i>Repartição do Sul</i>	307
As lendas de Sabarabuçu e da Serra das Esmeraldas	309
As minas de ouro de Paranaguá	313
General das frotas do Brasil, 1659	316
Salvador e Francisco Barreto	318
Aborta expedição à Serra das Esmeraldas	319
A construção de <i>Padre Eterno</i>	320

Revolta do Rio de Janeiro de 1660	324
Atitude dos paulistas	330
Salvador abafa a sublevação e executa Jerônimo Barbalho	334
Repercussão na Bahia e Lisboa	336
Retorno de Salvador a Portugal	342
Término do <i>Padre Eterno</i>	343
VIII. “Um notável velho lutador”	346
Política exterior portuguesa durante a restauração	346
A corte de D. Afonso VI e a ditadura de Castel-Melhor	354
“Más pesan barras que culpas”	361
O casamento de D. Afonso VI e a evolução da guerra com a Espanha	363
Parte de Salvador na “Catastrophe de Portugal”	368
A “noiva de dois reis” e a paz com a Espanha	379
Prisão de Salvador e o exílio de D. Afonso VI	382
O estado da nação em 1669	384
João Correia de Sá e a tragédia de “Goa dourada”	388
Projetos de colonização de Salvador no sudoeste brasileiro e notícias do cônsul Maynard sobre essa região	391
Últimos dias no Conselho Ultramarino	396
O “Século do Açúcar” no império atlântico de Portugal e a parte de Salvador nele	403
“Ouvir tiros na hora da morte”	404

Apêndices

1. Antepassados de Salvador, árvore genealógica e família ...	406
2. Resumo cronológico	412
3. Governadores-gerais, Bahia (1558 a 1658), e governadores do Rio de Janeiro (1565 a 1665)	419

Bibliografia	422
---------------------------	------------

Glossário	441
------------------------	------------

Índice remissivo	442
-------------------------------	------------

Ilustrações

Salvador Correia de Sá e Benavides, c. 1660	<i>frontispício</i>
De pintor desconhecido, no Palazzo degli Uffizi, Florença, com permissão da administração	
Índio “manso”	<i>fronteiro à página</i> 75
De tela de Albert Eckhout no Museu Nacional de Copenhague	
Padre João d’Almeida, S. J.	91
De gravura em Simão de Vasconcelos, <i>Vida do padre João d’Almeida</i> , Lisboa, 1658.	
Mulato brasileiro	251
De tela de Albert Eckhout no Museu Nacional de Copenhague	

Um engenho	267
De tela de Frans Post no Musées Royaux de Beaux Arts de la Belgique, Bruxelas	
Marfim, preto e branco	299
Presente de um dos congoleses enviados ao Brasil em 1642. De tela de Albert Eckhout no Museu Nacional de Copenhague	
O “Padre Eterno” no porto do Rio de Janeiro, 1664	315
De gravura a cores no <i>Journal</i> , de Edward Barlow (1659-1702), com permissão da Administração do National Maritime Museum, de Greenwich	
O Terreiro do Paço em Lisboa, na época da restauração ..	347
De tela de Dirk Stoop, no Museu da Cidade de Lisboa	
D. Afonso VI, menino, com um pajem negro	363
Tela de pintor desconhecido no Museu Regional de Évora	
Assinatura autógrafa de Salvador Correia de Sá e Benavides	405
De um documento datado do Rio de Janeiro, janeiro de 1638, na coleção do Autor	

Mapas

(no fim do volume, págs. 458-464)

1. Portugal no século XVII.
2. América do Sul, em 1630.
3. As capitanias do Brasil em 1629-59.
4. Sul do Brasil, Paraguai e Peru.
5. Costa próxima do Recife.
6. Congo e Angola, em 1641-8.
7. Ataque de Salvador a Luanda, em 15-18 de agosto de 1648.

PREFÁCIO

Disse certa vez o finado Sir Richard Lodge que para a maioria dos leitores ingleses a História de Portugal é menos conhecida do que a de qualquer outro país da Europa Ocidental; e a isso acrescentou que o comum das pessoas bem informadas, ao serem interrogadas a respeito do que sabem sobre Portugal, responderão: "Oh!, Vasco da Gama, Catarina de Bragança, o Tratado de Methuen, o terremoto de Lisboa, o marquês de Pombal e a Guerra Peninsular". Talvez Sir Richard tenha feito juízo imerecido dessa pessoa bem informada, ao excluir da sua bagagem de conhecimentos os nomes de Henrique, o Navegador, e o de Luís de Camões; mas eu não o contraditaria na observação que faz mais adiante, quando acha duvidoso que algum professor inglês seja capaz de mencionar os nomes e as datas dos principais reis de Portugal.

É bem verdade que nos últimos anos algo se tem feito na Inglaterra para remediar essa grave deficiência. Os trabalhos de A. Bell, G. Young, H. Livermore e do meu distinto antecessor Edgar Prestage afastariam a acusação, outrora perfeitamente justa, de que aos estrangeiros desejosos de conhecer, através de traduções, a história e a literatura de Portugal, era indispensável saberem o alemão, e não o inglês. Os livros de M. Cheke, E. Sanceau e M. Collis têm despertado um interesse cada vez maior do público pela história e pela expansão colonial portuguesa. Há muita coisa ainda por fazer; mas é significativo que o inglês, entre todas as línguas do ocidente europeu, seja o único idioma em que, salvo os extratos encontrados na *History of Brazil* de Southey, não existe uma ampla tradução dos trabalhos do Padre Antônio Vieira, S. J. (1608-97), um dos maiores portugueses de todos os tempos.

Mas, se o conhecimento que tem a Inglaterra de seu velho aliado vem apresentando animadores indícios de maior difusão e profundidade, a ignorância que ali persiste no tocante à história do Brasil só pode ser qualificada de abismal. É surpreendente o número de pessoas instruídas que supõem ser o espanhol a língua falada no Brasil. Dificilmente ter-se-á escrito entre nós uma só linha a respeito do Brasil colonial depois que Robert Southey publicou, entre 1810 e 1819, os três volumes de sua obra. Com todos os seus defeitos, essa massuda *History of Brazil* é até hoje prestadia para o estudioso; mas a sua raridade põe-na fora do

alcance de todos, exceção feita dos bibliófilos mais entusiastas, acrescendo a circunstância de achar-se necessariamente desatualizada em muita coisa. É de todo indispensável algum conhecimento do passado colonial do Brasil se quisermos formar opinião sólida sobre o presente e o futuro desse grande e adiantado país.

A importância do século XVII no desenvolvimento do Brasil há muito foi reconhecida pelos historiadores sul-americanos. Ele assistiu à consolidação do domínio português sobre a costa, com a expulsão dos holandeses do Nordeste, depois que outros invasores menos perigosos haviam sido enxotados do Maranhão e do vale amazônico. Esses sucessos, só por si, tornaram-se responsáveis pelos primeiros pruridos de sentimento nacional, sendo ao mesmo tempo testemunhas dos passos decisivos na exploração do interior pelo espírito empreendedor dos habitantes de São Paulo, que afixavam não teria a Espanha uma participação maior do que a França e a Holanda no patrimônio sul-americano de Portugal, como durante algum tempo pareceu provável.

Para a mãe-pátria a colônia era, com segurança, de importância decisiva nesse episódio. Foram, antes de tudo, os lucros provenientes do tráfico com o Brasil que sustentaram os exércitos com os quais os espanhóis foram contidos ao longo da fronteira na longa peleja travada por Portugal contra a Espanha, para garantir a sua independência (1640-68); como também foram eles que permitiram a importação dos cereais do norte da Europa, salvando assim a população de morrer à míngua. É muito provável que ao tabaco e ao açúcar do Brasil se deveu, principalmente, o dote da nossa rainha Catarina, graças ao qual foi assegurada a necessária, conquanto dispendiosa, mediação de Carlos II na Espanha e na Holanda. Os salários de muitos oficiais de alta patente do governo central e bem assim o pagamento dos embaixadores de Portugal nas várias cortes européias estavam diretamente a cargo do Brasil. Até a tinta e o próprio pano verde usado pelo Conselho Ultramarino em suas reuniões ordinárias, conforme estava marcado na orelha, e bem assim o salário do porteiro, corriam por conta do Brasil. Foi graças aos recursos provenientes daquilo que o rei D. João IV chamou, com muita propriedade, de "vaca de leite" brasileira, que Portugal escapou de ter a mesma sorte da Escócia e da Catalunha.

O lapso de tempo em que viveu Salvador Correia de Sá e Benavides (1602-86) coincide, aproximadamente, com o século dezessete, durante todo o qual ele desempenhou importante papel nos dois lados do Atlântico, envolvendo-se ativamente, e não raro de modo decisivo, nos mais diversos assuntos, tais como a exploração (a exploração, inclusive) do interior, o dissídio entre colonos e jesuítas em torno da escravização dos ameríndios, a luta com

os holandeses no tocante ao mercado de negros sul-africanos, e a revolução em Lisboa, cujo resultado foi a deposição de D. Afonso VI. Nenhum outro acontecimento histórico simboliza tão nitidamente a mútua dependência então existente entre Portugal, Brasil e Angola, e tampouco as relações da América do Sul portuguesa com a espanhola. Pondo isso de lado, não existe, que eu saiba, para o leitor moderno, em qualquer língua, uma só biografia completa de algum dos governadores da província do Brasil colonial.

Os perigos de “vida e época”, como processo de escrever a História, já foram apontados, entre outros, pelo Professor G. J. Renier. Observa o distinto historiador holandês que, excetuados os autores de mais agudo espírito crítico, tal método leva o escritor a exagerar o papel desempenhado pelo seu herói, resultando, não raro, serem as biografias inspiradas naquele método um quadro muito tendencioso da época que eles pretendem retratar¹.

Sem pretender apresentar-me como um modelo de autodomínio, fiz o possível para fugir àquela balda. Não envolvi o meu herói em assuntos ou lugares em que pouco ou nada teve ele que fazer; mas esforcei-me por descrever certos aspectos da cena em que portugueses e brasileiros foram atores durante o século dezessete, mais pormenorizadamente do que, via de regra, é de uso nas histórias clássicas.

Para traçar a presente biografia, de certo teria sido melhor ter em mãos abundante material inédito constante dos documentos de família; estes, porém, desapareceram, ou, o que é mais provável, nunca existiram. Os fidalgos portugueses eram avessos a escrever cartas e raramente confiaram ao papel suas memórias, manifestando uma aversão pelo registro dos assuntos relativos à vida privada, de que não participavam os seus contemporâneos britânicos, holandeses e franceses. Em compensação, a face oficial da vida de Salvador Correia acha-se muito bem documentada, abstração feita de suas primeiras campanhas, no Paraguai e no Peru.

Não falando no capítulo introdutório, que é como uma *mise-en-scène*, e necessariamente fundamentado em obras secundárias (porém do século dezessete), o grosso do que se contém no presente livro baseia-se em documentos existentes nos arquivos de Portugal e do Brasil. Muitos deles já foram dados a lume, uma ou outra vez; mas essas versões se acham dispersas em publicações periódicas de Portugal, Brasil e Angola, das quais não se pode encontrar séries completas em nosso país, ou nele são excessiva-

¹ G. J. Renier, *History: its Purpose and Method* (Londres, 1950), pág. 76.

mente raras. Sempre que possível, foram elas confrontadas com os manuscritos originais, havendo eu próprio conseguido suplementá-los, investigando nos arquivos de Lisboa, Évora, Rio de Janeiro, Bahia e Recife. Fontes espanholas e holandesas foram também utilizadas com toda liberdade, por motivos que a leitura do texto tornará evidentes.

É-me grato proclamar quanto devo à Rockefeller Foundation (Divisão de Humanidades) por me haver proporcionado os meios para, em 1949, visitar Portugal e o Brasil, onde me foi dado obter valioso material e travar útil contato com historiadores portugueses e brasileiros. As autoridades responsáveis pelos arquivos ofereceram-me gentilmente todas facilidades de praxe. Sinto-me particularmente penhorado às seguintes pessoas, pela ilimitada ajuda e cooperação que me prestaram: Senhor José Honório Rodrigues, Diretor da Seção de Manuscritos e de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; Senhor Oswaldo Imbassahy, Diretor da Biblioteca Pública da Cidade de Salvador, na Bahia; Senhor Godfredo Filho, da mesma cidade; Senhor José Antônio Gonsalves de Mello Neto, e demais funcionários do Instituto Histórico e Geográfico, de Recife; Senhor Francisco de Assis Carvalho Franco, de São Paulo, que me obsequiou com uma coleção completa de seus eruditos artigos n' *O Estado de S. Paulo*; Professora Alice Piffer Canabrava e Professor João Cruz Costa, da mesma cidade, aos quais fiquei devendo muitos livros e cópias de manuscritos, que de outra forma não conseguiria; Dr. Jaime Cortesão, do Instituto Rio Branco, do Rio de Janeiro, pelo estímulo recebido das conversas e discussões em que nos entretivemos; Senhor Frazão de Vasconcellos, que obteve para mim transcrições, de documentos nos Arquivos da Ajuda e da Junqueira, em Lisboa, e é principalmente responsável pela solução dada à irritante discussão em torno do lugar de nascimento do meu biografado; Mr. J. W. van Hoboken, que me forneceu cópias de muitos documentos importantes guardados nos arquivos da Companhia das Índias Ocidentais, em Haia, sem falar na busca diligente de outros. O bibliotecário e os funcionários do Luso-Brazilian Council, na Canning House, em Londres, e bem assim Mr. Cartledge do British Council, no Rio de Janeiro, foram-me extremamente obsequiosos, conseguindo para meu uso livros publicados no Brasil. Os editores do *Mariners' Mirror*, publicado pela Society for Nautical Research, como os da *Hispanic-American Historical Review*, publicada pela Duke University Press, da Carolina do Norte, concederam-me amavelmente permissão para citar, com liberdade, artigos e documentos dados à estampa naqueles importantes periódicos. Os Senhores Carlos de Azevedo e Mário Chicó forneceram-me fotografias de quadros do Museu da

Cidade de Lisboa e do Museu Regional, de Évora, obtendo das autoridades responsáveis o consentimento para reproduzi-las. O Professor E. M. Wilson pôs-me na pista de uma interessante passagem de Lope de Vega, e o Coronel H. S. P. Hopkinson na da genealogia da família Bowerman. Finalmente, quero agradecer a Mr. James Cummins a leitura de minhas provas.

Escusa dizer que nenhum dos que me prestaram auxílio é responsável pelas opiniões expendidas no presente livro, e que se erro houver no que digo, a culpa é toda minha e não deles.

Convém acrescentar uma nota sobre a transliteração. Apresentaram-se-me aqui algumas dificuldades e confesso ter sido inconsistente a este respeito. Tanto em Portugal, como no Brasil, a ortografia e a acentuação adotadas oficialmente têm sofrido mudanças drásticas no curso do presente século, e nada nos garante que o sistema seguido em cada um daqueles países permanecerá intocável. O nome Bahia, por exemplo, sofreu sucessivas alterações, passando a grafar-se Baía, para, em seguida, voltar a ser escrito Bahia; os *Annaes* do Museu Paulista e os da Biblioteca Nacional, do Rio, passaram a *Anais*; "Portuguez" passou a escrever-se "Português", e assim por diante. Procurei, via de regra, dar aos títulos das obras citadas nas notas de rodapé e na bibliografia a sua forma original, o que explica muitas aparentes incongruências, tais como *Historia* num trabalho e *História* em outro. Para os que, em tal matéria, fazem da consistência um fetiche, só posso repetir o que escrevera Dom Francisco Manuel de Mello, três séculos atrás: "Da infelicidade da composição, erros da escritura, e outras imperfeições da estampa, não há que dizer-vos; vós os vedes, vós os castigais".

C. R. BOXER

Janeiro de 1951

Capítulo I

O CASAMENTO COM ESPANHOLA

A objeção que comumente se faz às alianças matrimoniais na Espanha, e se traduz no provérbio “de Hespanha nem vento nem casamento”, deriva em grande parte de uma recordação de Filipe II, de Castela, o “demônio do Meio-dia”, cuja mãe e cuja primeira mulher eram princesas de Portugal. Sua descendência da casa de Avis deu a Filipe o direito de reclamar para si a coroa de Portugal, quando se travou a luta pela sucessão, após a morte do decrépito Cardeal D. Henrique, em 1580. Sua pretensão, aliás legal, teve para reforçá-la os veteranos do duque de Alba e as “balas de prata” mexicanas, numa judiciosa associação que o habilitou a vangloriar-se de seu novo domínio: “eu o herdei, eu o comprei, eu o conquistei” (“yo lo heredé, yo lo compré, yo lo conquisté”).

De 1580 a 1640, Espanha e Portugal eram uma monarquia dual, de certa maneira nos moldes da Inglaterra e Escócia, entre 1603 e 1702. Mediante acordo entre a monarquia espanhola e as cortes portuguesas (Parlamento) de Tomar, que em 1581 legalizaram formalmente a tomada do trono de Portugal por Filipe II, continuaram aqueles dois países, com as suas colônias, a ser administrados em base exclusivamente nacional, como até então. Assim, Portugal, em teoria, e suas colônias, tanto na teoria como na prática, conservaram a sua independência administrativa durante a união pessoal das duas coroas nos reis do ramo hispânico da dinastia dos Habsburgos. Embora comumente se diga o contrário, os reis espanhóis respeitaram escrupulosamente esse compromisso durante as primeiras décadas do regime, não raro em detrimento de seus primitivos súditos, a cujos clamores se mantinham indiferentes. Os funcionários das colônias sul-americanas queixavam-se, com freqüência, de que, enquanto os portugueses não toleravam a presença de castelhanos em seus territórios ultramarinos, comerciantes portugueses, e até colonos, enxameavam por toda parte nos vice-reinos do México e do Peru. Não obs-

tante, a união das duas coroas não era nada popular no país menor, onde mais tarde se clamaria contra os “sessenta anos de cativoiro”, fazendo alusão ao tempo durante o qual os judeus estiveram exilados na Babilônia¹.

A bula papal de 3 de maio de 1493, e o tratado de Tordesilhas (1494), em que Espanha e Portugal concordaram em emendá-la, havia efetivamente, dividido o mundo não-europeu em duas partes, correspondentes às esferas de influência de cada um dos países em questão. A linha divisória era o meridiano situado 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, no pressuposto de confinar Portugal, suas descobertas e sua expansão ao leste da dita linha, e a Espanha ao oeste, até (presumivelmente) que ambos se encontrassem no lado oposto do Globo. Em 1580, a herança portuguesa do rei da Espanha não era coisa somenos; mas o Brasil não era então a sua jóia mais reluzente. O primeiro dos modernos impérios coloniais iniciou-se com a conquista de Ceuta aos mouros, em 1415, e com o descobrimento e colonização da Ilha da Madeira e dos Açores, antes da morte do príncipe D. Henrique, o navegador, em 1460. A costa oeste-africana foi completamente explorada nos trinta anos subseqüentes, e em vários pontos dela fundaram-se feitorias. Nas décadas que se seguiram à abertura, em 1498, da rota da Índia pelo Cabo da Boa Esperança, os portugueses fundaram uma cadeia de pontos fortificados e entrepostos comerciais, desde Sofala, na África oriental, até Macau, nas costas do Mar da China. A posse do Oriente, com as suas riquezas, era o que atraía o rei Filipe II e estimulava a ambição de seus inimigos protestantes; mas os estabelecimentos agrícolas do Brasil, embora menos cobiçados do que as feitorias do Oriente, tornavam-se cada vez mais importantes.

Os historiadores não entraram até hoje em acordo sobre se a descoberta do Brasil pelos portugueses, em maio de 1500, foi ou não acidental, e se eles haviam sido precedidos pelos espanhóis. Cabral batizara a terra por ele descoberta com o nome de “Terra de Vera Cruz”, mas a invocação de verdadeira cruz depressa abriu caminho para que ele fosse substituído pelo nome muito mais mundano de Brasil, tirado da cor rutilante de uma madeira na-

¹ A melhor narrativa sobre Portugal durante os anos de 1580-1640 ainda é a de L. A. Rebello da Silva, publicada sob o título algo enganador (visto que o regime em questão não passou além de 1640) de *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Ela está superada em alguns pontos, porém não em seu todo, por dois ensaios que abrangem esse período na *História de Portugal. Edição monumental*, editada por Damião Peres, V, 289-474.

tiva, que lembrava um carvão aceso (brasa) e tornou-se durante várias décadas o principal artigo de exportação. Por essa época os franceses freqüentavam a costa brasileira quase tanto quanto os portugueses, que acabaram se convencendo de que era necessário fazer grandes esforços se quisessem conservar e expandir as poucas colônias que possuíam ao longo do litoral.

Por volta de 1535, D. João III, rei de Portugal, dividiu a costa brasileira entre a foz do Amazonas e São Vicente em doze capitanias, doando-as a representantes da nobreza, por isso conhecidos como “donatários”. Os direitos e privilégios de que estes gozavam correspondem aproximadamente aos dos lordes proprietários (“lord proprietors”) que em data ulterior fundaram colônias nas Antilhas e na América do Norte. Obrigavam-se os donatários a colonizar e defender o seu território às próprias custas, recebendo em troca, no que toca à administração, a jurisprudência, a coleta de impostos, e plenos poderes sobre os colonos que conseguissem trazer para as suas capitanias. Diante da grande atração exercida pelo dinheiro fácil e o luxo rebrilhante dos estabelecimentos asiáticos, entre a nobreza endinheirada muito poucos se mostraram interessados pela aventura no Brasil, pelo que as doações, em sua maioria, foram feitas a *fidalgos* comuns, ou pessoas bem nascidas. Como nenhum deles era bastante rico para dispor do capital necessário a empresas tão custosas, dos primitivamente aquinhoados quatro deixaram de colonizar as terras de que eram donatários, enquanto outros quatro sucumbiram vítimas dos selvagens. D. João III não custou a perceber que havia necessidade de instituir um governo central se se quisesse evitar o colapso dos estabelecimentos que restavam. À vista disso, em 1549, foi nomeado Tomé de Sousa governador-geral, com a ordem de instalar na Bahia de Todos os Santos a sede do governo. Acompanharam-no seis membros da recém-fundada Companhia de Jesus, como qualificados representantes da ordem religiosa que estava fadada a desempenhar tão importante papel no desenvolvimento do Brasil colonial².

A 3 de janeiro de 1558, Mem de Sá, irmão do grande humanista e poeta Francisco de Sá de Miranda, assumiu, na Bahia, o

² Para o progresso e crescimento do Brasil durante o século XVI, vejam-se: F. A. Varnhagen, *História Geral*, I e II; *História da colonização portuguesa do Brasil*, editada por C. Malheiro Dias; A. Marchant, *From Barter to Slavery*. Há um excelente apanhado, embora sucinto, da autoria de W. B. Greenlee, “The first half-century of Brazilian history”, reimpressão revista do *Mid-America*, XXV, n.º 2 (1943).

cargo de terceiro governador-geral do Brasil. Durante os quase cem anos que se seguiram, os membros de sua família, e seus descendentes, estiveram mais ligados aos destinos da colônia do que os de qualquer outra de ambos os lados do Atlântico, com possível exceção dos Albuquerque, de Pernambuco. Mem de Sá chegou à Bahia num momento crítico, quando a maioria dos estabelecimentos disseminados ao longo da costa, fracos e mal organizados, se achavam a pique de sucumbir, em consequência dos ataques dos índios, ou das dissensões internas. Justificando a reputação em que é tido de “homem magnânimo, muito prudente e zeloso, competente e experimentado tanto na paz como na guerra”, deu ele ânimo aos desiludidos, pacificou os rixosos, induzindo as capitânias, disse capazes, a viverem em boa harmonia e coordenarem os seus esforços. Visitou pessoalmente todos os núcleos, desde a Bahia até São Vicente, subjugando as tribos hostis e perdendo, em ação, um dos filhos, Fernão de Sá.

Por duas vezes ele repeliu os franceses da baía do Rio de Janeiro e foi o principal responsável pela fundação, na costa daquela baía, da cidade de São Sebastião, no intervalo entre aquelas duas expedições. O verdadeiro fundador foi um de seus sobrinhos, Estácio de Sá, que foi mortalmente ferido quando os franceses já estavam prestes a ser expulsos da região (janeiro de 1567). Inicialmente destinado a exercer o cargo durante três anos, Mem de Sá esteve em função durante quatorze anos consecutivos, até morrer na Bahia a 2 de março de 1572, esgotado pelos seus trabalhos, mas referto em anos, honrarias e riquezas³. Uma das faces principais de sua política foi a cordial cooperação com os jesuítas, os quais, por sua vez, o secundaram com entusiasmo em todos os seus esforços. As relações que houve entre eles podem ser aquilatadas através do primeiro ato do governador-geral por ocasião de sua chegada, após oito meses de viagem estafante, de Portugal à Bahia (27 de dezembro de 1557). Antes de assumir o governo da colônia passou vários dias em retiro e contemplação religiosa, entregue aos “Exercícios Espirituais” de Santo Inácio.

Quando Mem de Sá saiu do Rio de Janeiro, depois de tê-lo definitivamente reconquistado aos franceses, deixou na incipiente cidade de São Sebastião outro sobrinho seu, Salvador Correia de Sá, que foi o avô do personagem de que se ocupa o

³ Cf. José Wanderley de Araújo Pinho, *O testamento de Mem de Sá*, onde se inclui, também, o inventário de seus bens e outros documentos relevantes.

presente livro. Salvador, o velho, nasceu em Portugal em 1547, no castelo familiar de Pena Boa, perto de Barcelos, na província setentrional de Entre Minho e Douro. Sua primeira estada no Rio de Janeiro, como governador, durou apenas três anos (1568-71); mas retornou ao Rio, no mesmo posto, seis anos depois, mantendo-se nele até 1598. Não permaneceu todo este tempo na cidade, pois chefiou muitas expedições ao interior, umas em busca de índios escravos, outras à procura de minas de ouro, de prata e pedras preciosas, que se dizia existirem nas montanhas cobertas de mata, no sertão. Foi no Rio, por volta de 1575, que nasceu seu filho Martim de Sá, embora pareça andar "envolvido em mistério" o verdadeiro estado civil da mãe, durante essa época. Salvador, o velho, e Martim de Sá são figuras preeminentes numa das obras mais fascinantes da literatura de viagens da era de Elizabeth, *The admirable adventures and strange fortunes of Master Anthony Knivet, which went with Master Candish in his second voyage to the South Sea, 1591*⁴. Anthony Knivet tinha sido criado (ou escravo, como ele próprio se intitulava) deles desde a sua captura pelo jovem Martim de Sá, em 1592, até a sua fuga da família Sá, em Lisboa, algum tempo depois de 1602. O velho Salvador funcionou como governador da capitania de Pernambuco entre 1601 e 1602, no decurso de sua viagem de volta para a Europa. Ele retornou ao Brasil em 1614, a fim de tentar novamente o descobrimento das enganosas minas de ouro e de prata que se supunha existirem no planalto paulista; mas não se sabe, ao certo, quanto tempo gastou nessa empresa infrutífera. Viveu longos anos de velhice respeitável após sua volta para Portugal, onde faleceu em 1631.

Martim de Sá acompanhou o pai em algumas de suas viagens de exploração e busca de índios para o cativeiro, antes de, nos últimos anos, chefiar, ele próprio, e às suas expensas, outras muitas, como sabemos por Knivet, que foi seu companheiro em mais de uma. Martim foi capitão-mor de São Vicente em 1620-2; por duas vezes foi governador do Rio de Janeiro, a primeira de 1602 a 1608, a segunda de 1623 até a sua morte, em 10 de agosto de 1632. Esforçou-se enormemente pelo progresso da cidade, dando provas de ser um administrador enérgico e capaz. Afora

⁴ *Purchas his Pilgrimes*, IV, págs. 1.201-42. Com o título de *Vária fortuna e estranhos fados de Anthony Knivet*, publicou-se no Brasil uma erudita tradução dessas aventuras, de autoria de Guiomar e Francisco de Assis Carvalho Franco; nela se contém valiosos dados biográficos sobre o velho Salvador Correia e seu filho Martim de Sá.

estes três membros preeminentes da família Sá, houve muitos irmãos, primos e sobrinhos, Correias e Sás, que moravam no Rio de Janeiro durante aquela época, ocupando postos de menor relevo, sob as ordens de seus parentes mais altamente colocados. Embora o Rio não fosse uma das capitanias governadas por um donatário, e sim um estabelecimento por eles fundado, os Correia de Sá, com o correr do tempo passaram a considerar o local um feudo virtualmente de sua propriedade. Utilizaram as suas sucessivas investidas oficiais na edificação de uma considerável fortuna familiar, graças às suas posses em terras, canaviais e escravos. Essa família, com efeito, gozava finalmente de mais poder e influência no Rio de Janeiro do que os donatários das capitanias que não estavam inteiramente controlados pela coroa.

Numa de suas viagens à Europa (ao que sei, em lugar nenhum se diz em que data precisa), casou-se Martim de Sá com uma senhora anglo-espanhola, Doña María de Mendoza y Benavides, filha de Don Manuel de Benavides, castelão (posteriormente governador) de Cádiz, e sua mulher inglesa Cicely Bowerman. Descendia esta de um ramo da família Bowerman, senhores do castelo de Brook, na ilha de Wight, que haviam se estabelecido no Devon no curso do século dezesseis e emigraram mais tarde para Málaga. Um dos primeiros primos de Cicely era o presidente do conselho dos comerciantes ingleses na Espanha, outro era advogado na mesma corporação; mas, com segurança, a família Bowerman não tinha nenhuma ligação com a do conde de Essex, e tampouco com a família real da Inglaterra, como absurdamente proclamaram em Portugal vários trabalhos genealógicos do século dezoito. A filha de Cicely, Doña María, nasceu em Baeza, na província andaluza de Jaen, mas é desconhecida a data de seu nascimento. O casamento de Maria com Martim de Sá poderá ter-se dado em 1600, visto que em 1602, em Cádiz, ela dera à luz um filho. O menino recebeu na pia batismal o nome de Salvador, em homenagem ao avô, acrescentando-se ao seu o nome materno e avoengo, como era costume fazer-se na Espanha e em Portugal. Por essa época achava-se Martim no Rio de Janeiro, ou a caminho de lá, como se deduz de documentos por ele assinados no Rio em 1602, e ainda existentes. Escritores brasileiros e portugueses espalharam durante muito tempo que Salvador Correa de Sá e Benavides nasceu em 1594, no Rio de Janeiro; contudo, graças a documentos recentemente descobertos,

inclusive juramentos feitos pelo próprio Salvador⁵, ficou provado que ele viera ao mundo em 1602, no pitoresco porto da Andaluzia que, consoante as palavras de E. A. Freeman, “manteve o seu nome e a sua inabalável situação de grande cidade, desde época mais remota do que a de qualquer outra cidade da Europa”. Pelo lado materno Salvador prendia-se ao ramo da família Benavides, cujo fundador fora feito marquês de Javalquinto em 1617. Nascera assim numa família que gozava de excelentes credenciais nos dois lados do Atlântico.

Virtualmente, nada se sabe da infância de Salvador além de ter ele feito a sua primeira visita ao Brasil quando tinha entre doze e quinze anos de idade⁶, e ter sido educado pelos jesuítas, em cuja Companhia mostrou-se certa vez desejoso de ingressar⁷. Sua família paterna manteve estreitas relações com os jesuítas do Brasil, desde que Mem de Sá se revelara amigo dedicado e patrono da Companhia nos dias pioneiros da colonização. Não se sabe, ao certo, se os seus dias de escola jesuítica se passaram principalmente no Brasil, na Espanha, ou em Portugal; mas, em face das ligações que Salvador manteve durante a vida toda com a Companhia de Jesus, não parece deslocada aqui uma breve discussão sobre os jesuítas e a influência que exerceram, tanto em Portugal como no Brasil.

A Companhia de Jesus, como era conhecida pelo povo nos dois países ibéricos, foi introduzida em Portugal no ano mesmo de sua fundação, pela bula *Regimini militantis ecclesiae*, do Papa Paulo III, a 27 de setembro de 1540. Diante da dissolução dos costumes entre muitos membros do clero secular e nos conventos, para não falar naquela “parvoíce dos frades” tão censurada pelos liberais do século XIX, alguma desculpa existe para D. João III e seus sucessores, quando incumbiram os jesuítas de tudo quanto dizia respeito à educação primária e superior em seu país. Sejam quais forem as críticas que se possa levantar contra eles, não se pode negar que os filhos de Loyola eram quase

⁵ Torre do Tombo, “Habilitações da Ordem de Cristo”, letra 8, maço 4, “consulta da mesa de consciência e ordens”, 6 de abril de 1644; AHC Lisboa, cód. 253, “L.º 1 das consultas da Bahia”, fol. 43 e ss., relatório de Salvador ao Conselho Ultramarino, 3 de maio de 1677. Para discussão da ascendência e parentela de Salvador, vide Apêndice I, pp. 393-7.

⁶ Relatório de Salvador em 3 de maio de 1677, publicado na *Revista trimestral*, LXIII, pp. 5-13 (1901).

⁷ Carta de Salvador datada de 2 de junho de 1643 e endereçada ao Geral dos jesuítas, estampada em Serafim Leite, *História*, VI, pp. 423-4.

sempre pessoas de alto gabarito, princípios severos e rígida disciplina. Tinham em suas mãos, por ato do rei e sob seu patrocínio, o controle do Colégio de Artes anexo à Universidade de Coimbra (1555), e fundaram, poucos anos depois, uma universidade própria, em Évora. Foram essas, e durante muito tempo, as duas únicas universidades existentes em todo Portugal. Se houve um terceiro estabelecimento de educação que com elas emparelhasse, esse foi o Colégio de Santo Antão, onde os jesuítas possuíam cerca de dois mil alunos por volta do século dezesseis.

O crescimento da Companhia de Jesus em Portugal e seus domínios de ultramar foi uma saliente característica das normas adotadas pelos Habsburgos de Espanha em 1580 e 1640. Verdade é que os Filipes não tiveram jesuítas como confessores, à maneira dos três monarcas da casa de Avis. Contudo, embora os jesuítas tivessem de partilhar, mais do que a princípio, o patrocínio do rei com os dominicanos e os franciscanos, sua influência em Portugal e suas colônias cresceu em proporção muito maior do que a das ordens mendicantes. Pondo de lado suas atividades puramente como missionários, os jesuítas chamaram a si, em escala muito maior do que os frades, a educação dos meninos nas colônias, mantendo muitas escolas anexas aos seus colégios, tanto na Ásia portuguesa como na África e na América, as de Goa, Macau e Bahia sendo provavelmente as mais importantes⁸.

O *curriculum* tinha por modelo a *Ratio Studiorum* após a revisão de 1599, incluindo, para os alunos mais adiantados, classes de gramática, latim e filosofia. Matemática e cosmografia eram especialidades nas quais Santo Antão tinha grande nomeada, as lições nesses assuntos e em astronomia sendo ministradas na famosa "aula da esfera". A instrução dada aos filhos dos leigos nos estabelecimentos coloniais mais distantes, como os do Rio de Janeiro e São Paulo, onde Salvador passou parte de sua mocidade, naturalmente não incluía tudo isso. Nesses lugares não se ia muito além de ensinar a ler, escrever e contar, ao que às vezes se acrescentava um pouco de latim, para os alunos mais destacados. Mas, em todo o século dezessete, em qualquer parte da

⁸ Sobre os jesuítas e o sistema educacional em Portugal e no Brasil, cf. Francisco Rodrigues, S. J., *A formação intelectual do jesuíta*; F. Rodrigues, *História*; S. Leite, *História*, e "O curso de filosofia e tentativas para se criar a universidade do Brasil no século XVII", *Verbum* (Rio de Janeiro, 1949), V, pp. 107-48.

Europa, difficilmente se ensinaria aos meninos mais do que isso. O grande Anchieta, que foi o guia espirital do sistema educacional dos jesuítas nos dias pioneiros do Brasil, não tinha opinião muito favorável a respeito da capacidade da maioria dos estudantes da colônia, como se depreende de sua *Informação* de 1586. "Nesta terra os estudantes são tão poucos em número quão pouco é aquilo que aprendem, já por falta de capacidade, já por falta de aplicação. Tampouco a natureza aqui os ajuda, convidando-os antes ao desleixo, à preguiça e à melancolia, de modo que todo o tempo é perdido em festas, cantorias e folganças"⁹.

Os apologistas da Companhia nunca se cansam de citar os escritores protestantes, desde Bacon até Ranke, que exaltaram o sistema de educação dos jesuítas. Citam, dando sua aprovação, Macaulay, quando disse que "nenhuma comunidade religiosa produziu uma lista de homens que se distinguissem por tantos títulos". A esses preitos, de todos conhecidos, pode-se acrescentar o elogio feito por John Aubrey ao Dr. Ezreel Tonge, "que possuía uma excelente escola e seguia precisamente o método de ensino dos jesuítas, com o qual os rapazes aproveitavam admiravelmente"¹⁰. Os apologistas dos métodos de ensino admitidamente admiráveis da Companhia de Jesus raramente fazem referência à opinião de Macaulay em seu elogio dos jesuítas, como professores. É dele a observação, também acertada, de que "os jesuítas parece terem descoberto o ponto preciso até onde a cultura intelectual pode ser conduzida, sem o risco da emancipação da inteligência"¹¹.

Foi essa, em dada época, a força e, ao mesmo tempo, a fraqueza da Companhia. Enquanto esteve na vanguarda do pensamento, como foi o caso nos dias de Loyola e seus imediatos sucessores, — as limitações por ela impostas ao seus discípulos, e a excessiva predileção pelas teorias de Aristóteles não constituíram problema. Mas, quando as idéias e as descobertas de Galileu, Newton, Huyghens, Bacon, Descartes, Hobbes, Leibniz e outros começaram a circular livremente e a serem discutidas no norte da Europa e na Itália, os jesuítas da península ibérica, por motivos políticos

⁹ Anchieta, S. J., em *Cartas, informações, fragmentos históricos, sermões* (Rio de Janeiro, 1933), pp. 37-8.

¹⁰ Citado por O. Lawson Dick, em *Aubrey's Brief Lives* (Londres, 1949), p. XCV.

¹¹ F. B. Macaulay, *History of England*, 1854, II, pp. 54-61.

e religiosos, se abstiveram de dar-lhes publicidade nas escolas de Portugal¹².

Nenhuma cultura nacional logra sadio e contínuo crescimento sem ser fertilizada, de quando em quando, por inspirações frescas e idéias vindas de fora. Em Portugal, por causa da oposição do Santo Offício, desde a sua fundação, em 1536, era impossível permitir a importação de quaisquer livros estrangeiros, a não ser os mais inócuos e, por isso mesmo, destituídos de interesse e importância. Mas nem sempre a instrução se viu de tal modo cerceada. Em 1483, o “príncipe perfeito”, D. João II, permitira que dois livreiros franceses importassem quantos livros quisessem, à sua escolha, e livres de taxas, “porque é bom para a prosperidade do reino que haja muitos livros em circulação”¹³. Essa esclarecida atitude inverteu-se completamente um século mais tarde, quando a idéia da Igreja e do Estado foi proibir todos os livros estrangeiros, com exceção de uns poucos, relacionados com a hagiologia, as leis canônicas e outros assuntos que tais¹⁴.

A tarefa dos jesuítas e da Inquisição tornou-se mais fácil por haver a Renascença, chegada tardiamente a Portugal, logo lhe ter dado as costas. A Renascença lusa, em sua breve floração, produziu antes homens de ação do que de idéias. Um dos seus expoentes mais ilustres, antepassado colateral de Salvador, Francisco de Sá de Miranda, declarou que “o sangue e os bens” valiam para os seus compatriotas muito mais que tudo. Os historiadores seiscentistas, João de Barros e Diogo do Couto, lastimavam que os seus patrícios não possuíssem mentalidade indagadora¹⁵. Passado um século, essa crítica foi renovada em Lisboa

¹² Como diz o padre Serafim Leite em seu artigo em *Verbum* (nota 8, acima), ainda não sabemos com exatidão o que os jesuítas ensinavam aos leigos nos estabelecimentos coloniais mais distantes, desde que a perseguição movida por Pombal em 1759 lhes confiscara e destruíra inúmeros relatórios e bibliotecas. Mas, embora aquele ilustre historiador jesuíta prove (ao contrário do que geralmente se diz) que os jesuítas não admitiam que se ensinasse a teoria de Harvey sobre a circulação do sangue, penso que ele não tinha ao seu alcance toda a crítica hostil. Para a obstinada adesão dos jesuítas às sedições teorias astronômicas, depois de 1600, veja-se J. J. L. Duyvendak, em *Toung P'ao*, XXXVIII (Leiden, 1948), pp. 327-9; G. B. Sansom, *Japan: a Short Cultural History* (Londres, 1946), p. 473, n.º 2.

¹³ Citado na *História de Portugal. Edição monumental*, IV, p. 277.

¹⁴ Em 1738 a Inquisição portuguesa ainda impedia a disseminação dos trabalhos científicos do Newton. Cf. carta do conde de Ericeira ao Dr. Jacob de Castro, da Royal Society of London, Brit. Mus., Add. MSS. 4434, fol. 289.

¹⁵ Diogo do Couto, *Década VII* (Lisboa, 1616), III, 10, “a pouca curiosidade desta nossa nação portuguesa”.

por um diplomata inglês, que escreveu: “Tão pouca é a curiosidade do povo, que ninguém sabe mais do que aquilo que é meramente de necessidade para si”¹⁶. Não seria difícil juntar um bom número de provas para confirmar a asserção de Mary Brearly quando diz que “o grosso da população não mostrava qualquer inclinação pela liberdade de pensamento, e que, a não ser muito raramente, tinha muita aversão a usar a atividade intelectual para pôr em dúvida aquilo que havia aprendido”¹⁷.

A isso pode-se acrescentar que muitos dos jovens que mais prometiam foram atraídos muito cedo pela Companhia de Jesus, tornando-se conseqüentemente incapazes e pouco propensos a penetrar no que estivesse além dos limites que ela lhes traçara à livre indagação intelectual. A Inquisição e os jesuítas, com o seu desejo confesso de tornar o país mais devoto do que instruído (“mais catholico do que latino”), defendia zelosamente Portugal contra qualquer contato estimulante com a inquietação que lavrava para lá dos Pireneus. Aos portugueses era permitido acesso somente à Espanha; e, apesar de todos os esplendores da idade de ouro de sua literatura, a Espanha marchava a passo tardo, atrás da Europa ocidental, no que toca ao pensamento que nela se expandia desde os tempos de Bacon até os de Leibniz.

Quando, em 1614, o jovem Salvador veio pela primeira vez ao Brasil, em companhia de seu avô e homônimo, a colônia já se achava a caminho da prosperidade, embora não houvesse ainda alcançado posição comparável à do México e do Peru. É interessante notar o contraste que havia entre os métodos de colonização adotados pelos portugueses na América do Sul e os seguidos pelos seus vizinhos espanhóis. De modo geral, o esforço feito pelos últimos era o mais sistemático dos dois. Os conquistadores espanhóis procuravam os altiplanos saudáveis do interior, escolhendo deliberadamente as regiões mais favoráveis aos brancos. Os portugueses, pelo contrário, confinaram durante muito tempo as suas atividades à orla costeira, de clima tropical. Seus esforços não eram tão cuidadosamente dirigidos pelo governo, em Lisboa, quanto os dos espanhóis pelas autoridades de Madri; mas, por isso mes-

¹⁶ Francis Parry ao Secretário Joseph Williamson, Lisboa, 22 de outubro de 1670, Public Record Office, SP, 89/11, fol. 5.

¹⁷ Mary Brearly, *Hugo Gurgney. Prisoner of Lisbon Inquisition* (Londres, 1947), p. 11.

mo, nunca foram tão peados pela supercentralização¹⁸. Com respeito à penetração no interior, o primeiro historiador nascido no Brasil, Frei Vicente do Salvador, fez a comparação, freqüentemente citada, entre os portugueses no Brasil, que se contentavam em se arrastar ao longo da costa, como caranguejos, de uma plantação de açúcar para outra, e os espanhóis, que tão rapidamente se adentraram pelo sertão, em busca de minas¹⁹.

A principal razão que levou os portugueses a se apegarem à costa durante tanto tempo era de ordem econômica; mas ela foi poderosamente reforçada pelos fatores geográficos. O açúcar era o principal produto agrícola com que os colonos esperavam fazer fortuna, ao passo que o que atraía, antes de tudo, os imigrantes espanhóis para o Novo Mundo eram as minas de prata, como as de Potosi e Zacatecas. A cana-de-açúcar fora trazida para o Brasil da Ilha da Madeira e de São Tomé, depois de ter sido transplantada da Sicília para a primeira daquelas ilhas pelo príncipe D. Henrique, o navegador, um século antes. Por esse motivo, no Brasil os primeiros estabelecimentos permanentes tomaram a forma de plantações de cana, que se localizavam à volta do *engenho* em que era moída para se fazer o açúcar. O engenho acionado por água era mais econômico do que o movido a bois, e daí a preferência de localizá-lo perto de um rio. Nos primeiros tempos, o pau-brasil, de grande valor na tinturaria tinha sido monopólio do rei. Sua exploração era arrendada pela coroa em condições relativamente suaves. Pela segunda década do século XVII, o couro, o tabaco e o algodão eram outros tantos artigos de exportação, embora quase toda a produção do último fosse consumida localmente.

Era essencial para a exportação desses artigos o acesso fácil aos pontos em que deviam ser embarcados, tornando assim mais reduzidos o custo e as dificuldades de transporte por terra, subindo e descendo morros, e através da mata. Por esta razão os primeiros estabelecimentos tendiam naturalmente a ser localizados perto da embocadura dos rios e nos portos naturais, ao longo

¹⁸ Para generalidades e comparação entre os métodos de colonização dos portugueses e os dos espanhóis na América do Sul, cf. Oliveira Lima, *The Evolution of Brazil compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America* (Stanford, 1914); Gilberto Freyre, *O mundo que o português criou* (Rio de Janeiro, 1940), e *Brazil. An interpretation* (Nova York, 1945); Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (Rio de Janeiro, 1946); Pedro Calmon, *História social do Brasil. Espírito da sociedade colonial* (São Paulo, 1941).

¹⁹ Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*.

da costa marítima. Nenhum motivo havia para instalá-los no interior distante, visto que, entre o Amazonas, no norte, e o da Prata, no sul, não havia rios que fossem navegáveis até grandes distâncias, por causa dos rochedos, cachoeiras e corredeiras que lhes bloqueiam o leito a menos de cem milhas do oceano. As estradas e caminhos construídos pelos Inca no Peru e pelos Asteca no México facilitaram grandemente a penetração dos espanhóis naqueles países; o Brasil, pelo contrário, era habitado por tribos erradias de silvícolas ainda na fase neolítica da civilização, e suas trilhas através das florestas e matagais estavam longe de oferecer a mesma ajuda, tanto ao homem como aos animais. É bem verdade, porém, que existia uma vereda, chamada *tapé aviru* pelos índios Guaraní e *estrada real* pelos portugueses e espanhóis, a qual se estendia de São Vicente, em São Paulo, ao Paraguai. “Tendo mais de duzentas léguas de extensão, sua largura era aproximadamente de cinco pés e meio, e seu leito coberto de uma grama resistente ao fogo, que a tornava claramente visível”²⁰. Por causa disso, ela foi raramente utilizada pelos europeus antes do segundo decênio do século XVII. No Brasil, em particular, quase todas as comunicações entre os diferentes núcleos distribuídos pelo litoral eram feitas por mar, por serem os contatos via terrestre, além de difíceis, poucos e muito distantes.

Além disso, a prévia exploração das minas de prata pelos Asteca e Inca ajudou os espanhóis a penetrar e colonizar o interior, atraindo gente da costa para a procura destes metais preciosos. Acresce que os espanhóis vieram para a América trazendo experiência considerável no trabalho dos metais em sua terra de origem, e particularmente nas províncias de Biscaia, ricas em minério de ferro. Os portugueses, pelo contrário, eram tão pouco entendidos em engenharia de minas que o governo, por volta de 1630, queixava-se de que em Portugal não havia sequer quatro pessoas que soubessem como se pratica a prospecção das minas e como trabalhá-las, depois de localizadas²¹. Havia, provavelmente, exagero nisso; mas é muito significativo que quase todos os mi-

²⁰ H. Gaylord Warren, *Paraguay: an Informal History* (Norman, Oklahoma, 1949), p. 131.

²¹ “Los Portugueses por naturaleza nunca fueron investigadores de minas; y que esto es tanto asi, que no se hallaran quatro hombres en toda la nacion que habitando entre ella las sepan labrar; por lo que fueron siempre mas inclinados a cultivar la tierra del Brasil, procurando sacar della el provecho que tenian mas al ojo que andar buscar minas”. Luis Alvares Barriga, “Advertencias”, in *An. Bibl. Nac.*, R. Jan., LXIX (1950), p. 241.

neiros de profissão de que se ouve falar no século dezessete (outros que não os que trabalhavam nas lavras e nas minas de ouro) eram estrangeiros — espanhóis e alemães.

Por essas e outras razões, tendia o governo português a satisfazer-se com a exploração dos produtos agrícolas, tais como açúcar, o pau-brasil e o fumo, sem sair da faixa costeira. Isso deixava a exploração do interior à iniciativa privada, que assumia a forma de longínquas incursões organizadas por uma casta particular de mestiços, chamados, conforme o caso, *mamelucos*, *paulistas* ou *bandeirantes*, de cujas atividades adiante se deve falar. Convém acrescentar que essas entradas, por muito notáveis que tenham sido, não exerceram influência notável sobre as noções que comumente se tinham a respeito da geografia do Brasil, a julgar pela cartografia portuguesa dos séculos XVI e XVII. Pelos mapas desenhados entre 1550 e 1650, vê-se que o Brasil era considerado uma espécie de ilha, os rios Paraná e Paraguai correndo para o sul, a partir de um grande lago, chamado Dourado ou Eupana, enquanto o Tocantins e outros grandes tributários do Amazonas se dirigiam para o norte, para se juntarem ao mais caudaloso de todos os rios. Na maioria das vezes, o São Francisco e outros rios que desembocam na costa ocidental aparecem também neles como nascendo no legendário lago²².

No começo, a vida colonial brasileira e o estado da civilização tinham um cunho acentuadamente rural. Assim que os índios foram reduzidos ao cativeiro, ou tangidos das proximidades dos povoados costeiros, os donos das plantações passaram a viver em seus sítios, só visitando a cidade de quando em quando, para cumprir deveres religiosos, ou tomar parte nas festas. Os estabelecimentos principais, Bahia²³, Olinda e Rio de Janeiro eram meras aldeias em comparação com a cidade do México, Lima e Potosi. Tampouco as sociedades comerciais atingiram no Brasil estado comparável ao das do Peru no período colonial. Isso, em parte, pode ter corrido por conta do fato de haver o Brasil

²² Cf., por exemplo, o mapa do Brasil, por João Teixeira Albernaz, datado de 1667, e reproduzido na *História da expansão portuguesa no mundo*, III, p. 137; Jaime Cortesão, "O Homem e a Terra", em *O Estado de S. Paulo*, de 12 de outubro de 1947; Saint-Aymour (org.), *Recueil des instructions*, p. 84.

²³ O nome da cidade fundada em 1549 na costa da baía de Todos os Santos e durante muitos anos capital do Brasil, era Salvador; mas, para evitar confusão com o da personagem objeto do presente livro, será doravante adotado o de Bahia, que é o mais comumente usado.

dependido, mais do que a América espanhola, do trabalho dos escravos.

A união das coroas de Espanha e de Portugal nas pessoas dos Habsburgos, acelerou, de certo modo, o progresso do Brasil. Muitas pessoas de espírito empreendedor, descontentes com o jugo espanhol, emigraram para a colônia, onde aquela união era apenas nominal. O Brasil tornou-se o refúgio predileto dos portugueses criptojudéus, ditos *cristãos-novos*, uma vez que a Inquisição não mantinha nele uma ramificação (como era o caso na Índia portuguesa e na América espanhola), contentando-se em fazê-lo visitar, ocasionalmente, pelos seus comissários. Esses agentes itinerantes parece terem sido, de modo geral, pessoas surpreendentemente moderadas. Durante o século XVII nenhum *auto da fé* foi celebrado no Brasil, em vivo contraste com a atividade da Inquisição no México e no Peru. A elevada percentagem de cristãos-novos ou criptojudéus no Brasil é atestada pelos resultados da Visitação do Santo Ofício nos anos de 1590 a 1618, pelos relatórios oficiais das vizinhas colônias espanholas e pela maioria dos estrangeiros que visitaram a colônia de Portugal no curso do século dezessete²⁴. O grosso dessa gente concentrava-se nas cidades, muito embora os registros da Inquisição de cem anos mais tarde tenham número surpreendentemente avultado de pessoas de origem judaica, comprovada ou não, nos distritos rurais.

Os emigrantes de Portugal para o Brasil eram de um tipo muito mais sadio e mais balanceado do que o dos que demandavam o Oriente, que, tanto quanto se pode julgar pelo número deles, exercia maior atração sobre os solteiros do sexo masculino. Enquanto as ronceiras carracas das Índias Orientais gastavam de seis a nove meses para fazer a viagem de Lisboa a Goa, chegando, às vezes, só com a metade dos passageiros e da carga, a viagem para o Brasil, feita em navios menores e menos carregados, era, normalmente, coisa para umas poucas semanas. Não somente a taxa de mortalidade se mostrava relativamente insignificante, como ainda era freqüente emigrarem para o Brasil famílias inteiras, en-

²⁴ Registros originais e documentos relativos às atividades da Inquisição no Brasil e às comunidades criptojudaicas poderão ser encontrados em: Medina, *Inquisición del Plata*; A. Baião, *A Inquisição em Portugal e no Brasil. Subsídios para sua história* (Lisboa, 1906). Também as séries concernentes às primeiras visitas dos inquisidores, *Confissões da Bahia, 1591-1592* (São Paulo, 1922); *Denúncias da Bahia, 1593-1593* (São Paulo, 1925); *Denúncias de Pernambuco, 1593-1595* (São Paulo, 1929); e mais os registros de 1618, publicados em *An. Bibl. Nac.*, XLIX, pp. 75-198.

quanto que para a Índia embarcavam, em regra, apenas soldados e homens não casados (ou, em todo caso, sem as esposas). Desde os primeiros tempos foi reconhecida a superioridade dos homens casados, como colonizadores em potencial, sobre os solteirões. Os jesuítas pediam, com instância, que fossem enviadas moças (mesmo de má vida) para se casarem. Certo funcionário colonial, bastante experimentado, lembrou a D. João III que “um homem casado vale aqui por dez solteiros; porque enquanto um homem sozinho noutra coisa não pensa senão ir-se embora, o casado põe todo empenho em fazer progredir a terra em que vive”²⁵.

Nos séculos XVI e XVII, convictos, ou degredados, eram amiúde enviados de Portugal para as suas colônias, na Ásia, na África e na América, o exílio nelas sendo uma das formas mais comuns de comutação da pena de morte. Foram vivas e freqüentes as queixas dos funcionários coloniais contra essa prática; mas devemos ter em mente que esses involuntários pioneiros não eram necessariamente criminosos empedernidos, a causa de seu exílio tendo sido aquilo que em nossos dias se consideraria pecadilhos sem importância. Não temos informes fidedignos sobre a emigração de Portugal para o Brasil, durante qualquer espaço de tempo; mas, a julgar pelo crescimento rápido da população branca da colônia durante o último quartel do século XVI, ela deve ter sido respeitável. Muitas famílias vieram da Ilha da Madeira e dos Açores, onde a superpopulação era particularmente aguda; por outro lado, as comunidades do norte de Portugal, como Viana do Castelo e Aveiro, afeitas à vida do mar, contribuíram com uma boa quota. Pode-se avaliar, com bom grau de probabilidade, em cerca de cinquenta mil o número dos emigrantes que vieram da Europa (embora nem sempre de sangue europeu) para o Brasil em 1612. Desses, pouco menos da metade convergiu para a capitania nordestina de Pernambuco, que era a mais rica das regiões produtoras de açúcar²⁶.

Durante esse período a situação do Brasil pode ser considerada razoavelmente próspera. Cerca de duzentos engenhos pro-

²⁵ Carta de Antônio Cardoso de Barros ao rei D. João III, citada por J. F. de Almeida Prado, em *A Bahia e as capitanias do centro do Brasil, 1530-1626* (São Paulo, 1945), p. 102.

²⁶ É essa uma grosseira estimativa, baseada sobre dados relativos às oito capitanias no norte, tal como é dada na *Rezaõ do estado do Brasil, 1612*, editada por Engel Sluiter, com a adição de mais umas 6.000 pessoas que se dirigiram para as capitanias do sul e não foram incluídas naquela valiosa compilação. Estimativas sobre o período anterior encontram-se em Varnhagen, *História Geral*, vol. II, pp. 11-21; e em Marchant, *From Barter to Slavery*, pp. 124-5.

duziam um artigo de exportação que se tornava cada dia mais popular na Europa, a despeito das taxas escorchantes cobradas nos portos de Portugal. A colônia, em seu todo, proporcionava ao governo da mãe-pátria mais dinheiro do que ela lhe custava em despesas de administração e defesa, ao passo que as possessões da Ásia constituíam pesado encargo para a coroa. Passando uma rápida vista de olhos no que era, de norte a sul, a América portuguesa, quando nela aportou o jovem Salvador de Sá, concluiremos que a situação das diferentes capitanias era a que se segue.

O Pará e o Maranhão achavam-se em estado embrionário de colonização. Os portugueses não haviam ainda expulsado definitivamente os franceses que tentaram fundar uma colônia em São Luís do Maranhão, e tampouco os aventureiros holandeses e ingleses que freqüentavam o estuário do Amazonas, chegando a subir o curso do rio até ponto mais distante do que o haviam feito, até então, os portugueses. Belém, no estuário amazônico, foi fundada em 1615, no dia de Natal, como o seu nome (Bethlehem) está a indicar. A comunicação marítima entre essa área e a região ao sul do Cabo de São Roque era extremamente difícil por causa dos ventos dominantes e das correntes, sendo praticável somente em certas estações. Por motivos óbvios, de natureza geográfica, a região Pará-Maranhão era comumente chamada de “costa leste-oeste”, contrastando com o litoral compreendido entre o Cabo de São Roque e o Rio da Prata, que era conhecido como “costa norte-sul”. Nos tempos da navegação a vela, o norte era mais acessível vindo-se de Lisboa do que da Bahia. Esse fato fez com que o Maranhão e o Pará fossem, em 1621 (na prática, só em 1626) separados administrativamente do resto do Brasil, como estado ou colônia à parte, situação em que foram mantidos até 1774. O fumo e o algodão eram quase a única produção importante na área em questão, e assim mesmo não era ela muito grande.

O Rio Grande do Norte era uma capitania pobre, com uma população total de oitenta famílias brancas. A criação de gado constituía a sua indústria principal, se é que podemos dignificar com tal rótulo qualquer coisa praticada por tão pouca gente²⁷. As duas capitanias próximas, Paraíba e Itamaracá, desfrutavam de maior prosperidade. Isso porque, a despeito da área pequena ocupada por ambas, a lavoura da cana-de-açúcar estava nelas bem

²⁷ A *Rezão do estado do Brasil* (edição Sluiter) é a principal autoridade em que nos baseamos, aqui e no mais que se segue. Cf. também Varnhagen, *História Geral*, II, pp. 1-21.

implantada. A capitania de Pernambuco, que vinha logo em seguida, era, decididamente, a mais rica e a mais populosa de todo o Brasil. Sua capital, Olinda, era a segunda cidade da colônia contando-se nas terras circunvizinhas, conhecidas pelo nome de Várzea, uns noventa engenhos. Os lavradores mais importantes eram muito ricos e, segundo todas as fontes, os colonos ali levavam vida mais alegre e gozavam de mais liberdade do que em qualquer outra parte do império português. Importavam-se da Europa e (via Lisboa) da Ásia, tudo quanto era artigo de luxo. O florescente tráfico de escravos com a África ocidental supria as lavouras de cana com a sua quota de braços negros.

Sergipe del Rei, capitania que ficava entre Pernambuco e Bahia, era de pouca importância e escassa população, só sendo capaz, toda ela, de fornecer uns cento e cinquenta homens à milícia local. A Bahia, que se estendia para o sul até o rio Jaguaripe, era uma capitania próspera, graças à rapidez com que a produção de açúcar se expandia para o sul, a partir das terras férteis do Recôncavo, comparáveis às da Várzea, de Pernambuco. Na cidade do Salvador, ou Bahia, como era chamada mais comumente, tinham sua residência o governador-geral, o bispo e a alta corte, ou relação. Apesar de ter sido a sede do governo da colônia desde a chegada do primeiro governador-geral, em 1549, a área povoada do Recôncavo não se estendia para o interior além de dezoito milhas (em 1614), permanecendo as lavouras mais distantes ainda sob a ameaça dos índios até meados do século dezessete.

As próximas quatro capitanias que se seguiam ao sul da Bahia, a saber Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e São Tomé, todas muito pouco povoadas, eram improdutivas, a última delas existindo apenas nominalmente. Seguindo para o sul, vinham mais quatro capitanias, das quais a do Rio de Janeiro era a principal. As outras três eram Santo Amaro, Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém e São Vicente. Elas eram tão inextricavelmente entrelaçadas, pelas demandas e contrademandas de seus vários donatários, que passaram a ser tratadas, para os fins da administração, como um grupo uno. Eram conhecidas ora como "capitanias de baixo", ora, mais simplesmente, como capitania de São Vicente, do nome da mais adiantada das três²⁸. Como o

²⁸ "Está tão mística a capitania de São Vicente com a de Santo Amaro que, se não foram de dois irmãos, amanharem-se muito mal os moradores dellas". Gabriel Soares de Sousa, "Tratado Descritivo", in Varnhagen, *História Geral*, II, pp. 18-21. Cf. também *Registro geral*, II, pp. 89-95, 593-597.

Rio de Janeiro e as “capitanias de baixo” constituíam a região a que a família Correia de Sá se achava mais intimamente ligada nos idos de 1563 a 1663, merecem elas aqui uma descrição mais minuciosa.

Bem modesta era a impressão que dava a cidade do Rio de Janeiro em comparação com a riqueza da Bahia e de Olinda; mas, em compensação, a sua situação era muito mais bela do que a de qualquer das duas, a grandiosidade de suas cercanias sendo, com toda justiça, mundialmente famosa. Foi a primeira cidade colonizada durante o reinado do jovem rei D. Sebastião (1557-78), motivo pelo qual recebeu, com o patrocínio do rei, amplos privilégios municipais. Antes da expulsão final dos franceses que ocupavam a baía, fundara-a Estácio de Sá, não longe do sopé do Pão de Açúcar. Após haver expulsado os huguenotes intrusos, transferiu-a Mem de Sá para os altos da um morro (arrasado nos começos deste século) chamado primitivamente de São Januário, mas cujo nome foi subsequenteiramente mudado para o de Morro do Castelo, por causa do forte edificado no seu tope. O governador tratou logo de construir, para os jesuítas, uma casa “coberta de telhas, uma igreja, ou catedral, com três naves, também coberta de telhas. Mandou ainda construir a casa da câmara, a cadeia e os armazéns destinados à guarda das mercadorias e aos bens de Sua Majestade, todos cobertos com telhas e providos de varandas”²⁹. Contrastando com esses edifícios governamentais e eclesiásticos, a maioria dos cidadãos morava em casas construídas de barro (taipa) e cobertas com palha ou folhas de palmeira.

No último quartel do século dezessete, com a pacificação da zona circunjacente, aos habitantes não era mais necessário viverem amontoados nas casas de barro do Morro do Castelo. Muitos deles, inclusive os Correia de Sá, foram pouco a pouco se mudando para casas construídas ao longo da costa, no sopé do morro. Ali a cidade foi lentamente se expandindo, a praia sendo o principal caminho utilizado pelos moradores. As canoas, que desempenhavam o papel de carros na comunicação com as lavou-
ras e os sítios em volta, ficavam ancoradas na praia, defronte das casas de seus donos. Dirck de Ruyter, um capitão de navio holandês feito prisioneiro no Rio de Janeiro em 1618, conta que gastava uma boa meia hora de marcha para percorrer a cidade

²⁹ “Instrumento dos serviços de Mem de Sá”, p. 136, em Varnhagen. *História Geral*, I, p. 401.

em todo o seu comprimento, ao longo da praia, mas que “de largura tinha apenas umas dez ou doze casas”. As ruas, muito poucas, não eram pavimentadas, e as casas, em sua maioria, baixas e escuras. Os utensílios domésticos dos moradores eram poucos e simples, pois os portugueses, tanto na Europa como nas colônias, eram, neste particular, mais espartanos do que os seus vizinhos espanhóis, ou destes descendentes. A pobreza e penúria das habitações, tanto em Portugal como no Brasil, foram sempre alvo de críticas e comentários desfavoráveis da parte dos viajantes que visitaram esses países. A nova cidade não tinha muros, mas o porto era defendido por quatro pequenos fortes, construídos pela família Correia de Sá. É ainda Dirck de Ruyter quem diz que os habitantes da colônia se fiavam, antes de tudo, na lealdade e coragem dos índios, “que eram tão obedientes que seriam capazes de atravessar uma fogueira por causa deles”³⁰.

No segundo decênio do século XVII, já os índios das tribos vizinhas dos núcleos portugueses mais importantes haviam sido tangidos para longe, quando não amansados ou reduzidos ao cativeiro. Não é fácil fazer-se uma idéia da aparência e situação dos “índios mansos” a que se refere Dirck de Ruyter, como vivendo em “aldeias”, sob a vigilância dos portugueses, isso porque os relatos deixados pelos coevos não raro diferem e muito uns dos outros. Mas havia, forçosamente, muita fusão entre as autóctones e os invasores brancos, mormente nos lugares em que não havia mulheres brancas, ou eram elas muito poucas. A maioria das crianças falava duas línguas; até as de puro sangue europeu muitas vezes aprendiam a falar o Tupi, que era a língua geral da grande maioria das tribos da costa, tal como sucedera ao jovem Salvador, durante a sua primeira estada no Brasil.

As tribos insubmissas que moravam no interior da selva viviam muitas vezes guerreando-se entre si, muitas delas se mostrando também permanentemente hostis aos portugueses. Os esforços despendidos pelos colonizadores europeus para escravizar os índios e pô-los a trabalhar em suas roças e lavouras redundaram na gradativa substituição, pelo cativeiro do índio, do canibalismo ritual, que constituía o motivo principal das guerras entre as tribos, na época do descobrimento. Ao que parece, essas guerras originaram-se, das perpétuas migrações em que tantas tribos Tupi se compraziam. A busca incessante de um paraíso ter-

³⁰ Ruyter, *Toortse*, pp. 32-4.

restre e de longevidade levaram-nos a uma série extraordinária de migrações rumo às faldas dos Andes, à bacia amazônica, ou aos altiplanos do sul do Brasil³¹.

A existência do canibalismo entre os selvagens deu aos colonizadores portugueses um pretexto para escravizá-los, para evitar que de outra forma eles fossem mortos e devorados pelos seus inimigos. Como as tribos indomáveis se retirassem para o interior, resolveram os portugueses organizar expedições para ir ao seu encaço no interior das matas e, em menor extensão, tentar descobrir as lendárias minas de ouro, prata e esmeralda que se supunha existirem nas serras cobertas pela mata. Muitas incursões desse tipo, como já tivemos ocasião de referir, foram levadas a efeito por Salvador Correia, o velho, pelo seu filho Martim e por outros membros da família, residentes no Rio de Janeiro. Porém os maiores predadores de índios, que quase outra coisa não faziam em toda a vida senão ir à caça deles, eram os habitantes das "capitanias de baixo", em geral, e da de São Vicente, em particular. A principal cidade dessa região (de fato, se não no nome) era São Paulo de Piratininga, que ficava no planalto e era alcançada da costa por meio de um caminho tortuoso e abrupto, através da Serra do Mar. Nesse planalto não havia qualquer plantação de cana-de-açúcar, visto que os colonos não possuíam suficientes haveres para comprar escravos negros, que eram avidamente procurados pelos ricos senhores de engenho da Bahia e de Pernambuco. Para conseguir braços para trabalhar em suas casas e nas roças, os colonizadores da região em causa organizavam expedições que penetravam, não raro, centenas de milhas no interior das terras, gastando nisso, às vezes, vários anos. Esses expedicionários ficaram conhecidos por vários nomes, como *paulistas*, *mamelucos* e *bandeirantes*. É incerta a etimologia da palavra *mamelucos*; mas ainda não se deu uma prova definitiva de que é errônea a tradição que fá-la derivar da semelhança, real ou imaginária, dos paulistas escravizadores de índios, com os "mamelucos", chefes de escravos no velho Egito. No Brasil é

³¹ Não há concordância entre os autores no tocante à classificação das tribos que existiam nos primeiros tempos do Brasil colonial, tendo cada um idéias diferentes sobre o assunto depois que os padres jesuítas Fernão Cardim e Simão de Vasconcellos dele se ocuparam no séculos XVI e XVII, respectivamente. Com respeito às teorias modernas, convém consultar: A. Métraux, *La civilisation matérielle des tribes Tupi-Guarani* (Paris, 1928); id., *La religion des Tupinambás et ses rapports avec celle des autres tribus Tupi-Guarani* (Paris, 1928); J. H. Steward (org.) *Handbook of South American Indians* (Washington, D. C.), vols. III (1946), pp. 69-133 e V (1949), pp. 645-53.

ainda assunto discutido pelos doutos a origem das palavras *bandeira* e *bandeirante*, quando aplicadas, respectivamente, à expedição dos paulistas em busca de índios e aos que delas participavam. Pelos trabalhos do historiador Diogo do Couto (1542-1616) e outros escritores seus contemporâneos, sabemos que o termo *bandeira* era usado para designar uma formação militar correspondente a uma companhia de 250 homens. Presume-se que ela deriva da *bandeira* que cada companhia levava, como distintivo ou insígnia. A palavra *bandeirante*, usada para os que tomam parte nestas bandeiras, parece não ter sido usada antes do meado do século XVIII. Taunay e outros modernos historiadores brasileiros popularizaram de tal modo o seu emprego que em todos os trabalhos modernos ela é aplicada a quantos nos séculos XVI e XVII se dedicaram à caça e cativeiro dos índios. Nos escritos da época esses expedicionários ora são chamados “mamelucos”, ora “gente de São Paulo”, ou “portugueses de São Paulo”; a palavra “paulista” ocorre pelos fins do século dezessete, na correspondência do Padre Antônio Vieira. Por uma questão de coerência, daqui por diante darei a todos esses preadores de índios o nome de paulistas; mas se acaso aparecerem, uma ou outra vez, os nomes “mameluco” ou “bandeirante”, o leitor deve ter em mente que se trata de pessoas daquele tipo³².

Cunninghame-Graham, em sua *A Vanished Arcadia*³³, ainda digna de ler-se, embora nem sempre escrupulosamente exata, descreveu São Paulo como sendo “um ninho de piratas e valhacouto de todos os valentões do Brasil e do Paraguai. Essa gente, não encontrando mulheres com quem pudesse se unir para transmitir as suas “virtudes”, atiravam-se às índias e às negrinhas, fazendo vir ao mundo uma raça dez vezes pior do que ela própria, como é freqüente acontecer, na América, com os mestiços e os mulatos”. Os escritores brasileiros são, naturalmente, mais complacentes ao se referirem às origens desses homens destemidos, antecessores remotos dos paulistas de hoje, que se gabam de ser a porção mais empreendedora e enérgica de seu país. O fato é que, fosse ou não porque lhe faltassem meios para comprar negras, as mu-

³² Cf. S. Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. VI, pp. 323-5. O que era originariamente a *bandeira* encontra sua definição no *Regimento dos capitães mores e mais capitães e officiaes das companhias de cavallo e de pee*, de 1570, que teve nova publicação em 1574 e 1623: “E nos lugares em que ouver menos de 250 homens se ajuntara com elles gente das aldeas e casaes do termo para fazerem hũa bandeyra de 250 homens.”

³³ *A Vanished Arcadia* (Londres, 1901), p. 55.

lheres com que se casaram os velhos paulistas eram índias, em sua imensa maioria. Em 1614 a raça mestiça de lusos e índios constituía o grosso da população nas capitâneas do sul. Essa situação fazia vivo contraste com a da Bahia e Pernambuco, onde a crescente importação de negros deu como resultado o rápido crescimento da comunidade mulata. A diferença entre o mame-luco e o mulato acha-se expressa de modo conciso quando se diz que o primeiro não conhecia a mãe, enquanto que o último ignorava quem era o pai. O índio meio-sangue seguia, via de regra, as pegadas do pai, tornando-se um preador dos da raça a que pertencia a própria mãe; o mulato, pelo contrário, continuava escravo, como sua mãe africana.

Fossem quais fossem os defeitos maritais ou morais desses mestiços, sua tenacidade e coragem estão fora de discussão. Tais como os *coureurs-de-bois* franco-canadenses, os bandeirantes paulistas adotaram muitos costumes e peculiaridades das tribos com cujas mulheres eles se mesclavam com tanta liberdade. Muitas vezes eram tão versados no que se referia às coisas e ao estilo de vida nas selvas quanto os próprios índios por eles caçados e escravizados; não obstante, conservavam o respeito pelo culto católico e a lealdade, posto que nominal, à coroa. A organização das bandeiras obedecia ao modelo daquilo que chamaríamos colunas volantes. Cada uma se distinguia por um estandarte próprio e, menos freqüentemente, pelo brasão ou penacho de seu chefe; outras vezes pelo retrato de um santo, havendo um caso, pelo menos, em que figuraram as *Quinas* ou armas de Portugal³⁴.

Pelas queixas que faziam os jesuítas, como pelos relatórios dos colonos investidos de funções oficiais no Brasil e no Paraguai durante o século dezessete, parece evidente que na capitania de São Vicente todo colono do sexo masculino e boa constituição estava sujeito a ser, durante algum tempo, caçador de índios e, no tempo restante, um cidadão razoavelmente pacífico. Todos os funcionários municipais de São Paulo, e até muitos membros do clero (com exceção apenas dos jesuítas) tomavam freqüentemente parte nas entradas; os próprios juizes que era de supor-se deversem pôr nisso um paradeiro, eram muitas vezes os primeiros a promovê-las e chefá-las. Nem se deve pensar que todos esses batedores de sertão fossem pessoas iletradas. Muitos deles tinham sido educados no colégio dos jesuítas, em São Paulo, alguns sendo

³⁴ Cf. os documentos publicados em *An. Mus. Paul.*, I, pp. 248-69; idem, II, pp. 325-8; id., III, p. 343 e V, p. 111; *Bandeirantes no Paraguai*, pp. 19-114.

até capazes de discutir passagens da Bíblia com os jesuítas espanhóis que lhes exprobrassem os descaminhos. Qualquer pessoa podia organizar uma bandeira; mas é natural que os chefes e sertanistas mais experimentados atraíssem número maior de seguidores quando estavam à procura de voluntários para uma entrada, a toque de tambores e ao som de trombetas³⁵.

Não é possível imaginar nada mais diferente dos *caranguejos* de Frei Vicente do que esses paulistas predadores de índios. Treinados desde meninos no uso de armas e na vida do sertão, permaneciam longe de suas casas não raro durante meses e, às vezes, anos inteiros. Em suas peregrinações pelo interior chegaram por vezes a avistar no ocidente a cordilheira dos Andes, ou, seguindo para o norte, via rio Madeira, alcançavam o Amazonas. Aprenderam do índio a arte de orientar-se pelo sol, pelas estrelas e pela configuração do terreno, sendo apenas um pouco inferiores aos mais traquejados dentre os seus primos selvagens, como rastreadores, caçadores e pescadores. Suas grosseiras armas de fogo eram-lhes provavelmente menos prestadias do que o arco e a flecha no subosque da floresta tropical, muitos deles sendo tão hábeis no manejo do arco como no da espingarda. Tais como os índios, marchavam normalmente com os pés descalços e em uma só fila³⁶. Um dos seus inimigos mais rancorosos, o grande jesuíta espanhol Padre Ruiz Montoya, disse que eles podiam atravessar trezentas ou quatrocentas léguas de mata virgem, com a mesma facilidade que teriam se estivessem passeando pelas ruas de Madri³⁷. Não podendo levar consigo grande suprimento de comestíveis, em suas longínquas excursões viviam da caça e do peixe, afora o mel que encontravam na mata. Caso aquelas se prolongassem por vários anos, acampavam de espaço a espaço, para plantar e colher mandioca.

Há notícia de que já entre 1553 e 1556 portugueses vindos de São Vicente, por terra, iam vender índios escravos em Assun-

³⁵ Sem contar os documentos publicados em série pelos *An. Mus. Paulista*, tomos I a XIII (1917-49), toda a história do bandeirismo paulista achase contida em Taunay, *Bandeiras e História seiscentista*; e em Alcântara Machado de Oliveira, *Vida e morte do bandeirante* (São Paulo, 1943), para só mencionar os três melhores trabalhos da vasta bibliografia do assunto. Para mais pormenores a respeito, cf. Rubens Borba de Moraes e W. Berrien (orgs.), *Manual bibliográfico de estudos brasileiros* (Rio de Janeiro, 1949), pp. 492-526.

³⁶ Veja-se Sérgio Buarque de Holanda, "Índios e mamelucos na expansão paulista", em *An. Mus. Paul.*, XIII (1949), pp. 177-290, onde esses pontos são tratados e discutidos em pormenor e devidamente documentados.

³⁷ Ruiz de Montoya, "Memorial" de 1643, em Hernández, *Organización social*, II, p. 635.

ção, capital da província do Paraguai; mas só na segunda década do século dezessete começaram as devastações em larga escala levadas a efeito pelos paulistas. O principal campo em que os caçadores de índios exerceram as suas atividades foi o distrito de Guairá, cujos limites eram, grosseiramente, ao norte o rio Paranapanema, ao sul o rio Iguaçu, a oeste o rio Paraná e a leste a costa do Atlântico³⁸. Como não fosse possível converter ao cristianismo os índios de vida nômade da mata, tentaram os missionários jesuítas domesticar os índios Guarani da referida área, juntando-os em núcleos agrícolas, denominados *reduções*. Foram mais bem sucedidos ali do que no Brasil, onde fizeram tentativas para congregar as tribos Tupi em aglomerados semelhantes, porém menores, chamados *aldeias*. Mais pormenores sobre este sistema serão dados nos capítulos III e IV, bastando, por enquanto, anotar aqui que a domesticação dos índios reunidos em grupos numerosos era vantajosa para espanhóis e portugueses interessados em fazê-los escravos mais úteis; mas, por outro lado, expulsam-nos mais a serem aprisionados pelos paulistas preadores de escravos índios.

O receio de que estivessem escravizando cristãos neófitos, ou em potencial, nunca atormentou, um pouco sequer, os paulistas. Um deles respondeu da seguinte maneira a certo jesuíta espanhol, que o ameaçava com a vingança divina por haver matado uma ovelha de seu rebanho: "Serei salvo, a despeito de Deus, porquanto, mesmo que não haja praticado boas ações, sou um cristão batizado e creio em Jesus Cristo"³⁹. Essa atitude, de certo, não se verificava somente nos caçadores de índios do Brasil. Encontramos exemplo eloqüente dela na autobiografia do célebre viajante Fernão Mendes Pinto (c. 1514-1583), pouco depois de ter ele se tornado jesuíta noviço. Rememorando sua juventude desordenada na Ásia, faz a seguinte reflexão: "Penso que um homem, enquanto não houver roubado o cálice, ou qualquer outra alfaia de uma igreja, ou se tornado maometano, nenhuma razão existe para temer as penas do inferno; e que era bastante ser cristão para merecer o perdão de Deus"⁴⁰.

³⁸ Ramón I. Cardozo, *La antigua provincia de Guayrá y la Villa Rica del Espíritu Santo* (Buenos Aires, 1938).

³⁹ "Relación de los agravios", 10 de outubro de 1629 (em *An. Mus. Paul.*, I, p. 249).

⁴⁰ Carta de Fernão Mendes Pinto datada de 1554, em M. Collis, *The Grand Peregrination* (Londres, 1949), p. 256.

Faltam-nos pormenores a respeito do modo pelo qual eram negociados os escravos conseguidos nessas expedições; sabe-se, porém, que os índios eram vendidos, às vezes, em lugares distantes, como a Bahia, ou mesmo, em certas ocasiões, o próprio Portugal. Contudo, parece que se tratava aqui de casos isolados; os cativos, em sua imensa maioria, eram encaminhados para as roças dos paulistas, ou vendidos aos plantadores de cana e aos moradores dos arredores da capitania do Rio de Janeiro. Os paulistas levaram também os seus índios escravos para trabalhar nas minas de ouro que se descobriam de quando em quando nas "capitanias de baixo"; mas eram usados sobretudo na lavoura, ou em casa, como empregados domésticos⁴¹. O índio, ainda na idade da pedra, não se adaptava de bom grado a essa rotina de trabalho, com que absolutamente não estava familiarizado; em consequência disso, grande era a mortalidade entre eles. Além disso, as epidemias introduzidas pelos europeus tornaram-se mais devastadoras depois que os índios foram compelidos a viver aglomerados, e submetidos a condições anti-higiênicas, inevitáveis sob o cativeiro. Tornou-se por isso necessário aumentar a frequência das entradas, com o fim de obter novos braços para o trabalho. A dizimação ou o desaparecimento das tribos das vizinhanças de São Paulo foi o que levou os bandeirantes a empreender expedições tão longínquas, em busca dos Guarani domesticados.

Alguns modernos historiadores brasileiros, para os quais a individualidade e integridade de São Paulo é artigo de fé, têm procurado provar que esse primitivo núcleo planaltino era plenamente auto-suficiente. Afirmam que ele era completamente isolado do resto do Brasil, quer culturalmente, quer política e economicamente, sendo habitado por uma população muito frugal, habituada a viver num regime de pobreza franciscana. Havia, de certo, muitos contrastes entre a capitania de São Vicente e o resto do Brasil. Ao passo que os colonizadores e os plantadores de cana, localizados na costa, concentravam o seu interesse no tráfico marítimo com Portugal e tinham os olhos fixados no Atlântico, os moradores do planalto tinham o rosto voltado para os sertões inexplorados. Nada que correspondesse ao luxo e à vida fácil dos lavradores da Bahia e de Pernambuco se poderia encontrar entre os habitantes do rude interior de São Vicente,

⁴¹ Isso se acha declarado explicitamente na carta da câmara (conselho municipal) de São Paulo ao donatário conde de Monsanto, em data de 13 de março de 1638. *Actas*, São Paulo, vol. IV, p. 384.

que levavam, por força, uma existência frugal. Ainda assim, São Paulo não se achava, de modo algum, tão fora do mundo, e tão completamente alheio ao que se passava no resto da colônia como o Sr. Alfredo Ellis Jr. e sua escola nos querem fazer acreditar ⁴².

O Padre Fernão Cardim, S. J., que conheceu muito bem a região do planalto no curso do último quartel do século XVI, escreveu que Piratininga “tem bons pastos, semelhantes aos de Portugal, sendo muito agradável ver-se a criação nova do gado que ali existe” ⁴³. Certo agente espanhol, de nome Manuel João, que viveu em São Paulo no começo do século XVII, conta que em 1636 a região produziu grande quantidade de trigo, nada menos de 120.000 alqueires ⁴⁴, sem falar na abundância de hortaliças, mandioca, arroz, algodão e boa cópia de ouro de aluvião. Chegou até a garantir ao rei que, mesmo que se perdesse o resto do Brasil, ele poderia ser reconquistado, com base em São Paulo ⁴⁵.

Na correspondência oficial da época e nas cartas dos jesuítas faz-se menção freqüente das quantidades consideráveis de milho, carne e legumes que eram exportados. O fato de haver sempre existido em São Paulo, durante o século dezessete, dois ou três ourives e joalheiros prova que, uma parte da população, pelo menos, levava ali um padrão de vida acima da pobreza. Depois da fundação da cidade, os jesuítas estabeleceram nela uma casa que posteriormente passou a colégio, o que denota um grau de cultura em consonância com o do resto do Brasil e do próprio Portugal.

Antes de descrever, resumidamente, a maneira pela qual o Brasil era governado naquela época, quero dar uma imagem tão fiel quanto possível do que era então a colônia, transcrevendo o que a respeito disse Fernão Cardim, S. J. (1548-1625):

O clima do Brasil geralmente he temperado de bons, delicados e salutiferos ares, donde os homens vivem muito até noventa, cento e mais annos, e a terra he cheia de velhos; geralmente não tem frios, nem calmas, ainda que do Rio de Janeiro até São Vicente ha frios, e calmas, mas não

⁴² Alfredo Ellis Jr. expôs as suas teorias em vários livros e artigos, dos quais é bastante mencionar aqui: *Raça de Gigantes. A civilização do planalto paulista* (São Paulo, 1926); *Amador Bueno e a evolução da psicologia planaltina* (São Paulo, 1944); *Amador Bueno e o seu tempo* (São Paulo, 1948).

⁴³ Fernão Cardim, em *Purchas his Pilgrimes*, IV, p. 1.319.

⁴⁴ O alqueire é uma medida portuguesa equivalente a 13 litros.

⁴⁵ Citado por Jaime Cortesão, *O Estado de S. Paulo*, n.º de 30 de setembro de 1947.

muito grandes; os céos são muito puros e claros, principalmente de noite; a lua é muito prejudicial à saúde e corrompe muito as cousas; as manhãs são salutíferas, têm pouco de crepúsculos, assim matutinos, como vespertinos, porque, em sendo manhã, logo sae o sol, e em se pondo logo anoitece. O Inverno começa em março, e acaba em agosto, o verão começa em setembro e termina em fevereiro; as noites e dias são quasi todo o anno iguaes.

A terra he algum tanto melancolica, regada de muitas aguas, assi de rios caudaes, como do céu, e chove muito nella, principalmente no Inverno; he cheia de grandes arvoredos que todo o anno são verdes; he terra montuosa, principalmente nas fraldas do mar; e de Pernambuco até à Capitania do Espirito Santo se acha pouca pedra, mas dahi até São Vicente são serras altissimas, mui fragosas, de grandes penedias e rochedos. Os mantimentos e aguas são geralmente sadios e de fácil digestão. Para vestir ha poucas commodidades por não se dar na terra mais que algodão, e do mais he terra farta, principalmente de gados e açucares.

E adiante, pp. 104-5:

Este Brasil he já outro Portugal, e não falando no clima⁴⁶, que he muito mais temperado, e sadio, sem calmas grandes, nem frios, e donde os homens vivem muito com poucas doenças⁴⁷, como de colica, figado, cabeça, peitos, sarina, nem outras enfermidades de Portugal; nem fallando do mar que tem muito pescado, e sadio; nem das cousas da terra que Deus cá deu a esta nação; nem das outras commodidades muitas que os homens têm para viverem, e passarem a vida, ainda que as commodidades das casas não são muitas, por serem as mais dellas de taipa, e palha, ainda que já se vão fazendo edificios de pedra e cal, e telha; nem as commodidades para o vestido não são muitas, por

⁴⁶ Na versão inglesa de 1625, abaixo mencionada, em vez de "clima", acha-se "China", erro fora de dúvida.

⁴⁷ A longevidade que se desfruta no Brasil é freqüentemente mencionada pelos escritores portugueses. Disso se encontra um eco no ensaio "Of Health and long life", de Sir William Temple: "Lembro-me de que Dom Francisco de Melo, embaixador português na Inglaterra, falou-me de pessoas tão alquebradas pela idade, ou por outros motivos, que era de esperar-se não terem mais de um ou dois anos de vida, mas que depois de se mudarem para o Brasil tiveram ali vida longa, durando ainda mais vinte ou trinta anos, ou mais, graças ao vigor que readquiriram com a mudança". *Works of Sir William Temple, Bart.* (Londres, 1770), vol. II, p. 273.

a terra não dar outro panno mais que de algodão. E nesta parte padecem muito os da terra, principalmente do Rio de Janeiro até São Vicente, por falta de navios que tragão mercadorias e pannos; porém as mais capitánias são servidas de todo genero de pannos e sedas, e andão os homens bem vestidos, e rasgão muitas sedas e veludos. Porém está já Portugal, como dizia, pelas muitas commodidades que de lá lhe vêm ⁴⁸.

A autoridade dos governadores-gerais, como é natural, variava largamente conforme as condições locais, sendo apenas nominal nas regiões mais distantes. São Paulo destacou-se desde o começo pela bravia independência de seus habitantes, tendo sido apelidado a “Rochelle do Brasil”, nome que lembra a fortaleza protestante que tanto trabalho dera à monarquia francesa da época. O governador-geral tinha plenos poderes em tudo que se relacionasse com as forças militares e a defesa; mas em se tratando de assuntos administrativos sua jurisdição era rigidamente limitada. A administração local estava nas mãos das câmaras ou conselhos municipais, sobre os quais ele podia exercer alguma influência, porém só raramente submeter ao seu inteiro controle. Não lhe era permitido interferir com o bispo em assuntos eclesiásticos, a não ser na arrecadação dos dízimos, que constituía um privilégio da coroa. Na esfera legal, via ele a sua autoridade cercada por um tribunal superior, ou *relação*, instalado na Bahia em 1609.

Essa corte era uma entre as três existentes, ficando as outras no Porto e em Goa. Em certos casos tinha-se o direito de apelar para a alta corte de apelação, em Lisboa. O grande aumento no número de advogados e notários resultante da criação de uma “relação” na Bahia deu lugar a repetidas queixas da parte dos

⁴⁸ A narrativa original de Cardim foi escrita por volta de 1600; mas, de modo geral, vale para a década subsequente.

Nota do tradutor: Na edição inglesa os trechos entre aspas aparecem convenientemente traduzidos, tais como se encontram em *Purchas his Pilgrimes*, vol. IV, pp. 1.300 e 1.318-19 (1625). Na presente versão julgou-se acertado voltar ao original, transcrevendo textualmente Cardim, com base em *Tratados da terra e gente do Brasil* (J. Leite edit., Rio de Janeiro, 1925), obra publicada sob os auspícios da Academia Brasileira de Letras, com introdução e comentários de Rodolpho Garcia.

colonos⁴⁹. Esse ramo da corte sofreu uma interrupção com a ocupação da Bahia pelos holandeses, em 1624-5, mas foi restabelecido em caráter mais permanente em 1652. Convém acrescentar que no Brasil colonial os juízes e jurisconsultos jamais tiveram a importância de seus colegas na América espanhola, onde as altas cortes (*audiencias*) e seus presidentes dispunham de largos poderes, não só executivos e administrativos, como judiciais. As leis que se aplicavam no Brasil eram as mesmas que Portugal havia incorporado em uma série de códigos, coligidos e publicados conjuntamente com o nome de *Ordenações Filipinas*. Essas ordenações eram uma versão revista das promulgadas por Dom Manuel em 1521, as quais remotamente se originavam de uma combinação do direito romano com as leis visigóticas, transmitida pela Idade Média. O código penal adotava a mesma severidade draconiana da maioria das outras nações européias naquela época; mas a pena de morte, tantas vezes invocada nos estatutos, nunca foi, na prática, largamente aplicada, quer em Portugal, quer em suas possessões ultramarinas. A praxe era a comutação da pena de morte, substituindo-a pelo degredo.

O *senado da Câmara*, ou conselho municipal, era órgão dos mais importantes na vida colonial; era o equivalente português do *cabildo* espanhol, e do *town council* anglo-americano. A semelhança destas instituições, atingia ele maior importância quando transplantado nas colônias do que quando se achava sujeito às tendências centralizadoras do governo metropolitano. A composição do senado da câmara variava ligeiramente de acordo com o tempo e o local, mas era constituído, habitualmente, de dois *juizes ordinários*, três conselheiros ou *vereadores*, e um *procurador*. O processo adotado nas eleições para esses (e, às vezes, para outros) postos municipais não era exatamente o mesmo em cada localidade, mas nunca fugia muito dos moldes que se seguem⁵⁰.

⁴⁹ Cf. Varnhagen, *História Geral*, vol. II, pp. 119-22. Queixas semelhantes contra o grande aumento e a desnecessidade dos litígios que se seguiram à instituição de um tribunal superior em Goa poderão ser encontradas nos trabalhos de Diogo do Couto, *Dialogo do soldado pratico* (escrito em 1600) e de Antonio Bocarro, *Livro do estado da Índia oriental* (escrito em 1635). Em 1673 queixava-se Salvador de Sá de que os tribunais instituídos no Brasil e em Angola haviam feito a essas colônias quase tanto mal quanto os invasores holandeses. *Documentos históricos*, LXXXVII, p. 235 (1950).

⁵⁰ As fontes primárias para o estudo dos conselhos municipais portugueses durante o século XVII são as *Ordenações* de 1603, a coleção das *Actas*, de São Paulo e das *Atas da Bahia*, bem como os *Arquivos* da câmara de Macau (4 vols., 1929-41). Boa fonte secundária é o trabalho de E. Zenha, *O município no Brasil, 1532-1700* (São Paulo, 1948).

As eleições municipais realizavam-se cada três anos, tendo direito de voto todo cidadão residente no local, posto que não tivesse sangue judeu, mouro ou africano, e tampouco exercesse atividade ostensiva na indústria ou no comércio. O corpo de eleitores assim constituído era chamado *povo*. Convocado pelo *ouvidor*, ou seu substituto, o vereador mais velho, na semana que medeia entre o Natal e o Ano Bom, o povo se reunia, indicando, por votação secreta, seis eleitores, escolhidos entre os seus. Esses eleitores, devidamente juramentados, eram divididos em três pares, não havendo entre os membros de cada par, em teoria pelo menos, ligações de sangue ou de família. Isolados uns dos outros na casa do senado⁵¹, cada par fazia uma lista daqueles entre seus concidadãos que consideravam mais qualificados para ocupar os postos municipais durante os três anos seguintes. Essas três listas eleitorais, depois de receberem as assinaturas de cada par de eleitores, eram entregues ou remetidas ao *ouvidor*, que as conferia, para verificar a inexistência de conchavos. Baseando-se nessas listas, preparava um quarto rol, chamado *pauta*, no qual ele inscrevia os nomes dos candidatos a cargos municipais que não tivessem parentesco entre si até o quarto grau, dispondo-os em grupos apropriados a cada cargo.

De posse da pauta trienal, o juiz da coroa ou outra autoridade para isso devidamente credenciada, compilava três novas listas a que se dava o nome de *pelouros*, cada uma das quais era dobrada e lacrada, ou senão enrolada e metida dentro de uma bola de cera. Faziam-se três pelouros para os juízes de paz⁵², três para os vereadores e três para cada um dos cargos restantes. Depois, eram eles postos dentro de uma sacola em que havia tantas bolsas quantos eram os cargos submetidos a votação. Colocados os pelouros na que lhes competia, a sacola era guardada debaixo de chaves. No dia de Ano Bom, ou, às vezes, na véspera, o resultado era apurado numa cerimônia conhecida pelo nome de *janeirinhas*. Um menino metia a mão em cada bolsa da sacola e, depois de baralhar os pelouros, tirava um. Proclamava-se então, numa assembléia geral, o nome dos funcionários assim escolhidos para servir no ano seguinte, sendo eles logo investidos no cargo, caso

⁵¹ A construção da casa do senado obedecia sempre ao mesmo plano: um edifício de forma quadrangular com uma cadeia ou cárcere no piso térreo e um ou vários salões no andar superior destinados às reuniões do conselho.

⁵² Os "juízes ordinários de vara vermelha", como eram chamados por causa da cor das varinhas que empunhavam quando no exercício de suas funções. Os juízes da coroa e de direito levavam varinhas brancas.

estivessem presentes, depois de prestarem o juramento de que cumpririam o seu dever sem temor ou favoritismo.

A lista anual de nomeações anexava-se uma de sucessão. No caso de vir a falecer um dos conselheiros, a vaga era preenchida imediatamente em reunião extraordinária dos eleitores, que procediam a uma escolha sumária, ou senão mediante uma cerimônia formal realizada na catedral ou outra igreja. Neste caso reuniam-se os senadores em torno do ataúde, enquanto o presidente do conselho pronunciava três vezes o nome do falecido, cujo óbito era atestado formalmente por um médico. Abria-se então a lista de sucessões, sendo o substituto nomeado pelo presidente do conselho, que entregava solenemente a varinha do ofício, retirada da mão do defunto⁵³. Aos conselheiros cujo mandato houvesse expirado só era permitido serem reeleitos depois de decorridos três anos; não obstante, em algumas cidades de Portugal, eles continuavam automaticamente em exercício durante o ano seguinte, como procuradores, a fim de explicar aos seus colegas novatos pormenores concernentes às transações realizadas no ano anterior, e de facilitar a continuidade da política⁵⁴.

Uma vez eleito, reunia-se o conselho em conclave, a fim de nomear os que entre eles não tinham já recebido votos. Nesse número achavam-se normalmente incluídos o secretário, o carcereiro e o pregoeiro público. Em algumas capitânias, tanto esses como outros funcionários de menor categoria eram nomeados pelo donatário, ou pelo seu representante. Via de regra, a presidência era exercida alternativamente pelos conselheiros; mas, em alguns casos, obedecia ela a uma rotação mensal, enquanto em outros o mais velho dos conselheiros assumia o cargo. As justiças exerciam a sua jurisdição nos casos sumários, ficando sujeita a apelação para o ouvidor mais próximo, ou, em certas ocasiões, para o tribunal superior, na Bahia. Cabia aos conselheiros a rotina dos negócios municipais e, de modo geral, a administração local. O procurador era responsável pela execução das ordens escritas emanadas do senado e atuava como um diretor de serviços públicos nos dias de hoje. Às vezes acumulava também as funções de tesoureiro; mas nos municípios grandes esse posto era,

⁵³ Montalto de Jesus, *Historic Macao* (Hongcong, 1902), p. 38. No Brasil, a eleição imediata, ou "eleição de barrete", parece ter sido a mais comum. Cf. E. Zenha, *O município no Brasil*, pp. 85-6.

⁵⁴ Parecer inédito de Tomé Pinheiro da Veiga, procurador da coroa, Lisboa, 31 de janeiro de 1652, na coleção do autor. Cf. também Zenha, *O município no Brasil*, pp. 64-5.

comumente, sujeito a substituição, ou dependia de nomeação. As reuniões do conselho eram assistidas por funcionários da coroa residentes no local, tais como o ouvidor, o provedor e o almoxarife.

É quase escusado dizer que esses regulamentos eleitorais nem sempre eram seguidos, até porque era impraticável obedecer literalmente às *Ordenações* da metrópole em núcleos coloniais de dispersa população. Dada a grande percentagem de sangue israelita no Portugal do século dezessete, não poucas vezes foram eleitos conselheiros de ascendência judaica. A discriminação contrária à admissão de artesãos e de negociantes foi freqüentemente ignorada na prática, mormente nas cidades mais longínquas, como São Paulo⁵⁵. Em muitos lugares é claro que a cláusula relativa à inexistência de qualquer laço de família entre os eleitores não podia ser observada; na realidade, os conselhos tendiam a tornarem-se oligarquias rotativas, que se perpetuavam indefinidamente. Apesar de tudo, pode-se dizer que durante o século dezessete eles funcionavam como instituições democráticas de base relativamente sólida, dúvida não havendo de que eram corporações muito menos fechadas do que os *cabildos* hispano-americanos. Isso talvez porque a emigração de Portugal para o Brasil foi sempre muito mais fácil do que a da Espanha para o Novo Mundo, estando assim garantido o suprimento constante de sangue novo.

Em sobrevivendo uma crise, o povo e as autoridades do lugar, tanto militares, como judiciais e eclesiásticas, aliavam-se para deliberar sobre as medidas a serem tomadas, colaborando com os conselheiros municipais. Essas assembléias tinham o nome de *conselho geral*, e podiam ser convocadas também em praça pública pela massa, como não raro aconteceu. De maneira semelhante, às vezes, em se tratando de assuntos diretamente relacionados com os seus misteres, ou nos casos de crise aguda, eram também chamados para deliberar em conjunto com os conselheiros, representantes do comércio e operários. Embora as *Ordenações* de 1603 restringissem teoricamente a ação dos conselhos municipais à esfera da administração local, na prática o seu raio de ação nas colônias era habitualmente muito mais largo. Eles se correspondiam diretamente com o governador-geral e com a

⁵⁵ Exemplos típicos podem ser procurados em Zenha, *O município no Brasil*, pp. 92-8, e M. C. Martins Ribeiro, "Os oficiais da câmara de São Paulo no século XVI", em *Revista da Administração*, Universidade de São Paulo, III, pp. 63-86 (1949).

coroa toda vez que isso lhes parecia necessário, interferindo, não raro, em assuntos políticos e eclesiásticos⁵⁶. As relações dos conselhos municipais com os governadores das capitânias e as autoridades eclesiásticas nem sempre foram muito cordiais, servindo isso de freio às tendências despóticas das últimas, como teremos a oportunidade de verificar. Por outro lado, algumas das famílias mais poderosas do Brasil — tais como os Correia de Sá no Rio de Janeiro, os Pires e Camargo em São Paulo, os Albuquerque em Pernambuco — conseguiram garantir a eleição de seus parentes e protegidos para os conselhos municipais, exercendo assim influência sobre as suas resoluções.

Num país de tão devoto catolicismo as ordens religiosas eram, por igual, de suma importância na vida da colônia, chegando a sobrepujar, a esse respeito, o clero secular. Como já se disse, os jesuítas, embora não tivessem sido os primeiros nesse campo, foram (a partir de 1549) os mais ativos, os mais ubíquos e os mais poderosos. A posição privilegiada que desfrutavam como protetores dos índios⁵⁷, a grande influência que tinham da corte e o controle que exerciam sobre a educação foram fatores decisivos na configuração da sociedade brasileira durante mais de dois séculos⁵⁸. Possuidores de grandes extensões de terra e vastos canaviais na Bahia, Olinda e Rio de Janeiro, tornaram-se os beneditinos muito poderosos nessas cidades e em suas cercanias; mas no campo da educação, assim dos índios como dos colonos, estavam longe de poder competir com os jesuítas. As outras ordens, das quais a dos franciscanos e a dos carmelitas eram as mais importantes, não se destacaram particularmente no tocante ao assunto, embora talvez haja demasiada crueza no julgamento de Southey, quando os chama desdenhosamente de súcias de mandriões (“swarms of lazy drones”).

A proteção aos pobres e aos enfermos estava a cargo, em parte, da igreja e das ordens religiosas; mas era exercida, antes de tudo, por instituições de caridade, entre as quais estava em

⁵⁶ Em 1678, julgaram as autoridades de Lisboa necessário lembrar à câmara da Bahia que a coroa não repartia com os conselhos municipais a responsabilidade da governança do império colonial português. *Documentos históricos*, LXXXVIII, p. 153 (1950): “Sua Alteza não tinha repartido com eles o cuidado como há de governar a sua Monarquia”.

⁵⁷ Como vai descrito pormenorizadamente páginas adiante, no Capítulo IV.

⁵⁸ A *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do padre Serafim Leite, S. J., é o trabalho básico sobre os jesuítas no Brasil.

primeiro lugar a Santa Casa de Misericórdia⁵⁹. Essa grande organização foi fundada em Lisboa, no ano de 1498, sendo transplantada pelos portugueses em todas as suas possessões ultramarinas. A despeito de um ou outro abuso, seus fundos eram, via de regra, bem administrados pelos *irmãos da mesa*, a quem cabia dirigir as suas atividades, de conformidade com as rendas provenientes de doações pias e legados testamentários.

Os rendimentos da colônia provinham, principalmente, do pau-brasil, monopólio da coroa, e dos dízimos eclesiásticos por ela arrecadados, em troca dos salários que pagava ao clero. Durante esse período a coroa aforava quase todas as suas fontes de renda, nem sempre dando aos contratadores adequada segurança financeira. Eram frequentes as falências⁶⁰; mas, a despeito disso, como já foi assinalado, o Brasil era uma colônia rendosa, em comparação com os estabelecimentos decadentes da Ásia. Como índice dessa prosperidade, o rendimento total da colônia, que em 1602 foi aforado pela soma de 106.000 cruzados, dez anos mais tarde seria arrendado, tomando em consideração somente as oito capitanias do norte, por 125.000 cruzados⁶¹.

O governo central controlava a colônia por meio de vários conselhos e tribunais, cujas sedes estavam em Lisboa. De 1604 a 1614 o principal deles era o *Conselho da Índia*, que parece ter sido fundado por Filipe III, de Espanha (II de Portugal), imitando o *Consejo de Indias*, que dirigiu diretamente os destinos da América espanhola a partir de 1524. O Conselho da Índia, apesar do nome, não se restringia aos negócios com a Ásia, mas tratava também de assuntos concernentes à África e ao Brasil. Essa inovação despertou muita oposição da parte dos tribunais mais antigos, que haviam participado da supervisão das *conquistas* (assim oficialmente chamadas) e reassumiram as suas antigas funções em 1614, com a abolição do *Conselho da Índia*. Os dois tribunais mais importantes que a partir de então se ocupavam com as colônias eram a *Mesa da Consciencia e Ordens* e o *Conselho da Fazenda*⁶².

⁵⁹ Cf. Manoel S. Cardozo. "The lay brotherhoods of colonial Bahia". *Catholic Historical Review*, XXXIII, pp. 12-30 (abril de 1947).

⁶⁰ Para casos típicos, cf. Varnhagen, *História geral do Brasil*, II, p. 71.

⁶¹ *Rezão do estado do Brasil 1612*, ed. Sluiter, *Hisp. Amer. Hist. Review*, XXIX, p. 521.

⁶² Cf. J. Stevens, *The ancient and present state of Portugal* (Londres, 1706), pp. 67-68, onde há uma breve notícia sobre esses conselhos tomada a Faria y Sousa, *Europa portuguesa*, de 1678, a qual, por sua vez, é uma reedição do *Epitome de las historias portuguesas* (Madri, 1628), 2 vols., do mesmo autor.

A Mesa da Consciência e Ordens (militares) datava do reinado de D. João III, e tinha por fim instruir a coroa a respeito das altas questões eclesiásticas e de política religiosa em Portugal e suas colônias. Emitia recomendações no tocante aos subsídios e prebendas, inclusive à escolha e nomeação de bispos; ocupava-se com a arrecadação e a administração dos dízimos nas colônias, em proveito, da coroa, com as propriedades religiosas das três ordens militares, com o resgate dos escravos capturados pelos corsários berberes, com a justificação do tráfico negro em face da moral, e outros assuntos que tais. Resumindo, desempenhava ela o papel de guardiã da consciência do rei nos negócios do estado. A mesa era constituída de um certo número de jurisconsultos eclesiásticos e civis, sob a presidência de um representante da nobreza, ou de um prelado.

Ao Conselho da Fazenda cabia, precipuamente, deliberar sobre os assuntos financeiros, ou com eles relacionados. Era também responsável pelo apresto das frotas destinadas às Índias Orientais, supervisionando, por outro lado, o tráfico comercial com o Brasil e com as colônias da Ásia e da África. Compunham-no, normalmente, três fidalgos escolhidos entre os conselheiros de estado, três juristas civis e quatro clérigos. Como era inevitável, havia boa dose de interferência entre a Mesa da Consciência e o Conselho da Fazenda, ao passo que o Conselho de Portugal, que representava o interesse nacional em Madri, também tinha atribuições no tocante à alta política colonial, muito embora suas funções não fossem além das de simples conselheiros.

No ano de 1614, o avô e homônimo de Salvador de Sá foi nomeado governador das *capitanias de baixo*, com amplos poderes e privilégios. O objetivo colimado nesta investidura era incentivar a exploração das betas auríferas, nos lugares em que já haviam sido trabalhadas e se pensava existirem outras minas muito mais ricas. As investigações provaram desta vez tão infrutíferas como as anteriores; mas nessa jornada o velho Salvador levara consigo seu neto, que ainda ficaria no sudoeste do Brasil mais de quatro anos⁶³. Nenhuma notícia pormenorizada nos ficou sobre as atividades do último, e tampouco das de seu pai, Martim, que, é de crer, terá durante algum tempo tomado parte nessas pesquisas; mas sabemos que ele travou conhecimento (e

⁶³ Relatório de Salvador de Sá ao Conselho Ultramarino, em 3 de maio de 1677 (Arq. Hist. Colon. de Lisboa, cód. 253, fls. 43 ss.; *Revista trimensal*, LXIII, parte 1, pp 5-13 (1901).

granjeou a estima) dos Tupi que habitavam a região, aprendendo a falar fluentemente a *língua geral*⁶⁴.

Salvador de Sá, o velho, mandou Martim de Sá a Portugal em fins de 1616, com algumas amostras de minério aurífero, dando-lhe instruções para obter novos mineiros experimentados que o ajudassem a descobrir as misteriosas minas de ouro e de prata. Se o jovem Salvador acompanhou o pai, ou se ele voltou para lá mais tarde, na companhia do avô, é do que não se tem certeza. Tudo que se sabe é que os três se achavam em Lisboa quando Martim de Sá foi nomeado comandante da guarnição do Rio de Janeiro e adjacente distrito costeiro, cabendo-lhe ainda a supervisão dos aldeamentos indígenas dos arredores⁶⁵. Em abril do mesmo ano, Salvador, o moço, recebeu o título de cavaleiro da ordem militar de Santiago (Saint James), sendo dispensado da exigência legal segundo a qual não se podia ser cavaleiro antes dos vinte e um anos⁶⁶.

Quando, pelo verão de 1618, pai e filho voltaram ao Brasil, desembarcaram na Bahia, onde o governador-geral, Dom Luís de Sousa, lhes pediu para ajudá-lo na procura das minas de prata de Itabaiana, no interior da capitania de Sergipe. Ambos fizeram a tentativa, mas o resultado foi um fiasco semelhante ao da expedição de São Paulo. O que se supunha ser minério argentífero, quando submetido às provas do fogo e do mercúrio deu resultado negativo, ficando provado tratar-se de malaquita, ou coisa semelhante.

A presença de Martim e do filho no Rio de Janeiro em 1618 é atestada pela descrição da viagem realizada pelos navegadores galicianos Bartolomé e Gonzalo Nodal, que penetraram no porto com as suas duas caravelas, no curso da célebre viagem que fizeram ao Estreito de Magalhães. A expedição espanhola estacionou duas semanas na baía do Rio de Janeiro, onde os irmãos Nodal receberam muita ajuda de Martim de Sá, que eles descreveram como sendo um homem muito rico e temido, ao qual todos davam o tratamento de "Vossa Senhoria". Salvador poupou as vidas de quatro marinheiros espanhóis, que haviam sido condenados à

⁶⁴ *Registro geral*, II, p. 593-7.

⁶⁵ Decreto real de 22 de fevereiro de 1618, citado por Vivaldo Coaracy, *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 44.

⁶⁶ Torre do Tombo, "Chancelaria da Ordem de Santiago", livro X, fol. 30.

morte por insubordinação, mas tiveram a pena sustada graças à sua intercessão em favor deles⁶⁷.

Das atividades desenvolvidas por Salvador durante os cinco anos que se seguiram sabe-se ainda menos do que se conhece a respeito dos cinco anos que ele passara no Brasil, em 1615-17 (?). Em 1621, seu tio Gonçalo Correia de Sá sucedeu a Martim, seu pai, como administrador das minas de São Paulo, tendo os dois irmãos trabalhado intermitentemente no fortalecimento da defesa das costas do Rio de Janeiro. A julgar pela carreira feita depois por Salvador, parece provável que ele tenha despendido boa parte daqueles cinco anos em entradas na capitania de São Vicente, seja à caça de índios, seja na pesquisa de minas, em companhia dos paulistas. Como alternativa, poderá ter acompanhado o pai, nas freqüentes viagens de inspeção às defesas costeiras das capitanias do sul. Por esse tempo (1620-2), Martim era também governador da capitania de São Vicente; mas o cargo foi exercido, a maior parte do tempo, por intermédio de um delegado seu, Brás Cubas⁶⁸. Um decreto real datado de 21 de fevereiro de 1637 alude aos serviços prestados por Salvador, como encarregado de um comboio de trinta navios de açúcar, saído de Pernambuco com destino à mãe-pátria, onde alcançou o Tejo, sem contratempos. Não há registro preciso da data em que foi prestado esse serviço notável; mas, do contexto pode-se inferir que ele ocorreu em 1623, ou nas proximidades desse ano, visto que o documento, na mesma ocasião, alude à sua volta para Portugal no ano seguinte⁶⁹. Neste ínterim, a 11 de junho de 1623, assume Martim de Sá, pela segunda vez, o governo do Rio de Janeiro, iniciando imediatamente os trabalhos de fortificação, como consequência do anunciado perigo de um ataque dos holandeses.

⁶⁷ Bartolomé Garcia e Gonzalo Nodal, *Relación del viaje*, pp. 8-9 (Madri, 1621).

⁶⁸ Para os serviços de Martim de Sá e seu irmão, vejam-se documentos no Arquivo Histórico Colonial, de Lisboa, catalogados nos *Ann. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, vol. XXXIX, pp. 1-4 (1917).

⁶⁹ "em vir de Pernambuco por cabo de trinta navios que trouxe a salvamento, tornar ao Rio de Janeiro com o socorro quando foi tomada a Bahia..." Esse decreto foi reimpresso muitas vezes, depois de sua primeira publicação por Varnhagen, na *Revista trimestral*, vol. III (1841), pp. 112-13.

Capítulo II

A EXPEDIÇÃO DOS VASSALOS

O intercâmbio comercial da Holanda com as colônias atlânticas das duas coroas ibéricas foi muito mais importante do que comumente se imagina¹. Durante os oitenta anos em que as Províncias Unidas estiveram em guerra com a Espanha para alcançar sua independência (1568-1648), fora ele exercido, forçosamente, com base no contrabando; mas, por volta de 1605, cerca de cento e oitenta navios holandeses visitavam anualmente o litoral do Caribe, com os olhos voltados principalmente para as salinas de Punta de Araya, na costa da Venezuela (dos nossos dias). Em 1621 havia, ainda em embrião, alguns estabelecimentos holandeses, ou postos de comércio, instalados no Rio Hudson, na Guiana e no delta do rio Amazonas, nada menos de dez a quinze navios sendo construídos anualmente nos Países-Baixos para atender, exclusivamente, ao comércio com o Brasil. As Províncias Unidas importavam, anualmente, de quarenta a cinquenta mil caixas de açúcar brasileiro, mantendo ali em atividade vinte e nove refinarias. Diz-se que a metade, ou os dois terços do tráfico entre o Brasil e a Europa, estiveram nas mãos dos holandeses durante os doze anos (1609-21) de trégua com a Espanha.

Comerciantes portugueses, inclusive os cristãos-novos, ou judeus recém-convertidos, que formavam uma parcela importante da comunidade comercial lusitana, fretavam amiúde navios holandeses, à semelhança do que se fazia na Hansa neutra e no Báltico. É muito natural que esses renegados pela sociedade, que o Santo Ofício olhava com a maior suspeição, quando não se achava ativamente empenhado em persegui-los, não tivessem a menor

¹ Bom apanhado sobre o progresso da penetração holandesa no império colonial ibérico, com base em síntese judiciosa das fontes holandesas, espanholas e portuguesas, pode ser encontrado em dois ensaios de Engel Sluiter, de onde são extraídos os dados contidos no texto: "Dutch Maritime Power and the Colonial Status Quo, 1585-1641", em *Pacific Historical Review*, XI, pp. 29-41 (1942); "Dutch-Spanish Rivalry in the Caribbean Area, 1594-1609", em *Hisp.-Amer. Historical Review*, vol. XXVIII, pp. 165-96 (1948).

estima pelos seus opressores; mas os motivos que os levavam a colaborar com os holandeses eram antes de tudo econômicos, e não religiosos ou políticos².

Já em 1592 haviam sido feitas sugestões no sentido de que todas as atividades dos holandeses em águas americanas deviam ser organizadas em linhas semelhantes às do que chamamos hoje "trust", "pool" e "cartel". O espírito atuante nessa agitação foi Willem Usselinx, flamengo refugiado de Antuérpia, cuja idéia, no começo, era mais a colonização das áreas devolutas da América do Sul, do que propriamente a conquista dos territórios já ocupados pelos espanhóis e portugueses³. Por motivos que é desnecessário indagar neste momento, os que se achavam interessados no referido esquema desistiram de seus planos de colonização, abraçando a sugerida alternativa de atacar as fontes de que emanava a riqueza que a Espanha e Portugal auferiam de suas colônias no Novo Mundo. O primitivo projeto de organizar uma companhia particular de comércio não pôde ir adiante por causa dos doze anos de trégua (1609-21) na guerra da Holanda com a Espanha; mas, assim que a luta recomeçou, os promotores do novo esquema alcançaram maior êxito. A 23 de junho de 1621 incorporou-se formalmente a Companhia das Índias Ocidentais, com um capital de sete milhões de florins, soma esta da qual somente 4.300.000 florins tinham sido pagos em fins de 1623, e isso, em grande parte, graças aos investimentos feitos nos últimos meses por franceses e venezianos⁴.

Os escritores portugueses e (não tanto) brasileiros tendem a caracterizar essa formidável corporação, que tantos danos infligiu às colônias ibéricas do Atlântico, como sendo obra de capitalistas judeus, especialmente dos judeus sefarditas que, expulsos da Península, estavam ansiosos por tirar uma represália de seus antigos concidadãos, súditos do Rei Católico. No presente século

² Anthony Knivet, que partiu de Pernambuco em 1602 numa frota comandada por Salvador Correia de Sá, o velho, com destino a Lisboa, conta que ela era "constituída de quinze navios cargueiros de Hamburgo, sete flibotes de Emden e Hamburgo", fora vinte caravelas portuguesas. *Purchas his Pilgrimes*, IV, p. 1.224, onde a data foi erroneamente indicada como 1596. Veja-se também Ruitter, *Toortse*, pp. 35-6; Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, p. 404; W. A. Engelbrecht, *Schets der historische betrekkingen Portugal-Nederland*, pp. 16-19 (Haia, 1940).

³ Excelente biografia de Usselinx encontra-se em Jameson, *Willem Usselinx. Founder of the Dutch and Swedish West-India Companies*; também, em holandês, em C. Ligtenberg, *Willem Usselinx* (Utrecht, 1914).

⁴ G. M. Asher, *A Bibliographical Essay*, pp. XIV-XIX; Wassenauer, *Historish Verhael*, V, pp. 101-3.

os historiadores judeus têm insistido em dar longo curso a essa versão, empenhados em atribuir aos marranos muito mais do que de fato lhes cabe, embora os seus feitos tenham sido, em sã consciência, muito notáveis⁵.

O fato é que as atividades da Companhia das Índias Ocidentais estiveram, antes de tudo, nas mãos dos calvinistas emigrados da Flandres espanhola e, muito particularmente de Antuérpia, como prova o estudo das listas originais de diretores e acionistas. A participação dos judeus não alcançava um por cento do capital inicial. Os comerciantes de Amsterdã e os capitalistas (abstraidos os judeus) ficaram com o grosso das ações, ao mesmo tempo que a Companhia recebia grande apoio financeiro da Zelândia, onde os calvinistas, odiados pelos espanhóis, seus hereditários inimigos (*erf-vijand*), eram particularmente virulentos⁶. Há muita verdade quando se diz que a Companhia das Índias Ocidentais foi sustentada pelo partido da guerra ("war party") das Províncias Unidas, cujo poderio emanava da casa de Orange e dos a ela aderentes, dos ministros calvinistas (que gozavam de grande influência na Zelândia) e das comunidades marítimas das cidades. Por outro lado, a Companhia das Índias Orientais, mais antiga e mais rica, recebia largo apoio da oligarquia que formava a classe governante, por força de seu poder econômico e do controle que exercia sobre todas as nomeações municipais e administrativas. Era nessa oligarquia burguesa que o Grande Pensionário, Johan van Oldenbarneveldt, baseava o partido da paz

⁵ Relatos, destituídos de base e fortemente exagerados, sobre a sinistra influência dos judeus na Companhia das Índias Ocidentais podem ser encontrados em Gustavo Barroso, *História Secreta do Brasil* (São Paulo, 1938), e *An. Acad. Port. de História*, VII, págs. 43 a 68 (1942); Durval Pires de Lima, *An. Acad. Port. de Hist.*, VII, págs. 194-211 (1942). Para uma visão mais equilibrada, vejam-se: De Laet, *Iaerlyck Verhael*; Asher, *A Bibliographical Essay*; as biografias de Willem Usselinx (nota 3). Também J. H. Bloom, *The Economic Activities of the Jews in Amsterdam in the XVIIth and XVIIIth centuries*, págs. 124-144 (Williamsport, 1937), embora até este escritor sabidamente cuidadoso tenha sido por vezes arrastado a exagerar, indevidamente, a influência dos judeus, tomando a sério (pág. 129) certos contos da carochinha, tais como o depoimento de Estêvão Aires, perante a Inquisição, a 7 de abril de 1634. Consulte-se ainda B. Vlekke, *Evolution of the Dutch Nation*, págs. 185-6 (Nova York, 1945) e, antes de tudo, J. G. van Dillen, "Vreemdelingen te Amsterdam in de eerste helft der zeventiende eeuw. De portugeesche Joden". *Tijdschrift voor geschiedenis*, I, págs. 4-35 (1935), que se baseia em material colhido nos arquivos.

⁶ Asher, *A Bibliographical Essay*, págs. XIV a XIX; Jameson, *Willem Usselinx*, págs. 22-28. Com referência ao sentimento antiespanhol dos *predikanten* na Zelândia veja-se L. van Aitzema, *Saken van Staet ende Oorlogh*, I, págs. 903-5.

("peace party"), por ele dirigido até morrer no cadafalso, em 1619⁷.

A carta original, de 1621, conferia à Companhia das Índias Ocidentais o monopólio, durante vinte e quatro anos, da navegação e do tráfico holandês com a América e Antilhas desde a Terra Nova até o Estreito de Magalhães, e bem assim com a costa ocidental da África, do trópico de Câncer ao Cabo da Boa Esperança. A Companhia tinha plenos poderes para fazer guerra a todas as possessões ibéricas, e a firmar tratados de paz e aliança com todos os povos nativos, dentro daqueles limites, prontificando-se o Estado a fornecer, contra pagamento, não só tropas como armamento, a preço de custo. Para fins administrativos, a Companhia foi subdividida em cinco câmaras regionais, a saber, Amsterdã, Zelândia, Maas, Zona do Norte, Frísia (incluindo Groningen e Overijssel), cujas atividades eram teoricamente coordenadas por uma comissão central de dezenove diretores⁸.

Um desses senhores, Johannes de Laet, que acumulava a função de cronista oficial da Companhia, era de opinião que, dando-lhe o Estado o apoio necessário, ela seria capaz de, "finalmente, chamar o inimigo à razão, acossando-o incessantemente na América e estancando a fonte principal de suas finanças". Isso seria conseguido interceptando no mar as *flotas* espanholas, que transportavam os tesouros, ou, senão, ocupando algum ponto da América, a fim de ter à disposição uma base adequada a operações combinadas mais ambiciosas, contra o inimigo. A primitiva idéia de Usselincx, que era a de uma corporação colonizadora, transformou-se assim naquilo que G. L. Edmundson qualificaria de "companhia de comércio no nome, corporação armada e semi-independente, na realidade, visando antes de tudo ao lucro, mas ao lucro mais pela guerra do que pela paz"⁹.

Houve muita discussão entre os diretores e o governo holandês quanto ao objetivo que devia ser posto em primeiro lugar; mas, por fim, escolheu-se a Bahia como sendo o ponto a ser atacado. Várias razões influíram nessa escolha. A baía de Todos os

⁷ Com referência aos partidos "da guerra" e "da paz", na Holanda, como também às condições políticas e sociais nas Províncias Unidas durante aquela época, cf. Vlekke, *Evolution of the Dutch Nation*, págs. 161-97, e G. J. Renier, *The Dutch Nation: an Historical Study*, págs. 24-79 (Londres, 1944).

⁸ Wassenauer, *Historisch Verhael*, I, págs. 36-45; De Laet, *Iaerlyck Verhael*, I (6)-(31), onde vem, na íntegra, a carta ("octroy") original.

⁹ De Laet, *Iaerlyck Verhael*, I, págs. 2-8; G. L. Edmundson, *English Hist. Review*, XI, págs. 234-5 (1896).

Santos era um magnífico porto natural e tornar-se-ia excelente base para futuras operações na América luso-espanhola. Ali os colonos portugueses eram considerados soldados menos temíveis do que os espanhóis e, provavelmente, mais dispostos a aceitar a suserania holandesa, visto não terem nenhum amor pelo seu monarca castelhano. O açúcar e o pau-brasil produzidos naquela área acenavam com a promessa de que em breve prazo a colônia se tornaria auto-suficiente economicamente. Dirck de Ruyter havia espalhado que, na maioria, os habitantes das cidades situadas entre o Amazonas e o rio da Prata eram criptojudeus, “que prefeririam ver duas bandeiras de Orange a um inquisidor”; julgava-se, assim, que os cristãos-novos das cidades constituiriam aquilo que hoje se chamaria uma quinta-coluna em potencial, a favor dos invasores hereges. Imaginou-se também que a Espanha reagiria com menos violência contra a perda de uma possessão portuguesa, do que se se tratasse de uma de suas próprias colônias. Esse argumento adquiriu enorme peso quando a tomada de Ormuz por forças anglo-persas, em 1622, não provocou da corte de Madri mais do que simples protestos endereçados a Jaime I, rei da Inglaterra. De Laet deixa subentender que “havia outras razões, aqui deliberadamente omitidas, para evitar que sejam reveladas prematuramente, prevenindo assim o inimigo de que deveria pôr-se em guarda”. Há provas de que a elas não era estranho um plano de atravessar o Brasil para chegar às minas de prata de Potosi, que eram, na verdade, a principal fonte das riquezas hauridas do Novo Mundo pela Espanha¹⁰.

É de interesse notar-se que Willem Usselinx, pai espiritual da Companhia das Índias Ocidentais, opunha-se tenazmente ao sugerido ataque ao Brasil. Embora “as mulheres, em seus bancos de lavar, e as crianças nos corredores, falassem abertamente a respeito”, ele próprio era de opinião que a Bahia não era “qualquer gato que se pudesse agarrar sem luvas”, e que o poderio da pro-

¹⁰ Naber, “De West-Indische Compagnie in Brazilië en Guinee”, págs. 20-1; Ruyter, *Toortse*, págs. 35-6; De Laet, *Iaerlyck Verhael*, I, págs. 4-8; anônimo, “Advies tot aanbeveling van de verovering van Brazilië door de W.I.C.”, datado de 12 de setembro de 1622 e publicado em *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXVII, págs. 228-56 (1871). É interessante fazer a comparação com J. A. Moerbeek, *Redenen waeromme de West-Indische Compagnie dient te trachten het Landt van Brasilia den Coninck van Spangien te ontmachtigen, en dat ten eerste* (Amsterdã, 1623), de que há uma recente tradução brasileira, por A. Keijzers e J. H. Rodrigues, *Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil* (Rio de Janeiro, 1942).

jetada força expedicionária provaria ser insuficiente. Advertia seus compatriotas de que apesar de os portugueses não gostarem dos espanhóis, não se devia esperar que eles fizessem causa comum com os hereges, contra os católicos, como também não era crível que os escravos se revoltassem contra os seus senhores, conforme se tinha dito. Parece evidente que Usselinx havia assimilado preconceitos anti-semíticos quando, moço ainda, fizera uma permanência nos Açores, visto que olhava com escárnio a idéia de qualquer cooperação com os criptojudeus. Muitos portugueses teriam dito “amém” ao mau juízo que ele fazia desses infelizes, como sendo “uma raça sem fé e pusilânime, inimiga de todo mundo, e especialmente dos cristãos, que pouco se importariam que a casa deles pegasse fogo, contanto que pudessem se aquecer em suas cinzas, preferindo “ver morrer cem mil cristãos a sofrer a perda de cem coroas”. Fizeram, todavia, ouvidos moucos ao seu aviso, tal como sucedeu quando ele protestou contra a inclusão no monopólio da Companhia do florescente comércio de sal de Punta de Araya, em detrimento dos muitos navegadores que tiravam dele o seu meio de vida¹¹.

É certo que os diretores da Companhia deixavam-se impressionar pelo otimismo dos que (como Dirck de Ruyter) tinham vivido na colônia e se achavam convencidos de que a sua conquista seria empresa fácil. S. P. L'Honoré Naber apresentou boas razões em favor da suposição de que o plano dos diretores era apoderarem-se da Bahia e, depois, sem delongas, de Pernambuco, ao mesmo tempo que expedições subsidiárias sairiam à conquista dos principais mercados portugueses de escravos na costa africana, como São Jorge de Mina, na Guiné, e São Paulo de Luanda, em Angola. Isso podia soar como uma ambição descomedida, sendo essa, com efeito, a crítica que fez à Companhia, alguns anos depois, o cronista holandês Nicolaas van Wassenaer, quando disse que quando um homem quer pegar duas lebres de uma vez, geralmente acontece que ambas lhe fogem das mãos¹².

O plano, entretanto, a despeito de sua ambição demasiada, nada tinha de quimérico. Se fosse bem sucedido, teriam os holandeses se assenhoreado, de um só golpe, dos principais centros de produção de açúcar e do fornecimento de escravos. O êxito desse

¹¹ Vide os extratos de panfleto de Usselinx em Jameson, *Willen Usselinx*, págs. 75-6.

¹² Naber, “De West-Indische Compagnie”, págs. 20-1; Wassenaer, *Historisch Verhael*, X, pp. 42-3.

grandioso esquema dependia de conseguirem os holandeses se apoderar da Bahia e de Pernambuco, e bem assim do mercado negreiro, na África. Se das duas principais cidades brasileiras apenas uma fosse ocupada, a outra se converteria em base para organização dos contra-ataques portugueses, impedindo (ou, pelo menos, retardando) a efetiva consolidação da presa. Afigurou-se depois que isso era indispensável para se poder contar com a boa vontade, ou, ao menos, a aquiescência forçada dos lavradores de cana na troca de senhorio. Tratando-os com brandura evitar-se-ia que adotassem uma política de terra devastada, destruindo assim, pela base, a riqueza agrícola do Brasil. Essa era a parte mais difícil do programa e o ponto fraco do esquema pretraçado. Se falhasse o alto objetivo ("Grand Design") da Companhia das Índias Ocidentais, isso não seria por culpa da mentalidade estreita dos diretores, como às vezes se propalava, mas, muito pelo contrário, porque os seus planos eram demasiado ambiciosos, mesmo para os dias esplêndidos do século de ouro da Holanda¹³.

A força expedicionária enviada contra a Bahia compunha-se de vinte e seis navios, com 3.300 homens de equipagem e 450 bocas de fogo. Essas cifras significam um esforço considerável para as Províncias Unidas, se levarmos em conta a sua pesada tarefa na Guerra dos Trinta Anos e nas Índias Orientais. Comandava a frota o almirante Jacob Willekens, veterano marinheiro de Amsterdã, ficando as operações sob a responsabilidade do coronel van Dorth, fidalgo da casa de Horst e Pesch, com as atribuições de comandante militar e de governador da futura colônia¹⁴.

Embora os diretores tivessem querido manter em sigilo o destino da expedição enquanto estava ela sendo mobilizada, em 1623, espalhando notícias falsas a respeito de seus objetivos reais, tanto a Espanha como Portugal foram avisados em tempo de que algum ponto do Brasil estava para ser atacado. Esses avisos foram transmitidos à Bahia, onde o governador, Diogo de Mendonça Furtado, que se distinguira anteriormente pelos serviços prestados aos portugueses na Ásia, como governador de Malaca, fez tudo que estava em suas mãos para resistir ao golpe em expectativa. A grande preocupação, como ponderou o Conselho de Portugal

¹³ Kron, *Hist. Gen. Utrecht*, XXVII, págs. 228-56 (1871).

¹⁴ Pormenores sobre a composição da frota holandesa poderão ser procurados em Wassenaer, *Historisch Verhael*, VII, págs. 40-6; De Laet, *Iaerlyck Verhael*, I, págs. 8-10; Naber, *Piet Heyn*, págs. LVI-LXIV.

em Madri, ao dar conhecimento a Filipe IV das medidas tomadas por Mendonça Furtado, era a absoluta impossibilidade de organizar convenientemente a defesa, fortificando as oitocentas léguas da costa do Brasil, o que dava aos holandeses a liberdade de escolher nela o ponto que melhor conviesse aos seus designios¹⁵.

Os preparativos do governador tiveram contra si a indiferença, ou a oposição, dos lavradores do Recôncavo, que ele mobilizara para reforçar a escassa guarnição da cidade, no momento em que, a 10 de abril de 1625, adiantando-se ao grosso da esquadra, surgira na entrada da Bahia a primeira nave, a *Hollandia*, com o coronel van Dorth a bordo. Ela se manteve cruzando, ao largo, durante um mês, à espera de suas companheiras; mas, como os dias se passavam sem que se avistasse mais algum navio holandês, os lavradores, com a sua gente, se acalmaram, muitos deles voltando para as suas casas. Nesse ato de insubordinação, foram eles apoiados e instigados pelo bispo, D. Marcos Teixeira, para quem tudo não passava de rebate falso, tanto assim que, ao ser convidado pelo governador para benzer as fundações de um novo forte, respondeu que devia antes amaldiçoá-los, visto que a construção de fortalezas significava a suspensão dos trabalhos da construção da Catedral, que andava ainda pela metade. Como se viu depois, não era coragem que faltava ao bispo, mas sim o bom senso¹⁶.

Por essa época, a Bahia não tinha mais do que umas mil e quatrocentas casas construídas de pedra e cal, sem falar nos conventos e nas igrejas, a parte residencial da cidade estando situada no alto de uma colina, cujas encostas íngremes eram cobertas de mato baixo e capim. O cais e os armazéns alinhavam-se ao longo da praia, no sopé do morro, comunicando-se com a cidade, que

¹⁵ Cf. as minutas das reuniões dos Conselhos de Estado, Guerra e Portugal, em Madri, de 1622 a 1624, conservadas no Museu Britânico, Egerton MSS, 1.131, fols. 33-5, 36-8, 251-4. Deixam elas claro que as autoridades de Madri mantinham Mendonça plenamente a par dos preparativos, aprovando as providências que ele vinha tomando para fortificar Pernambuco e a Bahia. É de lamentar que sobre este assunto Southey se haja equivocado em sua *History*.

¹⁶ J. Wanderley de Araújo Pinho, em *D. Marcos Teixeira, quinto bispo do Brasil*, analisa o caráter e as desavenças do último com o governador. Em aditamento às fontes ali mencionadas convém referir as provas fornecidas a favor do governador pelo provincial dos jesuítas, Domingos Coelho, e dadas a lume por Serafim Leite, *História*, vol. V, págs. 34-48; também os entendimentos de Coelho com Wassenaer, tais como se lê em *Historisch Verhael*, VIII, págs. 3-8 e 102-4. A última fonte nos mostra como o provincial criticava abertamente a política imperial da Espanha, culpando a administração filipina por todos os reveses sofridos por Portugal e derramando lágrimas ao falar na morte de El-Rei D. Sebastião, em 1578.

ficava no alto, por meio de dois escorregadores de madeira, providos de guindaste para içar os volumes pesados. Devia-se este dispositivo aos jesuítas, que já haviam construído coisa semelhante no Rio de Janeiro, entre o seu colégio, no Morro do Castelo, e a cidade nova, que ficava embaixo. Do lado do mar, a Bahia era defendida por dois fortes situados um em cada lado da entrada da baía, e não tão distantes que impedissem o fogo cruzado, afora outro que ficava mais perto da cidade, e os baluartes localizados junto ao sopé dos deslizadores de madeira. O governador, desafiando a oposição local, tinha começado a construir uma bateria triangular de pedra, em frente mesmo dos armazéns¹⁷.

O aparecimento da esquadra holandesa diante da baía de Todos os Santos, com os canhões pintados de vermelho vivo, e ostentando, desfraldadas, todas as suas bandeiras e flâmulas, na tarde de 8 de maio de 1625, terá sido uma amarga surpresa para os habitantes da cidade; não, porém, para o governador. Os sinos das igrejas deram o alarme, e cerca de quatro mil homens, entre brancos, mestiços e índios, acudiram ao chamado. Os holandeses, antes de anoitecer, fizeram os preparativos finais para desfechar o ataque na manhã do dia seguinte (9 de maio), quando toda a frota fez entrada no porto, com os navios enfeitados de flâmulas que pendiam do alto dos mastros e chegavam ao nível da água. Enquanto alguns navios protegiam o desembarque das tropas na praia, a cerca de três milhas da cidade, o almirante Piet Pieterszoon Heyn, com os restantes, bombardeava os fortes e os navios portugueses surtos no porto. Um dia inteiro de bombardeio deu resultado bem pouco apreciável, pois as quatro mil balas de canhão lançadas pelos navios holandeses não ocasionaram mais do que uma meia dúzia de baixas entre os defensores. A artilharia portuguesa era quase igualmente ineficaz, embora os seus artilheiros houvessem conseguido pôr a pique um dos navios holandeses, que se tornara mira fácil por estar em frente de uma bateria. Quando escureceu, Piet Heyn pôs em ação os escaleres de seus navios, para cortar as amarras, ou atear fogo em cerca de vinte e cinco navios portugueses ancorados ao largo da praia,

¹⁷ Vejam-se as descrições da cidade do Salvador e da baía de Todos os Santos pelos contemporâneos, em Ruitter, *Toortse*; Vicente do Salvador, *História do Brasil*; De Laet, *Iaerlyck Verhael*, I. A cidade é comumente chamada São Salvador, o que não é correto. O trabalho fundamental sobre a origem da localidade é o de Teodoro Sampaio, *História da fundação da cidade do Salvador* (Bahia, 1949).

depois que as suas tripulações haviam fugido para terra, tomadas de pânico. Auxiliados pelo clarão produzido pelo incêndio dos navios, o vice-almirante deu o assalto, com os seus homens, à bateria triangular, cujos canhões foram por ele encravados, antes de voltarem em triunfo para os seus navios¹⁸.

Enquanto isso, a força de desembarque marchava sobre a cidade, através dos morros cobertos de mataria, sem encontrar praticamene qualquer oposição, embora o terreno fosse dos mais propícios para instalar emboscadas e não fossem necessários muitos homens para deter o avanço da coluna holandesa. A bissonha milícia colonial destacada para sustar o avanço holandês fugiu precipitadamente, sem dar um tiro, sendo o seu exemplo seguido pelas tropas enviadas para reforçá-la. Os holandeses desistiram de invadir a cidade depois que anoiteceu, visto que um de seus oficiais morrera sob a descarga de uns poucos fuzis; preferiram passar a noite no convento dos beneditinos, localizado fora da cidade.

Ainda bem não havia anoitecido e já a população se pôs a abandonar a cidade, a despeito dos esforços do governador e de alguns bravos para detê-la. Pouco depois de meia-noite apareceu o bispo na porta do Colégio dos jesuítas, para comunicar que se ia embora, uma vez que todos estavam se retirando. O reitor tentou persuadi-lo de que devia esperar, pelo menos, até o raiar do dia, pois a sua partida ocasionaria um *sauve-qui-peut* (salve-se quem puder) entre os que ainda ficavam. O bispo retrucou que sozinho não podia defender o local, e que não lhe restava

¹⁸ Há farta documentação sobre a tomada da Bahia, em 1624. Pondo de lado todo o material de segunda importância, o que vem narrado no texto baseia-se nas seguintes fontes contemporâneas: Padre Antônio Vieira, "Carta Anua", em *Cartas do Padre Antônio Vieira*, I, 58 e ss.; carta do Padre Manuel Fernandes, datada do aldeamento indígena de São João, em 25 de julho de 1624, e publicada por Serafim Leite, em *História*, vol. V, 30-4; carta do provincial Domingos Coelho, escrita na Holanda, a 24 de outubro de 1624 e dada a lume na citada obra, págs. 34-48; entrevistas com Coelho, em Wassenauer, *Historisch Verhael*, VIII, págs. 3-8 e 102-4; relatório dos Diretores holandeses aos Estados Gerais, em 31 de agosto de 1624, em Naber, *Piet Heyn*, págs. LIX-LXII; De Laet, *Iaerlyck Verhael*, I, págs. 14-27; Wassenauer, *Historisch Verhael*, VII, págs. 40-6 e VIII, págs. 101-2. Os relatórios do provincial jesuíta aprisionado pelos holandeses pode ser confrontado com o do fidalgo holandês apreendido pelos espanhóis, publicado em Juan de Valencia, "Relación sobre la jornada al Brasil hecha en 1625", em *Col. doc. inéd. hist. Esp.*, LV, págs. 43-200 (1870) e, especialmente, págs. 171-80. Em inglês, a fonte mais completa surgida até agora é G. L. Edmundson, "The struggle for Bahia, 1624-25", em *English Historical Review*, XI, págs. 239-59 (1896); mas o autor desconhecia muitas das fontes primárias que aqui foram por mim utilizadas.

outra alternativa senão acompanhar a maioria. E assim fez. Como o reitor havia previsto, a partida do bispo teve como resultado uma debandada geral, permanecendo apenas o governador, com os quinze oficiais e soldados, que ficaram com ele até o fim, na Casa do Governo. Os holandeses, temendo uma cilada, trataram de ocupar a cidade indefesa, no correr do dia 10 de maio, ficando muito admirados de encontrar apenas o governador e seus auxiliares imediatos, que, após uma breve troca de palavras, renderam-se incondicionalmente. Os invasores encontraram as ruas e as casas tão fortemente guarnecidas de armamento que a cidade nunca lhes cairia nas mãos se alguma resistência séria lhes tivesse sido oferecida ¹⁰.

Entendem os modernos escritores portugueses e brasileiros que a conquista da cidade foi facilitada pela traição dos cristãos-novos que funcionaram como guias da coluna invasora na travessia do matagal. Essa alegação constitui a base do enredo na comédia, aliás imparcial, *El Brasil Restituído*, escrita por Lope de Vega Carpio em outubro de 1625, dúvida não havendo de que ela terá concorrido muito para difundir a referida acusação. Não seria nada de admirar que assim tivesse acontecido, à vista do tratamento desdenhoso dispensado aos criptojudeus pelos cristãos-velhos seus compatriotas; mas a alegação é destituída de base. Pelos relatórios oficiais dos holandeses (aliás confirmados pelas fontes jesuíticas), sabemos que as forças de desembarque tiveram como guias dois marujos holandeses, Dirck Pieters Colver e Dirck de Ruiter, que haviam estado na Bahia, como prisioneiros, e conheciam muito bem o terreno. Pondo de parte as versões dos holandeses, os relatos dos jesuítas que foram testemunhas oculares dos acontecimentos deixam cristalinamente claro que os defensores se deixaram tomar de um pânico inteiramente desarrazoado, evacuando a cidade sem dar sequer um tiro, muito embora (como o provincial jesuíta disse abertamente) nunca tivessem estado tão bem providos do necessário para uma defesa efetiva, e houvesse o governador cumprido o seu dever. Mais ainda; quando os que deveriam defender a praça, aproveitando-se da escuridão, puseram-se a fugir em massa, muitos dos invasores achavam-se deitados no assoalho de seu alojamento em São

¹⁰ Sobre o reitor jesuíta Manuel Fernandes e a acolhida dispensada ao Padre Coelho por Piet Heyn, veja-se S. Leite, *História*, V, págs. 30-1 e 40-1. A atitude cavalheiresca de Piet Heyn para com os adversários vencidos e prisioneiros patenteia-se claramente nessa carta ao padre provincial.

Bento, completamente embriagados. Um punhado de soldados decididos bem poderia ter aniquilado a coluna invasora na noite de 9 para 10 de maio; entretanto, os holandeses tomaram a capital do Brasil, perdendo apenas cinqüenta homens. A alegação de que teria havido uma traição da parte dos cristãos-novos teve curso logo muito cedo, pois é óbvio que não poderia haver melhor desculpa para aqueles que fugiram da cidade, tomados de desnecessário pânico. Mas, apesar de ter sido aceita, sem crítica, por muitos historiadores, ela não pode ser acreditada por qualquer um que se dê ao trabalho de procurar as provas. Não se encontra dela o menor vislumbre nos primeiros e minuciosos relatórios dos jesuítas que foram testemunhas dos fatos; e quando ela começou a aparecer nos relatórios, foi logo contraditada por outras opiniões mais dignas de crédito ²⁰.

Grande foi o butim feito em açúcar e outros produtos agrícolas; mas, na suposição de que o ouro, a prata e artigos que- jandos estivessem confinados nos conventos e igrejas, tanto aqueles como estas foram saqueados. Sobre este último ponto as provas são de certa forma discordantes; mas o que se diz a respeito da existência de grandes riquezas em metais preciosos parece destituído de base suficiente. Prova evidente do contrário dá-nos D. Manuel de Menezes, comandante do contingente português na expedição ibérica que retomou a praça no ano seguinte, e devia ter tido interesse em deslindar cuidadosamente a questão ²¹.

²⁰ British Museum, Egerton MSS. I.131, fol. 294. Vide Gino de Solenni, *Lope de Vega's, "El Brasil Restituido", together with a Study of Patriotism in his Theatre* (Nova York, 1929). Embora *Toortse*, de Ruiter, datado de 1623, declare que no caso de um ataque holandês, os criptojudeus locais provavelmente ajudariam os invasores, nenhum dos relatos holandeses de 1624, aliás volumosos e pormenorizados, faz qualquer menção de que assim tivesse acontecido. Além disso, aquela sugestão foi enfática e convincentemente repudiada, mal tinha sido feita, pelo predicante holandês Startenius (vide sua carta na *Col. doc. inéd. hist. Esp.*, LV, págs. 177-8). Startenius alude também (op. cit., pág. 176) à embriaguez da força holandesa de desembarque na noite de 9/10 de maio, coisa confirmada por Wassenaer, *Historisch Verhael*. VIII, pág. 101. A deserção covarde dos homens do governador Furtado de Mendonça e o heroísmo de Piet Heyn foram os dois principais fatores da queda da cidade, que nenhum esforço de imaginação pode atribuir à "miserável cumplicidade interna da numerosa população israelita" invocada por Gustavo Barroso, *An. Acad. Port. de História* (vol. VII, pág. 45) e outros patológicos escritores anti-semitas.

²¹ "Recuperação da cidade do Salvador escrita por Dom Manuel de Menezes", *Revista trimensal*, XXII, págs. 357-411, 527-633 (1859). Dom Manuel de Menezes, talentoso capitão de navio, genealogista e literato, foi o comandante da frota da Índia em 1609, 1613 e 1616, antes de ser general da armada de Portugal, de 1624 a 1627. Morreu de desgosto depois que a sua frota foi destruída na baía de Biscaia, em janeiro de 1627, por violenta tempestade.

Refere ele como ficou surpreendido com a pobreza dos habitantes (“moradores”) da Bahia, cujas casas eram totalmente despidas de conforto, faltando-lhes quaisquer pertences que significassem despesas, como quadros, móveis e coisas semelhantes, mesmo levando em conta o fato de a praça ter sido saqueada duas vezes, no espaço de doze meses. Certo prisioneiro holandês, cujo depoimento foi detidamente analisado, contou-lhe como os holandeses ficaram decepcionados por ocasião do saque à cidade, a 10 de maio. Nas casas submetidas à pilhagem não se encontrou qualquer espécie de tesouro, mesmo naquelas cujos moradores tiveram de abandoná-las com tal pressa que nenhum tempo teriam para levar consigo alguma coisa de valor. Contou ainda o mencionado holandês que, ao serem revolidas as malas de roupa, nunca aconteceu descobrir-se nelas algum objeto realmente valioso, já que assim não podem ser consideradas as jóias velhas e de inferior qualidade ali ocasionalmente encontradas. O único tesouro, no verdadeiro sentido da palavra, de que os hereges conseguiram se apoderar durante a ocupação da Bahia foi (assim afirmou ele) a barra metálica transportada no navio de D. Francisco Sarmiento, ex-governador do Peru, que, na ignorância da ocupação holandesa, tocara na Bahia a 5 de outubro de 1624, sendo assim aprisionado com a sua família e o seu tesouro ²².

D. Manuel procurou explicar essa aparente falta de artigos de luxo, e até mesmo de muito daquilo que constitui o necessário a uma vida confortável, dizendo que isso, só por si, não significava, necessariamente, uma situação de penúria. Coisa semelhante acontecia nas comunidades mercantis de portugueses na Ásia. Isso se dava porque os lusos não aplicavam o seu dinheiro em fazendas finas, jóias, cavalos de raça e sinais outros de riqueza tão do gosto dos fidalgos de Portugal, mas sim em escravos ou em outros investimentos mercantis de ultramar, de modo que em vez de terem sempre o seu capital disponível a curto prazo, empregavam-no em aventuras comerciais. Disse mais que, ainda assim, suas casas e o seu mobiliário (ou, antes, falta de mobiliário) não davam idéia verdadeira do que era, em média, o gosto dos cidadãos, e que a nota dominante era uma parcimônia que atin-

²² D. Francisco Sarmiento não logrou reaver o seu dinheiro, porque, quando os espanhóis retomaram a cidade, o pedido de restituição do dinheiro (que montava a muitas centenas de milhares de pesos) foi rejeitado pelo procurador da Coroa, sob o fundamento de que ele se havia feito à vela de Buenos Aires, porto proibido. Valencia, “Relación”, pág. 188.

gia as raias da austeridade. A falta de conforto doméstico foi criticada com freqüência pelos ulteriores visitantes do Brasil colonial, sendo repetida mais ou menos nos mesmos termos pelos viajantes que ali aportaram no começo do século dezenove, como Maria Graham. Alguém, talvez, poderá lembrar que a civilização era essencialmente rural no Brasil colonial, e que as moradas (*casa-grande*) dos ricos plantadores de cana, em suas fazendas, eram, via de regra, muito mais ricamente montadas do que as suas casas na cidade, semelhantes nisto às dos negociantes, marinheiros, funcionários e artífices, que constituíam o grosso da população urbana²³.

A “canalla tan cobarde y vil” que, espavorida, abandonara a cidade na noite de 9 para 10 de maio, certamente fez o que pôde nos meses seguintes para redimir-se daquela pusilanimidade. O bispo D. Marcos Teixeira, particularmente, remiu-se da atitude obstrucionista do começo, dando exemplo de uma incansável energia e sacrifício. Encorajados por suas exortações, lavradores, soldados e cidadãos, todos se uniram para lutar contra o invasor herege, esquecendo diferenças de classe. Pouco depois da tomada da cidade, os holandeses baixaram uma proclamação, oferecendo anistia a todos que a eles se aliassem, jurando obediência ao príncipe de Orange. O oferecimento feito especificamente aos beneditinos e aos franciscanos de lhes ser permitido, condicionalmente, o regresso (os judeus foram excluídos dessa concessão), foi altivamente rejeitado por aqueles frades. Alguns cristãos-novos, aliás poucos, juntaram-se aos holandeses no dia da ocupação, enquanto outros, mais tarde, desertaram para o lado deles. Muitos negros escravos — o que não deve causar surpresa —

²³ A comparação é particularmente valiosa por haver D. Manuel de Menezes vivido algum tempo na “dourada Goa”. De ponto de vista em questão, os holandeses faziam vivo contraste com os portugueses, visto que na Batávia os mercadores e os funcionários endinheirados possuíam por vezes sessenta ou setenta quadros em suas casas. Entre as poucas telas achadas na Bahia pelos holandeses quando saquearam a praça, contavam-se algumas gravuras flamengas representando os católicos martirizados em Alkmaar e Haarlem, no ano de 1575. Veja-se Wassenaer, *Historisch Verhael*, VIII, pág. 101. Essas atrocidades foram infligidas pelo líder calvinista Jonkheer Sonoy, e são descritas por P. Bor, *Nederlantsche Oorlogen*, págs. 105 a 115 (Leiden, 1621). Devo esta identificação a meu colega Professor G. J. Renier. Os holandeses trouxeram consigo numerosos retratos do Stadthouder e sua família, além de umas tantas caricaturas antijesuíticas, que penduraram nas igrejas e conventos de que se haviam apoderado. Veja-se a carta do Padre Domingos Coelho datada de outubro de 1624 e publicada por Serafim Leite, *História da Comp. de Jesus no Brasil*, V, pág. 42.

aproveitaram-se da oportunidade para fugir de seus senhores e juntaram-se aos invasores. Mas só muito poucos entre os brancos e mestiços procederam da mesma forma, fossem de origem judaica ou não; os jesuítas, estes, vangloriavam-se de que nenhum de seus índios convertidos havia passado para o lado do inimigo²⁴.

O bispo D. Marcos Teixeira sentiu-se tão animado com a reação, tardia, mas assim mesmo patriótica, dos refugiados, ao seu apelo para intensificar as guerrilhas contra os holandeses, que se sentiu com coragem para ordenar um contra-ataque à cidade, no dia de Santo Antônio (13 de junho), santo pelo qual, como em geral os portugueses, ele tinha particular devoção. O ataque redundou em vergenhoso fiasco em que alguns magotes se limitavam a esgrimir sob a proteção da luxuriante mataria tropical, soltando miados felinos e gritos de guerra, nas proximidades de uma das portas da cidade. Contudo, isso teve inesperadamente como resultado acharem os holandeses tão desprezível tal comportamento que se tornaram desde então demasiado confiantes, adquirindo o hábito de sair da cidade em pequenos grupos, sem tomar qualquer precaução contra possíveis surpresas. Numa dessas excursões o coronel van Dorth encontrou a morte, vítima de uma emboscada preparada pelos índios, que ao depois lhe mutilaram o corpo de modo selvagem²⁵. Isso produziu um grande abalo na guarnição, fazendo com que desde então eles se mantivessem dentro do alcance de seus canhões. O sucessor de van Dorth foi Willem Schouten, pessoa incompetente e dada à bebida, que passava muito mais tempo nas tavernas e lupanares do que no quartel e nas trincheiras. O bispo D. Teixeira, após ter sido durante cinco meses um instigador valoroso das guerrilhas, morreu esgotado pelos esforços despendidos. Sua perda foi menos sentida do que, entre os holandeses, a de van Dorth, porque teve ele como substituto um fidalgo nascido no Brasil, D. Francisco de Moura, que possuía bela folha de serviços na Ásia, e fora designado para assumir o

²⁴ Cartas de Manuel Fernandes e Domingos Coelho, em S. Leite, *História da C. de Jesus*, V, págs. 30-48. Vieira faz a mesma asserção em sua "Carta Anua". Vide Wanderley, *D. Marcos Teixeira*, págs. 45-68.

²⁵ A morte de van Dorth nessa emboscada, narrada pormenorizadamente pelos padres Fernandes e Coelho, e confirmada pelas fontes flamengas, foi posteriormente engrandecida, como um duelo homérico entre o infeliz coronel holandês (que foi feito em pedaços, achando-se ele embaixo do cavalo e impossibilitado de mover-se) e um capitão português de nome Francisco Padilha, que teria matado o seu adversário, segundo se propalou, em combate singular. Em verdade, Padilha foi apenas o comandante do grupo de índios que, por detrás de seu esconderijo, lançou ao chão o oficial holandês.

comando local, assim que chegaram a Lisboa as primeiras notícias sobre a tomada da Bahia²⁶.

Se uma das razões que levaram os holandeses a escolher a Bahia como objetivo foi a natural suposição de que a reação de Madri à tomada da Bahia seria tão fraca como a que havia demonstrado dois anos antes no caso de Ormuz, nisso muito se enganaram. A notícia do desastre chegou a Lisboa em fins de julho, um mês antes de alcançar a Holanda, pelo hiate *Vos*. O Conselho de Portugal informou a Filipe IV que em sua opinião o desejo último dos holandeses ao se apoderarem da Bahia "não era tanto apossarem-se do açúcar brasileiro, como haviam feito com respeito à prata do Peru". A idéia de que a Bahia de Todos os Santos devia constituir uma excelente base naval para futuros ataques dos holandeses à América espanhola chegou a vencer a preguiça do próprio Filipe, levando-o à ação. Imaginou-se também que os holandeses usariam a espaçosa baía como porto de arribada para os seus navios da carreira das Índias Orientais a caminho de Java, e como uma base de onde poderiam interceptar as carracas que vinham de Goa para Lisboa. Constou ainda em Madri que holandeses e ingleses haviam combinado fazer do Eleitor-palatino (que se intitulava rei da Boêmia) o governador de um Brasil independente. De seu lado, os portugueses compreenderam que a perda da Bahia significava, afinal de contas, a perda de todo o Brasil²⁷.

Espanhóis e portugueses puseram de lado todas as suas recíprocas discórdias e malquerenças e passaram a cooperar de corpo e alma na mobilização da armada e da força expedicionária. Voluntários apresentaram-se aos milhares, e a flor da nobreza se ofereceu para servir, sem nenhuma paga. Latifundiários opulentos e municipalidades fizeram generosos donativos para custear a expe-

²⁶ Dom Francisco de Moura tinha vindo da Índia em companhia do tio, o vice-rei Ayres de Saldanha (1600-3), depois de haver se notabilizado no aprisionamento do príncipe de Arrakan, em 1605. Serviu como governador de Cabo Verde, de 1618 a 1621, e como capitão-mor da Bahia e do Recôncavo, de 1625 a 1626. Prestou ainda serviços na luta contra os holandeses, embora devesse ser então um homem já bastante idoso.

²⁷ Brit. Mus., MSS. 1131, fols. 293-305, onde se contém minutas do Conselho de Guerra de Portugal sobre a mobilização da expedição para a retomada da Bahia. Wassenaer, em *Historisch Verhael*, VIII, págs. 61-3, publicou uma carta interceptada, e muito interessante, de Matias de Albuquerque, governador de Pernambuco com atribuições de governador-geral do Brasil, em que ele fala dos perigos de uma ocupação holandesa da Bahia. Nessa carta o governador fala na pouca confiança que tem em sua própria milícia, constituída de 400 homens, que eram, em sua maioria, cristãos-novos.

dição, não se deixando ficar atrás o alto clero e os mosteiros ricos. O Sacramento ficou exposto em todas as igrejas, onde noite e dia se faziam pregações ao público. Nessa crise desapareceu a legendária letargia ibérica e toda a península se uniu na firme determinação de vencê-la. O espanhol D. Fradique de Toledo y Osorio, na qualidade de chefe do comando das forças combinadas das duas coroas, e D. Manuel de Menezes, como almirante do poderoso contingente de Portugal, deram exemplo de incansável diligência e zelo. O cronista espanhol Juan de Valencia, que tomara parte na empresa, conta como Portugal dava a impressão de ter sido despojado de sua nobreza e de seus fidalgos, por haverem nela se engajado. Não é à toa que essa campanha ficou sendo conhecida na história portuguesa como uma *jornada dos vassalos*²⁸.

Antes que a armada partisse para a sua missão, quatro pequenos contingentes foram equipados em Lisboa, a fim de levar socorro imediato aos pontos mais ameaçados do Brasil. Houve muita discussão em Madri sobre se seria Pernambuco ou Rio de Janeiro o próximo objetivo dos holandeses e, conseqüentemente, sobre qual seria a praça que precisava de auxílio com mais urgência. Um dos conselheiros de Portugal, Dr. Mendes da Motta, condenava a tendência de fazer pouco caso do Rio de Janeiro, que era uma das capitanias reais, para reforçar Pernambuco, que pertencia a um donatário e se achava, em qualquer hipótese, melhor amparada. Mas esse argumento não causou impressão aos seus colegas, que achavam, com razão, que a área mais importante era o Nordeste, grande produtor de açúcar. Os reforços para o Rio reduziram-se a um único navio, o *Nossa Senhora da Penha de França*, que partiu de Lisboa a 19 de agosto de 1624, sob o comando de Salvador Correia de Sá e Benavides, transportando

²⁸ A campanha da Bahia em 1625 acha-se, em alguns pontos, mais fartamente documentada do que a de 1624. Aos trabalhos de Vieira, Menezes e Valencia, citados antes, devemos acrescentar: Guerreiro, *Jornada; Relaçam do dia; Relaçam verdadeira*; Tamaio de Vargas, *Restauración*; Frei Vicente do Salvador, *História*, págs. 506-606; Eugenio de Narbona y Zuñiga, "Recuperación del Brasil", em *An. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro. LXIX, págs. 161-231 (1949); C. Fernandez Duro, *Armada española*, IV, págs. 45-62. Para o lado holandês, vejã-se: Wassenaer, *Historisch Verhael*, IX, págs. 71-72 e XI, pág. 49; Naber, *Piet Heyn*; De Laet, *Iaerlyck Verhael*; Naber, *Reisebeschreibungen*, vol. I; M. G. de Boer, "De val van Bahia", *Tijdschrift voor Geschiedenis*, LXIII, págs. 38-49 (1943), que incorpora algum material novo dos arquivos holandeses.

oitenta homens e pequena quantidade de armas e munições²⁰. A viagem para o Rio transcorreu sem incidentes, e Salvador foi enviado pelo governador, seu pai, para a capitania sulina de São Vicente, com a incumbência de levantar homens e adquirir suprimentos para os que faziam o cerco na Bahia. Foram alistados, ao todo, ali e no Rio, cem índios e oitenta brancos, com os quais, no começo de fevereiro de 1625, ele partiu para o norte em duas caravelas e seis grandes embarcações de guerra. Durante o trajeto ao longo da costa ele tocou no rio Espírito Santo, onde a 11 de março foi surpreendido pelo aparecimento de quatro navios holandeses, ao largo da barra³⁰.

Esses navios eram comandados por Piet Heyn, o verdadeiro herói da tomada da Bahia, que havia deixado aquele porto no passado mês de agosto, com ordens para se apoderar do entreposto português de escravos, em São Paulo de Luanda. A posse do mercado oeste-africano de escravos era essencial para qualquer potência que pretendesse instalar-se no Brasil; mas é de estranhar que se tivesse julgado suficientes quatro navios para a empresa em questão. Ou o serviço de inteligência dos holandeses estava mais aquém de sua missão do que é regra, ou Piet Heyn esperava unir as suas forças com as da outra esquadra comandada por van Zuylen, que estivera a piratear ao largo da costa de Angola; mas, neste caso, ele terá ficado bastante decepcionado. Os ataques de van Zuylen serviram para pôr os portugueses em guarda, e Piet Heyn, com a pequena força que tinha sob seu comando, foi incapaz de fazer alguma coisa de importância, quer contra Luanda, quer contra a Benguela. Em consequência, cruzou novamente o Atlântico, com a intenção de atacar o Espírito Santo, onde, neste interim já havia chegado Salvador Correia de Sá³¹.

²⁰ Brit. Mus. Add. MSS. 1131, fol. 295. Pormenores sobre os reforços e munições transportados no *Penha de França* podem ser procurados em Ribeiro Lessa, *Salvador Correa*, pág. 15.

³⁰ O entreencontro com Piet Heyn no Espírito Santo vem relatado, com pequenas diferenças de pormenor, por Vieira, "Carta Anua", I, págs. 58-60; Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, págs. 564-67; Zuñiga, "Recuperação del Brasil", em *An. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, LXIX, págs. 187-9. *A Relação do dia...* contém a versão dada pelo próprio Salvador. A versão contemporânea mais completa do lado holandês encontra-se em Wassenauer, *Historisch Verhael*, X, págs. 42-5. Veja-se ainda Naber, *Piet Heyn*, págs. LXVII-IX; De Laet, *Iaerlyck Verhael*, I, págs. 60-74. Admira que Edmundson, em "The Struggle for Bahia" ignore completamente o incidente, que muitos autores erradamente situam em maio, em vez de março. Veja-se também Serafim Leite, *História da Comp. de Jesus*, VI, págs. 580-1.

³¹ Wassenauer, *Historisch Verhael*, X, págs. 42-3; Naber, *Piet Heyn*, págs. LXVII-IX; De Laet, *Iaerlyck Verhael*, I, 60 e ss.

Foi mal sucedido um primeiro desembarque, a 13 de março. Os portugueses haviam arrastado um canhão para o alto da trilha por onde a coluna atacante teria forçosamente de subir em fila indiana, e abriram fogo justamente quando Piet Heyn, que vinha na frente, como de costume, alcançava os limites da povoação. O almirante holandês saltou de lado ainda em tempo; mas muitos de seus homens foram mortos ou feridos, enquanto os demais não mostraram depois daí nenhuma disposição para acompanhar o “terror-dos-mares de Delfshaven”. O ataque não tardou a degenerar numa fuga desordenada em direção aos esca-leres, a despeito dos esforços de Piet Heyn para reagrupar os seus homens. Outra tentativa, levada a efeito no dia seguinte, redoundou num fracasso ainda mais estrondoso. Com as suas canoas de guerra postas de emboscada, Salvador pôs-se à espera dos botes que remavam rio acima, capturando um deles, e matando vinte (algumas narrativas falam em quarenta) holandeses, antes que os restantes pudessem se pôr a salvo³².

A 15 de março, Piet Heyn envia um mensageiro à terra com um pedido de armistício, oferecendo o resgate de alguns prisioneiros portugueses e solicitando o envio de frutos e verduras pelo mesmo portador, em paga da brandura com que ele havia tratado os jesuítas que caíram em suas mãos, na Bahia. Retrucaram os portugueses, dizendo que os seus índios haviam matado todos os seus adversários, e que os únicos mantimentos disponíveis eram mais pólvora e mais tiros, daqueles com que haviam mimoseado os hereges nos dois dias anteriores. Essa resposta nada cavalheiresca talvez tenha, em parte, explicação no fato de estarem eles sob a impressão errônea de que os holandeses haviam eliminado todos os seus prisioneiros portugueses. Piet Heyn, por isso, desistiu da empreitada, como coisa mal pensada, e velejou para diante, depois de perder nestes ataques malogrados ao Espírito Santo duas vezes mais homens do que na tomada da Bahia. Parece que Salvador prosseguiu em sua viagem para o norte, ao longo da costa, logo que perdeu de vista o temível holandês,

³² Wassenaer, *Historisch Verhael*, X, pág. 43, admite a perda de quase cem homens, no primeiro ataque; mas, por estranho que pareça, Salvador declara (*Relaçam do dia*) ter infligido 45 baixas na primeira ocasião e 40 na segunda.

alcançando, são e salvo, com os seus reforços, a baía de Todos os Santos, em meados de abril³³.

Em suas vitórias, os portugueses ficaram devendo muito à destreza dos índios arqueiros que Salvador de Sá trouxera consigo dos aldeamentos fundados pelos jesuítas nas capitânicas do Rio de Janeiro e São Vicente, pois a maioria dos óbitos foi causada por ferimentos feitos por flechas. Nicolaas van Wassenaer, cronista holandês da época, cujo depoimento se baseia, sem dúvida, nos informes de um ou vários participantes da expedição, atribui abertamente o insucesso da última à manifesta má vontade que prevalecia entre os soldados holandeses e seus oficiais. Muitos daqueles eram alemães, escandinavos e mercenários de outras nacionalidades, com experiência do tratamento selvagem da rigorosa disciplina a que tinham sido submetidos a bordo pelos oficiais por faltas insignificantes, quando não de todo inexistentes. O resultado foi que, quando desceram à terra para combater e foram exortados como “bravos batavos, guerreiros destemidos e leões”, pelos mesmos oficiais que pouco antes os qualificavam de “um bando de reles vagabundos, cachorros preguiçosos e aparvalhados buregos”, os soldados não se sentiam com “estômago” para pelejar e tampouco tinham confiança na oficialidade³⁴.

³³ Comparando as narrativas dos portugueses acima citadas (pág. 57, n. 30), tem-se a impressão de que o líder da defesa no primeiro dia foi Francisco de Aguiar Coutinho, donatário da capitania do Espírito Santo, havendo Salvador tomado a iniciativa no combate fluvial da segunda tentativa. Variam muito os cálculos sobre o total das perdas holandesas. Os portugueses avaliam-nas entre 160 e 200, mas o total de 120, dado por Wassenaer, está, é óbvio, mais perto da verdade. Disse Salvador na sua *Relação Verdadeira* ter levado para a Bahia, com vida, um prisioneiro holandês. A data de sua chegada ali é ponto sobre que existe divergência, oscilando ela entre 15, 16 e 17 de abril.

³⁴ Wassenaer, *Historisch Verhael*, X, págs. 42-3. Naber acusa Wassenaer de se haver utilizado de relatórios de testemunhas cheias de preconceitos, no caso do fiasco em Angola e no Espírito Santo; mas, a mim eles se afiguram bastante fidedignos. O estado de ânimo entre oficiais e soldados a serviço das duas companhias holandesas das Índias, Orientais e Ocidentais, deixava muito a desejar, mesmo fazendo-se abstração da rija disciplina e das selvagens punições usadas em todos os exércitos e navios durante o século XVII. Para as condições reinantes no serviço das Índias holandesas, veja-se a série da: *Reisebeschreibungen* de Naber, especialmente o volume I, em que se contém a narrativa de Aidenburgh sobre a campanha da Bahia, entre 1624 e 1625. Os leitores que desejem se aprofundar no assunto deverão estudar os excelentes ensaios de S. H. de Hullu sobre os soldados e marinheiros da Companhia das Índias Orientais: “De matrozen en soldaten op de schepen der OIC”, *Bijdragen tot de Taal-Land-en Volkenkunde van Nederlandsch Oost-India*, LXVII, págs. 245-72, 516-62 e LXIX, págs. 318-65 (Haia, 1913-14); “De handaving der ordre en tucht op de schepen der OIC”, *ibidem*, págs. 516-40.

Enquanto tais acontecimentos se desenrolavam em Angola e no Brasil, D. Manuel de Menezes deixava Lisboa a 24 de novembro de 1624, com os vinte e dois navios do contingente português à armada conjunta. Em sua pressa de, por uma questão de prestígio, chegar antes dos espanhóis às ilhas de Cabo Verde, onde se daria o “rendez-vous”, verificaram os portugueses que haviam se antecipado muito à chegada dos contingentes espanhol e napolitano, tendo de esperar nada menos de seis semanas, durante as quais centenas de homens morreram, vitimados pelas febres. Finalmente, a 11 de fevereiro de 1625, a armada mista largava de Cabo Verde, com destino ao Brasil. Compunha-se ela de cinqüenta e dois navios, transportando 12.566 homens e 1.185 canhões, sendo assim a maior e mais poderosa de quantas frotas haviam até então cruzado a linha³⁵.

A chegada à Bahia deu-se a 29 de março, véspera do domingo de Páscoa. A impressão causada à guarnição holandesa pela esquadra combinada quando ela entrou de velas pandas na baía de Todos os Santos, na véspera do domingo de Páscoa, vem narrada pelo soldado alemão J. S. Aldenburgh. Ao avistá-la sentiu ele coisa muito parecida com a descrita pelo padre Antônio Vieira, que pintara em cores vivas a entrada da frota holandesa, no ano anterior. Tanto os navios espanhóis como os portugueses achavam-se ornamentados de modo semelhante ao dos holandeses, ostentando as duas naus capitâneas, desfraldadas, as suas bandeiras de seda, cor de carmim. A 1 de abril iniciou-se o desembarque das tropas, exatamente no mesmo local em que os holandeses haviam posto o pé em terra em maio do ano anterior. Nessa ocasião foram extremamente úteis os barcos dos lavradores de cana do Recôncavo, podendo cada um transportar para terra, de cada vez, 250 homens³⁶. No dia seguinte, a guarnição holandesa fez uma sortida coroadada de êxito, acometendo os sitiados de surpresa, num ataque súbito ao mosteiro de São Bento, que causou ao inimigo cento e noventa e cinco mortes, antes de se

³⁵ Para pormenores mais completos sobre a composição das armadas combinadas, veja-se Guerrero, *Jornada*, págs. 10-15; Valencia, “Relación”, págs. 84-124; Menezes, “Recuperação”, págs. 382-7; Tamaio de Vargas, *Restauración*, págs. 67-74.

³⁶ *Relaçam verdadeira*; Menezes, em “Recuperação”, dá uma descrição da entrada da frota combinada no porto muito semelhante às narrativas de Aldenburgh e Vieira, respectivamente.

retirar em boa ordem e com poucas perdas³⁷. Entretanto, parece que nesse esforço deu ela tudo que podia, visto como depois daí não deram os holandeses mais nenhum sinal de iniciativa, mostrando-se, pelo contrário, cada dia mais desmoralizados. Muitos mercenários franceses e ingleses combatiam de má vontade, sendo numerosas as deserções. Nem mesmo a tardia deposição de van Schouten, incompetente e beberrão, e sua substituição pelo sargento-mor Kijf, conseguiram levantar de modo apreciável o moral decrescente, dos defensores. Como conseqüência, ao cabo de um mês de assédio, a praça rendeu-se a 1 de maio de 1625, muito embora a guarnição holandesa, conforme a descreveu D. Manuel de Menezes, fosse inteiramente constituída de jovens sadios e capazes de brilhar em qualquer infantaria do mundo". O físico esplêndido dos soldados da Companhia das Índias Ocidentais foi alvo da admiração de outros observadores ibéricos e esses louvores causam impressão tanto maior quanto é sabido que a armada combinada era constituída pela flor dos soldados espanhóis e portugueses da península³⁸.

Entre os sitiadores, as fileiras ficaram decepcionadas por se verem privadas do saque da cidade, visto que a rendição dos holandeses foi feita sob condições. Um dos mais sensatos membros da oficialidade ibérica ponderou que a rendição negociada poupou, sem dúvida, muitas vidas, pois o assalto a uma cidade fortemente defendida, com a necessidade de lutar de casa em casa, custaria certamente aos sitiantes muitos milhares entre os seus melhores homens, dado que "em tais circunstâncias são eles os únicos dispostos a arriscar a vida". Queixaram-se os portugueses de que os espanhóis haviam saqueado a cidade muito mais cruelmente do que o haviam feito os holandeses no ano anterior, mostrando-se tão infíquos nessa pilhagem que "causaria dó, mesmo que se tratasse de uma cidade holandesa". D. Manuel de Menezes queixou-se também de que, D. Fradique de Toledo, no começo, só às tropas espanholas permitiu entrar na cidade, ficando de fora

³⁷ Menezes, "Recuperação", págs. 343-6. Causa estranheza que os holandeses não tivessem percebido a extensão do êxito que tiveram em sua sortida de 2 de abril.

³⁸ Tamaio de Vargas alude também à "gallarda presencia" dos prisioneiros holandeses (*Restauración*, pág. 135), o que é corroborado por outras testemunhas oculares. A impressão de seus empregadores não foi a mesma, pelo que ao fazerem, na Holanda, o pagamento de seus serviços, lhes descontaram todos os meses, com exceção de um. Wassenaer, *Historisch Verhael*, X, págs. 46-7.

durante os primeiros dias que se seguiram à rendição os contingentes portugueses e italianos, muito embora a estes últimos tivesse cabido a parte do leão no trabalho de cavar trincheiras, assestar as baterias e construir parapeitos³⁹.

Deve-se ter em vista que Salvador só chegou a tempo de tomar parte na última quinzena do assédio, pelo que não lhe cabe nenhuma culpa se ele e os seus homens não fizeram outra coisa senão montar guarda no mosteiro de São Bento. D. Manuel de Menezes conta que tanto Salvador como os colonos gabavam as proezas dos guerreiros índios e a pontaria mortífera de seus arcos, alguns havendo capazes de ferir uma ave no vôo com duas flechas, antes que ela caísse no chão. Salvador ofereceu seus índios e suas canoas de guerra para um ataque noturno aos navios holandeses ancorados no porto; mas D. Manuel, sem reboço, recebeu com escárnio a idéia de se conseguir algum êxito com canoas feitas de um só tronco ocado, fáceis de afundar, e tendo como "remadores miseráveis índios nus, tão aconchegados uns aos outros que um só disparo seria capaz de varrê-los de proa a popa, matando todos eles num fechar de olhos, caso houvesse ânimo de desperdiçar um tiro com tão desprezíveis criaturas". Apesar disso, o ataque foi planejado tentativamente para a noite de 22 de abril, só não sendo levado a efeito porque o espanhol responsável pelo alto comando a ele se opôs, sob o fundamento de que o luar era demasiado claro e a maré desfavorável⁴⁰. Em consequência, teve Salvador de regressar ao Rio de Janeiro logo que o cerco foi suspenso, contentando-se com os lauréis obtidos no Espírito Santo.

Os holandeses não ficaram inativos enquanto se procedia, em Lisboa e em Cádiz, à mobilização da armada conjunta. Assim

³⁹ *Relação verdadeira*. A mágoa que causou aos portugueses a preferência de D. Fradique de Toledo pelos espanhóis foi expressa por Menezes na "Recuperação", págs. 551-2, 591-2, 599-60, 608-9, 614, etc. Todavia, de modo geral, a cooperação se mostrou excelente no momento da rendição dos holandeses. A extensão da pilhagem praticada pela soldadesca espanhola é admitida em suas próprias narrativas, sendo corroborada pelos holandeses, postas de lado as alegações dos luso-brasileiros.

⁴⁰ Alguns escritores modernos, inclusive os mais recentes biógrafos de Salvador de Sá, Ribeiro de Lessa e Luís Norton, dão a entender que o ataque efetivamente se realizou. Mas o cancelamento se torna evidente com a leitura cuidadosa da "Recuperação" (págs. 565-6), redigida por Menezes, e confirmada de modo categórico por Tamayo de Vargas, em "Restauración", p. 121, e da "Recuperación del Brasil" (*An. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, LXIX, pág. 209), escrita por Zuñiga. Nenhuma das narrativas da época, por mais extensas, faz qualquer menção àquele episódio.

que o *Vos* chegou à Holanda com a grande nova da conquista da Bahia, em agosto de 1624, os diretores da Companhia compreenderam que seria necessário combater para garantir a posse da presa e que se tornava imprescindível cimentar o êxito inicial mediante a tomada de um entreposto de escravos, na África. A mobilização, na Espanha e em Portugal, da “jornada dos vassalos” foi prontamente divulgada na Holanda por Nicolaas Wassenauer através de seu *Historish Verhael*, que noticiava periodicamente a marcha dos acontecimentos. Os dezenove diretores tiveram plena consciência de que era preciso agir com rapidez e que o trabalho não devia ser feito pela metade. Em 1625 tinham eles no mar nada menos de três novas esquadras, suficientes para transportar, no total, cerca de cinco mil homens. Duas dessas esquadras destinavam-se à Bahia; mas foram forçadas a demorar tanto tempo nos portos de partida e no Canal da Mancha, por causa dos ventos contrários e do mau tempo, que chegaram tarde demais para fazer frente a D. Fradique, ou se juntarem a Piet Heyn, que, ao chegar do Espírito Santo, encontrando a Bahia bloqueada pela esquadra conjunta, resolveu velejar para nordeste, rumo à mãe-pátria. Não desejando arriscar-se num ataque à Bahia, onde se defrontaria com a dita esquadra, e vendo-se em apuros com as doenças que acometeram a equipagem, a frota de socorro comandada por Boudewijn Hendrickszoon parte para as Antilhas, onde seus feitos saem fora do nosso quadro ⁴¹.

Em outubro de 1625, a terceira esquadra holandesa composta de dezenove navios, sob o comando de Jan Dirckszoon Lam, surgiu ao largo de São Jorge da Mina, com o fito de apossar-se do entreposto de escravos, que era, também, a mais antiga e a mais importante das bases do comércio europeu no oeste da África. Uma força de mil e duzentos homens desembarcou nas proximidades do forte; mas, enquanto descansava dos calores da tarde, foi surpreendida e destruída por grandes bandos de negros. Mais de quatrocentos corpos decapitados de holandeses ficaram na praia. Gaspar Barlaeus, cronista da época, atribui o desastre à negligência dos comandantes, acrescentando, com amarga ironia, aliás justificada, que, “seguindo a moda militar, cada um lançou

⁴¹ Wassenauer, *Historisch Verhael*, VIII, págs. 60, 78-81, 123, 151; IX, págs. 72-4. Naber, *Piet Heyn*; De Lact, *Iaerlyck Verhael*, I, págs. 85-130.

a culpa no outro”⁴². É, aliás, curioso que a Companhia das Índias Ocidentais houvesse escolhido Jan Dirckszoon como um dos seus principais comandantes. Sua carreira no serviço da Companhia das Índias Orientais, irmã daquela, era cheia de altos e baixos, tendo os seus navios sido completamente destruídos em abril de 1617 pelos espanhóis, na batalha de Playa Honda (a noroeste da baía de Manilha), depois de lhe haverem feito os portugueses a mesma coisa em julho de 1613, ao largo de Santa Helena, quando de volta de sua viagem a Java.

O bom começo que tiveram os holandeses em maio de 1624 converteu-se em desastre quinze meses depois, esvaindo-se assim o sonho grandioso de obter a hegemonia no Atlântico sul. Mas os calvinistas obstinados dos Países-Baixos não recuavam facilmente, uma vez que tinham posto mãos à obra. Dirigiram agora os seus esforços contra o *erf-vijand* (inimigo hereditário) numa outra direção, que consistia em interceptar as frotas da Espanha, com os seus tesouros. Falhou uma primeira tentativa levada a efeito em 1626 por Piet Heyn, porque a esquadra de quarenta navios com que ele se defrontou era demasiado forte para que a frota de treze unidades sob seu comando lhe pudesse fazer frente. O insucesso dessa tentativa de interceptar a frota da prata foi largamente compensado por uma notável expedição que ele, pouco depois, fez ao Brasil. Não era nada fácil viajar com ventos e marés desfavoráveis; e ele teve de cruzar o Atlântico duas vezes, antes de alcançar a Bahia com a sua estafada tripulação. Mas, bem grande foi a recompensa. Prevendo resistência tenaz da parte dos lusos, cujo governador, Diogo Luís de Oliveira revelou-se “um monstro de engenho” na organização da defesa, Piet Heyn por duas vezes penetrou na baía de Todos os Santos (março e junho de 1627), apresando dezenas de navios portugueses. Finalmente, voltou para a Holanda em outubro de 1627, depois de

⁴² Wassenaer, na *Historisch Verhael* (XII, págs. 54-6), como haviam feito antes De Laet e Barlaeus, oferece um relato completo e cheio de interesse a respeito do que foi o desastre de Mina. Através destes e do relatório oficial dos portugueses, intitulados *Relaçam da milagrosa victoria que alcançou Dom Francisco Souto Mayor, governador da fortaleza de São Jorge da Mina, contra os rebeldes e inimigos olandeses* (Lisboa, 1628), infere-se que os portugueses não tiveram nenhuma participação na luta contra os flamengos, a qual foi travada exclusivamente pelos negros da localidade, a quem o governador instigara e peitara, para que tomassem a ofensiva. Cópias impressas desse panfleto foram mandadas em 1628 para o Brasil pelo governo da metrópole, “pour encourager les autres”, e especialmente os ameríndios para que fizessem o mesmo. Cf. Arq. Hist. Colon. de Lisboa, Conselho da Fazenda, cód. 38.

haver cruzado o Atlântico pela quarta vez, e ter estado no mar quatorze meses ininterruptos⁴³. O historiador holandês Wassenauer diz que as depredações praticadas por Piet Heyn e outros chefes em ação no Atlântico sul haviam reduzido a navegação portuguesa a tão perigosa situação que só o porto de Viana do Castelo tinha perdido 26 navios, dos vinte e nove destinados ao tráfico com o Brasil. Isso é indiretamente confirmado pelos dados transmitidos por Matias de Albuquerque ao conde de Castro-Daire em fins de 1627⁴⁴.

No curso de suas viagens de corso ao largo da costa brasileira o almirante holandês aprisionou uma caravela do Rio de Janeiro, cujos passageiros, tripulação inclusive, foram interrogados a respeito das condições em que se encontrava aquela praça. Esses prisioneiros, depois que foram libertados, contaram a Martim de Sá que Piet Heyn dissera trazer "recordação amarga da repulsa sofrida no Espírito Santo, em mãos de Salvador de Sá e Benavides, filho do dito Martim de Sá, tendo sido nessa ocasião ferido a flechadas e recebido um tiro de mosquete. Ao relatar esse incidente às autoridades de Lisboa, lembrou Martim de Sá a urgente necessidade que havia de fortificar o Rio de Janeiro, do qual ele era ainda governador, visto como os holandeses, sem a menor dúvida, tinham os seus olhos voltados para lá. Essas notícias foram depois confirmadas e acrescidas pelo próprio Salvador de Sá, quando de volta a Portugal, nos fins de 1627 ou começo de 1628⁴⁵. Sorte favorável e boa visão das coisas levarão Piet Heyn a coroar sua carreira em 1628 com a captura da frota da prata do México, na baía de Matanzas, em Cuba, sem encontrar resistência digna de nota. Toda Holanda alvorçou-se de alegria com essa incruenta e lucrativa façanha, que é lembrada até hoje toda vez que os neerlandeses se reúnem para cantar a

⁴³ Wassenauer, *Historisch Verhael*, XIV, págs. 53-6; De Laet, *Iaerlyck Verhael*, I, págs. 131-44; II, págs. 1-16.

⁴⁴ Veja-se o seu relatório, dado a lume por Hélio Vianna, *Estudos de história colonial*, págs. 243-4. A isso devemos acrescentar que Piet Heyn, sozinho, havia dado conta de mais de 55 navios, só no ano de 1627. É interessante notar que navios suecos e alemães incluíam-se entre os que ele incendiara na Bahia em 1627. Wassenauer, *Historisch Verhael*, XIV, págs. 53-6. Vejam-se também as cartas de Céspedes Xeria datadas de 13 de julho de 1627 e 23 de março de 1629, em *An. Mus. Paulista*, I, págs. 167-9; II, págs. 18-19.

⁴⁵ Cf. a consulta do Conselho da Fazenda de 28 de abril de 1629, e o resumo da carta de Martim de Sá datada de 6 de outubro de 1627, em Arch. Hist. Colon., Lisboa, Conselho da Fazenda, cód. 38 e *An. Bibl. Nac.*, Rio de Jan., LXVI (1937-40), pág. 179. Do lado holandês não se encontra nenhuma prova de que Piet Heyn fora ferido no Espírito Santo.

sonora melodia de Viotta e Heye, *Triomfantelijk Lied*. Os preventos do butim levaram a Companhia a posição tal que ela se sentiu capaz de lançar-se a outra invasão do Brasil, dois anos mais tarde. O infeliz general espanhol D. Juan de Benavides y Bazán, após sua volta para a Espanha, foi levado a julgamento por falta grave no cumprimento do dever. O caso arrastou-se durante cinco anos, até que Benavides foi decapitado em público, em Cádiz, em maio de 1634, enquanto o carrasco proclamava do cadafalso: “esta é a justiça que Sua Majestade e seus reais conselhos infligem a esse homem, pela negligência com que se houve por ocasião da perda da frota da Nova Espanha, tomada pelo inimigo no ano de 1628 — *Quien tal hizo, que tal pague!*”⁴⁶

Há incerteza sobre se Salvador voltou para a Europa logo depois da recuperação da Bahia; mas existem indícios de que ele visitara Madri em 1626 ou 1627⁴⁷. Seus serviços na campanha de 1624-5, no Brasil, foram recompensados por um ato do governo datado de 5 de fevereiro de 1628, nomeando-o alcaide-mor do Rio de Janeiro, até o fim de sua existência⁴⁸. *Alcaide-mor* era um título de origem mourisca, correspondendo aproximadamente ao posto de governador militar de uma cidade. As atribuições do detentor do cargo foram descritas por uma fonte contemporânea da maneira que segue:

Os alcaides, ou governadores de fortes, estão obrigados a ver se eles se acham bem guarnecidos e aprovisionados para a defesa, a perder antes a vida do que omitir-se no desempenho do cargo, e a não se ausentarem do posto a não ser em ocasião urgente, deixando então uma pessoa que mereça toda confiança. Gozam eles de grandes privilégios e têm sua parte nas multas impostas aos seus ofensores. É seu dever tomar nota de todas as forças trazidas do exterior para dentro de sua jurisdição⁴⁹.

⁴⁶ “Quem isso fez, que por isso pague”, Fernández Duro, *Armada Española*, IV, pág. 105. Tanto a família da mãe de Salvador como o general vítima da execução, pertenciam a um ramo da família Benavides, de Jaen. Em Naber, *Piet Heyn* há uma descrição pormenorizada da tomada da frota da prata, de acordo com os documentos holandeses e espanhóis da época.

⁴⁷ L. Moréri, *Le grand dictionnaire historique*, IV, pág. 152 (Paris, 1759).

⁴⁸ *Revista trimensal*, XXIV, pág. 337 (1861).

⁴⁹ Faria y Sousa em J. Stevens, *Ancient and present state of Portugal*, pág. 56. Para o posto que corresponde na América espanhola colonial a *alcaide-mayor*, veja-se *Spanish Empire*, págs. 138-9.

Esse importante posto, que estreitava ainda mais as ligações da família dos Correia de Sá com o Rio de Janeiro, não era a única recompensa desejada por Salvador. Não ficou satisfeito com a sua investidura na Ordem de Santiago, talvez porque essa ordem não tinha em Portugal tanta importância como na Espanha, onde lhe cabia a primazia⁵⁰. Estava ansioso por obter o comando da Ordem de Cristo, que era a principal entre as demais ordens militares de Portugal. Fundada por D. Dinis após a extinção da dos Templários, em 1319, gozava ela de muito maior prestígio e maiores rendas do que as duas outras, a de Santiago e a de Avis⁵¹.

Era vedado assumir o comando de mais de uma ordem militar (embora essa norma fosse por vezes ignorada em se tratando de pessoas da realeza ou de nobres excepcionalmente influentes), pelo que alguns anos foram evidentemente necessários para que Salvador conseguisse tornar-se cavaleiro da Ordem de Cristo, em troca da de Santiago. Documento datado de 1632 atesta que Salvador ocupava previamente a administração temporária da comendadoria de São Salvador de Lagoa, do arcebispo de Braga, na cobiçada Ordem de Cristo⁵². A coroa prometeu confirmá-lo nessa comendadoria por toda vida, posto que as “dispensas necessárias” fossem concedidas pelo papa e continuasse Salvador a servir no Brasil. Quatro anos depois foi confiada a Salvador a administração da dita comendadoria sem que houvesse chegado de Roma a dispensa necessária para todo cavaleiro que percebesse rendas da Ordem de Cristo, sem estar engajado na luta contra os muçulmanos, inimigos da fé cristã⁵³. A segunda condição estava prestes a ser preenchida, muito embora Salvador não estivesse prestando serviço no Brasil quando o documento foi assinado (15 de dezembro de 1632), mas sim no vice-reino espanhol do Peru.

⁵⁰ O ramo português foi desmembrado da Ordem de Santiago de Espada por uma bula do papa Nicolau IV, em 1288.

⁵¹ Para as ordens militares da península ibérica na época de Salvador veja-se Jacinto de Deus, O. F. M., *Escudo dos cavalleiros das ordens militares* (Lisboa, 1670). A Ordem de São Bento de Avis era também de origem espanhola, tendo-se destacado da Ordem de Calatrava durante o papado de Eugênio IV.

⁵² *Alvará de 7 de dezembro de 1636, na Torre do Tombo, “chancelaria da Ordem de Cristo”, livro 24, fols. 21 e ss. Cf. também o Apêndice I, incluído mais adiante.*

⁵³ Cf. o Apêndice I, no fim do livro.

Capítulo III

O CAMINHO DE POTOSI

O vice-reino espanhol do Peru deve ter sido, seguramente, uma das unidades administrativas mais vastas e mais trabalhosas que o homem já vira diante de si. Durante o segundo decênio de 1600, a jurisdição do vice-rei, com sede em Lima, abrangia — ou supunha-se abranger — todo o continente sul-americano, desde o Panamá até ao Cabo Horn, com exceção do Brasil, das Guianas e da costa do Caribe, correspondente à Venezuela dos dias atuais¹. As seis subdivisões principais desse vice-reino eram as grandes áreas administradas pelas *audiencias*, ou tribunais superiores, de Lima (fundada em 1544), Santa Fé de Bogotá (1549), La Plata de los Charcas (1559)², Quito (1653), Panamá (1567) e Santiago de Chile (1609). Devido a fatores geográficos e outros, o controle exercido pelo vice-rei sobre essas áreas, dispersas como eram, oscilava entre a ação efetiva e uma meramente nominal. Era plenamente efetiva em Lima, onde o próprio vice-rei funcionava como presidente da audiência local. Já era pouco efetiva nos tribunais de Charcas e Quito, localidades planaltinas, e ainda nos de Panamá e Chile, chegando a ser virtualmente inexistente em Bogotá. As *audiencias* da Espanha colonial eram mais importantes do que as *relações* nas colônias portuguesas, e ainda muito mais do que os tribunais superiores (*high courts*) no sentido inglês do termo. Formavam eles uma combinação, em grau variável, de

¹ Para os limites do Peru durante o século XVII, veja-se R. Beltrán y Rózpide, *Colección*, I, págs. 17-24, 33, 144 (1921).

² Charcas é chamada, às vezes, a “cidade de quatro nomes”, pelo fato de ter sido sucessivamente conhecida, no decorrer dos últimos quatro séculos, como Chuquisaca, La Plata, Charcas e (depois de 1826) Sucre. Daqui para diante ela será referida como Charcas, que era o nome usado no século XVII, evitando-se assim a confusão com a *audiencia* de La Plata, em Buenos Aires, que funcionou entre 1661 e 1671.

poderes judiciários, administrativos e militares, de conformidade com a importância relativa das localidades³.

Por outro lado, o vice-reino do Peru continha dentro de seus limites uma das mais vastas províncias missioneiras da Companhia de Jesus, a do Paraguai. Mesmo depois que o Chile, no começo do século XVII, se separou como uma vice-província, a do Paraguai abrangia todo o território hoje ocupado pela Argentina, Uruguai e Paraguai, além de boa extensão de terras atualmente pertencentes ao Brasil e à Bolívia⁴. A parte que aqui particularmente nos diz respeito compreende a região banhada pelos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Não se deve confundir a província jesuítica do Paraguai (embora seja bastante difícil evitar a confusão) com a Província do Paraguai e Rio da Prata, que pertencia à coroa e tinha como capital Assunção sendo, de alguma forma, subordinada à *audiência* de Charcas. Em 1617 um decreto dividiu a província da coroa em duas, a do Rio da Prata, que tinha como centro Buenos Aires, e a de Guairá, cujo centro estava em Assunção⁵. Depois dos ataques dos paulistas às reduções jesuíticas de Guairá, entre 1629 e 1631, o nome Guairá foi substituído pelo de Paraguai; mas, para evitar qualquer confusão, esse último nome será usado no presente capítulo para indicar a província jesuítica em seu todo, como distinta da pertencente à coroa.

Em teoria, os índios Guarani das reduções jesuíticas prestavam voluntária obediência à coroa da Espanha, apesar de nunca terem sido conquistados pelos espanhóis, mas apenas reunidos pelos jesuítas em suas missões, no intuito de facilitar a sua conversão e o seu controle. Essa submissão voluntária parece que se estendia, pelo menos teoricamente, aos representantes da casa, tanto em Charcas, como em Assunção e Buenos Aires. Na prática aquela obediência era pouco mais que nominal, muito embora os jesuítas não raro apelassem, com resultado, para Madri, em busca de auxílio contra abusos cometidos pelos colonos. Seu

³ Para as *audiencias* e respectivas funções, cf. Haring, *Spanish Empire*, págs. 119-137; J. H. Parry, *The Audiencia at New Galicia in the 16th century. A Study in Spanish colonial government* (Cambridge, 1948); C. H. Cunningham, *The Audiencia in the Spanish Colonies as illustrated by the Audiencia of Manila, 1583-1800* (Berkeley, 1919).

⁴ Para os limites da província jesuítica do Paraguai e respectivas subdivisões, vejam-se os mapas contidos na *História de Pastells* (vol. VIII, parte I), inclusive o reproduzido no frontispício.

⁵ Com respeito ao ato da coroa (1617) dividindo em duas a sua província do Paraguai e Rio da Prata, veja-se *Historia de la Nación Argentina*, vol. III, págs. 448-52, 462-3.

principal objetivo era organizar um Estado teocrático dentro do Estado, aceitando uma obediência nominal à coroa, mas contando com o apoio dos tribunais superiores das colônias, dos governadores e dos bispos, no caso de uma intervenção não solicitada. Punham o maior cuidado possível em manter os seus convertidos longe do contato com os espanhóis e seus dependentes crioulos. Nem o europeu comum, nem o crioulo leigo eram admitidos nas reduções; os próprios governadores e bispos raramente as visitavam⁶. Os jesuítas foram notavelmente bem sucedidos em seu desejo de fundar um estado teocrático, cujas terras fossem propriedade de todos e cultivadas em comum⁷; contudo, os moradores dos distritos confinantes com as reduções olhavam essa vizinhança com desagrado e suspeição.

É desnecessário dizer que os limites da província jesuítica do Paraguai com o Brasil, de um lado, e, do outro, com o vice-reino do Peru, longe estavam de ser bem definidos. A maioria dos funcionários de Espanha argumentava que o meridiano democrático de Tordesilhas passava por Cananéia, na costa brasileira, ao sul da capitania de São Vicente⁸. De outro lado, os mapas portugueses faziam passar a linha de demarcação através do estuário do Rio da Prata⁹. Passasse onde passasse a linha teórica de demarcação, a fronteira com o Brasil estava na capitania de São Vicente, de onde os paulistas desde alguns anos vinham atacar as indefesas reduções de índios Guarani, em busca de escravos. Acresce que os colonos espanhóis nunca se esforçaram seriamente para defender as reduções contra os ataques do Brasil. Interessados em poder contar com os índios no trabalho de suas *encomiendas*, preferiam disputar com os paulistas pela posse deles, depois que as reduções fossem destruídas, a ver o seu potencial de braços para o trabalho açambarcado pelos padres da Companhia.

⁶ De 1610 a 1721 houve somente dezessete visitas de governadores às reduções jesuíticas. As visitas episcopais eram ainda mais raras, cifrando-se em sete as realizadas entre 1648 a 1764.

⁷ O mais recente, e sob muitos aspectos o melhor, estudo crítico sobre as reduções jesuíticas é o de C. Lugon, *La république communiste chrétienne des Guaranis, 1610-1768* (Paris, 1949).

⁸ Cananéia, "donde es el padron y raia de división de las jurisdicciones de la corona de Castilla y Portugal". Documento de 1599, citado por Enrique de Gandía, *Las misiones jesuíticas y los bandeirantes paulistas* (Buenos Aires, 1936), págs. 23-4. Vide, mais adiante, a nota 35.

⁹ Serve de exemplo o atlas manuscrito "Taboas graes de toda a navegação divididas e emendadas por Dom Jeronimo de Attayde", datado aproximadamente de 1650 e conservado na Library of Congress, em Washington, D.C.

Enquanto os paulistas devastaram a ferro e fogo as reduções jesuíticas, uma forma nova de infiltração de portugueses se processava na sul-América espanhola, entrando pelo Rio da Prata, para atravessar os pampas e o Chaco, rumo aos Andes do Peru. Os mercadores ambulantes e os viajantes comerciais que demandavam (ou deixavam) o vice-reino espanhol por aquela via proibida eram conhecidos no Brasil como *peruleiros*. Em suas atividades mostravam-se tão empreendedores como os paulistas preadores de escravos e, tanto quanto estes, nada parecidos com os moradores das regiões açucareiras do litoral, a quem Frei Vicente do Salvador chamou de “caranguejos”¹⁰. Muitos deles eram judeus; mas não todos, como faziam supor os memorialistas cheios de preconceitos do século XVI sendo nisso acompanhados por escritores modernos despidos de espírito crítico. Temos visto, com frequência, os termos “português” e “judeu” serem considerados sinônimos pelos espanhóis. Até os paulistas foram muitas vezes classificados bandidos judeus, e acusados de usar sapatos e sandálias com retratos ou nomes de santos estampados nas solas¹¹. O objetivo principal dos peruleiros era a Vila Imperial de Potosí, na Bolívia de hoje, que naquela época se chamava Alto Peru. Aquele grande centro de mineração da prata, contando com uma população de cerca de 150.000 habitantes, era, de muito, a maior cidade do Novo Mundo. Localizada no flanco estéril de uma montanha, a 13.280 pés (cerca de 3.700 metros) de altitude, precisava receber de fora tudo que dizia respeito à alimentação e mais produtos agrícolas. Uma das regiões de onde vinham esses artigos essenciais era a província de Tucumán, na encosta oriental dos Andes. Ela apresentava aspectos físicos muito diversificados, de que faziam parte campos ervosos, ou pampas, cerrados, desertos e mataria subtropical.

A colônia de Tucumán (escreve Madaline Nichols) descamba das planícies elevadas do Alto Peru. A noroeste fica a “puna” (deserto) estéril de Jujuy e Salta, continuação do planalto desértico de Atacama e da Bolívia meridional. Dessa puna desce a entrecortada cadeia de montanhas, que

¹⁰ O trabalho básico sobre as atividades mercantis dos “peruleiros” é o de Canabrava, *Comércio português*, monografia que pode servir de modelo, visto basear-se numa síntese cuidadosa das fontes primárias, tanto espanholas como portuguesas.

¹¹ Vide os documentos em *An. Mus. Paulista*, I, pág. 257, II, págs. 292, 307 e 314.

corre paralelamente aos Andes e divide a Tucumán ocidental em uma série de montes mais ou menos equidistantes e separados pelas linhas dos vales que se alongam do norte para o sul, servindo de estradas para os viajantes e povoadores. Olhando-se essas linhas no mapa elas se afiguram degraus de pedra a diminuírem gradualmente de altura à medida que as montanhas se desfazem na planície. A leste desta sucessão de montes e vales ficam as planuras, com as suas florestas subtropicais ao norte; no centro o grande deserto salino, onde Santiago del Estero, Cajamarca, La Rioja e Córdoba vão se encontrar; ao sul a extensão erosa do pampa. . .

A vegetação desta grande área divide-se em quatro classes principais, de acordo não tanto com a latitude e a altitude, mas sim com a quantidade de chuvas. Essas quatro classes são o deserto, a vegetação de montanha, o pampa e a floresta subtropical. Na elevada "puna" de Jujuy e Salta fica a região fria e desértica, em nível inferior ao das grandes altitudes, rente ainda com a cadeia dos Andes Ocidentais, fica o deserto quente, onde só fazem exceção os vales regados pelos córregos que descem das montanhas cobertas de neve; e, cortando o centro da região, desde Rioja até Santiago, como uma larga ferida, estende-se o deserto salgado. A vegetação arbustiva, de montanha, cresce na faixa, antes seca, que inclui a parte central e ocidental de Córdoba, o Santiago central, o leste de Tucumán e o norte da província de Salta. A floresta tropical cresce luxuriantemente nas encostas orientais e nas terras baixas de Jujuy e Salta, onde as chuvas são abundantes, como também no Chaco. Ao sul e a leste de Córdoba estende-se o lençol verdejante do pampa.

Nos tempos coloniais, começo do século XVII, Tucumán abrangia uma área de cerca de sete milhões de quilômetros quadrados, onde se achavam incluídas sete das províncias argentinas atuais e uma parte do Chaco¹². Essa área enorme era administrada (juntamente com o Paraguai e a região do Rio da Prata) por uma *audiencia* situada no longínquo altiplano de Charcas, no Alto Peru, e continha, nos começos do referido século, apenas

¹² Vide M. Lizondo Borda, "El Tucumán colonial de los siglos XVII y XVIII", *Historia de la nación argentina*, III, págs. 389-403; também M. W. Nichols, "Colonial Tucumán", em *Hispanic-American Hist. Review*, XVIII, págs. 461-85, de onde tirei a informação. V. ainda Isaiah Bowman, *Desert Trails of Atacama*, págs. 186-253 (Nova York, 1924) para o que disser respeito à Tucumán dos nossos dias.

uns setecentos moradores (*vecinos*) espanhóis. Estavam eles distribuídos em oito assim chamadas cidades, mas que na realidade não passavam de simples vilarejos. Metade desses *vecinos* era a do tipo dos chamados *encomenderos*, ou feudatários; os restantes eram pequenos proprietários comerciantes¹³. As porções efetivamente ocupadas das províncias limitavam-se a essas poucas “cidades” e respectivos arrabaldes, sendo a população destes últimos constituída de tribos sedentárias de índios localizadas em *encomiendas* pelos espanhóis. O número desses índios decrescia rapidamente, em conseqüência das exações e dos trabalhos forçados a que eram submetidos, desafiando todas as leis baixadas pela coroa para protegê-los. A população total da vasta província de Tucumán era avaliada em vinte e cinco milhares, dos quais, como vimos, só umas poucas centenas eram colonos de pele branca. O trabalho dos índios de Tucumán supria de gado bovino, de muares e de trigo várias cidades do Peru, além de Potosi, e levava ainda ao referido mercado tecidos de fabricação local. Todos esses produtos, e bem assim os que vinham de Buenos Aires para o Alto Peru, com trânsito por Tucumán, eram pagos em barras ou cunhas de prata, em busca dos quais vinham os peruleiros.

Um dos mais flagrantes absurdos do sistema de administração vigentes na Espanha colonial era a lei que obrigava essa extensa porção do vice-reino do Peru a suprir-se de mercadorias européias exclusivamente à custa das frotas oficiais de Sevilha, tendo de atravessar o istmo do Panamá para seguir depois em pequenos navios ao longo da costa do Pacífico, até Callao, onde era feito novo desembarque, antes de começar a longa viagem para os pontos mais distantes, como a foz do Rio da Prata, no outro lado do continente. Por mais difícil que fosse a viagem, por terra, do embrionário porto de Buenos Aires (fundado pela segunda vez em 1588) a Potosi, através dos pampas, do Chaco e da cordilheira dos Andes, ela era, em última análise, menos dispendiosa e insípida do que a rota oficial da Espanha, via Cartagena e Puerto Bello (Nombre de Diós) à costa do Pacífico, além de exigir menor número de transbordos. Nessas circunstâncias, era inevitável que

¹³ Por *vecino* (em português *vizinho*) entendia-se o chefe de uma família de colonos. Para a discussão do assunto referente aos *encomenderos*, e *encomiendas*, veja-se Haring, *Spanish Empire*, págs. 44-7. Fossem o que fossem em teoria, na prática as *encomiendas*, na época a que estamos nos reportando, eram povoações ou aldeamentos onde viviam os índios sujeitos a trabalho forçado sob o mando de seu *encomendero* particular.

a via de acesso natural para o interior do continente, entrando pelo Rio da Prata e atravessando Tucumán, fosse tida como o caminho mais adequado ao comércio com o Peru, tanto mais quanto a região cortada por essa estrada proibida punha ao alcance da mão os produtos agrícolas e mais artigos de necessidade vital para Potosí¹⁴.

A primeira pessoa a explorar as vantagens naturais da rota de Buenos Aires foi o celebrado bispo de Tucumán, Francisco de Victoria. A primeira aventura mercantil desse bispo no Brasil teve epílogo desastroso, pois os seus dois navios foram capturados por corsários ingleses ao largo do Rio da Prata, em 1588, mas ele não se sentiu, de modo algum, desanimado com esse insucesso, tanto assim que renovou a tentativa no curso do mesmo ano, agora com bom resultado. Pouco tempo depois deixou Tucumán para fazer a viagem de volta, com escala pelos portos do Brasil, gabando-se abertamente de haver organizado o tráfico entre o Peru e o Brasil, através do porto oficialmente fechado de Buenos Aires. De todas partes da América partiram denúncias contra esse clérigo mundano, “cuja vida e cujo exemplo eram mais de um negociante do que de um prelado; mas o seu exemplo não tardou a ser seguido por um punhado de pequenos imitadores: entre estes inclui-se Diogo Lopes de Lisboa, pai do célebre bibliógrafo Antônio Leon Pinelo, que foi um dos muitos judeus portugueses que vieram para Buenos Aires, via Brasil, no curso da última década do século XVI¹⁵.

Pode-se fazer uma idéia de como funcionava esse comércio através da carta escrita em 1596 por um negociante português estabelecido no Rio de Janeiro ao irmão, que residia na Europa; é evidente que essa carta terá sido confiscada por algum navio de corso, visto que foi incluída por Hakluyt na edição de 1599 de suas *Voyages*¹⁶.

¹⁴ Para o que diz respeito ao tráfico espanhol com a América e às várias frotas que disso se ocupavam, veja-se Haring, *Trade and Navigation between Spain and the Indies in the time of the Hapsburgs* (Cambridge, Mass., 1918); Haring, *Spanish Empire*, págs. 313-34; Canabrava, *Comércio português*, págs. 20-8.

¹⁵ Canabrava, *Comércio português*, págs. 60-9; Medina, *Inquisición del Plata*, págs. 139-42, 225-7.

¹⁶ R. Hakluyt, *Voyages*, III, págs. 706-8 (1599). “Carta de Francisco Soares a seu irmão Diogo Soares, escrita no Rio de Janeiro, em junho de 1596, a propósito do riquíssimo tráfico iniciado recentemente entre aquela praça e o Peru, utilizando pequenas embarcações de 30 a 40 toneladas.”

Cem ducados da Espanha sendo empregados aqui devem dar um lucro de 1.200 a 1.500 ducados. (...) Porque podemos subir até as minas de Potosi, que são as melhores e as mais ricas de todo o Peru. Se os mercadores de Espanha e Portugal tivessem conhecimento desse comércio não se aventurariam tanto a enviar suas mercadorias a Cartagena. Porque este rio (o rio da Prata) é o caminho mais curto e o mais fácil para se ir ao Peru. Os peruleiros, ou negociantes do Peru, que aqui residem, vêm do Rio de Janeiro a este porto trazendo consigo 15 a 20 mil ducados, em reais de prata e de ouro, para empregá-los aqui em mercadorias; e não havendo nesta praça artigos para comprar, esses mercadores do Peru vêem-se constrangidos a ir à Bahia, ou a Pernambuco, para ali aplicar o seu dinheiro. (...) Aqui, com 500 ducados uma pessoa pode ganhar 5.000 ducados no espaço de cinco meses. (...) Um florete que pode custar na Espanha 24 ou 25 reais, aqui se vende por 40 ou 50 ducados; uma rédea para cavalo vende-se aqui por 15 ducados; uma fechadura custa, com a chave, 10 ducados (...); e tudo o mais na mesma proporção. Assim, 1.000 ducados de Espanha devem dar 10.000 ducados de lucro. (...) Aqui veio do Peru, por esse Rio da Prata, um negociante chamado Alonso Ramirez, trazendo 10 ou 12 mil ducados em reais de prata, com os quais construiu um navio para regressar à Espanha, tendo um bispo em sua companhia.

Em 1592 as autoridades do Peru aplicaram uma odiosa e temporária taxa a esse comércio Brasil — Rio da Prata — Tucumán, sendo o seu controle centralizado, com ingênua (ou quiçá intencional) impraticabilidade na *audiencia* planáltica de Charcas. Mas quatro anos depois a coroa renovava a expressa proibição àquela rota comercial, com exceção apenas para a introdução de um número limitado de escravos africanos, importados de conformidade com um monopólio a que se dava o nome de *asiento*¹⁷. Este *asiento* constituía uma brecha através da qual prosperava cada vez mais um intenso contrabando no tráfico de escravos de Angola e do Brasil com o Rio da Prata. Pouco ou nenhum efeito tiveram as ordens terminantes de Madri para que ele fosse ime-

¹⁷ O trabalho fundamental sobre o tráfico negreiro com a América durante esse período é o de Scelle, *La traite négrière*, particularmente no que respeita ao lugar e à época de que tratamos, I, págs. 382-484. O assunto é estudado com largueza no capítulo VI, mais adiante.

diatamente suspenso, sob pena de severas sanções. Os fatores geográficos e econômicos, aliados à venalidade dos funcionários locais, tornava aquela rota tão conveniente e proveitosa para os que dela se utilizavam, que o contrabando no comércio do Brasil com o Peru intensificou-se a largos passos, em detrimento do comércio oficial de Sevilha, via Puerto Bello e Panamá. De acordo com os numerosos memoriais enviados à coroa, a situação em que ele se achava na última década do século XVII era a que passamos a descrever linhas abaixo¹⁸.

Diz-se que naquela época uma média de duzentos navios, com 100 a 400 toneladas de deslocamento, largavam cada ano dos portos portugueses com destino ao Brasil, carregados principalmente de tecidos e outros artigos manufaturados¹⁹. É óbvio que era demasiado para as necessidades de importação de uma população calculada em 8.000 *vecinos*, e que boa parte daqueles artigos destinava-se a ser reexportada do Brasil para o Peru, via Rio da Prata, Paraguai e Tucumán. As mercadorias em questão procediam em sua maioria do norte da Europa, visto como nem a Espanha, nem Portugal as produziam em quantidade suficiente. O frete e os direitos cobrados nesses navios portugueses eram menores do que os exigidos nas frotas oficiais de Sevilha, o que só por si basta para explicar o crescimento fenomenal do tráfico com o Brasil. Em consequência, o custo daqueles artigos na sul-América espanhola era muito menor, quando importados de Portugal, via Brasil e Buenos Aires, do que se sua importação fosse feita pela rota oficial, de Sevilha via "Tierra Firme". Quando os negociantes licenciados chegavam a Puerto Bello e Cartagena de Indias, achavam essas praças já abastecidas dos mesmos artigos e por preços inferiores, trazidos via Brasil. O grande incremento acusado pelo número de navios empregados no comércio com o Brasil, que aumentou de uns poucos navios nos meados do século XVI para duas centenas em 1618, ocasionou correspondente de-

¹⁸ Cianca, *Discurso breve*, Mus. Brit., cód. 62-1-18/1-100; Velasco, *Advertencias*, Mus. Brit., *ibid.* Nem os prejuízos infligidos no Atlântico sul ao tráfico marítimo da península ibérica pelos navios da Companhia das Índias Ocidentais entre 1621 e 1635 conseguiram sustar inteiramente o contrabando em questão. Cf. Morales, *Advertencias*, e Mancha y Veloso, O. P., *Discurso*, no Brit. Mus., Add. MSS. 13992.

¹⁹ Cianca, *Discurso breve*, indica Porto, Viana, Aveiro, Lisboa, Lagos, Vila Nova de Portimão, Faro e Tavira, como sendo os portos de Portugal por onde era feito o contrabando. É fácil verificar por aí, e pela anedota à pág. 4 de seu memorial, que o Algarve se acha particularmente bem representado.

clínio no valor e importância da frota de Espanha. Independentemente desses competidores portugueses, contrabandistas holandeses, ingleses e norte-europeus freqüentavam também as costas da América do Sul com os seus navios. O Peru e o México eram abastecidos o ano todo graças a estes intrusos sem autorização, de modo que os monopolistas de Sevilha experimentavam grande dificuldade para se desfazer de seus estoques.

Com respeito à própria Buenos Aires, de quatorze a dezoito navios entravam anualmente em seu porto, trazendo tecidos em quantidade equivalente à dos que eram trazidos da Tierra Firme pela *flota*²⁰. O mercado peruana vivia abarrotado com esses estoques, em detrimento dos comerciantes que haviam contratado com a *flota* o seu suprimento. O valor do ouro e da prata, em barra, contrabandeados no porto de Buenos Aires para o pagamento dessas importações não autorizadas foi avaliado, sem dúvida com exagero, em um milhão de pesos por ano. As províncias de Rio da Prata, Paraguai e Tucumán eram freqüentadas por abastados judeus portugueses, refugiados da Inquisição, que tomavam para si não só o comércio local como ainda muitos postos da administração, ao passo que os descendentes dos conquistadores castelhanos viam-se reduzidos à pobreza. Essa flagrante violação das ordens reais e do monopólio comercial de Sevilha contava com a conivência de muitos membros do funcionalismo local. Os colonos clamavam todos eles pela abertura do porto de Buenos Aires, avaliando o mérito de seus governantes pelo zelo que mostravam em encorajar esse comércio clandestino²¹.

Os exageros, incongruências e inexatidões dos memorialistas que se ocuparam do assunto são perfeitamente óbvios. Não levam eles em conta o aumento crescente da exportação do açúcar pelo Brasil, fator de primeira importância no incremento do tráfico de Portugal com a sua colônia, e o que dizem sobre a quantidade de barras metálicas é, em grande parte, fruto da imaginação. Mas que havia verdade na alegação de que o comércio dos monopolistas de Sevilha com a América do Sul estava sendo sola-

²⁰ Em 1611 havia mais de quinze navios holandeses e ingleses fazendo contrabando em Buenos Aires, isso conforme certo documento existente no Arquivo das Índias, em Sevilha (*AGI* 1536,14) e citado por Scelle, em *La traite négrière*, I, pág. 140.

²¹ Nessa conivência ou participação no contrabando praticado em Buenos Aires por muitos governadores constitui exceção o famoso Hernandarias de Saavedra, a respeito de quem convém consultar a *Historia de la nación argentina*, III, págs. 446-8, e Canabrava, *Comércio português*, págs. 69-96.

pado pela importação de mercadorias via Brasil e Buenos Aires confirmam-no muitas outras fontes coevas²². Se o remédio era abrir o porto de Buenos Aires ao comércio com a Espanha ou tomarem-se medidas mais violentas para evitar a ação dos perulheiros luso-brasileiros é ponto sobre o qual divergem os memorialistas; mas que aqueles comerciantes auferiam grande lucro às custas dos negociantes de Sevilha, Nombre de Diós e Callao é fato que não teme contradita²³. Acresce que, como foi apontado por um memorialista, grande parte da prata contrabandeada em Buenos Aires não ficava em Portugal e no Brasil, onde, pelo menos, circularia nos domínios do Rei Católico, mas era remetida dali para a Inglaterra, Holanda e França, em pagamento de artigos manufaturados, e bem assim do trigo cuja importação era de vital importância para Portugal. Essa exportação de barras metálicas era um desfalque fatal aos olhos dos economistas de espírito mercantil da época²⁴.

Afora os portugueses que entravam no Peru vindos do Brasil e do Rio da Prata, havia ainda muitos que vinham nas "flotas" sob este ou aquele pretexto, aportando em Cartagena ou Puerto Bello. Os memorialistas de Castela tinham ainda outra mágoa dos portugueses que, no lado da linha de Tordesilhas que lhes pertencia, eram muito ciosos em manter os espanhóis à distância das Índias Orientais e extremamente avaros em conceder que eles entrassem no Brasil²⁵.

Outro motivo de queixa era o comércio negreiro da África ocidental, que era, virtualmente, monopólio dos judeus portugueses. Se os portugueses ganhavam mais dinheiro com os negros, que importavam além do número permitido, ou com as merca-

²² Cf. Haring, *Spanish Empire*, págs. 529-30; Canabrava, *Comércio português*, págs. 96-131. Ruitser (*Toortse*, pág. 30), falando a respeito das condições vigentes entre 1618 e 1619, informa que (abstração feita dos navios que contrabandeavam mercadorias da Europa e da África) de quarenta a cinquenta pequenos navios deixavam anualmente Buenos Aires, com destino ao Brasil, transportando 120.000 reais (valendo cada um a oitava parte do dólar).

²³ Cf. Canabrava, *Comércio português* (págs. 116-121) e a nota 16, supra.

²⁴ Velasco, em *Advertencias*, diz que a prata contrabandeada do Peru "no queda en la Corona de Portugal, sino que pasa a Inglaterra y Olanda, con quienes los Portugueses tienen sus comercios, y desto resulta el darles plata, con que crezcan sus fuerças". Matias de Albuquerque dissera a mesma coisa em 1627. Cf. Vianna, *Estudos da História Colonial*, pág. 243.

²⁵ Queixa muito expressiva é a que faz Morales, em suas *Advertencias* ao conde-duque de Olivares, em 1637: "Los Portugueses van creciendo en las Indias, y en cada Armada pasan, guardando ellos la Oriental de los Castellanos con puntualidad". Plena verdade, como devem admitir todos quanto são familiares com a história da "Índia Portuguesa".

dorias que contrabandeavam a bordo dos navios negreiros, é este um assunto sobre o qual diferem as opiniões. Dizia-se que o governador de Buenos Aires recebia uma propina de dez a doze mil pesos cada vez que um navio entrava no porto, sem falar nas miudezas, nada desprezíveis, que ele extorquia aos seus subordinados²⁶. Pela correspondência dos jesuítas, sabemos que o número dos negros importados de Angola pela América do Sul cresceu enormemente no curso dos três primeiros decênios do século XVII. Por volta de 1630, todas as principais cidades do Paraguai e de Tucumán possuíam *confradias*, ou congregações religiosas, organizadas por eles e para eles. Por uma descrição do que era Potosi em 1603 ficamos sabendo que uma média de 450 negros e negras entravam anualmente na cidade, provenientes do Brasil, via Buenos Aires²⁷. Mas ninguém supunha que toda essa transitória atividade concorresse para aumentar de modo apreciável a prosperidade e o crescimento da própria Buenos Aires. Os governadores e os funcionários da coroa levavam para a Espanha o dinheiro que haviam amealhado, ao passo que os lucros provenientes dos contrabandos eram abiscoitados pelos peruleiros e, em menor grau, pelos colonos do Alto Peru que adquiriam os escravos e os bens contrabandeados. O porto, propriamente, ficava a cargo de algumas centenas de casas ou barracos miseráveis, servindo apenas como ponto de desembarque de mercadorias destinadas aos endinheirados habitantes de Potosi e Lima²⁸.

O quartel-general da Inquisição, em Lima, vivia inundado pelas queixas contra a entrada de criptojudeus portugueses, através de Buenos Aires. Todos os peruleiros, a começar pelo seu ilustre pioneiro, o bispo Francisco de Victoria, eram comumente tidos como “de casta y generación de judíos”. Daí não se segue, necessariamente, que todos o fossem, pois estigmatizar o comerciante rival, ou potencial competidor, acoimando-o de judeu era um meio fácil de denegri-lo aos olhos do mundo. Já vimos que o Santo Ofício não se instalou no Brasil, contentando-se o inquisidor-geral em enviar de Portugal à colônia, de quando em

²⁶ Morales, *Advertencias*, pág. 16.

²⁷ Ravignani, *Documentos*, págs. 389, 411, 413, 416-18, 421, 430. Descrição de Potosi em Brit. Mus., Add. MSS. 20999, fol. 287

²⁸ *Historia de la nación argentina*, III, pág. 467, onde se dá para Buenos Aires em 1620-1 uma população de 212 *vecinos*, ou seja cerca de 1.060 almas, excluídos 103 índios da cidade e 668 dos arredores. Dos cinquenta estrangeiros residentes em Buenos Aires em 1619, quarenta e seis eram portugueses. Cf. Canabrava, *Comércio português*, pág. 125.

quando, comissários visitantes, com o fim de investigar o problema judaico *in situ*. A vinda de tais comissários em 1591 e 1618 teve como resultado, em ambas as vezes, aumentar a fuga de judeus luso-brasileiros para Buenos Aires, Tucumán e Peru, onde se refugiavam. Em 1618, deplorava certo funcionário “a facilidade com que os judeus entravam e saíam deste porto, sem que seja possível pôr nisso um paradeiro, porque sendo todos portugueses, ali se achavam mutuamente protegidos”. O grande historiador chileno José Toribio Medina disse, com cinismo, que em Lima a Inquisição, excessivamente zelosa de seus direitos, prerrogativas e privilégios, preocupava-se muito mais com a presença do inquisidor-visitante português no Brasil do que com a sabida entrada de suspeitos de judaísmo pelo porto de Buenos Aires. É evidente que nada adiantou a instalação de um comissariado do Santo Ofício no porto em questão, pois em 1636 o fiscal da *audiencia* de Charcas queixava-se dos “inúmeros hebreus que já haviam entrado e continuavam a entrar”. Outro documento, também de 1636, alegava que os judeus portugueses controlavam em Lima, “desde o mais vil negro africano até a pérola mais preciosa”. Mesmo fazendo o desconto dos exageros das partes interessadas e das testemunhas temperamentais, não há dúvida de que os judeus do Brasil desempenharam efetivamente um papel muito importante no tráfico de escravos africanos exercido pelos peruleiros, que os iam trocar pela prata de Potosi²⁰. Tais eram, em suas linhas gerais, as condições reinantes durante a terceira década do século XVII em todo o vasto triângulo cuja base se estirava de Buenos Aires ao Rio de Janeiro e cujo vértice estava em Potosi, no Alto Peru. Podemos ter uma visão mais precisa do que se passava, e, em particular, das atividades dos paulistas e dos peruleiros, voltando os olhos para a atuação da família Sá e do próprio Salvador. Devemos nos lembrar que Salvador, quando moço, vivera algum tempo em São Paulo, sendo possível que tenha acompanhado o pai ou o tio em algumas das bandeiras que sabemos terem sido empreendidas naquele tempo. Em 1628 ele morava no Rio de Janeiro, onde Martim de Sá, seu pai, era governador (pela segunda vez) desde junho de 1623. O ter ele passado a maior parte dos anos que se seguiram (de 1630

²⁰ Medina, *Inquisición del Plata*, págs. 139-69; Canabrava, *Comércio português*, págs. 134-40; Cecil Roth, *A History of the Marranos*, págs. 271-5 (Filadelfia, 1947). A carta dos inquisidores de Lima datada de 20 de abril de 1620, em *Ann. Mus. Paulista*, II, págs. 12-15; Manuel de Frias, “Memorial de 3 de fevereiro de 1619”, em *An. Mus. Paul.*, I, págs. 162-7.

a 1634) no vice-reino do Peru teve como causa imediata a chegada casual de um governador espanhol com destino ao seu novo posto, no Paraguai. O referido "hidalgo", Don Luís de Céspedes Xeria, foi nomeado, na devida forma, governador do Paraguai, por um decreto real assinado em Madri a 6 de fevereiro de 1625. Também, conforme a praxe, deixou o governo de dar-lhe um vintém sequer a título de salário, ou para as despesas, e tampouco lhe forneceu passagem para a sua viagem através do Atlântico. Depois de ter esperado seis semanas em Sevilha, sem resultado, um camarote em algum navio da *flota*, foi para Lisboa, tentar a sorte ali. Levou todo um ano na capital portuguesa, na expectativa de alguém que quisesse negociar por mil ducados o título do Tesouro de que era portador, ou que lhe fornecesse uma passagem, recebendo-o como garantia. Tendo afinal conseguido, desembarcou na Bahia depois de quarenta dias de viagem, que como escreveu, cheio de melancolia, lhe pareceram quarenta mil. Mas a Bahia foi apenas o começo dos seus sofrimentos e atribulações ³⁰.

Durante as primeiras seis semanas em que esteve à espera de um navio com destino a Buenos Aires, foi ele tratado hospitalreiramente pelo governador em exercício, D. Francisco de Moura, um dos heróis da campanha do Recôncavo, em 1624 e 1625 ³¹. O sucessor de Moura, o governador-geral Diogo Luís de Oliveira, tratou-o igualmente bem, no começo, chegando a obter para ele passagem numa pequena pinaça fretada por uma compatriota de D. Luís, Dona Ana de Avendano, "persona poderosa de crédito y dinéros", mulher do *contador* de Buenos Aires, que ia ao encontro de seu esposo. Céspedes apressou-se em aproveitar a oportunidade; mas desistiu no último momento, ao ver que a pinaça estava perigosamente superlotada com a volumosa bagagem da boa senhora, quarenta ou cinquenta negros escravos, toda uma comitiva de criados e, por fim, "frades e mais frades, havendo apenas uma sala de estar". Passaram-se semanas antes que se pudesse achar outro navio e, com isso, o governador-geral (decerto irritado pela recusa de Céspedes a valer-se da passagem arranjada por ele no navio de Doña Ana) mudara de atitude, procurando impedir por todos os meios a partida de D. Luís, e chegando

³⁰ Esta narrativa das peregrinações de Céspedes baseia-se em seus relatórios de 28 de novembro de 1628 e 23 de junho de 1629, dados à estampa nos *Anais do Museu Paulista*, vol. I, págs. 191-238 e II, págs. 15-91.

³¹ Veja-se o capítulo II, nota 26.

a levantar dúvidas sobre a validade de seu comissionamento. Outra longa demora teve como causa os ataques de Piet Heyn, em 1627, que destruíram todos os navios ancorados no porto. Por fim, cansado de pisar o solo baiano durante mais de vinte meses, o desditoso Céspedes deixa a 11 de janeiro de 1628 a Bahia de Todos os Santos em um pequeno navio, para chegar ao Rio de Janeiro a 4 de fevereiro, depois de quase naufragar em mares encapelados, ao largo dos arrecifes de Abrolhos³².

Uma vez no Rio de Janeiro as coisas tomaram um inesperado rumo para melhor. Aí esteve com o governador Martim de Sá e com o seu filho Salvador, cuja carinhosa hospitalidade ele põe nas nuvens em seu relatório confidencial ao rei. Pai e filho tudo fizeram para facilitar sua viagem para o Paraguai. E quando o navio que devia conduzi-lo ao Rio da Prata foi embargado pelo fiscal, mandaram aprontar canoas para levá-lo a São Vicente (Santos), de onde ele pôde seguir, por terra, via São Paulo, para Assunção — viagem que durou cerca de três meses, fazendo-se uso, alternativamente, dos rios e das trilhas que cortam a mata.

Na véspera da partida, Martim e Salvador fazem a Céspedes a surpreendente sugestão de que ele deveria casar-se com Dona Vitória de Sá, filha de Gonçalo Correia de Sá, irmão de Martim e tio de Salvador. O arruinado fidalgo só podia aceitar contente esta oferta de casamento com uma herdeira bela e rica, que, além de sua alta jerarquia e nascimento, recomendava-se por um dote de 40.000 ducados em caixa, além de grandes plantações de cana-de-açúcar e extensas propriedades territoriais. Bem podia o grato D. Luís qualificar de “miraculoso” o seu casamento, confessando que a “linda pessoa” de sua mulher valia mais para ele do que quarenta milhões de diamantes.

São óbvias as razões pelas quais D. Luís Céspedes Xeria aceitou a mão de Dona Vitória; e não é difícil adivinhar que os Correia de Sá só tinham a ganhar casando-a com um espanhol pobretão, que nunca havia conseguido trocar o seu cheque do Tesouro por mil ducados. É de presumir que pensassem nos meios de que ele deveria dispor como governador do Paraguai, onde estaria em boa situação, para, se assim quisesse, pugnar pelos interesses de ambos, promovendo a obtenção de escravos para trabalhar em seus engenhos, ou abrindo uma nova rota para os peruleiros que demandassem Potosi. O comportamento equi-

³² Durante a viagem ele tocou no Espírito Santo (Vitória) para agradecer a certo morador o havê-lo livrado de um naufrágio.

voco do governador espanhol após sua chegada a Assunção é difícil de explicar, a menos que se admita que ele tinha algum ajuste secreto com os seus contraparentes portugueses.

Depois de curta demora em Santos, Céspedes deixou São Paulo no dia de São Pedro e São Paulo (29 de junho). Viu quanto era difícil subir o acidentado caminho da Serra do Mar, “verdadeira picada que não dava passagem a animais de sela, e obrigava as pessoas a serem transportadas em redes pelos índios”, como ele disse, com algum exagero. Chegando a São Paulo, encontrou os habitantes tomados de grande irritação, porque, cerca de seis meses antes, os índios das reduções de São Xavier e Encarnación, treinados pelos jesuítas, haviam repellido uma de suas expedições, que ia em busca de escravos. Os lobos não gostam de ser mordidos pelas ovelhas, donde ser logo organizada uma poderosa bandeira de 900 paulistas e 3.000 índios Tupi para tirar condigna desforra, sob a chefia do famoso bandeirante Antônio Raposo Tavares. Ao contrário do que esperavam, os paulistas foram os mais prejudicados, por isso que as missões de que se trata estavam localizadas numa região que eles reclamavam, como sendo território português. Em seu relatório oficial de 8 de novembro de 1628, Céspedes condena abertamente os moradores de São Paulo e tudo quanto faziam, em termos que lembram os empregados pelo padre Ruiz Montoya e pelos mais acirrados inimigos dos jesuítas; mas as ações que subsequenteiramente praticou desmentiram as suas palavras. Chegando a Assunção depois de uma viagem aventureira por florestas e rios³³, os primeiros atos do governador foram prevenir os jesuítas de que deviam abandonar as disputas em torno das reduções da fronteira e proibir o uso de armas de fogo, por eles, ou pelos seus convertidos³⁴. É impossível conciliar essa atitude com a contida em seu despacho de 8 de novembro de 1628, se a este for dado o devido valor,

³³ D. Luís — ou melhor, os paulistas e os índios que o acompanhavam — construíram três canoas para fazer a viagem, a maior das quais, feita de um enorme tronco tirado da floresta virgem e medindo 16 metros e meio de comprimento, era impelida por cinquenta remadores índios. As outras duas tinham menos de metade do tamanho. Céspedes desenhou um mapa muito interessante do itinerário dessa viagem aventureira; foi colorido com tintas extraídas de plantas do lugar e aparece reproduzido na *Collectanea* de Afonso Taunay, copiando o original existente nos arquivos de Sevilha. Embora sem escala, nem projeção, ou qualquer requisito científico, é ele de subido interesse, por ser o mais antigo mapa que se conhece no que respeita à penetração dos paulistas no interior.

³⁴ Cf. os documentos dados a lume nos *An. Mus. Paulista* (II, 270-334), especialmente as págs. 298, 311, 316 e 317.

parecendo assim que ele estava “jogando com pau de dois bicos”. Seja como for, os jesuítas não só se recusaram a remover as suas missões, como ainda o padre Montoya, infatigável como sempre, fundou várias novas estações nos anos de 1628 e 1629, com o aparente objetivo de estender a linha das reduções até a costa brasileira, nas imediações da baía de Paranaguá, de maneira a impedir futuros avanços dos paulistas no território espanhol³⁵.

Raposo Tavares surgiu na região dos hoje chamados Campos Gerais em setembro de 1628; mas a sua bandeira permaneceu inativa durante cinco meses, não se sabe por qual motivo. O Dr. Jaime Cortesão sugere que ela estava à espera de que Céspedes cumprisse a promessa de induzir os jesuítas a se retirarem; mas nada no seu despacho, citado antes, dá a entender que essa promessa tenha sido feita em qualquer ocasião. Os paulistas não tiveram nenhuma dificuldade para destruir as missões recém-fundadas, trabalho que foi completado por mais duas expedições levadas a efeito no ano seguinte. O padre Montoya acredita que os colonos espanhóis do Paraguai tinham parte na perseguição de que eram vítimas os índios dos jesuítas, disputando a tal ponto com os paulistas a posse dos fugitivos que ele não sabia dizer “qual sea peor”. Os jesuítas estavam muito revoltados contra o governador, por causa de sua atitude equívoca e da incapacidade para proteger as suas missões. Acusavam-no abertamente de estar mancomunado com os paulistas, e suas ações (ou inações) eram de molde a tornar plausível essa acusação. Pelo comportamento da maioria dos funcionários coloniais e dos *encomenderos*, nessa época e nos anos subseqüentes, parece certo que se os paulistas não houvessem escravizado, em massa, os índios das reduções de Guairá, os colonos espanhóis teriam tentado fazê-lo mais cedo ou mais tarde³⁶.

O ano de 1630 foi um dos momentos difíceis na vida de Salvador. Sua prima, Dona Vitória, tinha de viajar por terra para o Paraguai, a fim de ir ao encontro do esposo, em Assunção, levando como dama de companhia a própria mãe, Dona Esperança. Salvador escoltou as duas senhoras até São Paulo; mas,

³⁵ Tanto os espanhóis do vice-reinado do Peru como a corte de Madri eram de opinião que o rio Paranapanema marcava o limite sul do Brasil. Cf. Basílio de Magalhães, *Expansão geográfica do Brasil colonial* (Rio de Janeiro, 1943), págs. 154-5. Veja-se a nota 8 de páginas acima para o que diz respeito à linha demarcadora de *Tordesillas*.

³⁶ Cf. os documentos apresentados por Lugon, em *La république communiste chrétienne des Guaranis* (págs. 89-99) e as fontes ali mencionadas.

ali chegando pediram-lhe estas que as acompanhasse até Assunção, temendo talvez que alguém mais, além da dama de companhia, fosse de necessidade quando se vissem entre os rudes sertanejos de São Paulo, que as deveriam escoltar no resto da viagem. Salvador sentiu-se embaraçado por não ter recebido do pai autorização para empreender uma expedição tão longa. Além disso, sua presença, como *alcaide-mor* era necessária no Rio de Janeiro, que se achava sob a ameaça de um ataque dos holandeses, em cujo poder Olinda caíra em fevereiro de 1630. Por esse motivo disse ele à prima que ia “ouvir o seu travesseiro” e retirou-se para o quarto de dormir. Depois daí, o que aconteceu é melhor que seja contado com suas próprias palavras, tanto mais quanto por elas podemos fazer idéia da piedade e hagiologia daquela época³⁷.

E entregando-me a Deus, que deve dispor tudo para o melhor, resolvi que no dia seguinte (que era quando eu devia dar a resposta) ouviria o conselho da primeira pessoa, fosse ela quem fosse, com que eu pudesse falar. Tendo acordado muito cedo, ouvi de meu quarto bater alguém à janela e, sem saber quem era, fiz-lhe, intencionalmente, a seguinte pergunta: “devo ir, ou não devo?” A resposta foi pronta: “deveis ir e escoltar vossa prima, mesmo que não tenhais obtido a permissão de vosso pai, pois é vontade de Deus que assim seja, sendo provável que lá encontrareis uma noiva. Deus esteja convosco e comigo também; vou-me para a minha aldeia”.

Salvador julgou reconhecer nessa voz a do padre jesuíta João de Almeida, superior de uma missão situada nas proximidades; mas sentia-se muito embaraçado diante da rapidez da resposta, uma vez que aquele jesuíta não poderia ter tido conhecimento do que se passara em sua cabeça na noite anterior, nem de que seu pai não queria que ele fosse mais longe. Pense-se o que se quisser a respeito desta confissão como prova dos poderes profé-

³⁷ Vasconcellos, *Juam d'Almeida* (págs. 242-3), obra rara, dedicada a Salvador Correia de Sá, como amigo e patrono da Companhia. Nela reproduz Vasconcellos vários atestados de Salvador sobre os poderes miraculosos do padre João de Almeida. Não se sabe quando foram redigidos, mas é muito provável que datem de pouco tempo depois da morte de Almeida, em 1653, e tivessem em vista a sua beatificação.

ticos do padre d'Almeida, Salvador resolveu seguir o seu conselho, e partiu ³⁸.

É incerta a data exata da partida da expedição (que ia durar cinco anos); mas é provável que tenha sido em maio ou junho. Um certificado assinado em 9 de abril pelo *provedor*, no Rio de Janeiro, atesta que Salvador saiu comandando uma força de 420 índios locais, destinados à defesa da praça contra os holandeses. Por uma carta remetida de Assunção em data de 4 de abril de 1631, sabemos que ele e sua comitiva tinham alcançado o Paraguai no mês de agosto, donde se conclui que a partida de São Paulo terá se dado, provavelmente, em maio de 1630. Pela mesma carta sabemos que o pessoal levado por Salvador, sem falar nas duas senhoras, era composta de trinta e um portugueses e paulistas, além de dois frades e certo número de índios. A rota escolhida foi a mesma seguida por Céspedes Xeria dois anos antes, utilizando os mesmos rios e as mesmas trilhas através da mata. Isso diz muito da coragem das duas mulheres, e da resistência de que deram prova nessa viagem, através de uma região em que, de ordinário, somente um sertanejo experimentado se arriscaria a fazer negócios ³⁹.

Salvador e Dona Vitória tomaram o caminho dos rios Tietê (então chamado Anhembi) e Paraná. As primeiras 120 milhas, de São Paulo ao salto de Itu, no rio Tietê tiveram que ser feitas, forçosamente, a pé, sob o céu garoento da estação chuvosa, por entre florestas de enormes pinheiros. A viagem de canoa Tietê abaixo terá levado, provavelmente, cerca de dezenove dias. Foi esse o tempo gasto por Céspedes Xeria, que foi forçado a fazer dezoito transbordos nesse trecho da jornada, por causa das corredeiras, rochedos e outros obstáculos que impediam a navegação; e é de crer que para Salvador as coisas não teriam sido mais fáceis. Por outro lado, é claro que nenhum problema deve ter

³⁸ O padre João de Almeida nasceu em Londres por volta de 1571; seu nome inglês era, ao que parece, John May. Mais ou menos aos dez anos, fez o seu aprendizado com um comerciante português de Viana do Castelo; em 1588 veio para Pernambuco, ficando o resto da vida, que foi longa, no Brasil. Em 1592 foi recebido pela Companhia de Jesus, trabalhando depois durante muitos anos entre os índios do Espírito Santo, São Paulo e Patos. De 1639 a 1653, ano de sua morte, morou no colégio jesuítico do Rio de Janeiro, onde era tido pelo povo na conta de santo, e, segundo o padre Serafim Leite, atuou como confessor de Salvador Correia de Sá e outras notabilidades locais.

³⁹ *An. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, LIX, pág. 65 (1937-40); carta de Mateo Espinosa, datada de Assunção, 4 de abril de 1631, em *An. Mus. Paul.*, II, pág. 266. Cf. também *An. Mus. Paul.*, XIII, pág. 312.

havido no que se refere às provisões, pois o Tietê era pasmosamente piscoso e a caça muito abundante em suas margens, sem excluir a anta, cuja carne Céspedes compara à de boi. É interessante lembrar que, neste particular, a situação tinha mudado completamente três séculos mais tarde, quando Cunninghame-Graham verificou que em quase todas as matas próximas do Rio Paraguai a caça era rara e difícil de ser encontrada ⁴⁰.

Nessas latitudes o Paraná é mais livre de obstáculos naturais do que o Tietê, de modo que o progresso passou a ser muito mais rápido a partir da catarata do Itapura, ponto em que ele foi alcançado, até ao estabelecimento a que os espanhóis chamavam grandiloqüentemente de Ciudad Real, na confluência dos rios Piqueri e Paraná ⁴¹. Ciudad Real era a capital da região de Guairá e ficava a dez milhas, rio acima, da gigantesca cachoeira de Sete Quedas, onde o rio Paraná se estreita subitamente, perdendo a sua largura de, aproximadamente, quatro milhas, para tornar-se uma torrente apertada entre rochedos. Tão tremendo era o ruído que ela produzia que se podia ouvi-lo, ainda forte, na própria Ciudad Real. Foi em procissão, sob o pálido do Santíssimo Sacramento, que Dona Vitória fez a sua entrada oficial, à semelhança do que acontecera com seu esposo dois anos antes, honraria excepcional que depois foi criticada. A última etapa da viagem, de Ciudad Real a Assunção, foi feita por terra até Maracaju (famoso pela sua produção de mate) e daí em diante por um tributário do rio Paraguai até sua foz neste rio, de onde foi fácil navegar águas abaixo até Assunção.

A viagem de Salvador foi seguida a breve prazo por uma bandeira chefiada por André Fernandes, “o pior bandido e o mais cruel dos matadores de índios que andaram pelo sertão”, como o qualificavam os jesuítas espanhóis. É costume dizer que foi André Fernandes quem escoltou Dona Vitória de Sá do Brasil ao Paraguai; mas, a carta de Espinosa, atrás citada, deixa bem claro que nessa viagem escolheu-se a rota fluvial, ao passo que a

⁴⁰ Cunninghame-Graham, *A Vanished Arcadia*, pág. 82, n. As págs. 74-83 desse trabalho encontra-se uma interessante descrição da natureza da região atravessada pela comitiva de Salvador; também em Warren, *Paraguay: an Informed History*, págs. 85-6.

⁴¹ Salvador e Dona Vitória levantaram uma cruz de madeira no ponto em que deixaram o rio Paraná, no penúltimo trecho de sua viagem. Essa cruz existia ainda ali em 1675, como foi registrado por um espanhol que seguiu o mesmo itinerário, vindo de São Paulo para Assunção: *Bandeirantes no Paraguai*, págs. 106-7.

bandeira seguiu sempre por terra. É possível, senão provável, que as duas levas tenham se encontrado em Ciudad Real, seguindo juntas para Assunção; mas é pouco provável que Salvador, que sempre foi ardente defensor da Companhia, tenha participado dos primeiros ataques de André Fernandes às missões jesuíticas⁴².

O comportamento desse bem conhecido paulista deixou no Paraguai muitos ressentimentos. Abstraindo da devastação infligida às missões de índios, o que naturalmente causou indignação aos jesuítas, ele ofendeu ainda a população secular de Assunção hasteando na entrada da cidade uma bandeira portuguesa, com o escudo nacional das *Quinas*. Fernandes, pessoalmente, não viu nenhuma incongruência em deixar em Assunção um dos filhos, que estava destinado à Igreja, e foi trazido em sua expedição contra os índios a fim de receber educação e ser ordenado na capital paraguaia. Ele voltou para o Brasil pelo mesmo caminho por onde tinha vindo, levando consigo, afora os escravos, muitas cabras, bois e cavalos, obtidos localmente com a assistência de Céspedes de Xeria.

A chegada de Salvador a Assunção coincidiu mais ou menos com a irrupção de uma revolta de vastas proporções, ou antes uma série de rebeliões, nas províncias de Tucumán e Paraguai. Na primeira, a espinha dorsal da revolta foram os Calchaqui, cujas atividades vamos descrever mais adiante. Por essa ocasião o Paraguai estava sendo assolado pelas incursões dos Paiaguá e dos Guaicurú do Gran Chaco, que chegavam em suas correrias até às portas de Assunção. Céspedes Xeria descreveu-os como "indomáveis rebeldes, que negam a soberania de Sua Majestade e desafiam a justiça real, infligindo grandes danos e praticando roubos, assassinando os espanhóis e os índios domesticados, sem falar em muitos atos sacrílegos contra ambas as majestades, humana e divina". É possível que uma das razões pelas quais o governador não pôde, ou não quis, ir em auxílio das missões Gua-

⁴² Pouco provável, mas não impossível. Alegavam os jesuítas que Dona Vitória de Sá, em 1629, lhes interceptava a correspondência no Rio de Janeiro, transmitindo o seu conteúdo ao marido, no Paraguai. (*An. Mus. Paul.*, II, pág. 323). Para a localização das missões jesuíticas de Guairá, cf. Hernandez, *Organización social*, I, págs. 9-12 e o mapa; Luís Gonzaga Jaeger, S. J., "As primitivas reduções Jesuíticas do Rio Grande do Sul, 1626-1638", em *Anais do 2.º Congresso de história e geografia sul-rio-grandense*, II, págs. 399-445 (Porto Alegre, 1937).

rani atacadas pelos paulistas fosse a necessidade que tinha de suas poucas forças, na defesa contra os índios do Chaco⁴³.

Aqueles índios eram, sem dúvida, adversários formidáveis. Numa descrição do Paraguai, redigida por volta de 1621 por um anônimo, lê-se que os Guaicuru, cujo número era então de umas dez ou doze centenas, havia sessenta anos que se achavam em guerra contra os espanhóis. “Eram crudelíssimos no calor da refrega, não dando nenhum quartel; mas, findo o combate, nunca faziam mal aos seus prisioneiros, mormente às mulheres, que eram protegidas até se casarem com quem entendessem; quanto às crianças, eram criadas a seu modo e de acordo com os seus costumes”⁴⁴. Em 1630 aquela tribo contava apenas, ao todo, com cerca de quatrocentos guerreiros, “dados à contínua devastação, ao roubo de gado, à destruição das lavouras e colheitas, ao rapto das mulheres dos europeus, como foi o caso da irmã do melhor governador que o Paraguai já teve, Hernandarias de Saavedra”. Ruiz Montoya, em seu *Memorial* de 1643, de onde foi extraída a última informação, acrescenta que os Paiaguá eram “uma raça extremamente selvagem e inimiga cruel dos espanhóis, aos quais infligiam as maiores atrocidades, apresando os padres e fazendo-os ficar seus, para depois, com bárbara desumanidade, reduzi-los à escravidão, motivos pelos quais se tinha tornado o terror de toda a região, sem que fosse possível subjugar-los pela força das armas”. Os Paiaguá eram algo mais numerosos que os Guaicuru; mas, mesmo assim, seu número não excedia, naquela época, a uns poucos milhares. Foi com a ameaça dessas duas tribos que Céspedes Xeria se defrontou em 1630.

O governador organizou em Assunção uma expedição punitiva; mas as forças que nela tomaram parte não podem ter sido muito consideráveis. Pondo de parte os índios fiéis, ou “domesticados”, existiam naquele tempo apenas uns trezentos moradores espanhóis fisicamente aptos, disseminados pela vastidão das províncias do Paraguai e Guairá. Em verdade, tanto os espanhóis como os índios formavam uma população muito esparsa em toda aquela vasta região, e bem assim na de Tucumán. A Ciudad Real de Guairá tinha à época somente quarenta *vecinos* espanhóis,

⁴³ Para o que diz respeito à revolta dos índios do Paraguai nos anos de 1630 e 1631, e aos Guaicuru e Paiaguá, vide: Pastells, *Historia*, I, págs. 318, 351 e 385; o “Memorial de Montoya” de 1643, em Hernandez, *Organización social*, II, págs. 625 e 628; Peña, *D. Francisco de Céspedes*, págs. 186-9.

⁴⁴ Notícia sobre os índios em 1612, em Pastells, *Historia*, I, pág. 385.

muito embora fosse ela a capital regional. Conta-nos o Padre Montoya que os colonos eram ótimos atiradores e esplêndidos cavaleiros; mas que nunca davam um passo a pé se fosse possível evitá-lo, de maneira que pouca experiência tinham de marchar como peões, quer na estrada, quer no emaranhado cipoal do “inferno verde” do Chaco. Talvez essa tenha sido uma das razões pelas quais Céspedes resolveu utilizar os serviços de Salvador e de seu séquito de portugueses e paulistas, os quais estavam habituados não só a caminhar a pé, como a andar descalços.

O comando da força em questão foi cometido a Salvador Correia de Sá e Benavides por um decreto assinado por Céspedes em Assunção, a 3 de janeiro de 1631⁴⁵. É óbvio que nessa escolha devem ter influído as ligações de família, mas as razões dadas oficialmente para justificar a nomeação de Salvador não são uma simples formalidade. Em seu prolixo documento, Céspedes relembra a vitória de Salvador e seus auxiliares índios contra os holandeses, no Espírito Santo, em 1625, exaltando-lhe a experiência como militar e o seu conhecimento dos costumes dos índios do Brasil, onde ele submeteu muitas tribos guerreiras e aldeamentos, “a exemplo de seu pai, Martim de Sá”. Desde que os índios Tupi se pareciam muito com os Paiaguá e Guaicuru, a experiência que tinha Salvador da melhor maneira de combater os índios no Brasil deveria ser muito útil no Paraguai. Salvador era, por isso, nomeado comandante supremo, com o título de “*mestre de campo general*, acima de todos os homens, quer espanhóis, quer índios, que tomarem parte na conquista, pacificação e punição dos índios das regiões dos Paiaguá e Guaicuru”. Foram-lhe conferidos plenos poderes para tomar medidas punitivas contra os índios que se recusassem a atender a uma prévia admoestação feita formalmente, dentro das normas do *Requerimiento*, ordenando-lhes que depusessem as armas e se submetessem pacificamente à coroa e à Igreja⁴⁶. Foi-lhe conferida também plena autoridade para promover (ou rebaixar) qualquer de seus oficiais soldados, todos os colonos sendo avisados de que deviam obedecer implicitamente a todas as suas ordens.

⁴⁵ Publicado na íntegra por Pedro Souto Maior na “Relação dos manuscritos que interessam ao Brasil nos arquivos de Hespanha”, em *Revista trimestral*, LXXXI, págs. 38-9 (1917-18).

⁴⁶ Para a solene farsa do *Requerimiento*, cf. o capítulo “The requirement — a most remarkable document”, às páginas 31-36 do Livro de Lewis Hanke, *The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America* (Filadélfia, 1949).

A escolha de um português para um posto de tanta responsabilidade como o de suprimir uma rebelião em território espanhol fugia decerto de todas as praxes e provavelmente terá influído para diminuir a popularidade de D. Luís de Céspedes. Com efeito, D. Luís tinha por essa época atingido o seu zênite. Os jesuítas e outros levaram queixas contra ele à *audiencia* de Charcas; e uma delas foi a de que ele havia nomeado vários portugueses para cargos públicos. Os jesuítas foram bem sucedidos em sua ação. D. Luís foi destituído de suas funções e condenado a pagar uma multa de 4.000 pesos à coroa. Contudo, permaneceu no Paraguai até morrer (por volta de 1660). Ficou do lado do bispo Cardenas, de Assunção, na célebre pendência com os jesuítas, em 1648; mas, alguns anos mais tarde retratou-se formalmente, retirando as suas palavras e seus atos contra aqueles padres. A viúva de Céspedes voltou para o Rio de Janeiro depois da morte do marido e, ao falecer, legou toda a sua fortuna e suas propriedades territoriais aos monges beneditinos, em cuja igreja seu túmulo pode ser visto ainda hoje ⁴⁷.

Quaisquer que tenham sido os motivos que inspiraram D. Luís na escolha de Salvador como comandante, os seus resultados deveriam justificá-la. Mais ainda, ele sabia que a mãe de Salvador era espanhola e que ele tinha parentes ocupando postos importantes em Buenos Aires. Finalmente, o próprio Salvador, desde 1627, possuía o título de Almirante da costa meridional do Rio da Prata, título que implica uma ligação oficial com o território colonial espanhol, muito embora o referido posto fosse apenas honorário, já que ele não tinha sob seu mando nem navios, nem marinheiros ⁴⁸. A força de duros combates conseguiu Salvador esmagar — pelo menos temporariamente — a rebelião dos índios do alto Paraguai e do centro; porém, mal concluída essa tarefa, foi convocado para ajudar a sufocar um levante, muito mais sério dos índios Calchaqui, a várias centenas de milhas de distância, na província de Tucumán, do outro lado do Chaco ⁴⁹.

⁴⁷ Taunay, *História das Bandeiras*, II, págs. 153-79.

⁴⁸ O título em questão, como se lê em documentos por ele próprio assinados, reserva: "Almirante da costa do Sul e Rio da Prata, superintendente em todas as matérias de guerra da dita costa".

⁴⁹ A descrição de um índio Calchaqui típico, dada a seguir, foi tirada da que fizeram os padres Romero e Monroy, de Santiago del Estero (a 23 de junho de 1601), conforme o resumo que dela nos dá Nichols, em "Colonial Tucumán", publ. na *Hispano-Am. Hist. Rev.*, XVIII, pág. 470. Calchaqui é outro nome que se dá aos índios Diaguita, descritos no mesmo lugar. Cf. também Pastells, *Historia*, I, pág. 188, nota ao texto original em espanhol.

A tribo dos Calchaqui, que vivia nos vales das montanhas, a oeste de San Miguel de Tucumán, tinha um ar arrogante e aspecto repulsivo. Os homens usavam cabelos compridos e soltos, com penas de cores vivas presas numa faixa de lã, em torno da cabeça. A testa era tingida de preto até aos olhos, ao passo que o restante da cara era pintado “de mil cores”. A altura das sobrancelhas pendiam duas faixas escarlates de lã, que desciam até à cintura. Os braços eram nus, abstração feita de alguns anéis de lã cor-de-rosa vivo. Nos pés usavam sandálias. Homens e mulheres vestiam uma camisa que lhes descia até aos tornozelos e era arregaçada quando iam à guerra ou em viagem. O guerreiro calchaqui nunca deixava de ter consigo o arco e a aljava, em que se continham, via de regra, mais de cinqüenta setas. Mais inteligentes e corajosos do que os outros índios de Tucumán, fundavam povoações que viviam da agricultura e da irrigação, prestando obediência a um chefe local. Eram peritos em tecelagem e no uso dos corantes vegetais. Confeccionavam cestas e decoravam artigos de cerâmica, além de trabalhar em ouro, prata, cobre e bronze. Não se sabe o número deles (em 1630); mas se dizia que dois anos antes havia somente sete mil índios pagando tributo (*encomienda*). Em todo Tucumán, eles não podiam ser muito numerosos.

Não é necessário procurar muito longe a origem da rebelião. Em 1621, testemunhas oculares trouxeram ao conhecimento, em seus relatórios, que os *encomenderos* tratavam os seus índios como se fossem “escravos das galés” e com mais dureza do que a suportada “pelos judeus no Egito”. Menos sedentários e mais decididos do que os índios de todas as outras tribos, os Calchaqui se amotinaram em 1630, revoltados contra os seus opressores. Modernos historiadores argentinos admitem que a sua luta para conquistar a liberdade era tão justificada quanto a dos seguidores de San Martín em começos do século dezenove, e a maioria das pessoas que se achavam fora da América do Sul deve sentir que eles tinham boa dose de razão ⁵⁰.

Filipe de Albornoz, governador de Tucumán, encabeçou uma expedição aos vales daqueles índios, retirando-se depois de ter fundado o forte de Nossa Senhora de Guadalupe, em princípios de 1631. Pouco tempo depois os índios do lugar surpreenderam

⁵⁰ M. Lizondo Borda, em *Historia de la nación argentina*, III, págs. 395-9; Pastells, *Historia*, I, pág. 325; R. Levillier, org., *Papeles eclesidísticos del Tucumán*. II, págs. 33-42.

a maior parte da guarnição fora do forte, trucidando-a. A rebelião irrompeu então, de novo, assumindo o vulto de uma insurreiçãõ geral dos índios dos vales e montanhas a leste dos Andes, numa distância de cerca de quinhentas milhas entre Jujuy e Mendoza. Muitos espanhóis foram mortos com as suas famílias, e incendiadas as suas fazendas. Os vinhedos foram destruídos, as plantações depredadas, o gado dispersado ou levado para longe. Os índios cortaram o suprimento de água à cidade de Londres⁵¹, cujos habitantes se viram compelidos a abandonar o local, retirando-se para La Rioja, que também em mais de uma ocasião esteve em situação perigosa, como a capital provincial de San Miguel de Tucumán. Os espanhóis ganharam algumas escaramuças contra os nativos, mas perderam outras, pelo que o governador viu-se forçado a pedir o auxílio do Chile, do Peru, do Paraguai e de Buenos Aires⁵².

Salvador foi dos primeiros a responder à convocação, tomando parte preeminente na campanha, como se conclui de todas as fontes. Durou isso quatro anos, durante os quais ele recebeu quatro flechadas. A luta assumiu por vezes caráter feroz, porque, como disse o bispo Maldonado, de Tucumán, uma vez que tivessem pegado em armas, os índios “combatiam com desespero, preferindo morrer combatendo a ver arrebatados os seus filhos e suas mulheres, e eles próprios reduzidos à permanente servidão”. Por essa razão, toda vez que os espanhóis conseguiam encurrular os seus astutos inimigos em seus redutos nas rochas das montanhas, os Calchaqui preferiam arrebentar a cabeça das crianças pequenas atirando-as contra os rochedos a vê-las cair nas mãos de seus inimigos europeus⁵³.

Nessa renhida luta a figura de Salvador só nos aparece em rápidos lampejos. Em 17 de janeiro de 1632, à frente de uma leva de quinze espanhóis e sessenta índios fiéis, foi ele bem sucedido numa emboscada armada numa aldeia contra alguns Calchaqui hostis, muitos dos quais foram mortos, sendo aprisionado o seu

⁵¹ Londres foi o nome dado em 1557 a essa fundação, no intuito de comemorar o casamento de Filipe de Espanha com Maria Tudor. Ela já tinha sido destruída uma vez na guerra contra os índios, durante o século XVI.

⁵² Para mais pormenores a respeito da rebelião dos Calchaqui entre 1630 e 1635, vide: M. Lizondo Borda, em *Historia de la nación argentina*, III, págs. 395-9; idem, *Documentos coloniales*, III, págs. 9-11; Ravnigani, *Documentos*, XX, págs. 401-2, 512; Pastells, *Historia*, I, págs. 451-6, 463, 466, 492-5, 502, 523, 534-5; Pedro Lozano, *Historia de la Conquista del Paraguay, Rio de La Plata y Tucumán*, págs. 427-62 (Buenos Aires, 1874).

⁵³ *Papeles eclesiásticos del Tucumán*, II, pág. 33-4.

chefe. Verificou-se depois que este outro não era senão o cacique D. Pedro Chumai, um dos chefes principais da revolta. O infeliz cacique foi executado e teve depois a cabeça exposta no largo do mercado de São Miguel de Tucumán, depois de se terem empregado todos os meios para convencer os seus restantes seguidores de que deviam se render, sob a promessa de que a vida lhes seria poupada⁵⁴. Existe ainda nos arquivos de Sevilha um documento datado de 1632, em que os cidadãos de maior destaque, o clero e os jesuítas da capital provincial pediam formalmente a Salvador Correia de Sá e Benavides para ficar na cidade, a fim de melhor protegê-la contra os ataques dos índios hostis⁵⁵. Modernos historiadores brasileiros e portugueses afirmam ainda que Salvador tomou parte na batalha decisiva de Palingarta, graças à qual, em 1635, a revolta dos Calchaqui foi finalmente esmagada; mas não há nenhuma autoridade coeva, digna de fé, que dê fundamento a essa suposição⁵⁶.

Nesse ínterim tratou Salvador de firmar ainda mais a sua posição, casando-se em 1631, ou começo de 1632, com uma crioula herdeira de grande riqueza e prestígio na sociedade da Espanha colonial. Chamava-se ela Dona Catalina de Ugarte y Velasco. Era filha de D. Pedro Ramirez de Velasco e sua mulher, Dona Maria de Villagra. O avô paterno de Dona Catalina foi D. Juan Ramirez de Velasco, que fora durante algum tempo governador das províncias de Paraguai e Tucumán, e teve sobre os ombros a pesada tarefa de pacificar e colonizar a última daquelas províncias, na segunda metade do século XVI. Seu avô materno tinha sido o mestre-de-campo Francisco de Villagra y Villarroel, um dos principais conquistadores do Chile. Mais que isso, Dona Catalina de Ugarte y Velasco era descendente colateral de D. Luís de Velasco, que fora por duas vezes vice-rei do México e uma vez do Peru⁵⁷.

⁵⁴ Carta do governador Albornoz ao rei Filipe IV, datada de 1 de março de 1633, e reproduzida por Carvalho Franco em *O Estado de S. Paulo* (agosto de 1941).

⁵⁵ Pastells, *Historia*, I, pág. 489.

⁵⁶ Quase todos os biógrafos de Salvador, inclusive historiadores portugueses e brasileiros, ao se referirem a este período de sua vida, confundem a sua campanha no Paraguai com a que ele travou em Tucumán. Jaime Cortesão e Carvalho Franco foram os únicos que acertaram, distinguindo os dois episódios.

⁵⁷ D. Juan Ramirez de Velasco foi governador de Tucumán de 1586 a 1593, e do Paraguai e Rio de la Plata em 1595 a 1597. D. Luís Velasco foi vice-rei do México de 1590 a 1595 e, novamente, de 1607 a 1611; foi vice-rei

Dona Catalina não só descendia da nata dos conquistadores, como era a viúva mais rica, se não a pessoa, individualmente, de mais posses da província de Tucumán. Seu primeiro marido, o capitão Diego Graneros de Alarcón, fora, evidentemente, o que se poderia chamar um “self-made man” (um homem que se fez por si). Tendo nascido no bispado de Toledo, emigrou para a América do Sul, tornando-se, antes de falecer, o fazendeiro mais rico de San Miguel de Tucumán. Antes de morrer, a 21 de agosto de 1630, ditou em testamento as suas últimas vontades. Por felicidade, esse documento foi conservado nos arquivos locais, permitindo que fosse dado à estampa em 1937, pelo erudito argentino Lizondo Borda. Merece ser lido por quem tenha a curiosidade de saber como era a vida numa casa de família naquele tempo e lugar⁶⁸.

Declarava ali Alarcón que Dona Catalina era a sua segunda mulher e que dela tinha tido somente um filho, D. Pedro de Velasco y Graneros, que estava com “pouco mais ou menos” sete ou oito meses de idade. Doava à sua esposa o equivalente ao dote que ela havia trazido, avaliado em 5.000 pesos, em jóias, vestuário, açúcar e outros bens, dando ordem para que essa soma fosse paga em dinheiro, conjuntamente com suas jóias e roupas. Fazia-lhe ainda doação de uma das duas casas que possuía na cidade, à sua escolha, e de quinhentos burros. Depois daí, fazia alguns donativos para a educação de duas crianças orfãs e de um negrinho chamado Diego, que ele pedia à esposa e aos contraparentes que criassem, declarando que confiava o balanço de seus haveres a seu filho menino. Soma considerável em dinheiro eram-lhe devidas por várias pessoas, inclusive 2.000 pesos emprestados aos jesuítas locais; mas o grosso de sua fortuna consistia em propriedades territoriais e cabeças de gado. Três estâncias separadas, 1.480 éguas e 120 negros escravos eram ali especificamente mencionados, mas o gado e os índios de seu “repartimiento” eram avaliados por estimativa. Declarava que Dona Catalina e seu pai eram os únicos executores e administradores, com plenos poderes para gerir e dispor de cada coisa. O filho era entregue também aos cuidados de Dona Catalina. Pode-se a isso acrescentar que se dermos crédito ao que se dizia, e foi propalado pelo bispo

do Peru de 1596 a 1604. Voltando para Espanha, foi ali presidente do Conselho das Índias. Francisco Villagra governava o Chile por ocasião de sua morte, em 1563.

⁶⁸ Lizondo Borda, *Documentos coloniales*, III, págs. 174-80.

Maldonado, de Tucumán, a fortuna deixada por Diego Graneros de Alarcón era superior a 200.000 pesos⁵⁹.

Parece que o moribundo não cogitou da possibilidade de sua mulher a quem se refere sempre em termos muito afetuosos — casar-se de novo, pois nada ficou estipulado com referência à perda de uma parte da herança se ela isso fizesse. Ao contrário dos portugueses, que têm por hábito impedir que suas esposas se ocupem com qualquer coisa além da criação dos filhos e dos trabalhos de costura, os espanhóis ricos nomeavam as esposas para administradoras de seus bens, não achando que as mulheres são necessariamente néscias em matéria de finanças. A tradição espanhola de mulheres em postos do governo (do que são exemplos típicos Isabel, a Católica, na Espanha, a infanta Isabel nos Países-Baixos e Margarida de Mântua em Portugal) pode ter algo que ver com as suas idéias surpreendentemente liberais nesse terreno⁶⁰. Dona Catalina recebeu plenos poderes para dispor e administrar a fortuna do marido, como lhe aprouvesse; e como o seu único coexecutor era o seu próprio pai, devemos ter como certo que ela tinha, virtualmente, as mãos livres. Em qualquer hipótese, Donà de Ugarte y Velasco podia ser considerada, para todos os fins, uma viúva rica e desimpedida, ou seja um bom partido. Parece que o casamento desta herdeira crioula deve ter sido celebrado em La Rioja, onde a família tinha propriedades.

Salvador tornava-se agora, pelo casamento, um grande latifundiário em Tucumán; e Tucumán era a província que abastecia Potosi, onde sua esposa tinha conhecidos. Assim, causa surpresa que, ao cabo de algum tempo após o casamento, Salvador se decidisse a trocar os rigores do serviço de guerra contra os índios pelos de uma viagem através da cordilheira de Potosi. A estrada real (*camino real*) de Buenos Aires a Potosi cortava as províncias de Córdoba, Santiago del Estero, Salta e Jujuy. Desde que Salvador nos diz, explicitamente, que a percorreu em toda a sua extensão, pode agradar ao leitor uma breve descrição a respeito⁶¹. Como Salvador não nos forneceu qualquer pormenor

⁵⁹ Lizondo Borda, *Documentos coloniales*, III, págs. 174; *Papeles eclesiásticos del Tucumán*, II, pág. 40.

⁶⁰ José María Ots Capdequí, *Bosquejo histórico de los derechos de la mujer casada en la legislación de Indias* (Madri, 1920). Pelos pormenores dados nesse trabalho, é óbvio que, de modo geral, as mulheres espanholas e as crioulas eram mais independentes do que as suas irmãs portuguesas e brasileiras.

⁶¹ Arq. Hist. Colon., Lisboa, Rio de Janeiro, caixa I, doc. 245, 21 de out. de 1643.

sobre sua viagem, devemos recorrer a outras fontes seiscentistas se quisermos informações sobre o que era a região por ele percorrida, numa época em que Tucumán não tinha sido ainda devastada pelas rebeliões periódicas dos índios Calchaqui⁶².

As primeiras quatrocentas milhas de Buenos Aires a Córdoba atravessam campinas (pampas) desabitadas, onde em 1620 viam-se apenas, entre aquelas duas cidades, dois “ranchos” de gado, aos quais muito poucos se acrescentaram nos quarenta anos que se seguiram. Por outro lado, bandos enormes de cavalos selvagens e de gado bovino erravam nessas planícies, de modo que o suprimento de carne fresca não constituía problema para os viajantes. Comumente era possível achar água em intervalos regulares de dezoito a vinte milhas; mas, às vezes era preciso escavar o solo à sua procura, para conseguir quantidade suficiente apenas para um pequeno número de pessoas. Os rios eram rasos e fáceis de vadear, exceto depois das chuvas, ocasião em que os viajantes precisavam atravessá-los montados em sacos de couro cru cheios de ar ou de palha, utilizando a pele de gado selvagem, recém-esfolada, enquanto cavalos e os animais de carga atravessavam a nado. A região era sombreada a intervalos por árvores frutíferas de várias espécies. De Sabadillo a Córdoba

segue-se ao longo de um rio muito bonito e piscoso, que não é largo nem profundo, podendo assim ser passado a vau. Em suas margens encontram-se pequenas plantações em cada três ou quatro léguas, parecidas com as casas de campo dos espanhóis, dos portugueses e dos naturais da região; providas de tudo que é necessário à vida, o estrangeiro encontra nelas acolhida carinhosa. Sua riqueza principal consiste em cavalos e burros, que são negociados com os habitantes do Peru.

Além disso, conta-nos Acarete du Biscay que em tempos normais os habitantes da região de Córdoba e Santiago del Estero tiram grandes lucros vendendo burros e cavalos no Peru, orçando a exportação dos primeiros em cerca de 28 a 30 mil cabeças.

⁶² Acarete du Biscay, *Relatório*. Acarete du Biscay fez uma viagem pela estrada de Potosí em 1658, comparando a sua narrativa com a de um judeu português, anônimo, que fizera a mesma viagem uns trinta ou quarenta anos antes, vê-se que as condições não haviam mudado muito nesse intervalo, a despeito da devastação causada pela rebelião dos Calchaqui. “Camino de Buenos Aires a Potosí”, em *Revista del archivo nacional del Peru*, XVII, págs. 37-8.

As duzentas e setenta milhas da etapa seguinte da viagem entre Córdoba e Santiago del Estero correm através de outra região escassamente povoada, entremeada em cada vinte ou trinta milhas com

moradias de espanhóis e portugueses, que levam vida solitária. Acham-se todas localizadas à margem de pequenos córregos, algumas delas na orla das matas encontradas com frequência em toda a região, quase todas de algarrobas, cujo fruto serve para se preparar uma bebida agridoce e capaz de subir à cabeça, como o vinho; outras em campo aberto e menos abundantes em gado bovino do que as de Buenos Aires, mas tendo, ainda assim, mais do que o necessário à subsistência de seus habitantes, que também fazem comércio com burros, algodão e cochonilha para tinturaria, outro produto da região.

Santiago del Estero estava situada numa região muito fértil e densamente florestada, em que abundava a “caça de pena e de pêlo, o trigo, o centeio e a cevada, além de frutas, como figos, pêssegos, maçãs, peras, ameixas, cerejas, uvas, etc.” A cidade não era murada, e continha umas 300 casas com número igual de homens (inclusive os índios e os escravos) capazes de pegar em armas. A atmosfera era densa e confinada, de onde apresentarem os cidadãos aspecto doentio e cor amarelada.

Nosso viajante francês de 1658 pouco se interessou pelos colonos da metade masculina dos espanhóis da província de Tucumán, em geral. Trata-os de somenos, como sendo preguiçosos e efeminados, “mais preocupados com os seus divertimentos” e “soldados muito medíocres”, que “não têm muito estômago para combater”. As mulheres crioulas, pelo contrário, mereceram-lhe franca admiração. Achou-as “estremamente formosas, bem constituídas e claras de pele, além de serem tão fiéis aos seus esposos que nenhuma tentação seria capaz de fazê-las quebrar o vínculo sagrado; mas também quando os seus maridos prevaricam, não raro são castigados com o veneno, ou o punhal”.

As próximas trezentas milhas do *camino real*, de Santiago a Salta, cortam, em parte, uma região plana, com florestas de espaço em espaço; a porção restante atravessa o grande deserto salgado com que se esbarra nesta parte de Tucumán. “É fácil reconhecer Salta já a cerca de duas léguas antes da chegada; porque ela fica situada no meios de uma bela planície fértil, em

que abundam as plantações de milho, uva e outros frutos, além de gado e mais produções necessárias à vida dos habitantes. Em alguns pontos vêem-se morros e umas poucas montanhas bonitas e elevadas." Neste local deram-se alguns combates durante a rebelião dos Calchaqui, nos anos de 1630 a 1635, verificando Acarete que, decorridos quase trinta anos, os habitantes conservavam muito do ardor marcial, em contraste com o que sucede nas porções mais orientais e meridionais da província. "É este um lugar de grande movimento, por causa do comércio considerável mantido com os habitantes do Peru, que dela recebem milho, farinha, carne, vinho, carne salgada, toucinho e outros gêneros de primeira necessidade"⁶³.

O trecho entre Salta e Jujuy, "a última cidade de Tucumán do lado do Peru", conservava ainda as marcas da rebelião dos Calchaqui quando Acarete du Biscay, em 1658, atravessou essa desolada, bruta e montanhosa região. A entrada torna-se agora muito tortuosa e difícil, particularmente no vale de Humahuaca, ao longo do qual corre um pequeno rio que precisa ser vadeado repetidas vezes. "Antes que tenhais feito quatro léguas desse caminho, encontrareis vulcões, ou montanhas ardentes, repletas de matéria sulfurosa, que de tempos em tempos ardem em chamas, e às vezes estouram, lançando no vale enorme quantidade de terra e tornando a estrada tão lamacenta quando sobrevêm as chuvas, coisa que freqüentemente acontece, que às vezes vos vereis forçado a estacionar durante cinco ou seis meses, até que chegue o verão, tornando-a seca e transitável." Esse trecho da estrada era, naturalmente, desabitado, mas depois dele havia, de distância em distância, aldeamentos de índios e povoações, até Humahuaca. A terra não é aqui das melhores, mas nela se semeia o trigo e grande quantidade de milho miúdo, que os índios costumam usar. Quanto ao gado bovino, cria-se ali muito pouco, comendo-se geralmente carne-de-sol, que é trazida pelos que se dedicam ao comércio do ramo. Há também, de produção própria, cabras e carneiros; mas os principais animais da zona são a vicunha, que é um carneiro selvagem, sobre cuja captura Acarete du Biscay nos dá interessante descrição.

⁶³ Para uma descrição mais minuciosa da região cortada pela estrada (que não raro não passa de uma simples trilha, ou nem isso) veja-se: *Hispanic-American Historical Review*, XVIII, págs. 462-4; R. Levillier, *Nueva crónica de la conquista del Tucumán*, I (Lima, 1926); Ena Dargan, *The Road to Cuzco* (Londres, 1950); I. Bowman, *Desert Trails of Atacama*, págs. 186 e ss. (Nova York, 1942).

Na etapa que se segue, de Humahuaca a Mayo, a estrada corta uma região desolada, de invernos muitos rigorosos e, conseqüentemente, pouco habitada. O restante da viagem é mais suave, especialmente entre Mayo e Toropalca, que, segundo Biscay, “corre sobre planícies muito agradáveis”. A última destas cidades era habitada, à época, “por alguns selvagens católicos, um único português vivendo nela com a família”. O último trecho da jornada atravessa a “região dos Chicha, que é muito montanhosa, rica em minas de ouro e de prata, e de oficinas em que se prepara o metal”. Viajando como correio real, com cavalos de muda e bestas de carga, Acarete du Biscay fez a viagem de Buenos Aires a Potosi em sessenta e três dias, o que significa ter ela sido excepcionalmente boa. Salvador, que não teria tido tanta pressa como ele quando percorreu o mesmo trajeto vinte e cinco anos depois, fez uma viagem mais demorada, tanto mais quanto “tomava nota de tudo” que ia vendo, como explicou ao rei alguns anos mais tarde⁶⁴.

A cidade mineradora de Potosi estava situada numa região descrita de maneira sucinta, como se vai ler, por Bernard Moses, historiador americano:

Uma planície inclinada de poucas léguas quadradas, a treze ou quatorze mil pés acima do nível do mar; um morro desnudo de muitas cores, com cerca de três léguas de circunferência, erguendo-se a dois mil pés acima da planície; um horizonte formado por picos despedaçados de montanhas; um clima extremamente rigoroso, em que são freqüentes os ventos gelados e terríficas tempestades; tais são as características das cercanias da cidade de Potosi⁶⁵.

A Villa Imperial de Potosi, à época em que a visitou Salvador (cerca de 1633) havia já transposto o zênite de seu reluzente esplendor; mas conservava ainda muita coisa da passada pompa, como sejam quatorze escolas de dança e vinte e seis casas de tavolagem, para não falar nas cento e vinte hetaíras de alta classe, entre espanholas e filhas da colônia, a que faziam concorrência

⁶⁴ “(...) nos fica a entrada aberta até Potosi com facilidade, o que sei por experiência, por haver andado este caminho e notado tudo (...)” Projeto de Salvador para um ataque a Buenos Aires e invasão do Peru; Évora, 21 de outubro de 1643, em Luís Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 194-6. Cf. o capítulo V, mais adiante.

⁶⁵ B. Moses, *The Spanish Dependencies in South America. An introduction to the history of their civilization*, II, pág. 5 (Londres, 1914).

avultado número de índias, que viviam à custa do “exercício amoroso”⁶⁶. Em 1677 contou Salvador ao Conselho Ultramarino que havia examinado cuidadosamente os minérios e os métodos usados para a sua extração no *cerro de Potosi*; mas como ele não deixou nenhum relato minucioso do que ali observara, teremos de nos reportar mais uma vez à descrição que Acarete du Biscay, muito mais comunicativo, deixou-nos daquele memorável local⁶⁷.

Chamam-na os espanhóis Cidade Imperial, mas ninguém até hoje me soube dizer por que motivo; “está situada no sopé de uma montanha chamada Arrazassu, e é dividida ao meio por um rio que vem de um lago fechado entre muros e situado cerca de um quarto de légua acima da cidade, constituindo uma espécie de reservatório destinado a armazenar água necessária às oficinas daquela parte da cidade que fica deste lado do rio. Em cima da montanha ergue-se um pequeno morro, que é a parte maior e mais desabitada; porque a que fica na encosta da montanha pouca coisa mais tem do que as oficinas e as casas dos que nelas trabalham. A cidade não tem muros nem valados, e tampouco fortes que a defendam. Contam-se nela umas 4.000 casas, construídas de boa pedra e geralmente com vários andares, no mesmo estilo dos edifícios da Espanha. As igrejas são bem construídas, ricamente adornadas com azulejos, tapeçarias e outros ornamentos, mormente as dos monges e das freiras, de que há vários conventos, pertencentes a diferentes ordens, todos muito bem aparelhados.

Esta não é a cidade menos populosa do Peru, contando-se, além dos espanhóis, dos “mestiços” e dos nativos (chamados “índios” pelos espanhóis), negros e mulatos. Contém ela entre três e quatro mil espanhóis capazes de pegar em armas, os quais gozam da reputação de ser homens valentes e bons soldados. Não é muito menor o número dos mestiços, e tampouco são eles menos destros no manejo de armas; mas, na sua maioria, são indolentes, rixosos e briguentos, motivo pelo qual costumam usar três ou quatro jaquetas superpostas, com o fim de melhor se garantirem contra possíveis facadas. Os estrangeiros são em número relativamente pequeno; são holandeses, irlandeses e genove-

⁶⁶ “La Villa Imperial de Potosi”, Brit. Mus. Add. MSS 20999, fols. 264-92, particularmente a fol. 278.

⁶⁷ Acarete du Biscav. *Account*, págs. 43-54. Relato de Salvador ao Conselho Ultramarino, em 3 de maio de 1677, dado a lume em *Documentos históricos*, LXXXVIII, pág. 123 (1950).

ses; há também franceses, em sua maioria de St. Malo, Provença ou Baiona, mas tidos como de Navarra ou de Biscaia. Assim como o dos índios, seu número é avaliado em perto de 10.000, incluindo mulatos e pretos⁶⁸; mas não lhes é permitido usar nem espada nem armas de fogo, e tampouco serem couracas e caciques, embora possam aspirar à dignidade de cavaleiros, o que muitas vezes conseguem, pelas suas ações dignas de louvor e bons serviços prestados. É-lhes igualmente proibido o uso de trajes espanhóis, sendo obrigados a se vestirem de maneira diferente, uma jaqueta fechada e sem mangas, logo em cima da camisa, a que são presas a cinta e os punhos. Os calções são longos, à moda francesa; as pernas nuas e os pés descalços. Os pretos e mulatos, quando em serviço dos espanhóis, podem ser portadores de armas; os índios escravos são postos em liberdade ao cabo de dez anos de serviço, gozando das mesmas regalias dos outros⁶⁹.

O governo da cidade é muito correto, graças ao cuidado dos vinte e quatro magistrados, sempre atentos à manutenção da boa ordem; não falando no corregedor e no presidente de Charcas, que dirige os seus auxiliares à maneira de Espanha. Convém notar que, exceção feita desses altos funcionários, tanto em Potosi como em qualquer parte das Índias, toda gente, inclusive cavaleiros, fidalgos e funcionários comuns, exerce atividades no comércio, auferindo nisso às vezes tanto lucro, que na cidade de Potosi há pessoas reconhecidamente ricas que possuem dois ou três, algumas mesmo quatro, milhões de coroas, sem falar no número avultado das que possuem duzentas, trezentas ou quatrocentas mil. O povo, em geral leva uma vida bastante folgada; todos se mostram orgulhosos e arrogantes em seus finos trajes de pano dourado ou prateado, ou senão de escarlata, ou seda, com enfeites de ouro ou de prata em grande profusão. São

⁶⁸ Variam muito os cálculos relativos à população de Potosi; mas parece fora de dúvida que as cifras apontadas referem-se à população masculina adulta e apta a pegar em armas. Incluindo-se as mulheres, as crianças e os velhos, chega-se a um total de mais de 150.000. Cf. B. Moses, *The Spanish Dependencies in South America*, II, pág. 6, onde se trata de Potosi e respectiva população no curso do século dezessete.

⁶⁹ Acarete du Biscay não é muito exato quando diz que os negros e mulatos eram portadores de armas. Essa prática foi expressamente proibida por uma ordem do vice-rei datada de 5 de setembro de 1653, embora a sua renovação em 1661, dê a entender que ela ficara letra morta, como se evidencia pelo testemunho do viajante francês. Cf. Joseph Mugarburu, *Diario de Lima, 1640-1694*, págs. 19-42 (Lima, 1935).

muito ricos os pertences domésticos, em geral de prata. As mulheres, tanto as dos homens da alta sociedade como as do cidadão comum, são mantidas em grande reclusão, maior ainda do que aquela a que se acham sujeitas na Espanha; nunca saem à rua, a não ser quando vão à missa, a fazer alguma visita ou assistir a alguma festa pública, coisa que raramente acontece. As mulheres são dadas, geralmente, ao uso da coca, planta que é trazida de Cuzco; com ela fazem-se rolos que, depois de secos, são mascados como fazem alguns com o tabaco. Isso deixa as pessoas tão excitadas, e embriaga às vezes de tal modo que elas chegam a perder completamente o governo de si. Frequentemente fazem também os homens uso dela, sentindo efeitos semelhantes ⁷⁰. Fora daí, são todos muito comedidos no comer e no beber, embora habitem lugares em que abundam todas provisões, como carne de boi e de carneiro, aves de capoeira, caça, frutos crus ou conservados, milho, vinho, que são trazidos de outros lugares não raro muito distantes, o que lhes aumenta muito o preço, de modo que os que possuem poucos recursos achariam muito dura a vida se o dinheiro não fosse tão abundante e fácil de obter para os que gostam de trabalhar.

A prata melhor e mais fina de todas as Índias é a das minas de Potosi, a principal das quais se encontra no monte Aranzasso, onde, além da prodigiosa quantidade que se tem extraído dos veios em que o metal aparecia a olhos vistos, mas já agora esgotados, quantidades não menores existem em lugares onde ainda não se fizeram escavações. Na própria terra que a princípio se jogava fora quando se abriam as minas ou se cavavam poços, acontece achar-se prata, parecendo que ela ali se formou depois daquele tempo, o que é uma prova de quanto a natureza do terreno é apropriada à produção daquele metal. É verdade, porém, que essa terra não contém tanta prata como os veios existentes entre as rochas. Há, além disso, uma outra espécie de veios que têm o nome de *paillaco* e são duros como pedra e de cor da argila. Por isso foram tidos antigamente como imprestáveis, mas a experiência depois ensinou que não são desprezíveis como se supunha; ademais, a prata deles é obtida a tão baixo custo que não deixa de ser bastante lucrativa

⁷⁰ Com respeito à coca, planta de onde se extrai a cocaína, ao seu cultivo e à popularidade de que goza entre os índios da Bolívia e do Peru nos dias atuais, cf. Dargan, *The Road to Cuzco*, págs. 23-4, 100-2.

a sua extração. Afora as minas do referido monte, outras muitas existem, e das melhores, em lugares distantes ⁷¹.

O rei da Espanha não faz questão de explorar essas minas por sua conta, deixando que as explorem as pessoas que as descobriram e ficam sendo seus donos depois da visita do corregedor, a quem compete declarar-las proprietárias, sob as condições e privilégios do costume. O mesmo corregedor descreve e delimita a área do terreno dentro do qual lhes é permitido abrir a mina, sem que isso restrinja ou impeça os trabalhos abaixo da superfície do solo. Cada um tem a liberdade de seguir o veio que encontrou, posto que a sua extensão e profundidade não cheguem demasiado longe, ainda que ele cruze outro que se tenha cavado em suas proximidades. O que o rei reserva para si, afora os direitos de que falarei adiante, é dar por meio de seus funcionários, a direção geral a que deve obedecer a exploração das minas, decidir sobre o número de selvagens que podem ser empregados nelas, para impedir as desordens que ocorreriam se cada proprietário de mina tivesse a liberdade de contratar quantos quisesse e fazê-los trabalhar onde lhes aprouvesse. Porque, do contrário, os mais ricos e poderosos, tomariam para si um número tão grande que poucos ou nenhum restariam para os outros que deles tivessem necessidade para que o trabalho de suas minas fosse adiante; e isso seria contrário aos interesses do Rei, que baixou uma provisão com a finalidade de garantir número suficiente de escravos a todas as minas que fossem abertas ⁷².

Com esse fim ele obriga todos os Couracas ou Chefes dos selvagens a fornecer, cada um, tantos quantos sejam necessário para que o seu número esteja sempre completo, sob pena de serem forçados a dar uma importância em dinheiro equivalente ao dobro da que deveria ser paga aos que faltarem para completar o dito número, se presentes estivessem. Os destinados às minas de Potosi não deviam ser mais de dois mil e duzentos, ou trezentos. São eles trazidos para um cercado que existe no sopé da montanha, onde o corregedor os distribui aos chefes das minas, de acor-

⁷¹ Cf. "Descripción anónima del Perú y de Lima a principios del Siglo XVII, compuesto por un judío portugués y dirigida a los Estados de Olanda", em *Revista del archivo nacional del Perú*, XVII, págs. 33-37 (1944); *Brit. Mus., Add. MSS.* 20999, fols. 246-292; *Hispan. Amer. Hist. Review*, XXIX, págs. 25-45, para outras notícias setecentistas sobre as minas do Alto Peru; e Moses, *The Spanish Dependancies in South America*, II, págs. 1-26.

⁷² Essa é a famosa (ou infame) *mita*, ou seja um sistema de trabalho forçado, por imposição do qual as minas eram supridas periodicamente de turmas de índios, durante o ano.

do com as suas necessidades; no sábado, ao cabo de seis dias de trabalho ininterrupto, são eles trazidos para o referido lugar, onde o corregedor os passa em revista, para que os donos das minas entreguem o correspondente aos salários estipulados. Verifica-se também então quantos deles morreram, a fim de que os "couracas", ou chefes, sejam forçados a preencher as vagas, completando o número; porque uma semana não se passa sem que morram alguns, seja em consequência de acidentes provenientes de diversas causas, como desmoronamentos, queda de pedras, seja por motivo de doenças e coisas semelhantes. Não é raro que sejam muito incomodados pelo ar que sopra nas minas; a sua baixa temperatura aliada à de algumas partes da terra os regula de tal maneira que somente mascando a coca, ou se embriagando, podem achar o ambiente tolerável. Outro sofrimento a que se vêem expostos provém de em muitos lugares ser tão grande a exalação de gases sulfurosos e vapores minerais que eles se sentem estranhamente ressequidos e impossibilitados de respirar livremente. Para isso o único remédio é a erva do Paraguai, com a qual, quando saem das minas para comer ou dormir, preparam grande quantidade de uma bebida muito refrescante. Essa bebida serve também para fazê-los vomitar sempre que se sentem mal do estômago ⁷³.

Entre aqueles selvagens, são ordinariamente escolhidos os melhores trabalhadores para extrair o minério das rochas; fazem isso com barras de ferro que os espanhóis chamam de *palancas* (alavancas), ou instrumentos semelhantes; outros servem para transportar em pequenos balaies, até à boca da mina, o material retirado na escavação; outros ainda colocam esse material em sacos, que são transportados no lombo de uma espécie de grandes carneiros, por eles chamados *carneros de la tierra*. Esses animais são mais altos do que o jumento e podem transportar, comumente, até as casas de trabalho situadas na cidade, uma carga de duzentas libras de peso,⁷⁴ seguindo a estrada ao longo do rio que

⁷³ A bebida feita com a *yerba*, ou erva, do Paraguai era o mate, que se prepara com folhas secas do *Ilex paraguayensis*. A planta cresce com abundância no Paraguai e no sul do Brasil, formando ali os chamados *yerbales*. Era cultivada em larga escala pelos jesuítas, motivo pelo qual é às vezes chamada "chá dos jesuítas".

⁷⁴ Os animais em questão eram lhamas, das quais número enorme era empregado no transporte da prata de Potosi para Arica, na costa do Pacífico, de onde era levada em navio para Callao e Panamá. Cf. G. B. Cobb, "Supply and Transportation for the Potosí mines", *Hisp. Amer. Hist. Rev.*, XXIX, págs. 25-45, e, particularmente, págs. 31-3.

vem do lago referido anteriormente. Nessas casas de trabalho, cujo número é de cento e vinte, o minério é refinado, conforme a seguir se descreve.

Começa-se reduzindo o minério a pedaços numa espécie de bigorna sobre a qual batem martelos, constituindo isso uma máquina em trabalho contínuo; depois de bem reduzido a pó, este é passado numa peneira fina, para ser espalhado no chão, liso e devidamente preparado, onde deve formar uma camada de cerca de meio pé de espessura. Despeja-se em cima bastante água, depois do que, com uma peneira, espalha-se uma certa quantidade de mercúrio metálico, a juízo dos funcionários da oficina, e também uma substância ferruginosa líquida, obtida pela trituração, de mistura com água, de pedaços de ferro entre duas mós, uma das quais é fixa enquanto a outra gira sem descanso, até se consumirem inteiramente as partículas metálicas, dando ao todo uma consistência líquida. Estando assim preparado o minério, é ele misturado e mexido, como se faz com a argamassa, durante uma quinzena, umedecendo-se todos os dias com água; depois é posto dentro de uma tina, onde há um molinete que, com o seu movimento, separa toda a terra com a água, que é lançada fora, de modo que no fundo fica somente a matéria metálica. Esta é levada ao fogo em cadinhos, a fim de separar o mercúrio por evaporação, enquanto o ferro, que não se evapora, fica misturado com a prata, motivo pelo qual restam sempre em oito onças (a título de exemplo) três quartos de onça, mais ou menos, de falsa liga.

A prata assim preparada é levada à casa-da-moeda, para verificar-se se a liga saiu a contento, depois do que é ela convertida em barras ou lingotes; estes são pesados, deduzindo-se a quinta parte, que pertence ao rei, e depois cunhados com a sua marca⁷⁵. As restantes pertencem ao negociante, que também lhes apõe a sua marca, para, conforme lhe convenha, fazer barras, ou convertê-las em reais e outras moedas. Aquela quinta parte é o único proveito que o rei tira das minas, avaliadas em muitos milhões. Além disso, recebe ele soma considerável através dos impostos cobrados sobre as mercadorias, sem falar no que é tirado do mercúrio, quer provenha das minas de Huancavelica, situadas entre Lima e Cuzco, quer seja trazido da Espanha, de onde anualmente chegam dois

⁷⁵ Uma fonte datada, aproximadamente, de 1620, informa que na Fundación Real se moldavam, anualmente, de seis a sete mil lingotes, valendo mil pesos cada um, sem falar nas moedas ali cunhadas. *Revista del archivo nacional del Perú*, XVII.

navios carregados, visto não ser suficiente para todas as Índias o retirado das minas ⁷⁶.

Não há razão para supor que Salvador tenha tido menos espírito de observação do que o viajante francês que vinte e cinco anos antes palmilhara a estrada de Potosi. Pelas declarações de Salvador ao Conselho de Guerra após sua volta para Portugal, em 1643, verificamos ter ele sido um fino observador, especialmente quando estavam em jogo os seus interesses. Esses, graças ao seu casamento, achavam-se estreitamente ligados à estrada utilizada pelos peruleiros que demandavam o Alto Peru, através de Tucumán. Em sua longa viagem de volta para Buenos Aires, certamente terá pensado, com grande satisfação, na possibilidade de aproveitar-se de sua situação como proprietário territorial em Tucumán. Isso lhe daria meios, ou aos seus agentes, para tomar parte no suprimento do mercado de Potosi, que naquela época era, talvez, o mais lucrativo do mundo ⁷⁷.

Embora seja impossível precisar a época em que Salvador fez sua visita a Potosi, é provável que ela tenha ocorrido em 1632 ou 1633. Por uma carta do bispo Maldonado, escrita em Tucumán em maio de 1635, sabemos que Salvador deixou a América espanhola muito antes desta data. Queixava-se o bispo de que Salvador e seu sogro já tinham dissipado boa parte da fortuna que a esposa do primeiro havia trazido. Acrescentava Maldonado que D. Pedro de Ramirez y Velasco pensava em emigrar para o Brasil com a maior parte do que lhe restava. Contava o bispo que Salvador já havia voltado para o Brasil; mas não sabia dizer se pela estrada que corta o Paraguai, ou, via marítima, pelo porto de Buenos Aires. Doña Catalina já se encontrava em Buenos Aires, com a mãe, quando o bispo escreveu a sua carta; mas ele já tinha dado início ao processo legal contra D. Pedro, que não consentiu que o último fosse além de Santiago del Estero. O assunto foi levado à *audiencia* de Charcas, para decisão; mas queixou-se o bispo de que o residuo da fortuna deixada por Diego de Alarcón não valia 12.000 pesos e que os herdeiros se esquivavam a pagar os 22.000 pesos que Alarcón havia legado a casas de caridade e instituições religiosas ⁷⁸.

⁷⁶ Para o que diz respeito às minas de Huancavelica, onde a condição dos infelizes *Indios mitayos* eram ainda piores do que em Potosi, cf. A. P. Whitaker, *The Huancavelica Mercury Mine* (Cambridge, Mass., 1941).

⁷⁷ Era, com segurança, o mais rico de toda a América. Cf. G. B. Cobb, em *Hisp.-Amer. Hist. Review*, XXIX, págs. 5, 27-30, 44-5.

⁷⁸ Carta do bispo Maldonado a Filipe IV, datada de Tucumán a 28 de maio de 1635, em *Papeles eclesiásticos de Tucumán*, II, págs. 40-2.

Por infelicidade, os registros eclesiásticos de Tucumán são mudos a respeito do que terá acontecido como resultado dessa demanda em torno da fortuna deixada por Alarcón. Há um documento de 1635, lavrado em Madri, por onde se vê que Salvador obteve então da Coroa permissão para nomear um agente em Tucumán, para administrar sua *encomienda* ⁷⁹. Sabemos também que Salvador era ainda um rico (embora ausente) proprietário de terras em Tucumán nos idos de 1642 ⁸⁰. Tenha ou não o bispo Maldonado conseguido o pagamento, no todo ou em parte, das doações feitas por Diego de Alarcón às instituições de caridade pelas quais se interessava, grande parte dos bens de Diego de Alarcón deve ter ficado em mãos de Salvador.

Mesmo que Salvador tenha precisado deixar Tucumán furtivamente e às pressas, como nos faz supor o bispo Maldonado ⁸¹, ele tinha razões de sobra para se sentir contente por ter seguido o conselho que lhe dera em 1630 o padre João de Almeida. Chegou ao Paraguai bafejado do prestígio de ser filho e herdeiro de um pai como o seu e cunhado do governador local. Depois daí, graças em boa parte à experiência adquirida no Brasil, havia assumido o comando na repressão de um levante de índios, e combatido valorosamente em outro. Casara-se com uma herdeira rica, tornando-se poderoso e abastado proprietário de terras, com (é de presumir-se) valiosas ligações em Potosi. Contava então trinta e três anos e achava-se no apogeu de suas capacidades; adquirira aquela longa, sólida e madura experiência que deixa o homem apto para elevados cometimentos, fazendo com que ele seja ouvido com respeito nos conselhos de estado.

Por essa época alguma coisa acontecera capaz de explicar a partida, algo brusca, de Salvador de Tucumán. Seu pai, Martim de Sá, morrera no Rio de Janeiro a 10 de agosto de 1632. A notícia, sem dúvida, custou a chegar aos ouvidos de Salvador, que então se encontrava em alguma parte do vice-reino do Peru; mas, quando isso aconteceu, ele terá raciocinado que a governança do Rio de Janeiro, há tanto tempo associada à sua família, podia entrar no âmbito de suas aspirações.

⁷⁹ Documento de 12 de novembro de 1635, publicado na *Revista trimestral*, LXXXI, pág. 50.

⁸⁰ *Relaçam*, 1641.

⁸¹ “fuese huyendo al Brasil y dejo la muger” é como se referiu o bispo Maldonado à partida de Salvador na supracitada carta de 28 de maio de 1635.

Capítulo IV

GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO

Quando Martim de Sá, em agosto de 1632, baixou ao túmulo, na igreja do Convento dos Carmelitas do Rio de Janeiro, boas razões tinham os habitantes da cidade para chorar a morte de seu governador. Foi ele o primeiro, e durante longo tempo, o único filho da terra a exercer a governança da cidade, cujo crescimento e cuja prosperidade muito devem aos dois períodos em que ele esteve à testa de seus destinos. Com a mesma energia e decisão de que dera provas como governador, empenhou-se em incentivar as ligações da família com a referida cidade. Designou parentes seus para o comando dos fortes e agenciou a nomeação do filho para *alcaide-mor*, em 1628. A corte de Madri, evidentemente, não fazia qualquer objeção ao regime oligárquico dos Correia de Sá. O tempo normal de governo durante o período colonial era de três anos; mas, tanto o velho Salvador, como o seu filho Martim, exerceram a governança do Rio de Janeiro por mais do triplo daquele tempo. Bem podia a família supor-se com direito à posse hereditária do posto em questão.

Martim teve como sucessor Duarte Correia Vasqueanes, seu meio-tio, que ele havia indicado para sucedê-lo, e era então comandante de uma das fortificações do porto. Verdade é que Duarte Correia não se manteve no posto por muito tempo, sendo substituído no ano seguinte por Rodrigo de Miranda Henriques, a quem o governador-geral, na Bahia, nomeou governador em exercício da cidade, até que Sua Majestade desse ordens em contrário ¹. Essas duas nomeações eram apenas interinas, de modo que Salvador tinha ainda uma excelente chance para suceder no cargo a seu falecido pai, posto que as suas pretensões fossem bem acolhidas pela corte de Madri.

Não sabemos o momento exato em que ele voltou à Europa para pleitear o que pretendia. O supracitado documento de novem-

¹ Cf. Vivaldo Coaracy, *O Rio de Janeiro no século XVII*, págs. 73-4.

bro de 1635 consigna que uma junta presidida pelo conde-duque de Olivares tinha decidido nomeá-lo governador do Rio de Janeiro no passado mês de dezembro², mas não deixa claro que Salvador estava então na Europa. Sabemos que ele em 1636 se encontrava no Rio, onde arrendara algumas terras do conselho municipal local sob as condições que pouco adiante se vai descrever. Seja como for, muito tempo se passou antes que a decisão de nomeá-lo se traduzisse em ato. Foi somente a 21 de fevereiro de 1636 que o rei Filipe IV assinou o decreto da nomeação de Salvador Correia de Sá e Benavides para governador e capitão-mor da cidade de São Sebastião e da capitania do Rio de Janeiro. Era de três anos o tempo de exercício do cargo, podendo a coroa estendê-lo por mais três, caso a atuação durante os primeiros fosse satisfatória³.

Enquanto Salvador pelejava no Paraguai e em Tucumán, como devemos nos lembrar, os holandeses haviam levado a efeito a sua segunda invasão do Brasil, apoderando-se de Olinda e Recife, em 1630. Após cinco anos de guerrilhas, começavam, afinal, a consolidar e expandir as suas conquistas no estado nordestino de Pernambuco. Boquejava-se que a Companhia das Índias Ocidentais tencionava ampliar o seu domínio, atacando a Bahia ou o Rio de Janeiro. Por esse motivo convenceu Salvador o governo de que devia enviar com ele um reforço de trezentos homens para a guarnição do Rio de Janeiro, juntamente com alguma artilharia e munições. Pode-se aquilatar a importância atribuída ao Rio de Janeiro pelo fato de haver ele recebido tudo quanto pediu (com exceção de alguns mosquetes), e isso numa época em que a Espanha e Portugal faziam os maiores sacrifícios para reunir uma força expedicionária destinada à reconquista de Pernambuco, para não falar nas campanhas sustentadas na Itália e em Flandres⁴. Depois de uma viagem sem incidentes, a 19 de setem-

² Documento dos arquivos de Simancas publicado na *Revista trimestral*, LXXXI (1917-18), pág. 50. Parece ter ele sido esquecido por todos os anteriores biógrafos de Salvador.

³ O decreto de 21 de fevereiro de 1637 foi publicado, pela primeira vez, por Varnhagen, na *Revista trimestral*, LXXXI, págs. 112-13, tendo sido depois reproduzido muitas vezes.

⁴ Pormenores no tocante às tropas, munições e suprimentos levados do Rio por Salvador em 1637, podem ser encontrados nos documentos do Arq. Hist. Colon., de Lisboa, publicados por Norton em *Dinastia dos Sás*, págs. 151-67.

bro de 1637, tomou Salvador posse, formalmente, como governador e capitão-mor do Rio de Janeiro ⁵.

Durante os seis anos em que ele exerceu a governança, a cidade de São Sebastião não diferia muito daquele vilarejo descrito duas décadas antes por Dirck de Ruyter e Frei Vicente do Salvador ⁶. O padre Ruiz Montoya, que no curso de sua viagem de volta para a Espanha, em 1637-8, passou quatro meses no colégio dos jesuítas, localizado no morro do Castelo, disse, com menosprezo, que o pequeno burgo era comparável a "um canto de arrabalde de sua cidade natal", Lima, capital do vice-reino do Peru ⁷. Disse ainda que os habitantes, em grande parte, eram judeus, externando a sua ardente esperança, nada caridosa aliás, de que o Senhor os puniria, como fizera aos de Pernambuco, permitindo que os holandeses lhes tomassem as mulheres e as propriedades. Acrescentava serem eles tão insubordinados que uns matavam os outros, "como se fossem percevejos-de-cama", lembrando ainda, com viva satisfação, que muitos chefes de Bandeiras, em suas expedições contra as reduções de Guairá, haviam encontrado, daquela maneira, morte prematura. Pelo tom venenoso das expressões é óbvio que o padre deu largas à sua indignação contra os paulistas predadores de índios para realçar o juízo que fazia dos colonos portugueses em geral. De qualquer maneira, é em termos elogiosos que ele se refere ao governador Salvador Correia de Sá e Benavides, como sendo verdadeiro amigo e patrono dos jesuítas, fossem eles espanhóis ou portugueses ⁸.

É interessante comparar a descrição que faz Montoya do Rio com a de Richard Flecknoe, o poeta (antes poetaastro, segundo John Dryden) inglês que esteve na cidade durante seis meses, dez anos mais tarde.

⁵ A investidura formal de Salvador no cargo de governador e capitão-general do Rio de Janeiro tem data de 19 de setembro de 1637. O instrumento da dita veio a lume em publicação oficial da prefeitura do Distrito Federal intitulada *O Rio de Janeiro no século XVII*, pág. 21 (Rio de Janeiro, 1935).

⁶ Cf. *op. cit.*, cap. I, pág. 20.

⁷ "Desde la torre desta casa se ve toda la ciudad, que es un rincón de un barrio de mi tierra", citado por J. Cortesão em *O Estado de S. Paulo*, n.º de 2 de junho de 1948.

⁸ P.º Antonio Ruiz Montoya (1585-1652) dirigia-se a Madri, a fim de solicitar permissão de poder prover as missões do Guairá e alto Uruguai com armas de fogo, para sua melhor defesa contra os ataques dos paulistas. A respeito de Montoya e seu trabalho, cf. F. Jarque (org.), *Ruiz Montoya en Indias, 1608-1652* (Madri, 1900); e Pastells, *Historia*, I e II.

A cidade de São Sebastião está situada numa planície de cerca de uma milha de comprimento, limitada de cada lado por um morro; o mais interno, olhando para o lago, é habitado pelos frades beneditinos, e o mais externo, voltado para o mar, pelos padres da Companhia. A primitiva cidade era localizada sobre este segundo morro (como o atestam as ruínas das casas e a grande igreja que ainda ali existe); para comodidade do tráfico e do transporte de mercadorias ela foi gradativamente passando para a planície. Os edifícios eram todos baixos e as ruas em número não maior do que três ou quatro, das quais a principal olha para o porto. Para trás da cidade fica a planície com cerca de duas milhas, que em parte é campo, e no resto mata, ou pastagens. Mais além fica uma região tão diferente das nossas que nela não se vê nenhuma árvore, planta, ave, ou quadrúpede, nada, enfim, do que se encontra na Europa⁹.

Salvador já era grande proprietário de terras, tanto na cidade como em suas cercanias, quando, por morte do pai, em 1632, recebeu em herança vastos bens territoriais, inclusive muitos canaviais, na Tijuca e em Jacarepaguá. Quatro anos depois, conseguiu do conselho municipal (*senado da câmara*) permissão para construir um trapiche, destinado ao armazenamento e pesagem do açúcar, farinha de mandioca e outros produtos locais. Havia anos que se sentia a necessidade de um desses armazéns, desde que em Lisboa os negociantes começavam a se queixar da quebra de peso acusada pelo açúcar importado do Rio de Janeiro. Em 1625 o conselho municipal havia decidido construir um às suas próprias expensas; mas, verificando que não dispunha de recursos suficientes para isso, abandonou o projeto. Foram também mal sucedidos os esforços feitos para encontrar algum contratador para executá-lo.

Salvador, depois que voltou de Tucumán, ofereceu-se para construir o trapiche à sua custa, pagando pelo local um imposto anual de 20 mil-réis, contanto que lhe fosse garantido, com exclusividade, o direito de ser ali pesado todo o açúcar exportado pela capitania. Além disso, deveriam os plantadores de cana pagar-lhe uma soma fixa de 40 réis por caixa de açúcar pesado,

⁹ Flecknoe, *Relation*, pág. 67. Deve haver aqui engano da parte de Flecknoe, visto como todos os outros seus contemporâneos são unânimes em informar que a região do Rio de Janeiro era bem provida de equinos, porcos, carneiros e outros animais domésticos provenientes da Europa. Talvez ele quisesse referir-se somente à fauna e à flora nativas.

e mais um adicional de 40 réis pela armazenagem, fosse o açúcar destinado à exportação ou ao consumo local. O conselho municipal aceitou essas condições, lavrando-se a 8 de março de 1636 um contrato de aforamento, válido por dezenove anos, ao cabo dos quais o armazém passaria a ser propriedade do conselho municipal, juntamente com todos os privilégios. À sua volta como governador, valeu-se Salvador de sua posição para exigir do conselho a transformação daquele contrato em monopólio perpétuo, em proveito dele e de seus descendentes. Vai sem dizer que o armazém em questão provou ser um investimento imensamente rendoso para a família dos Correia de Sá, que a ele se agarrou durante dois séculos, a despeito de todos os esforços das autoridades para encampar, por compra ou por outra forma qualquer, tão lucrativa concessão. Só em 1851 conseguiu o governo imperial adquiri-lo, pagando enorme soma à família ¹⁰.

Embora o Rio de Janeiro não houvesse sido atacado pelos holandeses, como parecia muito provável na época em que Salvador foi nomeado governador, as repercussões da campanha de Pernambuco foram sentidas no sul, alcançando não só aquela capitania, como a de São Vicente, sua vizinha. Nos anos de 1635 e seguintes os holandeses fizeram muitos progressos no Nordeste, mormente depois da chegada, em janeiro de 1637, do príncipe João Maurício, conde de Nassau, na qualidade de governador e capitão-general do Brasil neerlandês. Estendeu ele o domínio holandês ao longo de 300 milhas da costa nordestina, incluindo no norte o Ceará e, no sul, Sergipe. O tratamento simpático dispensado aos plantadores de cana locais e sua tolerância para com a religião católica romana, permitiram a restauração de muitos canaviais arruinados, lançando assim os fundamentos da prosperidade econômica da colônia. O malogro de um ataque à Bahia, em maio de 1638, convencera Maurício de que aquela praça-forte "não era nenhum gato que se pudesse agarrar sem luvas". Contudo, a despeito desse grande revés, os holandeses detinham ainda a iniciativa nas operações terrestres, ao mesmo tempo que possuíam o domínio completo no mar. Era de supor que acabariam conquistando todo o litoral, a menos que chegassem grandes reforços de Espanha e Portugal e, acima de tudo, uma armada

¹⁰ Cf. o aforamento de 8 de março de 1636, publicado por Lamego em *Terra Goytacá*, I, págs. 48-9; V. Coaracy, *O Rio de Janeiro no século XVII*, pág. 81-2.

capaz de medir forças com a esquadra holandesa, em igualdade de condições.

“Socorro de España ó llega tarde ó nunca”; mas deve lembrar-se o leitor de que em 1625 a armada combinada alcançara a Bahia bem a tempo. O fato não se repetiu com a campanha de Pernambuco, embora seis anos de estrênuos esforços, quicá intermitentes, dessem como resultado o envio de outra armada combinada, que partiu de Lisboa em setembro de 1638. Essa armada era constituída de 41 navios, inclusive galeões de guerra e transporte para 5.000 soldados, entre os quais muitos eram barcos fretados da Hansa e da Dinamarca. De início, o comando supremo foi oferecido a D. Fradique de Toledo, o vencedor de 1625, que declinou do convite, sob o fundamento de que as forças que se pretendia enviar sob o seu comando eram demasiado insuficientes, com o que Olivares muito se sentiu ofendido. Houve grande dificuldade para preencher o posto, pois muitos cujo nome foi lembrado, como o almirante João Pereira Corte Real e o ex-vice-rei da Ásia portuguesa, D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, ou declinaram do convite ou, subseqüentemente, deixaram-se ficar em falta, por esta ou aquela razão. Por fim, a escolha recaiu no menos desejável dos que haviam sido consultados — D. Fernandes Mascarenhas, conde da Torre, que anteriormente fora governador de Tânger, mas que outra qualificação não possuía a não ser a de seu nascimento aristocrático¹¹.

Perdeu-se muito tempo nas ilhas insalubres de Cabo Verde, onde Torre perdeu muitos homens e velejou distanciado de uma parte de sua frota. Apesar de haver aportado em Recife a 10 de janeiro de 1639, recusou-se a atacar imediatamente a praça, como alguns oficiais de bordo haviam aconselhado, seguindo para a Bahia, na esperança de conseguir mais homens e navios, consoante as instruções que trazia. Os holandeses acharam providencial essa falta de iniciativa, que deu a João Maurício o ensejo de aproveitar a demora, preparando-se o melhor que pôde para resistir ao ataque inevitável. O grande historiador brasileiro Ad. Var-

¹¹ Cf. Antônio Rodriguez Villa, *La corte y monarquía de España en los años de 1636-7* (Madri, 1887), págs. 83, 115, 124 e 175; “Cartas de algunos PP. de la Compañía de Jesús sobre los sucesos de la monarquía entre los años de 1634 y 1648”, em *Mem. hist. esp.*, XIII, págs. 79-81, 105-115, 200-1, 275, 350 e XIV, págs. 366-417; João Pereira Corte Real, na página do título da segunda edição de seus *Discursos y advertencias*, chama-se a si próprio de “Almirante Real del Armada grande de la restauracion del Brasil, en este año de 1635”; mas a armada da qual fora ele feito general um ano depois não foi além de Cádiz.

nhagen, pintou com exatidão o contraste que havia entre o caráter de Maurício e o de Torre, servindo-se da correspondência trocada por ambos com os seus respectivos superiores, na Europa. Tanto um como o outro experimentavam as mesmas dificuldades no tocante à falta de homens e de suprimentos. Ambos pediam que se lhes enviassem reforços, lembrando os holandeses aos *Heeren XIX* o provérbio: “quem dá depressa, dá duas vezes”. Mas, enquanto Torre imprimia à sua correspondência um tom queixoso, lamuriendo e derrotista, João Maurício, embora francamente apreensivo com a tempestade em perspectiva, afirmava com ênfase que ele e seus subordinados não falhariam em proceder como homens. Tampouco seus atos desmentiram as suas palavras. Maurício tinha sobre os seus adversários a vantagem de estar bem informado (pela correspondência constantemente interceptada) dos planos e movimentos de Torre, estando também a par da grande antipatia com que este era olhado na Bahia. Os portugueses, com uma negligência difícil de compreender e impossível de ser desculpada, nunca se preocuparam em destruir ou lançar ao mar as cartas confidenciais e despachos quando os seus navios corriam o perigo de ser abordados e aprisionados¹².

A armada do conde de Torre alcançou a Bahia em começos de 1639, ali permanecendo em expectativa quase um ano. Uma de suas providências foi escrever a Salvador, no Rio, dando-lhe ordens para enviar à armada todos os homens e suprimentos que fosse possível. Deve o leitor lembrar-se de que o solo fértil do Recôncavo estava quase exclusivamente aproveitado pelas plantações de cana-de-açúcar e de que a Bahia, no que se refere a

¹² Há farta documentação a respeito da expedição do conde da Torre e das ações navais havidas em janeiro de 1640 na altura de Itamaracá. Afora as fontes secundárias usualmente utilizadas, como Barlaeus, Varnhagen, Fernández Duro, Watjen etc., vali-me muito particularmente de três volumes de manuscritos em que o próprio conde da Torre fez o relato da expedição. Catalogados em Maggs Bros., *Bibliotheca brasiliensis* (1930), págs. 340-6, acham-se agora no Ministério do Exterior, Itamarati, do Rio de Janeiro, onde me foi possível consultá-los graças à amabilidade do ministro Joaquim de Sousa Leão. O melhor estudo sobre a campanha é o de J. C. M. Warnsinck, “Een mislukte aanslag op Nederlandsch Brazilië, 1639-40”, em *De Gids*, págs. 1-35 (Haia, 1940). Cf. ainda Alfredo de Carvalho, “Cartas nassovianas”, traduzidas dos manuscritos originais e dadas a estampa na *Rev. Inst. Arch. Geogr. Pernamb.*, X (1902); José Hygino Pereira, “Batalha naval de 1640”, em *Revista trimensal*, LVIII, págs. 1-58. São também de grande valor os despachos do príncipe Maurício, publicados em *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, págs. 515-29, pela cópia existente no Archief Van Hilten. Do lado espanhol, o assunto é tratado nas “Cartas de algunos Padres de la Compañía de Jesús...”, publicadas em *Mem. Hist. esp.*, XIII-XV.

outros gêneros essenciais, como a carne e a farinha de trigo, estava largamente dependente da importação. A chegada de uma expedição de tão vastas proporções, e a contratação de reforços na capital, deram naturalmente lugar a uma crise alimentar que tornou a necessidade de importação de gêneros mais aguda do que nunca.

Uma das fontes principais de abastecimento do Rio de Janeiro eram as chamadas *capitanias de baixo*. Durante a guerra holandesa, os habitantes dessa região sulina eram constantemente importunados com pedidos de mantimentos, e, via de regra, atendiam de bom grado a esses pedidos. O transporte de quantidades muito grandes de suprimentos da área de São Paulo era dificultado pelo mau estado das trilhas que transpunham a serra, descendo do planalto; mas Salvador tinha ordens de Lisboa e da Bahia para fazer tudo que lhe fosse possível¹³.

Em resposta aos pedidos urgentes de assistência feitos por Torre, Salvador fez o que pôde para arranjar homens e suprimentos, tanto no Rio de Janeiro como nas *capitanias de baixo*, que, até certo ponto, parece que estavam sob sua jurisdição. Longa missiva endereçada por ele ao conde de Torre em fins de abril de 1639, dá-nos a conhecer o que ia conseguindo nesse terreno e bem assim dos embaraços que lhe antepunham os belicosos habitantes de São Paulo. Contava ele ao conde que havia procedido a um recrutamento intensivo naquela região sulina, oferecendo a todos os que se apresentassem como voluntários para servir em Pernambuco três substanciais adiantamentos de soldo, dois por conta da coroa e um de sua própria algibeira. Dava parte também de haver engordado os cofres do tesouro local graças a um novo imposto sobre os vinhos, coisa que nenhum de seus antecessores se animara a fazer. Com esses recursos adicionais, tinha sido capaz de pagar à guarnição da cidade e aos voluntários, e bem assim de melhorar as fortificações, não hesitando em fazer adiantamentos de seu bolso, para chegar àqueles fins. A falsa

13 Uma "consulta" do Conselho da Fazenda, de Lisboa, datada de 30 de março de 1638, refere-se a quanto era de desejar que Salvador arrebanhasse tanto suprimento quanto pudesse das capitanias do sul, a fim de abastecer a Bahia e o norte "... húa prevenção de muitas farinhas e carnes das capitanias do Rio de Janeiro, São Vicente e São Paulo, por serem fertilíssimas de farinhas, asy de trigo, como de mandioca, e de toda a criação de vacas e porcos..." Cf. Norton, *Dinastia dos Sds*, págs. 168-70.

modéstia nunca esteve entre os seus defeitos, e tampouco corava ele de deixar claro o mérito a que fazia jus pelo seu desinteresse¹⁴.

Como resultado de seus esforços, em abril de 1639 já havia reunido uma força mista de 428 soldados, 375 marinheiros, 30 cavaleiros e 37 barcos de guerra. Acentuava a dificuldade que havia em recrutar homens nas *capitanias de baixo*, cujos habitantes se apegavam ao mais fútil pretexto para fugir ao cumprimento das ordens da coroa se esta não os forçasse a obedecer. Por essa razão, enviou ele uma cópia do seu título de comissionamento ao conde da Torre, pedindo-lhe que o substituísse por outro, vazado em termos enérgicos e mais categóricos, de modo que os paulistas não encontrassem brecha para evasivas. Torre agradeceu e, à guisa de novo incentivo aos paulistas caçadores de índios, prometeu perdoar a todos que quisessem se alistar para prestar serviço contra os holandeses¹⁵. A jurisdição de Salvador sobre as capitanias do sul foi posteriormente reforçada pelo sucessor do conde da Torre, o vice-rei marquês de Montalvão, em 9 de março de 1641. Em seu despacho de abril de 1639, manifestava Salvador a esperança de conseguir enviar do distrito do Rio um reforço de 250 homens, entre brancos e índios. Baixou ainda ordens terminantes para que ninguém sabsse de São Paulo para a caça de índios ou com destino às minas do interior, durante todo o tempo que durasse a guerra contra os flamengos. Havia, segundo ele, cerca de 900 homens em expedições pelo sertão, sendo de parecer que eles estariam muito melhor empregados combatendo os hereges em Pernambuco do que "profanando as missões onde só iam à caça de índios"¹⁶.

A ordem de não se organizarem bandeiras enquanto perdurasse o conflito com os holandeses foi naturalmente burlada pelos paulistas, mas os esforços no sentido de conseguir homens e suprimentos parece que foram bem sucedidos. Relatórios de holandeses, dignos de fé, consignam a chegada, em setembro de 1639, livres de acidentes, de dezesseis navios com 1.200 soldados, vindos do Rio de Janeiro, juntamente com grande quantidade de carne

¹⁴ É suficiente acrescentar que Torre estava plenamente satisfeito com os seus esforços, elogiando ainda o seu "buen celo y atención al servicio de S. Magestad". Documento datado de 9 de agosto de 1638, existente no Itamarati, Torre, cód. 1.

¹⁵ Silva Lisboa, *Annaes*, II, págs. 26-8, 40-4.

¹⁶ Este pormenor é extraído do despacho de Salvador a Torre com data de 20-24 de abril de 1639 (Torre, cód. I, no Itamarati); e do *Registro Geral*, II, págs. 70-132.

e farinha de trigo para as forças expedicionárias de Torre. A isso deve-se acrescentar que boa remessa de mantimentos chegou também de Buenos Aires, cujo governador, D. Mendo de la Cueva y Benavides, era contraparente de Salvador, a informação a respeito constando do despacho de Torre datado de abril de 1639¹⁷.

A despeito das perdas, por doenças ou deserções, ocorridas durante os dez meses de permanência na Bahia, a armada do conde da Torre, com os reforços recebidos do Rio de Janeiro, Buenos Aires e Açores, ao chegar a Pernambuco em 19 de novembro de 1639, alcançava um total de 86 navios, transportando cerca de 10.000 homens. Em consequência de uma rara coincidência de ventos e marés, não pôde Torre efetuar o desembarque nas proximidades de Recife, e, a 12 de janeiro de 1640, viu-se forçado a entrar em ação ao largo da ilha de Itamaracá por uma frota de navios holandeses, inferior à metade da que tinha sob seu comando. Quatro dias de combates pouco decisivos e não muito sangrentos foram o bastante para levar Torre a desistir do projeto de atacar Pernambuco. Depois de deixar em terra, perto do Cabo de São Roque, cerca de 2.500 homens, sob o comando de Luís Barbalho Bezerra, ele próprio lançou mão de um iate, seguindo para a Bahia. A armada, abandonada à sua sorte, em sua maior parte se dispersou, rumando para as Antilhas espanholas, onde ela chegou em miseráveis condições e viu perderem-se ou despedaçaram-se muitos navios. Barbalho e seus comandados empreenderam então uma jornada memorável através do território baiano em poder dos holandeses, proeza que tem sido comparada muitas vezes com a *Retirada dos Dez Mil*, descrita por Xenofonte¹⁸; mas, fora disso, a expedição do conde da Torre redundou em completo fiasco. Esse desastre foi tanto mais funesto para a Espanha quanto só poucos meses haviam se passado depois da destruição, em Downs (a 20 de outubro de 1639), de outra armada, ainda mais formidável, pelo almirante Tromp, coincidindo com a revolta de Catalunha. Antes de discutir a repercus-

17 Cf., as fontes holandesas citadas por Warnsinck em "Een mislukte Aanslag", págs. 17-19. Para o contingente paulista à expedição do conde da Torre, cf. Taunay, *História das Bandeiras*, III, págs. 231-304; J. P. Leite Cordeiro, *São Paulo e a invasão holandesa no Brasil* (São Paulo, 1949); e a notícia sobre este livro publicada por Alfredo Ellis Jr. na *Revista de história*, I, págs. 115-18 (São Paulo, 1950).

18 Descrição pormenorizada do feito pode ser procurada em Southey, Varnhagen e outros clássicos.

são desses acontecimentos em Portugal, convém que nos voltemos para a situação então reinante no Rio de Janeiro e São Paulo, onde o problema da *liberdade dos índios* punha à prova todos os meios usados por Salvador para conseguir a conciliação.

Tratava-se de um velho problema, algumas considerações a respeito se fazendo necessárias para uma explanação dos acontecimentos ocorridos nos anos de 1640 e 1641. Não é parca a bibliografia do assunto, dele havendo se ocupado, sob diversos pontos de vista, muitos escritores competentes. A maioria dos autores eclesiásticos vêem nele uma luta entre as forças da treva, representadas pelos paulistas, e os “anjos da luz”, de que eram os missionários jesuítas a personificação¹⁹. Alguns autores, por mais clínicos, ou influenciados por preconceitos anticlericais, encaram-no, antes de tudo, como uma sórdida disputa entre dois grupos rivais, potencialmente interessados em explorar o trabalho do índio, querendo cada qual manter os nativos debaixo de seu controle, sem a interferência da parte contrária²⁰. Um terceiro ponto de vista é o esposado pelo Dr. Jaime Cortesão, que classifica os paulistas como protagonistas da liberdade e da democracia, em conflito com o totalitarismo teocrático dos jesuítas; mas, apesar de toda a documentação, nova e interessante, por ele aduzida, é de duvidar que ele tenha conseguido convencer muitos leitores de que o procedimento dos paulistas em suas arremetidas contra as reduções jesuíticas era diferente, no fundo, do posto em prática pelos bandidos, cruéis caçadores de índios²¹. A meu ver, todas essas teorias representam uma simplificação exagerada

¹⁹ O ponto de vista dos jesuítas acha-se expresso em diversos trabalhos, tais como: em *Revista trimestral, primeiro congresso, tomo especial*, IV, págs. 1-164 (Rio de Janeiro, 1927); Serafim Leite, *História*, particularmente o vol. VI, págs. 245-49, 268-70, 320-54; além de vários trabalhos de Pastells e Hernández. A estes convém acrescentar: Cunninghame-Graham, *A Vanished Arcadia*; Métraux, em *Handbook of South-American Indians*, V, págs. 645-53, onde há uma discussão da missão dos jesuítas; Warren, *Paraguay*, págs. 91-6; Lugon, *La république communiste chrétienne des Guaranis*, onde se contém relatos não-jesuíticos, mas simpáticos à sua causa.

²⁰ É este, na essência, o ponto de vista de João Francisco Lisboa na sua *Vida do Padre Antônio Vieira* (ed. de São Paulo, 1943), *Obras completas*; e, em menor grau, de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão Pará*.

²¹ Cortesão, “Introdução à história das bandeiras”, em *O Estado de S. Paulo*. É ilustrativa a sua descrição da destruição, em 1629, das missões de Santo Antônio, São Miguel e Jesus Maria, por Antônio Raposo Tavares, e bem assim a “libertação da região dos Campos Gerais”. Desde 1944 a palavra libertação tem sido usada com os mais diferentes sentidos; mas a sua aplicação à destruição de missões-desarmadas e inofensivas atinge seguramente os últimos limites do sanguinarismo.

do que era (com toda probabilidade) um problema insolúvel pelos meios pacíficos, dadas as circunstâncias de tempo e lugar.

Ao iniciar-se a expansão européia além dos mares, nos dias de Henrique, o Navegador, o homem branco, nos trópicos, seja porque não pudesse, ou não quisesse, entregar-se a trabalhos pesados, a agricultura inclusive, sempre fez tudo para evitá-los, mesmo em se tratando dos que haviam sido bons trabalhadores ou camponeses na mãe-pátria. Não cabe discutir com minúcia, as razões dessa atitude; mas quem quer que reflita sobre a história social econômica das colônias portuguesas, espanholas, holandesas, francesas, ou inglesas, durante os séculos XV a XIX, dificilmente se sentirá inclinado a contestar a verdade contida naquele asserto, quaisquer que tenham sido as exceções, sem importância e pouco numerosas. Essa má vontade (ou inabilidade) crônica, que dir-se-ia inerente a todos os imigrantes europeus, agravou-se no caso dos portugueses e espanhóis por culpa daquilo que os últimos chamavam de *afán de nobleza*, ou mania de se fazer passar por fidalgo²². Esses dois povos tinham também o arraigado preconceito de que todo trabalho manual era deprimente em vez de ser uma ocupação nobilitante. As modernas idéias sobre a “dignidade do trabalho” seriam incompreensíveis para os que neles constituíam a maioria, convindo acrescentar que não se acham mais difundidas entre os seus descendentes²³.

Em face dessa atitude, era inevitável que em qualquer parte dos trópicos em que o homem branco fosse exercer o comércio ou se estabelecer, ele olharia os outros, fossem quem fossem, como “burros de carga” a seu serviço. Em se tratando dos portugueses e seus sucessores no Oriente, os ajustes (ou desajustes), de modo geral não foram demasiado tirânicos, visto que nos populosos impérios da Ásia abundavam os braços para o trabalho, quase

²² Cf. os exemplos aduzidos por Herrero García em *Ideas de los españoles*, págs. 50-5, 84-91. Seria fácil fazer o paralelo entre essas citações e as analogamente aplicáveis aos portugueses, colhendo-as nos trabalhos de viajantes da época, como Linschoten, Pyrard de Laval, Mocquet, Pietro della Valle, Nicolao Manucci e outros. Sobre o assunto, adotam opinião idêntica muitos de seus próprios conterrâneos, como Diogo do Couto, Manuel Severim de Faria e Duarte Ribeiro de Macedo.

²³ “Los españoles en las Indias no aran ni cavan como en España, antes tienen por presunción no servir en las Indias, donde se tratan como caballeros ó hidalgos”, Ordóñez de Ceballos, *Viaje del mundo*, em Herrero García, *Ideas de los españoles*, pág. 55. Cf. também as notas de R. Altamira, *Historia de España* (Barcelona, 1928), III, págs. 192-5, 492-7 (1928); as de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, págs. 12 e 13; e as de Calmon, *História do Brasil, 1500-1800*, I, págs. 21-31.

sempre a baixo custo e não raro dos mais peritos. Escravos poder-se-iam obter também na África, onde o cativo era, em muitas zonas, uma instituição venerável, como também o era, em menor grau, em certas partes da Ásia²⁴. Na América as condições eram completamente diferentes, de modo que as populações indígenas sofreram terrivelmente, como era inevitável, nas mãos dos conquistadores, à semelhança do que aconteceu, por outra ordem de razões, com os peles-vermelhas do norte, em mãos dos anglosaxões. Mas em parte alguma o problema se apresentava mais agudo do que no Brasil, onde selvagens inteiramente nus, ainda na idade da pedra, se defrontavam com os colonos e lavradores europeus, decididos a se assenhorear do trabalho dos nativos, por meios brandos ou à viva força²⁵. De conformidade com o exemplo espanhol advogado a princípio (mas de que mais tarde enfaticamente se retratou) pelo grande Las Casas, no Brasil, desde os primeiros tempos importaram-se escravos negros do oeste da África; mas, sendo o seu preço relativamente alto, só os proprietários mais ricos podiam adquiri-los. Isso significa que no tempo de que nos estamos ocupando, eram eles encontrados principalmente nas capitânicas mais prósperas, que eram Bahia e Pernambuco, como também, em menor escala, no Rio de Janeiro, enquanto que, pelo contrário, eram relativamente pouco numerosos nas capitânicas de São Paulo, Maranhão e Pará, sabidamente mais pobres. Acresce que os primeiros colonos tinham necessidade dos índios para guiá-los nas florestas e ao longo dos rios. Deles também se utilizavam para derrubar a mata e carregar água, sem falar no serviço que prestavam na obtenção do alimento diário, como caçadores e pescadores. Essas ocupações não podiam, via de regra, ser confiadas aos negros escravos, não só porque os africanos eram demasiado medrosos para se aventurarem na floresta americana, desconhecida deles, como também porque eram bastante malandros para se aproveitarem da oportunidade para conquistar a liberdade e tentar a sorte junto às tribos dos Tupi antropófagos.

Os índios nômades da floresta brasileira não estavam preparados, nem mentalmente, nem pelo estado de cultura, para suportar uma vida de labuta diária, ao simples aceno ou chamado

²⁴ Cf. *Fidalgos in the Far East, 1550-1770*, págs. 222-41 (Haia, 1948), por mim publicado.

²⁵ Marchant, *From Barter to Slavery*, que discute pormenorizadamente a matéria.

de outrem. Embora os selvagens trabalhassem às vezes dias inteiros em tarefas exaustivas, como a derrubada do pau-brasil, em troca de alguma bugiganga ou instrumento de ferro, este sistema de serviço ocasional, à base de barganha, não podia garantir o suprimento de trabalhadores, tanto no campo, como no ambiente doméstico, que os colonos estavam convencidos de que necessitavam. Daí, no espírito dos colonizadores, ter nascido muito em breve a conclusão de que a única solução prática era o trabalho compulsório, ou seja o cativeiro dos nativos.

Disso se segue, logicamente, que para dispor de uma fonte permanente de trabalhadores com que contar, era de toda necessidade persuadir ou forçar os índios a abandonar a sua vida errante, congregando-os em núcleos ou aldeias, pouco distantes dos colonos brancos. Os índios, na sua maioria, sofreram amargamente com isso, embora alguns, que se sentiam ameaçados de extinção pelas tribos hostis da vizinhança, tivessem aceitado, contentes, a proteção dos brancos, para salvar a vida. Mais ainda, mormente em São Paulo, não pequeno número de Tupi veio instalar-se voluntariamente na proximidade dos colonos, mesclando-se indiferentemente com eles e com os índios escravizados. Isso só, como observa Cortesão, é o suficiente para mostrar que os bandeirantes, uma vez de volta a São Paulo, não podiam maltratar os seus cativos, qualquer que tivesse sido o seu comportamento durante as expedições. Deve ser aqui acentuado que os Tupi constituíam habitualmente a maioria na formação das entradas dos paulistas caçadores de índios. Assim, numa bandeira de quatro mil homens, menos de mil eram brancos ou mestiços, sendo os restantes Tupi ²⁶.

A idéia de juntar os índios em aldeias localizadas na vizinhança dos colonos teve o apoio tanto dos leigos como dos jesuítas, embora não fossem idênticos os motivos de uns e de outros. Os primeiros queriam ter à mão uma fonte adequada de braços para o trabalho, ao passo que os últimos desejavam ter selvagens perto de si, para poder mais facilmente educá-los e incutir-lhes a fé. A coroa, ao que parece, participava das mesmas idéias, tanto assim que as instruções dadas em 1548 por D. João III a Tomé de Sousa aconselhavam agrupar os índios "perto dos estabelecimentos das ditas capitânicas, a fim de que eles estivessem em contato com cristãos, e não com pagãos". A organização e a

²⁶ J. Cortesão, em *O Estado de S. Paulo*, e Sérgio B. de Holanda, "Índios e mamelucos na expansão paulista".

administração das *aldeias de el-rei*, ou sejam as missões da coroa, eram, na prática, confiadas sempre aos jesuítas, os quais exerciam assim um controle, tanto espiritual como secular, sobre os que estavam sob seu cargo, coisa contra a qual objetavam, não raro, os conselhos municipais. Muito cedo perceberam os jesuítas que havia erro em localizar as aldeias na vizinhança imediata dos moradores brancos, que corrompiam as índias e tiravam geralmente partido de sua situação privilegiada *vis-à-vis* dos selvagens. Por esse motivo os missionários faziam tudo para manter os aldeamentos tão longe quanto possível do contato com os brancos. Nunca, porém, conseguiram chegar a construir um estado teocrático dentro do Estado, à semelhança do que empreenderam, com êxito, nas reduções do Paraguai. Entre os jesuítas e os colonos havia constantes atritos no tocante à localização das aldeias, à jurisdição das quais estavam estes subordinados, e ao direito que tinham os colonos de exigir dos aldeamentos braços para o trabalho²⁷. Nisso nada há que surpreenda, a antipatia que muitos (mas não todos) colonos tinham pelos jesuítas decorrendo das mesmas razões pelas quais os pastores protestantes ingleses, dois anos mais tarde, ficaram odiados nas Antilhas pelos lavradores, e no sul da África pelos bôeres, quando, lá e aqui, intervieram em favor dos negros. Ao leitor não será difícil fazer outros paralelos históricos semelhantes. Os portugueses, seguindo o exemplo de Carlos V, tinham-se declarado protetores dos índios, promulgando muitas leis com o fim de evitar que eles fossem maltratados, e de definir as condições em que os seus serviços podiam ser aproveitados pelos colonos. Em face dos protestos lançados pelos últimos, a corte nem sempre foi muito coerente na esclarecida atitude que assumira, esbarrando às vezes em pontos de difícil solução, como seja a legitimidade das expedições à caça de escravos, como uma “guerra justa” contra os canibais. Não obstante, tudo levado em conta, é de justiça reconhecer que ela apoiava os jesuítas em seus esforços para proteger os indígenas, acabando por conferir à Companhia, em 1600, o controle efetivo de suas aldeias, comprometendo-se ela a acertar com os colonos as condições sob as quais os índios das missões lhes prestariam serviços.

²⁷ Cf. Serafim Leite, *História da Comp. de Jesus no Brasil*, VI, págs. 227-43. Para o ponto de vista dos colonos veja-se o artigo de Cortesão em *O Estado de S. Paulo* — “Aldeamento e bandeirismo”; Vivaldo Coaracy, *O Rio de Janeiro no século XVII*, págs. 89-92; Zenha, *Município no Brasil*, pág. 140-64.

Já vimos que Salvador era francamente adepto do ponto de vista dos jesuítas com relação à “liberdade dos índios”, em contraposição à maioria dos paulistas — digo “maioria” porque mesmo em São Paulo possuíam os jesuítas alguns amigos que participavam de sua opinião sobre o assunto. Assumindo essa posição, estava ele continuando a tradição da família, como ressalta dó seguinte atestado assinado em 1630 por seu pai, Martim de Sá. Está claro que o preador de índios da época de Anthony Knivet, com a velhice, tinha mudado de opinião.

Certifico que os Reverendos Padres da Companhia de Jesus, desta Repartição do Sul, têm a seu cargo a doutrina dos índios nas Aldeias das Capitanias da dita Repartição, em cuja administração procedem com grande fervor e zelo do serviço de Deus e redução dos ditos Índios, doutrinando-os e instruindo-os em nossa santa fé, com grande cuidado e aproveitamento dos ditos índios, e fazendo em tudo maravilhosos progressos, tratando do culto divino com muito exemplo, e construindo para eles igrejas mui grandes e espaçosas, nas quais se administram os ofícios divinos com a devida decência, ensinando-lhes para este efeito, a ler, escrever, contar e tocar alguns instrumentos musicais. E não somente tratam de sua salvação, mas também os curam em suas enfermidades, acudindo-os em suas necessidades, fazendo com eles ofício de pais, pelo que são tidos e reputados como tais pelos ditos índios. E, outrossim, fazem-nos muito obedientes e prontos para o serviço de Sua Majestade nas ocasiões que se oferecem, o que assim certifico pelo hábito de Cristo, que recebi, de que mandei passar a presente por mim assinada e selada com o selo de minhas armas. Rio de Janeiro, vinte de abril de mil e seiscentos e trinta anos. E assim mais, certifico que aos ditos índios, que os Reverendos Padres têm a seu cargo, lhes paguem os serviços, que lhes fazem, tão bem ou melhor que as mais pessoas brancas a quem servem. Martim de Sá²⁸.

⌘
Pode-se ver qual era a posição do próprio Salvador através de uma declaração por ele feita anos depois ao Conselho Ultramarino, em Lisboa, a respeito da entrega do controle dos aldeamentos de índios às autoridades seculares:

Sou testemunha de vista, que em São Paulo, e no Rio de Janeiro, onde fui durante muitos anos governador, quise-

²⁸ Serafim Leite, *História*, VI, págs. 236-7, do original pertencente aos arquivos jesuíticos, em Roma.

ram as câmaras ter jurisdição secular nas aldeias, pondo capitães por ela nomeados; e havendo na aldeia de *Marueri* 1.000 casais, na de *S. Miguel* 700, na de *Pinheiros*, 300 e na de *Guarulhos* mais de 800, quando os padres da Companhia as largaram, daí a alguns anos, tornando a São Paulo, achei a de *Marueri* com 20 casais, a de *S. Miguel* com 80, a de *Pinheiros* com 30 e a de *Guarulhos* com 70²⁹.

Salvador era também de opinião que somente os jesuítas e os frades capuchinhos eram qualificados para ter a seu cargo o trabalho de evangelizar e civilizar os índios, pois as outras ordens religiosas não possuíam nível de comportamento suficientemente elevado para receber tal atribuição.

Todos esses pormenores, além de outras manifestações favoráveis ao sistema adotado pelos jesuítas nas missões, que seria fácil acrescentar³⁰, mostram-nos apenas um lado da questão. Cumprenos olhar também as sombras e não somente a face luminosa desse quadro de arcádica felicidade. A atitude adotada pelos jesuítas no desempenho de seus encargos era, na verdade, paternal; mas era a atitude de um pai em relação ao filho descuidado, que não lhe desse a esperança de que seria gente um dia. Aos neófitos nunca se ensinava a enxergar com os próprios olhos, senão pelo contrário, a obedecer em tudo, cegamente, as ordens e conselhos de seus pais espirituais. Uma vez homens, nenhuma oportunidade achavam de se libertar das coisas infantis. Tornavam-se assim incapazes de ocupar um lugar na sociedade civilizada que se formava lentamente em torno deles. O sistema jesuítico de educação era, no começo, admiravelmente próprio para tornar os índios sadios e felizes; mas não acompanhava os progressos realizados na Europa não-católica, de vez que os padres evitavam ensinar aos seus convertidos qualquer coisa que neles pudesse despertar inquietação intelectual. Como escreveu Humboldt por volta de 1810, os "índios se tornaram estúpidos pelo afã de fazê-los obedientes". Talvez fosse mais apropriado dizer que eram incapazes de empreender qualquer coisa, do que aplicar-lhes o qualificativo de estúpidos; mas, fosse como fosse, o sistema jesuítico estiolava completamente

²⁹ S. Leite, *op. cit.*, VI, págs. 239-40. Isso não significa necessariamente que os índios tenham morrido, visto que muitos deles podem ter-se retirado voluntariamente para alguma parte, depois da partida dos jesuítas, em 1640.

³⁰ Lugon, *La république communiste chrétienne des Guaraniés, 1610-1768*, onde há referência a várias.

o espírito de iniciativa e o desenvolvimento da personalidade³¹. Aliás, a “liberdade natural” advogada pelos jesuítas era mais que relativa. Eles partilhavam da teoria de Aristóteles, segundo a qual certas raças eram naturalmente inferiores e estavam destinadas a assim permanecer. Nunca admitiram que um único sequer dos Guarani convertidos nas florescentes reduções do Paraguai recebesse ordens, muito embora tenham muitas vezes exaltado a sua exemplar obediência e suas virtudes cristãs. Os jesuítas foram admiravelmente pacientes, estóicos e incansáveis em seu desejo de “domesticação” os ameríndios; mas seu objetivo último era a domesticação, e não a liberdade, no moderno sentido do termo.

O leitor deve lembrar-se de que o Padre Ruiz de Montoya tocou no Rio de Janeiro em 1638, quando de viagem para Madri, a fim de solicitar da coroa os meios necessários para livrar as restantes reduções de Guairá e do Alto Uruguai de serem arrasadas pelas incursões dos paulistas. Havia ele sido precedido pelo seu colega, o padre Francisco Diaz Taño, que saiu do Paraguai com objetivo de obter em Roma a intervenção pessoal do papa. Tão convincentes foram as denúncias feitas pelos dois padres sobre as devastações praticadas pelos paulistas, que tanto o papa como o rei se decidiram a tomar uma medida drástica.

Filipe IV nomeou uma junta de cinco conselheiros para estudar o assunto, tendo entre os membros o famoso jurista Juan de Solórzano Pereira e Juan de Palafox, futuro bispo de Puebla e um dos mais célebres adversários dos jesuítas nos anos que se seguiram. Três dos outros conselheiros eram portugueses, entre eles o bispo do Porto. Como resultado de suas sugestões, baixou o rei várias ordens (*cédulas*), reafirmando, em termos mais enérgicos do que nunca, a liberdade dos ameríndios, e recomendando ao vice-rei do Peru e aos governadores do Paraguai e do Rio da Prata, a ele subordinados, que dessem ativa ajuda aos jesuítas das reduções na sua luta contra os ataques dos paulistas. Mais que isso, todas as pessoas que mantivessem índios em cativeiro eram obrigadas a dar-lhes imediatamente liberdade; e aquelas que futuramente os escravizassem estavam sujeitas a serem punidas pela Inquisição, e a verem seus bens confiscados pela coroa

³¹ Cf. Haring, *Spanish Empire*, págs. 198-203, para a discussão do sistema usado nas missões e de seus resultados na América espanhola. Falando de modo geral, parece que nas reduções espanholas a interferência das autoridades locais não era tão freqüente (nem tão drástica) como a dos colonos portugueses nas aldeias jesuíticas do Brasil, onde a igreja e as ordens religiosas nunca tiveram tanta força como no Peru e no México.

— ameaça aliás inócua, visto que o Santo Ofício não possuía nenhuma filial no Brasil. Antônio Raposo Tavares e outros chefes predores de índios, inclusive os cúmplices e auxiliares que eles tinham no clero de São Paulo (um número incerto de clérigos, é claro), deviam ser deportados para a Europa, a fim de responder pelos seus crimes. No Brasil os espanhóis que colaborassem com os paulistas seriam desterrados para o Paraguai³².

Nos termos em que foi efetuada a união das duas coroas nas cortes de Tomar (1581), essas ordens reais não eram válidas em Portugal e seus territórios senão depois de terem sido vertidas para o português e endossadas pela chancelaria, em Lisboa, o que, neste caso, como noutra, acarretava considerável demora. Como os jesuítas tivessem muita pressa, o padre Diaz Taño, seu principal emissário, cometeu a imprudência de deixar Lisboa, viajando para a América sem esperar pelas versões portuguesas, oficialmente certificadas, desses decretos (juntamente com os endereçados às autoridades do Brasil) e levando apenas as *cédulas* espanholas relativas à sua confirmação. Taño trouxe também uma cópia do breve *Commissum nobis*, do Papa Urbano VIII, que fora promulgada como resultado das representações por ele feitas a Roma em abril de 1639, além de uma tradução portuguesa do dito, devidamente autenticada³³. Esse breve reafirmava a validade do breve do Papa Paulo III (1537) proclamando a liberdade dos ameríndios e proibindo categoricamente que fossem escravizados, fosse qual fosse o pretexto. Conquanto fosse aplicável, de modo geral, a todo o Novo Mundo, o breve em questão visava mais especificamente a área abrangida pelo Brasil, Paraguai e Rio da Prata. Além disso, o novo breve não somente proibia, sob pena de excomunhão, a escravização dos negros pelos leigos, como, por igual, ordenava a todos os eclesiásticos e sacerdotes que, valendo-se de seu prestígio e poder de persuasão, reprimissem essa condenada

³² Cf. a documentação publicada em *An. do Mus. Paulista*, XIII, págs. 388-99, 446-55; Pastells, *Historia de la Comp. de Jesús*, II, págs. 32-8; Taunay, *Hist. das Bandeiras*, II, págs. 272-85; S. Leite, *Hist. Comp. de Jesus no Brasil*, VI, pág. 32 e ss. Acrescente-se que os paulistas do século dezesseis, quando ameaçados pelas iras do Santo Ofício, haviam respondido, com zombaria, que acabariam liquidando-o com a ponta de suas setas.

³³ A tradução autenticada, feita na época do "breve" *Commissum nobis* foi publicada por S. Leite, na sua *História*, vol. VI, apêndice B, págs. 569-71. O texto original, latino, pode ser procurado em Paiva Manso, *Bullarium patronatus*, II, pág. 53. Embora o documento em questão fosse um "breve", ele é invariavelmente mencionado como "bula" em todos os documentos coevos que lhe dizem respeito, como se vê na supradita *História* de S. Leite. Por ocorrência, chamá-lo-ei sempre de "breve".

prática. Esta última cláusula tinha claramente em mira o clero de São Paulo, cujos membros, em sua maioria, eram hostis à posição assumida pelos jesuítas a favor da liberdade dos índios e não raro acompanhavam as expedições que lhes iam à caça, já como capelães, já como participantes ativos. Podemos acrescentar que um dos objetivos precípuos de Montoya em sua viagem à Europa foi obter permissão para dar armas de fogo aos índios e treiná-los no uso delas, de modo que eles, sob a direção dos jesuítas, pudessem se defender contra os paulistas, uma vez que as autoridades civis e militares tinham dado provas de má vontade ou de incapacidade para protegê-los. Essa requisição, sem precedentes, parece ter sido atendida, depois de alguma hesitação — provavelmente por ter Montoya feito ver que nada impediria que os paulistas alcançassem eventualmente Potosi, a menos que se pudesse oferecer-lhes uma oposição mais efetiva. A decisão em causa só foi tomada em maio de 1640; mas, como veremos, os padres do Paraguai já a elas se haviam antecipado, sem esperar a solicitada permissão³⁴.

Era intenção de Diaz Taño seguir diretamente para Buenos Aires; mas, na altura do estuário do Rio da Prata, ventos contrários forçaram-no, e aos trinta novos jesuítas que vinham para as missões sul-americanas, a arribar no Rio de Janeiro, onde chegaram a 15 de abril de 1640. Os jesuítas desembarcaram naquela mesma noite, sendo escoltados por Salvador, em pessoa, e uma guarda de honra pertencente à guarnição local, até o colégio, em verdadeira procissão iluminada por archotes, sob a salva da mosquetaria e ao estridor das trombetas. Desde que estavam coagidos a permanecer no Rio até outubro, à espera da estação favorável para seguir para Buenos Aires, Taño e seus colegas lembraram-se de que se devia aproveitar a oportunidade para dar publicidade ao breve papal trazido por aquele. A divulgação desse breve nas capitânicas do sul, à falta de um bispo residente, foi confiada ao coletor papal de Portugal, Alexandre Castracani, ao administrador eclesiástico do Rio de Janeiro, aos superiores jesuítas, aos vigários-gerais e, no interior, aos priores das ordens religiosas.

A 22 de abril reuniram-se os jesuítas no colégio do Morro do Castelo, com a presença de Salvador como único leigo, para

³⁴ Para uma prova de que os índios das missões foram armados antes de 1641, cf. *An. Mus. Paul.*, XIII (1949), págs. 341, 443-5, 455-6; Pastells, *História*, II, págs. 61, 70, 110; Taunay, *Bandeiras*, II, págs. 352-5.

discutir a conveniência de publicar o breve, antes que chegassem as ordens da coroa de Portugal para dar conhecimento dele às autoridades civis. Por maioria de votos, entre os quais o do administrador eclesiástico, Pedro Homem Albernás, decidiu-se dar publicidade ao breve nas capitânicas de Rio de Janeiro e São Vicente, sem aguardar as ordens complementares do rei, pois o teor das cédulas espanholas que Taño trouxe consigo deixava claro que aquelas ordens obedeciam à mesma linha. Parece que não se chegou a nenhuma conclusão ao discutir-se, ulteriormente, se a publicação deveria ser feita primeiramente no Rio de Janeiro, em São Paulo, ou em Santos³⁵.

No dia seguinte (23 de abril), Taño deu o breve a Pedro Homem Albernás, que novamente nenhuma objeção fez contra a sua imediata publicação. Cópias devidamente certificadas foram remetidas a São Paulo e Santos, para que as respectivas autoridades eclesiásticas fizessem a promulgação. Por alguma razão, que não foi declarada, o breve não foi publicado logo no Rio de Janeiro; mas a notícia de sua existência e finalidade tornaram-se rapidamente conhecidas de todos.

A 4 de maio de 1640, uma assembléa-geral das diferentes autoridades civis e eclesiásticas no Rio de Janeiro foi levada a tomar o problema em consideração. Os jesuítas foram excluídos da convocação, e bem assim Salvador; mas os carmelitas, os franciscanos e os beneditinos estiveram todos representados. Pedro Homem Albernás foi intimado a apresentar o breve para ser examinado pela assembléa, depois do que foi tomada a decisão de apelar do dito, solicitando um prazo para sua execução, com base na lei³⁶. As autoridades judiciais não se pronunciaram a respeito da decisão, esperando, evidentemente, que a simples ameaça de uma ação legal levasse os jesuítas a cessar a pressão

³⁵ Meu relato dos acontecimentos desenrolados no Rio em maio e junho de 1640 é extraído da carta do padre visitador Pedro de Moura, datada de 25 de junho de 1640 e publicada por S. Leite em sua *História*, vol. VI, págs. 33-9 e da "Resposta" de Francisco Carneiro, que consta das págs. 572-88. Cf. também a carta do padre Simão Mendes (Rio de Janeiro, 15 de junho de 1640) que era do partido de Taño, conforme se acha impressa em *Mem. hist. esp.*, XIX, págs. 234-43.

³⁶ Pedro Homem Albernás, vigário-geral da diocese do Rio de Janeiro, serviu como administrador eclesiástico em 1630-2 e novamente em 1637-44. Não posso encontrar confirmação da asserção de Coaracy (*Rio de Janeiro no século XVII*, pág. 92) que Salvador mais tarde se tenha tornado jesuíta, e se ele era um bom irmão da ordem, não teve sempre a coragem de sustentar suas convicções, como podemos ver claramente de sua conduta em 1640.

em favor da publicação do breve. Isso só seria o bastante para fazer com que ninguém mais por ele se interessasse. De seu lado, os jesuítas resolveram não se comprometer, desde que o breve havia sido promulgado pelo papa por instância deles, como o único meio (segundo sua opinião) de salvar da perdição milhares de almas. Por isso, no sábado 20 de maio, foi ele lido do púlpito da igreja do colégio, embora a sua publicação em Santos, uma semana antes, tivesse dado lugar a um motim, que quase custou a vida aos jesuítas daquela cidade.

Assim que a notícia da publicação do breve chegou ao Rio de Janeiro, o povo tomou-se de raiva, indo em multidão à casa de Pedro Homem Albernás, para indagar as razões pelas quais havia ele autorizado os jesuítas a publicar o breve, sabendo que as autoridades civis estavam dispostas a pedir adiamento da execução, de acordo com as leis. O administrador eclesiástico, que em todo esse episódio deu provas de que não era da têmpera de que são feitos os mártires, censurou os jesuítas pela publicação prematura do breve, dizendo ao povo que seria melhor ir diretamente ao Colégio, caso desejasse explicação ou explanação mais completas. A multidão dirigiu-se então para o colégio dos jesuítas, arrombando a machado as portas, que estavam fechadas, e invadindo em tumulto o edifício aos brados de “mata, mata, bota fora, bota fora da terra, Padres da Companhia”³⁷. As duas partes trocaram palavras ásperas, constando que um dos jesuítas dissera ao povo que devia antes sentir-se agradecido pelo breve, visto que ele dava a liberdade às suas mulheres, esposas e mães, numa cáustica e não muito hábil alusão à larga quota de sangue índio existente nas veias dos agressores enfurecidos³⁸.

Não é de duvidar que alguns jesuítas, pelo menos teriam sido linchados pela multidão, não fosse a oportuna chegada de Salvador com os seus guarda-costas. Achava-se ele no leito, com febre, quando estourou o motim; mas, fraco como estava, por ter sido sangrado sete ou oito vezes, percebendo a gravidade da situação, tinha-se feito transportar para o colégio, numa rede. Salvador impediu que a multidão levasse a efeito as suas ameaças contra os jesuítas; mas os amotinados recusaram-se a sair enquanto o padre superior não assumisse, por escrito, o compro-

³⁷ De acordo, textualmente, com S. Leite, em *História*, VI, pág. 374.

³⁸ Sustentavam os jesuítas que o padre só fizera uso dessas palavras em conversa com alguns amigos, poucos dias depois. De qualquer maneira era uma boa direta, porque o fruto seguiu a matriz, como no caso dos filhos da mulher escrava, tanto na lei como na prática geral.

missão de não publicar de novo o breve, no futuro, e não persegui-los depois, por causa do seu iracundo comportamento³⁰.

No dia seguinte (21 de maio), Salvador convocou uma reunião para ver se era possível chegar a uma solução de compromisso. Os jesuítas estavam ali representados por Francisco Diaz Taño e Pedro de Moura, vigário-geral do Brasil, que aconteceu achar-se no Rio naquela ocasião. Pedro Homem Albernás estava presente, como também os priores dos carmelitas, dos franciscanos e dos beneditinos, em pessoa, ou através de seus representantes. A nobreza, a gente de posição, os lavradores e os cidadãos do Rio de Janeiro e seus arredores, todos estavam ali representados, além do conselho municipal e dos funcionários do governo local. Sustentaram a princípio os jesuítas que não tinham opção a fazer no tocante à publicação do breve, ao depois do que o administrador eclesiástico, como de praxe, convidou-os a declarar que a promulgação do dia anterior era nula e sem efeito. Com a mediação de Salvador, discutiram-se os meios e modos de evitar a execução do breve. Os padres foram de opinião que só havia dois caminhos para consegui-lo, apelar ao Papa pelos canais competentes, ou pleitear a suspensão da execução, por meio de um tribunal. A assembléia decidiu-se pela segunda alternativa e acabou-se chegando a uma reconciliação, superficial, entre as duas partes. Os cabeças da revolta havida dias antes pediram perdão de suas faltas ao padre visitador, que, escreveu ele, “fiz *in quantum potui*”. O Padre Moura garantiu aos seus superiores em Roma, que a verdadeira intenção da maioria dos que haviam estado presentes era matar os jesuítas e o administrador eclesiástico, caso não recuassem, e também o próprio Salvador, caso os apoiasse. Informou ainda que Salvador fora prevenido da conspiração, e conseguiu frustrá-la fazendo estacionar em frente do portão do colégio dos jesuítas, onde se fez a reunião, quinhentos soldados, prontos a entrar em ação ao primeiro sinal.

A reunião de 21 de maio não chegou a nenhum resultado concludente, pois nenhuma das duas partes tinha confiança na outra, ambas estando dispostas a travar batalha decisiva em Lisboa, Madri e Roma. Os jesuítas tentaram fazer com que Pedro Homem Albernás autorizasse, de novo, a promulgação do breve, ao mesmo tempo que o conselho municipal fazia circular clandestinamente um extenso libelo difamatório (como foi chamado

³⁰ Um ou dois dias depois, Salvador fez castigar, com açoites, um dos líderes da rebelião. Cf. S. Leite, *História*, VI, págs. 577-8.

pelos padres) contra a Companhia, onde a publicação ostensiva do breve do papa vinha sobrecarregada de acusações sem importância contra os jesuítas do Brasil e seus atos⁴⁰. A essa altura, vários mamelucos, e outros tipos indesejáveis, começaram a se reunir na cidade, falando-se abertamente que o colégio seria novamente atacado e os seus moradores mortos ou expulsos. O administrador eclesiástico tomou-se de medo, e insistiu em que os jesuítas deviam encontrar os seus adversários mais do que a meio-caminho. Salvador parece ter sido quase o único sustentáculo valioso com que eles contavam em toda cidade; e mesmo o seu prestígio e autoridade de nada valiam contra as disposições cada vez mais ferozes dos lavradores, cidadãos e mamelucos, todos eles decididos a segurar os seus índios escravos, a despeito do papa, do rei e do governador. O populacho criticou acerbamente os jesuítas por possuírem mais de seiscentos escravos só em um colégio do Rio, mas os padres procuraram justificar-se alegando que os escravos “eram quase todos negros”⁴¹. Os jesuítas não ficaram atrás, estigmatizando os seus críticos como uma camada de “talmudistas”, que eram cristãos somente no nome, mas judeus na carne e no espírito. Passado um mês em reclamações e contra-reclamações, em torno de questões de *lana caprina*, os jesuítas, com relutância, resolveram render-se, de medo que lhes acontecesse o pior. Foi ainda com a mediação de Salvador que, a 22 de junho de 1640, assinou-se um acordo entre as partes.

Pelos termos desse acordo, os padres renunciaram à intenção de fazer aditamentos ao breve de 21 de abril de 1639. Concordearam em não tocar nos índios que estivessem prestando “serviços pessoais” a cidadãos ou a lavradores, fosse no domicílio, no campo, ou nos engenhos, comprometendo-se a fazer voltar aos seus donos todos os índios escravos que houvessem fugido de seus senhores e buscado asilo nas aldeias das missões. Reafirmaram formalmente o seu perdão aos amotinados de 20 de maio, declarando que nunca recorreriam a meios legais a propósito daquele caso. De seu lado, os cidadãos retiraram as queixas que tinham feito contra a Companhia, desistindo da resolução de expulsar os padres do Rio⁴².

⁴⁰ A réplica dos jesuítas a estas alegações acha-se impressa em S. Leite, *História*, VI, págs. 572-88.

⁴¹ Simão Mendes, carta de 15 de junho de 1640, em *Mem. hist. esp.*, XIX, 235 e segs.

⁴² *Revista trimensal*, III, págs. 113-18 (1841).

Enquanto esses acontecimentos se desenrolavam no Rio de Janeiro, cenas análogas aconteciam em São Paulo. Quando, a 13 de maio, um sábado, o vigário leu, em voz alta, o breve do papa Urbano, a revolta foi imediata. Mal terminara o serviço quando se ergueu a multidão, aos gritos de “fora com os padres da Companhia; mata, mata os padres da Companhia, que são a causa de tudo isso”. Os jesuítas entrincheiraram-se dentro de seu próprio convento, enquanto a multidão, do lado de fora, tentava arrombar-lhe as portas. Em uma de suas janelas apareceu então o superior, padre Jacinto de Carvalhais, tendo nas mãos a púxide, à vista da qual a multidão ajoelhou-se com devoção, mas continuando a bradar, não sem incongruência, “fora com os padres; matem os padres”. Foi debalde que o padre Carvalhais tentou apaziguá-la, perguntando aos amotinados se queriam desobedecer ao Papa, repreendendo-os por estarem se comportando pior do que se fossem ingleses hereges. Alguém, mais valente (ou mais ímpio) do que os demais, correu para pôr abaixo os portões, enquanto o vigário era arrastado para exigir de Carvalhais o breve ofensivo que ele havia recebido de suas mãos. Percebendo que a única alternativa era a de ser linchado pelo povo, o superior tirou-o da manga do hábito e jogou-o sobre a multidão. Os jesuítas não foram ainda expulsos nessa ocasião, mas a sua situação tornou-se muito difícil, particularmente depois que os carmelitas e os franciscanos advogaram abertamente a sua expulsão, e condenaram o breve papal, havido como inválido em face das circunstâncias⁴³.

Em São Paulo, que era o centro da indústria da caça ao índio e, como tal, a região mais diretamente atingida pelo breve, a reação foi, no começo, surpreendentemente — e decepcionantemente — moderada. Não se sabe, ao certo, a data em que o breve foi publicado ali, mas é provável que tenha sido, mais ou menos, a 20 de junho. Seja como for, ele não foi dado a publicidade pelos jesuítas do lugar, os quais, cientes da forte oposição com que seria recebido, tiveram a prudência de aguardar a chegada das ordens do rei para só então se abalancharem a fazê-lo. Houve

⁴³ Os acontecimentos de Santos foram narrados pelo padre Jacinto de Carvalhais em sua carta de 13-17 de maio de 1640, publicada por S. Leite em *História da Comp. de Jesus*, VI, págs. 416-21. A oposição dos frades aos jesuítas é acentuada na já citada carta do padre Simão Mendes (15 de junho de 1640) e confirmada por outras fontes.

muita grita após a sua publicação, acompanhada de ameaças contra os jesuítas; mas, nem as suas pessoas, nem o colégio foram molestados, havendo até quem lhes tomasse a defesa. Não obstante, a reação não se fez esperar muito ⁴⁴.

A 24 de junho os conselhos municipais de São Paulo e Rio de Janeiro reuniram-se nesta última localidade com o fim de discutir os passos que se poderiam dar para fazer frente ao breve. Após dois dias de acalorada discussão, ficou resolvido, por maioria de votos, expulsar os jesuítas da capitania de São Vicente, como sendo, em última instância, os responsáveis pelo breve, uma vez que as outras ordens religiosas jamais se preocuparam, um só momento, com a liberdade dos índios e tampouco protestaram contra as incursões predatórias dos paulistas ⁴⁵. A decisão foi facilitada (ou assim nos fazem crer os jesuítas) pela atitude da gente do Rio, que escreveu aos paulistas dizendo que se eles expulsassem os jesuítas de São Paulo, os habitantes do Rio seguiriam imediatamente o seu exemplo. Propalou-se também que se os padres fossem expulsos eles iriam fazer pressão sobre o Papa, para que cancelasse ou reduzisse o ofensivo breve, permitindo-lhes assim voltar e entrar no gozo de suas propriedades abandonadas. Finalmente, foi sugerido que se todos os jesuítas do sul do Brasil fossem banidos, o rei Filipe IV poderia ser facilmente aplacado mediante um donativo de 200.000 cruzados, proveniente de seus bens e propriedades, — colocando assim, por implicação, aquele monarca em pé de igualdade com Henrique VIII, de Inglaterra.

Recusaram-se os jesuítas a arredar pé espontaneamente, à vista do que foram intimados a se retirarem para junto de seus irmãos em Santos, os quais tinham sido expulsos mais ou menos na mesma ocasião. Todos os padres procuraram meios para só

⁴⁴ Para o acontecimento em São Paulo, cf. S. Leite, op. cit., VI, págs. 252-65; *Registro geral*, VII, págs. 188-202; Pedro Taques de Almeida Pais Leme, *Informação sobre as minas de São Paulo. A expulsão dos jesuítas do collegio de São Paulo*, org. por A. Taunay, págs. 171-213 (São Paulo, s.d.).

⁴⁵ Em sua carta de 15 de junho de 1640, enviada ao Rio de Janeiro, dizia Simão Mendes, S. J. que "Quien mas daño nos han hecho son los frailes del Cármen, que no han querido admitir la bula, por razón que se sirven de Indios, que de los dizimos de los que venían de nuestras reducciones los enviaban de San Pablo. Tampoco los de San Benito se acaban de declarar que allá viven como frailes y acá como mercadores" (em *Mem. hist. esp.*, XIX, pág. 236. Cf. também Serafim Leite, *História*, VI, págs. 262, 268, 270, 420, para prova da posição antijesuítica assumida pela maioria dos frades (não todos, contudo), e sua tolerância para com o cativoiro dos índios.

seguir para Santos após cinco dias de intervalo. Em certo momento parecia que o conselho municipal de Santos estava inclinado a seguir o exemplo do Rio de Janeiro (como, de fato, fora convidado a fazer), e a se contentar com um compromisso escrito dos padres, de que abandonariam os esforços que faziam para garantir a publicação do breve. Mas os paulistas, ouvindo dizer que seus compatriotas de Santos se mostravam hesitantes, fizeram descer bandos poderosamente armados, com o fito de fazer uma demonstração fora da cidade, forçando assim a final evacuação de todos os jesuítas, que partiram de Santos a 3 de agosto de 1640. O Rio de Janeiro ficou sendo o único lugar das capitânicas do sul em que eram tolerados, e isso mesmo graças exclusivamente à proteção e apoio que Salvador lhes dava naquela cidade.

O fato de haverem os paulistas expulsado os jesuítas, enquanto os habitantes do Rio se puseram no último momento de acordo com eles, deu evidentemente lugar a um certo resfriamento nas relações existentes entre as duas regiões, que até então haviam feito causa comum contra a Companhia, no tocante à questão dos índios⁴⁰. Isso teria importante influência vinte anos mais tarde, como haveremos de ver quando nos ocuparmos com a revolta levantada no Rio de Janeiro contra Salvador e a oligarquia representada pela sua família. Pouco depois da expulsão dos padres de São Paulo, Salvador escreveu duas cartas (uma a 6 e outra a 23 de setembro) ao conselho municipal da cidade, queixando-se de seu comportamento, e sugerindo que se devia permitir que os jesuítas voltassem em condições semelhantes às que haviam sido estipuladas no Rio. Os paulistas não deram ouvidos aos seus protestos e às suas ameaças, o mesmo acontecendo quando ele os renovou, em 1641. Viram em tudo isso um “bluff”, sabendo muito bem a pouca probabilidade que havia de fazer ele uso da força armada para coagi-los. É verdade que tinha em suas mãos, no Rio, uma forte guarnição, em cuja lealdade podia depositar toda confiança, mas não lhe era possível mandar um destacamento fora da cidade, por causa do constante perigo de um ataque holandês. Além de tudo, São Paulo, protegido no planalto pela Serra do Mar, era virtualmente invulnerável a qualquer ataque, visto que um só homem poderia bloquear a passagem de mil nos caminhos entre montanhas e precipícios que

⁴⁰ Cf. V. Coaracy, *O Rio de Janeiro no século XVII*, pág. 94.

constituem o único meio de comunicação com o litoral⁴⁷. Com Santos o caso era diferente, e veremos que Salvador lá instalou de novo os jesuítas, assim que para isso encontrou oportunidade.

Verificando a inutilidade de seus esforços para publicar o breve papal no Brasil, e ouvindo dizer que os paulistas apresentavam outra grande bandeira para dar cabo das reduções jesuíticas no Alto Paraguai, resolveu o padre Francisco Diaz Taño deixar o Rio ao primeiro vento favorável, a ver se chegaria a Buenos Aires e ao Paraguai a tempo de avisar o que estava para acontecer. Os jesuítas espanhóis já se haviam antecipado à permissão, dada ao padre Montoya pelo governo de Madri, de armar as missões de índios contra os ataques dos paulistas. Prevenidos pelos despachos de Taño e munidos de armas em cujo manejo tinham sido treinados por um jesuíta veterano das campanhas de Flandres, os índios Guarani, sob o comando do padre Pedro Romero, infligiram derrota estrondosa a uma bandeira em Mbororé (março de 1641), após uma semana, sem nenhuma trégua, de combate selvagem. Foi essa vitória decisiva, e não o breve infeliz do papa Urbano VIII, que assinalou o fim, por muitos anos, das agressões em larga escala levadas a efeito pelos paulistas⁴⁸.

Nesse meio tempo, tanto os jesuítas como os seus adversários no Rio e em São Paulo tinham enviado representantes à Europa, a fim de apressar o andamento das respectivas petições em Lisboa e Madri. O apoio decidido que Salvador dava aos jesuítas valera-lhe naturalmente muitos inimigos, sem falar nas pessoas que detestavam o poderio oligárquico de sua família no Rio, e por este motivo nutriam prevenções contra ele. A frente delas estava um certo Domingos Correia, que fora removido do cargo de *provedor da fazenda* (superintendente dos negócios financeiros da

⁴⁷ Em seu famoso "Papel Forte" de 1648-9 (*Revista trimestral*, LVI, págs. 38-42), descreve a trilha de Santos a São Paulo como "um só caminho capaz de hum só homem", por onde se vê que ela não tinha sido em nada melhorada depois que D. Luís de Céspedes Xeria a havia utilizado, vinte anos antes. João Manuel, escrevendo em 1636, dá a entender que havia dois caminhos — "es la tierra firme tan defendida, que no es posible subirla sino por dos caminos... uno peor que otro... y esta tierra se puede defender con cien hombres de cien mil". Cf. o artigo de Jaime Cortesão em *O Estado de S. Paulo* de 30 de setembro de 1947.

⁴⁸ Para a batalha de Mbororé e seus antecedentes, cf. os documentos publicados na *Historia* de Pastells (vol. II, págs. 58-66, 81-6) e o exaustivo relato de Taunay em *História das Bandeiras* (II, págs. 289-355). Cortesão tenta despertar nossas simpatias pelos bandeirantes derrotados ("Satanaz, o Anti-Christo e a hidra", em *O Estado de S. Paulo* de 4 de junho de 1948); mas toda gente deve sentir que aqueles implacáveis caçadores de escravos tiveram a sorte que mereciam.

coroa) antes de terminado o seu período trienal de serviço, a fim de abrir vaga para o capitão Pedro de Sousa Pereira, que era casado com uma parenta do governador. Esse caso de despudorado nepotismo suscitou viva oposição, fazendo com que, três anos depois, os inimigos de Salvador pedissem à coroa que o chamasse a Portugal para responder em processo. Entre as muitas faltas que lhe eram imputadas contava-se o uso indevido dos fundos da coroa, preenchimento de cargos públicos por seus parentes e amigos, criação não autorizada de impostos e taxas das quais era coletor e administrador, construção de fortificação com material de qualidade inferior, utilizando os seus próprios índios escravos e sobrecarregando a coroa com preços exorbitantes, e assim por diante. Alegavam também que ao tomar sob seu cargo a capitania do Rio de Janeiro, em 1637, ele nada tinha de seu e estava cheio de dívidas, ao passo que ao cabo de três anos de exercício já havia acumulado uma fortuna pessoal de mais de 300.000 cruzados, que não podia provir somente de seus ordenados e emolumentos⁴⁹.

Algumas dessas acusações, a última particularmente, eram completamente sem sentido. Em 1637 Salvador era já um homem abastado, tanto pelo que herdara de seus antepassados, como pelo casamento com uma herdeira rica. Possuía cerca de setecentos escravos em suas extensas plantações de cana e em suas fazendas de criação, sendo, seguramente, o proprietário rural mais opulento da capitania e, possivelmente, o maior latifundiário de todo o Brasil. Outras increpações apresentavam, sem dúvida, maior substância, especialmente a acusação de nepotismo familiar⁵⁰. Isso, porém, era praxe entre os funcionários coloniais da época, os quais, salvo raras exceções, consideravam os seus empregos como

⁴⁹ Para as acusações feitas por Domingos Correia, cf. Lamego, *Terra Goytacá*, vol. I, págs. 52-6; *An. Bibl. Nacional*, XXXIX (1921), págs. 25-30; as suas queixas contra Salvador na carta de abril de 1639, no Itamarati, cód. I. A carreira de Pedro de Sousa Pereira vem descrita, à vista do original, por Frazão de Vasconcellos, *Archivo nobiliarchico portuguez*, em uma série de artigos, sob o título de "Um michaelense illustre do século XVII". O salário anual de Salvador, como governador e capitão-general do Rio de Janeiro, era de 200 mil-réis; seus emolumentos, como alcaide-mor, 20 mil-réis, segundo *An. Bibl. Nac.*, vol. XXXIX, págs. 22-3, onde se dá a lista pormenorizada das despesas no Rio de Janeiro.

⁵⁰ Salvador foi acusado também de haver, por essa época, contribuído para a indisciplina entre os soldados da guarnição, no Rio de Janeiro, Documento datado de 22 de março de 1640 e publicado por Norton, em *Dinastia dos Sás*, pág. 177; V. Coaracy, *O Rio de Janeiro no século XVII*, págs. 103-4; Silva Lisboa, *Annaes*, II, págs. 44-50.

um meio de encher a própria algibeira à custa da coroa. Em compensação, esperava-se que em caso de emergência eles fariam empréstimos generosos, ou mesmo donativos, ao tesouro, como, agradável é dizer, muitas vezes fizeram.

Já vimos que a união pessoal das duas coroas ibéricas nos monarcas do ramo hispânico da casa da Austria não afetou a completa separação de Portugal e suas colônias da Espanha. Sabe-se que uma das ambições do conde-duque de Olivares era efetuar a unidade política da península ibérica, à semelhança do que fazia em França o cardeal Richelieu, seu rival, submetendo-a inteiramente à monarquia dos Bourbon. Isso envolvia a supressão das diferenças regionais, em parte alguma mais acentuadas de que em Portugal e na Catalunha. Devemos admitir não contarem com o apoio franco de Filipe IV, que nunca fez qualquer movimento contra a autonomia de ambas; mas, por outro lado, a apatia daquele monarca permitiu que o duque de Olivares tomasse as suas medidas no momento oportuno. Em maio de 1640, a agressiva política centralizadora do conde-duque precipitou na Catalunha uma insurreição generalizada, que fora precedida, no inverno de 1637-8, por um motim em Évora, o qual, embora muito menos grave, não teve menor significação⁵¹.

A união de 1580, havia sido aceita, mais ou menos de bom grado, pela maioria da nobreza e da gente bem nascida de Portugal; mas nunca foi recebida senão com surdo descontentamento pelo clero e pelos frades. Pelliçier, noviço espanhol, em seu *Avisos* de julho de 1639, advertia profeticamente que, embora se dissesse que os planos para a anexação de Portugal a Castela iam em franco progresso, incertas eram as suas conseqüências, em vista da antipatia instintiva existente entre as duas raças⁵². A

⁵¹ Tanto a sedição de Évora como a rebelião catalã podem ser convenientemente estudadas através dos trabalhos de D. Francisco Manuel de Mello, soldado e homem de letras português, que foi testemunha ocular dos acontecimentos por ele narrados nas suas *Epanaphoras* (págs. 1-118) e na *Historia de los movimientos, y separación de Cataluña* (org. por J. O. Picon, Madri, 1912). Para a atitude de Olivares com relação a Portugal, cf. G. Marañon, *El conde-duque de Olivares. La pasión de mandar* (Madri, 1936), págs. 295-8, 300-1, 306-7, 425-31.

⁵² "Se dice que camina apriesa la unión de la corona de Portugal con la de Castilla, siendo común la naturaleza a ambas naciones... mucha empresa es para conseguirla asi tan facilmente, por el encontrado natural de castellanos y portugueses. El tiempo dirá el suceso". *Avisos* de Pelliçier datados de 19 de julho de 1639 e citados por Herrero García, *Ideas de los españoles*, pág. 139. Cf. também as págs. 137-40 do trabalho de Herrero para outros exemplos do antagonismo existente, por essa época, entre portugueses e espanhóis.

destruição da frota de Oquendo em Downs (outubro de 1639) por Maarten Tromp e o desbarato da armada do conde da Torre ao largo de Pernambuco (janeiro de 1640) concorreram, juntamente com os precedentes sucessos dos catalães, para que se oferecesse a Portugal o ensejo de sacudir o jugo de Castela. Olivares não dispunha de nenhuma armada para ameaçar Lisboa do Tejo, e tampouco podia retirar tropas empenhadas nos combates em Flandres, na Itália e na Catalunha. Verdade é que havia guarnições espanholas em Lisboa, na Ilha Terceira e na Bahia; mas essas eram as únicas formações espanholas armadas que estacionavam no império português. Já Richelieu havia enviado um emissário com a promessa de vir em auxílio dos portugueses no caso de uma revolta e esperança havia de que a Holanda, outro grande inimigo da Espanha, refreasse, pelo menos, os seus ataques ao império colonial português se a mãe-pátria proclamasse a sua independência.

As esperanças do povo concentravam-se em D. João, sétimo duque de Bragança, como sendo o legítimo herdeiro do trono. Olivares tentou em vão afastá-lo de seu sólio ducal (quase principesco) em Vila Viçosa, mas D. João evitara cuidadosamente deixar o país. A rebelião catalã de 1640 deu a Olivares o pretexto de que ele necessitava; deu ordem à nobreza de Portugal, com o duque de Bragança à frente, para marchar contra Barcelona — pondo-a sob seu domínio, assim que houvesse atravessado a fronteira. Um grupo de fidalgos influentes havia algum tempo atrás instigado D. João a proclamar-se rei; mas ele se mostrou tão cauteloso em não se comprometer com eles quanto em não sucumbir às blandícias de Olivares. Em novembro de 1640 não foi mais possível adiar a escolha entre as duas alternativas; após alguma hesitação no último momento, manifestou ele a sua adesão ao movimento de independência.

O resultado da proclamação, em Lisboa, do duque de Bragança como rei de Portugal (1 de dezembro de 1640) deve ter excedido às esperanças dos conspiradores mais exaltados. Não houve qualquer oposição digna de nota, a não ser da parte da guarnição de Terceira. Embora o novo regime fosse recebido um tanto friamente por uma parte da nobreza, que contraíra laços de família com os espanhóis, a adesão entusiástica e unânime do povo lembrava os dias épicos em que o Mestre de Avis fora

proclamado rei, como D. João I⁵³. Em 1640, como em 1385, foi o *povo*, no verdadeiro sentido do termo, que constituiu a espinha dorsal do movimento de independência; mas D. João IV dispunha de uma classe muito influente de adeptos, com que não contara o seu antepassado — os jesuítas.

Depois dos dias de D. João III, os jesuítas foram sempre mais poderosos em Portugal do que na Espanha, onde os seus críticos nunca se mantiveram calados, chegando até, freqüentemente, a excessos de linguagem⁵⁴. Em Portugal os ataques à Companhia eram feitos de boca, sendo muito raro que saíssem em papel impresso. Um livro como o *Tratados*, do dominicano espanhol Domingos Fernandez Navarrete, que criticava a Companhia em termos que Calvino e Knox talvez hesitassem em fazer uso, jamais poderia ser publicado em Portugal antes da era de Pombal⁵⁵. Podemos acrescentar que durante o regime espanhol de 1580 a 1640 a oposição dos jesuítas em Portugal foi mais descomedida do que sob os últimos monarcas de Avis e os primeiros da dinastia de Bragança⁵⁶. Isso se torna ainda mais interessante quando se tem em mente que na América espanhola acontecia justamente o contrário. No Brasil os jesuítas nunca fundaram um estado teocrático à semelhança do que fizeram no Paraguai, os colonos portugueses havendo logrado muito mais êxito no caso do cativoiro dos índios do que os das colônias espanholas. Embora fosse grande a influência dos padres da Companhia na colônia portuguesa, ela foi sempre menor do que a exercida pelos seus colegas no México e no Peru. No Oriente os papéis eram invertidos. Os jesuítas exerciam mais influência em Goa e Macau, possessões portuguesas, do que a de que sempre gozaram em Malilha, onde as ordens mendicantes detiveram a liderança.

⁵³ Damián Salustio del Poyo explicou que a eleição do Mestre de Avis como rei de Portugal, em 1385, foi obra de "la gente plebeia, como enemigos eternos de la nación castellana", citado em Herrero García, *Ideas de los españoles*, pág. 140. Cf. também as relações jesuíticas impressas in *Mem. hist. esp.*, XVI, págs. 94-115, quanto à inimizade do povo português em geral (enquanto distinto da aristocracia) contra a Espanha em 1640-1.

⁵⁴ Cf. Altamira, *História*, III, págs. 388-97, "Oposición a la compañía en España". Não há paralelo na história portuguesa nas mais ásperas disputas dos bispos Cardenas e Palafox com os jesuítas.

⁵⁵ Para Navarrete e seus *Tratados* de 1676, cf. meu artigo "Portuguese and Spanish rivalry in the Far East during the 17th century", no *Journal of the Royal Asiatic Society* (abril de 1947), págs. 91-105.

⁵⁶ Cf. os exemplos dados in Rodrigues, *História*, tomo III, I, págs. 7-14, 52-7, 112-19, 283-5, 325-6.

Para mim, o verdadeiro motivo pelo qual os jesuítas deram apoio ao movimento de independência dos portugueses nunca foi explicado satisfatoriamente; mas o fato é que eles assim fizeram. Os modernos escritores de Portugal, levam isso à conta de patriotismo, mas é difícil aceitar-se tão simples explicação. Possivelmente supunham eles que podiam contar mais com a fraqueza da monarquia lusa do que com uma autoritária monarquia castelhana, para quem os negócios de Portugal eram meramente provinciais. Os leitores devem estar lembrados de que o provincial jesuíta aprisionado na Bahia pelos holandeses em 1624 abria-se com os seus raptos acerca da usurpação da coroa de Portugal pelos Filipes, e de sua tristeza pela morte de D. Sebastião. Os jesuítas, ainda aqui por motivos que nunca ficaram muito claros, fomentaram deliberadamente a difusão do mito messiânico criado em torno de D. Sebastião, fazendo com que se mantivesse viva entre os portugueses de todas as classes, durante os “sessenta anos de cativo”, a saudade da independência nacional. Em 1640, quando irrompeu a revolta em Portugal, espanhóis que dela foram testemunhas em Lisboa relataram que os jesuítas ali exortavam a população a que prestasse obediência a D. João IV, “com o mesmo fervor com que na China eles incitavam o povo ao martírio”⁵⁷. Mais fácil é compreender porque D. João IV confiava tanto neles. O patriotismo de certos historiadores tem feito o possível para provar que aquele monarca foi uma figura de heróicas proporções, imbuído de vontade inflexível e de larga visão política⁵⁸. O fato, todavia, é que ele era um homem fraco e vacilante, embora honrado, que instintivamente se fiava na opinião de pessoas resolutas e inteligentes, que eram plenamente senhoras de suas idéias e não tinham dúvidas que as inquietassem. Tal é o que acontecia com os jesuítas de Évora, com os quais havia ele mantido freqüente e amistoso contato em Vila Viçosa. A prova da aliança de D. João IV com os jesuítas e do apoio franco prestado pela província portuguesa da Companhia à restauração não é difícil de ser encontrada. A literatura da época abunda em alusões ao apoio daqueles padres à nova dinastia, crescendo que

⁵⁷ Cf. Azevedo, *A evolução do sebastianismo*, págs. 36-46; Pelliçier, *Avisos de 1641*, em *Semário erudito*, XXXI, pág. 253. Para sentimento similar no Brasil, cf. A. Taunay, *Hist. das Bandeiras*, III, págs. 21-2, 243-6, e S. Leite, *Hist. da Comp. de Jesus*, VI, págs. 272-3.

⁵⁸ Brazão, em *A Restauração e Alguns documentos*, é um advogado desse ponto de vista; prefiro, quanto ao caráter de D. João IV, seguir Azevedo, em *História de Antonio Pereira* e trabalhos afins.

muitos jesuítas foram enviados pelo novo monarca como seus representantes pessoais em diversas e importantes missões diplomáticas. Os padres Mascarenhas e da Costa foram mandados a Catalunha em dezembro de 1640; o Padre Francisco Vilhena ao Brasil, no mês de fevereiro do ano seguinte, enquanto nos anos que se seguiram o padre Vieira fora enviado várias vezes em missões semelhantes à Holanda, à França e a Roma. Esses nomes não esgotam a lista, mas referem-se apenas ao papel desempenhado pelos jesuítas no Brasil, que é para onde agora se volta a nossa atenção.

Nem bem a restauração havia sido vitoriosa em Portugal e já o novo rei, com os seus conselheiros, imaginava o que de melhor se poderia fazer para evitar que as colônias se dispusessem a seguir o exemplo da mãe-pátria, antes que os espanhóis pudessem tomar contramedidas. Era o Brasil o mais importante de todos os domínios ultramarinos em causa, e as duas personalidades-chaves na referida colônia eram o vice-rei, D. Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão, na Bahia, e Salvador Correia de Sá e Benavides, governador do Rio de Janeiro e comandante-chefe das capitânicas do sul⁵⁹. A mulher e os dois filhos do primeiro eram suspeitos, com razão, de simpatias pró-Castela, ao mesmo tempo que Salvador, sendo filho de uma espanhola e marido de outra, era alvo, em Lisboa, de ainda maior desconfiança. Além disso, a Bahia tinha em sua guarnição um regimento espanhol e outro napolitano, enquanto que o Rio de Janeiro mantinha estreitas e ilícitas relações comerciais com Buenos Aires, onde, como devemos estar lembrados, Salvador possuía parentes em postos de comando⁶⁰.

Em começos de janeiro de 1641 partia de Lisboa para o Brasil uma caravela, com a notícia da restauração em documento oficial. A 15 de fevereiro alcançou ela a Bahia, onde o comandante proibiu que qualquer membro da tripulação descesse a terra, e fez entrega dos despachos ao vice-rei. Dizem as fontes

⁵⁹ "Superintendente em todas as matérias de guerra na Repartição do Sul" fora o título primitivo dessa investidura. Em junho de 1639, seus poderes foram aumentados por ordens baixadas pelo conde da Torre, e, mais uma vez, em março de 1641, pelo marquês de Montalvão. Cf. Silva Lisboa, *Annaes*, II, págs. 26-8, 40-4.

⁶⁰ Um de seus aparentados, D. Mendo de la Cueva y Benavides, tinha acabado de deixar o governo da cidade, mas D. Juan Bernardo de la Cueva y Benavides, outro parente, era o "teniente general de governador". Vale a pena lembrar que Salvador era também "almirante da costa do Sul e Rio da Prata", o que lhe dava outra ligação estreita com Buenos Aires.

portuguesas que Montalvão aceitou, sem hesitar, o acontecido em Lisboa, como fato consumado (“fait accompli”); as espanholas, todavia, informam que ele a isso foi forçado pelos jesuítas. Deu ordem para que os dois regimentos portugueses da guarnição formassem em parada com suas armas, enquanto as unidades espanhola e napolitana ficavam confinadas em seus quartéis. Concomitantemente, intimou as principais autoridades eclesiásticas, militares e civis, a assumir o governo da casa, mostrando a cada individualidade nova que chegava as ordens que havia recebido e convocando todos em solene conclave. Nessa reunião decidiu-se, por unanimidade, aclamar D. João como rei, decisão que foi recebida com grande entusiasmo pelo povo da cidade. A oficialidade da guarnição espanhola queixou-se mais tarde de que os jesuítas e outros religiosos instigaram a população a linchar os soldados espanhóis, “dizendo que nenhum sacrifício mais aceitável poder-se-ia fazer a Deus; e que se os leigos não tivessem sido mais misericordiosos do que os eclesiásticos e os religiosos, eles todos, sem dúvida, teriam sido mortos”. Seja como for, os regimentos espanhol e napolitano foram desarmados sem oposição e, posteriormente, embarcados para as Antilhas⁶¹.

Tendo assim conseguido, na Bahia, proclamar D. João rei, o primeiro cuidado de Montalvão foi assegurar-se de que Salvador e as capitânicas do sul nisto o acompanhariam. Cartas foram remetidas a Salvador e outras pessoas importantes do Rio, encarecendo a necessidade de acompanhar o precedente havido em Lisboa e seguido pela Bahia. O portador desses despachos foi o jesuíta provincial do Brasil, o padre Manuel Fernandes. A influência da Companhia sendo maior do que a de outras ordens religiosas, a opinião dos jesuítas, abstração feita da questão litigiosa dos índios, seria ouvida com atenção e respeito⁶².

Fernandes chegou ao Rio a 10 de março de 1641 e, conforme fora feito na Bahia no mês anterior, entregou secretamente a

⁶¹ Para notícia mais minudente sobre a restauração na Bahia, cf. Affonso Ruy, *História política e administrativa da cidade de Salvador* (Bahia, 1949), págs. 171-80; Serafim Leite, *História da Comp. de Jesus*, V, págs. 97-9. Montalvão foi duramente castigado por causa da presteza com que aderiu ao novo regime, sendo deposto da governança. Poucos meses depois embarcou para Portugal, onde, contudo, não tardou a reconquistar o favor real. A versão espanhola dos acontecimentos pode ser encontrada nos “Avisos” de Pellíçier, publicados no *Semanário erudito*, XXXII, págs. 104-5, 112-16; e em Seyner, *Historia del levantamiento de Portugal*, págs. 44-45.

⁶² Para a missão do padre Manuel Fernandes no Rio de Janeiro, cf. S. Leite, *História da Comp. de Jesus*, VI, págs. 41-4; Seyner, *op. cit.*, págs. 45-7.

Salvador os despachos de Montalvão, mantendo na ignorância (“incomunicado”) a tripulação da caravela. Pretendem alguns escritores que Salvador tenha hesitado, a princípio, sobre a atitude que devia assumir diante da notícia neles contida, e teriam sido as ameaças ou a persuasão dos jesuítas que afastaram as suas dúvidas, levando-o a tomar o partido de D. João IV⁶³. Não seria para surpreender que assim, de fato, tenha acontecido, uma vez que seu casamento com uma crioula espanhola, herdeira de grande fortuna, o tinha posto na posse de vastos latifúndios, sem falar nos 10.000 cruzados que deles advinham, e nas fagueiras promessas de favores esperados de Filipe IV, em Madri. Soa de modo ambíguo a alegada desculpa de que a alegria provocada pela inesperada notícia o tivesse feito esquecer-se momentaneamente de si próprio. Em todo caso, a sua indecisão, se de fato houve, não durou muito tempo; seus atos subseqüentes dão a entender que ele resolvera aguardar a decisão da maioria dos principais cidadãos a quem ele inteirava da notícia⁶⁴.

Seguindo ainda o procedimento de Montalvão na Bahia, Salvador fez que a guarnição formasse em parada e convocou as pessoas notáveis para uma reunião no colégio dos jesuítas, no morro do Castelo. Chamava, então, de parte, cada pessoa que chegava e, depois de dar conhecimento das notícias, auscultava-lhe as reações, antes de consentir que fosse juntar-se às outras na biblioteca do Colégio. Depois de colher assim a opinião de cada qual, Salvador declarou aberta a sessão. Relembrou então que D. João havia sido aclamado em todo Portugal sem qualquer oposição, e que aquele exemplo fora seguido na Bahia, capital da colônia, não só pelo povo como pelas autoridades, com o marquês de Montalvão à frente. Aludiu à natureza milagrosa da restauração da monarquia legítima, do que era prova a ausência de derramamento de sangue e os muitos sinais e prodígios relatados em cartas particulares que ele tinha recebido de amigos fidedignos, residentes em Portugal. Acrescentou que havia recebido ordens para proclamar D. João na capitania do Rio de Janeiro, mas que não queria assumir responsabilidade por uma tão grave decisão antes de ouvir os conselheiros municipais, o

⁶³ Por exemplo, Seyner, *op. cit.*, págs. 45-7 “pidio [Salvador] tiempo para deliberar en materia tan grave. Respondiote entonces el Provincial: V. m. mire lo que haze que se expone a gran riesgo...” etc.

⁶⁴ O que digo sobre a restauração no Rio de Janeiro baseia-se na *Relação* (anônima, 1641); em S. Leite, *Hist. Comp. Jesus*, VI, (págs. 41-4), e em Seyner, *op. cit.*, págs. 45-7.

alto clero e os oficiais do exército mais graduados; porque preferia errar em boa companhia a ser o único a acertar. Concluiu dizendo que a sua decisão seria incorporada à resolução que devia ser tomada, valendo para todo o sempre.

Levantou-se prontamente o mais velho dos vereadores, declarando que não hesitava em aderir ao novo regime, mormente sabendo que ele havia sido unanimemente aceito em Portugal e na Bahia. Os demais presentes seguiram o seu exemplo, sem um voto dissidente. Depois que a declaração de fidelidade foi registrada na devida forma e por todos os presentes assinada, Salvador levantou-se, por sua vez, da cadeira e bradou — “Salve D. João IV de Portugal!”, exclamação repetida entusiasticamente por toda assembléia. Formou-se então uma procissão que percorreu as ruas até a catedral, onde novo juramento solene de fidelidade ao novo monarca foi proferido por Salvador e todos que tinham tomado parte na reunião anterior, por entre as aclamações da massa do povo. Seguiram-se duas noites de grande alegria popular, em que todas as casas e edifícios foram iluminados com velas ou tochas postas nas janelas, enquanto os navios no porto e os fortes da costa faziam fogo a breves intervalos, saudando o acontecimento. Logo no primeiro dia Salvador baixou um edito ordenando a todas as pessoas de posses que se reunissem e prestassem sua contribuição a esses festejos, sob pena de serem consideradas descontentes⁶⁵. Aproveitando o ímpeto, Salvador não teve tempo a perder, ação pronta e decidida sendo um traço de seu temperamento. No dia seguinte (11 de março) a notícia foi mandada para Santos, São Paulo e outros lugares das *capitanias de baixo*, com ordem de seguir o exemplo do Rio e da Bahia. Sem esperar pelas reações, Salvador despachou do Rio (12 de março), diretamente para Lisboa, uma pinaça, com o padre provincial, Manuel Fernandes, incumbido de transmitir a notícia de sua adesão, e enviando, ao mesmo tempo, outro navio à Bahia, para dar disso ciência a Montalvão. Em São Vicente, todas as cercanias obedeceram às suas ordens, embora diga a tradição que em São Paulo se esboçara um movimento de oposição, levantado pelos partidários da Espanha, que tentaram proclamar um dos seus, Amador Bueno, chefe de uma monarquia independente, com sede no planalto. Esse incidente foi apenas passageiro visto que São Paulo

⁶⁵ *Relaçam*, 1641, tal como foi publicada na *Revista trimestral*, V, págs. 319-27.

não tardou a seguir o exemplo dado pelo Rio, declarando-se a favor de D. João IV ⁶⁶.

A 19 de março chegou uma caravela de Lisboa, com despachos do novo rei para Salvador. O governador assistia a um sermão no convento de São Bento, quando lhe foram entregues os despachos reais. Imediatamente interrompeu ele o serviço, para mostrá-los a todos que a este assistiam, a fim de que (assim escreve o cronista anônimo da *Relaçam*) silenciassem as críticas que o acusavam de ter agido precipitadamente proclamando D. João IV meramente em obediência às ordens do marquês de Montalvão, e sem aguardar as que viessem diretamente de Lisboa. Três dias depois enviava a Buenos Aires despachos secretos ao governador local, dele próprio, e do marquês de Montalvão. Infelizmente, nada se sabe a respeito desses despachos; mas, diante do número de portugueses existentes naquele porto, e de uma nota, antes enigmática, encontrada no livrinho do *cabildo* de Buenos Aires, parece provável que o seu objetivo era persuadir a colônia espanhola a romper com o vice-rei do Peru, unindo a sua sorte à do Brasil, do qual ela era, em não pequena escala, economicamente dependente. Se essa suposição for correta, a tentativa, infrutífera como foi, representa o único esforço jamais feito pelos portugueses no sentido de seduzir a colônia espanhola, convidando-a a insurgir-se após a separação das duas coroas, em dezembro de 1640 ⁶⁷.

Para celebrar, de maneira espalhafatosa e convincente, sua adesão ao novo regime, Salvador organizou no Rio de Janeiro uma série de festas, das quais um coevo anônimo nos deixou vívida descrição. Dá-nos esta uma interessante vista de olhos sobre o lado mais alegre da vida colonial portuguesa, mormente se lida conjuntamente com a narrativa análoga das comemorações leva-

⁶⁶ No Brasil tem-se gasto uma despropositada quantidade de tinta com o caso em questão, aliás relativamente insignificante. Para uma discussão judiciousa sobre ele, cf. A. Taunay, "Reintegração de São Paulo no império colonial português em 1641, e o episódio de Amador Bueno da Ribeira", em *Congresso do mundo português. Publicações*, IX, 267 e ss., reimpresso de sua *História das Bandeiras*, vol. III, págs. 103-36, e publicado novamente, com pequenos aditamentos, em *An. Mus. Paulista*, XI, págs. 1-66.

⁶⁷ Por esse tempo o governador de Buenos Aires era D. Pedro de Roxas y Acevedo, cujo exercício foi de 8 de janeiro a 17 de julho de 1641. Referência às cartas de Salvador e Montalvão podem ser procuradas em *Acuerdos del extinguido cabildo de Buenos Aires*, IX, pág. 171.

das a efeito um ano depois na colônia lusa situada no outro lado do mundo — a cidade do Nome de Deus de Macau, na China ⁶⁸.

Nos dois lugares o estilo das celebrações era o mesmo — *encomiendas*, ou sejam procissões a cavalo, com luminárias, em que os participantes trajavam qualquer fantasia; faziam parte também destas procissões, a percorrer as ruas, carros de triunfo pomposamente enfeitados, transportando músicos e cantores; paradas militares dos soldados da guarnição, com batalhas simuladas e muitas salvas de tiros; touradas à moda da Espanha e de Portugal, procedendo dos rebanhos do próprio Salvador os touros usados nas festividades do Rio de Janeiro; esportes equestres, tais como o *jogo de canas* e corridas de *argolinhas*, nas quais o governador tomava sempre parte saliente. Certa noite tudo estava disposto para um espetáculo ao ar livre; mas, por causa da chuva torrencial caída então, a comédia teve de ser feita portas adentro, sendo a entrada livre para todos. No Rio as celebrações da semana terminaram com uma formatura dos estudantes do colégio dos jesuítas, na qual ficou provado (diz o cronista) que eles sabiam manejar o arcabuz tão bem como redigir um texto. A casa do próprio Salvador, como as de outros cidadãos ricos foram iluminadas à noite durante as festividades, o que em boa hora decerto concorreu para quebrar a monotonia da vida colonial.

Um dos biógrafos de Salvador fez a sugestão de que essas celebrações podem ter sido a origem do famoso carnaval do Rio (carioca). A sugestão não deixa de ser interessante, mas festas semelhantes fizeram-se em Goa, na Cochinchina, Macau e em outras colônias portuguesas, pelo que ela *a priori* não parece muito verossímil. Em qualquer hipótese, as descrições que nos ficaram dessas celebrações deixam claro que elas se restringiram à parte masculina da população, não havendo nelas qualquer referência à participação das mulheres, sendo de supor, todavia, que elas assistiam das janelas aos esportes dos homens, divertindo-se também. A este respeito, no Brasil os portugueses mantinham-se fiéis à tradição nacional, segundo a qual o lugar das mulheres é dentro de casa. Se compararmos as descrições feitas do que era o Rio de Janeiro nos idos de 1641 e 1642 com a vida no México

⁶⁸ Cf. *Relaçam, 1641*, e João Marques Moreira, *Relação da magestosa misteriosa, e notavel acclamaçam, que se fez a magestade d'el rey Dom Joam o IV, nosso senhor na cidade do nome de Deos do grande imperio da China e festas que se fizerão pellos senhores do governo publico e outras pessoas particulares*, reimpresso com uma tradução inglesa às págs. 161-87 de meu trabalho *Macau na época da restauração; Macao three hundred years ago* (Macau, 1942).

e em Lima durante a mesma época, veremos que as mulheres de descendência espanhola gozavam de uma vida muito mais alegre do que as suas irmãs do Brasil e de Macau. Não sabemos como enchia o tempo a esposa de Salvador quando este, montado em seu cavalo, desfilava nessas procissões; mas já estava casada há bastante tempo para conhecer a verdade contida nas linhas de Tirso de Molina:

Estamos en tierra ajena
el recato portugués
con las mujeres, ya ves
que libertades enfrena.
El uso desta te avisa:
toda doncella de casa
no sale hasta que se casa
ni aun los domingos a missa ⁶⁹.

No Rio de Janeiro o tumulto e a folia ecoavam ainda no ar quando Salvador enviou a Lisboa o seu secretário João Antônio Correia, com uma segunda mensagem, contendo as novas sobre a sua adesão e a das capitânias do sul. O secretário estava também incumbido da tarefa de — obter de D. João IV a confirmação de todos os privilégios e honrarias que Salvador havia recebido da coroa de Castela, inclusive a de administrador das minas de ouro e de prata da região de São Paulo. Essa confirmação não se fez esperar, chegando a Salvador, no Rio, segundo parece, em começos de 1642 ⁷⁰. Dispondo assim de maior força, resolveu entrar novamente em entendimento com os paulistas, a fim de que os jesuítas retornassem à cidade do planalto, onde tinham a intenção de fundar uma casa da moeda. Para começar, providenciou no sentido de voltarem aqueles padres para Santos, até onde foram escoltados por um destacamento da guarnição do

⁶⁹ Tirso de Molina, *Amor médico*, pág. 111, em A. Zamora Vicente, "Portugal en el teatro de Tirso Molina" e em *Biblos*, XXIV (Coimbra, 1948), pág. 28. Pedro Calmon, em sua *História Social do Brasil* (I, págs. 42-7), diz que as mulheres nascidas no Brasil gozavam de um passado melhor do que as suas irmãs portuguesas. Não aduz ele provas convincentes de sua asserção, nos tempos e lugares a que nos estamos reportando, mas pode ser que assim fosse nos começos do século dezenove, época em que ali estiveram os viajantes por ele citados. Vamos encontrar uma exposição sobre a posição social e legal das mulheres nas colônias espanholas da América durante a época a que nos referimos, em Capdequí, *Bosquejo histórico de los derechos*, págs. 85-220. É grande pena que não exista nenhum trabalho análogo sobre a posição das mulheres no Brasil colonial.

⁷⁰ A confirmação foi assinada em Lisboa a 15 de agosto de 1641.

Rio, sob o comando de D. Antônio Ortiz de Mendonça⁷¹. Como São Paulo se mostrasse ainda recalcitrante, Salvador resolveu ir lá, em pessoa.

Depois de, em fins de maio, passar o governo, em caráter interino ao seu parente Duarte Correia Vasqueanes, partiu para Santos, como primeira etapa de sua viagem⁷². Talvez para dar uma prova de suas intenções essencialmente pacíficas, levava ele consigo mulher e filhos. Em Santos foi bem recebido; mas assim que os paulistas do altiplano souberam que ele estava a caminho, trataram de bloquear as veredas da serra, tornando-as intransponíveis. Exclamavam eles que o verdadeiro intento de Salvador era tomar o caminho do Paraguai e de Tucumán, de onde sua mulher era filha, após ter fomentado uma rebelião geral de seus escravos índios e de haver devastado a região de São Paulo. Articulavam ainda que Salvador havia despachado emissários negros para induzir os índios à revolta, aproveitando acharem-se estes muito excitados pela expectativa de sua chegada, na suposição de que ele vinha “para levá-los consigo, vesti-los e dar-lhes bom tratamento”. Por isso os paulistas (como eles escreveram aos seus amigos de Santos) fecharam os caminhos, “com o fim de impedir qualquer comunicação entre os índios e Salvador Correia, que, sendo bom, generoso e de coração aberto, além de conhecer muito bem o caráter dos índios, não teria dificuldade em persuadi-los rapidamente à revolta”.

Alegaram ainda, mais tarde, os paulistas que as cartas-patentes de Salvador como governador das minas e sua autoridade crescente sobre as capitanias do sul tinham sido obtidas por meio de manobras ilícitas, não havendo sido registradas em Lisboa, na devida forma. Os vereadores de São Paulo, muito longe de reconhecê-lo como seu governador legal, insistiam com os seus colegas de Santos para que o prendessem, apontando-o como um desertor potencial em favor dos espanhóis, e rebelde contra a coroa. Para felicidade de Salvador o conselho municipal de São Vicente deu apoio ao governador, reprochando os paulistas (28

⁷¹ A volta dos padres para Santos vem descrita em S. Leite, *História* (VI, pág. 422) com base em um documento guardado no arquivo dos jesuítas, em Roma. Não se registra nenhuma data; mas, à vista do curso que tomaram os acontecimentos, acredito que o fato terá ocorrido antes da partida de Salvador para Santos, em maio de 1642.

⁷² Numa carta endereçada do Rio de Janeiro a 30 de maio de 1642 (em Norton, *A dinastia dos Sás*, págs. 185-6) escreveu Salvador — “eu parto amanha camynho de São Paulo”. Isso contradiz de modo decisivo os argumentos expendidos por Clado Ribeiro de Lessa, em *Salvador Correia*, pág. 29 n.

de julho de 1642) pelas injustas e imerecidas acusações que lhe eram assacadas. Não obstante, os preadores de índios recusaram-se ainda a ter tratos com ele ⁷³.

Essas dificuldades cresceram em face de uma ordem peremptória do governador-geral, Antônio Telles da Silva, dando a Salvador instruções para voltar imediatamente para o Rio, por isso que a coroa havia rescindido a ampla jurisdição a ele conferida anteriormente, e limitando mais uma vez a sua autoridade ao âmbito da capitania. Antônio Telles da Silva tinha fundos receios a respeito da lealdade de Salvador, desconfiando de suas ligações com a Espanha. Em novembro de 1641 já havia ele tentado dar ordens a Salvador para deixar o governo do Rio e ir para a Bahia no posto de conselheiro. Salvador esquivou-se a obedecer a essa ordem, sob o fundamento de que o governador-geral não estava autorizado a destituir, sob sua própria responsabilidade, um governador diretamente nomeado pela coroa. Ao assumir esta atitude, ele contava com o apoio das autoridades locais, visto que o Rio já era bastante importante para ressentir-se de uma intromissão da Bahia em assuntos havidos como de caráter local, antes de tudo ⁷⁴.

Salvador não pôde fechar os ouvidos a essa segunda intimação, mas foi-lhe sumamente desagradável que as razões dadas à coroa para explicar o seu procedimento confirmassem algumas das alegações feitas pelos paulistas. Argüia a coroa que os amplos poderes que lhe haviam sido conferidos por Lisboa em 1641 emanavam do Conselho da Fazenda, e não da Secretaria de Estado, a quem cabia a jurisdição em tais assuntos. Mas é difícil admitir-se que esse dissídio em matéria administrativa haja sido o motivo real da reviravolta de D. João IV. É muito mais provável que ela tenha sido inspirada pelas suspeitas oriundas das suas ligações com a Espanha e pelas alegações articuladas contra ele por Domingos Correia e outros inimigos seus ⁷⁵.

Nessas circunstâncias não restava a Salvador outra alternativa senão entrar em bom entendimento com os paulistas, firmando-se com eles um compromisso, para salvar as aparências. Os paulistas recusaram-se terminantemente não só a readmitir os jesuítas,

⁷³ *Registro geral*, VII, págs. 207-13, onde há documentos concernentes às discórdias entre Salvador e os paulistas em 1642.

⁷⁴ Silva Lisboa, *Annaes*, II, págs. 54-7 e *An. Bibl. Nacional*, XXXIX, págs. 25-6, para a documentação referente à disputa entre Salvador e Antônio Telles da Silva.

⁷⁵ Cf. pág. 152 acima.

como a dar liberdade aos seus índios escravos; concordaram porém em permitir que três pessoas apresentadas por Salvador (duas de São Paulo e uma de Santos) superintendessem, em seu proveito o trabalho nas minas e arrecadação dos quintos reais. Prometeram também obedecer em tudo ao governo legal, exceção feita da libertação dos índios, e a abrir os caminhos que levavam à costa. Daí em diante, qualquer divergência em matéria administrativa seria decidida por uma reunião conjunta do conselho municipal e mais quarenta e oito delegados eleitos pelo povo ⁷⁶. Depois de assinar este acordo, Salvador voltou para o Rio; mas ali não parou muito tempo.

As duas partes em litígio perceberam que aquele incômodo compromisso não podia ser mantido, decidindo então apelar diretamente para Lisboa. Em longo memorial dirigido à coroa relativamente à liberdade dos índios, queixavam-se os paulistas da “amizade muito especial do governador Salvador Correia pelos reverendos padres, aos quais havia solenemente prometido fazer com que eles se instalassem de novo nestas capitânias, fosse como fosse”. Insistiram os paulistas em dizer que os poderes e as cartas-patentes de Salvador não tinham validade, e que ele estava procurando se servir deles para garantir a volta dos jesuítas. Concluíram pedindo que ele fosse recambiado imediatamente, e substituído por outro administrador das minas, acenando com a descoberta de “outro Peru” dentro dos limites da colônia portuguesa, caso fosse nomeado um sucessor de maior merecimento (e pró-paulistas) ⁷⁷.

De seu lado, Salvador compreendeu que ele tinha na corte inimigos poderosos, que poderiam conseguir a sua destituição antes do término de seu mandato, em setembro de 1643. Ansioso por antecipar-se a tal acontecimento, tratou de inverter a posição em que até então se mantivera, solicitando a Antônio Telles da Silva que lhe desse substituto. De seu lado, Telles da Silva, fosse por despeito ou por qualquer razão melhor, procedeu de modo análogo, mudando de atitude e recusando-se a princípio a atender ao pedido; mas acabou mandando Luís Barbalho Bezerra para substituí-lo. A chegada de Barbalho, a 27 de junho de 1643, Sal-

⁷⁶ *Revista trimensal*, III, pág. 118-9 (1841), para pormenores relativos ao compromisso de 1642. Cf. também Cardozo, *Notas para uma biografia de Salvador Correia de Sá y Benavides*, págs. 146-8.

⁷⁷ O memorial dos “paulistas” à coroa em 1642 foi publicado na *Revista Trimensal*, vol. XII, págs. 18-23. Cf. Varnhagen, *História Geral*, vol. III, págs. 160-4

vador passou-lhe logo o exercício do cargo. Sem perder tempo, partiu para Portugal na frota do açúcar, que se pôs à vela no Rio de Janeiro, três dias depois ⁷⁸.

Um mês antes de sua partida, Salvador havia escrito uma carta ao geral dos jesuítas Múcio Vitelleschi, assegurando-lhe que o seu maior título de orgulho era o de “ser um escravo e um irmão da Companhia”, por onde se vê que ele tinha recebido dela uma carta de confraternidade, incluindo-o entre os seus membros. Agradecia também ali que o geral tivesse aceitado o oferecimento feito de fundar um novo colégio jesuítico no Brasil. A escolha a princípio recaiu em São Paulo; mas, à vista da obstinação dos paulistas, previu que ele deveria ser, pelo contrário, construído em Santos. A década escoou-se sem que lhe fosse possível concretizar a promessa feita na carta, mas a sua correspondência é uma das muitas provas de sua constante admiração e simpatia pela Companhia de Jesus ⁷⁹.

⁷⁸ Relatório de Salvador datado de 3 de maio de 1677 em *Revista trimestral* LXIII, págs. 5-13, e *Documentos históricos*, LXXXVIII, págs. 123-7 (1950).

⁷⁹ Carta de Salvador a Vitelleschi, datada do Rio de Janeiro a 2 de junho de 1643 e trazida à publicidade, do original guardado nos arquivos jesuíticos, em Roma, por Serafim Leite, em *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. VI, págs. 423-4.

Capítulo V

GENERAL DAS FROTAS DO BRASIL

Vimos no capítulo anterior, a respeito da proclamação de D. João IV feita por Salvador nas capitânicas do sul, que a sua-vidade na ação era uma de suas características, desde que houvesse tomado uma decisão. Temos outro exemplo deste traço no procedimento por ele adotado por ocasião de sua volta a Portugal, em 1643. A rapidez com que agiu nessa emergência foi, sem dúvida, inspirada em parte, no seu desejo de justificar perante D. João IV, em pessoa, sua obra de administrador e, por esse meio, libertar-se do peso das graves acusações feitas contra ele por seus inimigos, no Rio e em São Paulo.

Na frota do açúcar em que Salvador embarcou em fins de junho, ele ia como comandante, sendo provável que tenha tocado na Bahia nessa viagem para a mãe-pátria, porquanto só chegou ao Tejo em meados de outubro. Anos mais tarde, lembrando este episódio de sua vida, disse Salvador, sucintamente, que

chegando a Lisboa beijou a mão à Senhora Rainha que agora está em glória, e no mesmo dia em que entrara na barra foi pernoitar em Vendas Novas; e que no dia seguinte beijou em Évora a mão de Sua Majestade, que no primeiro dos três dias que ele ali passou houve por bem agraciá-lo com um lugar no Conselho Ultramarino, no segundo fazê-lo general da armada da escolta do Brasil, e no terceiro lhe prometeu o título de Conde, com 4.000 cruzados de renda e a obrigação de voltar às minas de São Paulo e extrair delas 200.000 cruzados em metais preciosos¹.

Pelos favores que o rei lhe concedera em Évora (outubro de 1643) fica patente que Salvador conseguiu convencer sua Majestade se não de sua inocência no que se tinha passado, pelo menos

¹ "Parecer de 3 de maio de 1677" publicado na *Revista trimensal*, vol. LXIII, págs. 8-12 (1901), e em *Documentos históricos*, LXXXVIII, págs. 123-7 (1950).

de sua presente lealdade e préstimo para a coroa. Mas não foi tão fácil dirimir as queixas articuladas contra ele. D. João IV não era um monarca absoluto e tudo leva a crer que os inimigos de Salvador contavam com o sustentáculo de pessoas poderosas na corte. Passou-se mais de um ano antes que ele visse, finalmente, anuladas as referidas acusações, e, mesmo assim, não havia conseguido a completa absolvição solicitada. Durante aquele intervalo, vários juizes foram sucessivamente (e tentativamente) designados para ir ao Rio de Janeiro e ali promover inquérito judicial; mas Salvador e seus amigos conseguiram protelar-lhes por tanto tempo, em Lisboa, os primeiros trâmites que, por fim, nada foi feito. Em seu caso o veredicto foi antes o de "não haver provas" do que o de "sem culpas". Como advertem os seus mais recentes biógrafos, "o que parece fora de dúvida é que Salvador dificilmente podia ser dispensado nessa conjuntura crítica da história de Portugal, e que os seus serviços, por mais que pudessem ter ofendido, no passado, certas pessoas, eram ainda muito necessários"².

Foi esse, decerto, um período extremamente crítico da história portuguesa, em que não era fácil tarefa, tanto para o rei como para os conselheiros, com quem Salvador estava agora em contato direto, sustentar a recém-conquistada independência do país. O feito e o caráter dos membros da família real que lideraram os acontecimentos foram descritos, como se lê abaixo, por um inglês que esteve de visita em Lisboa por aquela época:

O rei é um homem honesto e simples, que em nada ficou diferente do duque de Bragança pelo fato de ter-se tornado rei de Portugal; tão desprezioso como qualquer fazendeiro, e vestindo-se tão modestamente como qualquer cidadão, nunca fez uso dos trajes que é de costume usarem as testas coroadas; seus exercícios habituais são a caça e a música, nunca faltando ao primeiro todas as segundas-feiras, e tampouco esquecendo o segundo depois de cada jantar, por motivo de qualquer ocupação³. Mas, quanto à rainha, ela tem

² Cardozo, "Notas para uma biografia de Salvador Correia de Sá e Benevides" (págs. 149-50, 155) e as fontes ali citadas.

³ Todos os observadores da época anotaram a paixão de D. João IV pela caça e pela música. O enviado francês François Lanier conta (julho de 1643) que o rei compunha "luy mesme la plus part des choses qui se chantent en la chapelle, ou le service ce faict avec plus de cérémonie qu'en aulcun lieu de la chrestienté". Acredita o povo ter sido ele quem compôs o canto *Adeste Fidelis*, outrora conhecido na Inglaterra como "hino português".

mais majestade e, se não fosse rainha, a sua ambição seria ser rei; tinha boa presença, porte majestoso e, para pintar-se, usa a brocha, com mais forte razão do que a das outras senhoras que usam o pincel, por causa do defeito que lhe faria uma face ser mais corada do que a outra (como se fosse o lado do fruto batido pelo sol), caso aplicasse em ambas a mesma quantidade de vermelho. O príncipe Teodósio, esse, é um príncipe de quem muito se espera, instruído, valente e corajoso; alto e esguio de porte, tem dezoito anos de idade, mais ou menos ⁴.

Tendo sido aclamado rei em consequência de uma revolta popular que procurava sua justificativa no direito que assiste aos vassallos de depor os monarcas tirânicos que abusam do poder, D. João IV não tentou governar Portugal despoticamente. De modo geral, pode dizer-se que o novo rei governava por intermédio dos conselhos, alguns dos quais foram herdados do regime espanhol, ou da dinastia de Avis, além de outros por ele criados, como a ocasião exigia. Desses conselhos, os mais importantes eram o de Estado, o de Guerra, o Ultramarino e o de Renda, afóra a Mesa de Consciência e Ordens. Os dois últimos foram rapidamente descritos no Capítulo I, pelo que só se tratará aqui das funções dos restantes ramos do governo ⁵.

O Conselho de Estado não tinha número fixo de conselheiros, mas constava, habitualmente de cerca de meia dúzia de grandes e de prelados da Igreja, juntamente com dois ou três juriconsultos da coroa. Para os despachos de rotina o rei formava pequenas subcomissões, que se reuniam às tardes em palácio, entre quatro e sete horas, e haviam recebido do povo o nome de Conselho do Governo. A totalidade do Conselho de Estado reunia-se normalmente uma vez por semana, mas podia ser convocada em casos de emergência, ocasião em que o próprio rei presidia às suas deliberações. Antes de serem submetidas ao rei, todas as recomendações importantes, ou "consultas", emanadas dos outros órgãos consultivos eram submetidos à consideração do Conselho de Estado.

⁴ Flecknoe, *Relation*, pág. 56, "uma carta à condessa de Berlamont, 1648". O infante, ou príncipe herdeiro, Teodósio, nasceu em 1634, e morreu antes do pai, em 1653, de modo que Flecknoe errou muito ao lhe calcular a idade.

⁵ Para uma idéia geral do governo no Portugal restaurado, cf. Prestage, "The mode of government in Portugal during the restoration Period", págs. 263-70; Caetano, "O governo e a administração central após a restauração", págs. 189-198.

O Conselho de Estado ocupava-se mais particularmente dos assuntos da alta política e das nomeações para os postos de maior importância, exercendo breve vigilância sobre todos os negócios nacionais de maior relevância. Como os demais conselhos, suas funções eram, em teoria, meramente consultivas; mas D. João IV, cuja posição estava longe de ser segura, acatava habitualmente suas opiniões, mormente nos primeiros anos de seu reinado.

Os principais membros do Conselho de Estado em 1643 eram o marquês de Ferreira, o marquês de Gouveia, o marquês de Montalvão, o inquisidor-geral (D. Francisco de Castro), o conde da Torre, Matias de Albuquerque e Antônio Telles de Menezes⁶. Os dois primeiros fidalgos eram grandes que não tinham nenhuma experiência, tanto nos negócios estrangeiros como nos de guerra, pelo que sobre eles aqui não nos deteremos. O marquês de Montalvão já é nosso conhecido como vice-rei do Brasil, mas deve nos ocupar novamente, dentro em pouco, como presidente do Conselho Ultramarino. O conde da Torre foi o comandante incapaz que caiu em desgraça depois da expedição pernambucana de 1638-40. Ele conquistou os favores do novo rei por ter persuadido o comandante da fortaleza, em que estava como prisioneiro, a entregá-la sem resistência, depois do golpe de Estado de 1 de dezembro de 1640. D. Francisco de Castro era um fanático acostumado a torturar e queimar judeus, que se envolvera na conspiração do marquês Villa-Real e do arcebispo de Braga quando, em 1641, tentaram fazer Portugal voltar ao domínio da Espanha, mas fora perdoado em começos de 1643, reconquistando os favores do rei. Matias de Albuquerque havia levado a efeito, embora sem resultado, a defesa da província de Pernambuco contra os holandeses, em 1630-5.

A despeito de ter sido mal sucedido em sua campanha no Brasil, Albuquerque era agora o comandante-chefe dos exércitos recém-organizados que faziam face, na fronteira, às forças espanholas, igualmente bisonhas; não havia outro fidalgo que tivesse a sua experiência do alto comando no campo de batalha⁷.

⁶ A lista completa de conselheiros com breve rascunho de alguns deles é dado na carta de François Lanier, de 27 de julho de 1643, impresso em Prestage, *Informes de Francisco Lanier*, págs. 13-17.

⁷ Matias de Albuquerque era um caráter assás interessante, que havia passado muitos anos no Brasil, em companhia do irmão Duarte, donatário da capitania de Pernambuco. Era um homem de robustez excepcional, vida muito ativa, tendo despertado admiração a Lanier, que dele disse ser um "personage d'excellent esprit, grande expérience, qui entend et parle français".

Antônio Telles de Menezes, graças a algumas ações navais, aliás indecisivas, contra os holandeses, ao largo da barra de Goa em 1637-8, era agora capitão-general da “Armada Real do Mar Oceano”, como grandiloqüentemente se chamava a frota de alto-mar”⁸.

O Conselho de Guerra, instituído por D. João IV em dezembro de 1640, antes mesmo do Conselho de Estado, era conforme vem descrito num documento inglês da época como o órgão em que, ouvido o rei, se resolviam todos os assuntos e planos militares, sendo constituído de vários conselheiros já experimentados em ações de guerra. Tinham um assessor, a que se juntavam mais três, e um fiscal, todos eles escolhidos entre os desembargadores de alta posição, com o fim unicamente de deliberar sobre todas as questões e causas relacionadas com a justiça militar, indo tudo ter ao dito conselho, sem excluir todas as fronteiras do reino⁹.

Apesar da extensão, aparentemente larga, das responsabilidades atribuídas a esse conselho, não desempenhava ele grande papel na direção da guerra contra a Espanha. Em seu *Tácito português*, informa D. Francisco Manuel de Mello que D. João IV tinha criado o Conselho de Guerra “mais para atender ao pedido dos que ali desejavam emprego do que por obra de sua livre vontade”. A experiência mostrou que “o rei nunca teve, realmente, grande estima por esse tribunal, seja porque fosse profundamente avesso à guerra, seja porque só o criara com relutância. Resultou daí que, quando isso foi percebido pelos conselheiros, estes trabalhavam sempre de má vontade, dando lugar a grande desperdício de tempo e dinheiro¹⁰. Com respeito ao Conselho de Guerra, menção deve ser feita da “Junta dos Três Estados” (clero, nobreza e povo) que fora formada em 1641, para administrar o dinheiro arrecadado pela taxaço votada pelas cortes, com o fim de prosseguir na guerra contra a Espanha. Era ele constituído de dois eclesiásticos, dois nobres e dois homens do povo.

⁸ Antônio Telles de Menezes havia sido governador-geral da Índia portuguesa, entre 1639 e 1640. Para pormenores de sua carreira, cf. meu artigo “O general do mar Antônio Telles e o seu combate naval contra os holandeses na barra de Goa em 4 de janeiro de 1638, em *Ethnos*, II, págs. 33-102 (1943).

⁹ Papéis de Estado (State Papers) de Portugal, *Publ. Record Office*, Londres.

¹⁰ Manuel de Mello, *Tácito portuguez*, pág. 104. Cf. também C. Chaby, *Synopse*, I, págs. 54-5.

A formação do Conselho Ultramarino ficou decidida em 1642; mas decorreu todo um ano antes que o importante decreto fosse promulgado, e só em dezembro de 1643 é que se realizou a primeira reunião. É de presumir-se que essa longa demora, pouco usual mesmo nos anais da burocracia ibérica, fosse obra da oposição dos mesmos elementos que haviam sabotado o antigo Conselho da Índia, entre 1604 e 1614. É muito provável que o seu regimento tenha sido modelado pelo do Conselho Ultramarino, muito embora não dispusesse de poderes tão amplos como os que tinham sido conferidos a este último. Mais ainda, mesmo depois de sua formal inauguração em 1643, alguns meses se passaram antes que o novo conselho começasse efetivamente a funcionar. Um dos maiores problemas era o da superposição existente entre o Conselho Ultramarino e o Conselho da Fazenda, tendo sido este o que superintendeu, desde que foi criado em 1591, a organização e liberação das frotas da Índia, razão pela qual a sua oficialidade se ressentia de qualquer estranha interferência¹¹.

Tal como foi fundado em 1643, o Conselho Ultramarino, sob a presidência do “vedor da fazenda da repartição da Índia”, consistia de mais dois conselheiros recrutados das fileiras da nobreza militar (“de capa e espada”) e de um “letrado”, assistidos por um secretário, que não tinha direito de voto. Assim, a presidência coube a D. Jorge Mascarenhas, marquês de Montalvão, como sendo o vedor em exercício. Esse fidalgo havia sido, sucessivamente, governador de Tânger, presidente da efêmera Companhia das Índias Orientais (entre 1628 e 1632) e vice-rei do Brasil (1640 e 1641). Sua nomeação foi, sem dúvida, um esforço para facilitar a cooperação entre o Conselho Ultramarino e o Conselho da Fazenda, no conferir à mesma pessoa a presidência das duas corporações. Como já vimos, o Conselho da Fazenda era ainda responsável pelo financiamento, preparo, despacho e recepção das frotas das Índias Orientais e do Brasil; não obstante, o Conselho Ultramarino era quem informava a coroa sobre o armamento, composição e comandos, bem como sobre a data de suas respectivas partidas. Além disso, o Conselho Ultramarino deliberava sobre todos os assuntos referentes às colônias, exceção feita dos negócios eclesiásticos; acrescento que o rei, normalmente, a ele subme-

¹¹ Os regimentos dos conselhos de 1604 e 1642, com os documentos que lhes servem de base, acham-se publicados em Marcelo Caetano, *Do conselho ultramarino ao conselho do império*, págs. 91-110. Cf. também o artigo do mesmo autor “O governo e a administração central após a restauração”, págs. 189-98.

tia todas as questões não religiosas, antes de agir ou tomar decisão. Era ainda atribuição do Conselho Ultramarino propor à coroa as listas de nomeação para todos os cargos (habitualmente três nomes para cada caso) importantes, quer civis, quer militares, ou judiciais, que estivessem vagos nas colônias, cabendo ao rei escolher entre os indicados. A exclusão dos assuntos eclesiásticos das atribuições do dito conselho deu origem a que os seus membros criassem não pequenas dificuldades. Protestaram eles, logo na primeira reunião, contra essa omissão; mas o rei não deu ouvidos a esses protestos, mesmo diante da alegação de que o antigo Conselho da Índia (de 1604 a 1614) se ocupava também dos assuntos eclesiásticos e missionários. É claro que a coroa não estava obrigada a seguir o parecer externado pelo Conselho Ultramarino; mas, na prática, geralmente era o que ela fazia. Tal foi, particularmente, o que se deu com os sucessores de D. João IV, que demonstraram muito menos interesse e inteligência (com exceção sempre da rainha D. Luísa) nas coisas tangentes às colônias do que o primeiro monarca da casa de Bragança. Eles, via de regra, aceitavam sem discussão as recomendações do conselho.

Normalmente eram diárias as reuniões do conselho (fora os domingos e dias santos), de conformidade com o seguinte programa de trabalho:

segundas, terças e quartas	negócios da Ásia e da África oriental
quintas e sextas	Brasil
sábados	África ocidental e ilhas de Cabo Verde

Estavam excluídas da responsabilidade do Conselho as fortalezas marroquinas de Tânger e Mazagão, e bem assim as ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores. Os assuntos urgentes eram, a título de exceção, despachados no mesmo dia, fosse ele domingo, dia santo, ou feriado. Nos dias de trabalho a sessão começava às sete horas da manhã nos meses de verão, e às oito nos de inverno, três conselheiros constituindo um quorum.¹²

Não havia regra fixa no tocante ao início dos trabalhos. Às vezes era a coroa que submetia os assuntos à consideração do conselho; outras vezes era o conselho que tomava a iniciativa, soli-

¹² Cf. *Regimento de 1642*, em M. Caetano, *Do conselho ultramarino etc.*, págs. 91-110.

citando uma decisão da coroa, ou convidando-a a entrar em ação. Os conselheiros dispunham sobre os trabalhos de rotina, distribuindo-os entre si de acordo com a experiência que tivessem dos lugares; assim, aos que tivessem estado na Índia cabia dizer sobre os negócios da Ásia, ao passo que a opinião de Salvador, caso estivesse presente, geralmente prevalecia quando a discussão versava sobre assuntos brasileiros. Podemos acrescentar que no decreto original, de junho de 1642, ficara estipulado que os conselheiros deveriam ser pessoas que tivessem experiência das colônias. Quando as decisões do conselho eram unânimes, todos os conselheiros assinavam os papéis de maior relevância; caso contrário, seus votos eram tomados em separado. Os negócios importantes eram submetidos diretamente ao rei, ao passo que os de rotina podiam ser tratados diretamente pelos funcionários a que estivessem afetos os assuntos em pauta. Uma vez que o rei tivesse tomado uma decisão, as ordens necessárias eram baixadas em nome da coroa. Como se viu, tanto as questões de alta política como as de mera rotina burocrática entravam no âmbito do conselho ultramarino, que, sob esse aspecto assemelhava-se muito ao *Consejo de las Indias* de Madri, mais célebre e mais poderoso¹³.

Os primitivos membros do Conselho Ultramarino, após ser ele fundado em 1643, foram, sem falar no presidente, marquês de Montalvão, Jorge de Albuquerque, Jorge de Castilho e o inquisidor João Delgado Figueira. Jorge de Albuquerque era filho de Fernão de Albuquerque, que, entre 1619 e 1622, foi governador da Índia portuguesa, tornando-se culpado pela perda de Ormuz, que em maio de 1622 caiu nas mãos dos persas e dos ingleses¹⁴. Jorge serviu na Ásia durante vinte anos, sendo um dos poucos sobreviventes entre os que em janeiro de 1627 naufragaram na baía de Biscaia, ao voltarem da Índia¹⁵. João Delgado Figueira, inquisidor do Santo Offício, havia, nesta qualidade, prestado serviços em Goa, durante o vice-reinado do conde de Linhares (1629-35). Jorge de Castilho fora, de 1636 a 1643, governador das ilhas de Cabo Verde. O secretário do conselho, Afonso de Barros Caminha,

13 O trabalho básico sobre o conselho espanhol é o de E. Schafer, *El consejo real y supremo de las Indias*, 2 vols. (Sevilha, 1935-47).

14 Luís Marinho d'Azevedo, *Apologeticos discursos ofrecidos a magestade del rei Dom Ioam IV... em defesa da fama e boa memoria de Fernão de Albuquerque do seu conselho e governador, que foi da India* (Lisboa, 1641), págs. 141-3, onde se fornecem pormenores sobre os serviços prestados por Jorge de Albuquerque na Ásia.

15 Manuel de Mello, *Epanaphoras*, págs. 119-209, "Naufrágio da armada", especialmente a pág. 185.

havia servido na expedição à Bahia, em 1624-25. Na época de sua nomeação acumulava o cargo de secretário do Conselho da Fazenda. Quando Salvador, por fim, tomou assento (14 de dezembro de 1644) como quinto membro desse conselho, foi ele credenciado como perito em assuntos brasileiros, visto que o marquês de Montalvão não havia passado ainda um ano na colônia quando foi preso na Bahia e deportado para Portugal (fevereiro de 1641).

Entre os órgãos governamentais deve ser mencionado o *Desembargo do Paço*, que era o mais alto tribunal da judicatura do país, sendo equiparado pelos ingleses da época ao seu próprio conselho privado. Era ele o responsável pela nomeação dos magistrados e juízes, exercia um controle geral sobre a *Casa de Suplicação*, ou tribunal de apelação, com sede em Lisboa, e bem assim sobre as *relações* de que já falamos, situadas no Porto, em Lisboa e na Bahia¹⁶. Os juriconsultos de que se constituíam esses tribunais eram, em Portugal como em toda parte, as colunas mestras da monarquia, que preferia trabalhar com eles a utilizar os poderosos fidalgos territoriais como instrumento de governo. Embora essa “noblesse de la robe” tivesse, até certo ponto, ligações matrimoniais dentro da velha aristocracia, ela, apesar disso, nunca foi tão poderosa em Portugal como a classe que a ela correspondia na Espanha e suas colônias da América. Possuía D. João IV três secretários de estado procedentes da classe letrada: Pedro Vieira da Silva, que acabara de suceder ao infeliz Francisco de Lucena, executado sob a acusação injusta de traição; Gaspar de Faria Severim, cuja esfera de ação abrangia as colônias; e Antônio Cavide, que, ainda moço, fora trazido de Vila Viçosa com o rei D. João.

Além desses órgãos do governo, é mister mencionar, brevemente embora, três corporações, que tinham grande influência no andamento dos negócios nacionais. As cortes, ou parlamento dos três estados, em teoria, não tinham mais do que uma função meramente consultiva, suas resoluções não tendo força de lei, a menos que fossem sancionadas pelo rei. Cabia-lhes reprimir os abusos e recomendar a concessão ou a recusa de subsídios. Suas assembleias não tinham data certa, podendo o monarca convocá-las ou suprimi-las a seu bel-prazer. Elevado ao trono por uma revolução, D. João IV necessitava mais do apoio popular do que a maioria de seus predecessores; nos dois primeiros anos de seu reinado convocou as cortes duas vezes, ao passo que durante os dezesseis

¹⁶ Papéis de Estado, 89/7, fols. 74 e 348; Stevens, *Ancient and Present State of Portugal*, pág. 67.

anos de seu reinado não as convocou mais de quatro vezes, ao todo.

Mais importante como prova das tendências despóticas da coroa, ou daqueles que governavam em nome dela, era o *senado da câmara*, ou conselho municipal cuja composição foi descrita, como segue, por um inglês que vivia naquela época¹⁷:

Há também em Lisboa o Senado da Câmara, algo parecido com as nossas corporações na Inglaterra, em que há o prefeito (“mayor”) e o conselho. Este senado é constituído de um presidente, posto de grande reputação e provento, quatro juizes e vinte quatro cidadãos comuns, comerciantes ou operários¹⁸. Entre esses vinte e quatro da comunidade, escolhia-se cada ano o juiz do povo, que dispunha de muito poder, na verdade muito acima do que compete às pessoas de sua condição e preparo. Porque têm elas o poder de se oporem ao rei em qualquer de seus tribunais no caso de acharem que os privilégios do povo foram infringidos, coisa que às vezes fizeram, com grande desgosto para os reis de Portugal. Em tempos atrás, alguns desses juizes, pensando que havia a intenção de expor o povo a algum perigo, chegaram até à própria pessoa do rei. Foi o que fez um deles há cerca de vinte e dois anos, quando D. João IV tomava o cavalo para inspecionar seus exércitos e guarnições, nas fronteiras. Um desses juizes segurou pelas rédeas o cavalo do rei, dizendo a este que o povo não permitiria que Sua Majestade se expusesse ao risco de ficar tão perto do inimigo, ao que o rei respondeu alegando a necessidade de visitar suas forças e as guarnições das fronteiras; mas nada pôde demover o juiz, que era um barbeiro, de modo que o rei ficou em casa e confiou à discreção de alguém de seu conselho privado a tarefa nas fronteiras.

O Santo Officio da Inquisição era, em si mesmo, uma lei. O inquisidor-geral não hesitava em intervir em qualquer assunto que se relacionasse com a pureza da fé, sem tomar em consideração os outros tribunais ou conselhos sob cuja jurisdição estivesse o caso. Estes, por outro lado, raramente, ou nunca, se aventu-

¹⁷ Idem, 89/6, fols. 224-5. Como se depreende do contexto, essa narrativa, embora escrita em 1660, é aplicável ao reinado de D. João IV.

¹⁸ “Esses, em certos dias de aparecer em público, como o de Corpus Christi e semelhantes, portam bastões vermelhos (“Red Rods”), com as armas do rei e da cidade no tope”. Cf. Stevens, *Ancient and Present State of Portugal*, pág. 68.

raram a entrar em discussão com aquele temido tribunal, e até a poderosa Companhia de Jesus evitava fazê-lo o mais que podia ¹⁹.

Deixando de lado os muitos conselheiros oficiais que D. João IV tinha à sua disposição, havia outras pessoas às quais ele constantemente recorria nos momentos de abertura, muito embora não fossem membros de algum conselho. Uma delas era a rainha sua esposa, filha da Espanha, Dona Luísa de Gusmán, que, ainda que não tenha sido inteiramente responsável pela sua decisão de aceitar o trono em 1640 (como muita gente supunha), seguramente o animou a fazê-lo ²⁰. Conselheiro ainda mais influente que sua esposa era o padre jesuíta Antônio Vieira, um dos homens mais notáveis de sua época. Contemporâneo de Salvador, será ele citado freqüentemente neste livro.

Antônio Vieira nascera em Lisboa, a 6 de fevereiro de 1608. Filho de pais pobres e de humilde condição, sua avó paterna era uma mulata, que servira aos condes de Unhão como empregada doméstica. O pai obtivera no ano seguinte um lugar no tribunal superior instalado na Bahia, para onde ele trouxe a família em 1614. Como tantos filhos de colonos, Vieira foi educado pelos jesuítas, e entrou para a Companhia em 1623, na Bahia, com quinze anos de idade. Foi testemunha ocular da tomada da cidade pelos holandeses em 1624, tendo-nos deixado uma das descrições mais vivas daquele acontecimento. Dotado de notáveis dotes oratórios, muito cedo tornou-se conhecido como o melhor pregador do Brasil. O tempo que passou na então capital da colônia foi aproveitado em trabalhos de missionário junto aos índios, cuja *língua geral* aprendeu. Voltou para Portugal em fins de abril de 1641, em companhia do vice-rei deposto, marquês de Montalvão, escapando de ser linchado, sob a suspeita de ser favorável aos espanhóis. Desde o seu primeiro encontro com D. João IV, conquistou as simpatias e a admiração do rei, vinte e quatro horas depois daquela embrulhada.

O caráter ambicioso, irrequieto e dominador de Vieira valeu-lhe uma ascendência, não somente sobre o rei e sua rainha espanhola, mais resistente, mas também sobre muitos cortesãos e a maioria do povo. Nomeado capelão e pregador do rei, seus ser-

¹⁹ Azevedo, "Os jesuítas e a inquisição em conflito no século XVII", págs. 319-45. Fr. Rodrigues, *História da Comp. de Jesus*, III (1), págs. 479-502.)

²⁰ A principal biografia desta rainha é a de H. Raposo, *Dona Luísa de Gusmão, duquesa e rainha, 1613-66* (Lisboa, 1947).

mões na igreja jesuítica de São Roque atraíam multidões cada vez que ele subia ao púlpito, o povo lutando para encontrar um lugar para sentar-se (ou acocorar-se) muito antes do momento em que devia aparecer. Numa época e num país em que a imprensa periódica e a literatura política eram virtualmente inexistentes²¹, os sermões constituíam o único meio de influenciar a opinião pública, e o púlpito era o único lugar que os eclesiásticos e os censores da coroa não fechavam antes de pensar duas vezes. Os sermões não se restringiam, de modo algum, aos temas puramente religiosos, e os de Antônio Vieira menos do que quaisquer outros. Com sua admirável eloquência, ironia mordente e acentuado patriotismo, Vieira logo se tornou o pregador mais popular de Portugal, posição em que ele ali (e no Brasil) se manteve durante o resto de sua longa existência²².

O rei confiou ao seu favorito embaixadas na França, na Holanda e na Itália, mostrando-se Vieira um diplomata cheio de recursos, embora nem sempre bem sucedido. Ele, com certeza, divertia-se nessas missões diplomáticas, referindo os seus críticos que, ao voltar dos rincões heréticos do norte, ele parecia não ter pressa de despir o traje disfarçado de leigo, feito de pano vermelho, a espada e o bigode. Em Portugal chamou contra si forte oposição por causa de sua desabusada advocacia a favor dos cristãos-novos, e (em certa época) a sua não menos impopular teoria de que Pernambuco devia ser entregue aos holandeses. "Judas do Brasil" foi o apelido que lhe deram e ao seu amigo Francisco de Sousa Coutinho, enviado de Portugal em Haia, de 1643 a 1648. Este era também um defensor de um compromisso com os holandeses e, como Vieira, um confidente em que D. João depositava todo crédito.

Em 1652, depois de muitos anos de atividade na corte de Lisboa e em missões diplomáticas nas capitais da Europa ocidental, retornou Vieira (com alguma relutância) ao Brasil, ou antes ao

²¹ *A Gazeta do mês*, publicada mensalmente em Lisboa entre novembro de 1641 e setembro de 1647, dificilmente deve ser levada em conta, não passando de um boletim de novidades, muito sumário.

²² Seus sermões figuram entre os grandes clássicos da literatura portuguesa e, naquele tempo, muito populares em toda parte. Em 1666, o cônsul Maynard escreveu de Lisboa que Vieira "era um jesuíta eminente como pregador, cujos sermões se vendiam, mal vinham a público, e eram enviados para todas as partes da Espanha, da Itália e da França". SP, 89/7, fol. 350. Sir Robert Southwell, dois anos mais tarde, escreveu que "O famoso jesuíta Antônio Vieira alia à sua eloquência natural a arte de fazer com que as escrituras digam aquilo que ele deseja". SP. 89/11, fol. 206.

Maranhão, na qualidade de missionário. Os primeiros nove anos passou-os ele entre o Amazonas e o Ceará, convertendo e catequizando os índios com o mesmo zelo e energia demonstrados em assuntos mais mundanos. Expulso pelos colonos de São Luís do Maranhão por causa de sua ardorosa defesa da liberdade dos índios, voltou à Europa em 1662. A morte de D. João IV, em novembro de 1646, e as transformações políticas que se seguiram diminuíram consideravelmente a influência que ele exercia na corte, chegando a ser preso e julgado pelo Santo Ofício da Inquisição, sob a acusação de sebastianismo e heresia. Em 1667, quando outro golpe de Estado reconduziu seus amigos ao poder, foi posto em liberdade, mas nunca mais readquiriu a posição de que gozara sob D. João IV. Passou vários anos em Roma, pleiteando em favor dos judeus portugueses e ali recusou o oferecimento do posto de pregador que lhe fizera a rainha Cristina, da Suécia. Depois de nova temporada em Lisboa (1675 a 1681), voltou ao Brasil, com a intenção declarada de morrer na terra que tanto amara. Faleceu na Bahia no mês de julho de 1697, cego, surdo e confinado ao leito, mas perfeitamente lúcido até o último momento. O navio que levou a Lisboa a notícia de seu passamento foi também portador das cartas por ele escritas momentos antes de morrer²³.

Embora o padre Antônio Vieira, S.J., pudesse ser chamado, com razão, a eminência parda de D. João IV, particularmente quando se tratava de problemas referentes ao Brasil, o rei possuía ainda outros favoritos. Contudo, nenhum deles (salvo, talvez, Francisco de Sousa Coutinho) desfrutou tantos favores como Vieira, e durante tanto tempo. Deve-se isso, em parte, à natureza desconfiada e suspicaz do próprio soberano e, em parte, ao fato de muitos daqueles (como Salvador) terem ligações estreitas com a Espanha. O enviado francês François Lanier observou que todos os fidalgos detinham os cargos mais importantes do governo estando na Espanha os seus irmãos, filhos e parentes próximos²⁴. As origens espanholas de Salvador podiam tê-lo tornado mais suspeito do que os outros, mas era, de fato, difícil para D. João

²³ A melhor biografia de Antônio Vieira é a *História de Antônio Vieira* de J. Lúcio de Azevedo. Material a mais pode ser encontrado nas *Cartas*, editadas pelo referido autor, e nos recentes estudos históricos de F. Rodrigues, S. J., e Serafim Leite, S. J.

²⁴ Cf. a carta de Lanier datada de 20 de outubro de 1642, incluída em Prestage, *Informes de Francisco Lanier...* (pág. 12), onde se encontrarão exemplos.

IV, conhecer em quem devia ele realmente confiar naqueles dias sombrios e difíceis que marcaram o início de seu reinado.

Para felicidade do novo rei, a Espanha se achava tão profundamente comprometida em sua guerra contra a aliança franco-holandesa nos campos de Flandres, da Itália e de Catalunha, que não podia fazer qualquer tentativa de reconquistar Portugal. Mais sério, sob muitos pontos de vista, era o perigo holandês. A notícia da independência de Portugal foi recebida em 1641 pelos holandeses, tanto nos Países-Baixos como em além-mar, com grande diversidade de sentimentos. De um lado, rejubilavam-se com o desmembramento de seu hereditário inimigo, a Espanha, muito embora a pugna se travasse com crescente desinteresse e constantes alternativas, visto como desde muito tempo havia ficado claro que a Espanha não tinha nenhuma probabilidade de reconquistar as Províncias Unidas, prosseguindo numa luta perdida apenas por uma questão de descabido orgulho. De outro lado, o reconhecimento formal da reconquistada independência de Portugal iria impedir os holandeses de continuar os lucrativos ataques que vinham empreendendo contra as colônias portuguesas do Maranhão e Macau. Em 1641 esses ataques, caso fossem continuados ou intensificados, ameaçariam arrastar o império lusitano de ultramar a um completo colapso, visto a indiscutível superioridade dos holandeses nos mares.

Falando de modo geral, os Estados Gerais achavam que era aconselhável enfraquecer a Espanha, reconhecendo logo e respeitando a independência de Portugal; mas os poderosos interesses representados pelas Companhias das Índias, orientais e ocidentais preferiam, naturalmente, continuar suas proveitosas agressões às cambaleantes colônias portuguesas. Como é de uso, foi assinado um compromisso, em virtude do qual seria combinada uma trégua (não paz) com Portugal pelo período de dez anos²⁵. Enquanto se esperava a ratificação desse convênio, os diretores das duas supraditas companhias escreveram aos seus subordinados do outro lado do oceano, dando-lhes ordens para se aposarem da maior porção possível de territórios coloniais portugueses, antes que a trégua se tornasse efetiva. Esse procedimento, estritamente legal, mas moralmente desleal, de uma nação mais forte para com uma

²⁵ M. de Jong, "Holland en de Portugueese Restauratie van 1640", em *Tijdschrift voor Geschiedenis*, LV (1940), págs. 225-53, fornece a melhor exposição das relações existentes entre portugueses e holandeses durante aquele período.

mais fraca, não é defendido por nenhum historiador holandês dos dias de hoje; mas, de qualquer forma, tais manifestações de *realpolitik* não se vêem confinadas aos holandeses, quer antes, quer depois. Seja como for, o príncipe João Maurício recebera ordens que muito concordavam com as suas prévias intenções, de modo que não perdeu tempo para agir de acordo com elas. A experiência adquirida em 1638 havia lhe mostrado que a Bahia “não era qualquer gato que se pudesse agarrar sem luvas”, de modo que tomou a decisão de utilizar as forças de que dispunha num ataque ao entreposto português de negros escravos, São Paulo de Luanda, situado em Angola. A conquista dessa praça daria ao Brasil neerlandês o melhor mercado de escravos do mundo, arrebatando ao mesmo tempo aos portugueses (e, em menor extensão, aos espanhóis da América do Sul) sua fonte principal de braços para o trabalho. A expedição deveria começar pela tomada da ilha de São Tomé, que apesar das febres nela reinantes, ainda era uma fonte de suprimento, tanto de escravos, como de açúcar. A tomada desses depósitos, com as estações que ficam fora, tais como Axim e Benguela, dariam como resultado transformar o golfo de Guiné num lago holandês ²⁶.

Os pormenores da conquista de Luanda pelos holandeses em 1641 serão narradas no capítulo VI ²⁷. Ela foi seguida pela tomada de Benguela e São Tomé, forçando os portugueses do interior de Angola a recuar para as suas bases de Muxima (abandonada temporariamente em 1641-2), Ambaca e Massangano. Controlavam também os holandeses o rio Kwanza ao longo de toda a sua extensão, acabando por fundar, em 1646, um posto perto de sua foz. Mas, como Luanda era o único porto da colônia digno deste nome, os holandeses dominavam efetivamente o litoral e o mercado exportador de escravos. Em 1642, após a protelada proclamação da trégua luso-holandesa, conseguiu-se um acordo local, dando aos portugueses a permissão de se instalarem perto de Luanda e venderem escravos aos holandeses, em troca de importações da Europa e do Brasil. Não obstante, a posição dos portugueses piorava cada vez mais, visto que os holandeses instigavam as tribos do interior a se rebelarem contra eles.

²⁶ Para a discussão do procedimento equívoco de João Maurício, cf. Varnhagen, *História geral*, II, 397-8. A duplicidade do príncipe fica mais grave quando se sabe que ele dizia aos portugueses que tinha vindo da Bahia para negociar uma trégua em Recife e que a frota destinada a Angola ia dar combate aos espanhóis, nas Antilhas.

²⁷ Vide págs. 253-5.

O príncipe João Maurício, enquanto planejava a traiçoeira conquista de Luanda, assinava ao mesmo tempo uma trégua com o marquês de Montalvão, no Brasil, com base no *status quo*, o que deixava quase a metade da colônia em poder dos holandeses. A despeito disso, João Maurício organizou outra expedição, tomando aos portugueses São Luís do Maranhão, graças à covardia e inépcia de seu idoso governador. A ocupação holandesa do Maranhão durou pouco, porque logo em 1642 os moradores do interior se levantaram em rebelião, expulsando os invasores, após alguns duros combates. A revolta no Maranhão serviu aos holandeses de pretexto para, em maio de 1643, atacarem traiçoeiramente os portugueses em Gango, onde se haviam estabelecido a maioria dos refugiados de Luanda. Um panfletário holandês da época procurou justificar esse ato alegando que “devemos comer no almoço a pessoa que tenha a intenção de nos comer no jantar, a exemplo do que dissera D. João II, rei de Portugal, quando apunhalou no coração o duque de Viseu, seu cunhado”²⁸. Entre os prisioneiros estava o governador português Pedro César de Menezes, que tempos depois conseguiu fugir do cárcere em Luanda e chegou a renovar a trégua com os holandeses. Mas, nenhum dos lados tinha a mínima confiança na palavra do outro²⁹.

Por todos esses motivos, em outubro de 1643 Portugal viu-se envolvido naquilo que hoje chamaríamos de guerra quente, com a Espanha, e numa guerra fria com a Holanda. Metade do Brasil e toda Angola estavam já perdidos para ele, ao mesmo tempo que as restantes possessões na Ásia achavam-se gravemente ameaçadas pelos holandeses. Eram agora necessários a opinião e os serviços de Salvador, que, depois de sua entrevista com D. João IV, em Évora, foi convidado a se pronunciar sobre três memorandos relativos aos problemas mais prementes da hora que passava³⁰:

- a) a melhor maneira de reabrir o tráfico entre o Brasil e Buenos Aires, com a finalidade de restabelecer o fluxo da prata por este último porto;

²⁸ *Manifest ofte reden van den oorlogh*, págs. 11-16.

²⁹ Para detalhes, cf. Silva Rego, *Dupla restauração*, págs. 31-85. *Arq. de Angola*, 2.^a série, I, 99-104; *Kron. Hist. Gen.*, Utrecht, XXV, págs. 530-4.

³⁰ *Arq. Hist. Colonial*, de Lisboa, Rio de Janeiro, caixa 1 (1617-45), documentos n.ºs 243-7. Cf. Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 191-204 e *Brasília*, II, págs. 595-613 (1943). As respostas de Salvador foram datadas de Évora, a 21 de outubro de 1643, e encaminhadas pelo Conselho de Guerra.

- b) os passos a serem dados para resolver a situação crítica de Angola depois da tomada de Luanda pelos holandeses, em agosto de 1641;
- c) atitude que convinha adotar para com os holandeses no Brasil.

Ao primeiro quesito, ponderou Salvador que nenhuma esperança havia de restabelecer, em bases vantajosas, o tráfico com Buenos Aires, uma vez que os portugueses não podiam continuar a fornecer negros escravos de Angola. Sugeriu, por isto, a conquista de Buenos Aires, que seria fortificada para servir de base para controlar o estuário do rio da Prata. Era de opinião que uma força de quinhentos ou seiscentos homens vindos do Rio de Janeiro em navios de pequeno calado poderia atacar o porto pelo lado do mar, enquanto os paulistas, com suas bandeiras, avançariam por terra, através do Paraguai. Como incentivo para que os paulistas tomassem parte na expedição, sugeria, tentativamente, que se lhes permitisse, durante ela fazer uma pequena caçada de índios. Insistia em que se deveria conceder aos paulistas a permissão de escolher, eles próprios, o seu capitão-mor, até porque nenhum estrangeiro conseguiria controlá-los devidamente. Acrescentava que embora a tomada de Buenos Aires pudesse parecer inútil no momento em que escrevia, ela, ainda assim, redundaria em proveito imediato, com suprir o Brasil de couros e gêneros de alimentação. Finalmente — e nisso consistia o ponto vital de seu plano — a estrada para Potosí seria aberta para um futuro ataque dos portugueses, como ele se sentia autorizado a garantir, graças ao conhecimento pessoal que tinha do caminho das minas de prata.

A possibilidade de um ataque dos lusos, por mais fantástico que hoje ele se nos afigure, era daqueles que os espanhóis consideravam uma verdadeira ameaça. D. Juan Lizarazu, presidente de Charcas, externou tais receios em 1638; e no mesmo ano em que Salvador fazia a sua sugestão em Évora, o padre Montoya proclamava em Madri que uma invasão do Peru e de Buenos Aires pelos paulistas havia sido frustrada pouco antes, como resultado da batalha de Mbororé. Como havia notado Salvador, Buenos Aires era praticamente desprovida de defesas e fortificações. É difícil imaginar-se como poderia resistir a um ataque sério, viesse

ele deste ou daquele lado³¹. A penetração no interior, até Potosi, era coisa muito diferente; mas, ainda assim, a empresa não era de todo impraticável. Os paulistas já haviam penetrado através do Chaco até uma distância não muito grande de Santa Cruz de la Sierra, que podia ser considerada um posto avançado de Potosi. O número de luso-brasileiros estabelecidos na região do Rio da Prata e na província de Tucumán era surpreendentemente grande em comparação com a escassa população branca existente ao longo do *camino real* que levava às minas de prata, mesmo dando o desconto dos exageros das testemunhas históricas que depuseram perante a Inquisição, em Lima. Assim, não faltariam guias e colaboradores dos portugueses em todo o percurso da referida estrada.

O vice-rei de Lima, D. Pedro de Toledo y Leyva, marquês de Mancera, dera ordem para que fossem desarmados todos os portugueses que residiam na área em questão, devendo todos os homens aptos ser transportados para o interior de Tucumán ou para o Chile. Reforçou também a guarnição de Buenos Aires com um contingente de soldados e alguns canhões. Mas, pelo relato feito pelo seu sucessor, o conde de Salvatierra, e pela narrativa que fez Acarete du Biscay de sua viagem alguns anos mais tarde, conclui-se que ainda muitos portugueses e luso-brasileiros tinham ficado na região cortada pela estrada de Potosi. O marquês de Mancera fazia também um juízo muito pouco lisonjeiro das qualidades militares dos colonos peruanos, os quais, em vez de quere-rem ser soldados e marinheiros, preferiam tornar-se mineiros turbulentos ou frades não menos indisciplinados. Essa observação de Acarete du Biscay a respeito da aversão que tinham os colonos de Tucumán pela carreira militar é das mais interessantes, embora aquele francês tenha dito que os cidadãos de Potosi eram famosos pela sua truculência e belicosidade³².

Salvador não foi o único a sugerir um ataque a Buenos Aires. Em outubro de 1642, o agente francês em Portugal, François Larnier, informava a Paris que em Lisboa muitas pessoas bem informadas advogavam a referida expedição, achando que seis navios

³¹ Cf. os documentos espanhóis publicados em *Acuerdos del extinguido cabildo de Buenos Aires*, VIII, págs. 145, 306; IX, 138, 171, 473.

³² British Museum, MSS. 13992, fols. 368-85. As *Relaciones* de Mancera e Salvatierra, bem como as dos outros vice-reis do Peru, acham-se em Beltrán y Rózpide, *Colección*. Cf. ainda Melo de Matos, "Reflexos da restauração na América espanhola", em *Trabalhos da Associação dos arqueólogos portugueses*, VI, págs. 208-19 (Lisboa, 1942).

seriam suficientes para isso ³³; mas essas sugestões, como as de Salvador, não foram adiante. Como ponderou em 1644 o Conselho Ultramarino, Portugal não podia lançar-se a novas empresas na América do Sul numa época em que devia fazer tudo que estivesse ao seu alcance para defender dos ataques dos espanhóis e dos holandeses as possessões que lhe restavam. Além disso, não se tinha a certeza de que os paulistas, cuja cooperação era indispensável, viriam em seu auxílio. Não haviam eles se refeito inteiramente do grande desastre de Mbororé, nem se sentiam dispostos a empreender novos ataques aos índios Guarani das reduções jesuíticas que lhes barravam o caminho para Buenos Aires, bem armados e bem comandados como agora estavam.

A isso acrescenta-se que Buenos Aires se defrontava com um perigo mais real do que a quimérica ameaça de invasão procedente do Rio de Janeiro. Os holandeses de Pernambuco tinham os olhos voltados para aquela praça, estando bem informados a respeito da ausência de defesas na estrada para Potosi. A esquadra de Loncq, que tomara Olinda em 1630, tinha ordens para prosseguir em seus golpes e apoderar-se de Buenos Aires; mas, pelos motivos explanados no capítulo III, esta última parte do projeto não se concretizou. Em 1641-42 a idéia foi novamente trazida à baila por João Maurício, que insistia sobre a necessidade de capturar Buenos Aires, antes que o fizessem os portugueses do Rio de Janeiro, liderados por Salvador Correia de Sá. Em 1642 iam já adiantados os preparativos de João Maurício para tomar Buenos Aires; mas a empresa foi cancelada no último momento, por causa da necessidade de acudir a expedição de Brower ao Chile, que pedia ajuda a Recife, e das revoltas surgidas contra os holandeses no Maranhão e em São Tomé, cujas guarnições precisavam ser reforçadas ³⁴.

O segundo pronunciamento de Salvador (21 de outubro de 1643) sobre a situação em Angola chega a ser mais importante do que o seu projeto de ataque a Buenos Aires, dado o rumo tomado pelos acontecimentos. Devemos nos lembrar que os holandeses haviam se apoderado de Luanda em agosto de 1641, chamando desta maneira a si o controle de quase todo mercado ne-

³³ Carta de Lanier, datada de 20 de outubro de 1642, em Prestage, *Informes...*, págs. 12-13.

³⁴ Para os preparativos de João Maurício com vistas a uma expedição contra Buenos Aires (1641-2), cf. as "Secrete Notulen" do Conselho de Recife, relativas ao período de agosto a dezembro de 1642, de que uma tradução foi publicada na *Revista trimestral*, vol. LVIII, págs. 296-304 (1895).

greiro, apesar de continuarem os portugueses na posse, aliás precária, de Massangano e de alguns postos fortificados no interior. Duas alternativas foram sugeridas por Salvador, com o fim de aliviar a pressão a que eram submetidos esses postos.

A primeira implicava respeitar a letra e o espírito da trégua luso-holandesa firmada em 1641, e evitar futuras hostilidades contra os holandeses na África ocidental. Como prosseguimento desta política, sugeria Salvador que se organizasse no Brasil uma expedição de seiscentos homens, juntando aos elementos tirados da guarnição da Bahia uma força auxiliar de paulistas, com os seus índios. A expedição deveria desembarcar num ponto da costa que não estivesse em poder dos holandeses e procurar juntar-se aos seus compatriotas, no interior, subindo o rio Kwanza. Imaginava Salvador que os paulistas, com os seus índios, seriam particularmente úteis lutando nos matagais contra o hostil rei do Congo, sendo os índios ainda prestadios como carregadores. O comandante dessas forças deveria ser alguém bastante versado em combates, tanto no mar como nas colônias, “visto tratar-se de uma região insalubre e ser preciso andar depressa”. Como alternativa, e isso se reveste de muita significação à vista do que aconteceria cinco anos depois, “essa armada pode ir ao dito lugar com uma ordem de Vossa Majestade que possa ser mostrada caso seja necessário, determinando a tomada do referido porto para o comércio de seus vassallos, sem infligir dano aos holandeses, e outra, secreta, em que Vossa Majestade poderá determinar o que pareça mais necessário ao seu serviço, pois a guerra consiste no emprego de estratagemas e eles (os holandeses) disso têm feito uso muitas vezes”. Mais ainda, os índios e os negros poderiam ser utilizados em qualquer empresa particular, sem que os portugueses e os paulistas fossem nelas ostensivamente envolvidos. Concluindo, observa que a rapidez era o requisito mais importante ao reforçar-se Angola, uma vez que o tráfico de escravos era de vital importância para o Brasil e, em última análise, para a mãe-pátria³⁵.

As sugestões de Salvador para reforçar Angola foram diferentes das de outro entendido em assuntos coloniais, o Dr. Carvalho, diretor do Conselho da Fazenda, que vivera durante algum

³⁵ Arq. Hist. Colonial de Lisboa, Rio de Janeiro, caixa 1, doc. 246; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 197-9. Convém lembrar que Norton engana-se quando, ao reproduzir esse “parecer” e outros emitidos por Salvador em 21 de outubro de 1643, supõe serem todos eles “autógrafos”. Só as assinaturas eram do próprio punho, o texto dos documentos devendo-o à mão de algum secretário, ou clérigo.

tempo na colônia oeste-africana. Enquanto Salvador sugeria que a expedição de socorro devia ser organizada no Brasil, Carvalhosa era de opinião que se devia mandar de Portugal oito ou dez navios, com 600 ou 800 homens, que desembarcariam na boca do rio Dande, umas vinte e quatro milhas ao norte de Luanda. Ali deveriam eles fundar um estabelecimento rival, que pudesse retirar o tráfico negreiro de Luanda, ao passo que para Salvador seria preferível algum ponto ao sul daquela localidade. Tanto Salvador como Carvalhosa insistiam sobre a necessidade de andar depressa, necessidade essa que se tornou ainda mais aguda diante da notícia, chegada a Lisboa em novembro de 1643, do ataque desfechado pelos holandeses contra o acampamento de Gango³⁶.

Em sua terceira resposta, atinente à atitude que convinha adotar-se com os holandeses no Brasil, Salvador achava que se deveria autorizar o governador-geral, na Bahia, a instigar secretamente a prática de incêndios nos canaviais de Pernambuco e outros atos de sabotagem contra os holandeses. Isso deveria ser feito muito às escondidas e de tal maneira que D. João IV não fosse envolvido, quaisquer reclamações devendo ser dirigidas ao governador-geral, na Bahia. Essa política devastadora traria como resultado tornar o território uma sobrecarga para os holandeses, que em vista disso ficariam mais inclinados a ouvir as propostas diplomáticas de Portugal relativas à compra do Brasil holandês e de Angola, mediante vultosa indenização em dinheiro. Essa soma seria obtida por meio de contribuições levantadas nas colônias dos dois lados do Atlântico, evitando-se a necessidade de fazerem-se mais despesas em trabalhos de defesa militar e naval. Salvador concluía recomendando que qualquer acordo que se fizesse com os holandeses com base nessas linhas deveria ser condicionado à conclusão de uma aliança sólida, e não meramente uma continuação do vigente estado de trégua, incômodo e pouco satisfatório³⁷.

Embora Salvador e todas as outras pessoas competentes fossem acordes em achar que não se devia perder tempo para reforçar Angola, uma vez que “sem aquele entreposto o Brasil não lograria sobreviver, e tampouco Portugal sem o Brasil”, nada foi feito. Como sempre, havia falta de dinheiro; e se a situação de Angola se mostrava desesperadora, não era diversa a das colônias da Ásia, cujos pedidos de ajuda contra os holandeses eram muito

³⁶ Silva Rego, *Dupla restauração*, págs. 103-10.

³⁷ Arq. Hist. Colon., de Lisboa, Rio de Janeiro, caixa 1, docum. 247; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 200-1.

mais aflitivos. D. João IV, pacifista como sempre, esperava ainda que os holandeses se mostrassem dispostos a entabular negociações em Haia. Ele não podia prescindir do apoio da Holanda e da França para garantir a inclusão de Portugal entre os poderes que davam início às negociações de paz que culminariam nos tratados de Westphalia. O padre Antônio Vieira, assim como outros importantes conselheiros seus, julgava que seria possível persuadir os holandeses — a mediação da França ajudando — a fazer voltar o Brasil holandês e Angola ao domínio de Portugal, mediante o pagamento de uma grande indenização à Companhia das Índias Ocidentais, fosse em açúcar ou em dinheiro de Contado, dentro de um prazo a ser estipulado. Só em julho de 1644 foi afinal aprovado o despacho relativo ao envio de reforços para Angola, quando o plano, já agora, era apenas enviar da Bahia uma pequena força de 200 homens, comandados por dois capitães de Angola que se achavam então em Lisboa e voluntariamente se ofereceram para dirigir a pouco esperançosa empresa ³⁸.

No momento em que foi aceito o oferecimento de Antônio Teixeira de Mendonça e Domingos Lopes de Sequeira, as sugestões feitas por Salvador em outubro transato e até então protegidas, subiram à consideração do Conselho Ultramarino. Seus planos foram aprovados em princípio, exceção feita do ataque a Buenos Aires ³⁹, mas durante alguns meses nenhum passo foi dado no sentido de concretizá-los. Durante o mês de outubro de 1644 discutiu-se de novo nos conselhos o envio de auxílios para Angola, e vários conselheiros foram de opinião que Salvador era a pessoa mais indicada para comandar a próxima expedição de socorro ⁴⁰. Ficou, finalmente, decidido que ele seria nomeado general da frota de escolta para o Brasil, conforme a promessa que lhe fizera o rei no ano anterior, em Évora, e que Francisco de Souto-maior, comandante da guarnição do Rio de Janeiro, seria nomeado governador de Angola, com o encargo de comandar a próxima expedição de socorro. O problema do comboio dos navios da

³⁸ Domingos Lopes de Sequeira, que havia trazido a Lisboa a notícia do desastre de Gango, e Antônio Teixeira de Mendonça, que havia sido aprisionado naquela ocasião, mas fora libertado no Brasil por João Maurício, que se recusava a tomar conhecimento do que subordinados seus tinham feito em Luanda.

³⁹ Arq. Hist. Colon. Lisb., Rio de Janeiro, caixa 1, "consulta" do Conselho Ultramarino (10 de junho de 1644, dada à publicidade por Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 209-12)

⁴⁰ "por ser muito zeloso do serviço de V. M.", como se expressara Jorge de Castilho. Cf. Silva Rego, *Dupla restauração*, págs. 110-14.

frota açucareira do Brasil era, em qualquer hipótese, mais importante do que a necessidade de socorrer Angola, pois o açúcar do Brasil constituía a viga mestra da economia de Portugal.

O *Estado do Brasil*, como era oficialmente chamado, foi caracterizado por D. João IV, com propriedade, embora cruamente, como sendo a sua “vaca de leite”. Não haverá exagero dizer que a existência de Portugal como nação independente dependia, principalmente, dos recursos auferidos no comércio com o Brasil. Esse comércio, por sua vez, girava em torno de dois pólos, o açúcar e a escravidão. A importância do tráfico negreiro no oeste africano será discutida no próximo capítulo, devendo eu limitar-me aqui a uma breve consideração sobre o tráfico do açúcar brasileiro durante o quarto decênio de 1600.

Em conseqüência das mudanças dietéticas verificadas nos povos da Europa ocidental durante os séculos XVI e XVII, o consumo do açúcar e, conseqüentemente, a sua produção, aumentaram rápida e enormemente de volume, mormente entre as classes ricas e remediadas. Deixou de ser um luxo, comparável em escassês ao cravo da Índia e à canela, para tornar-se, a princípio, uma droga possuidora de propriedades medicinais e, finalmente, um condimento indispensável. O relator da viagem do príncipe Philip à Inglaterra, quando, em 1554, foi este casar-se com a nossa rainha Maria, observou que as “senhoras e alguns cavalheiros” tinham o costume de adicionar açúcar ao vinho, hábito que persistiu em alguns lugares do continente até o começo do século XIX ⁴¹.

Isso, no começo, era uma ostentação de riqueza; mas, em 1602, um professor italiano de Pisa notou que “quase nenhum alimento é ingerido sem açúcar nos dias de hoje. Nem mesmo o sal é um condimento mais popular” ⁴². Felizmente para Portugal, o açúcar (do Brasil) e o sal de (Setúbal) constituíam o grosso de suas exportações durante o século XVII. Esses dois artigos compensavam, até certo ponto, as impropriedades do solo e do clima,

⁴¹ *Viaje de Felipe II à Inglaterra*, ed. P. Gayangos, pág. 107 (Madri, 1877): “Echan en el vino las señoras y las damas y algunos caballeros azúcar...” Cf. o Dutch jingle do período napoleónico:

Laat ons nu eens drinken, brandewyn met zuiker
En wie zal dat betalen? de Koning van Westphalen.

⁴² G. Pancirolo, *De rebus perditis et inventis* (1602), em E. O. Lippmann, *Geschichte des Zuckers* (Berlim, 1929), que dá muitos outros exemplos da popularidade do açúcar, colhidos na literatura européia do período em questão.

que impediam Portugal de, normalmente, produzir alimentos bastantes para as suas próprias necessidades⁴³.

Por volta de 1640, exceção feita de alguns visionários e fanáticos, via-se claramente que o império português da Ásia era coisa do passado. Aliás, ele nunca havia sido economicamente muito sadio, visto que Portugal poucas indústrias possuía que fossem propriamente suas, a custo exportando para o Oriente alguma coisa mais do que soldados e oficiais, embora muitos destes se transformassem em negociantes quando chegavam a Goa. Aquela prosperidade alcançada pela *Asia Portuguesa* vinha de o poder marítimo de Portugal chamar a si a parte do leão na partilha do comércio com a Ásia, em certas trocas proveitosas, como era o caso do virtual controle dos tecidos de algodão exportados por Gujarat e Coromandel, da seda da China e da prata do Japão. Tudo era muito diferente na América portuguesa, onde não havia nenhuma velha civilização com que entrar em conflito, e onde havia mais campo para a dominação política, a atividade missioneira e a exploração econômica. A perda do comércio de especiarias da Ásia sofrida por Portugal foi mais do que contrabalançada pelo valor crescente do tráfico do açúcar⁴⁴.

É certo que o Brasil não era o único fornecedor de açúcar para o mundo atlântico e mediterrâneo, mas não há dúvida de que era ele o mais importante. São Tomé, no Golfo de Guiné e, em menor extensão, a Ilha da Madeira ainda exportavam quantidades de açúcar durante a primeira metade do século XVII. A competição com as Antilhas progredia com lentidão, não passando ainda de uma ameaça à supremacia de Portugal no tocante ao açúcar. Desde o primeiro quartel do século XVI os espanhóis cultivavam a cana-de-açúcar em São Domingos e alhures, mas as sobras exportáveis da produção parece que nunca foram muito grandes. No século seguinte, os holandeses, os franceses e os ingleses disseminaram a cana pelas pequenas Antilhas, Haiti chegando a ser, em certa ocasião, o maior produtor mundial. Na época de que nos estamos ocupando, Barbados era, potencialmente, o mais perigoso competidor, por isso que na década de 1640-50 foram introduzidos na ilha, vindos de Pernambuco, métodos aperfeiçoados de cultivo e moagem. Mas isso se deu alguns anos antes que a habilidade técnica dos ingleses em Barbados pudesse rivalizar com a dos

⁴³ Cf. as idéias expendidas por Antônio Sérgio em seu prefácio ao livro de Gilberto Freyre, *O mundo que o português criou* (Rio de Janeiro, 1940).

⁴⁴ Cf. Azevedo, *Épocas de Portugal económico*, págs. 270-1.

portugueses na América do Sul, pelo que em 1640 o açúcar brasileiro levava a palma, tanto em qualidade como em quantidade ⁴⁵. Houve quem sugerisse que o açúcar do Brasil constituía o item mais importante do comércio internacional marítimo durante o século XVII ⁴⁶. Ainda que haja exagero nesta sugestão — e o autor parece não ter levado em conta, por exemplo, a extensão da quantidade de trigo transportada do Báltico para o sul da Europa pelos holandeses — era aquele, certamente, o artigo exportado em mais larga escala do mundo tropical para a Europa. Os navios que levavam os tesouros em prata do México e do Peru, não faziam, em média, mais de três ou quatro viagens por ano, ao passo que as frotas do açúcar brasileiro, no seu período áureo, faziam mais de cem.

Em 1584, o jesuíta Fernão Cardim calculava em cento e dezoito o número de engenhos existentes no Brasil, vinte e seis dos quais estavam em Pernambuco, e trinta e seis na Bahia. A produção total deles orçava aproximadamente, entre 300 e 400 mil arrobas por ano ⁴⁷. Em 1612, oito das onze capitanias (excluídas as três mais meridionais) possuíam cento e setenta engenhos, com uma produção exportável de 500 a 600 mil arrobas. Por volta de 1627-8, novos aperfeiçoamentos técnicos dos métodos seguidos na moagem da cana elevou aquele total a duzentos e trinta engenhos. Desse número cento e quarenta achavam-se nas capitanias do Nordeste, cinqüenta na Bahia e quarenta na região do Rio de Janeiro “onde até aqui se tem prestado mais atenção à exportação da farinha (de mandioca) para Angola”, como nos informa Frei Vicente do Salvador. Na década de 1640 calcula-se que o Brasil português devia contar com duzentos a trezentos engenhos, com uma produção total de trinta a quarenta mil caixas de açúcar, ou sejam 600 a 700 mil arrobas. O Padre Vieira nos conta que os engenhos da região do Rio de Janeiro eram, em sua maioria, meras engenhocas, “como ali são chamados, sendo que três deles não chegam a igualar a um engenho grande, tanto em tamanho como em rendimento”. Durante o mesmo período (1640-4) o Brasil

⁴⁵ Cf. Canabrava, “A influência do Brasil na técnica do fabrico de açúcar nas Antilhas francesas e inglesas no meado do século XVII”, às págs. 63-76 do *Anuário da Faculdade de Ciências Económicas e Administrativas* 1946-47 (São Paulo, 1947) e as fontes ali citadas.

⁴⁶ R. Simonsen, *História económica do Brasil* (ed. São Paulo, 1944), págs. 172-7.

⁴⁷ Durante esse período a arroba de açúcar equivalia a 32 libras de peso.

neerlandês controlava cerca de cento e cinquenta grandes engenhos, dois terços dos quais funcionando regularmente ⁴⁸. Contudo, mesmo quando os holandeses controlavam o Nordeste rico, os díizimos do açúcar na Bahia e no Rio de Janeiro eram arredondados anualmente para 2.500 caixas de açúcar, ou sejam 50 mil arrobas ⁴⁹.

Com respeito à navegação as cifras dizem o mesmo. Em 1610, o número de navios carregados de açúcar com destino a Portugal foi de setenta e quatro, transportando 21.000 caixas de açúcar; já em 1618, só da Bahia chegaram a Lisboa quarenta e seis navios, enquanto que no ano anterior ali haviam descarregado 26.413 caixas de açúcar (totalizando 396.695 arrobas), sem falar nas quantidades consideráveis importadas por Setúbal, Porto, Viana, e pelos portos do Algarve. Poucos anos mais tarde, Matias de Albuquerque, calculava que uns trezentos navios, em média, partiam do Brasil anualmente, transportando entre setenta e oitenta mil caixas de açúcar, equivalentes a quatro milhões de cruzados quando desembarcados nos portos de Portugal ⁵⁰. A ocupação do Nordeste pelos holandeses, privando Portugal de suas áreas mais ricas de produção, serviu de estímulo à produção em outras partes, a julgar pelo fato de em 1636 haverem chegado a Portugal oitenta e dois navios procedentes da Bahia. Durante esse período os navios saídos do Rio de Janeiro viajavam independentemente, orçando em vinte ou vinte e cinco o número dos que dali partiram anualmente entre 1638 e 1642. Como todos os navios empregados no tráfico com o Brasil, eram eles caravelas e outros barcos de pequeno porte construídos em Portugal, ou, senão, navios grandes

⁴⁸ Cf. a edição de Sluiter da *Rezão do estado do Brasil* (1612); Vicente do Salvador, *História do Brasil*, em Simonsen *Hist. econ. do Brasil*, pág. 153; os "pareceres" de Gaspar Dias Ferreira e Antônio Vieira, S. J. (1645-8), em *Revista trimensal*, LVI, págs. 90-2, e *Rev. Inst. Arq. e Geogr. de Pernambuco*, XXXII (abril de 1887), págs. 97-100; *Rev. trimensal*, LVIII, 1 ss. O peso de uma caixa de açúcar era muito variável; Oliveira, no *Livro das grandezas de Lisboa*, fol. 12-15, estima em 15 arrobas, ao passo que escritores vindos depois, como Antonil, eleva aquele cálculo para 35 e 40 arrobas. Vieira, em seu "parecer" de 1647 e no "Papel Forte" de 1648-9 (*Revista trimensal*, LVI, págs. 38-42) calcula o dito peso em 20 arrobas, como faz também o *regimento* de Salvador datado de março de 1644 e discutido mais adiante.

⁴⁹ *Revista trimensal*, LVI, págs. 90-2.

⁵⁰ Cf. a carta de Albuquerque ao conde de Castro-Daire, datada de 29 de dezembro de 1627 e dada à estampa por Hélio Vianna, em *Estudos de história colonial*, págs. 242-4.

fretados nos países neutros, entre os quais aos do Báltico cabia a primazia ⁵¹.

Antes da trégua luso-holandesa de 1641 os corsários da companhia das Índias Ocidentais interceptaram grande número de navios portugueses no Atlântico meridional. Pertenciam eles, na sua maioria, à frota da Bahia; os do Rio tinham mais sorte, e sofriam menos danos. Tão freqüentes se tornaram esses apresamentos que os plantadores de cana se apelidaram a si próprios, com desconsolo, "lavradores de Holanda". Mesmo depois da promulgação da trégua de dez anos, não cessaram inteiramente, perdurando o risco de interceptação pelos corsários da Barbária, ou pelos piratas de Dunquerque. Essa drenagem, pesada e incessante, de que a navegação portuguesa era vítima, devia fatalmente causar grandes prejuízos a Lisboa, motivo pelo qual o uso de comboios era assunto de discussão entre os conselheiros do rei. A crise chegou ao auge em junho de 1645, com a irrupção da revolta em Pernambuco, que deu aso a que os holandeses renovassem os seus ataques aos navios portugueses em viagem pelo Atlântico sul, agora em maior escala e mais desapiedadamente do que nunca. Nada menos de duzentos e quarenta e nove navios perderam-se num só ano, de dezembro de 1647 a dezembro de 1648; mas, quatro anos antes de ocorrer esta crise final, já se havia feito um esforço sério para inaugurar um sistema de comboios ⁵².

As sugestões para que os navios destinados ao Brasil, ou que de lá viessem, viajassem em comboios (ou num só comboio), organizados nos moldes dos que a Espanha, desde 1526 havia inaugurado entre Sevilha, México e Tierra Firme, datam da segunda década do século XVII, senão antes. Em 1628, Filipe IV deu ordem para que o assunto fosse discutido pelo Conselho de Portugal e outras corporações importantes ⁵³; mas nada concreto resultou dessa providência, e tampouco de outras sugestões no sentido de armar mais eficientemente a navegação destinada ao Brasil, e de criar uma taxa de *consulado* para pagar a proteção dos comboios

⁵¹ Manuel Severim de Faria, "História portuguesa e de outras províncias do Ocidente desde o ano de 1610 até o de 1640", MS. da *Biblioteca Nacional*, de Lisboa, coleção Vimioso, A.6.27. Cf. a edição do barão de Studart (Fortaleza, 1903), págs. 20, 62, 65; Oliveira, *Liuro das grandezas de Lisboa*, págs. 12-3; cartas de Salvador datadas de 1640 e 1643, incluídas em Norton, *Dinastia dos Sás*.

⁵² Cf. meu artigo na *Hispanic-American Review*, XXIX, págs. 447-8 e fontes outras além mencionadas.

⁵³ *An. Mus. Paulista*, III, págs. 122-3, 221-2,

e as frotas guarda-costas. Os advogados do sistema de comboios, e Salvador era um deles, sustentavam que as caravelas e os navios pequenos que predominavam no tráfico com o Brasil eram outras tantas escolas de covardia para os homens que os tripulavam⁵⁴. Desarmados quase sempre, não podiam oferecer qualquer resistência aos atacantes, fossem corsários da Holanda, de Dunquerque ou da Barbária, dos quais procuravam fugir como lebres em face do perigo. Por não terem nenhuma experiência em navios de guerra, os soldados e os marinheiros portugueses, ao inverso do que acontecia com os seus antepassados, não eram respeitados pelos seus inimigos, chegando a ser motivo de chacota para os seus adversários no mar. Quando agiam isoladamente, os piratas holandeses não eram particularmente formidáveis, pelo que, defrontando-se com comboios fortemente escoltados, ou não ousavam atacar, ou eram postos fora de combate, caso a isso se aventurassem. Os adeptos do sistema de comboios lembravam ainda que os holandeses haviam, nos últimos anos, desistido de interceptar as frotas espanholas da prata, fortemente protegidas.

Mas as dificuldades para instituir um sistema de comboios no tráfico de Portugal com o Brasil, eram muito maiores do que faria supor o da Espanha com as Índias Ocidentais. Uma das razões, entre outras, era que a Espanha, desde 1503, centralizava o seu tráfico com a América, pondo-o sob o controle da *Casa de Contratación*, com sede em Sevilha. Nenhum outro porto espanhol tinha a permissão de tomar parte no tráfico com o Novo Mundo, a não serem umas poucas exceções temporariamente toleradas entre 1529 e 1573. O movimento comercial com o Brasil, pelo contrário, nunca esteve centralizado em Lisboa. Viana de Castelo, Porto, Aveiro, Lagos, Faro, a Ilha da Madeira e os Açores tinham parte importante no tráfico com o Brasil e o Maranhão. Conseguir comboios para todos esses portos era coisa manifestamente impossível, e a concentração do comércio marítimo em qualquer um daqueles portos acarretaria inevitavelmente a ruína dos demais. Mais ainda, enquanto as "flotas" dirigiam-se exclusivamente para os três portos americanos de Cartagena de Índias, Puerto Bello e Vera Cruz (os do Caribe sendo servidos por uns

⁵⁴ Sluiter, *Rezão do estado do Brasil, 1612*, "...o uso infame do fugir das caravellas". Vieira, Salvador Correia de Sá e Benavides, Sousa de Macedo e outros externaram-se com energia sobre essas "escolas de fugir", como as chamavam. Cf. meu artigo em *IV Congresso da história nacional* (Rio de Janeiro, 1950), v. 305-59, e os documentos ali dados a lume; também Varnhagem, *História geral*, II, págs. 198, 423.

poucos veleiros, mediante licença especial), os navios portugueses estavam acostumados a freqüentar muitos portos pequenos ao longo da costa atlântica, desde o Amazonas até ao Rio da Prata, sem falar na Bahia e no Rio de Janeiro, em situação particular, devido à sua importância⁵⁵.

Alegava-se ainda que o sistema de comboios não impedira que em 1628 Piet Heyn se apoderasse de toda a frota espanhola da prata, e tampouco evitou os prejuízos causados em outras ocasiões pelos holandeses. Se esses ataques haviam cessado a partir de 1630, isso se devia ao fato de haver a Companhia das Índias Ocidentais desviado as suas energias das Antilhas para o Brasil. Para os holandeses de Pernambuco teria sido muito mais fácil interceptar as frotas do Brasil do que as da Prata, nas Índias Ocidentais, onde a Companhia não dispunha de alguma base naval comparável a Recife.

Acresce que os ventos, variáveis com as estações, e as correntes existentes ao longo da costa do Brasil não se mostravam favoráveis em todas as épocas do ano aos navios que atravessavam o Atlântico em demanda dos diferentes portos, ou se dedicavam à navegação de cabotagem entre eles. Essa foi a razão pela qual o Maranhão e o Pará tinham sido separados do resto do Brasil, em 1621, como estado à parte. A navegação direta entre Portugal e essa região era muito mais fácil do que entre o Maranhão e Pernambuco ou Bahia.

Postas de parte essas dificuldades estratégicas e geográficas, as principais objeções feitas ao esquema de comboios vinham precisamente daqueles que, como era de supor, deviam ser mais favorecidos por ele: os lavradores de cana, os negociantes, os donos de navios e seus comandantes. Eram, principalmente, de três naturezas as objeções levantadas. Em primeiro lugar, a de que o sistema de comboios dependia de se terem à disposição navios maiores e melhor aparelhados para a defesa. Tais navios, bem providos de canhões, só poderiam ser fornecidos pela coroa, ou por uns poucos indivíduos ricos — um dos quais era Salvador, deve notar-se. Os pequenos negociantes, e os donos dos barcos que constituíam ainda o grosso dos que se dedicavam ao tráfico com o Brasil, não possuíam capital para construir tais navios, e

⁵⁵ Para uma descrição do que eram as "flotas" de Espanha e o seu sistema de comboios, cf. Haring, *Trade and Navigation between Spain and the Indies*, e *Spanish Empire*, págs. 313-34 (1918).

tampouco para pô-los em operação, caso fossem construídos. Em segundo lugar, na viagem de volta, a reunião de todos os navios num comboio envolveria necessariamente longos períodos de espera no porto terminal, que era a Bahia. Isso acarretaria, sob o clima tropical, a deterioração das mercadorias, inclusive a baixa do preço do açúcar nos portos da Europa. Finalmente, em terceiro lugar, os portugueses faziam mais uso de navios estrangeiros do que os espanhóis, além de que os mestres desses navios, embora possuísem carta para viajar entre os portos de Portugal e do Brasil, preferiam fazê-lo quando mais lhes conviesse e sob a sua própria responsabilidade. Por estas e outras razões, a maioria dos lavradores, negociantes e mestres de navio preferiam o sistema (ou a falta de sistema) em voga, no qual os barcos partiam do Brasil para Portugal assim que o açúcar era encaixotado e posto a bordo, com um mínimo de espera depois da safra. Os que chegavam primeiro em Portugal alcançavam os melhores preços, enquanto os holandeses ou o diabo ficavam com o que vinha atrás ⁵⁶.

Depois de muita discussão entre as partes interessadas, chegaram elas a um acordo, ficando decidido que os navios que partiam de Portugal para os portos brasileiros podiam viajar independentemente, mas que todos aqueles que saindo dos referidos portos voltavam para a Europa, deviam viajar juntos, em comboios formados na Bahia. Nessa adoção parcial ao sistema de comboios teve parte saliente o marquês de Montalvão, que era o mais velho dos estadistas com olhos voltados para a importância do poder marítimo e um ardoroso advogado do fortalecimento da frota portuguesa de alto-mar (*armada real*) e da marinha mercante ⁵⁷.

Salvador foi escolhido como primeiro general da frota de escolta, conforme lhe prometera em Évora (outubro de 1643) D. João IV, para os comboios do Brasil, por um período, segundo parece, de dez anos. A primeira minuta do seu regimento traz a data de janeiro de 1644 e as instruções definitivas foram-lhe dadas dois meses depois. É o mesmo conteúdo de ambas; mas, como

⁵⁶ Argumentos pró e contra o sistema de comboios podem ser procurados em Vieira, "Papel Forte" de 1648-9, e nas fontes citadas na nota 54.

⁵⁷ Cf. o artigo de Montalvão sobre o poder marítimo de Portugal, publicado em *Ocidente*, VIII, págs. 257-62 (Lisboa, 1940); e Ericeira, *Portugal restaurado*, vol. I, livro VII.

sejam demasiado longas para serem reproduzidas aqui, resumiremos, como se segue, os seus pontos capitais⁵⁸.

Entraria a coroa com duas naus (a *capitânea* e a *almiranta*) tomadas à frota de galeões de alto-mar, deslocando cada qual seiscentas toneladas ou mais, bem providas quanto a canhões e tripulação. As despesas com esses dois galeões seriam cobertas pelos fretes e taxas cobrados sobre o açúcar embarcado no Brasil. A coroa nomearia também os oficiais incumbidos do comando dos marinheiros e dos soldados, bem como os funcionários encarregados de manter a disciplina, receber os fretes, etc.

Daí em diante todos os navios utilizados no tráfico com o Brasil deviam ter, no mínimo, duzentas toneladas de deslocamento e dez bocas de fogo. Pondo de parte as caravelas e navios semelhantes, que estavam em uso, ou em estoque, nenhum navio de menos de duzentas toneladas de deslocamento foi construído desde então com a referida finalidade. Verificou-se que a supressão brusca e completa do uso dos navios de menos de duzentas toneladas acarretaria grande perturbação no tráfico, convindo aguardar a construção de navios maiores. Mas, embora as caravelas e outros navios pequenos pudessem, em desespero de causa, ser temporariamente utilizados no tráfico com o Brasil, seus donos, ou seus mestres, ficavam obrigados a pagar uma parte do frete e *avaria* (taxa de comboio), para cobrir os gastos feitos na compra dos galeões e no pagamento dos soldados e marinheiros embarcados nos navios grandes. Esperava-se estimular por esse meio a construção de navios maiores e mais bem armados, restringindo ao mesmo tempo o uso dos navios pequenos, até que estes fossem inteiramente substituídos pelos da primeira categoria. Com o mesmo intuito, devia sempre dar-se preferência, como cargueiros, aos navios grandes e bem armados, aos pequenos só se permitindo meia carga. Os fretes sobre o açúcar embarcado deviam também ser

58 "Regimento, jurisdição e poder para o General Salvador de Sá e Benavides nas frotas que tenho ordenados", o borrão original e uma cópia datada de 29 de janeiro de 1644, no Arq. Hist. Colon., de Lisboa, Bahia, Caixa 1, papéis avulsos. O regimento final de 26 de março de 1644, foi primeiramente publicado por Silva Lisboa em *Annaes*, II, págs. 161-174, e, mais tarde, na *Revista trimensal*, LXIX (1), págs. 131-42, por outra cópia existente na Torre do Tombo, "Livro dos regimentos do conselho ultramarino", fol. 13, V e ss. Há uma terceira cópia na Biblioteca da Ajuda, cód. 51-VII-43, fol. 102 e ss. É oportuno mencionar que, conforme fossem comandadas por um general, um almirante ou um subalmirante ("admiral", "vice-admiral" e "rear-admiral", em inglês) as naus portuguesas eram chamadas respectivamente, capitânea, almiranta e vice-almiranta.

calculados de acordo com uma escala móvel, a qual garantia, automaticamente, aos navios de grande tonelagem grande vantagem, em comparação com os pequenos e mais pobres em artilharia. A *avaria*, ou taxa de comboio, era cobrada sobre todas as importações e exportações, mas era do açúcar e do pau-brasil que provinha a maior soma.

A *armada de escolta* devia deixar Lisboa em fins de setembro de cada ano, com destino à Bahia e ao Rio de Janeiro. Devia sair do Rio com os navios carregados de açúcar em fins de março do ano seguinte, pegar outros na Bahia em abril, e zarpar então para Portugal, com todo o comboio. A *armada real* deveria encontrar-se com o comboio 41 graus a oeste da costa portuguesa, e escoltá-lo sucessivamente até ao Porto, Viana e Lisboa. Os galeões da armada de escolta seriam então descarregados e, em seguida, aprestados para repetir a viagem redonda, que começava em setembro. Está claro que havia necessidade de rapidez, visto como o comboio vindo do Brasil não deveria alcançar os portos de Portugal antes de julho ou agosto.

Como a concentração, em Lisboa, de todos os navios com destino ao Brasil, e a longa espera no Rio ou na Bahia, deveriam causar, inevitavelmente, transtornos e demoras aos proprietários e aos mestres nos outros portos portugueses, ficou resolvido que os navios poderiam deixar Portugal e ilhas com destino aos portos do Brasil quando bem entendessem, sem esperar que viessem de Lisboa os galeões de escolta; mas, a viagem de volta do Brasil deveria ser feita em comboio, sendo a Bahia o lugar do *rendez-vous* e o ponto de partida. Abrir-se-iam unicamente exceções a essa regra em se tratando de barcos destinados ao transporte de correspondência expressa e importante.

Nos casos de maior gravidade, Salvador contaria com a assistência de um conselho de guerra, cujos membros eram o almirante, o auditor, o sargento-mor (ou oficial comandante das tropas embarcadas) e o comandante da nau capitânea. Tinha autorização para imprimir, nos portos do Brasil, qualquer jornal de bordo, contratar carpinteiros e adquirir maçame, redes e material de construção naval de que acaso necessitasse. Foi-lhe dado também completo controle sobre todos os navios de sua frota, com o respectivo pessoal, independentemente das autoridades de terra, que tiveram ordens para com ele cooperar em todas as ocasiões. O salário da marinhagem seria pago em duas metades, uma no Brasil e a outra em Portugal; mas, tanto Salvador como os

militares a ele subordinados receberiam no Brasil um terço de seus ordenados, e em Portugal os dois terços restantes. Os outros itens do *regimento* eram regras concernentes à precedência, às bandeiras e saudações por ocasião do encontro com navios das Índias Orientais ou com a armada real⁵⁹.

São aqui dignos de consideração dois itens da minuta de janeiro que foram omitidos na redação final (de março), em virtude de sua relevância com relação ao modo de agir de Salvador nos anos seguintes. Num deles era-lhe dada a ordem de oferecer a cooperação naval e militar de seus galeões de escolta ao governador-geral, na Bahia, caso esse dignitário solicitasse a sua assistência em medidas de defesa. No outro, o rei declarava haver tomado em boa nota a sugestão feita por Salvador de que os navios destinados ao tráfico com o Brasil podiam ser construídos no próprio Brasil. Pelo que Salvador foi expressamente autorizado a recrutar para tal fim trabalhadores índios nas missões jesuíticas das capitânicas do sul, “pagando-lhes as diárias da vossa algibeira, não podendo ninguém incomodá-los enquanto estiverem ocupados no trabalho; ordeno ainda que os padres da Companhia a que estão subordinados vo-los entreguem, não os levando para lugar nenhum, sob qualquer pretexto”⁶⁰.

Embora o rei houvesse prometido a Salvador o posto de general das frotas do Brasil em outubro de 1643, e o regimento definitivo, de março de 1644, previsse a sua partida para a Bahia em fins de outubro, ele só largou do Tejo no desempenho de sua missão no dia de Natal de 1644, exatamente um ano depois de haver o rei assinado o seu comissionamento⁶¹. Uma das razões dessa demora foi o mau desempenho do seu imediato no comando, ou almirante, Diogo Martins Madureira, por ocasião de uma batalha naval travada por esta época entre a armada real e dezesseis corsários de Dunquerque, ao largo das ilhas dos Açores, dando

⁵⁹ Na minuta de janeiro, o regimento aduz pormenores sobre a equipagem, omitidos na versão de março. Assim é que os navios de 12 a 18 canhões deviam levar 70 a 80 marinheiros, os de 18 a 24 canhões 80 a 90, e os de 24 ou mais canhões, 90 a 100 marujos. Os proprietários dos navios forneceriam a cada um de seus homens um mosquete e uma lança.

⁶⁰ Arq. Hist. Colon., Lisboa, Bahia, caixa 1. Cf. a representação dos paulistas sobre as vantagens da construção dos navios nas capitânicas do sul, em 1641-2, dada a lume na *Revista trimestral*, XII, págs. 22-3, e em Taunay, *Hist. das Bandeiras*, III, pág. 48.

⁶¹ Arq. Hist. Colon., de Lisboa, “consultas do Conselho da Fazenda, cód. 45, fol. 1, alude à nomeação definitiva de Salvador como general “da frota que ora mando ordenar para dar escolta aos navios da navegação das partes ultramarinas do Brasil”, a 24 de dezembro de 1643.

motivo a que Madureira tivesse de responder perante uma corte marcial, acusado de covardia. Não se sabe, ao certo, se Salvador teria tomado parte também nessa refrega, em que se perdeu o galeão português *Santo Antônio*, de que era capitão Pedro González Rotea; mas há motivos para supor-se que ele ali tinha estado ⁶².

Fosse como fosse, a armada de escolta das frotas do Brasil (como era grandiloqüentemente chamada) comandada por Salvador, quando finalmente fez-se ao mar, no Natal de 1644, estava reduzida aos dois galeões reais *São Pantaleão* e *São Pedro de Hamburgo*. Na véspera da partida do ancoradouro de Belém, o Conselho Ultramarino fez chegar às mãos de Salvador um maço de cartas que acabavam de chegar da Bahia, contendo as últimas notícias sobre a situação na colônia. Entre esses despachos havia um do governador-geral, Antônio Telles da Silva, relativo à iminência de um ataque dos holandeses à Bahia. A notícia de que haviam partido reforços em auxílio da abortada expedição de Hendrik Brouwer ao Chile, causou grande alarme às autoridades coloniais. Embora fosse anunciado que aquela frota se destinava ao Chile, temiam que o destino que se declarava ser o seu não passasse de um embuste, sendo a Bahia, muito provavelmente, o seu objetivo real. Nisso, como vimos, estavam elas enganadas; mas a correspondência recebida aumentou as preocupações de Salvador, que se via tolhido pelas ordens que recebera de tratar com ardilosa cordialidade todos os navios holandeses ⁶³.

Fez Salvador boa viagem, chegando à Bahia ao cabo de dois meses. Tanto os cidadãos da capital da colônia, como os lavradores do Recôncavo, não ficaram nada contentes com as ordens que ele trazia para inaugurar o sistema de comboios e arrecadar as taxas adicionais destinadas a atender às despesas disso decorrentes. O pagamento de fretes e avarias vinha sendo, desde longo

⁶² Arq. Hist. Colon., de Lisboa, Bahia, caixa 1, "consulta" de 25 de outubro de 1644. Cf. Chaby, *Synopse*, I, págs. 66, 75, 198, e *Cartas del Rei D. João IV ao Marquês de Niza*, I, págs. 223. Os historiadores ignoram totalmente essa ação naval, sobre a qual foi-me impossível encontrar relato pormenorizado.

⁶³ Arq. Hist. Colon., de Lisboa, Bahia, caixa 1, carta de Antônio Telles da Silva, datada de 30 de setembro de 1644, com os documentos comprobatórios. Para relatos coevos da expedição de Brouwer ao Brasil, cf. *Journael ende Historis verhael van de reyse gedaen by Oosten de Straet le Maire, naer de custen van Chili, onder het beleyt van den heer Generael Hendrick Brouwer* (Amsterdã, 1646), e a *Relación* (de 1648) do marquês de Mancera, supracitada à pág. 172.

tempo uma causa de atrito com os colonos em geral e os lavradores em particular. Em 1626, a câmara da Bahia protestara com energia contra o seu aumento, e o padre Antônio Vieira deu eco às suas queixas num eloqüente sermão, pregado na igreja da Misericórdia local, quatorze anos mais tarde⁶⁴. Os conselheiros municipais apressaram-se em convocar uma assembléia-geral, na qual se decidiu enviar um veemente protesto à coroa contra a mal recebida inovação e, enquanto isso, recusar o pagamento integral da avaria, ou taxa de comboio, especificada nas instruções dadas a Salvador em 1644.

Conseguiu-se um acordo, graças ao qual os impostos da avaria, que favoreciam os navios grandes às custas das caravelas, foram substancialmente modificados, de modo a não pesar tanto sobre as últimas, injustamente. Parece que até esta concessão foi repudiada pelos cidadãos e pelos camponeses, depois da partida de Salvador para o Rio. Ulteriormente, resolveu o Conselho não se limitar a escrever para a coroa e enviar a Lisboa um emissário com o fim de solicitar a abolição do sistema de comboio, e de obter para a capital da colônia os mesmos privilégios da cidade do Porto, de conformidade com a promessa feita no Rio de Janeiro, em 1642⁶⁵. A esse emissário, Pedro Marinho, concedeu-se um ano de prazo, ou mais, para conseguir o objetivo visado. Se ele lograsse desincumbir-se da tarefa antes do dito prazo, “queria que não lhe pedissem contas do dinheiro que tivesse recebido, e tampouco dos presentes que lhe fossem enviados para serem dados aos ministros que ele achasse de necessidade subornar”⁶⁶.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, em princípios de abril de 1645, Salvador foi encontrar oposição semelhante. A 6 de abril realizou-se uma assembléia-geral dos cidadãos preeminentes, clero e agricultores, com o fim de protestar contra a inauguração do sistema de comboios: nessa ocasião, as objeções feitas às odiosas inovações foram apresentadas com energia. Respondendo a elas, Salvador começou agradecendo o espírito público com que os cidadãos do Rio haviam tantas vezes, no passado, subscrito em empréstimos voluntários e lançamentos de impostos. Sabia “que no porto havia

⁶⁴ *Atas*, Bahia, I, págs. 37-8; o sermão pregado na igreja da Misericórdia a 2 de julho de 1640.

⁶⁵ Esses privilégios incluíam a imunidade dos cidadãos à prisão arbitrária, tortura, conscrição e assim por diante; mas eles nem sempre foram respeitados pela coroa. Cf. Zenha, *O município no Brasil*, págs. 98-103, onde há uma exposição completa sobre o assunto.

⁶⁶ *Atas*, Bahia, II, págs. 265-73.

muitos navios sem soldados e sem armamento, mas que os seus carregamentos tinham sido todos embarcados e pagos em bases módicas, conforme prévia combinação. Estava assim disposto a permitir que eles viajassem no comboio, contanto que pagassem uma avaria modesta de 60 réis, como fora decidido na Bahia, sendo a metade destinada aos donos dos navios portadores de dez canhões ou mais; e a outra metade reservada para o pagamento dos soldados embarcados nesses navios grandes. Com relação aos fretes, deveriam eles ser reduzidos proporcionalmente de acordo com o peso em toneladas, tal como tinha sido convencionado na Bahia". Esse compromisso foi aceito unanimemente por todos os presentes, sendo lavrado um documento de que ficaram constando essas decisões e em que todos assinaram na devida forma⁸⁷.

O essencial nesse compromisso era que o sistema de comboio foi aceito em princípio, e que a odiosa distinção entre fretes e avarias, e a entre as diferentes categorias de embarcação fossem drasticamente modificadas, de modo a favorecer os navios menores e mais fracos. O modo de sentir de Salvador era antes ambíguo. De um lado, ele aparecia como um dos maiores advogados do sistema de comboios, tendo grande responsabilidade na redação das ordens que provocavam tão forte oposição no Brasil; de outro lado, como era um dos principais plantadores de cana do Rio de Janeiro, forçosamente simpatizava com as objeções levantadas pelos lavradores contra o pagamento de fretes altos e das avarias, mesmo que tomasse o cuidado de embarcar o seu açúcar no grande galeão de sua propriedade, o *São Pantaleão*, que como nau capitânea era bem armado de canhões.

A inauguração do sistema de comboios e a violenta oposição dos conselhos municipais da Bahia e do Rio a essa inovação, dão-nos exemplo incisivo da influência exercida pelas câmaras da colônia e da extensão de seus poderes. Deve ter ficado claro que elas chegaram a desafiar a coroa e o general-comandante das frotas do Brasil. Não causa surpresa que na Bahia as dificuldades experimentadas por Salvador tenham sido maiores do que no Rio de Janeiro, onde ele residia. Os conselheiros daquela cidade contavam com o apoio do governador-geral, que, como sabemos, nunca foi muito amigo de Salvador; no Rio, pelo contrário, o general das frotas do Brasil tinha meios para fazer com que os seus pontos de vista fossem acolhidos favoravelmente, até porque

⁸⁷ O auto de 6 de abril de 1645 foi publicado na íntegra por Silva Lisboa, em *Annaes*, II, págs. 174-5.

o governador ali em exercício, Duarte Correia Vasqueanes, tinha com ele parentesco⁶⁸.

Embora inicialmente tivesse recebido ordens para partir do Rio com o comboio no mês de março, Salvador, que só chegara ali em abril, não pôde deixar a Bahia antes de julho. Um dos assuntos a que teve de prestar atenção durante a sua permanência de três meses no Rio foi a organização das minas de São Paulo, das quais fora nomeado administrador por Filipe IV, nomeação esta confirmada em 1643 por D. João IV, a despeito da violenta oposição dos paulistas, assim em palavras como em atos. O regimento e as instruções que devia seguir como governador das minas foram-lhe dadas em junho de 1644, cotribuindo para alargar os poderes, aliás já bastante grandes, de que dispunha. Incluíam eles uma autorização para que Duarte Correia Vasqueanes atuasse como deputado seu, nos impedimentos decorrentes das suas viagens como general das frotas do Brasil⁶⁹.

Embora não haja razões para supor que ele se viu na contingência de tomar qualquer decisão ou medida drástica com relação às minas, não será inoportuno dizer algo a respeito da situação em que se achava, nesta época, a procura de metais (e pedras) preciosas no sul do Brasil. A espantosa exploração das minas de ouro e de prata no México e no Peru, pelos espanhóis, deveria despertar, naturalmente, grande inveja e emulação entre os portugueses. Sendo inevitavelmente muito vagos os conhecimentos que se tinham do interior do continente, era corrente supor-se que o Alto Peru e Potosí se achavam muito mais próximos do Brasil do que realmente estavam. As lendas transmitidas pelos Tupi e as aventuras contadas pelos viajantes europeus que tinham andado por essas paragens concorreram para aviventar a crença na existência de cadeias de montanhas reluzentes de esmeraldas, diamantes e cristais, não falando nas misteriosas minas de ouro e de prata, equivalentes a outro El Dorado⁷⁰.

⁶⁸ Duarte Correia Vasqueanes era meio-irmão de Salvador Correia de Sá, o velho. Faleceu no Rio de Janeiro a 23 de maio de 1650 em idade muito avançada, tendo exercido funções de governador na cidade em seis ocasiões diferentes.

⁶⁹ Esses relevantes documentos foram trazidos a lume por Silva Lisboa, em *Annaes*, II, págs. 80-3, 182-90; e na *Revista trimensal*, vol. LXIX, parte 1, págs. 116-99.

⁷⁰ Refletem-se tais suposições na narrativa de Knivet, dada à luz por Hakluyt, e em todos os relatos da época concernentes ao Brasil. A má sorte do coronel Fawcett é forte sugestão no sentido de demonstrar que aquelas crenças não se desvaneceram inteiramente nos dias atuais.

Repugnava aos portugueses admitir que não houvesse nenhum Potosi no lado da linha de Tordesilhas que lhes pertencia, sendo isso uma das razões pelas quais os paulistas avançaram tanto para oeste. A esperança de descobrir uma contrapartida do *cerro de Potosi* foi uma das estrelas que inspiraram os paulistas em suas penetrações no interior das terras, embora fosse o cativo dos índios o seu objetivo principal. O epílogo desanimador ou desastroso de muitas dessas expedições não conseguiu arrefecer a difundida crença na existência de uma "serra das esmeraldas" e das minas de prata de Sabarabuçu. Não há muitas pessoas dotadas do atilado bom senso do governador-geral Diogo de Menezes, quando, em 1609, declarou ao rei que aquelas expedições em busca de metais preciosos não passavam de inútil perda de tempo e de energias, uma vez que o açúcar e o pau-brasil eram as verdadeiras minas de onde a colônia tirava sua riqueza⁷¹.

Dessa desilusão não deixava de participar a família Correia de Sá, como resultado de sua própria experiência quando em busca de pedras preciosas e metais no interior de São Paulo. Depois das mal sucedidas expedições de Martim de Sá, entre 1608 e 1618, a que se fez referência páginas atrás⁷², tanto ele como o filho mostraram-se mais interessados em suas lavouras de cana e no tráfico de escravos, embora não desprezassem inteiramente o assunto das minas. Encontraram-se na capitania de São Vicente ouro de aluvião e, ao que parece, minério de prata; mas paira ainda incerteza no tocante ao vulto que tiveram essas explorações. Não obstante, o produto delas foi suficiente para justificar a criação, em São Paulo, de uma casa-de-fundição, e permitir, de quando em quando, a remessa de quantidades respeitáveis de ouro para Lisboa, sob a forma de *quintos*. Quantidades muito maiores terão sido clandestinamente obtidas pelos paulistas, pois a existência no século XVII de vários ourives em São Paulo indica que ele deve ter sido uma espécie de mercado para esse ouro.

Obedecendo a um velho precedente, todas as minas descobertas no território da colônia faziam parte do patrimônio da coroa, sendo este um dos motivos que levavam os seus descobridores a mantê-los em segredo durante o maior tempo possível. Em 1617,

⁷¹ Para o dito de Menezes e as tentativas feitas pelos antecessores de Salvador para descobrir minas, cf. Varnhagen, *História Geral*, II, págs. 144-67; J. Pandiá Calógeras, *As minas do Brasil e sua legislação*, I (Rio de Janeiro, 1904).

⁷² Vide págs. 52-3.

a conselho do pai e do tio de Salvador, a coroa declarou que tanto as minas já descobertas no Brasil, como as que viessem a sê-lo no futuro podiam ser exploradas livremente pelos seus descobridores, com a condição apenas de serem pagos os quintos reais. Na mesma ocasião, seguindo o modelo espanhol, foram promulgadas pela coroa as regulamentações atinentes à exploração e ao desenvolvimento das minas no Brasil. Foi o código de minas espanhol, publicado em Valladolid em 1603, que serviu de base às instruções baixadas pelo próprio Salvador em 1644⁷³.

O regimento de Salvador foi vasado em termos tais que se percebe claramente que a corte vivia na incerteza quanto às probabilidades de serem encontradas minas de ouro e de prata no sul do Brasil. O ônus do descobrimento e da exploração delas foi lançado sobre os ombros de Salvador, a quem, para este fim, foram concedidos poderes excepcionais e o encargo de atender a todas as despesas com a prospecção e o funcionamento. Nenhum dos títulos e recompensas que haviam sido liberalmente prometidos no papel aos descobridores se concretizaria enquanto “as minas não fossem descobertas e entrassem em pleno funcionamento, fazendo com que o meu tesouro receba, livre de qualquer encargo ou despesa, ouro metálico e não de aluvião, valendo, no mínimo, 400 cruzados”. Para facilitar as pesquisas, Salvador ficava expressamente isento de controle por parte do governador-geral do Brasil, toda vez que se tratasse de minas situadas nas capitanias do sul, devendo os paulistas obedecer às suas ordens, qualquer que fosse a matéria em causa. O emprego dos índios como mineiros foi permitido com certas ressalvas, que, com todas as probabilidades, terão sido tão incapazes de impedir abusos quanto haviam sido as introduzidas no caso da *mita*, no Peru.

Um dos pontos mais interessantes do regimento em questão, e daqueles que têm sido discutidos com mais calor pelos historiadores brasileiros, é a cláusula que dá ordem a Salvador para fundar em São Paulo uma *casa da moeda*, “onde as pessoas que tivessem ouro consigo e quisessem cunhá-lo em moedas pudessem fazê-lo”, obedecendo às especificações adotadas em algumas de Portugal, cuja casa da moeda, em Lisboa, podia fornecer os cunhos necessários. Embora pelos dizeres da cláusula em apreço

⁷³ O código de Valladolid (1603) foi publicado por Silva Lisboa, em *Annaes*, II, págs. 306-38; e na *Revista trimensal*, LXIX, págs. 201-6. O regimento de Salvador, de 3 de junho de 1644, foi publicado em *Annaes*, II, págs. 182-9, por uma cópia existente nos arquivos de São Paulo, mas com a data errônea de 7 de junho.

esteja patente que a fundação de uma oficina de cunhagem de moedas em São Paulo era fruto de firme resolução, nenhuma prova decisiva temos de que algo concreto se tenha feito nesse sentido em todo o século XVII. As provas que se têm a respeito do assunto são conflitantes, mas o balanço das probabilidades fala contra isso. Verdade é que o padre Simão de Vasconcellos afirma categoricamente em mais de um de seus trabalhos que durante a sua época foram efetivamente cunhadas moedas do tipo conhecido como “de São Vicente” na capitania do mesmo nome. Mas é sabido que Simão de Vasconcellos é uma autoridade de quem devemos desconfiar, embora não devamos considerá-lo tão infiel quanto nos querem fazer supor os seus modernos detratores. Tudo considerado, parece improvável que tenha existido em São Paulo algo mais do que uma fundição do governo, para onde os mineiros levavam o seu ouro para ser transformado em barras, nas quais se estampavam as armas reais e (caso o desejassem) a marca particular de seus proprietários⁷⁴.

Não há qualquer documento provando que Salvador tenha ido a São Paulo para instalar em 1645 a projetada casa da moeda, sendo extremamente improvável que isso haja acontecido. Ele era, como sempre foi, ardente partidário dos jesuítas; e o partido antijesuítico, ainda bastante forte entre os paulistas, estava firmemente resolvido a não ter tratos com a Companhia e com aqueles que lhe emprestavam apoio. A região do planalto achava-se também bastante agitada com a sangrenta rivalidade existente entre duas de suas principais famílias, os Pires e os Camargo, que se mostravam adeptos da “vendetta”, a modo dos Montague e dos Capuleto. Tudo que sabemos a respeito das ligações de Salvador com as minas de São Paulo durante a época em apreço mostra que ele nada mais fez do que praticar atos de rotina administrativa e tomar medidas a elas concernentes⁷⁵.

Convém lembrar que em 1644 o Conselho Ultramarino decidira despachar duas expedições para socorrer os portugueses no

⁷⁴ Para pormenores a respeito de Salvador e da *Casa de Moeda* de São Paulo, cf. o extenso artigo de A. Taunay, nos *Anais do primeiro congresso brasileiro de numismática*, vol. I (São Paulo, 1937); Mário Barata, *Ensaio de numismática e ourivesaria*, págs. 37-58 (Rio de Janeiro, 1949). A primeira casa da moeda, no verdadeiro sentido do termo foi (com toda probabilidade) a estabelecida na Bahia em 1694-5. Cf. Varnhagen, *História geral*, III, págs. 325-6 e 351-3.

⁷⁵ *Registro geral*, II, 117; *Actas*, São Paulo, V, pág. 105; Carvalho Franco, “Os Correia de Sá na história das minas de São Paulo”, em *O Estado de S. Paulo* (1941), XI.

interior de Angola, uma das quais devia ser organizada na Bahia e a outra no Rio de Janeiro. A primeira força expedicionária deixou a Bahia em fevereiro de 1645, desembarcando no ancoradouro de Quicombo (que fica aproximadamente a meio caminho entre Luanda e Benguela, e não tinha sido ocupado pelos holandeses), dois meses depois. No caminho para Massangano, metade dessas forças foi surpreendida a 19 de junho de 1645 por uma horda de Jaga antropófagos, que a todos, com exceção de quatro, transformaram em comida, “sepultando-os em seus ventres”, como se exprimiu, com horror, uma narrativa de época. A segunda força expedicionária devia partir do Rio sob o comando de Francisco Soutomaior, comandante da guarnição local. Salvador tinha ordem para supervisionar e apressar a mobilização da expedição com a obrigação de não sair para São Paulo, ou para qualquer outra parte, antes de haver ela partido para o seu destino ⁷⁶.

Francisco Soutomaior havia sido governador em exercício do Rio de Janeiro até a sua substituição por Duarte Correia Vasqueanes, em fins de março de 1645. Era bem clara a sua relutância em trocar a boa vida no Rio pelo interior insalubre de Angola, onde estaria entre o demônio dos holandeses hereges e o mar sem fundo das tribos hostis dos nativos. A maioria dos soldados da guarnição do Rio sentia como ele, e os recrutas foram muito morosos a se apresentar. Salvador escolheu dois capitães locais, amigos de Soutomaior, para prestar serviço na força deste último e apressar o recrutamento; mas ambos alegaram dificuldades para seguir. Advertiu-os Salvador, com aspereza, que “o lugar para onde ele os estava mandando era daqueles em que eram maiores os perigos, e que era isso que os soldados de brio deviam procurar”. Sarcasticamente, disse mais que não era para nada que o rei os havia mantido todos esses anos no Rio de Janeiro, como parte de uma guarnição bem paga e sossegada, e que esta era a hora de demonstrarem a sua força de ânimo e a sua gratidão. De seu lado, Soutomaior se queixava de que Salvador lhe dera a escória da soldadesca do Rio, “recrutas brancos e esfarrapados”, além de lhe fornecer suprimentos deficientes para a sua perigosa expedição. O fato de serem, Soutomaior e seus capitães, amigos

⁷⁶ Para a organização dos reforços para Angola em 1643-5, e a sorte da expedição da Bahia, comandada por Teixeira de Mendonça e Lopes de Sequeira, cf. *Arquivos de Angola*, segunda série, I, págs. 135-44; e Silva Rego, *Dupla restauração*, págs. 103-21.

íntimos de Domingos Correia, velho desafeto de Salvador, não podia contribuir para que houvesse cooperação harmoniosa entre as duas partes. Soutomaior tinha sido também um subordinado e pessoa de confiança do governador-geral Antônio Telles da Silva, que, como vimos antes, não vivia muito às boas com Salvador.

Somente depois de muita turra e recriminações recíprocas é que, a 8 de maio, a expedição de Soutomaior, composta de cinco navios transportando 260 homens, partiu para Angola. Aportaram em Quicombo a 24 de junho, depois de terem tomado água em Mossâmedes, um pouco mais ao sul. Acompanhados pelos sobreviventes da malfadada expedição vinda da Bahia, e por uns tantos refugiados de Benguela, Soutomaior e seus homens alcançaram, finalmente, a base portuguesa de Massangano, em fins de 1645 ⁷⁷. Soutomaior era portador de algumas ordens secretas, mas o teor delas é desconhecido. É provável que fossem vasadas de acordo com as sugestões feitas em Évora por Salvador, em outubro de 1643. Como então observou, “a guerra é feita de estratagemas, e eles (os holandeses) as têm usado muitas vezes”. Havia pouca coisa a escolher no emaranhado das decepções, mas as coisas tinham chegado a tal ponto que as hostilidades veladas estavam a caminho de chegar à guerra declarada, quando em maio de 1645 irrompeu em Pernambuco a insurreição contra os holandeses.

Muitas e variadas foram as causas desse levante, só sendo possível dar delas aqui breve resumo. Em primeiro lugar, era materialmente impossível uma cooperação sincera, ou sentimentos de amizade, entre os beatos colonos católicos de Pernambuco e os calvinistas intransigentes dos Países-Baixos. É bem verdade que, sob o esclarecido governo do príncipe Maurício (1637-44) algum progresso, embora superficial, se fizera nesse sentido, visto como o governador-geral era um homem de idéias muito avançadas para a época, em matéria de tolerância religiosa. Toda vez que o clero calvinista local o procurava, trazendo-lhe queixas contra a idolatria ou a propaganda papista, dava-lhe tranqüilizadoras garantias mas nunca tomou medidas contra os representantes da igreja romana, a menos (como por ocasião da armada do conde da Torre) que estivessem implicados em intrigas com os seus compatriotas na Bahia. Mas, depois da partida de seu Santo An-

⁷⁷ Para a expedição de Francisco de Soutomaior e as dificuldades de Salvador com o seu comandante, cf. *Arquivos de Angola, segunda série*, I, págs. 145-79; e o despacho de 1645, sem data, de Salvador, contido em Ribeiro Lessa, *Salvador Correia*, págs. 33-5.

tônio, como os luso-brasileiros, em sinal de gratidão, chamavam o seu governador, os ministros calvinistas passaram a ter maior influência sobre os seus sucessores do conselho governativo, deteriorando-se enormemente as relações entre católicos e protestantes ⁷⁸.

Mesmo nos belos dias de João Maurício essas relações nunca foram lá muito cordiais, cada lado encarando o outro como uma raça perversa de víboras, inevitavelmente condenada às fogueiras do inferno. Verdade é que houve não poucos casamentos de filhas de lavradores de cana com funcionários, oficiais ou negociantes holandeses; mas os homens que faziam tais casamentos tendiam a identificar-se com a religião e a nacionalidade de suas esposas, em detrimento das próprias. Frei Manuel Calado chamou a atenção para o fato de que embora número apreciável de holandeses se casasse com mulheres portuguesas, não havia um só exemplo de um português, ou brasileiro, que tendo-se envolvido em caso de amor com uma mulher herege com ela resolvesse se casar ⁷⁹.

Posta de parte essa diferença fundamental de natureza religiosa, a desigualdade de hábitos sociais representava outra barreira à boa e permanente compreensão entre as duas raças. Desde o velho tempo dos romanos os lusitanos se distinguiram pela abstenção do vinho, a bebedeira sendo por eles considerada um pecado sem perdão, ao passo que o assassinio e a luxúria eram

⁷⁸ Com relação a João Maurício e sua tolerância com o catolicismo romano, cf. Calado, *Valeroso Lucideno*, págs. 42, 47. 122-9, 132-3, 305. Calado foi testemunha ocular da maioria dos fatos que relata. Foi grande amigo de João Maurício e era, de fato, aquilo que em nossos dias chamamos um "colaborador". As instruções deixadas pelo príncipe João Maurício aos seus sucessores (o chamado "testamento político") acham-se impressos na *Revista trimestral*, LVIII, págs. 223-36, e em Mello Neto, *Tempo dos Flamengos etc.*, págs. 281-90 (1947).

⁷⁹ Houve uma notória exceção a essa regra, surpreendentemente esquecida por Manuel Calado, e que lhe causara intenso desgosto. Foi o renegado jesuíta brasileiro (paulista) padre Manuel de Moraes, que não só abjurou o catolicismo, fazendo-se calvinista, como se casou duas vezes, sucessivamente, com mulheres holandesas, tendo com elas vários filhos. Quando, por fim, foi preso e levado a julgamento perante a Inquisição de Lisboa, alegou que ele continuara a ser sempre católico de coração, e que os casamentos, tendo sido celebrados de acordo com o ritual protestante, nada valiam para ele nem para a verdadeira Igreja, uma vez que era somente culpado de "um pecado da carne" e, na realidade, sem gravidade. O mais divertido é que os inquisidores tenham aceitado a sua desculpa. Para a carreira, cheia de altos e baixos, desse homem curioso, cf. os relatórios do processo inquisitorial publicados em sua íntegra na *Revista trimestral*, LXX, parte 1, págs. 1-165, e por Taunay, nos *Anais do Museu Paulista*, II, págs. 7-49, 273-92.

tidos como pecados meramente veniais. Já os holandeses, pelo contrário, bebiam à farta, todas as suas festanças consistindo em reuniões bem regadas, quando não descambavam em verdadeiras orgias. Isso muito alargava o fosso existente entre portugueses e holandeses, muito embora, mesmo antes da invasão holandesa, os habitantes de Pernambuco fossem considerados muito mais amantes do vinho, de mulheres e de cantorias do que todos seus coloniais contemporâneos⁸⁰.

Acresce que a posição das mulheres entre os protestantes do norte da Europa era muito diferente da de suas irmãs portuguesas e brasileiras. Frei Manuel Calado lastimava que nos passeios (em que ele era hóspede freqüente) organizados pelos holandeses, as senhoras bebessem tanto como os homens, ao passo que as mulheres portuguesas raramente apareciam em público, jamais tomando parte nas reuniões em que se bebia muito e a todo propósito, a ponto de, no fim, metade dos participantes ficar debaixo da mesa. Em compensação, os holandeses achavam as mulheres do lugar singularmente obtusas e sem atrativos. A reclusão de harém em que eram mantidas pelos seus ciumentos maridos não permitia que elas fossem companheiras inteligentes ou convivas iguais às outras; ao mesmo tempo que o seu costume de sentar-se em almofadas, em vez de cadeiras, era um motivo de chacota para os filhos do norte europeu. É claro que houve exceções, das quais a mais notável foi Dona Anna Pais, que se casara por duas vezes com maridos holandeses, e se destacava pela sua forte personalidade, coisa incomum naqueles tempos. Mas, falando de modo geral, as relações sociais entre as duas raças foram sempre impregnadas de uma recíproca antipatia, que só a mão de ferro

⁸⁰ A diferença entre as várias nações européias a este respeito foi chistosamente caracterizada pelo jesuíta espanhol Gracián, em sua *Criticón*, III, pág. 2, Renac. II, pág. 141 — “Aunque en España nunca llegó la borrachera a ser merced, en Francia sí a ser señoría, en Flandes excelencia, en Alemania serenísima, em Suecia alteza, pero n Inglaterra, majestad”. Por outro lado, o holandês autor do *Brasilische Breed-byl* de 1647 (Knuttel, *Pamfletten*, 5546) explicava aos seus compatriotas que “para os portugueses, espanhóis e italianos nada é mais repugnante do que a embriaguez, que eles reputam muito pior do que a devassidão ou o assassinio”. Para os hábitos de mesa e o uso do vinho entre os colonos de Pernambuco antes da vinda dos holandeses, vejam-se os já citados *Tratados* do padre F. Cardim, S. J., e o *Valeroso Lucideno*, de M. Calado.

e as luvas de pelica do príncipe Maurício impediu que degenerasse em ódio declarado ⁸¹.

Uma terceira causa de atrito era o fator econômico. As sábias medidas tomadas por João Maurício muito fizeram para reerguer a indústria do açúcar no Brasil neerlandês, onde trabalhavam uns 150 engenhos no momento de sua partida para a Europa. Mas como as plantações haviam sido devastadas de modo selvagem pelas guerrilhas de 1630-36, seus proprietários (fossem antigos ou novos) só podiam salvá-las à custa novamente de pesados empréstimos feitos pelos holandeses, ou pelos judeus que estivessem sob a sua proteção. Os escravos que eles importavam diretamente de Angola vinham agora através dos holandeses, e precisavam ser comprados a crédito, ou pelo sistema de prestações, a preços exorbitantes. O resultado foi ficarem todos os lavradores cobertos de dívidas com os holandeses ou com os judeus, sem a menor probabilidade de poder saldar os seus compromissos. A única esperança que tinham de solvência estava na expulsão dos hereges intrusos ⁸².

Nova provocação foi a traiçoeira conquista, em 1641, de São Paulo de Luanda e São Luís do Maranhão, pelos holandeses. Portugal, envolvido como estava numa luta de vida e de morte com a Espanha, achava fora de cogitação qualquer tentativa de represália contra o maior poder naval daquela época. Sendo a parte mais fraca, os portugueses somente podiam recorrer a inúteis protestos por via diplomática, e àquilo que Salvador chamara eufemisticamente de "estratagemas". A revolta irrompida no Maranhão em 1642, e o massacre de muitos soldados da guarnição não passaram de uma reação puramente local; mas ela estimulou sentimentos patrióticos contra os invasores em todas as partes do Brasil e deu lugar (como foi referido antes) ao traiçoeiro ataque dos holandeses ao arraial, ou acampamento, português de Gango, em Angola. Embora o príncipe Maurício declinasse de qualquer responsabilidade nesse desagradável incidente, ele encheu de indignação os portugueses, tanto mais quanto coincidiu com numerosas refregas nas Índias Orientais, onde a trégua

⁸¹ Quanto à vida de Dona Anna Pais (ou Paes), M. Calado descreveu-a como sendo "a mais desenvolta mulher de quantas houve em Pernambuco". Cf. *Valeroso Lucideno*, I, cap. 4.

⁸² Cf. Mello Neto, *Tempo dos framengos*, págs. 273-81 e as fontes ali citadas; as cartas de Hoge Raad datadas de Recife, 6 de janeiro, 13 de fevereiro e 26 de março de 1645, transcritas dos arquivos holandeses e constantes dos MSS de José Hygino, no *Inst. Hist. e Geogr.* de Recife.

luso-holandesa de 1641 só chegou a ser posta em execução cinco anos mais tarde ⁸³.

Por fim, sem dar ouvidos aos protestos de João Maurício, os diretores da Companhia das Índias Ocidentais haviam reduzido consideravelmente as suas guarnições no Brasil, justamente no momento em que ele ia retirar-se, em 1644. Imaginaram que a conclusão da trégua de dez anos com Portugal justificava uma acentuada diminuição em suas forças armadas, esquecidos da provocação que haviam feito no intervalo entre a assinatura e a sua ratificação, apoderando-se de Luanda e do Maranhão. Muitos dos holandeses mais importantes de Recife, e alguns judeus ricos, foram-se embora com João Maurício, apreensivos com o futuro da colônia, uma vez que o seu chefe e guia fora removido. Tudo isso encheu de coragem os lavradores descontentes com a administração holandesa, seja porque fossem católicos ou porque estivessem cheios de dívidas. Tanto mais quanto eram secretamente instigados, na Bahia, pelo governador-geral, Antônio Telles da Silva ⁸⁴.

Discutem os historiadores em torno da cumplicidade de D. João IV na deflagração da revolta de Pernambuco, em maio de 1645, e, no caso afirmativo, sobre até que ponto esteve ele implicado nesse episódio. A despeito da riqueza da documentação que lhe diz respeito, assim holandesas com portuguesas, é incerto até hoje o grau de responsabilidade do monarca nos acontecimentos em questão. O que se conclui do estudo daquelas fontes é que, em última análise, o principal organizador da rebelião, na forma que finalmente ela assumiu, foi Antônio Telles da Silva. Pródigo em suas juras de eterna amizade aos holandeses, e professando respeito escrupuloso pela letra e pelo espírito da trégua de 1641, ele fomentava ativamente a rebelião por meio de seus agentes, dos quais os principais eram o mestre-de-campo André Vidal de Negreiros, brasileiro nato, e o monge beneditino frei Inácio de Araújo ⁸⁵.

⁸³ Para a inimizade entre portugueses e holandeses na Europa, América, África e Ásia durante esse período, cf. Prestage, *Diplomatic Relations*; M. de Jong "Holanda en de Portugese...", em *Tijdschrift voor Geschiedenis*, LV, págs. 225-53 (1940); Silva Rego, *Dupla restauração; Correspondência diplomática, Sousa Coutinho*, I; N. McLeod, *De Oost Indisch Compagnie als Zeemogendheid in Azie (Rijswijk, 1927)*, II.

⁸⁴ Varnhagen, *História geral*, II, págs. 402-4.

⁸⁵ Cf. a correspondência de Telles da Silva do ano de 1645, publicada na *Rev. Inst. Arq. Geogr. Pernamb.*, n.º 32, 34 e 35; *Rev. trimens.*, LXXXIV, págs. 356-63; os despachos interceptados pelos holandeses e publicados (em tra-

As linhas gerais do plano em sua forma final, tais como emergem da confusão criada pelas provas conflitantes, é perfeitamente óbvia; mas, como todas as conspirações desta natureza, seu êxito estava na dependência, antes de tudo, de acertar-se com o momento exato. Coisa aliás nada fácil, por causa da precariedade dos meios de comunicação entre a Bahia e o interior de Pernambuco, e bem assim dos azares da viagem por mar. Resumindo o mais possível, a idéia, tal como finalmente se corporificou, foi realizar algo comparável às Vésperas Sicilianas naquele 24 de junho de 1645.

Os lavradores de Pernambuco e da Paraíba deveriam levantar-se em massa contra os holandeses, com os seus escravos, no momento em que os negros e os índios, despachados da Bahia, penetrassem pelo sul no território ocupado pelos holandeses, enquanto a frota de Salvador Correia, destinada à mãe-pátria, desembarcaria no cabo de Santo Agostinho uma força expedicionária vinda da Bahia. A esquadra de Salvador então bloquearia ou atacaria Recife por mar, ao mesmo tempo que os insurrectos assaltariam a cidade, por terra. Assim, de surpresa, acometidos de todos os lados, os holandeses ver-se-iam na impossibilidade de concentrar efetivamente suas forças, tornando-se uma presa fácil ⁸⁶.

Os principais tropeços que retardaram o plano no começo foram em primeiro lugar, o terem sido os moradores de Pernambuco quase de todo desarmados pelos holandeses, e, em segundo, a má-vontade do chefe potencial dos lavradores, um mulato aventureiro chamado João Fernandes Vieira, para pôr-se em movimento enquanto não tivesse perto de si as tropas da Bahia que deveriam vir em seu auxílio. A primeira dificuldade foi em boa parte vencida pelo contrabando de armas e de pólvora, que eram escondidas em caixotes, no meio das lavouras; mas o segundo problema era de mais árdua solução. Só o fato de tropas da Bahia, em tempo de paz, estarem entrando em território ocupado pelos holandeses bastaria para pôr de sobreaviso estes últimos, fazendo-os concentrar as suas forças; mas Fernandes Vieira temia que

dução) no *Claire Vertooch van de Verradersche en Vyantelijcke acten en proceduren van Portugal* (Amsterdã, 1647). Um excelente resumo bibliográfico das principais fontes relativas a esse período, superior a esse respeito aos velhos trabalhos de Asher (*Bibliographical Essay*) e ao *Catalogus van de pamsletten*, de W. P. C. Knuttel, pode ser encontrado nas págs. 252-92 de *Bibliografia de J. Honório Rodrigues* (Rio de Janeiro, 1949).

⁸⁶ Os documentos portugueses confiscados e depois publicados, no *Claire Vertooch*, fornecem as melhores indicações do que estava para acontecer.

tanto ele como os seus companheiros fossem destruídos, cada um de sua vez, se eles se declarassem antes da chegada dos reforços da Bahia. Para felicidade dos conspiradores, os próprios holandeses, inconscientemente, se incumbiram de livrá-los do dilema em que se achavam ⁸⁷.

A conspiração atingira tal ponto e tantas eram as suas ramificações, que os rumores de sua existência chegaram aos ouvidos dos holandeses muito antes de se terem acertado todas minúcias finais. Ao contrário do que geralmente se tem dito, os conselheiros de Recife levaram esses boatos muito a sério, embora simulassem, em público, não tomá-los em consideração, de medo que isso pudesse alarmar e infundir pânico aos seus compatriotas. Na correspondência secreta com os seus superiores, na Holanda, eles garantiam aos diretores que os portugueses do lugar estavam planejando uma revolta, à semelhança do que os seus patrícios haviam feito contra a Espanha em 1640, e contra os holandeses no Maranhão, dois anos mais tarde. Acrescentavam os conselheiros que entre os lavradores o sentimento geral era que se a revolta contra os reis católicos tinha justificativa, muito mais justificável seria uma rebelião contra os hereges — abstração feita do fato de que o único meio de escaparem os lavradores de seu eterno endividamento era sacudir o jugo do domínio holandês. A senha usada pelos conspiradores era “açúcar” — o que bem mostra qual foi o principal incentivo que os levou a arriscar nessa empresa a vida, sua e de suas famílias, e as suas propriedades ⁸⁸.

Em fevereiro de 1645, os conselheiros, em Recife, resolveram enviar à Bahia dois emissários, com o objetivo de sondar quais eram as intenções do governador-geral, e verificar o pé em que ali se achavam os preparativos militares e navais. O relatório apresentado por esses emissários, Gijsbert de With e major van Hoogstraten, após a sua volta, foi em seu todo, tranqüilizador. Não lhes fora possível ver qualquer indício de uma preparação

⁸⁷ A figura de João Fernandes Vieira, interessante e discutível como é, aguarda até hoje um historiador imparcial que a estude à luz da abundante documentação indicada por J. H. Rodrigues na sua *Bibliografia* (págs. 1011, 23). Os registros holandeses da época deixam perfeitamente claro que ele era um mulato, e não um branco aristocrata que atravessasse maus dias, como alguns de seus panegiristas absurdamente pretendem.

⁸⁸ Cf. as cartas do Raad (Conselho) em Recife, com as datas de 6 de janeiro de 1645, 13 de fevereiro e 26 de março do mesmo ano, dadas à estampa no Rijksarchief, de Haia (WIC-Oud Compagnie) e MSS de José Hygino. Pormenores referentes à conspiração, com data de 11 de novembro de 1644, nesta última fonte e em Mello Neto, *Tempo dos flamengos*, pág. 276.

de guerra contra os holandeses, e os dois galeões que durante a sua estada entraram no porto, com destino ao Rio de Janeiro, foram os únicos navios de grande porte que lhes foi dado ver. Entretanto, antes mesmo de haverem eles partido com as mais firmes garantias de perene amizade de Antônio Telles da Silva, enviava o governador-geral sob o comando de Henrique Dias um contingente de negros armados para penetrar no território em poder dos holandeses, contingente seguido a breve prazo de uma força mais considerável, formada de índios comandados por Filipe Camarão. Escrevendo para Recife, Telles dizia ao conselho que Dias era um preto insubordinado, que fugira para Pernambuco, e que Camarão havia sido mandado para castigá-lo. Na realidade, as duas forças, composta de negros e índios veteranos das campanhas de 1630 a 1640, e ambas muito experimentadas em combates nas brenhas, iam com a finalidade de dar apoio a João Fernandes Vieira na rebelião que projetara⁸⁹.

Como os planos dos insurretos foram revelados por alguns elementos suspeitos que os holandeses, a 25 de maio, submeteram a torturas, conferindo os seus depoimentos, Fernandes Vieira e seus comparsas viram-se forçados a precipitar a rebelião a 13 de junho, dia de Santo Antônio, sem esperar a chegada de Henrique Dias e de Filipe Camarão. Em junho, seguiram-se insurreições esporádicas contra o domínio holandês, um pouco por toda parte. Os holandeses chamaram para ajudá-los os Tapuia antropófagos, fazendo com que estes selvagens massacrassem grande número de moradores portugueses, sem distinção de sexo e idade. Este ultrage deu lugar a represálias igualmente sangrentas da parte dos portugueses e seus aliados, tendo assim início um ciclo de atrocidades que tornaram a guerra cada vez mais feroz. Pode-se dizer que os Tapuia ajudavam os holandeses e que os portugueses eram auxiliados pelos Tupi, mais ou menos como aconteceria um século mais tarde, durante a guerra anglo-francesa, onde os Huron estavam com os franceses e os Iroqui com os ingleses.

Os holandeses organizaram uma coluna punitiva para ir em perseguição de João Fernandes Vieira e, em julho, enviaram van Hoogstraten novamente à Bahia, acompanhado desta vez pelo conselheiro van Voorde, para reiterar os protestos apresentados a Antônio Telles da Silva. O governador-geral adotou o mesmo

⁸⁹ J. Nieuhof, *Reize*, págs. 58-66, dá completo relato da missão de With e Hoogstraten, com base nos documentos originais. Para as traduções inglesa e brasileira desse trabalho, cf. J. H. Rodrigues, *Bibliografia*, n.º 568 a 570.

ar de espanto e inocência que havia assumido em fevereiro; mas, em segredo, procurou captar a confiança de Hoogstraten, recebendo dele a promessa de entregar o forte de Santo Agostinho na primeira oportunidade favorável. Mais que isso, prevaleceu-se cinicamente do ingênuo pedido que lhe fizeram em Recife os conselheiros de punir os rebeldes, mandando dois regimentos veteranos da Bahia, comandados, respectivamente, por André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno. Suas ordens eram ostensivamente pelo esmagamento da rebelião contra os holandeses, mas, na realidade, mandavam prestar-lhe toda ajuda, conforme fora combinado com Fernandes Vieira. Essa força expedicionária foi embarcada em dezesseis navios pequenos, sob o comando de Jerônimo Serrão de Paiva. Foi nessa conjuntura crítica que, a 21 de julho, entrou em cena Salvador, que ia a caminho da mãe-pátria, com o seu comboio do Rio de Janeiro, e a cuja espera se estava desde tanto tempo⁹⁰.

As confissões dos conspiradores submetidos a interrogatório pelos holandeses em maio de 1645, deixam claro que a cooperação de Salvador no plano deveria verificar-se quando ele tocasse na Bahia, no passado mês de fevereiro — isso se, de fato, as linhas gerais do esquema não tivessem sido traçadas antes de sua partida dali, pelo Natal de 1644. Mas, agora que havia soado a hora de desferir o golpe, Salvador sentia a maior relutância em intervir. Não é possível conhecer as razões de sua disposição de não cooperar, pois nada se encontrou até aqui a respeito da versão que ele próprio dava aos acontecimentos que se seguiram, e só podemos nos basear, para julgá-lo, nos relatos de seus inimigos pessoais e dos holandeses. Tanto quanto é possível concluir de uma cuidadosa colação e comparação dessas fontes, sua atuação naquilo que João Fernandes Vieira, muitos anos depois, chamaria de “a jornada do galeão”, foi a que se lerá a seguir⁹¹.

Chegando à Bahia, disse-lhe o governador-geral que Serrão de Paiva tinha acabado de sair com dezesseis navios, transportando os dois regimentos da Bahia, que deviam desembarcar

⁹⁰ Para a missão de van de Voorde e Hoogstraten, em julho, cf. Nieuwhof, *Reize*, págs. 87-98; para a de Serrão de Paiva e Salvador, cf. também *Claer Vertooch*.

⁹¹ Cf. a carta de João Fernandes Vieira e Feliciano Dourado (de maio de 1671), na Biblioteca Nacional, cód. 1-6-2, n.º 38, “e quem disto dera certas notícias era o Snr. Antônio Telles da Silva, por cuja via corrião os secretos deste negocio de que tambem o pode dar o Snr. Salvador Correia de Sá e Benavides a cujo effeito vinha na jornada do galeão”.

perto do cabo de Santo Agostinho, para ir em auxílio dos rebeldes. Pelo que pedia a Salvador que seguisse viagem o mais depressa possível. As frotas combinadas de Salvador e Jerônimo de Paiva deviam então seguir para Recife, bloqueando ou atacando a praça, conforme parecesse mais praticável, em face das circunstâncias. Os dois comandantes portugueses deviam ser portadores de despachos, informando ao conselho, em Recife, que Salvador e Paiva se achavam à sua disposição e prontos para empregar as forças sob o seu comando contra os rebeldes, da maneira que o conselho achasse mais acertado. Telles da Silva esperava, ingenuamente, que os holandeses fossem suficientemente simplórios para permitir a Salvador o desembarque de seus homens em Recife, acreditando naquele pretexto, de tão transparente puerilidade. Se assim procedessem, os holandeses ver-se-iam encurralados entre as forças rebeldes de Fernandes Vieira, os índios e negros auxiliares de Dias e Camarão, e os regimentos de Vidal e Moreno, vindos da Bahia, ao mesmo tempo que as frotas de Salvador e Serrão de Paiva desempenhariam o papel de um cavalo de Tróia, dentro de Recife. Como van Hoogstraten e alguns outros comandantes holandeses haviam sido peitados ou instigados a desertar, dificilmente seria evitado o colapso completo dos holandeses, ou sua rendição a tantas forças convergentes.

Segundo as informações do próprio governador-geral, Salvador mostrou grande repugnância em aderir ao dito esquema, altamente engenhoso, mas excessivamente elaborado, apresentando inúmeras escusas e objeções. Não obstante, — ainda de acordo com a versão do próprio Telles da Silva — acabou concordando e decidindo-se a fazer-se ao mar em começos de agosto. A bordo de sua nau capitânea, *São Pantaleão*, estava sua mulher e seus filhos, que seguiam do Rio para a Europa⁹².

⁹² Tudo isso que se segue baseia-se principalmente nos documentos portugueses capturados, os quais vieram a lume no *Claer Verstoock* e na *Rev. do Inst. Arq. e Geogr.* de Pernambuco, n.º 32 a 35. A carta do rei a Salvador, datada de 9 de maio de 1645 e publicada nos n.º 32 e 34 da citada revista, diz José Hygino Pereira ter sido copiada do original português, existente no Rijk-sarchief de Haia. Em 1950, a pedido meu, os funcionários do Rijk-sarchief, amavelmente, deram ali uma busca, encontrando a carta em questão. Mas verificou-se que não se tratava do original, e sim de uma cópia certificada, feita em Recife. Seus termos diferem dos da publicada anteriormente por Varnhagen (*Lutas*, pág. 298), a qual é sem dúvida, uma retradução da versão holandesa publicada no *Claer Verstoock* e dos MSS de Hilten, publ. em *Kron. Hist. Gen.* Utrecht, XXV, págs. 225-6, 428-9. A apreensão desses papéis relaciona-se com o naufrágio do *Zeelândia*, que voltava das Índias orientais, ao largo da ilha

Poucos dias depois de sua partida fundeou na Bahia, vindo de Portugal, um aviso com um despacho real datado de 9 de maio de 1645, e endereçado a Salvador, na qualidade de general das frotas do Brasil. Nessa missiva o rei ordenava expressamente a Salvador que adiasse a sua viagem para a Europa, e que permanecesse na costa brasileira com os seus navios, à disposição do governador-geral, se este viesse a requisitar os seus serviço. Não tardou a chegada de outro navio, trazendo despachos de Jerônimo Serrão de Paiva, com a informação de que a força expedicionária da Bahia havia desembarcado sã e salva em Tamandaré. O mestre deste navio comunicou ao governador-geral que a mulher de Salvador, Dona Catalina de Velasco, lhe havia contado que seu esposo se sentia descontente com a incumbência que recebera de varrer os mares, enquanto Telles ficava em lugar seguro, na Bahia, para receber os lauréis da esperada tomada de Pernambuco.

A notícia confundiu e alarmou o governador-geral, parecendo-lhe, com razão, que ela havia sido transmitida ao mestre do navio, com o fim de que este passasse aos seus ouvidos. Sem perda de tempo, dirigiu-se ele ao rei, queixando-se da atitude desleal de Salvador, apressando-se igualmente a enviar a este último e a Serrão de Paiva o real despacho de 9 de maio. Esperava ele que, recebendo essa missiva, Salvador pensaria duas vezes antes de se arrepender da promessa de cooperar no plano da tomada de Recife. O fato é que aquele despacho nunca chegou às mãos de Salvador, sendo impossível dizer qual seria a sua reação caso o tivesse recebido a tempo. Em vista do curso que as coisas tomaram, a "jornada do galeão" redundou num inglório fiasco.

No dia 10 de agosto, ao largo de Tamandaré, deu-se o encontro de Salvador com Serrão de Paiva, que fez disparar em salva todos os seus canhões, mandando arriar a bandeira, e hastear em seu lugar uma larga flâmula. As duas esquadras, totalizando trinta e sete navios, entre grandes e pequenos, ancorou diante de Recife na noite de 11 para 12 do referido mês, com todos os seus faróis acesos. Grande foi a alegria dos habitantes portugueses, e não menor a consternação dos cidadãos holandeses quando, ao amanhecer divisaram, no mar em frente, essa imponente armada. Supuseram todos que Salvador aí vinha para cooperar com as

de Wight (janeiro de 1646). Alguns deles, no Rijksarchief, trazem ainda os sinais de sua imersão na água do mar. Cf. também os "affidavits" dos oficiais e marinheiros de um dos navios de Serrão de Paiva, dados à luz na *Revista trimestral*, parte 1, págs. 87-98.

forças patrióticas (ou rebeldes) que estavam no sul, concluindo que os dias do Brasil holandês deviam estar contados. Frei Manuel Calado, que fazia parte da multidão, descreve como todos os portugueses e brasileiros, fossem homens, mulheres, ou crianças, na maior excitação e algazarra, apostavam na identificação dos vários tipos de navios. "Dizem uns 'aquele é o galeão real'; Outros 'aqueles são os navios de guerra; aqueles outros são encouraçados; aqueles lá são caravelas, com suprimentos e munições'." A esperança e o medo naturalmente iludiam os espectadores que estavam na praia; na realidade, somente os dois galeões de Salvador eram formidáveis vasos de guerra, os outros não passando de navios mercantes, em sua maioria mal armados, enquanto que a esquadrinha de Serrão de Paiva era desprezível como unidade de combate⁹³.

Nesse ínterim, Salvador envia à terra os seus despachos, com dois emissários incumbidos de apresentar aos holandeses todas as garantias sobre as intenções (aliás insinceras) de cooperar pacífica e amistosamente. Salvador convoca então um conselho a bordo de sua nau capitânea, sem esperar pela volta dos dois emissários. Abre a sessão perguntando a todos os presentes o que achavam que se podia fazer de melhor, ao que responderam todos lhes parecer preferível aguardar a volta dos mensageiros, e ver a resposta dada pelos holandeses às suas propostas. Precisamente nesse momento atraca um barco trazendo cartas de Soares Moreno e Vidal de Negreiros, em que se sugeria que as frotas combinadas fizessem o contorno do cabo Tamandaré e ali se mantivessem a barlavento do cabo de Santo Agostinho, até o fim do mês. Salvador, depois daí, perguntou ao conselho se ele julgava praticável um bloqueio efetivo de Recife, ao que todos responderam pela negativa. Como consequência, resolveu-se aguardar a resposta dos holandeses e fazer, depois disso, nova consulta a respeito do que se devia fazer. Salvador declarou, francamente, que não tinha a intenção de lutar contra os seis navios holandeses que se viam ao largo, a menos que não fosse possível evitá-lo; e

⁹³ Manoel Calado, *Valeroso Lucideno*, pág. 232. Para a composição da esquadra de Serrão de Paiva, cf. Antônio da Silva e Sousa, "Relatório apresentado a el-Rei D. João IV", em *An. Bibl. Nac.* Rio de Janeiro, LVII, págs. 83-109; *Revista da Academia Cearense*, X, págs. 5-30 (1906). A carta secreta dos conselheiros aos diretores, datada de Recife, 4 de setembro de 1645 (MSS de José Hygino, no Inst. Hist. e Geogr. de Pernambuco) narra o aparecimento da frota de Salvador, declarando que os portugueses dispunham de oito ou dez navios imponentes, "8 ofte 10 schepen van aensien".

que não havia recebido nenhuma ordem para fazê-lo. Acrescentou que se os holandeses o forçassem à ação, ele os combateria com bandeira branca, para dar uma prova de que não fora ele quem rompeu a paz. Com isso o conselho deu por encerrada a sessão, terminando o dia sem que qualquer dos lados praticasse alguma hostilidade.

Os holandeses se sentiram grandemente embaraçados com o aparecimento da esquadra de Salvador, visto como a maioria de suas tropas estava no interior, dando combate às forças de Vidal e Moreno, e lutando contra os rebeldes chefiados por Fernandes Vieira. Mas não se deixaram iludir pelos ocos protestos de paz feitos por Salvador, nem pelo teor dos despachos expedidos da Bahia por Antônio Telles da Silva. Prepararam-se para resistir a qualquer tentativa de desembarque e dispuseram os seus navios da melhor forma para travar uma batalha. Seu almirante, Cornelius Lichthart, era um marinheiro da mais rija têmpera, e muito temido pelos portugueses, que com ele haviam se batido em muitas ocasiões. Ainda assim, tinha grande respeito pelo galeão de Salvador, que lhe parecia demasiado forte para ser abordado ou posto ao fundo a tiros de canhão. À vista disso, preparou-se o *Gulde Rhee* como barco explosivo, imaginando fazê-lo postar-se ao longo do *São Pantaleão*, caso este entrasse em combate ⁰⁴.

No dia seguinte (13 de agosto) veio da terra um barco holandês, trazendo alguns víveres para Salvador, com um bilhete em que os seus emissários pediam que lhes mandassem a sua bagagem, e os criados. A embarcação não trouxe nenhuma resposta do conselho de Recife, embora a promessa de que isso seria feito constasse de um borrão. Neste se acusava o recebimento e se agradeciam os despachos e a carta de Salvador, embora fosse dispensada a sua ajuda na luta contra os rebeldes, convindo assim que ele se fosse embora o mais depressa possível. Lichthart e o conselho decidiram-se depois a atacar a armada de Salvador caso ele não se retirasse diante dessa direta intimação. Salvador re-

⁰⁴ "Traslado de hum auto de diligencia sobre a arribada do navio N. S. do Rosário e Santo Antônio", em *Revista trimensal*, LXIX, págs. 87-98; Nieuhof, *Reize*, págs. 107-13; *Claer Vertooch*; Calado, *Valeroso Lucideno*, págs. 232-4. A carta secreta dos conselheiros datada de 4 de setembro de 1645 alista como navios disponíveis apenas os seguintes: *Utrecht*, *Zeelandia*, *Ter Veere*, *Zoutlandia* e *Gulde Rhee*. Descreve o *São Pantaleão*, "olhado de longe, como um grande galeão, equipado com duas fileiras de canhões e mais de trezentos homens". Cf. também M. van den Broeck, *Journael ofte historiaelse Beschryvinge*, págs. 7-9. (Amsterdã, 1651).

cusou-se a mandar a bagagem e os criados, mas ofereceu ao mestre do barco um valioso anel (pertencente, houve quem dissesse, “à sua esposa”), e algum dinheiro para a marinhagem. Mais tarde contou ele a um dos pilotos de Serrão de Paiva que a comitiva, como se podia ver pelos seus trajes, não era constituída de marinheiros holandeses comuns, mas do próprio almirante Lichthart e alguns de seus capitães, disfarçados — assertiva essa que não encontra confirmação em nenhuma fonte holandesa. Enviou também um bilhete a Serrão de Paiva, ponderando que os holandeses deviam estar, obviamente, preparados para todas eventualidades, sendo assim inútil tentar qualquer coisa contra eles⁹⁵.

Logo depois de meio-dia começou o vento a soprar com violência, fazendo com que muitos navios perdessem ou arrastassem as suas âncoras. À tardinha a força do vento obrigou as esquadras combinadas a ganhar o oceano, os navios ficando dispersos durante a noite. No dia imediato continuou a ventar muito, e Salvador, após reorganizar o comboio, prosseguiu a viagem para Portugal, deixando Serrão de Paiva e sua pequena esquadra à sua própria sorte. Os emissários de Salvador, tendo recebido a resposta dos holandeses, fizeram-se ao mar, para ir ao seu encontro; mas só o alcançaram depois de haver ele chegado à Europa. Serrão de Paiva arribou primeiro em Recife; mas verificando que Salvador não havia voltado, fez-se à vela para Tamandaré, onde foi surpreendido e atacado pelo almirante Lichthart a 9 de setembro. Depois de uma ação breve, em que sua tripulação deu mostras de inusitada covardia, enquanto ele, pessoalmente, se houve com grande coragem, sua esquadra foi posta ao fundo ou capturada em coisa de minutos. Gravemente ferido, caiu prisioneiro com toda a correspondência confidencial e comprometedoras relativas à campanha, sem ter tido tempo (ou a preocupação) de jogá-la ao mar⁹⁶.

⁹⁵ Cf. a correspondência portuguesa capturada vinda a lume na *Rev. Inst. Arq. Geogr.* de Pernambuco, vol. XXXIV, págs. 74-5, 81-97.

⁹⁶ As mesmas fontes citadas na nota 95, acrescidas do *Journal ofte Kort Discours nopende de Rebelle ende verradelijcke Desseynem der Portugesen alhier in Brasil* (Arnhem, 1647); H. Rodrigues, *Bibliografia*, n.º 530. É digno de nota que Calado, em seu *Valeroso Lucideno* (págs. 234-40) e Antônio Telles da Silva, em sua carta a D. João IV (datada de 15 de outubro de 1645), dada à estampa na *Revista trimensal* (vol. LXXXIV, págs. 356-63), referem-se deliberadamente à destruição da esquadra de Serrão de Paiva como tendo ocorrido antes da queda da fortaleza holandesa de Pontal de Nazaré, de modo a fazer pensar que os holandeses foram os agressores, quando, na realidade, o inver-o foi o que se deu.

A estrondosa vitória de Lichthart foi o que salvou desta vez o Brasil neerlandês, porque enquanto Salvador estava de viagem entre Bahia e Recife, os rebeldes varriam tudo à sua frente, nos distritos localizados ao sul e a oeste da capital holandesa. João Fernandes Vieira havia batido no Monte de Tabocas (3 de agosto) a coluna punitiva do Coronel Haus, e esse primeiro sucesso foi seguido a breve prazo pela sua junção com as diferentes forças mandadas da Bahia sob pretextos vários. As forças coligadas de Fernandes Vieira, Moreno e Vidal, auxiliadas pela indigna felonía de Hoogstraten, Van der Ley e vários outros oficiais holandeses (casados, na sua maioria com mulheres portuguesas) entraram depressa na posse de todo território situado entre Alagoas e Recife. A rendição da fortaleza de Pontal de Nazaré (3 de setembro) ordenada por Hoogstraten foi particularmente importante, pondo os portugueses na posse de um porto seguro na rota de Santo Agostinho. Por outro lado, nos distritos do norte, a lealdade dos Tapuia aos holandeses permitiu que estes, em todo caso, continuassem a controlar a maior parte daquela área, durante algum tempo. A cidade de Recife, essa, achava-se completamente sitiada pelos revoltosos, só se sentindo aliviada quando, no auge da fome, chegaram, ainda em tempo (junho de 1646), reforços da Holanda ⁹⁷.

O haver Salvador de Sá desertado (pelo menos é assim que se pensa comumente) de Serrão de Paiva ocasionou grande mal-estar no Brasil. Telles da Silva, muito em particular, queixou-se amargamente ao rei de seu comportamento. Nesse ínterim, a 15 de outubro, chega Salvador a Lisboa, depois de encontrar-se durante a viagem com o *São Lourenço*, galeão da carreira da Índia comandado por José Pinto Pereira, que ele comboiou até entrar no Tejo com a sua frota de vinte e cinco navios carregados de açúcar ⁹⁸. Sem perder tempo, Salvador foi justificar-se perante D. João IV, pedindo a abertura de um inquérito para apurar as responsabilidades pelo ocorrido no mês de agosto. Não se sabe se sempre lhe deram razão; mas, em qualquer hipótese, o rei aceitou as suas explicações, visto como, longe de perder qualquer de suas honrarias e dignidades, muito depressa o investiram de novas responsabilidades.

⁹⁷ Nieuhof, *Reize*, págs. 114-78; Varnhagen, *História geral*, III, págs. 33-84.

⁹⁸ *Cartas del-rei D. João IV ao marquês de Niza*, I, pág. 278; *Correspondência diplomática*, Sousa Coutinho, I, pág. 350.

É ainda hoje assunto debatido entre os historiadores, como também o fora entre os contemporâneos, o comportamento, não só de Salvador, como de seu monarca. Argumentam os seus acusadores que se ele houvesse atacado Recife entre 12 e 13 de agosto, a praça, com toda probabilidade, teria caído. Grande parte da guarnição achava-se ausente, no sul, e as forças dos insurrectos vinham muito perto. Com a queda de Recife, a resistência dos redutos situados à distância, como a Paraíba e Itamaracá, entrariam rapidamente em colapso. Vibrado um bem sucedido *coup d'état* contra a capital do domínio holandês, todo o Nordeste cairia nas mãos dos portugueses dentro de algumas semanas, se não de dias. Uma investida corajosa de Salvador, como era corrente dizer-se, teria evitado o derramamento de sangue e a perda de fortunas que ia custar a ambos os lados a guerra que se seguira pela posse do Brasil. Por último, seus críticos sustentaram que se não tivesse querido atacar Recife (decisão que contou com o apoio unânime de seus capitães), ele pelo menos, deveria ter cruzado ao largo de Santo Agostinho, em companhia de Serrão de Paiva e sua esquadra, dando assim valioso apoio aos insurrectos, do lado do mar.

Embora ignoremos como fez Salvador a sua defesa, não é difícil adivinhar as razões que o compeliram a proceder como procedeu. A primeira de todas é que ele, ao contrário de alguns de seus contemporâneos, não tinha ilusões a respeito do poder marítimo dos holandeses. Compreendia, com clareza, a loucura que seria tentar combater a maior potência marítima da época no momento em que a marinha de guerra portuguesa estava longe de ser formidável, e havia necessidade de cada homem e de cada navio para atender à guerra contra a Espanha. Em segundo lugar, a única tarefa a que estava oficialmente obrigado era comboiar até a mãe-pátria a frota do açúcar, para o que já estava no fim a boa estação. Dentro da relatividade das coisas, a dependência em que estava Portugal da chegada da frota do açúcar do Brasil, era maior do que a da própria Espanha, no que se refere à vinda dos navios da *Tierra Firme*, carregados de tesouros.

Apesar de haver, ele próprio, recomendado explicitamente o uso de estratagemas contra os holandeses, tanto no Brasil como em Angola, o grandioso esquema traçado por Antônio Telles da Silva para a reconquista do Nordeste com um só golpe certo, era demasiado transparente para iludir os holandeses. Se a empresa fosse bem sucedida, ela envolveria Portugal numa guerra de maio-

res proporções contra a Holanda; e, depois daí, de que valeria salvar o Brasil se Portugal ficasse exposto a um ataque dos holandeses, por mar?

Outra razão, menos honrosa para ele, mas que ressalta claramente da sua correspondência confidencial apreendida pelos holandeses em Tamandaré, e depois por eles publicada em 1647, era a inimizade pessoal existente entre ele e Antônio Telles da Silva. Durante anos estiveram com as relações cortadas e nenhum dos dois fazia segredo disso. Em fins de julho de 1645, parecia ter arrefecido, durante algum tempo, o rancor de um para com o outro, ambos se dispondo a cooperar na luta contra o inimigo comum; mas a reconciliação foi mais aparente do que real. Pelo que foi contado pelo próprio governador-geral, deduz-se que Salvador só a contragosto concordou com os seus planos, havendo ainda provas de que Salvador tirou da cabeça a idéia de atacar Recife assim que soube que os holandeses estavam à sua espera⁹⁹.

A última, mas não menos importante, era Lichthart. A relutância de Salvador em concordar com o plano de Telles baseava-se provavelmente na convicção de que não deveria lutar com os holandeses no mar, pondo assim em perigo a segurança do seu comboio. Tivesse ele ousado fazê-lo, é quase certo que a maioria de seus navios teria sido vítima dos navios de guerra de Lichthart, tal como sucedera à esquadra de Serrão de Paiva, em Tamandaré, poucas semanas depois. Já vimos que Salvador possuía apenas dois ou três galeões que podiam considerar-se navios de combate; a maioria dos restantes era composta de pequenos navios mercantes com menos de dez bocas de fogo e as caravelas estas estavam completamente desarmadas. É bem verdade que Lichthart só dispunha de cinco ou seis navios mas quatro deles eram bons navios de guerra, alguns havendo que valiam mais do que todo o comboio de Salvador, exceção feita dos dois galeões de escolta. Nem reflete mal sobre a coragem de Salvador acrescentar-se que Lichthart era um almirante muito mais experimentado do que ele. O holandês era o vencedor de avultado número de batalhas navais, ao passo que não se tem certeza de que Salvador tenha tomado parte em uma só. A defesa de um comboio carregado contra um inimigo decidido é necessariamente uma tarefa ingrata. Houvesse ele se

⁹⁹ *Claer Vertooch*; "Traslado de hum auto", na *Revista trimensal*, LXIX, págs. 87-98; as cartas dos conselheiros, de Recife, datadas de 4 a 16 de setembro de 1645 (MS José Hygino); *Rev. Inst. Arq. Geogr. Pernamb.*, XXXIV, págs. 81-97 (1887).

arriscado a fazê-lo em agosto de 1645 e dúvida não há de que Lichthart sairia vitorioso¹⁰⁰.

D. João IV, evidentemente, não pensava de outra forma. Quando Salvador chegou em Portugal, aquele que poderíamos chamar o partido da "paz com a Holanda a qualquer preço", tinha ascendência na corte. O rei e seus ministros responsáveis estavam ansiosos por evitar, acima de tudo, um rompimento com os Estados Gerais. Com o seu habitual poder de convicção, expressou o padre Vieira esses sentimentos quando disse que alguns portugueses queriam romper com a Holanda por pensarem que os espanhóis não eram inimigos muito de temer. O famoso jesuíta chegou a escrever "mesmo que o Brasil (holandês) nos fosse dado a troco de nada, é muito duvidoso que haveria prudência em aceitá-lo, visto que isso nos envolveria numa guerra com os holandeses, numa época em que lutávamos com tantas dificuldades para combater contra a Espanha". Vieira era o mais íntimo dos conselheiros do rei, mas compartilhavam de sua opinião os mais responsáveis diplomatas portugueses situados no estrangeiro, como o marquês de Niza em Paris, e Francisco de Sousa Coutinho em Haia. A todos esses as notícias da revolta em Pernambuco causou um grande abalo, como um embaraço a mais na questão, já de si bastante complicada, de chegar-se a uma paz duradoura e sólida com os holandeses¹⁰¹.

Parece provável que o rei não ignorava completamente a revolta que irrompera no Brasil contra os holandeses; mas é difícil admitir que ele tivesse noção exata das ramificações que tinha o movimento. O certo é que ele evitara cuidadosamente comprometer-se, escrevendo aos rebeldes — conquanto se tenha dito, anos mais tarde, que isso nem sempre aconteceu. O próprio despacho enviado por ele a Salvador em maio de 1645 está vasado em termos tão vagos e estudados que, considerados em si mesmos, tanto podem se referir a ataques feitos pelos espanhóis ou pelos marinheiros de Dunquerque (a cujo respeito houve rumores), como a possíveis hostilidades contra os holandeses. A questão da maior ou menor cumplicidade de D. João IV é por demais complexa para ser discutida aqui, devendo o leitor nela interessado em mais pormenores recorrer aos trabalhos citados nas notas do rodapé.

¹⁰⁰ Para a destacada carreira naval de Lichthart em águas brasileiras, cf. de Laet, *Iaerlyck Verhael*; e Nieuhof, *Reize*.

¹⁰¹ Azevedo, "A restauração pernambucana. Alguns documentos novos e sua apreciação", em *Revista trimestral*, LXXXIV, págs. 341-82; Vieira, *Cartas*, vol. I, págs. 75-95.

Minha opinião pessoal é, em sua essência, a mesma do falecido J. Lúcio d'Azevedo. O rei D. João IV sabia que se estava tramando uma insurreição em Pernambuco; mas evitou tomar parte ativa nela, preparando-se para isentar-se de qualquer convidência com os conspiradores no caso do plano ser mal sucedido, no todo ou em parte. Em qualquer hipótese, foi isso, precisamente, o que ele fez, afirmando solenemente aos holandeses que não tinha a menor ligação com os rebeldes e que os tinha na conta de traidores da coroa ¹⁰².

Mas se lhe era possível (e isso fez) descartar-se formalmente dos insurretos, não permitiam as circunstâncias que na prática os abandonasse completamente — apesar da insistência com que alguns dos seus mais leais conselheiros instavam para que assim fizesse. Portugal não poderia subsistir por muito tempo sem a importação do açúcar brasileiro, cuja reexportação para o norte da Europa cobria as despesas com a aquisição de cereais e da munição de guerra, essenciais à sua sobrevivência. Ameaçavam os insurretos de, no caso de serem abandonados pelo seu soberano, preferirem transferir a sua fidelidade para o rei da França — ou mesmo para o da Espanha, ou da Inglaterra — a submeter-se por mais tempo aos holandeses. Por isso recorreu D. João IV, muito a contragosto, a essa política de compromisso, até porque não lhe restava outra alternativa. Enquanto proclamava, oficialmente, não ter qualquer ligação com os revoltosos, a estes enviava, às escondidas, os suprimentos e os homens de que podia dispor, de preferência via Bahia.

Voltando para Portugal em outubro de 1645, Salvador reasumiu em Lisboa o seu posto no Conselho Ultramarino, onde permaneceu durante os dois anos que se seguiram. É provável que não desejasse voltar tão cedo ao Brasil depois do fiasco da *jornada do galeão*, e muito menos prestar serviços sob (ou com) um governador-geral com quem, justamente, ele havia se desavindo. Mas isso não significa que ele preferisse um cargo em Lisboa, por mais honroso que fosse, ao serviço ativo no mar. Assim é que, decorridos dois meses após o seu regresso, solicitava o primeiro cargo público importante que vagara nas colônias — o de capitão-general de Macau.

¹⁰² *Revista trimestral*, LXXXIV, págs. 341-82; Durval Pires de Lima, "A Política brasileira de el-rei D. João IV", em *Congresso do mundo português*, IX, 337 e ss.; A. Guimarães de Araújo Jorge, "A restauração e a história diplomática do Brasil holandês", em *An. Acad. Port. Hist.*, VII, págs. 11-38, e os trabalhos de Prestage e M. de Jong ali citados, pág. 200, n.º 83.

Nessa época, a situação da chamada cidade de Deus de Macau (como era o nome oficial da pequena colônia) era das mais críticas. Vivia o burgo atormentado por uma guerra civil entre o clero e a população leiga, guerra que chegou ao auge durante o desastroso governo de D. Sebastião Lobo da Silveira, um sádico voraz e brutal, de feitio difícil de ser encontrado, mesmo nos tempos em que as colônias eram universalmente consideradas os escoadouros para tudo que era escória nas suas mães-pátrias¹⁰³. Em consequência dessa má administração, houve quem dissesse (um observador inglês da época) que os habitantes de Macau são tão desatenciosos entre si que cada um procura todos os dias fazer mal ao outro (“so distracted amongst themselves that they are daily spilling one another’s blood”). A situação agravou-se com a crise econômica que afligiu a colônia depois de haver ela perdido, sucessivamente, o tráfico com o Japão (1639) e com Manilha (1642). As autoridades de Goa eram de opinião que havia o grave perigo de Macau renunciar sua fidelidade a el-rei D. João IV, a quem ela aclamara entusiasticamente em 1642, e passar-se para o domínio da Espanha¹⁰⁴.

Dando o seu endosso à candidatura de Salvador ao referido posto, o Conselho Ultramarino relembra ao rei que o governador daquela convulsionada colônia deveria ser um fidalgo dotado de “autoridade, talento e energia” muito acima do comum. Oferecia-se Salvador para, no caso de ser escolhido, viajar para a China num galeão novo (do qual era meio-proprietário) que ele tinha trazido do Rio de Janeiro. Outro galeão seria conseguido com o auxílio da coroa, podendo esses navios ser utilizados no transporte de reforços para Goa, na rota de Macau. Depois de haver Salvador efetuado o desembarque no lugar de seu destino, voltariam os galeões para Portugal, com um carregamento de canhões de bronze e de ferro fabricados na fundição de canhões pertencente a Manuel Bocarro¹⁰⁵, e de produtos da China.

Apesar do caloroso endosso emprestado à sua candidatura pelos colegas, Salvador não foi o escolhido para o posto por D.

¹⁰³ Cf. o meu *Fidalgos in the Far East, 1550-1770*, págs. 139-86, e minha edição de Joseph de Jesus Maria, *Azia sinica e japónica*, II, págs. 241-2.

¹⁰⁴ Cf. Arq. Hist. Colon., de Lisboa, Macau, caixa 1, papéis de 1645. A importante “consulta” do Conselho Ultramarino em dezembro de 1645, foi publicada por mim em extrato, nas *Notícias de Macau* de 15 de agosto de 1948.

¹⁰⁵ Pormenores sobre a fundição de Manuel Tavares Bocarro, em Macau, poderão ser procurados em meu trabalho *Macau na época da restauração*, págs. 34, 84, 103, 109, 165.

João IV. O rei nunca revelou as razões de sua decisão; mas não é difícil sugerir algumas. Salvador era meio-espanhol e se de fato houvesse o perigo de Macau “bandear-se para Castela”, é admissível que tomaria o mesmo alvitre, estando tão longe de Lisboa. Ademais, ele não tinha nenhuma experiência do Extremo Oriente, todos os seus serviços tendo sido prestados nas colônias do Atlântico. É possível que estas duas considerações expliquem a recusa de D. João IV e a preferência dada por ele a D. Brás de Castro, fidalgo com boa folha de serviços no Oriente. Aliás, é oportuno acrescentar que Castro declinou do convite, sob o fundamento de estar demasiado conturbada a situação em Macau ¹⁰⁶.

A despeito de estar muito ligado ao Brasil, é claro que Salvador não se sentia tão preso a ele como seu pai tinha sido. Embora fosse um dos maiores proprietários de terras no sul do Brasil, não era colono comparável a um típico “senhor de engenho”, que residisse em seus domínios e só voltasse à Europa em visita ou a negócios. A maior ambição de Salvador era servir à coroa (e favorecer, dest'arte a fortuna da família), pouco se lhe dando que prestasse os seus serviços nas plagas do Atlântico, ou do mar da China. Não era como aqueles grandes portadores de nobreza hereditária, como o marquês de Ferreira ou o marquês de Gouveia, que serviriam ao rei no Conselho de Estado por um sentimento de distinção e lealdade, sem que isso significasse uma carreira. Em sua qualidade de fidalgo sem títulos particulares de alta linhagem, Salvador teria sido governador do Rio de Janeiro ou de Macau; mas, nessa quadra um lugar no Conselho Ultramarino não deixava de ter suas compensações.

O salário a que fazia jus um conselheiro da coroa não era lá muito grande, mas imenso era o prestígio de que desfrutavam os membros do Conselho Ultramarino ¹⁰⁷, e a voz de Salvador

¹⁰⁶ D. Brás de Castro era um fidalgo muito competente, mas ambicioso e briguento, que em outubro de 1653 encabeçou uma revolta popular contra o vice-rei de Goa, conde de Óbidos, sendo subseqüentemente eleito pelos insurretos governador em exercício da Índia portuguesa. Durante um par de anos governou ele, com o consentimento tácito das autoridades de Lisboa; mas, finalmente, foi preso e mandado para Portugal a fim de responder a processo, morrendo durante a viagem.

¹⁰⁷ “On souhitte fort d'avoir une place dans ces Conseils par honneur, et sans interest; les consailleurs d'Etat et ceux de guerre n'ont point d'apointement, les autres en ont de sí modique que les plus forts ne passent pas mille ecues, pour ceux qui president et mille livres pour les Conseillers”, Brit. Museum, MS. 2294, fols. 34-42, “Des Conseils en Portugal”, em Prestage, *Memórias sobre Portugal no reinado de D. Pedro II*, pág. 27.

influiu poderosamente na política do governo. Suas opiniões eram acatadas como as da autoridade mais experiente em assuntos brasileiros, e muitos dos planos e sugestões por ele elaborados em 1646-7 foram adotados, mais cedo ou mais tarde, no todo ou em parte. Foi o que aconteceu com as propostas que fizera com respeito à retomada de Angola, à administração das minas de São Paulo, à organização das frotas de comboios, e (casualmente) à separação administrativa das capitanias do sul, até então subordinadas ao governo-geral, com sede na Bahia. Lisboa, como sede do governo central de onde emanava toda autoridade, passou a exercer depois de 1640 maior magnetismo do que nos anos da dominação espanhola; mas, ainda assim, Salvador preferia um posto nas colônias e não se deu por satisfeito enquanto não viu realizado o seu desejo.

Já vimos que a classe dos *letrados* não era tão poderosa em Portugal e suas possessões ultramarinas como a de seus colegas na Espanha e na América espanhola. Nas conquistas portuguesas os cargos públicos, em sua maioria, eram preenchidos por membros da nobreza militar, não raro sem consideração pela sua capacidade e outros requisitos¹⁰⁸. Verdade é que Mem de Sá, fundador da família no Brasil, havia sido, a princípio, juiz desembargador. Mas os seus descendentes e contraparentes muito cedo se integraram na nobreza militar, na esperança de que a coroa os recompensasse pelos seus feitos em armas, reais ou imaginários, confiando-lhes, sucessivamente, cargos de governo nas colônias. Como já tivemos ocasião de observar, a autoridade desses fidalgos estava limitada, até certo ponto, pelos poderes que os conselhos municipais arrogavam a si próprios. A posição de Salvador era a melhor possível no que tange ao assunto, em sua qualidade de abastado dono de canaviais, senhor de muitos escravos, e veterano no comando das lutas a serviço da coroa. Entre os fidalgos que vinham para o Brasil como governadores ou altos funcionários, havia a praxe de negociar em açúcar e escravos, visto que tal prática era considerada uma compensação à modéstia freqüente

¹⁰⁸ "Só os fidalgos são capazes de governos altos, saibão ou não saibão, sejam ou não sejam para a guerra", conforme se queixava na Ásia portuguesa um contemporâneo de Salvador; veja-se H. A. H. Fitzler, *O Cerco de Colombo, 1652-56* (Coimbra, 1928), pág. 192.

dos salários que percebiam¹⁰⁰. Contudo, poucos deles foram capazes de fazer tudo isso na escala dos Correias de Sá, que há tanto tempo estavam na colônia e nela se achavam tão firmemente entrincheirados. Por outro lado, ao passo que a maioria dos tais fidalgos mandava para Portugal, ou para lá voltava levando consigo as fortunas feitas quando em exercício, os Correias de Sá guardavam o grosso de suas riquezas no próprio Brasil. Enriquecendo-se a si próprios, contribuíram poderosamente para o desenvolvimento da capitania do Rio de Janeiro, plantando novas lavouras, abrindo fazendas e (como veremos) fundando cidades, levados pela sede de ganho.

Salvador e seus colegas do Conselho Ultramarino tiveram certamente muito em que se ocupar nos anos de 1645 a 1647. A luta entre os jesuítas e os paulistas em torno do cativo dos índios esteve então mais renhida do que nunca. Em 1646, os paulistas aproveitaram-se da ausência de Salvador de Sá do Rio de Janeiro para expulsar de Santos, pela segunda vez, os jesuítas. Tão desesperados ficaram os jesuítas com a oposição que lhes faziam os moradores por causa desse problema, que pensaram em entregar a administração de suas aldeias às autoridades locais da coroa, chegando a pensar em desistir de seus trabalhos junto aos índios do sul do Brasil. Quando a matéria foi submetida à consideração do Conselho Ultramarino, tanto o marquês de Montalvão como Salvador opuseram-se energicamente a qualquer alteração. Foram de opinião que os índios nunca seriam tão bem tratados pelos funcionários coloniais e pelos moradores como eram pelos jesuítas¹¹⁰.

A coroa aceitou as recomendações dos dois entendidos em assuntos brasileiros, mas muitos anos se passaram antes que se conseguisse que os paulistas concordassem em viver em paz com os padres e consentir que eles voltassem à cidade do planalto.

Problema mais difícil era o da guerra holandesa em Pernambuco. Tão bem sucedida tinha sido a rebelião que os holandeses

¹⁰⁰ Exceção notável foi o conde de Atouguia, que governou o Brasil de 1654 a 1657. "Porque quando ele foi governador-geral do Brasil, que fornecia açúcar à maior parte da Europa, obrigou a mandar vir de Lisboa o que ele consumia em sua própria casa, para que não pudesse ser censurado por exigir dos outros que fizessem a mesma coisa. Daí vem que no salão da Bahia onde estão os retratos dos governadores, ele está representado com unhas compridas, querendo isso significar a eminência de sua condição". Ablancourt, *Memoirs*, pág. 30.

¹¹⁰ Cf. os documentos publicados por S. Leite na *História da Companhia de Jesus*, vol. VI, págs. 96-103, 422-3; e a resposta de Montalvão, dada à estampa por A. Taunay, em *Informação das minas de São Paulo, A expulsão dos jesuítas*, etc., págs. 193-8 (São Paulo, sem data).

se achavam encurralados em Recife, dentro dos limites traçados pelo alcance de seus canhões, ou em alguns fortes e ilhas costeiras que ainda se achavam sob o seu domínio. Mas, como não tinham competidores no mar, podiam reforçar à vontade as suas fortalezas sitiadas, e ainda interceptar muitos suprimentos e reforços enviados de Portugal para Pernambuco, via Bahia. Esse percalço ocasionava não pouco desespero aos insurretos, dando margem a que fizessem acerbas críticas ao seu chefe, o mulato João Fernandes Vieira. Acusavam-no de todos os crimes, inclusive o de fazer a guerra contra os holandeses “à custa do sangue dos pobres”. O governador-geral, Antônio Telles da Silva, achava as acusações suficientemente dignas de crédito para serem enviadas para Lisboa, a fim de serem submetidas ao Conselho Ultramarino. A maioria dos conselheiros era de opinião que se devia chamar sumariamente João Fernandes Vieira; mas Salvador tomou calorosamente a sua defesa, mostrando que muito da grita tinha como causa as origens muito humildes do chefe mulato, “homem de baixíssima condição”, que, com isso, despertava grande despeito e muito ódio entre os seus subordinados. Qualquer chefe de comando que cumpra os seus deveres está necessariamente sujeito a tornar-se impopular a um círculo de pessoas; e quanto à política de terra devastada e de incêndio dos canaviais, uma das que recebiam o maior peso das críticas assacadas contra João Fernandes Vieira, obedecia ela às ordens do governador-geral, na Bahia. Acentuou ainda Salvador que muitas das acusações formuladas por Antônio Telles eram anônimas, “podendo qualquer pessoa articular um libelo anônimo, e se ela for aparentada com um frade, poderá articular muitos”. D. João IV aceitou a opinião minoritária de Salvador, e a carga que se fazia contra o chefe dos revoltosos foi oficialmente relegada ao esquecimento¹¹¹.

Não obstante, essas críticas feitas à liderança de João Fernandes Vieira, deram lugar a que se enviasse Francisco Barreto de Menezes, com ordem de tomar das mãos do chefe rebelde a direção da campanha de Pernambuco, coordenar os esforços dos

¹¹¹ A relevante documentação foi primeiramente publicada por A. Lamago na *Revista trimestral*, vol. LXXV, parte II, págs. 23-50, “Papéis inéditos sobre João Fernandes Vieira”. Cf. também as justificativas que o chefe mulato apresentou de seus atos nas cartas por ele endereçadas ao príncipe-regente D. Pedro, e a Feliciano Dourado, em maio de 1671. Bibl. Nac. Rio de Janeiro, Cód. 1-6-2, n.º 38, e os n.ºs 5-6, fols. 42-7; M. Calado, *Valeroso Lucideno*, págs. 240, 247-51, 298-9.

revoltosos e auxiliar as forças regulares da Bahia na luta contra os holandeses ¹¹².

Findo o seu exercício como capitão-general de Macau, cogitou Salvador da possibilidade de retornar ao Rio de Janeiro. Desde que eram tensas as suas relações com Antônio Telles da Silva, governador-geral do Brasil, não desejava voltar a algum posto em que a ele ficasse subordinado, até porque a sua condição de membro do Conselho Ultramarino lhe conferia uma certa ascendência sobre Antônio Telles. Por essas e outras razões, sugeriu que o Rio de Janeiro, o Espírito Santo e as *capitanias de baixo* deviam ser libertadas do controle do governador-geral, à semelhança, do que fora feito em 1621 com o Maranhão, constituindo assim uma divisão administrativa à parte, tendo o Rio de Janeiro como centro e sendo ele o governador ou capitão-general. Não seria essa a primeira vez que as capitanias do sul eram separadas do resto do Brasil, mas as separações anteriores nunca duraram muito tempo e tampouco tiveram grande sucesso ¹¹³.

Os argumentos de Salvador no sentido de reviver no sul uma capitania-geral autônoma foram, em resumo, os seguintes: o Brasil, como um todo, era demasiado vasto para ser defendido dos holandeses por um só quartel-general situado na Bahia. Somente Deus e bons fados tinham livrado as capitanias do sul de um ataque dos holandeses, pelo que seria uma provocação à Providência confiar na continuação deste estado de coisas. A defesa dessas capitanias poderia ser organizada de modo muito mais eficiente por um governador investido de amplos poderes, conhecedor dos lugares e residente no Rio. Este governador estaria também apto a exercer uma supervisão mais estreita e mais efetiva sobre os insubmissos habitantes de São Paulo, e também sobre as minas de ouro e de prata localizadas na região. Finalmente, oferecia a capitania de São Vicente excelentes condições para a construção de navios: madeira e ferro havia ali em abundância para isso, o mesmo podendo se dizer dos índios para o trabalho. Não faltavam também portos de águas suficientemente profundas em todas as

¹¹² Francisco Barreto de Menezes tinha nascido em Callao, no Peru, filho natural de um português com uma crioula espanhola. Fez-se soldado no Brasil e tomou parte na marcha épica que fizera em 1640 Luís Barbalho, do cabo de São Roque à Bahia. Em data ulterior distinguiu-se na guerra de fronteiras contra a Espanha, no Alentejo. Foi ferido e aprisionado pelos holandeses ao viajar para a Bahia em 1647, mas fugiu da prisão em Recife, para conduzir as forças portuguesas à vitória final, entre 1648 e 1654.

¹¹³ De 1572 a 1578 e, de novo, de 1608 a 1612.

marés. Aproveitando o ensejo, submeteu Salvador à coroa o ambicioso projeto da fundação de uma nova capitania na terra de ninguém situada entre São Vicente e o Rio da Prata, sendo seus proprietários e donos ele próprio e seus herdeiros. A proposta não foi aceita em sua íntegra por D. João IV, que, não obstante, decidiu-se (a 7 de dezembro) a nomeá-lo governador e capitão-general das capitanias do sul, limitando porém a isenção do controle pelo governador-geral somente aos tempos de guerra ¹¹⁴.

Em fevereiro de 1647, ao se aproximar o momento de seguir para o Rio, Salvador pediu permissão para fazer a viagem em dois navios ingleses, na suposição de que nestes haveria mais segurança do que se ela fosse feita em navios portugueses, visto como os holandeses não se animariam a atacá-los. Invocou nesta ocasião o precedente de um protegido seu, Pedro de Sousa Pereira, *provedor-mor* no Rio de Janeiro, que fizera tal viagem poucos anos antes. A petição contou com o apoio do marquês de Montalvão, que lembrou ter ele próprio viajado para a Bahia em 1640, num ótimo navio inglês ¹¹⁵. A irrupção, em 1645, da revolta em Pernambuco fizera com que recrudescesse, com violência, se não oficialmente, a luta entre os holandeses e portugueses no Atlântico sul, onde os piratas e corsários da companhia das Índias Ocidentais ocasionavam grandes e crescentes danos à navegação portuguesa. Como consequência, tornou-se praxe em Portugal, nesse período, arrendar navios neutros, fossem eles ingleses, suecos, hanseáticos ou genoveses, pelo que a coroa deu a Salvador a permissão de viajar em um navio inglês ¹¹⁶. Estavam as coisas nesse pé quando, de Angola, chegam notícias que acarretam uma nova mudança de plano.

Em fins de 1645, a situação na colônia oeste-africana tinha melhorado sensivelmente, graças à chegada de Francisco de Soutomaior a Massangano, com a expedição de socorro vinda do Rio de Janeiro. Soutomaior era um governador enérgico, que muito prometia; mas faleceu em maio de 1646, sem ter tido tempo de fazer outra coisa senão organizar uma bem sucedida expedição

¹¹⁴ Arq. Hist. Colon., de Lisboa, "consultas mixtas", cód. 14, livro 2, fols. I, 8, v; cód. 113, livro de ofícios, fol. 250; e Arq. Hist. Colon., de Lisboa, Rio de Janeiro, caixa 2, doc. 737.

¹¹⁵ Arq. Hist. Colon., de Lisboa, "consultas mixtas", cód. 14, fol. 12; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 232-3; *Congresso do mundo português*, IX, págs. 299-300 (1940).

¹¹⁶ Cf. meu trabalho "English shipping in Brazil trade, 1640-1665", em *The Mariner's Mirror*, XXXVII, págs. 1-34 (1951).

punitiva contra os naturais rebelados do interior, e denunciar a trégua que o seu predecessor, Pedro César de Menezes, havia assinado com os holandeses, em Luanda. Sucedera-o um triunvirato cujos membros viviam em querelas uns com os outros, fazendo com que, em consequência dessas dissensões, cada vez mais se enfraquecesse a situação precária dos portugueses no interior. Em julho de 1646, uma pequena esquadra de quatro navios, dois dos quais franceses, partiu de Lisboa para Angola, sob o comando do capitão Pierre Baudran¹¹⁷; mas esta foi a única ajuda enviada no referido ano, visto ter sido rejeitada, por falta de meios, a organização das expedições maiores que tinham sido objeto de discussão.

A notícia da morte de Soutomaior e da posição crítica dos portugueses no interior de Angola chegou a Portugal em fins de fevereiro, ou começo de março de 1647. A despeito dos múltiplos cometimentos em que se viam empenhados os portugueses, e da insistência com que o cardeal Mazarino dizia que Portugal devia mandar os seus poucos navios de guerra disponíveis cooperar com a esquadra francesa no Mediterrâneo, o rei e seus conselheiros decidiram que alguma coisa deveria ser feita em auxílio de Angola, e feita como convinha. Tinham todos bem em mente que Angola era "o nervo do Brasil" e, conseqüentemente, do próprio Portugal. Não mais bastavam meias medidas, e Souto-maior devia ser sucedido pelo homem mais à altura dos acontecimentos. O rei tomou a decisão de nomear Salvador governador e capitão-general de Angola, pondo à disposição dele as forças todas que estivessem ao alcance da situação penosa em que se achava a coroa. Perceberam também, D. João IV e seus conselheiros, conquanto isso não fosse abertamente aceito ou discutido, que a única solução real seria a recuperação de Luanda e dos portos marítimos agora em mãos dos holandeses. A fundamental interdependência que existe entre o açúcar e o tráfico de escravos, constitui o elemento de ligação entre os acontecimentos que se sucederam, e exige que neste ponto retrocedamos até certa distância, a fim de analisar as origens e a natureza do "marfim negro".

¹¹⁷ Nada mais se sabe a respeito da expedição de Baudran, além das breves referências que ele próprio fez aos serviços que nela prestou. Cf. Arq. Hist. Colon., de Lisboa, Angola, caixa 1, "consulta de 19 de janeiro de 1649; Silva Rego, *Dupla restauração*, págs. 199-200.

Capítulo VI

ANGOLA, “A MÃE-PRETA”

Embora alguns europeus do século XVII com experiência nas condições de trabalho na América tropical, pensassem que os ameríndios eram melhores, como escravos, do que os negros africanos¹, o peso das provas que nos ficaram daquela época fala em sentido contrário. A superioridade do negro sobre os índios do Brasil, como escravos, tem sido aceita, de modo geral, por todos os historiadores modernos; contudo, crescem as dúvidas quando se compara o valor do escravo negro com o das raças ameríndias mais adiantadas.

O estágio de cultura das tribos nômades das florestas do Brasil tornava para elas muito mais difícil a adaptação à vida em cativeiro do que para o negro africano, que já estava habituado a uma tal ou qual forma de escravidão em sua terra natal. Considerados em globo, os ameríndios eram muito mais suscetíveis às doenças introduzidas pelo homem branco do que o eram os africanos, mormente se arrebanhados em grande número. Em cativeiro, morriam muito depressa, aplicando-se isso não só aos aborígenes do Brasil reduzidos à escravidão pelos portugueses, como também aos índios, muito mais avançados, do México e do Peru, que os colonos espanhóis forçavam a trabalhar nas minas ou nas *encomiendas*.

No último quartel do século XVI, conforme o cálculo de Antonio de León, apenas uma terça parte dos dezesseis mil índios que se recrutavam anualmente para o trabalho forçado (*mita*) em Potosi retornava às suas aldeias nativas ao cabo de seu tempo de serviço nas minas, enquanto os índios Caraiba, das Antilhas, já se achavam praticamente extintos naquela época². No que

¹ Cf. os argumentos expendidos pelo autor da *Rezão do estado do Brasil, 1612* (ed. Sluiter), págs. 523-4; Ruiters, *Toortse*, págs. 15-16; e o missionário dominicano Du Tertre, *Histoire générale des Antilles*, II, págs. 488-9 (Paris, 1667).

² Memorial de Antonio León, como procurador do Rio de la Plata, em Pastells, *Historia*, I, págs. 276-7, onde 1563 é, visivelmente, um erro tipográfico, em lugar de 1583 ou 1593.

respeita ao Brasil, o padre Antônio Vieira, uns cinqüenta anos depois, escrevia que mais de dois milhões de índios haviam sido exterminados pelos portugueses³. Não foram os jesuítas os únicos a proclamar que os portugueses excediam aos espanhóis em sua crueldade para com os índios⁴. Entre as razões que contribuíram para a maior demanda de escravos negros estava a oposição dos jesuítas ao cativeiro dos ameríndios, assunto discutido no capítulo IV. A Companhia de Jesus era apoiada em sua posição pelos reis da Espanha e de Portugal, ao passo que nem a Companhia nem a coroa faziam qualquer objeção à escravidão dos negros. A preferência pelos escravos africanos tornou-se visível desde o começo, e não fez senão crescer cada vez mais nas zonas quentes, de baixa altitude; mas nos primórdios do século dezessete a procura de negros era um fato, mesmo nas minas de Potosi, no Alto Peru⁵. Instalou-se assim uma crescente demanda de negros da África ocidental, para o que eram os portugueses o povo mais em condições de atender, em virtude de sua posição.

A princípio, o grosso dos escravos africanos vinha de Guiné; mas, a partir de 1600, as regiões que mais contribuíam para esse comércio eram as então conhecidas como Congo e Angola. Aliás, estas regiões eram vagamente delimitadas; não obstante, podemos considerar como reino do Congo a região limitada ao norte pelo rio Zaire (ou Congo), ao sul pelo rio Dande, a oeste pelo oceano, e a leste pelo rio Kwango⁶. Quanto a Angola, podemos assim chamar a área situada entre os rios Dande e Longo, com o seu prolongamento para o interior, numa extensão de centenas de milhas. Ndongo era o seu nome nativo; os portugueses denominaram-na Angola, por causa do nome, ou título, de seu governante (Ngola) na época em que a visitaram pela primeira vez. Primitivamente, seus chefes prestavam obediência ao rei do Congo, cuja suserania foi repudiada mais ou menos nos meados do século dezesseis, ficando o rei na posse apenas da ilha de Luanda e de sua valiosa pesca de búzios.

³ Carta de Antônio Vieira escrita no Maranhão a 20 de abril de 1657, em *Cartas*, I, pág. 468.

⁴ Anônimo, "Causas generales de la desolación de Indios", em *Pastells. Historia*, I, pág. 290.

⁵ Sir Richard Hawkins, "Observations" de 1623, em *Purchas his Pilgrimes*, IV, 1381.

⁶ Cf. Cuvelier, *L'ancien royaume de Congo*, págs. 338-41, para uma discussão sobre os limites de Congo, Angola e regiões adjacentes durante os séculos XVI e XVII.

Pelo número de escravos exportados anualmente das regiões do Congo e Angola nos começos do século dezessete, calcula-se em cerca de quinze mil a média dos que saíam nos anos bons. Sua distribuição na América portuguesa e na espanhola, em tempo de paz, pode ser estimada, aproximadamente, como se vê a seguir ⁷.

Pernambuco	4.400
Bahia e Rio	4.000
América espanhola e Antilhas	5.000
Buenos Aires e Rio da Prata	1.500

Como notaram todos os estrangeiros que visitaram o Brasil e o Peru, imensos foram os lucros proporcionados pelo tráfico de escravos entre a África ocidental e a América do Sul. Os negros exportados para as possessões espanholas valiam, sem dúvida, mais do que os vendidos para suprir de braços a crescente indústria brasileira do açúcar. Um dos principais aspectos — quiçá ilegal — desse comércio era a importação de escravos de Angola que fazia Buenos Aires, fosse diretamente de Luanda, fosse por intermédio dos portos brasileiros. A maioria desses negros era para ser negociada em Potosi e no Alto Peru, mas bom número deles ficava em Tucumán e na região do rio da Prata ⁸. Escravos vendidos por alguns pedaços de pano em Angola, valiam entre quatrocentos e seiscentos pesos no Peru, conforme a idade e a condição.

O reservatório humano que os portugueses se puseram a espremer em busca de escravos do Congo e de Angola era habitado pelos Banto, povo em estado rudimentar de civilização. Contudo, não eram eles propriamente selvagens, com exceção talvez dos Jaga, que serão descritos dentro em pouco. Sabiam trabalhar os metais, inclusive o ferro e o cobre, fabricavam objetos de barro e faziam tecidos de rafia com as fibras da palmeira. Possuíam vários animais domésticos, como o porco, o carneiro, a galinha e, em

⁷ A cifra de 15.000 negros exportados anualmente de Luanda é tirada das cartas de holandeses narrando a conquista da cidade em 1641, conforme foram publicadas em versão inglesa, *A Little Forraine Newes*. Cf. também A. Taunay, "Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil", págs. 35-42; Correia Lopes, *A escravatura*, págs. 87-91; Pastells, *Historia*, I, pág. 298; Mello Neto, *Tempo dos flamengos*, págs. 208-14 e as fontes ali citadas.

⁸ Para o preço cobrado pelos escravos de Angola em Tucumán durante a primeira metade do século XVII, cf. Lizondo Borda, *Documentos coloniales*, II, págs. 59-60, 152-4, III, págs. 15-16, embora ali os negros escravos não fossem tanto para o trabalho nas roças como "para el honor de las personas".

alguns lugares, criavam gado bovino. O milho, a mandioca, a batata-doce e outras plantas introduzidas pelos portugueses eram cultivadas em suas aldeias. Viviam, em sua maioria, em choças ou ("kraals") construídas de material frágil, de forma às vezes cônica, outras vezes retangular. Não conheciam a escrita e parece que nunca haviam entrado em contato com as raças, muito mais avançadas, do alto Níger, onde, no século XV, havia uma florescente universidade em Timbuctu. As leis e costumes da tribo regulamentavam-lhes a vida de cada dia, muitos crimes sendo punidos com a tortura, a morte, ou o cativeiro. Era muito grande a autoridade dos chefes das tribos (chamados *sobas*, ou *sovas*, em Angola), chegando a ser, em certos casos, absoluta⁹.

O governante do reino do Congo jactava-se de ter supremacia sobre os vizinhos reinos de Matamba, Ndongo, Loango e outros, mas a efetividade dessa suserania variava dentro de largos limites. O chefe do Congo tinha sido batizado pelos portugueses do século XV, e tanto o rei como a sua corte eram superficialmente cristãos, macaqueando os europeus. Muitos missionários e comerciantes portugueses moravam em Mbanza Congo, ou São Salvador, um de cujos nomes entre os nativos era *ekongo dia ngungo*, "a cidade dos sinos de igreja", tirado da quantidade de templos religiosos construídos em estilo europeu. Em muitas regiões o cristianismo era apenas epidérmico, visto que o fetichismo e o animismo constituíam a verdadeira crença do grosso da população nativa, sendo que Angola escapava completamente à influência da religião cristã. Os principais chefes congolezes recebiam o título de "dom", em alguns lugares o de "conde"; os nobres de ambos os sexos tinham, via de regra, nomes cristãos, com que foram batizados.

A civilização das tribos menos afetadas pela influência portuguesa, como era o velho reino do Congo, possuía as seguintes características, típicas do grupo cultural conhecido como rodésiano ("Zimbabwe")¹⁰:

- a) autoridade absoluta, exercida pelo rei ou chefe;
- b) existência de uma ou mais mulheres influentes, tidas como da mais alta classe pela "entourage" do chefe;

⁹ Cuvelier, *L'ancien royaume de Congo*, págs. 52-7, 192-202, fornece pormenores a respeito. Cf. também Ravenstein, *Andrew Battell*, para um esboço histórico dos reinos de Congo e Angola.

¹⁰ K. Ratelband, *Reizen naar West-Afrika van Pieter van den Broecke, 1605-14*, págs. XCIV-CV (Haia, 1950). Mr. Ratelband escreve com base em grande conhecimento pessoal dos atuais habitantes dessas regiões e estudo profundo de seu passado.

- c) quatro ou seis conselheiros à disposição do chefe;
- d) uma pequeníssima classe dirigente;
- e) presença dos seguintes objetos sagrados: canivete, sino, cofre com os ossos dos antepassados;
- f) o leão, ou o leopardo, como totens.

O exemplo mais frisante da influência feminina nestas tribos durante o século XVII é a rainha N'Zinga, governadora dos Jaga, nome dado a uma das hordas de canibais que infestavam a região de Matamba, no leste de Angola. A origem dos Jaga é muito incerta, e tampouco estão os antropologistas modernos de acordo em considerá-los idênticos aos Zimba (Muzimba), canibais cujas hordas devastaram extensas regiões da África oriental durante o último quartel do século XVI. Os Jaga eram antropófagos no pleno sentido do termo, pois comiam carne humana não em obediência a um sacrifício ritual, mas por força de um costume, gosto e convicção. Ao contrário das tribos Banto, nunca se juntavam em grupos, nem se dedicavam a qualquer atividade agrícola. Eram estritamente nômades e viviam do roubo. Matavam todos os filhos e, entre os rapazes e moças que aprisionavam na guerra, escolhiam os que queriam levar consigo, para educá-los dentro da "lei dos Jaga". Assim, eram mais um aglomerado de hordas erradias do que uma tribo étnica¹¹. Eram muito temidos pelos seus vizinhos menos belicosos e mais sedentários, alguns dos quais aceitavam a sua suserania, de preferência à do rei do Congo.

A célebre rainha N'Zinga, embora se tivesse convertido ao Cristianismo em certa fase de sua longa existência (c. 1581-1663), seguiu durante muito tempo a "lei dos Jaga", revelando-se o inimigo mais temível com que os portugueses tiveram de defrontar. Visto que o costume local não permitia que uma mulher exercesse as funções de chefe, ela se vestia com roupas masculinas (na medida em que os negros usavam qualquer espécie de roupa) e vivia rodeada de cinquenta ou sessenta valentes rapagões em trajes femininos, como se fossem suas concubinas. Tornou-se amiga fiel e aliada dos holandeses durante a ocupação de Luanda (1641-48), dispondo, a seu pedido, de uma guarda pessoal de soldados holandeses. O oficial encarregado do comando deste destacamento em 1646 descreve-a como "uma virago" prudente e

¹¹ Cf. H. Bauman e D. Westermann, *Les peuples et civilisations de l'Afrique*, págs. 174-6 (Paris, 1948); Planquaert, S. J., *Les Jaga et les Boyaka du Kwango*, com especialidade págs. 1-99.

ardilosa, tão afeita ao uso das armas que dificilmente se entregava a outro exercício; mas, a par disso, tão generosa em sua valentia, que nunca molestava um português depois de lhe haver dado quartel; também não fazia distinção entre escravos e soldados, em matéria de comando¹².

Alguns Jaga mantiveram-se fiéis aos portugueses, e foram hordas desse tipo que formaram a espinha dorsal de seus auxiliares nativos, ou *guerra preta*. Os Jaga muitas vezes suprimiram de escravos os portugueses, vendendo os prisioneiros que não tencionavam devorar ou adotar em suas próprias tribos. Como viviam permanentemente viajando ou guerreando, os portugueses tinham sempre garantido um suprimento ininterrupto de escravos através dessa fonte; ainda que os papéis às vezes se invertessem, como no caso da malfadada força expedicionária enviada da Bahia em junho de 1645, a qual foi "feita comida por esses selvagens, que a sepultaram em seus ventres"¹³.

Para alcançar o interior da região de Luanda, seguia-se geralmente pelos rios Dande, Bengo e Kwanza. A região que ficava entre a dos Jaga e os fortes portugueses de Massangano e Ambaca era habitada por um certo número de tribos que prestavam obediência ora aos portugueses, ora ao rei do Congo ou à rainha N'Zinga, ora (de 1641 a 1648) aos holandeses, de acordo com as flutuações da fortuna de cada um desses poderes. A despeito das devastações praticadas pelos Jaga e das guerras das tribos umas contra as outras, para não falar nas freqüentes expedições punitivas organizadas pelos portugueses, a região devia ter sido densamente povoada, se é que se pode dar crédito ao que disseram as testemunhas oculares da época. Duarte Lopes, aventureiro português que viveu no século XVI, deixou escrito (conforme a versão inglesa de Purchas) que "este reino de Angola é mais populoso do que se pode imaginar; porque cada homem pode unir-se a quantas mulheres queira, e assim multiplicar-se indefinidamente". Domingos de Abreu Brito, que visitara Angola em caráter oficial, escreveu em 1591 que, segundo se dizia, Angola devia ser o país mais densamente povoado da Terra, acrescen-

¹² Com respeito à rainha N'Zinga e suas singularidades, cf. O. Dapper, *Naukeurige Beschrijvinge*, II, págs. 236-9.

¹³ O trabalho clássico relativo às campanhas sustentadas em Angola pelos portugueses durante o século XVII é o de um cronista que tomou parte em muitas delas, Antônio de Oliveira Cadornega, *Historia geral das guerras angolanas*. A melhor notícia coeva da região é a de Cavazzi, *Istorica descrizione*.

tando ser ele, seguramente, o maior mercado de escravos, “que nunca se esgotaria até o fim do mundo”¹⁴.

Os portugueses obtinham escravos por diversos processos, como a guerra, o tributo ou a troca. Normalmente, em tempo de paz, agenciadores de escravos, chamados *pombeiros* (ou *pumbeiros*), percorriam o interior, comprando escravos dos chefes locais e levando-os para Luanda, de onde eram transportados para o Brasil. Os pombeiros eram mulatos ou, às vezes, negros de raça pura, que deviam ser mandados pelos seus patrões portugueses de Luanda, levando consigo um total aproximado de cem ou cento e cinquenta escravos negros, usados como carregadores no transporte de tecidos de fibra de palmeira, de búzios (chamados *zimbo*s), vinho e mercadorias outras usadas no pagamento dos escravos comprados no interior. Esses pombeiros demoravam-se no interior um ou dois anos, antes de mandarem para a costa, ou trazerem consigo, filhas de quinhentos ou seiscentos escravos. Embora fossem geralmente leais aos seus patrões europeus, casos havia em que ficavam em falta com os seus empregadores, fugindo com escravos e mercadorias. Entre os pombeiros de maior confiança alguns havia que só voltavam a Luanda ao cabo de anos, permanecendo todo esse tempo no interior, e aí recebendo periodicamente mercadorias da costa, em troca de escravos¹⁵. No começo, a moeda corrente era uma espécie de búzio chamada *njimbu* ou *zimbo*, que se encontrava na ilha de Luanda e se importava em grande quantidade do Brasil. O zimbo foi gradativamente suplantado pelos *panos* de fibra de palmeira, pelo sal-gema, aguardente, pólvora de caça e outros artigos europeus de valor relativamente pequeno. Desse modo, podiam-se obter escravos a preços muito baixos, fosse dos Jaga, fosse dos chefes (*sobas*) de outras tribos¹⁶.

Certo soba, que havia jurado obediência ao governador de Angola, foi por este confiado a um soldado português.

¹⁴ *Purchas his pilgrimes*, II, págs. 997-8; Domingos de Abreu de Brito, “Sumario e descripção do reino de Angola ... anno de 1591”, em Albuquerque Felner, *Um inquérito à vida administrativa e economica de Angola e do Brasil em fins do século XVI*, págs. 6-35 (Coimbra, 1931).

¹⁵ Dapper, *Naukeurige Beschrijvinge*, II, págs. 218-20; cf. A. Taunay, “Subsídios”, págs. 8-9, 105-14. Na Guiné os pombeiros eram também chamados *tangos maus* ou *tangomaos*, palavra de origem incerta, significando exilados, banidos ou fugitivos ou foragidos.

¹⁶ Para pormenores a respeito dos zimbo e dos panos, cf. A. Taunay, “Subsídios”, págs. 161-5; Ravenstein. *Andrew Battell*, págs. 9, 96-7; Dapper, *Naukeurige Beschrijvinge*, págs. 233-4; Cuvelier, *L'ancien royaume de Congo*, págs. 306-12

Esse soldado disse que ele (soba) não havia cometido nenhuma falta e que o tinha reconhecido como seu senhor e que ele devia sustentar o soldado e fazê-lo rico. Também, nas guerras que comandasse, a casa de seu senhor devia ser construída antes da dele próprio, e repartiria com ele tudo de que se houvesse apoderado naquele dia. Assim, de modo algum havia um soldado português, mas ele tinha o seu negro soba¹⁷.

Os portugueses empreendiam as suas lutas no interior utilizando colunas volantes compostas de umas poucas centenas (ou menos) de soldados europeus e mulatos, acompanhados pela *guerra preta* de alguns milhares de auxiliares e carregadores nativos, que se recrutavam por meio desses sobas leais, ou vassallos.

Os escravos destinados a ser exportados por Luanda eram alojados em grande barracões, à espera de embarque. Via de regra chegavam do interior em péssimas condições, depois de marchar centenas de milhas, sujeitos a alimentação parca; por isso os portugueses punham grande cuidado em engordá-los em Luanda, alimentando-os bem e dando-lhes óleo de palma para untar a pele. Os escravos doentes eram isolados dos sãos e postos em quarentena. Se não houvesse à mão algum navio, eram aproveitados em trabalhos agrícolas, e particularmente na plantação e no corte de mandioca. No dia do embarque eram levados a uma igreja das proximidades, ou outro local adequado, para que um pároco os batizasse, algumas centenas de cada vez. Não era cerimônia muito demorada. A cada escravo, quando chegada a sua vez, dizia o padre: seu nome é Pedro, o seu é João, o seu é Francisco, e assim por diante, dando a cada qual um pedaço de papel com o nome por escrito, e pondo-lhes na língua uma pitada de sal, antes de aspergir com um hissope água benta em toda a multidão. Então, um intérprete negro a eles se dirigia, com essas palavras: "Olhai, sois já filhos de Deus; estais a caminho de terras espanholas (ou portuguesas), onde ireis aprender as coisas da fé. Esquecei tudo que se relacione com o lugar de onde viestes, deixai de comer cães, ratos, ou cavalos. Agora podeis ir, e sede felizes"¹⁸.

¹⁷ *Purchas his Pilgrimes*, II, pág. 934, citando Andrew Battel; cf. também Ravenstein, *Andrew Battel*, págs. 64-5.

¹⁸ Essa era a prática já nos dias de Mercado (1569). Cf. também a carta do padre Pedro de Espinosa, S. J., de 21 de dezembro de 1622, em Pastells, *Historia*, I, págs. 300-1; e A. Taunay, "Subsídios", págs. 115-22; Dapper, *Naukeurige Beschrijvinge*, págs. 234-5; Hildebrand, *Le Martyr Georges de Geel*, págs. 288-9.

A confusão e a miséria que se seguia ao embarque já foram descritas muitas vezes. Era elevado o número de suicídios, muitos negros preferindo atirar-se ao mar e morrer afogados a ir para a América, como escravos. Para evitar que isso acontecesse fechavam-se todas as escotilhas, ficando os negros trancados no porão, mesmo enquanto o navio estivesse no porto. Não é de admirar que muitos morressem vítimas de um ambiente tão fétido e anti-higiênico¹⁹. Ao embarcar em Luanda os escravos eram classificados de acordo com uma medida-padrão, denominada *peça das Índias*, devendo entender-se por isso “um negro de quinze a vinte e cinco anos de idade; de oito a quinze e de vinte e cinco a trinta e cinco, três passavam como dois; menos de oito e de trinta e cinco a quarenta e cinco, dois passavam por um; crianças de peito, acompanhadas das mães não eram contadas; todos que tivessem mais de quarenta e cinco anos, e os portadores de doença eram avaliados por árbitros”²⁰. Pagava-se à coroa um bônus por cada peça exportada para o Brasil, e o dobro pelas que o eram para a América espanhola.

A viagem marítima de Luanda a Recife durava, em média, trinta e cinco dias; à Bahia quarenta dias; e ao Rio de Janeiro dois meses. Segundo o padre Vieira, os navios negreiros eram popularmente chamados “tumbeiros”, nome de sinistra e adequada significação. Esses barcos, na época em questão, eram em geral navios pequenos, ou caravelas, deslocando menos de duzentas toneladas, com uma carga de 600 escravos. Como a sua tripulação era, freqüentemente, muito pequena e, às vezes, não havia mais de uns dez ou doze europeus a bordo, os negros só raramente tinham permissão de subir à coberta, para fazer algum exercício ou respirar o ar fresco, de medo que pudessem se amotinar, ou praticar o suicídio²¹.

A situação em que se viam essas aglomerações fechadas num porão são mais fáceis de imaginar do que de descrever; mas, mesmo assim, tinham os portugueses, como escravistas, melhor reputação do que os seus competidores estrangeiros. Pieter Mortamer, primeiro diretor holandês de Luanda, externou sua opinião a res-

¹⁹ Cf. o relatório apresentado por T. de Mercado, O. P., *Tratos y contratos*, págs. 63-8, uma das primeiras denúncias contra o tráfico dos negros.

²⁰ Sir William Godolphin a Mr. Secretary Coventry, 15 de maio de 1678, em Southey, *History of Brazil*, III, 889.

²¹ Cf. Correia Lopes, *A escravatura*, págs. 171-86; A. Taunay, “Subsídios”, págs. 123-31; Vianna Filho, *O negro na Bahia*, págs. 33-40. Com respeito à duração da viagem, cf. *Documentos históricos*, LXXIX, págs. 379-88 (1948).

peito do tráfico de escravos num relatório oficial datado de setembro de 1642:

Os portugueses conseguem transportar numa caravela mais de quinhentos escravos muito melhor do que nós, levando trezentos num navio grande. Isso acontece porque os portugueses olham mais por eles, alimentam-nos melhor, sabendo que isso lhes rende o dobro na hora de vendê-los. Lavam todos os dias a coberta do navio com vinagre ordinário; dão aos seus escravos comida quente duas vezes por dia, sendo uma de feijão africano, a outra de milho, tudo bem cozido, de mistura com uma boa colher de azeite de dendê, juntamente com um pouco de sal e, às vezes, com um bom naco de peixe seco em cada prato. Durante o dia dão-lhes sempre um pouco de farinha e de água. No caso de doença, têm sempre à mão, especialmente para isso, algum vinho, e dão a cada escravo dois ou três pedaços de cobertor velho com que possam se cobrir.

Mortamer recomendava também a construção de barracões em Luanda, para abrigar os escravos à espera de embarque:

...semelhantes aos que os portugueses têm junto de suas próprias casas, de modo que os escravos vão para bordo em boas condições e assim permanecem durante a viagem, e se as travessias forem rápidas eles valerão mais metade de seu preço no mercado; não se ouvirá então dizer que muitos deles tenham morrido ou se lançado ao mar, ou se matado, como agora fazem ²².

Esse relatório tem sido citado com frequência pelos historiadores (eu próprio inclusive), para mostrar que os portugueses, graças à sua longa experiência no tráfico negro, eram, relativamente, mais humanos do que os outros escravistas europeus, fosse ou não unicamente por serem mais eficientes. Olfert Dapper, escritor holandês da época, em sua já citada descrição da África, é de opinião que os holandeses nunca se houveram tão bem com os navios negreiros como os portugueses. Estudos subseqüentes levaram-me a

²² Naber, "Nota van Pieter Mortamer", págs. 37-8. Parece que Mortamer agiu de conformidade com as suas próprias sugestões; nos cinco navios holandeses chegados de Luanda a Recife entre 4 de outubro de 1644 e 14 de janeiro de 1645, houve somente 99 escravos mortos durante a travessia, de um total de 1.778 embarcados em Angola. Carta do Conselho, em Recife, datada de 13 de fevereiro de 1645. em José Hygino MSS.

ter dúvidas sobre a validade desta asserção; seja como for, não há, com relação ao século XVII, suficiente material impresso para permitir uma decisão num ou noutro sentido. O elogio feito por Mortamer aos portugueses, como traficantes de escravos, confirmado embora por Dapper, pode ser, até certo ponto, contrabalançado pela descrição que nos faz um jesuíta das condições em que, segundo lhe foi dado presenciar, chegaram a Buenos Aires em 1631 escravos vindos de Angola. Refere-se ele à pesada mortalidade depois da chegada, “não só por causa do clima, para eles desfavorável (por ser exatamente o oposto àquele a que estavam acostumados), como por serem desembarcados completamente nus, como esqueletos vivos, e serem geralmente maltratados pelos seus senhores.” Com tudo isso, acrescenta ainda o referido jesuíta, “todas as cidades destas Índias estão repletas de negros de Angola”²³.

Chegando ao porto de destino, as sobreviventes *peças das Índias* “eram logo registradas e marcadas como qualquer outra mercadoria”²⁴, a maioria delas destinadas às plantações de cana-de-açúcar. Os preços variavam, naturalmente, de acordo com a idade, o sexo e o estado físico, influenciando também as tribos a que pertenciam. Em certa época, os escravos sudaneses procedentes da alta Guiné alcançavam alto preço, em virtude de sua robustez e inteligência superiores; mas esses escravos, muitos dos quais eram maometanos, não esqueciam que em algum tempo foram livres, pelo que habitualmente se punham à frente, como chefes, nas rebeliões de escravos, particularmente nos séculos XVIII e XIX. Por essas e outras razões, durante todo século dezessete foram os Banto de Angola os negros mais procurados no Brasil. Menos independentes, menos reservados, mais comunicativos e adaptáveis do que os sudaneses, aceitavam sem relutância o Cristianismo (ou o seu aspecto exterior), procurando mais facilmente imitar os portugueses do que os orgulhosos adeptos do Islã²⁵.

²³ Ravnigani, *Documentos*, págs. 417-18; Dapper, *Naukeurige Beschrijvinge*, II, pág. 235.

²⁴ “... registradas e surtidas como las demás mercadorías”, como se lê em um documento citado por Scelle, *La traite négrière*, I, pág. 419.

²⁵ Cf. os interessados neste ponto o livro de Vianna Filho, *O Negro na Bahia*, págs. 48-60. As fontes ali mencionadas pode-se acrescentar a carta do Conselho, em Recife, com data de 13 de fevereiro de 1645 (objeto da nota 22), onde os conselheiros sugerem aos diretores a suspensão da vinda de escravos de Guiné para o Brasil, já por causa da alta mortalidade verificada na viagem, já porque não são eles tão procurados como os de Angola. Cf. Mello Neto, *Tempo dos flamengos*, pág. 213, e A. Taunay, “Subsídios”, págs. 53-65, 79-93.

Do que era por essa época um engenho no Brasil, compreendendo as plantações de cana e a moenda, deu-nos viva descrição Richard Flecknoe, que visitou o Rio de Janeiro e arredores em 1649.

Quanto à cana, é assim o seu cultivo, e é assim que com ela se fabrica o açúcar. A cana-de-açúcar alcança altura de um pé de milho, dispensando maiores cuidados; no segundo ano as plantas são cortadas junto às raízes, como se faz com o vime, visto que no ano seguinte elas nunca deixam de crescer novamente, ostentando a sua verde folhagem e assumindo, vistas de longe, aspecto semelhante ao de um milharal; em junho, já maduras, são juntadas em feixes de alguns pés de comprimento e transportadas assim para a moenda, que é posta em movimento por bois ou por água, e consiste em dois cilindros chapeados de ferro e grossos como dois eixos, que giram em sentido contrário um quase colado ao outro, de modo que as canas postas entre eles saem completamente esmagadas e secas como cascas, tendo perdido o seu líquido. Este escorre por meio de canaletas até certos caldeirões, onde ferve e adquire uma cor de âmbar, sendo então despejado em formas, onde resfia e fica alvo, com alguma borra. Trabalha-se dia e noite (na estação em que se fabrica o açúcar) nestes engenhos, a tarefa de pôr a cana entre os cilindros sendo tão perigosa que se a ponta de um dedo, por descuido ou sonolência do operador, for apanhada entre os cilindros, todo o corpo terá inevitavelmente de ser também arrastado após ela. Por isso, há sempre perto outro negro com um machado, prestes a amputar o braço do que esteja a pique de ser vítima de tal desgraça²⁶.

A dependência em que essas plantações de cana-de-açúcar estavam do trabalho do negro era quase completa, abstração feita de umas poucas áreas em que se podia contar ainda com o braço do índio escravo. O *senhor do engenho*, nome dado aos donos dos grandes engenhos, necessitava de cem a cento e cinqüenta escravos; os engenhos pequenos, ou *engenhocas*, precisavam de um mínimo de quarenta; em compensação, para os lavradores que não

²⁶ Flecknoe, *Relation*, págs. 79-80. Cf. também Ruitter, *Toortse*, págs. 37-9, com respeito à sobrecarga de trabalho dos escravos nos engenhos, durante a safra. Antonil, na *Cultura e opulência*, págs. 15-16, deixa claro que os mesmos perigos e abusos persistiam em sua época. Cf. também as cartas endereçadas da Bahia por Antônio Telles da Silva, com datas de 22 de setembro e 29 de novembro de 1642 (no Arq. Hist. Colonial, de Lisboa, Bahia, caixa 1) para o crônico mau tratamento dado aos escravos de Angola.

possuíam engenho próprio e faziam moer fora a sua cana, trinta eram geralmente suficientes. Os escravos começavam desbravando a terra para fazer a plantação, que fiçava a seu cargo, como também o corte. Eram igualmente necessários na construção, conservação e conserto das moendas, das rodas de água, das calhas e coisas que tais, indispensáveis ao funcionamento do engenho, cabendo-lhes igualmente tratar dos bois e remar nas embarcações usadas no transporte do açúcar para o mercado. Mais ainda, prestavam serviço como carpinteiros, oleiros, ferreiros, ou senão como criados domésticos. Mereciam plenamente o conceito em que os tinha o povo de serem as mãos e os pés dos brancos a que serviam²⁷. Não foi à-toa que um escritor português do século XVII, D. Francisco Manuel de Mello, classificou o Brasil como sendo o “paraíso dos mulatos, purgatório dos brancos e inferno dos negros”; nem pode toda a paroleira que hoje se escreve a respeito da ausência de barreira-de-cor em Portugal e no Brasil desmentir o fato de que a vida do escravo era um inferno na terra. O padre Vieira, em seus mais famosos sermões, comparava a vida de um escravo de engenho com os sofrimentos de Cristo, açoitado e crucificado, exortando os negros a olhar para ele, em busca de consolação. Mais adiante, no mesmo sermão, traça ele um quadro vivo do que era o calor, o ruído e a fumaça num engenho de açúcar em pleno trabalho, à noite; comparando a aparência dos escravos com a daquele Ciclope banhado em suor, e toda a cena com uma erupção do Etna ou do Vesúvio, “que é um espelho do inferno”²⁸.

A esta altura, bem poderá o leitor perguntar por que motivo os jesuítas, tão calorosos campeões da liberdade dos ameríndios, estavam sempre prontos a perdoar, quando não a acoroçoar ativamente (como o fizera o próprio padre Vieira), a importação de negros africanos. A desculpa apresentada pelos modernos apologistas da Companhia, dos quais o último é o padre Serafim Leite, é que os dois problemas assumiam nos séculos XVI e XVII aspectos insuscetíveis de comparação. Os ameríndios eram expressa-

²⁷ Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*; cf. A. Taunay, “Subsídios”, págs. 67-8, 167-78.

²⁸ Cf. o décimo quarto sermão da série sobre o Rosário, intitulado “Maria rosa mystica”, publicado em extrato por Azevedo, em sua *História de Antônio Vieira*, II, págs. 285-8. Antonil faz uma comparação semelhante entre um engenho, o Vesúvio, o Etna e o Inferno, em sua *Cultura e opulência*, parte I, livro II, capítulo 8. Repete igualmente a definição dada do Brasil por Francisco Manuel de Mello, como sendo um “Paraíso de mulatos, Purgatório de brancos e Inferno de negros”.

mente declarados livres pelas leis canônicas e civis, havendo a coroa e o papa confiado aos jesuítas a tarefa de defender-lhes a liberdade no Brasil. De outro lado, o cativo dos africanos existia desde tempos imemoriais. Era tolerado pelas leis canônicas e regulamentado pela legislação civil de muitas nações colonizadoras. Esperar que os jesuítas — assim prosseguia a argumentação — condenassem a escravização dos negros é um anacronismo mental em que só podem incorrer os escritores destituídos de sadio senso histórico²⁹.

Arriscando-me embora a ser incluído no número de tais escritores ousou divergir, neste ponto, do distinto historiador jesuíta. Verdade é que a escravidão dos negros era geralmente sancionada pelos europeus durante os séculos dezesseis e dezessete; mas a voz da crítica falava mais alto do que comumente se imagina nos dias atuais. Bartolomé de las Casas, o grande dominicano espanhol, depois de ter aprovado o cativo do negro, acabou se convencendo de "que é tão injusto escravizar os negros como os índios, e pelas mesmas razões"³⁰.

Acresce que, embora a escravatura negra fosse virtualmente admitida por todos os teólogos e legisladores canônicos, sempre houve críticos com bastante franqueza para condenar abertamente o tráfico de africanos. Isso equivalia, na prática, a condenar a escravização do negro, visto que se o tráfico esbarrasse diante das numerosas ressalvas solicitadas pelos reformadores, ele se teria tornado impraticável. Entre esses críticos ocupa lugar preeminente outro dominicano espanhol, frei Tomás de Mercado, que expôs e denunciou os abusos verificados no tráfico dos negros da África ocidental em seu livro *Tratos y contratos*, publicado em Salamanca em 1569³¹, antecipando muitos dos argumentos expendidos dois séculos mais tarde por Clarkson e Wilberforce. As razões de Mercado foram repetidas e reforçadas por um jesuíta português que (por volta de 1569) submeteu à coroa um memorial a respeito das enormidades do tráfico de escravos nas "conquistas"

²⁹ Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, VI, págs. 350-2.

³⁰ Bartolomé de las Casas, *Historia de las Indias*, III, cap. 149, em Lewis Hanke, *Spanish Struggle for Justice in America*, pág. 125 (Cambridge, Mass., 1948). Com respeito às várias teorias apresentadas nos séculos XVI e XVII sobre a escravidão legal e a natural, cf. S. A. Zavala, *Servidumbre natural y libertad cristiana según los tratadistas españoles de los siglos XVI e XVII* (Buenos Aires, 1944).

³¹ Tomás de Mercado, *Tratos y contratos de mercadores y tratantes*, especialmente o capítulo XV, fols. 63v.-68v.

portuguesas, pugnando pela sua supressão ou completa reforma ³². Argumentava que mesmo no caso de a escravidão ser permissível em face das leis civis e canônicas, e sob certas condições, a imensa maioria dos negros tinha sido adquirida à custa de meios indefensáveis. Articulava, por fim, que nenhuma razão havia para que não se estendessem aos negros as decisões legais tomadas em defesa dos ameríndios.

Esse memorial nunca foi publicado em letra de forma, motivo pelo qual não produziu o mesmo efeito da violenta objurgatória contra o tráfico negro publicada pelo jesuíta espanhol Alonso de Sandoval em seu interessantíssimo (extremamente raro hoje em dia) trabalho sobre a evangelização e o cativeiro dos negros, vindo à luz em Sevilha no ano de 1627 ³³. Sandoval, relutantemente embora, admitia a escravidão do negro sob as condições estipuladas pelas leis canônicas e civis. Admitia ainda que os ameríndios, em seu estado natural, eram livres, e tinham, por conseguinte, a consciência disso, ao passo que o negro estava acostumado à servidão em seu habitat nativo ³⁴.

Depois de isso dizer, passava a denunciar o tráfico com mais violência ainda do que fizera Tomás de Mercado. Argumentava que os negros eram criaturas humanas tanto quanto qualquer outra raça, embora fossem mais vilipendiados do que nenhuma, e que aos olhos de Deus a alma de um negro merecia tanto como a de qualquer homem branco. Longe de considerá-los selvagens bestiais e desregrados, como diziam muitos senhores traficantes, mostrava apreço pelo seu caráter simples e tratável, baseando-se aqui em fatos tirados de sua própria experiência como reitor do colégio dos jesuítas de Cartagena de las Indias ³⁵.

³² "Proposta a S. Mag. sobre a escravaria das terras da Conquista de Portugal", Torre do Tombo, cód. 1, 116, fols. 620 e ss.; publicado, em extrato, por Correia Lopes, *A escravatura*, págs. 171-6. Do conteúdo desse trabalho quero concluir que o autor anônimo era um jesuíta português, possivelmente ligado às missões na Ásia, visto como demonstra um interesse particular pela missão da China, que era composta exclusivamente de jesuítas.

³³ Sandoval, *Naturaliza*, ed. de 1627 (Cf. Bibliografia).

³⁴ "porque los Indios tienen por sí la presunción de libres; no los negros, porque lo más común y corriente es ser esclavo y venderse por tales". Sandoval, *De instauranda Aethiopia*, pág. 101.

³⁵ No livro I, cap. 16, da edição de 1627, dá Sandoval uma interessantíssima descrição dos sinais que marcavam os escravos da Guiné e de Angola, a fim de que as tribos e as regiões de onde eles provinham pudessem ser melhor identificadas. Penso que essa foi a primeira vez que se tentou uma tal classificação, ou, pelo menos, que esta foi publicada.

Sandoval denuncia os sofismas e abusos dos mercadores de escravos chegando até dizer que se lhes deveria negar os sacramentos, caso eles se recusassem a modificar o seu comportamento. Chamava a atenção para o fato de haverem aumentado enormemente as guerras entre as tribos africanas depois que se instalou a procura de escravos, e que os que eram obtidos através destes meios não podiam ser considerados fruto de "uma guerra justa". Ao contrário do que alegam muitos apologistas modernos do escravismo, ele enfaticamente afirma que a maioria dos senhores não fazia o menor esforço para cuidar de seus escravos, e tratá-los como uma propriedade valiosa e difícil de ser substituída. Muito pelo contrário, até os próprios lavradores tratavam os seus negros com aspereza e calculada brutalidade, sem se importar que morressem em conseqüência disso ³⁶.

Sandoval, no livro em questão, teve especialmente em mira despertar a consciência e o interesse de seus colegas; mas as suas idéias não encontravam eco, quer no Brasil, quer em Angola, onde os jesuítas portugueses continuavam a apoiar, e mesmo a encorajar, ativamente, a escravização dos negros oeste-africanos, participando também deste vergonhoso tráfico. Sandoval estampou certa carta que recebera de seu colega português em Luanda, o padre Luís Brandão, em resposta a uma que este lhe escrevera, exprimindo as dúvidas que tinha a respeito da legitimidade do tráfico de escravos ³⁷. Brandão diz categoricamente ali que aquele tráfico era perfeitamente legal, tendo sido aprovado formalmente pela *Mesa de Consciência*, pelos membros preeminentes da hierarquia eclesiástica, como também por ilustres jesuítas de Portugal, de Angola e do Brasil ³⁸. Admite que entre os dez ou doze mil negros exportados anualmente de Luanda para a América, poderia haver alguns injustamente escravizados, mas é óbvio que não nos devemos atormentar, querendo separar das cabras esse

³⁶ Os exemplos por ele aduzidos às fls. 132 e ss. de sua *Naturaliza* (1627) combinam muito bem com aquilo que relata Ruitter em seu *Toortse*, a respeito do tratamento cruel infligido aos escravos no Brasil. A esse respeito é claro que não se pode escolher entre espanhóis e portugueses, tampouco se podendo dizer que os holandeses, franceses e ingleses fossem melhores sob aquele ponto de vista.

³⁷ Carta de Brandão datada de 21 de agosto de 1611 e publicada às fols. 66-7 da edição de 1627, e às págs. 100-1 da edição de 1647 do trabalho de Sandoval.

³⁸ Para a justificação teórica do tráfico de escravos no oeste da África por parte da coroa portuguesa, como para os teólogos e a *Mesa da Consciência* (na época de D. João III), cf. Mercado, *Tratos y contratos*, pág. 68; e Sandoval, *De instauranda Aethiopia*, pág. 101.

punhado de ovelhas. Acrescenta ainda, com certo azedume, que Sandoval em caso algum perguntaria aos escravos que chegassem a Cartagena se haviam sido escravizados com justiça, pois é óbvio que responderiam pela negativa, na esperança de serem libertados. Não era outra a opinião que prevalecia no Brasil.

Convém acrescentar que as dúvidas a respeito da validade da escravidão dos negros não existiam apenas no espírito de uns poucos jesuítas canônicos e eclesiásticos, como é freqüente supor-se. Sandoval cita o exemplo de muitos mercadores de escravos de Angola cuja consciência não vivia em paz, admitindo, sem rebuços, que o tráfico negro era a causa principal das guerras entre as tribos da África ocidental³⁹. Os próprios conquistadores de coração duro e os possuidores de muitos escravos, do tipo de Salvador de Sá, não se sentiam com a consciência plenamente tranqüila nessa matéria. Em todo caso, é o que se deduz de uma observação do Conselho Ultramarino (do qual era ele membro) relativa ao tráfico em Angola durante o ano de 1673. Com pesar, observava o referido conselho que “era essa uma questão que até agora não ficou livre dos escrúpulos de uma consciência cristã”⁴⁰. Os livros de Mercado e Sandoval foram muito lidos pelos contemporâneos, não sendo crível que os jesuítas portugueses, tanto no Brasil como em Angola, ignorassem os argumentos e os fatos narrados de modo tão convincente pelos colegas espanhóis, e não contestados por muitos de seus compatriotas.

O padre Antônio Vieira disse certa vez que o Brasil tinha a alma na África e o corpo na América. Em linguagem mais crua, se não tão eloqüente, o Brasil não existiria sem os escravos de Angola, quer se tratasse da Bahia, pertencente aos portugueses, ou de Pernambuco, em mãos dos holandeses. Parece ter sido o padre Vieira, com a sua tendência para as largas generalizações, quem disse que “sem os negros Pernambuco não existiria, e sem Angola não haveria negros”. Os holandeses estavam tão cientes disso quanto o perspicaz jesuíta. Como mercado de escravos, tanto

³⁹ Cf. os exemplos citados em fols. 67-9 da edição de 1627 e às págs. 93-101 da edição de 1647. Certo mercador de escravos de Angola contou-lhe que “tenía por cierto no abría entre los negros la mitad de las guerras que avía, si supiesen no avía de yr los españoles a rescatar los negros”. Aqui, como em outras partes de seu trabalho, Sandoval inclui os portugueses na denominação “españoles”. Cf. também Cuvelier, *L'ancien royaume de Congo*, págs. 223-33, para o que diz respeito aos efeitos perniciosos do tráfico dos negros europeus, sob o ponto de vista em questão.

⁴⁰ “Consulta” do Conselho Ultramarino, 9 de setembro de 1673, em Arq. Hist. Colon., Lisboa, cód. 17, fols. 122-4.

Elmina como os seus outros estabelecimentos na Costa do Ouro provaram decepcionantes. Esse foi o motivo de ocuparem Luanda e Benguela em 1641-8, fato a que já se fez alusão páginas atrás, e para o qual deveremos voltar agora a atenção mais detidamente.

A expedição holandesa que partiu de Recife em 30 de maio de 1641, com destino a Angola, constava de vinte e um navios, levando três mil homens sob o comando de Cornelis Jol, popularmente conhecido como "Houtbeen" (Perna-de-pau). As tropas incluíam um contingente de índios Tapuia e eram comandadas por um soldado inglês, mercenário, chamado Henderson, um dos vários que estavam a serviço da Companhia das Índias Ocidentais. A viagem correu cheia de dificuldades inesperadas, talvez porque a corrente do Brasil se mostrasse nesta ocasião mais forte do que de costume. Gastaram-se dez semanas para fazer a travessia, pois só a 9 de agosto se avistou a costa africana (em Moçâmedes), quando já a ração de água seria apenas suficiente para uma semana. Primeiro, a frota tomou água no rio Bero, que, por felicidade, naquele ano estava cheio, e não seco como é costume acontecer no mês de agosto. Isso feito, retomou a viagem para Luanda, ao largo de cuja costa apareceu na manhã do dia 15 de agosto, para grande consternação dos habitantes, embora sem surpreender o governador, Pedro César de Menezes, que estava à sua espera ⁴¹.

Só então Houtbeen verificou que ninguém a bordo sabia onde ficava a entrada da baía, nem mesmo o mestre do *Charitas*, que ali estivera um ano antes, e tinha debuxado um mapa do porto, baseando-se na lembrança que dele lhe ficara. Estavam assim indecisos, o almirante e seus colegas, a respeito do lugar e da maneira pela qual deviam efetuar o desembarque, quando viram dissipadas as suas dúvidas graças ao providencial aparecimento de dois de seus navios, trazendo como presa o *Jesús Maria José*, que vinha das ilhas Canárias, com 160 pipas de vinho. O mestre do navio, que era espanhol, — talvez para vingar-se dos portugueses, que tinham sido seus compatriotas, mas resolveram ficar livres da Espanha, — não teve dúvida em mostrar aos holandeses a estreita passagem que servia de entrada no norte do porto.

⁴¹ Com certeza Jol não sabia, ao chegar, se Luanda havia se declarado pela Espanha ou por Portugal; mas não fez qualquer esforço para apurá-lo. Em aditamento às fontes citadas em meu artigo na *Hisp. Am. Hist. Review* (vol. XXVIII), há um interessante relato feito por uma testemunha dos fatos (que pode ser procurado nos *An. do Mus. Paulista*, vol. V, págs. 152-3), com alguns pormenores não encontrados alhures.

Indicou também o lugar da praia onde eles poderiam fundear a meia distância entre dois fortes portugueses. Por estranho que pareça, essa praia ficava fora do alcance dos canhões de qualquer deles. Essa oportuna informação permitiu a Houtbeen e Henderson desembarcar o seu pessoal, na manhã do dia 25. Os portugueses, que jamais pensaram que o seu ponto vulnerável pudesse ser revelado, apressaram-se a bater em retirada, depois de oferecerem uma fraca resistência. Os defensores da cidade tomaram-se de pânico, tal qual sucedera na Bahia em 1624. Supondo que os holandeses tinham apenas a intenção de saquear a localidade, e não a de nela se instalarem, evacuaram eles a praça na noite do dia 25 de agosto, levando consigo todos os bens e pertences que lhes foi possível carregar para longe, a algumas milhas de distância, e ali ficaram à espera dos acontecimentos.

Quando, na manhã de 26 de agosto, entraram na praça deserta, depararam os holandeess com “uma grande e bonita cidade, contendo cerca de 5.000⁴² casas construídas de alvenaria, e não menor do que Olinda”, sem falar em “cinco fortes e sete baterias, onde estavam assestadas cerca de 130 peças de artilharia, sessenta das quais de bronze”. No porto foram aprisionados vinte navios, entre grandes e pequenos, juntamente com grande volume de mercadorias que estavam nos armazéns. Essa ocupação, praticamente sem derramamento de sangue, custou aos holandeses apenas três homens. Todos ficaram surpresos de encontrar uma cidade tão grande e tão bem edificada, com grandes conventos, igrejas, um colégio jesuítico, quando é evidente que esperavam deparar com um mercado de escravos desmazelado e sórdido, constituído de choças de barro, com teto de palha. Bem podia um dos holandeses da expedição escrever a um amigo que

é de admirar que eles com tanta facilidade tenham feito entrega e menosprezado uma cidade tão bela, e provida de invencíveis fortalezas, cidade que havia sido de suma importância para o seu rei, que dela trazia todos os negros e a mouraria de que tinha necessidade, e utilizava em todos os quadrantes; e tendo nós agora a dita localidade em nossas mãos, a Espanha e o próprio Portugal deviam estar

⁴² As “cinco mil grandes e bonitas casas de pedra” do coevo “Extrato de várias cartas escritas no Brasil a respeito da gloriosa vitória da tomada da grande e populosa cidade de São Paulo de Luanda” (em *Hisp. Amer. Hist. Review*, XXVIII, pág. 491) é de presumir-se seja um lapso, em lugar de “quinhentas”.

sentindo grande falta de negros. É ela uma praça de grande tráfico e muitos negócios, e que tem sido da mais alta importância para o rei da Espanha ⁴³.

Já foram tratados no capítulo anterior os esforços feitos pelo governo de Lisboa no interior de Angola para ir em auxílio dos portugueses, enviando expedição da Bahia e do Rio de Janeiro. Devemos nos lembrar que a primeira foi destroçada pelos Jaga hostis e que a segunda conseguiu, finalmente, chegar a Massangano. Esse reforço, chegado em boa hora, deu aos defensores algum alívio temporário, ao mesmo tempo que uma expedição punitiva organizada por Francisco de Soutomaior, em março de 1646, obtinha uma importante vitória contra a rainha N'Zinga. Mas a temível amazona bem depressa se refez desse desastre, não tardando muito a sair novamente a campo, como fizeram os holandeses (a paz havia sido denunciada por ambos os lados, pouco depois da chegada de Soutomaior) e o rei do Congo. A posição do último, podemos acrescentar, era muito especial. Embora estivesse mal com os portugueses mesmo antes da queda de Luanda, em 1641, e depois se declarasse aliado dos holandeses, nunca renunciou ao cristianismo católico romano, conservando em seu reino, durante todo esse tempo, muitos padres e missionários. Uma das razões de sua oposição aos portugueses era ser contrário ao comércio de escravos a que eles se entregavam; mas, como os holandeses tinham ido para Angola pelas mesmas razões, é pouco provável que os seus sentimentos para com eles fossem, na realidade, tão cordiais como ele dizia ⁴⁴.

As novas da morte de Soutomaior e da situação crítica de Angola foram trazidas a Portugal por um piloto, Manuel Soares, que tinha ido para Angola na expedição de 1645, e depois fora ali capturado pelos holandeses. Feito prisioneiro em Luanda, foi posto a trabalhar em suas fortificações durante oito meses até que se viu dispensado e mandado para o Brasil, de onde, em fins de 1646, Antônio Telles da Silva o recambiou para Portugal. Chegou a Lisboa no fim de fevereiro ou começo de março de 1647, sendo más as notícias que trazia de Angola. Os holandeses

⁴³ *A Little True Forraine Newes*, onde se contém o precedente "Extrato".

⁴⁴ Com respeito à atitude vacilante dos reis cristianizados do Congo para com o tráfico negro praticado pelos portugueses em seus domínios, cf. Paiva Manso, *Documentos*, págs. 53-4, 85; Cuvelier, *L'ancien royaume de Congo*, págs. 223-4, 292-3; Silva Rego, *Dupla restauração*, pág. 15.

havam melhorado a fortaleza localizada no morro de Luanda, guarnecendo-a de artilharia, embora fosse construído de terra. Os holandeses reforçaram a ração, a fim de que desse para mil pessoas, incluindo seiscentos soldados afeitos ao serviço. Dispunham de seis navios, dois dos quais patrulhavam continuamente a costa. Contavam com cerca de quinze ou dezesseis mil guerreiros nativos a seu lado; mas o piloto achava que não se devia ter muita confiança na sua lealdade, e que era muito provável que eles se bandeassem para os portugueses, caso estes surgissem com uma força naval respeitável. Enquanto isso, o moral dos colonos do interior baixava cada vez mais, mostrando que eles não poderiam resistir aos holandeses e à rainha N'Zinga durante muito tempo ⁴⁵.

Essas foram as notícias que, como ficou dito no capítulo anterior, levaram D. João IV a nomear Salvador de Sá capitão-general e governador de Angola. Por decreto de 8 de abril de 1647, o rei determinou que se lhe dessem dois dos galeões reais, “embora não dos melhores que possuía a armada, visto serem eles precisos ali”, além dos navios de propriedade particular que fosse possível utilizar com a competente carta. Esses navios se destinavam a transportar um reforço de seiscentos homens, metade dos quais seria recrutada em Portugal e a outra metade na Ilha da Madeira e nos Açores. Salvador deveria desembarcar em alguma ponta da costa de Angola, e estabelecer ali uma base fortificada, de onde se pudesse restabelecer as comunicações com os defensores de Muxima e Massangano. Não se cogitou de atacar Luanda ou praticar qualquer hostilidade contra os holandeses; mas não é muito de duvidar que tal eventualidade tivesse sido discutida ⁴⁶. Passadas três semanas, novas e inquietantes notícias, de todo inesperadas, vieram ocasionar uma mudança radical nos planos traçados.

Na noite de 30 de abril de 1647, vinda da Bahia, aportou em Lisboa uma caravela, com despachos de Antônio Telles da Silva, em caráter de urgência. Por eles, D. João IV tomou conhe-

⁴⁵ Depoimento prestado por Manuel Soares perante o Conselho Ultramarino, dado à estampa em *Arquivos de Angola*, segunda série, vol. V, págs. 59-64. Não consta nenhuma data, mas esta deve ter sido fevereiro ou março de 1647. Cf. Silva Rego, *Dupla restauração*, págs. 200-1.

⁴⁶ Arq. Hist. Colon., de Lisboa, Angola, caixa I, decreto de 8 de abril de 1647; *Arquivo de Angola*, segunda série, vol. V, págs. 43-4. Silva Rego, *Dupla restauração*, págs. 202-4. Embora Salvador fosse nomeado governador de Angola em março ou abril de 1647, a sua carta-patente só foi passada pela Chancelaria a 20 de setembro de 1647; *Arq. de Angola*, segunda série, II, págs. 111-12.

cimento de que havia desembarcado na ilha de Itaparica, situada na baía de Todos os Santos, uma poderosa força expedicionária holandesa, comandada pelo alemão Sigismund von Schoppe, veterano de muitas campanhas no Brasil. A intenção de von Schoppe era a de fundear naquela ilha, que fica justamente defronte da cidade da Bahia, uma "nova Dunquerque", e fechar assim a baía aos portugueses. Essa arma apontada, por assim dizer, contra o coração da Bahia dava a entender que ele premeditasse atacar a própria capital da colônia em futuro próximo, forçando assim Antônio Telles a recambiar os soldados que ele havia mandado para Pernambuco, em ajuda aos "rebeldes". O duro golpe tornara-se possível porque em meados de 1646 havia chegado ao Recife uma considerável força holandesa, justamente no momento em que, como devemos nos lembrar, os defensores estavam na iminência de ver esgotados todos os recursos ⁴⁷.

D. João IV, mal recebera as notícias do desembarque de von Schoppe, transmitiu-as ao seu mais íntimo confidente, o padre Antônio Vieira, que, cerca de seis meses antes, já tinha previsto aquele golpe. O aflito monarca disse então ao jesuíta, seu amigo e conselheiro: "Sois um profeta; na noite passada chegou da Bahia uma caravela, com a notícia de que Sigismund se havia fortificado em Itaparica. Que pensais que devemos fazer?" Como é óbvio, a resposta de Vieira foi que se deveria mandar uma armada bastante poderosa para levantar o bloqueio da Bahia o mais depressa possível, antes que von Schoppe pudesse receber reforços da Holanda. Isso, contudo, era mais fácil de dizer do que de levar a efeito, uma vez que o tesouro estava vazio, como de costume, e nem o rei, nem o Conselho de Estado podiam pensar em conseguir o dinheiro necessário para aprestar uma armada cujo custo era avaliado em 300.000 cruzados. Era essa a oportunidade esperada por Vieira, que, dramaticamente, exclama: "fora com os ministros da coroa que disseram ao rei de Portugal não haver nenhum meio de levantar a soma de 300.000 cruzados para salvar o Brasil, que é o único lugar de valia que possuímos! Pois eu confio em Deus que, com esta sotaina esfarrapada, sou capaz de obter para Vossa Majestade, hoje mesmo, aquela soma". Vieira dirige-se então a um criptojudeu da Bahia, Duarte da Silva, que era seu amigo, sugerindo-lhe adiantar aquele dinheiro, em troca de um imposto a ser cobrado sobre o açúcar procedente do

⁴⁷ *Hisp. Amer. Hist. Review*, XXVIII, págs. 498-9; idem, XIX, págs. 480-1 e as fontes citadas ali. Cf. também pág. 223 acima.

Brasil. Da Silva respondeu que o negócio era alto demais para ele sozinho, mas que ia fazer a tentativa de encontrar outro cristão-novo que servisse de fiador. Assim foi feito, e o padre Vieira convidou os seus dois protegidos para, naquela mesma manhã de maio, confirmar diante do rei aquele oferecimento⁴⁸.

As providências para aprestar uma frota de socorro à Bahia começaram a ser tomadas no mesmo dia, e continuaram num crescendo durante as semanas e meses que se seguiram. Com uma firme decisão muito rara em monarca tão vacilante, e em que se é tentado a enxergar a influência de Vieira, o rei tomou a resolução de arriscar todo o seu poderio naval nessa expedição. A "armada real" constituiria o núcleo da frota, que foi posta sob o comando de Antônio Telles de Menezes, um dos membros do Conselho de Estado, homem experimentado e veterano das guerras contra os holandeses, na Ásia, e que foi elevado ao posto vitalício de capitão-general da *Armada Real do Mar Oceano*. Nomeou-o ainda governador-geral do Brasil durante três anos, a partir da data de sua chegada à Bahia, conferindo-lhe o título de conde de Villa-Pouca de Aguiar. Houve a princípio a intenção de mandar mais de trinta navios, dos maiores, mas não foi possível encontrar para isso quantidade suficiente de homens e dinheiro, verificando-se, por fim, que só se poderia dispor da metade do referido número. Encontrou-se grande dificuldade para conseguir a tripulação para a esquadra; em toda parte estiveram ativos os recrutadores e, para o dito fim, deu-se liberdade a muitos presos. Suspendeu-se a navegação estrangeira, nenhum navio podendo sair do porto durante a mobilização da armada, salvo em se tratando de algum trabalho diretamente relacionado com a sua preparação⁴⁹.

A mobilização da frota de Salvador para Angola foi direta e prejudicialmente atingida pela preparação simultânea dessa es-

⁴⁸ Carta de Antônio Vieira, datada de 23 de maio de 1689, em *Cartas*, III, págs. 552-71.

⁴⁹ Com respeito à carreira de Antônio Telles de Menezes, conde de Villa-Pouca de Aguiar, cf. o meu artigo em *Ethnos*, I, págs. 27-33 e II, págs. 33-96 (Lisboa, 1935-42); também o *Boletim do Instituto Vasco da Gama* (Nova Goa, 1938). Pode-se acompanhar a preparação da "armada real", em 1647, pelas *Cartas del rei Dom João IV para diversas autoridades do reino*, págs. 172, 179, 182, 184-5, 191-2, 196, 201, 206-7, 210, 213 e 220; também pela *Correspondência diplomática*, Sousa Coutinho, II, págs. 139-143, 170-1, 186, 189, 239, 247. As reações dos holandeses podem ser acompanhadas pela última fonte e por "Origineele Brieven" de Doedens a Van Hilten, na *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, págs. 457, 468, 471, 479, 481 (1869).

quadra para a Bahia. Navios e suprimentos inicialmente destinados a Salvador estavam sujeitos a ser desviados para o conde Villa-Pouca, visto que as necessidades do Brasil eram agora, evidentemente, mais prementes que as de Angola. Salvador era o seu próprio quartel-mestre, e redigiu com muita minúcia as suas requisições, onde se incluíam duzentas barracas para proteger os soldados, "porque se ficaram permanentemente expostos ao sol e ao relento todos hão de morrer". As requisições de homens, peças de artilharia e munições eram aceitas só no papel, muito poucas, se algumas, havendo sido atendidas na prática, uma vez que os pedidos de Villa-Pouca tinham prioridade e aquilo que se tinha não dava para ser repartido entre os dois. As duas frotas foram, em boa porção preparadas à custa dos empréstimos obtidos pelo padre Antônio Vieira e seus amigos criptojudeus, grande parte de cujo dinheiro foi aplicada na compra de artigos navais e provisões da Holanda ⁵⁰.

É de interesse conhecer os pedidos e as queixas de Salvador durante o verão de 1647, fértil em acontecimentos. Das discussões havidas no Conselho Ultramarino ressalta com clareza que se tinha decidido atacar a própria Luanda e expulsar, uma vez por todas, os holandeses de Angola. O objetivo oficial da expedição a Angola era em setembro o mesmo que o da de abril, "fazer a ocupação de certo ponto, antes que quem quer que fosse pudesse fazê-lo, tornando infrutífero esse reforço" — em outras palavras, a construção de uma base fortificada na embocadura do Rio Dande ou do Kwanza, ou senão em Quicombo (a meia distância entre Luanda e Benguela). Mas a história é contada de modo diferente em outros documentos relativos à expedição em causa. Em primeiro lugar, as próprias cartas-patentes da nomeação de Salvador como governador e capitão-general de Angola deixam claro que a intenção era a retomada de toda a colônia. O teor desses documentos está endereçado (em parte) aos habitantes de Luanda, o que não teria sentido se fosse admitida a hipótese de estarem ainda os holandeses na posse do local quando chegasse o momento de agir contra eles. Em segundo lugar, nas discussões havidas em torno da composição da força de desembarque especifica-se o que era necessário para atacar os fortes de Luanda e guarnecer a praça após a sua retomada. Nada disso teria sentido

⁵⁰ Arq. Hist. Colon. (de Lisboa), Angola, caixa 1, "Papéis Avulsos de 1647"; "consultas mixtas", cód. 14, livro 2; Silva Rego, *Dupla restauração*, págs. 202-11; *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, págs. 457, 468, 471, 479, 481.

se o objetivo real da expedição fosse o abertamente anunciado, a saber a fundação de uma nova fortaleza na costa, com o fim de engazopar a Luanda holandesa. O próprio Salvador, a propósito de certas dificuldades que haviam surgido, escreveu a 15 de junho que “tudo devia ser acertado para desalojar o inimigo, uma vez por todas”. Quem quer que manuseie a relevante documentação existente no Arquivo Histórico Colonial, de Lisboa, chegará à conclusão de que a verdadeira meta da expedição era a retomada de Luanda e, se possível, a expulsão dos holandeses de Angola. Somente se, ao chegar, Salvador verificasse que os holandeses estavam muito solidamente instalados para serem atacados com êxito, dever-se-ia levar a efeito o que se anunciara como objetivo da expedição, construindo-se um forte em Qui-combo, ou em outro qualquer lugar apropriado⁵¹.

Houve grande discussão entre os ministros a respeito do preparo das duas expedições, e bem assim sobre se deviam elas seguir separadas, ou juntas, sob o comando supremo do conde de Villa-Pouca, até a Bahia. O rei acabou decidindo que ambas partiriam juntas, com Villa-Pouca no comando, podendo Salvador conseguir na Bahia mais homens e mais munições para a expedição a Angola. Salvador ao saber dessa decisão, perdeu a serenidade e, no mesmo dia em que recebeu a intimação (12 de setembro) pegou da pena, redigindo uma réplica, com um destemor digno de nota. Lembrou que ainda não tinha recebido nenhum dos homens e oficiais que lhe haviam sido muitas vezes prometidos e tampouco os suprimentos necessários à sua expedição a Angola, sendo-lhe assim impossível partir no dia aprazado (20 de setembro). Recusou-se abertamente a viajar em companhia da armada do conde de Villa-Pouca, insistindo em que a sua esquadra não podia ser incorporada ou subordinada à do último, mas deveria ser inteiramente independente e utônoma desde a partida, pelos motivos que passou a declarar. Não haveria possibilidade de providenciar em oito dias o fretamento dos transportes, para viagem tão longa. A objeção que fazia à sua ida para a Bahia era, disse com fran-

⁵¹ Arq. Hist. Colon. (de Lisboa), Angola, caixa 1; “consultas mixtas”, cód. 14, livro 11. Os documentos de importância já foram publicados, no todo ou em parte, nos *Arq. de Angola*, 2.^a série, vols. II e V; Rodrigues Cavalheiro, “A colaboração”, págs. 289-335, que, a despeito do título, trata mais da reconquista de Angola do que da do Brasil; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 234-42; Silva Rego, *Dupla restauração*, págs. 202-11. Desses estudos o de Rodrigues Cavalheiro é o mais completo; mas as referências geralmente se reportam aos trabalhos de Norton e Silva Rego, por serem mais acessíveis.

queza, que ele e Antônio Telles de Menezes não podiam trabalhar de comum acordo, visto serem muito diferentes em caráter e temperamento. Disse ainda que não tinha dúvida quanto à lealdade e o zelo de Antônio Telles no serviço do rei, "mas somos homens, e a cooperação entre amigos é coisa muito diversa da prestada a contragosto". Essa louvável franqueza era decerto uma alusão à mútua antipatia existente desde 1642 entre Salvador e Antônio Telles da Silva, e que só fez aumentar depois de haver Salvador se recusado a cooperar com o governador-geral em seu plano de apoderar-se traiçoeiramente de Recife, em agosto de 1645.

Salvador estava certo de que lhe confeririam inteira responsabilidade, desde a partida. Assim, escreveu ele: "Tenho o maior empenho em servir a Vossa Majestade, e assim venho fazendo há trinta e dois anos, havendo cruzado a linha dezoito vezes. E em se tratando de cortar o oceano e nisso sair-se com felicidade, a ninguém me curvo em Portugal; tenho sempre dado boas contas de mim... e quem, quando moço soube bem desempenhar-se à testa de fortalezas, de esquadras, de galeões e de navios de guerra é de supor que saberá como proceder agora". Finalizou declarando que deixaria de cumprir o seu dever se não dissesse francamente ao rei que ou iria seguindo a sua própria orientação, com um comando independente e mostrando-se capaz de desempenhar-se da tarefa que lhe fosse cometida, ou declinaria da incumbência, e o rei faria bem em dar-lhe um substituto⁵².

Essa admirável franqueza de linguagem parece ter causado ao rei a impressão que era de esperar. Ele pôs de lado a idéia de mandar Salvador para a Bahia com a sua esquadra de Angola, em companhia da armada do conde de Villa-Pouca, e decidiu fazê-lo viajar para o Rio de Janeiro, separadamente. Não se sabe ao certo a composição exata da esquadra de Salvador, e tampouco a data precisa em que ele partiu de Lisboa. Balanceando o que pode ser havido como provas, conclui-se que ele dispunha, ao todo, de sete navios, alguns dos quais ingleses; mas a composição da esquadra sofreu tantas modificações nos meses de abril a outubro que não se chega a saber quais ficaram sendo, no fim, os seus componentes. A *armada real* do conde de Villa-Pouca largou

⁵² Arq. Hist. Colon. (de Lisboa), caixa 1, carta de 12 de setembro de 1647; *Arquivos de Angola*, 2.^a série, vol. V, págs. 55-8; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 236-9; Silva Rego, *Dupla restauração*, págs. 208-11 (onde, a *Linha* tem uma alteração marítima tolerada até Olinda à pág. 211).

do Tejo, rumo à Bahia, a 18 de outubro de 1647; por ordem do rei, foi decretado para todo o reino um dia de orações implorando o bom êxito da expedição, da qual dependia, em sã verdade, a salvação temporal de Portugal. Relatos da época informam que a esquadra de Salvador partiu quase uma semana depois, a 24 de outubro; mas François Lanier, francês que residia em Lisboa, e se mostra, quase sempre, bem informado, conta que ela partira a 7 de novembro, data que conta com algumas indicações em seu favor nas fontes holandesas⁵³.

Enquanto se preparava, no Tejo, a armada portuguesa, esforços análogos se faziam na Holanda para enviar poderosos contingentes ao Brasil, cuja sorte dependia de qual das duas ali chegasse primeiro. As negociações entre a Espanha e a Holanda que culminaram com o tratado de Westphalia já haviam demonstrado que Filipe IV estava tão ansioso pela paz com os Estados Gerais, como disse cinicamente o enviado francês em Haia⁵⁴, “se fosse necessário, ele crucificaria de novo o Cristo, para obtê-la”. De seu lado, a Holanda estava também ansiosa pela paz; mas a província da Zelândia que estava profundamente interessada na Companhia das Índias Ocidentais, negou-se a concordar com a ratificação da paz com a Espanha, a menos que as outras províncias se dispusessem a auxiliá-la em suas lutas no Brasil, com suprimentos abundantes em navios, homens e dinheiro. À vista disso, em agosto de 1647, resolveram os Estados Gerais assistir, em larga escala, à Companhia das Índias Ocidentais, em troca da

⁵³ A 24 de outubro de 1647, numa carta endereçada ao marquês de Niza, seu embaixador em Paris, D. João IV dava notícia de que a armada de Telles havia partido a 18 de outubro e que a de Salvador seguiu “hoje, 24”. Nessa carta o rei enviava, em separado, uma lista de cada uma das frota; mas, infelizmente, estas não vieram ainda à luz; *Cartas del rei D. João ao Marquês de Niza*, II, pág. 179. A despeito do caráter categórico da afirmação de que a esquadra de Salvador largou “hoje, a 24”, uma carta de François Lanier, datada de Lisboa a 8 de novembro de 1647, é igualmente positiva ao referir-se à preocupação do conde de Odemira em “faire partir hier une esquadre de 7 vaisseaux pour Rio de Janeiro” (em Azevedo, *O Padre Antônio Vieira julgado em documentos franceses*, págs. 22-3, Coimbra, 1925). Essa data vem confirmada, independentemente, na *Correspondência diplomática, Sousa Coutinho*, II, pág. 266, onde se dá 18 de outubro como data da partida de Antônio Telles, e a de Salvador 6 de novembro, segundo o mestre de um navio holandês que acabava de chegar de Portugal. Cf. também o *affidavit* de E. Malter, prisioneiro holandês chegado do Brasil a Lisboa em novembro de 1647 (em Gemeente-archief, Amsterdam, Notarieele Archieven, n.º 1294, fol. 213).

⁵⁴ *Correspondência diplomática, Sousa Coutinho*, II, pág. 256. O melhor trabalho sobre o Tratado de Westphalia e das negociações a que ele conduziu é o estudo, bem documentado, de J. H. Poelhekke. *De Vrede van Munster* (Haia, 1948).

anuência da Zelândia à paz com a Espanha, resolvendo despachar cinquenta e três navios, com 6.000 homens. O comando dessa frota foi confiado a Witte Corneliszoon de With, um dos mais distintos almirantes da marinha de guerra holandesa, que em todos os quadrantes do globo já havia prestado muitos serviços, em luta contra ingleses, espanhóis, dunquerqueuses e javaneses. Fizeram parte desta expedição doze navios de guerra, inclusive o *Brederode*, orgulho da marinha holandesa. Mas os complicados métodos de administração das Províncias Unidas, os ciúmes das diferentes câmaras provinciais e das mesas administrativas, além das ardilosas intrigas diplomáticas do enviado português em Haia, tiveram como resultado o atraso na mobilização dos armamentos, dando tempo à chegada do inverno, quando a neve, as geadas e a varíola forçaram novos adiantamentos, sem falar nos ventos persistentemente contrários.

O inverno excepcionalmente rigoroso de 1647-8 garantiu a salvação de Portugal, de Angola e do Brasil católico. No momento em que, como o padre Antônio Vieira, cheio de júbilo, escreveu de Haia, a esquadra de Villa-Pouca já festejava o Ano Novo na Bahia, os navios de Witte de With estavam ainda retidos pelos ventos contrários nos portos gelados da Holanda. Villa-Pouca chegou à Bahia com dezesseis navios na véspera do Natal de 1647, verificando que von Schoppe havia deixado Itaparica, viajando para Recife, nove dias antes. Ao terem conhecimento da armada de Villa-Pouca, chamaram-no os seus superiores, temerosos de que esta se destinasse a Recife. Só a 26 de dezembro fez-se à vela a frota de With, para ver-se dispersada por violenta tempestade no canal, com a perda ou a avaria de vários componentes, inclusive do *Regenbogen*, "um dos mais importantes, que ia para Angola, e afundou, sem deixar vestígio ao largo de Vlissinga", como informou Vieira a 27 de janeiro de 1648. Os navios restantes refugiaram-se nos portos da Inglaterra e da Holanda, onde os soldados a bordo, em estado miserável, sucumbiam sob a ação do frio, da umidade e da falta de provisões. Só em fevereiro alcançou finalmente a arruinada frota de With o cabo Finisterra, para atravessar o oceano, relativamente sem contratemplos, até Pernambuco, onde os primeiros navios chegaram em fins de março de 1648, e os últimos, desgarrados, só no mês de junho⁵⁵.

⁵⁵ Vieira, *Cartas*, I, 113-82; *Correspondência diplomática*, Sousa Coutinho, II; W. J. van Hoboken, "Een Troepentransport naar Brazilië en 1647", em *Tijdschrift voor Geschiedenis*, 1949, págs. 99-109; *Hisp. Amer. Hist. Rev.*, XXVIII, págs. 500-2; *Cartas del rei D. João IV ao Marquez de Niza*, II, págs. 203-6.

A mal sucedida experiência da frota de “Double With” contrastou vivamente com as viagens felizes de Villa-Pouca e de Salvador. Villa-Pouca fez a travessia do Atlântico que (para citar novamente o padre Vieira) “até uma caravela teria feito, sozinha, com segurança”. É bem verdade que Salvador, na noite em que partira do Tejo, teve de arrostar com uma forte tempestade, que fez dois de seus navios se apartarem da companhia dos outros; isso posto de lado, sua viagem foi das mais bonançosas. Por infelicidade, ele não nos deixou dela nenhum relato pormenorizado; talvez por tratar-se de assunto rotineiro para quem já havia “cruzado a linha dezoito vezes”. Um jesuíta que viajou na esquadra, o padre Antônio do Couto, escreveu uma narrativa da viagem, mas essa desapareceu. A falta de uma descrição por alguém que nela tivesse tomado parte, podemos recorrer ao nosso velho conhecido Richard Flecknoe, que viajou no ano seguinte e foi o primeiro inglês a registrar em letra de forma as suas recordações de uma viagem ao Rio ⁵⁶.

O navio em que Flecknoe fez-se ao mar tocou em Funchal, onde o poetastro (uma das vítimas preferidas de John Dryden) provou o vinho Madeira, por ele gabado como “o mais generoso de quantos havia eu provado até então”. Dali em diante

a viagem transcorreu o mais agradável que se pode imaginar, livre de temporais, com vento apenas suficiente para enfunar as nossas velas, e o ar tão puro que, em comparação com o prazer de estar ali, parece um suplício respirar em terra, onde o ar é abafado, sufocante e malcheiroso, empestado como se estivesse impregnado de fedores e sujidades (havendo poucos lugares, como a Arábia, onde há mais aromas do que maus cheiros), ao passo que o do mar nos chega como que purificado pelos raios do sol.

Lembra que os passageiros podem desfrutar a bordo o equivalente a todos os prazeres da vida em terra firme. A falconeria e a caça, por exemplo, têm sua contra partida nos atobás em perseguição aos peixes voadores, que são, por sua vez a presa dos reluzentes dourados, ou “peixes brilhantes, que parecem golfinhos”. Conta-nos como os marinheiros portugueses arpoavam os

⁵⁶ Flecknoe, *Relation* etc., págs. 60-3. Flecknoe viajou para o Brasil em 1648, na frota de Salvador de Brito Pereira, sucessor de Salvador Correia de Sá, e não em 1647, na deste último, como se tem dito muitas vezes (inclusive por mim próprio). As condições em que se fizeram as duas viagens foram, *mutadis mutandis*, muito parecidas.

dourados "sem nunca errar o golpe, com o que nos abasteceram o tempo todo com peixe fresco, tratando-se de alimento excelente, macio e tenro como o nosso salmão". O Mar-de-sargaços, "inteiramente coberto de uma alga verde, em densidade tal que o navio dificilmente podia nele abrir caminho, ao lado de muitas flores cor-de-violeta pálido, como a do nosso açafraão, constituindo isso um delicioso espetáculo", comparável ao de um jardim verdejante. O nascer e o pôr do sol eram mais brilhantes nessas latitudes do que nos nossos climas do norte.

No que respeita a outras comodidades e regalos que tendes em terra, nenhum nos faltava. Nossas cabinas eram tão grandes como os vossos quartos de dormir, nossas camas igualmente confortáveis, nosso tombadilho espaçoso para passear como as vossas galerias, nossas despensas e adegas bem fornidas; varas de porcos, rebanhos de carneiros e voláteis de toda espécie havia a bordo; nas festas, incessantes, nunca faltava música, inclusive um excelente corpo de corneteiros e os violinistas que havia entre os marinheiros, e que freqüentemente dançavam, para alegria dos passageiros. Assim, dormindo, comendo, bebendo, ou nos divertindo, foi que fizemos a nossa viagem.

Mesmo que façamos o desconto da licença poética em que se compraz Flecknoe, é óbvio que havia muita diferença entre viajar para o Brasil e seguir para a Índia numa abarrotada carraca. O suplício da fome, da sede, e as doenças numa "nau de carreira da Índia", com a mortandade daí resultante, foram pintadas em cores vivas por Luís de Camões em *Os Lusíadas* e em muitas outras narrativas, que fazem contraste gritante com as condições idílicas descritas por Flecknoe. Seu relato, de fato, lembra mais uma viagem de recreio, num moderno pacote de luxo do que uma viagem para os trópicos durante o século XVII, sempre às voltas com o escorbuto e outros males; mas, em todo caso, ela deve ter sido feita em condições melhores do que as que reinavam na frota de With. Nesta, um dos transportes de tropas era um velho navio baleeiro que acabava de voltar do oceano Ártico, e não havia sofrido ainda a necessária limpeza do óleo quando os soldados foram embarcados ⁵⁷.

57 Van Hoboken, "Een Troeptransport naar Brazilië", págs. 102-7.

A esquadra de Salvador chegou ao Rio de Janeiro a 23 de janeiro de 1648, no mesmo dia e na mesma maré em que vieram os cinco galeões da *armada real* que o conde de Villa-Pouca destacara de suas forças na Bahia, consoante as ordens que havia recebido⁵⁸. Com esse oportuno reforço, veio uma carta do conde de Villa-Pouca para Salvador, encarecendo a necessidade de que este seguisse para Angola o mais depressa possível, antes que os holandeses recebessem qualquer aviso a respeito da expedição em preparo e mandassem de Recife uma força para impedi-la. Essa advertência foi repetida em ulteriores despachos, em que se davam a Salvador informação a respeito da grande frota de With cuja vinda era esperada. Em abril dava ele notícia da chegada dessa frota, do desembarque das tropas e da primeira batalha dos Guararapes (19 de abril de 1648), em que as forças expedicionárias dos holandeses sofreram uma grave derrota às mãos dos portugueses comandados por Francisco Barreto de Menezes. O vitorioso general-mestre-de-campo escreveu a Villa-Pouca (que, sem detença, transmitiu a informação a Salvador), dizendo que “todo o dinheiro gasto com essa expedição pela Companhia das Índias Ocidentais e pelos Estados Gerais... tinha sido desembolsado na esperança de uma rápida paz com Castela, e pensando nos escravos que eles então poderiam exportar de Angola para as Índias Ocidentais”. A renovação desse lucrativo comércio de escravos daria aos holandeses largos recursos financeiros para prosseguir na guerra contra os portugueses, no Brasil. Isso, acrescentava Villa-Pouca, mostra quanto é imprescindível que Salvador siga, sem demora, para Angola, no caso de já não haver seguido, como o conde esperava que ele tivesse feito⁵⁹.

⁵⁸ Carta de Villa-Pouca a Salvador, datada de 6 de janeiro de 1648, em *Documentos históricos*, IV, págs. 421-5. Interrogatório cruzado feito em Recife a 19 de novembro de 1648 dos mestres do *Santa Marta* e do *Santa Margarida*, apelidado o *Inglezinho*. Em *Rijksarchief*, Archief der W. I. C. Oude Comp., n.º 64, apêndice B à carta de 19 de dezembro de 1648.

⁵⁹ Cartas de Villa-Pouca datadas de 6 de janeiro, 2 e 30 de março e (?) de abril, de 1648, em *Documentos históricos*, IV, págs. 421-8, 432-8; *Cartas del-rei D. João IV ao marquez de Niza*, II, págs. 238-40. A propósito do desejo que a Espanha tinha de escravos de Angola, dois comerciantes ingleses que foram de Cádiz para Portugal em 12 de junho de 1647, deram poucos dias depois o seu testemunho de que “era corrente ouvir dizer que as Índias seriam perdidas por falta de escravos negros, que os que lá estão não cessam de reclamar em todas as suas cartas”. Um daqueles ingleses contou que tinha visto a carta de um correspondente da América espanhola, em que se afirmava que as colônias entrariam em colapso, a menos que lhes fossem enviados 22.000 negros dentro de dois anos: declaração de Francis Fendon e William

De fato, Salvador não tinha necessidade de apressar-se, pois havia muita coisa que precisava ser feita antes que ele pudesse deixar o Rio. Aproveitava o tempo em angariar provisões para uma força de tão grandes proporções, especialmente o sal, para a conservação da carne destinada às tropas. Queixava-se de que os homens que havia trazido consigo eram, em sua maioria, a escória das prisões de Lisboa e em condições tão precárias que muitos deles adoeciam e morriam. Fez os maiores esforços para recrutar mais homens no local, visto serem eles mais experimentados e afeitos às inclemências do clima tropical; não desejava, contudo, desfalcar a guarnição do Rio. Os paulistas, como de costume, eram um tanto ou quanto avessos ao voluntariado, embora o padre Antônio Vieira os descrevesse como sendo, no Brasil, os melhores combatentes. O recrutamento em que Salvador tanto se empenhava deu melhores resultados no Rio de Janeiro e lugares vizinhos, talvez porque os lavradores de cana ali estivessem mais interessados em obter escravos de Angola para os seus engenhos do que os paulistas, em seu longínquo altiplano. Tanto Salvador como Villa-Pouca queixavam-se amargamente da atitude indifferente dos paulistas⁶⁰.

Por intermédio de Salvador, os moradores do Rio dispuseram-se a emprestar 60.000 cruzados para financiar a expedição — esforço dos mais notáveis, sem o qual, como Salvador disse francamente ao rei, sua armada nunca se faria ao mar. Participaram generosamente deste empréstimo ele e sua família, como era natural que assim fizessem, dados os recursos de que dispunham e a necessidade que tinham de escravos para os seus engenhos. O fervor patriótico era tão grande que certo cidadão ao trazer a sua contribuição veio acompanhado de uma banda de música, tocando toadas alegres. Tendo contribuído, voluntariamente ou à força, é compreensível que os cidadãos se opusessem energicamente a uma taxa adicional sobre o açúcar exportado, que o conde de Villa-Pouca mandou um funcionário arrecadar, como contribuição destinada a atender aos gastos com a permanência de sua

Rolls e documentos a ela apensos, em Arq. Hist. Colon. (de Lisboa), Angola, caixa I. Para os abortados esquemas contra Angola, pouco posteriores em data, cf. a curiosa documentação mencionada por Poelhekke, *De Vrede van Munster*, págs. 139, 553.

⁶⁰ *Documentos históricos*, IV, págs. 421-8, 432-8, cartas de Salvador datadas de 29 de janeiro e 15 de maio de 1648, em Arq. Hist. Colon. (de Lisboa), Rio de Janeiro, caixa I; Ant. Vieira, *Cartas*, I, pág. 137; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 240-55; Silva Rego, *Dupla restauração*, págs. 214-18.

esquadra na Bahia. Salvador ficou do lado dos cidadãos que lhe tinham dado apoio tão generosamente, e, como resultado dessas representações, a nova taxa foi finalmente abolida⁶¹.

A notícia da chegada da armada de With a Recife quase pôe a perder todo o projeto. No Rio de Janeiro muita gente achava que seria mais prudente concentrar toda a armada no Brasil, do que distrair boa parte dela para seguir para Angola com Salvador, deixando o Rio e seus arredores expostos às depredações de "Double With". O próprio Salvador, embora concordasse plenamente com Villa-Pouca a respeito da necessidade de seguir para Angola, deixou-se influenciar pelos que criticaram o precipitado da expedição em projeto, "desde que muitos eram de opinião que seria mais acertado defender o baluarte do Rio, que era nosso, do que deixá-lo com o fito de tomar Angola, que se achava em poder dos holandeses". Diante desse dilema, resolveu pedir conselho e inspiração ao seu confessor jesuíta, o padre João de Almeida, aquele mesmo "inglês de nascimento que, trazido em criança para o Brasil", lhe dera, vinte anos antes, o conselho de continuar sua viagem para o Paraguai, acompanhando a esposa de D. Luís de Céspedes Xeria. Este seu pai espiritual insistiu em que ele devia fazer a viagem para Angola, custasse o que custasse. Antevia um resultado feliz se Salvador partisse a 12 de maio, e escolheu São Miguel Arcanjo para patrono da expedição. Isso bastou para que o general se decidisse — se dermos crédito aos padres jesuítas Simão de Vasconcellos e Antônio do Couto, cronistas da Companhia, que então se achavam no Rio. Considerando o temperamento religioso e devoto dos portugueses, e a crença em portentos e milagres que transparece tão claramente na literatura e nos relatórios da época, nada há inerentemente improvável nessa edificante anedota. Contudo, na correspondência oficial de Salvador (pelo menos na parte que dela chegou até nós), nada se encontra em apoio dessa história. Outra versão é a de que ela teria sido forjada com o fim de encorajar os incrédulos e hesitantes⁶².

⁶¹ Carta de Salvador datada de 15 de maio de 1648, citada em nota anterior; Simão de Vasconcellos, S. J., *João d'Almeida*, pág. 224; Antônio Couto, S. J., carta de 5 de setembro de 1648, em Silva Rego, *Dupla restauração*, págs. 245-56; *An. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, XXXIX, págs. 67-70.

⁶² Simão de Vasconcellos, *João d'Almeida*, págs. 219-24. Simão de Vasconcellos afirma (pág. 236) que logo após a partida de Salvador, a 12 de maio, chegara um despacho de D. João IV, ordenando que ele em hipótese alguma saísse do Rio de Janeiro, pois era esperado, a qualquer momento, um ataque

Seja como for, a expedição partiu finalmente do Rio a 12 de maio de 1648, data marcada pelo padre João de Almeida. Nas fontes contemporâneas não há duas que concordem no que respeita à exata composição da esquadra de Salvador. O volume de tropas levadas a bordo não aparece também avaliado de maneira uniforme, o número de soldados sendo orçado entre novecentos e dois mil, aproximadamente. Salvador, na carta que escreveu na véspera (talvez depois) do embarque, diz que a sua força era constituída de cinqüenta navios, com uma ração para 1.400 homens, afora muitos voluntários a meio pagamento, aí incluídos, provavelmente marinheiros e soldados. A armada estava provida para seis meses. Deve-se tomar nota de que, além dos cinco galeões fornecidos pela Coroa, todos os outros navios, bem como todo o pessoal, munições e provisões foram adquiridos com os fundos levantados no Rio de Janeiro⁶³.

Abstraindo de alguma alteração de somenos importância, pode-se tentar a reconstituição da armada que largou do Rio com Salvador a 12 de maio assim como se segue:

<i>Nossa Senhora da Conceição</i> (nau capitânea)	Clemente Martins
<i>São Luís</i> (almiranta)	Manuel Pacheco de Melo
<i>São Tomás</i>	Luis Barbosa de França
<i>Santa Margarida e Santa Marta</i> (o Inglezinho)	Manuel Pinheiro
<i>Santo Antônio</i> (urca)	Álvaro de Novais
<i>Caridade</i>	João Soromenho

da frota de De With ao referido porto. Não encontrei nada no Arq. Hist. Colon., de Lisboa, que confirme esta história; mas o dito arquivo está muito longe de ser completo e a coisa nada tem de inverossímil. Antônio Vieira repete a mesma história no extrato que Lúcio de Azevedo (*História*, I, pág. 406) publicou do livro inédito de célebre jesuíta sobre a vida de João de Almeida.

⁶³ Norton, baseando-se na carta de Salvador, datada de 15 de maio de 1648, argumenta que a armada não poderia ter partido antes daquela data, e que a data tradicional de 12 de maio não é por isso errônea. Para mim, não há dúvida que aquela carta foi mal datada, por acidente ou outra razão qualquer. Todas as testemunhas oculares coevas, inclusive os padres Couto e Simão de Vasconcellos, bem como os mestres do *Santa Marta* e *Santa Margarida*, inquiridos pelos holandeses em Recife no mês de novembro de 1648, são unânimes em informar que Salvador e sua armada deixaram o Rio a 12 de maio. O cálculo feito por Salvador, na carta que escreveu a 15 (?) de maio, das forças sob seu comando foi de "15 embarcaçõins com 1.400 reçoins socorridos por 3 mezes com muitos reformados, com creñas e mantimentos para 6 mezes... Cf. também a nota 98, adiante.

<i>Nossa Senhora dos Remédios e</i>	
<i>Almas</i>	Francisco Fernandes
<i>Santo Antônio</i> (charrua)	incerto
<i>Pedra</i> (São Pedro?) (inglês?)	George Dobens (?)
<i>Alexander</i> (inglês)	Joseph (?)
<i>Santo Milagre</i>	Manuel Almeida Falcão
<i>São Gabriel</i>	Francisco Gomes de Vinha
<i>Três Reis Magos</i>	Gaspar Rubim
<i>Nossa Senhora da Conceição e</i>	
<i>Santo Antônio</i>	Manuel Lopes Angaio
<i>Nossa Senhora do Rosário e São</i>	
<i>João de Deus</i>	Antônio Vaz de Oliveira

Alguns desses navios eram ingleses, mas é incerto o seu número provavelmente três ou quatro, pelo menos. Cinco dos da frota eram navios tirados em janeiro pelo conde de Villa-Pouca de sua armada na Bahia. Outros cinco tinham vindo de Lisboa, com Salvador; quatro outros haviam recebido cartas de navegação fornecidas por Salvador, no Rio; mas é incerta a origem dos restantes, sendo que um deles podia bem ser um dos que se desgarraram da esquadra de Salvador na noite da partida do Tejo⁰⁴.

De conformidade com a decisão tomada no último conselho de guerra reunido a 9 de maio em casa de Salvador com a finalidade de se discutirem as ordens e o curso da expedição, ficou resolvido comboiar os vinte e cinco navios da frota do açúcar em sua viagem para Portugal, até à ilha de Ascensão, onde eles se desligariam para prosseguir em viagem direta, desacompanhados. Nessa conferência, Salvador frisou a necessidade de uma boa distribuição durante a travessia do Atlântico. Os quinze navios de sua esquadra seguiriam na frente, em linha, com a nau capitânea na vanguarda; na retaguarda ficaria a almiranta, *São Luís*. Qui

⁰⁴ A minha tentativa de dar os componentes da armada de Salvador difere da apresentada por Silva Rego, em sua *Dupla restauração* (págs. 216-17). As fontes principais que utilizei são as comissões dos capitães publicadas ou citadas no MS. "Livro de patentes do Tempo do Sr. Salvador Correia de Sá e Benavides", impresso nos *Arq. de Angola*, 2.^a série. Também consultei (como Silva Rego) os documentos existentes no Arquivo Histórico Colonial, de Lisboa (Angola, caixa I, e Rio de Janeiro, caixa I), os quais, na sua maioria, foram publicados por Rodrigues Cavalheiro em *Congresso do mundo português*, vol. IX, págs. 289-335. Tantos eram os navios e os capitães que todas as listas não são mais, necessariamente, do que uma tentativa como no meu caso, a menos que se descubra a lista da armada de maio de 1648.

combo, na carta de Angola, seria o lugar de *rendez-vous*, no caso de ter sido inevitável o afastamento de alguns navios, durante a viagem⁶⁵.

Difícil foi a travessia; as ondas encapeladas levantavam-se até as nuvens, como hiperbolicamente as descreveu o jesuíta Antônio do Couto, que nos legou uma narrativa da viagem em que tomara parte. Entre os navios menores, dois, de nome *Gamela* e *Canoa*, não agüentaram a tempestade em alto-mar e voltaram para o Rio de Janeiro depois de apenas três ou quatro dias de viagem. Duas outras pinaças e o galeão *São Luís* distanciaram-se, por diversas vezes, da companhia. O *São Luís* alcançou a armada a 9 de julho, quando tudo já havia serenado. Foi assim, somente com onze dos quinze navios que compunham inicialmente a frota, que Salvador, a 12 de julho, avistou a costa da África, um pouco abaixo de Cabo Frio.

Dois meses durou precisamente a travessia, tempo quiçá demasiado longo, mas duas semanas a menos do que a empreendida de Recife, sete anos antes, por Houtbeen, quando toda a frota holandesa esteve na iminência de um desastre, por falta de água. Os portugueses, sem dúvida, estavam mais bem abastecidos, pois não se sabe de nenhuma queixa motivada por falta de provisões, durante a viagem. Muito pelo contrário, conta-nos o padre Couto que a bordo o tempo todo era gasto em preparativos militares de toda ordem, achando-se Salvador perfeitamente preparado para um encontro com o formidável Witte de With. Os navios mantinham-se prontos para entrar em ação, ao mesmo tempo que os artilheiros e os engenheiros, "de que havia vários", viviam atarefados no preparo das granadas de mão e armas semelhantes. Não houve, porém, nenhum encontro com o inimigo durante a viagem, e a frota do açúcar destacou-se, como devia, na longitude da ilha de Ascensão, chegando sã e salva a Lisboa, a 14 de agosto. Salvador tinha a intenção de atacar Benguela, mas na escuridão da noite a esquadra passou adiante, indo fundear ao largo do ancoradouro de Quicombo a 27 de julho⁶⁶. Que teria sido feito de With durante esse tempo?

⁶⁵ "Auto da reunião dos capitães de mar e guerra e dos pilotos práticos da armada, 9 de maio de 1648", em *Arquivo de Angola, série 2.^a, V*, 119-21.

⁶⁶ "Carta do padre Antônio do Couto S. J., escrita em Luanda" (a 8 de setembro de 1648), em Silva Rego, *Dupla restauração*, págs. 245-56. Antônio do Couto nasceu em São Salvador, capital do reino do Congo, entrando para a Companhia a 31 de outubro de 1631. Trabalhou muitos anos no Congo e

Os holandeses estavam bem prevenidos a respeito da expedição de Salvador e de seu destino. Em fins de abril de 1648 o conselho, de Recife, escreveu para a Holanda, contando ter tido conhecimento, através de prisioneiros, e de cartas interceptadas, que Salvador Correia tinha em preparação no Rio de Janeiro uma esquadra de treze navios, para a reconquista de Angola. Por esse motivo, insistiam os conselheiros junto aos diretores para que não protelassem o envio de ajuda para Luanda, acrescentando que, de sua parte, a 22 de fevereiro, haviam despachado o navio *Noort Holland*, com suprimentos, e um reforço de 135 "soldados, fortes e resolutos". Esse aviso foi repetido em várias ocasiões ⁶⁷.

Nessa época a Angola holandesa não estava sendo administrada do Brasil neerlandês, sendo diretamente subordinada ao escritório central, na Holanda. Isso não obstante, Recife se incumbia habitualmente de abastecer Luanda de homens e provisões, numa divisão de responsabilidades que, naturalmente, desagradava o Conselho. Queixava-se este amargamente das dificuldades em que se via para desempenhar-se da tarefa, visto estar o Recife completamente bloqueado por terra pelos portugueses, e depender inteiramente da Holanda, em matéria de suprimentos; sugeria então que os destinados a Angola deviam ser remetidos diretamente da Holanda, ou, senão, que fossem enviados em quantidade maior para o Brasil holandês. Em conseqüência da perda do *Regenboogen*, que naufragara ao largo da costa de Flandres durante a tempestade de janeiro de 1648, repleto de homens e provisões, os diretores enviaram de Amsterdã instruções ao Conselho no sentido de, na primeira oportunidade, enviar-se, diretamente de Recife, outro navio em substituição ao primeiro, e com carga equivalente. Diante disso, despachou o Conselho, em junho, o *Getrouwen Herder*, a despeito das queixas de que, para isso fazer, teriam de desfalcar seriamente a sua despesa, em Recife. O dito navio não soube justificar o nome, de *Pastor Fiel*, pois a sua tri-

em Angola, antes de tomar parte na expedição de Salvador. Em Lisboa, no ano de 1642, publicou, sob o título de *Gentio de Angola*, um catecismo nativo, do qual foi publicada em Roma, por volta de 1661, uma versão em latim, quibundo e português, intitulada *Gentilis Angolae Fidei Mysteriis*. Morreu no Congo, a 10 de julho de 1666. Cf. F. Rodrigues, *Hist. da Comp. de Jesus etc.*, III, 1, págs. 394-5; P. Laurenz Kilger, O.S.B., "Die Taufpraxis in der alten Kapuzinermission am Kongo und in Angola", em *Neue Zeitschrift für Missionswissenschaft*, V, parte I, especialmente as págs. 36-38 (1949).

⁶⁷ Hoge Raad em Recife, cartas de 23 de abril e 27 de outubro de 1648, nos MS. de J. Hygino (Inst. Hist. e Geogr. de Recife).

pulação e os cinqüenta soldados que iam a bordo amotinaram-se durante a viagem, levando o navio para o Rio de Janeiro, onde se renderam aos portugueses ⁶⁸.

Tão avariados ficaram os navios de guerra de W. de With com a tempestade arrostada durante a viagem, que tiveram de ser querenados na Paraíba, antes de poderem empreender qualquer maior operação. Largaram da Terra Vermelha (como a chamavam os holandeses) para cruzar ao largo da Bahia, quase no mesmo momento em que Salvador partia do Rio de Janeiro para Angola.

Por prisioneiros feitos em fins de maio e começos de junho, o almirante holandês ficou sabendo que a frota do açúcar havia partido diretamente do Rio para Lisboa, deixando que Salvador continuasse a sua viagem "com seis ou sete galeões, alguns navios pequenos e cerca de dois mil soldados da milícia do Rio de Janeiro, rumando para Angola, com o objetivo de bater os nossos que ali estão". De With transmitiu imediatamente estes informes alarmantes ao Conselho, em Recife, renovando os mesmos avisos, em pessoa, por ocasião de seu regresso, em julho, ao receber a notícia falsa de que os galeões de Villa-Pouca haviam escapulado, fazendo-se à vela, para o quartel-general dos holandeses. De With instou repetidamente junto ao Conselho para que o enviassem em perseguição a Salvador, com cinco ou seis de seus melhores navios, "mesmo que estes sejam veleiros vagarosos e sujos". Estava certo de que forçaria Salvador a entrar em ação, tivesse ou não tivesse ele conseguido retomar Luanda, e também de que o resultado seria favorável aos holandeses. Contudo, sua proposta não foi aceita pelo Conselho, não só porque estava temeroso de que os galeões de Villa-Pouca atacassem Recife, como também, e principalmente, porque os seus membros estavam convencidos de que Salvador "não era um soldado" e dificilmente levaria a efeito a anunciada intenção de atacar Luanda ⁶⁹.

⁶⁸ Hoge Raad em Recife, cartas de 21 de janeiro, 23 de abril e 27 de outubro de 1648, e 9 de maio de 1650; cartas dos diretores, datadas de 5 e 17 de fevereiro de 1648, em MS. de J. Hygino.

⁶⁹ "alsoo hij voor geen soldaet wiert gehouden", como escreveu De With ao Hoge Raad em 12 de fevereiro de 1649, censurando-o pelo seu erro de cálculo. Os movimentos de De With entre abril e dezembro de 1648 podem ser acompanhados pelo seu diário manuscrito, do qual pude examinar em 1949 uma cópia no MS. de José Hygino, em Recife. Cf., em particular as entradas correspondentes a 29 de maio, 5 de junho, 12 e 23 de julho de 1648. O original acha-se no Rijksarchief, em Haia. Cf. também a versão, resumida, dada a estampa por Naber sob o título de "T'Leven en Bedrijf van den Vice-Admirael Witte de With, zaliger", às págs. 133 a 137 em particular.

Durante o tempo em que a expedição de Salvador esteve se preparando em Lisboa e no Rio de Janeiro, a situação dos portugueses em Angola ia de mal a pior. Em setembro de 1646 os holandeses infligiram uma séria derrota aos portugueses em Massangano, muito embora não tivessem querido, por motivos ignorados, intervir contra a localidade em si, e fossem repelidos de Muxima, quando fizeram a tentativa de apoderar-se da sua fortaleza, algumas semanas mais tarde. Mas este passageiro sucesso foi praticamente anulado por duas derrotas esmagadoras sofridas pelos portugueses nos dois anos que se seguiram. Na primeira, em outubro de 1647, o diretor holandês de Luanda, Cornelis Ouman, com a ajuda da rainha N'Zinga, aniquilara uma poderosa coluna portuguesa chefiada pelo melhor de seus guerrilheiros veteranos, Gaspar Borges Madureira. Na segunda, em agosto de 1648, uma coluna volante de 225 holandeses chefiada pelo comandante da guarnição de Luanda, Symon Pieterszoon, e auxiliada pelos nativos trazidos pela rainha N'Zinga e pelo rei do Congo, desbarataram outra coluna de 120 portugueses comandados por Manuel da Nóbrega. Em virtude desses sucessivos reveses, parecia estarem contados os dias dos portugueses em Angola. Todos os chefes nativos, com exceção de dois, haviam se juntado aos holandeses vitoriosos e seus aliados, que, ensoberbecidos pela vitória, preparavam-se para liquidar com Massangano e seus remanescentes defensores. Mas no último minuto da undécima hora a libertação mostrou-se ao alcance das mãos ⁷⁰.

Conforme a versão oficial, a expedição de Salvador destinava-se a Quicombo, pois era pensamento dele fundar ali uma fortaleza e ir por terra, ao encontro dos defensores de Massangano. Não obstante, o padre Couto, que acompanhou a expedição e fez o relato em 5 de setembro de 1648, informa explicitamente que a sua esquadra, em sua viagem para Luanda, somente arribara ali para tomar água e receber lenha. Isto, só por si, está longe de confirmar a suposição de que Salvador (conforme as sugestões por ele próprio feitas em outubro de 1643, tinha em seu poder duas séries de instruções — uma determinando, oficialmente, a fundação de um forte em Quicombo e a abstenção de

⁷⁰ Para maiores minúcias a respeito dos reveses experimentados pelos portugueses em Angola entre 1646 e 1648, cf. os documentos publicados nos *Arquivos de Angola*, 2.^a série, vol. II, págs. 149-64 (como sendo os "affidavit" dos poucos sobreviventes) e o sumário de Silva Rego, em *Dupla restauração*, págs. 147-62. Para as versões holandesas, veja-se a edição de Naber da "Nota" de Mortamer, págs. 40-2; e *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, vol. XXV, pág. 461.

qualquer hostilidade, e outra, não oficial (quicá apenas verbal), ordenando a expulsão total dos holandeses de Angola. A declaração, feita por Couto, de que Salvador tinha também em mente atacar Benguela é igualmente significativa, pois teria sido impossível acometer essa guarnição holandesa sem que ele se visse abertamente envolvido em hostilidades com as autoridades de Luanda.

Em todo caso, a frota sofreu um desastre em Quicombo. Ao anoitecer do dia 1 de agosto, quando os navios arriavam as suas âncoras no surgidouro, sobreveio um violento maremoto. Conquanto bastante intenso, foi ele limitado em extensão, visto que o mar alto continuava "um leito de rosas". Por um triz não foi perdida a nau capitânea, enquanto o *São Luís* afundava e se fazia em pedaços pouco depois de meia-noite, levando consigo mais de duzentos soldados, entre os melhores da expedição. Entre os poucos sobreviventes estava um soldado, que foi encontrado no dia seguinte na porção dianteira do casco encalhado.

Como a clássica sentinela de Pompéia, havia ele permanecido fielmente em seu posto (mas, ao contrário da sentinela, em lugar seguro), guardando as bandeiras regimentais. Outro desastre foi o que aconteceu com um destacamento mandado à terra com o fito de reconhecê-la e capturar alguns prisioneiros capazes de fornecer informações. O dito destacamento parece ter sido envolvido no sismo, sendo os sobreviventes mortos e devorados pelos canibais ⁷¹.

Qualquer outro comandante poderia muito bem ter desanimado com a perda de seu melhor navio e de tantos homens; mas

⁷¹ As fontes principais concernentes à campanha de Luanda em 1648 são: a carta de Antônio do Couto datada de 5 de setembro de 1648 e publicada por Silva Rego em *Dupla restauração*, págs. 245-56; Luis Felis Crus, *Manifesto das ostilidades*; Simão de Vasconcellos, S. J., *João d'Almeida*, págs. 217-40; *Cartas del rei D. João IV ao Marquês de Niza*, II, págs. 297-311; Cadornega, *Guerras Angolanas*, II, cap. 1; *Arq. de Angola*, 2.^a série, II, n.º 8, V, n.º 19-22. Entre as numerosas fontes secundárias em português, a melhor é Silva Rego, *Dupla restauração*, págs. 218-43. Do lado holandês (dependendo da publicação do trabalho de K. Ratelband sobre o Congo e Angola, de 1641 a 1648, que está para sair), baseei-me precipuamente em: transcrições das cartas de Hoge Raad, datadas de Recife a 27 de outubro e 19 de dezembro de 1648; diário de De With, relativo aos meses de maio a dezembro de 1648 (citados na nota 69); interrogatório cruzado dos oficiais e soldados repatriados de Luanda para Recife, datado de 19 e 20 de novembro de 1648, em Rijksarchief, Archief der W.I.C. Oude Compagnie, n.º 64, apêndice B à carta do Hoge Raad, datada de Recife, 19 de dezembro de 1648. Cf. também *Manifest ofte reden van den oorlogh*, págs. 11-16, onde se faz menção dos despachos de Salvador para Bartolomeu de Vasconcellos, em Massangano, os quais foram interceptados pelos holandeses no Kwanza, e revelam a intenção que ele tinha de atacar Luanda.

Salvador ia mostrar o erro fatal em que haviam caído os holandeses, subestimando-o. Luanda foi proclamada abertamente como objetivo, e a esquadra fez-se à vela em sua direção, depois de haver recuperado a malfadada chalupa de reconhecimento. Fez uma parada na boca do Rio Massangano, dizendo-lhes que avançassem por terra e cooperassem com a esquadra em seu ataque a Luanda. Essa comitiva foi quase tão infeliz como a outra; caiu prisioneira dos nativos hostis, que a levaram para o posto holandês de Forte Mols, na foz do Kwanza. Assim, ficaram os holandeses sabedores da chegada de Salvador e das suas intenções. Puderam impedir que os portugueses que estavam no interior soubessem o que estava acontecendo na frente, embora lhes houvesse chegado aos ouvidos, através de alguns naturais, seus amigos, que tiros de canhão eram ouvidos ao longo da costa.

A esquadra de Salvador surgiu ao largo de Luanda a 12 de agosto. No porto havia dois navios holandeses, o *Noort-Holland* e o *Ouden Eendracht*, que imediatamente se fizeram ao mar para reconhecer os recém-vindos. Ao lhes descobrirem a nacionalidade, imediatamente sumiram no horizonte, deixando a guarnição de Luanda com os cinqüenta soldados a menos que eles tinham a bordo. Não ficou só nisso a sorte de Salvador, porque, tal como Houtbeen sete anos atrás, ele ainda estava na ignorância da situação em que se achavam as coisas em terra. Assim como as incertezas do almirante holandês foram solucionadas com a providencial captura do mestre do *Jesús Maria José*, o embarço do comandante português foi resolvido pelo aprisionamento de dois pescadores negros. Contaram estes que uma tropa escolhida de cerca de 225 soldados holandeses, sob o comando de Symon Pieterszoon, vinha com a rainha N'Zinga para tacar os portugueses, e que o restante da guarnição, compreendendo cerca de 250 homens, havia se retirado para o forte do Morro e para o que lhe fica no sopé (forte na Guia) assim que avistou a esquadra portuguesa, levando consigo tudo que foi possível carregar da cidade, em matéria de provisões e bens móveis. Isso, incidentemente, veio mostrar quanto tinha sido providencial a demora de cinco meses no Rio. Porque, se Salvador houvesse chegado algumas semanas mais cedo, como se tinha planejado no começo, os homens de Pieterszoon ainda estariam na guarnição de Luanda, e o desem-

barque dos portugueses teria sido uma operação muito mais arriscada, e quiçá impossível ⁷².

Encorajado por essas notícias, Salvador entrou no dia 13 com os seus navios no ancoradouro, enviando à terra três emissários, incumbidos de tentar a rendição pacífica da praça. Pediram os defensores oito dias de prazo para tomarem uma decisão, mas os enviados recusaram-se a conceder-lhes mais do que dois ou três. Diz-se que Salvador se aborrecera com os seus emissários por haverem concedido aos holandeses mais do que vinte e quatro horas, mas é muito pouco provável que eles a isso se aventurassem sem o seu consentimento ⁷³. Seja como for, os holandeses aproveitaram o intervalo para reforçar as suas defesas no Morro, trabalhando dia e noite, atrás de anteparos de pano, para não serem observados. Trouxeram também água da ilha de Luanda, e enviaram uma mensagem de carácter urgente a Symon Pieterszoon, chamando-o para prestar assistência, juntamente com os nativos fornecidos pela rainha N'Zinga e pelo rei do Congo. Salvador não esperou pela resposta dos holandeses ao seu ultimato para desembarcar as suas forças, que no dia de Nossa Senhora da Assunção (15 de agosto) punham o pé em terra, ao que parece no mesmo local em que Jol o havia feito sete anos antes. Pouco após o amanhecer do dia seguinte, todas se puseram em forma no rochedo, arranjadas de modo a apresentar uma larga frente por muito pouco fundo. Estafermos, fingindo soldados, foram colocados nos galeões, juntamente com bandeiras falsas, ou postos em fila na praia, para darem a impressão de que eram mais numerosos do que na realidade. A julgar pelos resultados, esses estratagemas foram eminentemente eficazes.

⁷² A maioria dos portugueses avalia em 600 a 1.000 homens a guarnição holandesa em Luanda; mas os holandeses admitem que estes orçavam em 250 (Hoge Raad, carta de Recife datada de 19 de dezembro de 1648, apêndice B), número que é confirmado por Couto. Diz este que os negros capturados contaram a Salvador que os holandeses "não tinham mais de 200 ou 300 homens, e que andavam por fora pelas nossas conquistas e presídios, o seu Sargento-mor com 200 homens, e muita guerra-preta da Ginga em seu favor, o que tudo achamos ser assim". Em alguns documentos o nome do oficial holandês é dado como "Timiens", ou "Tinion".

⁷³ Os três enviados foram o secretário de Salvador, João António Correia, um capitão de nome Rubim, que sabia falar holandês, "natural de Vianna e filho de hum Holandez e de uma Portuguesa", e Manuel Pacheco de Mello. O relatório holandês referido na carta do Conselho, de Recife, datada de 19 de dezembro de 1648, diz que se achavam a bordo da nau capitânea o diretor, Ouman, e um capitão holandês; mas todos os relatos portugueses asseveram que as negociações preliminares foram entabuladas em terra.

Tão logo foi recebida a desafiadora resposta dos holandeses, Salvador deu ordem às suas forças, que somavam cerca de mil homens (oitocentos soldados e duzentos marinheiros) para marchar sobre a cidade, fazendo ele próprio uma parte do caminho a cavalo, por ter uma perna doente⁷⁴. Assim, era ele um bom alvo para os canhões holandeses, que fizeram fogo repetidamente sobre a coluna, embora, miraculosamente, sem resultado, se bem que muitos tiros alcançassem as proximidades. A meia distância da cidade fez-se alto, para descanso e celebração de uma missa campal, depois da qual deu-se à vanguarda ordem de atacar a cidade. A intenção dos holandeses era somente retardar a ação, oferecendo apenas fraca resistência na cidade, e procurando a proteção dos fortes do Morro e da Guia, assim que os portugueses intensificassem o seu avanço.

No dia seguinte o comandante dos portugueses iniciou o avanço contra o Morro, montando três baterias com canhões trazidos dos navios, e os que os holandeses haviam encravado nas fortificações em volta, mas foram consertados pelos atacantes. Essas peças eram, em sua maioria, de pequeno calibre, de modo que o bombardeio não dava resultados apreciáveis, muito embora o forte do Morro fosse construído somente de terra socada. Salvador estava ansiosamente à espera das forças de Massangano, ignorando que os seus mensageiros tinham sido eliminados e que a coluna volante de Symon Pieterszoon, com os Jaga e os Congo que lhe davam ajuda, havia infligido uma esmagadora derrota aos seus compatriotas. Mesmo que a sua mensagem tivesse sido recebida, os acudados defensores de Massangano não estavam em condições de vir em seu auxílio e tampouco preparados para se defenderem a si próprios durante muito tempo.

Disse o padre Couto que os capitães de infantaria da força expedicionária do Rio, encorajados pela fraca resistência oferecida pelos holandeses na cidade, e impacientes com a ineficácia do bombardeio, instavam com o seu comandante para que ordenasse um ataque geral, coisa que ele não se mostrava disposto a concordar. É essa a melhor testemunha presencial com que podemos contar, na ausência do despacho oficial de Salvador, que ainda não foi encontrado; mas é possível que nesse ponto a versão do padre Simão de Vasconcellos seja mais exata. Segundo este, a decisão de assaltar os fortes do Morro e da Guia foi tomada

⁷⁴ Consequência de um ferimento recebido no Paraguai ou em Tucumán, e do qual nunca se curou completamente.

num conselho de guerra presidido pelo próprio Salvador, e sob o fundamento de que as forças de Symon Pieterszoon podiam aparecer a qualquer momento, tendo recebido dos diretores Cornelis Ouman e Adriaen Lens, em Luanda, ordens para voltar. Salvador não era desses homens que se deixam persuadir por seus subordinados, abstando-se de fazer o que lhes parece mais acertado. Embora o padre Couto estivesse presente, e o padre Vasconcellos não, sinto-me mais inclinado, neste particular, a dar mais crédito ao último.

O ataque foi marcado, precisamente, para a noite de 17-18 de agosto, pouco antes do sol nascer, duas colunas convergindo sobre o forte do Morro e a terceira avançando sobre o da Guia. Os escaleres dos navios, com os marinheiros e oficiais, fingiram um ataque por mar. Por infelicidade, como freqüentemente acontecia nos tempos em que não se tinha ainda inventado o relógio de pulso, a medida do tempo por meio de ampulheta estava sujeita a falhas. A coluna central, tendo de percorrer caminho mais curto, alcançou o objetivo em primeiro lugar e, vendo-se descoberta por um posto avançado, lançou-se ao ataque, sem esperar pelas outras duas. Assim, o que se pretendia que fosse um ataque simultâneo, assumiu o caráter de ataques independentes, em três vagas sucessivas. Em consequência, a guarnição teve tempo para preparar-se, podendo concentrar todas as suas forças em cada um dos três pontos, no momento em que foram ameaçados. Mais que isso, os holandeses lançaram foguetes e tochas, que lhes permitiam enxergar claramente os atacantes, cobrando-lhes pesado tributo com a sua mosquetaria e os seus canhões. Apesar disso, as colunas portuguesas continuaram em sua investida com admirável persistência até o raiar do dia, quando Salvador, vendo a inutilidade desses esforços, fez soar a chamada geral. Retiraram-se os atacantes, depois de experimentarem cerca de cento e cinquenta baixas num total de pouco mais de quatrocentos homens. Do lado dos holandeses as perdas foram insignificantes, limitando-se a três mortos e sete ou oito feridos. Mais grave era o fato de haverem vários de seus canhões explodido durante a ação, enquanto outros tiveram as suas carretas de transporte danificadas, sem conserto possível ⁷⁵.

⁷⁵ O número de baixas sofridas pelos portugueses tem sido calculado entre 80 e 300. Couto, a quem devemos a primeira cifra, devia estar convencido de que ela era ridiculamente baixa, dando-a provavelmente de medo que a carta pudesse cair em mãos dos holandeses, que poderiam tentar recapturar a praça se soubessem da gravidade das perdas realmente sofridas pelos portu-

A posição de Salvador e de seus homens não era nada invejável. Embora não o soubessem, estava fora de cogitação qualquer auxílio eficaz de Massangano depois que os holandeses e os seus aliados antigos aniquilaram, a 1.º de agosto, a coluna de Manuel da Nóbrega. Os vencedores, pelo contrário, envaidecidos com o seu sucesso, foram se aproximando de Luanda, em marcha forçada. Além disso, quatrocentos homens haviam perecido, ou sido postos fora de combate, no naufrágio do *São Luís* e no assalto mal sucedido do Morro, sem falar nos que todos os dias caíam doentes em consequência da insalubridade do clima. Era natural que taxa tão elevada de baixas abrisse largos claros numa força cujo total era apenas de 1.500 homens ao partir do Rio de Janeiro. Nem teria sido fácil aos sobreviventes defender a oscilante extensão da cidade sem muros, contra, de um lado, as hordas da rainha N'Zinga e da coluna de Pieterszoon, e, de outro lado, contra a guarnição do Morro.

É fácil imaginar-se o espanto dos portugueses quando, poucas horas após o malogrado ataque ao Morro, seus defensores hastearam a bandeira branca e enviaram mensageiros para anunciar a sua disposição de entregar, não somente o forte, mas também os seus postos avançados de Kwanza e Benguela, caso pudessem fazê-lo em condições favoráveis! Desnecessário é dizer que Salvador não precisava pedir duas vezes, mas disse aos flamengos, “ou holandeses, como preferiam ser chamados”, que eles próprios podiam estipular essas condições. Isso feito, foram elas assinadas por ambas as partes, a 21 de agosto. Ficou assentado que os holandeses evacuariam toda colônia, levando consigo os seus pertences, obrigando-se os portugueses a fornecer navios apropriados para a viagem. Quanto aos escravos, pertencessem à Companhia, ou fossem de propriedade particular, poderiam ser levados ou vendidos, como lhes aprouvesse. Os holandeses retirar-se-iam com honras militares, ao toque de tambores e com as bandeiras desfraldadas, sendo concedidos cinco dias para fazerem a completa evacuação e esperar a coluna de Pieterszoon, que vinha por terra. Durante todo esse tempo, Salvador devia evitar que fossem alvo

gueses. D. João IV, na carta que escreveu ao marquês de Niza a 25 de novembro de 1648, dava 140 como número de baixas, entre mortos e feridos; mas é provável que 200 estivesse mais próximo da realidade. Salvador e seus oficiais mais velhos admitiam terem sido de “quase 400 homens” as perdas no *São Luís* e no assalto do Morro, sendo isso uma das principais razões que os levaram a avaliar em outras tantas as da guarnição holandesa. “Auto” de 20 de agosto de 1648, em Arq. de Angola, 2.ª série, II, págs. 135-9.

de insultos ou ofensas da parte dos vencedores, que considerariam o ocorrido como coisa passada. Concedeu-se ao sargento-mor a alternativa de aceitar ou não as condições da rendição; mas, tanto Ouman como Lens se comprometeram a não ajudá-lo contra os portugueses, caso aquelas fossem impugnadas. Aos soldados católico-romanos, na sua maioria franceses e alemães, e mais ou menos em número de cem, que estavam a serviço dos holandeses, deu-se a permissão de, se assim preferissem, passarem a servir aos portugueses. As obrigações foram rigorosamente cumpridas, e os holandeses bateram em retirada do forte do Morro no festivo dia de São Bartolomeu (24 de agosto), precisamente sete anos depois do desembarque de Jol em Luanda. A roda havia feito um giro completo. "A heresia saía assim de Angola pela mesma porta por onde entrara", assim disse Salvador, depois de dar ordem aos holandeses para embarcar no lugar em que haviam desembarcado os homens de Jol⁷⁶.

É desnecessário descrever o contentamento dos desesperançados de Massangano quando os portugueses do interior se viram salvos, na undécima hora, de uma destruição inevitável. Cadornega, que foi um deles, deixou escrito que eles se portaram "mais como loucos do que como seres racionais", e é fácil compreender essa alegria sem limites. Nem há necessidade de descrever as várias manifestações de regozijo de que a própria Luanda foi teatro; a formal consagração das desacreditadas igrejas e conventos; a mudança de nome da cidade, que passou a ter nova denominação em louvor a Nossa Senhora da Assunção, "em cujo dia, festa e oitava, foi a empresa começada, ganha e terminada", visto que, para Salvador, São Paulo de Luanda cheirava demais a "Olanda", a herege Holanda. Ao forte do Morro, que os holandeses chamavam de "Aardenburgh", foi dado o nome de São Miguel, como agradecimento ao arcanjo que havia sido escolhido como patrono da expedição, por insistência do padre João d'Almeida. O sargento-mor Symon Pieterszoon e seus comandados mostraram-se muito desgostosos com a notícia de que Luanda havia se rendido com tanta facilidade, chegando a pensar seriamente em arriscar-se, com a rainha N'Zinga, a uma guerra no

⁷⁶ A coincidência de 24 de agosto de 1641 e de 1648 foi devidamente notada por Couto, Crus, Vasconcellos e outros escritores da época. Vasconcellos achou também que foi uma notável coincidência o haver a esquadra de Salvador partido do Rio a 12 de maio, avistado a costa africana a 12 de julho e chegado ao Largo de Luanda a 12 de agosto.

interior. Quando se decidiram a aceitar os termos da rendição, deixaram para os seus Jaga alguma pólvora para canhão e munições⁷⁷. São Tomé foi evacuado por sua guarnição assim que esta teve conhecimento da capitulação de Luanda, ao passo que Benguela e os outros portos foram tomados sem qualquer incidente. A situação dos portugueses na África voltou agora a ser a mesma que era antes do dia de São Bartolomeu, no ano de 1641, ficando assim garantido um suprimento de braços escravos, vital para o Brasil.

Ponto embaraçoso nessa campanha é saber-se o motivo pelo qual Ouman e Lens capitularam tão depressa depois de haverem batido os portugueses no assalto aos fortes, sem esperar a chegada dos reforços que haviam pedido que lhes enviassem do interior. Várias hipóteses têm sido aventadas, tais como o arrebitamento dos canhões holandeses durante o assalto, a suposta deficiência da guarnição em face da extensão das fortificações, e o cálculo exagerado do número de combatentes que Salvador tinha sob o seu comando. É de presumir que todos esses fatores tenham influído; mas a razão principal terá sido, com toda probabilidade, a sua falta de vontade de combater, fosse pelo tempo que fosse.

Um historiador marxista poderá encarar a luta pela posse de Angola como sendo, meramente, uma disputa entre duas quadri-lhas rivais de preadores de escravos, empenhados na posse do mercado negro mais lucrativo da África ocidental. Isso é perfeitamente verdadeiro até certo ponto, como o próprio padre A. Vieira foi dos primeiros a reconhecer, quando disse que "sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não temos negros". Mas, ao passo que os holandeses não tinham outros motivo, além do econômico, para querer Angola, já o mesmo não se pode dizer com relação aos portugueses. A despeito de sua crueldade para com os nativos (que eram por eles mais maltratados do que pelos holandeses, como não se furtavam a confessar⁷⁸, e apesar

⁷⁷ *Arq. de Angola*, 2.^a Série, II, págs. 157-64.

⁷⁸ "A principal razão pela qual as tribos selvagens e os negros deste reino dão-se muito bem com os holandeses e queriam vê-los de volta ainda uma vez, é que os holandeses sempre permitiam que eles fossem pacificamente donos de suas terras, sem mesmo tentar interferir em suas colheitas, ou consentir que algum homem branco os perturbasse em suas moradas ou alhures, como faziam e ainda fazem os portugueses, roubando e molestando aquele povo, como se ele não estivesse sob a proteção de Sua Majestade". Carta de Luanda interceptada pelos holandeses em 1653; apêndice B ao Hoge Raad, Recife, carta de 13 de junho de 1653, no Rijksarchief, W.I.C. Oude Compagnie, n.º 67.

de não ser mais do que uma farsa o batismo imposto aos escravos embarcados nos tumbeiros com destino ao Brasil, os portugueses eram, em boa parte, movidos por motivos muito mais elevados. Aqueles homens que, com tanta obstinação, se agarravam a Massangano, a despeito de uma série ininterrupta de cruentos reveses, e aqueles soldados que a 18 de agosto morriam com tanta bravura junto às muralhas do Morro, eram inspirados por algo mais do que a simples expectativa de arrebanhar escravos. O espírito das Cruzadas, no que tinha de bom e de mau, estava ainda longe de ter morrido em Portugal, e a guerra contra a Islã, os pagãos e os hereges era ainda considerada um dever sagrado. Em que pese à violência, cobiça e crueldade que tisnam a sua história em Angola, o fato permanece de que eles estavam sinceramente convencidos de que se batiam em nome de Deus e limpavam as almas dos negros da infecção fatal da heresia. Só assim se pode explicar porque os portugueses, depois de derrotados, se mantiveram durante sete anos em Massangano, enquanto os holandeses, vitoriosos, se renderam em Luanda, dentro de vinte e quatro horas.

Antes de apreciar o governo de Salvador em Angola, convém fazer um rápido exame das repercussões internacionais da reconquista de Luanda, Benguela e São Tomé, pelos portugueses. As notícias referentes a esses feitos chegaram a Lisboa em 25 de novembro e à Holanda somente um mês depois. Os colegas de Salvador no Conselho Ultramarino escreveram ao rei muito jubilosos, "agradecendo a Nosso Senhor e apresentando a Sua Majestade mil congratulações, muito confiantes em que muito em breve teriam de renová-las, em face de novas notícias e façanhas". Nesse momento de exultação, não se esqueceram de lembrar a necessidade de se enviarem, quanto antes, reforços a Salvador ⁷⁹.

Os holandeses, naturalmente, acusavam D. João IV de haver faltado com a palavra: mas, considerando a maneira pela qual, sete anos antes, haviam eles se apoderado de Luanda e de São Tomé, suas queixas não convenciam ninguém, e, provavelmente, nem eles próprios. O jovem e ambicioso "Stadhouder" Guilherme II insistia para que os Estados Gerais quebrassem a pausa que existia nas demoradas negociações diplomáticas com Francisco de Sousa Coutinho enviado de Portugal. Convinha dizer a este que

⁷⁹ Arq. Hist. Colon. (de Lisboa), Angola, caixa 1, "consulta" do Conselho Ultramarino, de 27 de novembro de 1648; *Arq. de Angola*, 2.^a série, V, págs. 77-8; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 266-8.

“ou ele aceitaria as propostas dos holandeses no tocante à restituição de Pernambuco, agora acrescidas do retorno de Angola e São Tomé ou, senão, rejeitá-las-ia definitivamente, ao invés de apresentar evasivas contrapropostas, como vinha fazendo até então. Se, como era previsto, o embaixador se recusasse a garantir a restituição de Pernambuco e Angola, deveriam então os Estados Gerais ir em auxílio da Companhia das Índias Ocidentais, pondo-lhe à disposição adequado suprimento de homens, navios e dinheiro, de modo a ter ela meios para lançar uma ofensiva tanto no Brasil como em Angola, com amplas possibilidades de êxito. As propostas dos holandeses foram efetivamente rejeitadas pelo embaixador, como havia previsto o *Stadhouder*. Um dos muitos panfletos políticos inspirados secretamente por Sousa Coutinho, e publicados na Holanda por essa época, acentuava que a posse completa e indisputada do mercado de escravos de Angola era tão essencial para Portugal, quando para os holandeses o controle da pesca do arenque no Mar do Norte. A despeito da forte dose de exagero que possa haver nessa declaração, quando aplicada a Portugal por ele próprio, é ela perfeitamente exata no que respeita ao suprimento de braços escravos ao Brasil colonial.

O Conselho, de Recife, teve conhecimento da chegada de Salvador em Luanda pelo navio *Ouden Eendracht*, que chegou ao Brasil, via São Tomé, a 21 de outubro de 1648. Percebeu, de pronto, que Luanda estava nada menos do que perdida, sentimento este confirmado com a chegada poucas semanas depois, do *Postpaard* e do *Inglezinho*, com uns duzentos soldados da guarnição de Angola. Em sua correspondência com os diretores, na Holanda, chamavam os conselheiros a atenção para as advertências, repetidamente feitas, de que a esquadra de Salvador Correia, saída do Rio, destinava-se a Angola; mas, como era natural, reportavam-se sempre os primeiros ao fato de haverem os últimos se recusado a aceitar os reiterados oferecimentos feitos por de With para ir em perseguição aos portugueses. Acrescentavam que haviam tido a idéia de enviar socorros a Angola, mas que se viram forçados a desistir em face da escassês de barcos e de suprimentos, e também por medo de que os galeões de Villa-Pouca aproveitassem a oportunidade para atacar Recife. Ignoravam que as ordens dadas a Villa-Pouca o proibiam de tomar qualquer medida hostil contra o Brasil holandês, a tarefa de sua “armada

real" limitando-se à defesa da Bahia e da ilha de Itaparica⁸⁰. Além disso, insistiam os conselheiros em que a restituição de Angola, "ou, pelo menos, de uma parte dela", devia ser condição essencial para as negociações de paz com Portugal, visto como o Brasil neerlandês não poderia subsistir sem o trabalho dos negros. Até a captura, um ano mais tarde, de alguma correspondência confidencial de Salvador, ignoravam eles completamente "com que mesquinha força havia sido conquistada tão valiosa possessão, e como teria sido fácil recuperá-la fazendo-se uso das armas"⁸¹.

Não obstante toda pressão exercida sobre o Stadhouder pela província da Zelândia e da Companhia das Índias Ocidentais, os Estados Gerais não chegaram a empreender qualquer ação enérgica ou decisiva. Isso era, em boa parte, da alçada da política doméstica; mas o receio de perder o lucrativo tráfico do sal com Setúbal, de importância vital para a indústria do arenque, foi um dos fatores mais importantes que fizeram adiar por vários anos o rompimento aberto com Portugal. A indústria da pesca no Mar do Norte tinha para a Holanda uma importância ainda maior do que o tráfico dos negros no oeste africano, tal como havia proclamado o astuto Francisco de Sousa Coutinho. A frota de De With viu-se compelida a voltar para a mãe-pátria em 1649, os seus mal providos navios dispersando-se pelos portos holandeses, ainda mais avariados do que haviam sido poucos anos antes na viagem de ida. A morte, em novembro de 1650, do "Stadhouder" Guilherme II, vitimado pela varíola, veio enfraquecer o partido belicista e a própria posição da Zelândia, que era quem mais advogava a guerra com Portugal. Por fim de contas, a única medida concreta tomada pelos Estados Gerais, não obstante as suas periódicas fulminações contra D. João IV e Salvador Correia, foi despachar, em 1650, o almirante Haulthain para o Brasil, à testa de outra esquadra, se bem que menos imponente⁸².

⁸⁰ Cf. a carta de D. João IV ao marquês de Niza, datada de 24 de outubro de 1647, em *Cartas del rei Dom João IV ao Marquês de Niza*, vol. II, págs. 179.

⁸¹ Cartas de Hoge Raad, Recife, 27 de outubro, 19 de dezembro de 1648 e 13 de dezembro de 1649, em José Hygino MS.

⁸² Rijksarchief, "Resolutien der Staaten-General", 27 e 29 de dezembro de 1648, 2 e 27 de janeiro de 1649, em Archief der SC, n.º 3228; "Resolutien WI zaken". Poelhekke, *De Vrede van Munster*, págs. 200, 217, 359-60, 417, 446, 453-7. Cf. também os panfletos contemporâneos alistados por Knuttel em *Catalogus van de pamfletten*, III, n.ºs 6468, 6473, 6477, 6479, 6483 e 8173, todos eles com boa cópia de matéria referente a Angola. A reconquista de Angola por Salvador, *per fas et nefas*, foi comparada por um panfletário hostil com a tentativa abortada feita contra Recife em agosto de 1645. *Manifest ofte reden van den oorlogh*, alistada em Knuttel, n.º 8173, pág. 37.

A primeira tarefa de Salvador depois da reconquista de Luanda e do restabelecimento das comunicações com os defensores de Massangano foi embarcar os prisioneiros holandeses, que eram, aproximadamente, em número de doze centenas, aí incluídos os das guarnições localizadas fora. O sargento-mor Pieterszoon chegara com os seus homens no dia de São Bartolomeu, três dias após a assinatura da rendição. Foram mandados dois navios para trazer a guarnição de Benguela: o *Santo Antônio*, que partiu no dia 26, conduzindo cerca de 270 homens, com destino a Portugal, via São Tomé; e o *Inglezinho*, que seguiu a 1 de setembro, com outros duzentos homens, para a referida ilha, e dela para Recife, onde chegou a 19 de novembro. Esses dois navios foram abastecidos pelo governador português de São Tomé, por ordem de Salvador, uma vez que não havia em Luanda suprimentos suficientes. Já vimos que cerca de cem homens entraram voluntariamente no serviço dos portugueses, com a condição de lhes serem pagos, por Salvador, os salários em atraso devidos pela Companhia das Índias Ocidentais, coisa que ele fez. Poucos dias depois, os holandeses restantes embarcavam no navio *São Pedro* (ou *Pedra*), seguindo para Portugal, juntamente com os diretores Ouman e Lens, e os oficiais militares mais velhos. Salvador deve ter levantado as mãos para o céu, com um suspiro de alívio, quando viu o último navio sumir-se no horizonte ⁸³.

É confortante recordar que os comandantes portugueses não esqueceram os soldados feridos que haviam se batido com tanta bravura no ataque malgrado ao Morro. Antes mesmo que os holandeses hasteassem a bandeira branca, e que houvesse amainado a confusão ocasionada pelo assalto mal sucedido, havia Salvador “dado ordem aos cirurgiões para que dispensassem todos os cuidados aos feridos; enviando recado urgente ao cirurgião Malhado para que viesse de Massangano para acudir os portado-

⁸³ Declaração dos oficiais holandeses de Luanda, com data de 1648 e anexada a Hoge Raad, Recife, carta de 19 de dezembro de 1648, em MS, de José Hygino; Couto, Luanda, 5 de setembro de 1648, em Silva Rego, *Dupla restauração*, págs. 245-256. Convém dizer que o Padre Couto enganou-se completamente quando disse que, entre os defensores que desejavam permanecer, Salvador só deu permissão de ficar aos franceses e outros não-holandeses. Tanto em Luanda como na Benguela, bom número de neerlandeses optaram pela permanência no lugar, como é fácil verificar pelas cartas interceptadas entre 1649 e 1653, citadas mais adiante. Algumas dessas fontes fazem subir a duzentos o número dos nórdicos que preferiram ficar. Lens estava ainda em Lisboa em fevereiro de 1649. Cf. *Cartas del rei D. João IV para diversas autoridades do reino*, pág. 285.

res de ferimentos mais graves, visto gozar ele da reputação de ser um profissional dos mais competentes". Nos primeiros despachos que escreveu para Lisboa, manifestava o ponto de vista de que os soldados mereciam ser liberalmente recompensados pelo rei. Pedia que se perdoassem os sentenciados e os presos que haviam sido conscritos para a expedição e bem cumprido nesta os seus deveres ⁸⁴.

Salvador não se preocupou em tomar medidas punitivas contra os chefes nativos que se haviam aliado aos holandeses, e que constituíam a maioria. O mais temível de todos, a rainha N'Zinga, depois de haver tentado baldadamente persuadir os holandeses que estavam de seu lado a continuar a luta, retirou-se para o interior das terras, sem querer entrar na peleja, nem corresponder às propostas que lhe foram feitas. Durante muitos anos ficou-se na ignorância do que havia sido feito dela; mas, pelo menos durante este tempo, ela não causou qualquer preocupação. Os sobas menores pró-holandeses das cercanias de Luanda uniram-se contra uma coluna punitiva enviada contra eles sob o comando do capitão Vicente Pegado da Ponte; mas foram redondamente derrotados nas margens do rio Bengo. Os remanescentes fugiram para o norte, demandando o rio Dande, onde, depois de passarem várias semanas nos pântanos e alagados, acabaram sendo mortos, ou dispersados, até morrerem de fome, ou caírem vítimas de doenças, durante as lutas dentro da água, que se seguiram. A maioria dos referidos sobas voltaram à sua antiga dependência, sem criar novos problemas; maiores, porém, foram as dificuldades experimentadas com Sua Majestade Garcia Afonso II, rei do Congo entre 1641 e 1663 ⁸⁵.

Dom Garcia subira ao trono num momento crítico, por isso que a sua posse coincidira com a tomada de Luanda pelos holandeses. Os batavos travaram logo relações amigáveis com o novo rei, a quem enviaram alguns documentos comprometedores firmados pelo padre César de Menezes e por eles capturados, documentos estes que davam a entender que os portugueses estavam a pique de invadir e conquistar o seu território. Como ficou dito antes, foram menos bem sucedidos na tentativa de persuadir o rei a renunciar à fé no catolicismo romano, e a mandar embora

⁸⁴ Cadornega, *Guerras Angolanas*, II, pág. 11; Arq. Hist. Colon. (de Lisboa), Angola, caixa 1; "consultas" do Conselho Ultramarino, em 18 de janeiro e 23 de maio de 1649.

⁸⁵ Cadornega, *Guerras Angolanas*, II, págs. 17-21.

os padres e frades que viviam em São Salvador, capital do reino. Com as formalidades do estilo, fez ainda queimar muitos dos livros e folhetos heréticos que os holandeses haviam distribuído com liberalidade, ao passo que os outros foram destruídos ulteriormente pelos frades capuchinhos. Durante todo o tempo da ocupação de Luanda pelos holandeses o rei do Congo esteve empenhado numa guerra mal sucedida com o seu mais poderoso (e puramente nominal) vassalo, o “conde” de Sonho. Ambos os lados apelavam para os holandeses, enviando em várias ocasiões emissários ao príncipe João Maurício de Nassau, em Pernambuco, com presentes de ouro, escravos e marfim. O governador holandês, prudentemente, recusava-se a intervir, a não ser como mediador, não querendo ofender a parte contrária e arriscar-se assim a represálias contra o tráfico holandês de escravos em seus respectivos territórios. Podem-se ver ainda hoje no Museu Nacional da Dinamarca, em Copenhague, os retratos de um desses embaixadores e de dois do seu séquito, feitos por Albert Eckhout, pintor da corte de João Maurício⁸⁶.

D. Garcia Afonso II também desatendeu às exigências do “padroado” da coroa portuguesa, admitindo em seu seio frades capuchinhos espanhóis e italianos. Pouco antes de irromper a rebelião em Portugal, em dezembro de 1640, Filipe IV entrara em negociações para enviá-los; mas o primeiro grupo, sob a chefia do padre Boaventura de Alsano, chegou a São Salvador em setembro de 1645, sem ter passado em Lisboa. Essa missão foi seguida de outra, em 1648, que chegou cinco meses antes da retomada de Luanda pelos portugueses. Anteriormente, haviam os holandeses interceptado outros frades que se destinavam ao Congo, recambiando-os para a Europa, via Brasil. O rei do Congo assumiu em 1646 uma atitude ainda mais firme contra o *padroado* português, enviando ao Papa uma embaixada, que chegou à Cidade Santa em maio de 1648, passando pela Holanda e pela Bélgica. Essa embaixada pedia ao Papa que designasse três bispos para a região do Congo, que deveria ser inteiramente independente da coroa ou da jurisdição eclesiástica de Portugal. Pedia também aos holandeses que enviassem ao Congo frades capuchinhos recrutados em países que estivessem em paz com os Estados Gerais, excluindo assim os padres portugueses. Não admira que uma das instruções dadas a Salvador quando saiu de Portugal em

⁸⁶ Dapper, *Naukeurige Beschrijvinge*, págs. 212-13; Ravenstein, *Andrew Battell*, págs. 125-26; T. Thomsen, *Albert Eckhout*, págs. 26-9, 169-72.

1647, foi a de que ele devia fazer todo empenho em expulsar do Congo os capuchinhos⁸⁷.

Logo depois da reconquista de Luanda, organizou Salvador uma coluna punitiva para invadir o Congo. Isso fez com que D. Garcia Afonso viesse ao seu encontro, especialmente por sentir-se apavorado com o massacre dos sobas rebeldes e seus asseclas nos pântanos do Dande. Como as propostas que fizera extra-oficialmente para obter a paz tivessem sido rejeitadas bruscamente por Salvador, enviou ele a Luanda um jesuíta e um missionário capuchinho, que ali chegaram a 19 de fevereiro de 1649, sendo mais bem sucedidos. Salvador aproveitou-se da situação para impor condições extremamente duras, que foram amenizadas por D. João IV e pelos membros do Conselho Ultramarino, quando lhes foi submetida a minuta do tratado. O benévolo D. João IV havia escrito (em julho de 1649) a Salvador, recomendando-lhe "que tratasse aqueles pagãos e o rei do Congo com a maior clemência", de modo que os termos do tratado vieram a ser por fim modificados (em julho de 1651), ficando, em resumo, como a seguir se lê.

Os espanhóis, os holandeses e os adeptos da rainha N'Zinga não mais podiam continuar no território do Congo; os frades capuchinhos, exceção feita dos fiéis à Espanha, tinham a permissão de ali permanecer, mas todas as suas comunicações com Roma seriam feitas via Lisboa, de conformidade com as condições impostas pelo *padroado* da Coroa; o rei do Congo e os portugueses obrigavam-se a se auxiliar mutuamente em tempo de guerra, devendo aquele rei mandar alguns reféns para viver em Luanda; o rei pagaria uma indenização em escravos e em tecidos de fibra de palmeira, para compensar os danos infligidos aos portugueses durante a ocupação holandesa; teriam os portugueses permissão para construir um forte na embocadura do Zaire (ou Congo), a fim de impedir a entrada de qualquer navio inimigo; finalmente, devia o rei comprometer-se, sob solene juramento, a zelar pela observância dessas condições de paz, cujo não cumprimento faria recommençar a guerra.

Nas exigências feitas inicialmente (março de 1649) por Salvador, estava estipulado que todas as minas de ouro e de prata po-

⁸⁷ Para o estudo das missões de capuchinhos no Congo durante essa época, cf. Pellicier de Tovar, *Mission evangelica*; Cavazzi, *Istórica descrizione*, págs. 301-420; Paiva Manso, *Documentos*, págs. 183-234; Ravenstein, *Andriew Battell*, págs. 126-9; Hildebrand, *Le Martyr Georges de Geel*, págs. 73-80 92-238; L. Kilger, *Die Taufpraxis in der alten kapuzinermission*; Rijksarchief, Staten Generaal, n.º 3228, fols. 242, 244, 255, 259: "resolutien" de agosto e setembro de 1647.

tencialmente existentes, e bem assim a ilha de Luanda, com a sua valiosa pesca de búzios (zimbos), deviam passar para a coroa de Portugal. Estas estipulações e mais algumas outras que iriam ferir profundamente o irmão negro foram eliminadas por D. João IV, que ponderou “não ser o rei do Congo vassalo desta Coroa, mas um irmão em armas de seus reis; e não ser direito com ele negociar valendo-nos do nosso poder, ao invés de obedecer aos ditames da razão e da justiça. Pode muito bem acontecer que o rei tenha motivos para queixar-se de vexames e arbitrariedades praticadas pelos meus governadores e meus vassalos, e é por esta razão que faço essas emendas ao tratado de paz, que deve ser ratificado de conformidade com elas”. Ao tomar esta atitude, o rei de Portugal seguia a opinião de seu Conselho Ultramarino, cujos membros tinham anteriormente feito objeções à severidade das condições impostas por Salvador em março de 1649, sob o fundamento de que “temos muito mais a ganhar concedendo uma paz benévola, e a esperança de amizade no futuro, do que insistindo em exigir a reparação de passados danos e perdas”.

É de importância lembrar aqui essa maneira de sentir, visto mostrar ela com clareza que os juízes do império colonial português nem sempre se moviam influenciados por motivos sórdidos de ganho ou de carolismo estreito, como é freqüente ouvir-se. Convém registrar que Salvador parece não ter se desgostado muito com esta divergência; quaisquer que tenham sido as ordens do rei e seus conselheiros, o fato é que todo o território situado ao sul do Dande, como a ilha de Luanda, passaram a ser possessão portuguesa a partir de 1649. D. Garcia Afonso hesitou durante anos a ratificar o tratado, mas não criou mais problemas para os portugueses enquanto Salvador foi governador de Angola⁸⁸.

Salvador não estava sozinho em sua belicosidade; havia em Luanda outros ainda mais intransigentes do que ele, e com menos escusas. Um deles era o padre jesuíta Antônio do Couto, que foi a São Salvador em 1649, para ativar as negociações de paz com o rei do Congo. Achava ele, firmemente, que os congolezes eram “inconstantes, não merecedores de confiança, muito sagazes e as-

⁸⁸ Com respeito ao tratado com o Congo nos termos propostos por Salvador em março de 1649, e às alterações feitas entre julho e setembro de 1651 pelo Conselho Ultramarino e por D. João IV, cf. Arq. Hist. Colon. (de Lisboa), Angola, caixa 3, doc. 27 de julho de 1651, e “consultas mixtas”, cód. 14, fol. 327, publicadas em *Arq. Angol.*, 2.^a série, II, págs. 169-89; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 289-95; Paiva Manso, *Documentos*, págs. 202-3, 230-1.

tutos, parecendo que devem ser tratados antes com severidade do que com brandura". Era de opinião que se devia expulsar os capuchinhos do Congo, acusando-os de alimentar sentimentos anti-portugueses e pró-Espanha; mas Salvador e, com ele, os cidadãos de Luanda mostravam-se mais compadecidos. Em 1649, a cidade de São Paulo da Assunção, como agora era oficialmente chamada, fez uma petição a D. João IV, achando que os capuchinhos deviam ter a permissão não só de permanecer no Congo, como também de viver em Luanda ou em outro qualquer lugar de Angola. Salvador, apoiando a petição da municipalidade, garantiu ao rei que havia encontrado os frades levando vida exemplar e alheados de tudo que não dissesse respeito à salvação das almas. Não mostraram nenhuma relutância em aceitar as condições impostas pelo padroado português, proclamando, através de terceiros, que as únicas razões de não terem, em sua vinda, feito escala em Lisboa foram a falta de navios e a ocupação de Luanda pelos holandeses⁸⁹.

Uma das primeiras medidas tomadas por Salvador foi o restabelecimento do tráfico de escravos, sem restringir ao Brasil o âmbito de suas ambições. Sabia muito bem, por experiência própria, quanto os colonos espanhóis necessitavam de negros e esperava fazer dessa circunstância uma alavanca para reabrir o tráfico em Buenos Aires, que *per fas et nefas* havia anteriormente carreado tamanha quantidade de prata para o Brasil e Angola, mas subitamente cessou de fazê-lo após a restauração. Tinha conseguido que D. João IV desse permissão para reabrir o tráfico, sob a condição, todavia, de efetuarem os colonos espanhóis os seus pagamentos em prata amoedada ou em barras, porém não em mercadorias. Em verdade, os espanhóis estavam desesperadamente ansiosos por conseguir negros, e o apoio dado pelo rei Filipe IV aos missionários capuchinhos da África era, em grande parte, devido à esperança em que ele estava de importar diretamente escravos do Congo nos navios que transportavam para lá os missionários capuchinhos. Na história sangrenta e trágica de Angola, o mercador de escravos ia sempre na esteira dos missionários, nenhum interferindo indevidamente nos trabalhos do outro. Em Lisboa, até os dominicanos irlandeses estiveram envolvidos nesse vergonhoso tráfico, tendo

⁸⁹ Cf. os documentos publicados por Paiva Manso em *Documentos*, págs. 202-26; a carta de Salvador datada de Luanda, aos 26 de dezembro de 1649 (na coleção do Autor); Hildebrand, *Le Martyr Georges de Geel*, págs. 245-6, 270-2.

enviado o *Nossa Senhora do Rosário* com o fito de buscar escravos de Angola para o Brasil e o Rio da Prata, em outubro de 1649⁹⁰.

Escrevendo ao rei em janeiro de 1649, contava Salvador ter enviado uma pinaça a Buenos Aires, “de conformidade com a permissão de Vossa Majestade, a fim de ver se os espanhóis aprovam o tráfico que será de grande proveito e vantagem para os domínios de Vossa Majestade, por causa da prata que disso advirá, fazendo com que eles se tornem mais prósperos, o Brasil cresça e os vassallos de Vossa Majestade fiquem ricos”. Ou o resultado foi, evidentemente, satisfatório, ou Salvador, de antemão, estava certo de que ele deveria sê-lo; porquanto, em agosto daquele mesmo ano, enviou ele três ou quatro navios carregados de escravos para Buenos Aires, inclusive um barco genovês, que tinha vindo da Europa e pedia permissão para fazer a viagem, garantindo que voltaria a Luanda. Um desses tumbeiros foi aprisionado a 18 de outubro ao largo do Rio de Janeiro pelos holandeses, que dos quinhentos escravos embarcados em Luanda verificaram que trezentos já haviam morrido. Se os outros navios chegaram a Buenos Aires é o que não se sabe; mas um boletim de Lisboa, datado de 8 de novembro de 1649, refere-se à reabertura do tráfico negreiro entre Angola e o Rio da Prata como coisa já estabelecida. A história nada diz a respeito da exportação de escravos de Luanda para a América do Sul durante o ano de 1650; mas tudo indica que ele teve prosseguimento⁹¹.

O próximo caso de que há registro vem-nos do lado espanhol. Nessa época (1646-53) era governador do Rio da Prata D. Jacinto de Lariz, que, se não era realmente um louco, foi em qualquer hipótese um dos piores governadores de província que a sofrida América do Sul colonial teve de aturar. Em 1651 (ignora-se a data precisa) despachou ele a fragata *San Pedro*, que havia roubado aos seus legítimos donos, com a incumbência de trazer escravos do

⁹⁰ Arq. Hist. Colon. (de Lisboa), Angola, caixa 1, “consulta” de 22 de outubro de 1649; e o decreto de Filipe IV, de 11 de agosto de 1649, em Pellier, *Misión evangélica*, págs. 45-6; Paiva Manso, *Documentos*, págs. 208-10; Hildebrand, *Le Martyr Georges de Geel*, págs. 136-40.

⁹¹ Cf. carta de Salvador de 18 de janeiro de 1649, com resumo nos Arq. Hist. Colon. (Lisboa), “consultas mixtas”, cód. 14, fol. 173; Arq. Angol., 2.^a série, II, págs. 175-9. Também a correspondência interceptada de Salvador, como aparece traduzida no apêndice T de Hoge Raad (Recife), carta de 29 de novembro de 1649, em Rijksarchief, W.I.C. Oude Compagnie, n.º 65; *Copie-translaet uyt het Portogijis waerin verhaelt wort de Vreede dewelche ghemaect is tusschen de Onderdanen van den Koningh van Hispanien ende den Koningh van Portugael by die van Rio Plata ende die van Angola* (Haia, 1649), n.º 6475, na Biblioteca Real (em Haia).

Brasil ou de Angola, "nem que fosse preciso buscá-los no inferno". O capitão, um português de nome Francisco Barroca, domiciliado em Buenos Aires, cumpriu as ordens recebidas; mas, ao voltar, o governador lhe confiscou o navio e a respectiva carga, mandando enforcar imediatamente o desgraçado Barroca como traidor, por ter feito negócio com o inimigo. D. Jacinto coroou esse exemplo cínico de perfídia pagando a si próprio o terço da importância em dinheiro que em tais circunstâncias se dava como recompensa a um informante oficial.

Ele havia escrito a Salvador pelo desditoso Barroca, participando que Filipe IV havia autorizado a renovar o tráfico de escravos com Angola e a fornecer um salvo-conduto a qualquer navio português que fosse enviado a Buenos Aires. Correspondendo a esse convite, Salvador mandou no ano seguinte dois navios, num dos quais ia um frade capuchinho, como seu representante pessoal. Quando este navio chegou ao estuário do rio da Prata, em fins de 1652, D. Jacinto atraiu-o ao porto com sedutoras promessas, e traiçoeiramente dele se apoderou, apossando-se de todo o carregamento de "marfim negro". O capitão, Francisco Madeira, o frade capuchinho e a tripulação portuguesa foram mandados para o Chile, como exilados, depois de terem sido deixados ao desamparo em Buenos Aires, durante algum tempo. O segundo navio chegou poucos dias depois; o capitão, vendo o outro navio no porto e não suspeitando de que algo mau houvesse acontecido, saltou em terra. O governador mandou imediatamente prendê-lo, exigindo, para libertá-lo, oitenta escravos, entre os que eram nele transportados. Os que estavam a bordo não cederam, fazendo o navio ganhar o oceano; a isso Lariz respondeu mandando imediatamente garrotear o desventurado capitão. Relatando a sua própria e mais que tendenciosa versão desses acontecimentos ao vice-rei do Peru, jactava-se o governador de haver prestado um assinado serviço à coroa sufocando uma conspiração dos jesuítas locais, que intentavam atrair ao Buenos Aires, entregando-a aos portugueses que vinham naqueles navios, a chamado deles⁹².

A despeito da perfídia de D. Jacinto de Lariz, há indícios de que por essa época o tráfico de escravos de Luanda com Buenos Aires tinha sido mais ou menos oficialmente restabelecido. A jul-

⁹² Peña, *Don Jacinto de Lariz*, págs. 76-8, 124, 131-2, 135, 158-9, 168; a carta de D. Francisco de Nestares Marín, Potosí, 31 de maio de 1653, em *Anais do Museu Paulista*, vol. V, 2.^a parte, págs. 98-9; *Relación* do vice-rei conde de Salvatierra, em Beltrán y Rózpide, *Colección*, II.

gar pelo que disse Acarete du Biscay, alguns anos depois, os principais intermediários nesse comércio eram os genoveses⁹³, o que é bastante verossímil, tendo-se em vista o precedente aberto pelo próprio Salvador em 1649. Os holandeses continuavam a embarçar o tráfico com o Brasil, interceptando no mar os navios negreiros; basta lembrar o caso do cruzador holandês *Meermin*, que por esse processo, em maio de 1650, fez uma farta coleta de escravos⁹⁴. Incidentemente, conseguiram certa vez os holandeses sabotar esse tráfico lançando mão de outros meios. O famoso viajante huguenote Jean Baptiste Tavernier relata como, em 1649, a frota holandesa das Índias Ocidentais, na qual ele se achava em viagem de regresso de Java, encontrou-se com um navio fundeado em Santa Helena, “repleto de escravos destinados às minas do Peru. Alguns holandeses, que sabiam a língua dos negros, contaram-lhes como eles iam ser miseravelmente tratados, fazendo com que, na noite seguinte, nada menos de duzentos e cinquenta deles se lançassem no mar”⁹⁵.

No verão de 1651 foram submetidas à consideração do Conselho Ultramarino, em Lisboa, algumas propostas de Salvador atinentes ao incremento do tráfico de escravos com a América Espanhola. Os conselheiros vetaram a sugestão, por ele feita, de se concederem aos governadores de Angola poderes para fornecer a estrangeiros licenças para a exportação de escravos, de medo que os preços elevados alcançados nas Antilhas pudessem desviar o grosso do comércio negreiro com o Brasil. Concordaram em que aos navios vindos diretamente da América Espanhola devesse permitir (como até então) comprar escravos em Luanda, desde que eles os pagassem em prata e o rei auferisse grandes lucros com os impostos assim arrecadados; opuseram-se, porém, a que se permitissem aos navios assim arrecadados; opuseram-se, porém, a que se permitisse aos navios viajar diretamente da Espanha para Angola, visto que eles não traziam dinheiro em espécie, mas tão-somente mercadorias, fazendo competição com as

⁹³ Acarete du Biscay, *Account*, pág. 38, “...os espanhóis teriam, quando muito, a metade do número de trabalhadores nas minas, se não pudessem obter negros do Congo, em Angola e noutros pontos da costa de Guiné, graças aos genoveses que vão ali buscá-los, e lhos vendem por preços combinados”.

⁹⁴ O Hoje Raad, Recife, na carta de 20 de junho de 1651, reclama que o capitão do *Meermen* levou seus negros cativos às Índias Ocidentais espanholas, onde eles poderiam alcançar maior preço do que em Recife.

⁹⁵ J. B. Tavernier, *Collections of travels through Turkey into Persia and the East Indies* (ed. de Londres, 1684), parte III, pág. 207.

exportações de Portugal. Concluíram achando que Angola devia ser ciosamente protegida, visto como os espanhóis poderiam muito bem cobiçá-la, "a fim de terem meios de continuar com a mineração nas Índias", e a colônia era de interesse mais vital para a prosperidade do Brasil e, em última análise, para Portugal ⁹⁶.

Salvador tinha muitos outros encargos e responsabilidades além dos esforços que fazia para reabrir o tráfico negreiro com Buenos Aires. Demonstrou grande energia na reparação dos danos sofridos por Luanda durante a ocupação holandesa, e na obtenção, em seus arredores, de terras boas para cultura, sob a forma de sesmarias doadas pela coroa. Decretou uma moratória de dois anos para todas as dívidas contraídas antes da invasão pelos holandeses, ato que foi confirmado pelo rei, como era de regra. Deu todo o seu apoio (se é que dele próprio não partiu) a uma proposta da câmara de Luanda referente à cunhagem de moedas de cobre de baixo valor, como 25 réis. Introduziu-se, para começar, uma moeda metálica desse valor, com o fim apenas de suplementar, e não substituir a moeda normal, que consistia em quadriláteros de pano de fibra de palmeira (*libongos*); mas isso foi suspenso por ordem do governo de Lisboa. Tanto o rei como o seu Conselho admoestaram Salvador por causa do que lhes parecia ser uma inovação perigosa, por pensarem que não convinha ensinar aos selvagens ineducados e brancos o verdadeiro valor dos metais. A isso acrescentaram que se houvesse minas de cobre na colônia ou no Congo, esse cobre deveria ser exportado para Portugal, em vez de ser posto em circulação no próprio local. Esse malogrado projeto de Salvador é mais uma prova de suas opiniões relativamente avançadas em matéria de economia, o que também é demonstrado pelos esforços que ele anteriormente fizera para fundar uma casa-da-moeda colonial em São Paulo ⁹⁷.

Em maio de 1650 Salvador convocou uma reunião geral do conselho de Luanda para discutir-se a conveniência, ou não, de despacharem-se colunas punitivas contra alguns sobas que ainda não haviam se submetido formalmente à Coroa. A opinião geral foi fortemente contrária a qualquer ação dessa natureza. A câ-

⁹⁶ Arq. Hist. Colon. (de Lisboa), Angola, caixa 1, "consultas" de junho a agosto de 1651.

⁹⁷ Arq. Hist. Colon. (de Lisboa), caixa 1, petição de Salvador e da câmara de Luanda (em 27 de janeiro e 2 de fevereiro de 1649) e "consulta" de 18 de agosto de 1649; correspondência de Luanda interceptada pelos holandeses e traduzida em apêndice a Hoge Raad, Recife, carta de 13 de dezembro de 1649, Rijksarchief, W.I.C., Oude Comp. n.º 65.

mara achou que não havia qualquer justificativa para empreender uma campanha, a menos que algum soba praticasse abertamente algum ato hostil ou ofensivo, coisa que até então nenhum havia feito. Mesmo sem levar em conta a inevitável deslocação do tráfico de escravos (agora novamente em plena oscilação) decorrente de uma guerra, a guarnição de Luanda ficaria perigosamente desfalcada e a cidade, em conseqüência, exposta a ser atacada pelos holandeses, ou pelos espanhóis. Salvador concordou com esta decisão, e bem assim com algumas sugestões feitas pela municipalidade no sentido não só de rever a tabela de impostos sobre a exportação de escravos, como também de favorecer o pequeno negociante e o cidadão comum, às expensas dos grandes contratadores e comerciantes.

Nessa ocasião, Salvador apresentou uma lista pormenorizada das despesas feitas com a armada e com a guarnição desde a partida da força expedicionária do Rio de Janeiro, a 12 de maio de 1648. Chamou a atenção para o fato de haver ele muitas vezes financiado de seu próprio bolso o frete de navios mercantes, em conseqüência do que o governo ainda lhe devia vinte e oito mil cruzados. Soma avultada igualmente lhe devia a câmara do Rio de Janeiro, pelo empréstimo que contraíra quando tinha necessidade urgente de dinheiro para pagar a guarnição local, sabendo-se que as tropas constantes da lista de pagamentos da colônia totalizavam 1.300 homens. Para ajudar no pagamento dessas dívidas, o conselho municipal de Luanda acabou concordando com a criação de uma nova taxa de três mil-réis, a ser cobrada sobre qualquer negro adulto exportado como escravo. O próprio Salvador, embora fosse um dos grandes comerciantes de escravos, deu o seu endosso à medida (com que sinceridade não é possível saber-se), nos termos que se seguem: “Não tenho nenhuma hesitação em confirmar a decisão da câmara e do povo, porquanto vejo nela o desejo de ajudar os pobres, a quem as ordens de Sua Majestade procuram sempre favorecer”⁹⁸.

As depredações levadas a efeito pelos *kapers* (cruzadores), aparelhados pelo escritório central da Zelândia e com bases em Recife, causavam também sérios prejuízos por essa época. Em 1649

⁹⁸ *Arq. Angol.*, 1.^a série, II, págs. 5-8, 131-2, 471-4, 479-80, 483-8, 656-7. Nesta correspondência Salvador informa explicitamente que sua expedição partiu do Rio de Janeiro a 12 de maio de 1648.

interceptaram onze caravelas de um comboio que seguia da Madeira para Luanda com artigos militares e reforços, aprisionando ou destruindo a maioria delas⁹⁹. Na perda desse comboio teve grande culpa o mau comportamento do comandante, Diogo Muniz Madureira, aquele mesmo oficial que fora submetido a julgamento, por covardia, na batalha naval com os dunquerqueuses, ao largo dos Açores, cinco anos antes. Um dos pontos fracos do sistema militar português, como dissera certa vez o padre Antônio Vieira num de seus sermões, era o de nunca se destituir ou executar um comandante por motivo de incompetência, a ponto de aos que tinham caído alguma vez em desfavor dar-se frequentemente a oportunidade de reincidir em outra ocasião¹⁰⁰.

Em fevereiro de 1649, Salvador mandou de volta para a Bahia o último dos galeões da armada de Villa-Pouca. Para enfrentar os corsários holandeses fez construir alguns grandes barcos a remo e navios de defesa costeira, que foram usados também nas comunicações com Massangano, no alto Kwanza. Quando se oferecia ocasião, concedia cartas de navegação a navios mercantes, habilitando-os a dar combate aos holandeses, e mantendo assim a costa livre durante alguns períodos. Em 1650 uma esquadra comandada por Álvaro de Aguilar Osório, que cruzava por acaso ao largo da costa, salvou Benguela que havia sido atacada pelas tribos de nativos, perdendo uma parte de sua guarnição. Em setembro daquele ano, essa mesma esquadra, ou outra semelhante aprisionava um navio pirata holandês de vinte e quatro bocas de fogo. Nos dois anos que se seguiram ocorreram, com intervalos variáveis, outros encontros com corsários, mas as parcas notícias que nos ficaram dessas refregas são demasiado confusas e contraditórias para merecerem registro neste lugar. Salvador mandou também consertar e aprovisionar o galeão *Nossa Senhora de Nazaré*, que partira de Luanda em abril de 1650, com destino a Goa, mas que a incrível inépcia dos pilotos fizera com que em setembro chegasse em Luanda, na suposição de que ele esti-

⁹⁹ Hoge Raad, Recife, carta de 29 de novembro de 1649, em Rijksarchief, W.I.C., Oude Comp., n.º 65.

¹⁰⁰ Sermão de Antônio Vieira, pregado na Bahia, a 17 de junho de 1640, "... em onze anos de guerra contínua e infeliz onde houve tantas rotas, tantas retiradas, tantas praças perdidas, nunca vimos um capitão, nem ainda um soldado que com a vida o pagasse".

vesse navegando no canal de Moçambique, que fica no lado oposto da África¹⁰¹.

Salvador, tempos depois, disse que quando era governador tinha feito questão de conservar sempre aberta a porta da sua casa e de atender a quantos iam procurá-lo. Sua aptidão, nunca desmentida, para os trabalhos mais duros, fez com que ele nada sofresse com a insalubridade do clima — Angola era por esse tempo um túmulo para o homem branco, caso um lá existisse — mas havia já três anos que ele estava afastado da família, “e com uma perna que o fazia sofrer cada dia mais”. Por isso, em outubro de 1650 escreveu ao rei, D. João IV, suplicando que no seguinte mês de março, o exonerasse do posto que ocupava, a fim de que pudesse sair de Luanda a tempo de alcançar em maio, no Rio de Janeiro, a frota do Brasil, em sua viagem para a mãe-pátria. Pois não faltavam na colônia fidalgos com a experiência necessária para exercer a governança durante os dois meses de intervalo entre a sua partida e a chegada de seu sucessor. Garantia que o “Congo está quieto e acovardado, os Cassange calmos e amigáveis, o rei Ndongo leal, e o de Loango mais disposto a negociar conosco do que com os holandeses”. O interior havia sido pacificado até uma distância de mais de cem milhas, a rainha N’Zinga não causava incômodos e a costa se achava desimpedida, graças a uma esquadra de navios e galeras. Pela mesma caravela que levou esse despacho, escreveu ele à esposa, que lá se encontrava, pedindo-lhe que secundasse a sua petição com outra por ela firmada, e assim foi feito¹⁰².

O rei concordou em autorizar Salvador a deixar imediatamente Angola, mas só em fevereiro de 1651 lhe deu sucessor, nomeando Rodrigo de Miranda Henriques para substituí-lo. Intervieram então as vagarosas deliberações do Conselho Ultramarino e a burocracia portuguesa, fazendo com que o novo governador só partisse para assumir o seu posto em fins de setembro. Durante a viagem, seguramente muito lenta e tediosa, foi ele aco-

¹⁰¹ *Arq. Angol.*, 1.^a série, III, págs. 5 e 8; Cadornega, *Guerras Angolanas*, págs. 43-5; Feo Cardozo, *Memórias*, págs. 184-5; *Arq. Hist. Colon.* (de Lisboa), Angola, caixa 1, inquérito judicial instalado em Luanda, no mês de agosto de 1650, por ocasião da chegada do *Nazaré*, e a carta, sem data, do respectivo capitão, Antônio Barreto Pereira. A despeito dos maus pilotos, o galeão chegou são e salvo à Índia.

¹⁰² *Arq. Hist. Colon.* (de Lisboa), caixa 1, carta de Salvador datada de 6 de outubro de 1650 e petição de sua esposa, não datada, mas, provavelmente de janeiro de 1651. *Arq. Angol.*, 2.^a série, V, págs. 83-90; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 287-8.

metido de um íctus apoplético, de modo que só pôde chegar a Luanda a 2 de março de 1652. Salvador passou-lhe logo as rédeas do governo e, pouco depois, embarcou para o Brasil, levando consigo uma grande leva de negros escravos¹⁰³.

No intervalo entre sua chegada ao Rio, em começos de junho, e sua partida para a Bahia e Lisboa, algumas semanas depois, Salvador viveu atarefado com os inúmeros bens que tinha na capitania. No ano seguinte declarava possuir no recôncavo do Rio de Janeiro cinco plantações de cana-de-açúcar e quarenta fazendas de criação, sem falar na grande propriedade que lhe pertencia na própria cidade do Rio de Janeiro¹⁰⁴. A cidade, embora com lentidão, crescia a olhos vistos, em boa parte porque a guerra com os holandeses no Nordeste, e as dificuldades econômicas da Bahia encaminhavam maior número de agricultores para as capitanias do sul, cuja situação era mais segura. Afora essas glebas no recôncavo, Salvador possuía ainda extensas propriedades territoriais na região nordestina do Rio de Janeiro conhecida pelo nome de Campos dos Goitacá, onde abundava o gado bravo. Essa fértil zona pastoril era desde muito tempo um reduto de índios selvagens e o "refúgio para os criminosos e assassinos" do Rio, em cuja população, rala e vagabunda, eram elementos predominantes o mameluco e o mestiço. Por volta de 1627 a região havia sido fracionada em sesmarias, que foram distribuídas entre sete pretendentes, conhecidos popularmente por "sete capitães", embora não dispusessem, em sua maioria, de recursos suficientes para fazê-las prosperar.

Pouco antes de sua partida de Angola em 1648, Salvador havia feito uma redistribuição das sesmarias da região, valendo-se de meios em que os seus inimigos quiseram ver um misto de força e cambalacho. Qual era a verdadeira situação em que se achavam esses núcleos é coisa que não se pode saber com clareza, por isso que os documentos mais relevantes se mostram contraditórios e confusos, quando não são palpavelmente forjados. Em todo caso, não padece dúvida que a redistribuição efetuada em 9 de março de 1648 trouxe grandes vantagens não só para Salvador, como também para os seus amigos e protegidos, tais como os jesuítas, os beneditinos e Pedro de Sousa Pereira. Em 1652 pos-

¹⁰³ *Arq. Angol.*, 2.^a série, II, pág. 186 n.; *Arq. Hist. Colon.* (de Lisboa), "consultas mixtas", cód. 14, fol. 222; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 284-5.

¹⁰⁴ *Arq. Hist. Colon.* (de Lisboa), "consulta" do Conselho da Fazenda, cód. 45, fol. 171, V.

sua ele na referida área sete mil cabeças de gado bovino e cento e sessenta negros escravos, além de setenta cavalos de sela e muitos outros bens. Tendo em vista a sua ida para Portugal, entabulou um arranjo com os jesuítas, amalgamando as propriedades que tinha nos Campos dos Goitacá com as da Companhia, sob a condição de serem todos os lucros provenientes do dito arranjo divididos igualmente entre ele e o colégio dos jesuítas do Rio de Janeiro¹⁰⁵.

Devemos estar lembrados de que dez anos antes Salvador prometera aos jesuítas fundar e dotar um colégio no sul do Brasil, de preferência em São Paulo, ou, caso ali não fosse possível, em Santos. Como continuassem os paulistas a serem hostis à Companhia, Salvador não quis esperar por mais tempo, e a 10 de junho de 1652 doou formalmente o seu projetado colégio de São Miguel Arcanjo a Santos, juntamente com uma parte das propriedades que possuía na cidade do Rio de Janeiro. A doação foi feita em seu nome e no de sua mulher, cumprindo à nova fundação sustentar doze padres e irmãos jesuítas. O colégio recebeu o nome de São Miguel Arcanjo, em sinal de gratidão pela reconquista de Angola sob os auspícios daquele santo, patrono da expedição¹⁰⁶.

A confirmação da profecia do padre João d'Almeida referente à recuperação de Luanda veio aumentar a crença de Salvador nos poderes divinatórios de seu confessor inglês. A primeira coisa que ele fez quando de lá voltou foi consultar seu pai espiritual a respeito do sucesso e da duração de sua projetada viagem a Lisboa. Almeida esquivou-se abertamente a se comprometer; mas, afinal, Salvador conseguiu habilmente engabelá-lo, concordando em que ficaria rezando para que ele chegasse são e salvo a Portugal no dia da festa das Onze Mil Virgens (21 de outubro). O padre Simão de Vasconcellos, que fora testemunha ocular desta edificante comédia, conta-nos que Salvador, ao saber da data

¹⁰⁵ Alberto Lamego, *Terra Goytacá*, I, pág. 117; V. Coaracy, *O Rio de Janeiro no século XVII*, págs. 65-7, 125-6, 136-7; S. Leite, *História da Comp. de Jesus*, VI, págs. 84-5. A narrativa de Maldonado (*Revista trimensal*, LVI, págs. 345-400), puramente apócrifa, é ainda tomada a sério por alguns historiadores, apesar dos flagrantes anacronismos que contém, como seja datar de outubro a dezembro de 1647 as entrevistas de Salvador com Maldonado e seus companheiros, quando se sabe que o primeiro até novembro de 1647 não havia deixado Portugal, como também ainda não tinha chegado ao Rio em Janeiro de 1648.

¹⁰⁶ Pormenores dessa dotação encontram-se em Serafim Leite, S. J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, VI, págs. 426-8.

marcada nas orações de Almeida, ficou na dúvida sobre se ela seria praticável. Estava-se então no mês de junho, e dificilmente haveria tempo para ele seguir para a Bahia, reunir ali todos os navios da frota, e fazer-se à vela num comboio de quase cem navios, para alcançar o Tejo na data prevista. Mas tudo aconteceu como o padre d'Almeida havia profetizado, sendo até o próprio Salvador a primeira pessoa a avistar os rochedos de Sintra, a 21 de outubro de 1652¹⁰⁷.

Dois corsários da Zelândia tinham avistado a 10 de agosto essa frota do Brasil ao sul de Tamandaré e levaram a notícia a Recife, fazendo com que as autoridades holandesas locais ficassem muito alarmadas, visto terem sabido antes, através de prisioneiros e de correspondência apreendida, que Salvador estava a caminho com dezesseis navios, para bloquear a praça, do lado do mar. Não tinham elas nenhuma esperança de resistir naquelas circunstâncias a um ataque dos portugueses, uma vez que a guarnição estava desmoralizada, os suprimentos de boca ali deixados davam apenas para dez dias, e no porto havia somente dois navios. Para alívio e surpresa da parte delas, a frota do Brasil continuou sua viagem rumo à mãe-pátria, sem se aproximar de Recife. Os conselheiros escreveram então aos seus diretores, na Holanda, dizendo que Salvador sem dúvida sabia que a praça estava prestes a cair, por si mesma, de fome, preferindo assim comboiar a rica frota do Brasil que ia a caminho de Portugal, com uma carga cujo valor ascendia a mais de um milhão de coroas. Embora não se tivesse verificado o esperado ataque, logo depois da chegada de Salvador a Lisboa era voz corrente que ele ia ser enviado de volta ao Brasil, à frente de uma esquadra de trinta navios de guerra, para conquistar a claudicante colônia holandesa. É provável que esses rumores fossem considerados prematuros, podendo o Brasil neerlandês desfrutar um precário ano de alívio, até que a chegada de outra frota do Brasil, sob o comando

107 Cf. Simão de Vasconcellos, S.J., *João d'Almeida*, págs. 240-2. A *Vida* foi dedicada por Vasconcellos a Salvador, sendo ela um livro pioneiro sobre o Brasil, "começando com esta primeira obra que destas partes a Companhia mandou à estampa", como ele se expressa em sua dedicatória, datada da Bahia, a 5 de dezembro de 1655. Não quero desmerecer o que é contado por Vasconcellos, mas outras fontes datam de 25 e 30 de outubro de 1652, respectivamente, a chegada da frota a Lisboa. *Documentos históricos*, V, pág. 51-2; Eriçeira, *Portugal restaurado*, vol. I, livro XI.

de Pedro Jacques de Magalhães e Francisco de Brito Freire, vibrasse o *coup de grâce* em janeiro de 1654¹⁰⁸.

Como é natural, ao chegar, de volta, em outubro de 1652, Salvador foi bem recebido pelo rei, embora não obtivesse todas as recompensas que esperava e ele dizia lhe haverem sido prometidas anteriormente por Sua Majestade. Incluíam-se no número delas o título de conde e uma renda anual de mil cruzados. Era talvez um contra-senso de Salvador esperar que o rei o fizesse conde, visto que isso equivaleria a proclamar ao mundo inteiro que a reconquista de Angola fora sancionada pelo próprio D. João IV. Essa era uma das coisas que o rei fazia mais questão de evitar, a ponto de negá-las peremptoriamente quando os holandeses o acusaram, havia algum tempo, de cumplicidade. Embora se regozijasse com o curso que tomaram os acontecimentos, como era natural, isso não era coisa que ele pudesse proclamar em público. Chegara até a ameaçar Salvador com a força, por ter ido além de suas ordens, quando lhe chegaram as primeiras notícias da recaptura de Luanda. Por isso contentara-se o rei em fazer algumas modificações de menor importância nos títulos e emolumentos de Salvador, fazendo-o membro do Conselho de Guerra, e autorizando-o a admitir mais dois chefes africanos, como portadores de seu escudo de armas¹⁰⁹.

Voltando a Lisboa, Salvador passou a tomar parte importante nas deliberações do Conselho de Guerra (do qual fora feito membro ausente a 12 de janeiro de 1649) e do Conselho Ultramarino, influenciando assim, de maneira relevante, a política portuguesa durante esse período. Um dos assuntos trazidos mais freqüentemente a discussão era o problema da frota do Brasil e de seus comboios anuais. Já vimos que Salvador tinha sido um dos principais advogados do sistema de comboio, contando nisso com o apoio de personalidades influentes, como o padre Antônio Vieira e o Dr. Antônio de Sousa Macedo. Durante o tempo em que ele foi governador de Angola o projeto culminou com a fundação da *Companhia geral do Estado do Brasil*, a que foi concedido o monopólio do comércio marítimo com a América

¹⁰⁸ Hoge Raad, Recife, cartas de 12 de agosto e 5 de setembro de 1652, em José Hygino MS.; Haecxs, *Dagboek* (ed. Naber), pág. 291; Aitzema, *Saken van Staet ende Oorlogh*, III, págs. 872-3.

¹⁰⁹ Cartas de Salvador apreendidas, em Hoge Raad, Recife, carta de 13 de dezembro de 1649, em Rijksarchief, W.I.C. Oude Comp., n.º 65; *De Portogeysen goeden buyrman*, pág. 4; A. Lamego, *Terra Goytacá*, I, pág. 117; Ribeiro de Lessa, *Salvador Correia*, pág. 50.

portuguesa, nos moldes das companhias das Índias, orientais e ocidentais, existentes na Holanda e na Inglaterra. Os privilégios da Companhia do Brasil incluíam o monopólio do abastecimento da colônia com os quatro artigos de importação mais importantes, que eram, abstração feita aos escravos, o vinho, a farinha de trigo, o azeite de oliva e o bacalhau, em quantidades por ela própria fixadas. No que respeita aos carregamentos nas viagens de volta, tais como açúcar, fumo, algodão e couros, a companhia tinha poderes para cobrar uma taxa sobre cada caixa, saco, ou fardo exportados para Portugal, de acordo com uma escala móvel de valores. Foi-lhe também concedido o completo monopólio das exportações do pau-brasil procedente das capitânicas do Rio de Janeiro, Ilhéus, Bahia e Pernambuco, pagando porém em Lisboa uma taxa de importação daquele produto. Em troca desses privilégios, deveria ela manter uma frota de trinta e seis navios de guerra para proteger os comboios bianuais de navios, nas suas viagens entre os portos do Brasil e de Portugal ¹¹⁰.

A formação dessas companhias monopolísticas, graças em grande parte aos capitais fornecidos pelos cristãos-novos insuflados pelo padre Antônio Vieira, teve contra si a firme oposição não só de Portugal como do Brasil. Esta oposição não procedia somente dos religiosos e beatos. Ao lado dos protestos dos anti-semitas profissionais do Santo Ofício, dos clérigos obscurantistas de toda casta e naipe, dos bispos mitrados aos frades mendicantes, ouviam-se também, com as queixas dos lavradores da Bahia e do Rio de Janeiro, as reclamações das comunidades marítimas como Viana, Aveiro e Vila do Conde, para não falar das dos Açores e da Ilha da Madeira. Clamavam elas contra o golpe infligido à navegação costeira pela concentração dos comboios no porto único de Lisboa, e contra a insistência da Companhia em que só se deveria permitir que viajassem nos comboios os navios cargueiros relativamente grandes. Os colonos protestaram com veemência contra o enorme *aumento* do custo da vida ocasionado pela concessão, à Companhia, do monopólio do vinho, da farinha, do azeite e do bacalhau. E não eram sem fundamento todas estas lamúrias. Como escreveu de Paris o marquês de Niza em 1648, quando a fundação da companhia era ainda objeto de discussão, "os monopólios dos artigos de primeira necessidade sem-

¹¹⁰ *Instituição da companhia geral para o estado do Brasil* (Lisboa, 1649). Cf. também Varnhagen, *História geral*, III, págs. 171-4, 251-3; *Hisp. Amer. Hist. Review*, XXIX, págs. 474-97 (1949).

pre deram prova de que são altamente prejudiciais aos monarcas que os autorizam; porque, por maiores que sejam os benefícios com isso auferidos pelo tesouro, os sofrimentos infligidos ao povo pesam muito mais na balança do que aquela vantagem estritamente limitada”¹¹¹. Salvador, naturalmente, tinha razões de sobra para assim se externar a respeito de tão candente e debatido assunto; porque, se era um defensor da Companhia do Brasil e de seu sistema de comboios, encarados sob o ponto de vista estratégico da guerra com os holandeses, os seus interesses pessoais como grande produtor de açúcar no Rio de Janeiro se achavam intimamente envolvidos no lado comercial das operações da dita companhia. Teve grande cuidado em salvaguardar os seus interesses privados com a obtenção de um decreto real obrigando todos os navios que viessem receber carga no Rio a reservar um décimo de sua capacidade para o açúcar produzido nos moinhos de propriedade de Salvador¹¹². Tendo assim garantidos os seus interesses pessoais, estava em condições de defender a Companhia do Brasil e seus comboios como uma necessidade estratégica. Não obstante, estava ele preparado para fazer algumas concessões à celeuma das críticas desfavoráveis, mesmo levando em conta a circunstância de se basearem as operações do vigente sistema de comboios, em grande parte, nas idéias que ele próprio havia defendido em seu regimento de 1644.

Por essa razão elaborou ele, como alternativa, um plano dentro do qual os recursos dos pequenos comerciantes e donos de navios seriam somados com vistas à construção de navios mercantes maiores e mais bem armados para o tráfico. Em aditamento a este plano, propôs um outro, relativo à construção de doze grandes fragatas, destinadas a cruzar ao longo da costa portuguesa durante todo ano, mantendo os piratas à distância. Embora nada se fizesse atendendo a essas sugestões, mostram elas que Salvador estava plenamente consciente da importância do poder marítimo. Como ele ponderou, “não vemos nenhuma outra nação fazer uso de caravelas, mas, pelo contrário, utilizar navios pequenos, armados de muitos canhões. É essa a razão pela qual as nações do norte se tornaram senhoras do oceano, ao passo que a coroa de Vossa Majestade se acha em tão lamentáveis condições que, postos de lado os da frota real, não há neste reino navios com quinze

¹¹¹ Torre do Tombo, Convento da Graça, caixa 16 D, tomo VI, fol. 135.

¹¹² Arq. Hist. Colon. (de Lisboa), “consultas” do Conselho da Fazenda, cód. 45, fol. 171, v.

ou mais bocas de fogo, muito embora a existência dela esteja largamente dependente do mar". Fez-se também eco da descrição feita das caravelas pelo padre Antônio Vieira, como sendo uma escola de covardia, acrescentando que cinqüenta navios bem armados valiam mais do que duzentas caravelas, e navegariam com toda segurança, "como acontece com os ingleses"¹¹³.

Pouco depois de voltar do Brasil, Salvador foi nomeado coronel de um dos regimentos da milícia ("ordenança"), de Lisboa; mas, apesar de ter sido incumbido, em 1654, da defesa marítima de Lisboa, e de levar em julho de 1654 um destacamento de reforços para a frente do Alentejo, parece não ter tomado parte ativa na guerra contra a Espanha¹¹⁴. Convém notar que D. João IV parece que era um tanto reservado com relação a Salvador, e nem sempre nele confiava cegamente. Pode ser que as acusações feitas pelos paulistas em 1642 tivessem ficado ignoradas, mas é evidente que não poderiam ser esquecidas por um monarca tão cauteloso e precavido. Tampouco podia ele não tomar em consideração as estreitas ligações de família que prendiam Salvador à Espanha e ao Peru. Além disso, o conde de Odemira, presidente do Conselho Ultramarino desde fevereiro de 1651, não simpatizava com Salvador e fazia tudo quanto podia para impedir que ele subisse¹¹⁵. Seja como for, enquanto viveu aquele rei, Salvador jamais conseguiu alcançar aquilo que mais desejava, ou seja o controle das capitânicas do sul do Brasil, tornadas independentes do governador-geral, que ficava na Bahia. Só depois da morte de D. João IV, em novembro de 1656, e durante a regência de sua autoritária rainha espanhola, Dona Luísa de Guzmán é que Salvador pôde alcançar a posição a que tinha direito, como veremos no capítulo que se segue.

¹¹³ Este trabalho de Salvador acha-se reproduzido na íntegra em meu artigo "As primeiras frotas da Companhia Geral do Brasil à luz de três documentos inéditos" no *IV Congresso da História Nacional*, V, págs. 305-59.

¹¹⁴ British Museum, Add. MSS. 15.170, fols. 331-2; Chaby, *Synopse*, II, págs. 36-7.

¹¹⁵ Pizarro, *Memórias históricas*, III, pág. 177 (ed. 1945).

Capítulo VII

“CAPITÃO-GENERAL DO SUL”

A idéia de formar com as três capitanias do sul uma área autônoma não era nova, e tampouco foi Salvador o primeiro a advogá-la. A *Repartição do Sul* tinha sido separada do governo da Bahia no tempo de Salema (1574-8) e, novamente, sob a administração de D. Francisco de Sousa (1608-12). Na primeira ocasião, o “departamento do sul” compreendia toda a região ao sul do limite setentrional da capitania de Porto Seguro; na segunda, o Espírito Santo e toda a região que lhe ficava ao sul. Nenhuma das duas experiências deu bom resultado, e ambas duraram pouco tempo. Antes de descrever mais pormenorizadamente o projeto do próprio Salvador, convém saber qual era a situação quatro anos depois da expulsão dos holandeses, quando todo o litoral, do rio Amazonas no norte até Paranaguá no sul, estava sob o domínio da coroa de Portugal. Essa longa faixa costeira estava dividida em quatorze capitanias, das quais as três mais setentrionais se achavam fundidas desde 1621, formando o *Estado do Maranhão*, que, do ponto de vista administrativo estava separado das outras onze, pertencentes ao *Estado do Brasil*, propriamente dito. Partindo da capitania do Pará, de todas a mais setentrional, os nomes dessas quatorze capitanias, com a indicação de seus donos, reais ou nominais¹, e das principais produções de cada qual, podem ser alistadas como se lê ao lado:

¹ Neste período a distinção entre as capitanias pertencentes à Coroa e as que tinham donatários não tinha importância sob o ponto de vista administrativo, os privilégios dos donatários restringindo-se à arrecadação de certos impostos e tributos, e ao direito de voto na nomeação dos funcionários de baixa categoria. As capitanias de Itamaracá e Pernambuco, havia pouco retomadas dos holandeses, eram objeto de uma longa disputa entre a Coroa e seus respectivos proprietários, demanda esta que afinal foi decidida, a favor dos últimos, em 1687. Cf. Ad. Varnhagen, *História geral*, vol. III, págs. 107-8.

Estado do Maranhão (capital São Luís do Maranhão)

1. Pará	coroa	algodão, fumo
2. Maranhão	coroa	algodão, fumo
3. Ceará	coroa	âmbar, pau-roxo

Estado do Brasil (Capital Cidade do Salvador, Bahia)

4. Rio Grande do Norte	coroa	gado, fumo
5. Paraíba	coroa	açúcar, pau-brasil, algodão, fumo, linho
6. Itamaracá	donatário	açúcar, fumo, pau-brasil, linho
7. Pernambuco	donatário	açúcar, fumo, pau-brasil, linho
8. Sergipe del Rei	coroa	gado
9. Bahia	coroa	açúcar, fumo, pau-brasil
10. Ilhéus	donatário	nada de importância
11. Porto Seguro	donatário	nada de importância
12. Espírito Santo	donatário	nada de importância ²
13. Rio de Janeiro	coroa	açúcar, fumo, algodão
14. São Vicente (incluindo Santo Amaro e Itanhaém).	coroa	gêneros alimentícios, ouro de aluvião, madeiras

As razões pelas quais Salvador advogava a separação das três capitâneas mais meridionais do resto do Brasil foram expostas num extenso memorial por ele apresentado em 1646, e se acham resumidas no capítulo V (págs. 233-5) da presente obra. Devemos nos lembrar que embora D. João IV o houvesse nomeado, em

² Conforme relatório apresentado por Matias de Albuquerque em 1627, Porto Seguro por essa época produzia grandes quantidades de búzios (*zimbos*) para Angola, e o Espírito Santo se destacava por suas esmeraldas. Os búzios não foram mencionados por Brito Freire em sua descrição da capitania, em 1675 (*Nova Lusitania*, pág. 13), e as esmeraldas do Espírito Santo eram mais imaginárias do que reais.

dezembro de 1646, governador e capitão-general do Rio de Janeiro, pela terceira vez, não lhe fora concedido o controle autônomo do sul, como era do seu desejo³. Ocupou o referido posto somente durante os poucos meses que demorou no Rio, quando estava a caminho de Angola (1648), estando nominalmente subordinado ao conde de Villa-Pouca. Depois da morte de D. João IV ele voltou ao cargo, agora com mais sucesso, sendo a sua nomeação como governador e capitão-general da *Repartição do Sul* datada de 17 de setembro de 1658⁴.

Salvador revelou mais uma vez o grau da sua ambição ao ressuscitar outro projeto seu, que em 1646 fora submetido oficialmente a discussão pela primeira vez. Dizia ele respeito à concessão, a ele e aos seus herdeiros, de uma capitania nova na terra-de-ninguém situada entre São Vicente e o rio da Prata. Deveria a projetada capitania de Santa Catarina abranger trezentas milhas de costa, com extensão indefinida para o interior, comprometendo-se ele a colonizá-la e a fazê-la crescer e prosperar com os seus próprios recursos. Esta sua proposta foi distribuída a um certo número de altos funcionários e eclesiásticos, entre os quais o bispo eleito de Angola, a fim de que devidamente a comentassem e sobre ela emitissem opinião. Todos se manifestaram favoravelmente a essa pretensão de Salvador, visto tratar-se de uma região muito fértil e perfeita no caso de se desenvolver nas mãos de quem para isso dispusesse de capital e recursos suficientes. Nem ficou esquecida a possibilidade de reabrir-se um tráfico clandestino com Buenos Aires, e de renovar, por essa forma, o suprimento do Brasil em prata da Espanha, artigo muito cobiçado. Contudo, D. João IV pôs o assunto de lado. E quando, morto o rei, quis Salvador tirá-la do esquecimento, a rainha-regente parece ter fugido a tomar uma decisão neste ou naquele sentido, a despeito dos pareceres favoráveis de dois novos funcionários aos quais fora outra vez submetido⁵.

³ Arq. Hist. Colon. (de Lisboa), "consultas mixtas" cód. 14, fols. 1, 8 e 12; *Congresso do mundo português. Publicações*, IX, págs. 298-300. Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 228-33, onde o primeiro dos relevantes documentos é dado erroneamente como se referindo a Angola.

⁴ *Documentos históricos*, XX, págs. 93-6, onde se encontram as cartas-patentes de Salvador, como governador e capitão-general do sul.

⁵ Arq. Hist. Colon. (de Lisboa), Rio de Janeiro, caixa 2, doc. n.º 737; *An. Bibl. Nac.* do Rio de Janeiro, XXXIX, págs. 80-3; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 303-17, onde Norton, inadvertidamente, põe em dúvida a data de 4 de janeiro de 1647, sugerindo que o ano deve ser 1657 sem se lembrar que o marquês de Montalvão morreu em 1651 e que a petição de Salvador ficou engavetada durante mais de dez anos.

Para compreender, tanto quanto possível, o motivo pelo qual Salvador se mostrou de tal modo persistente em alimentar aspirações, convém passar uma vista d'olhos no progresso da mineração no Brasil, durante aquela época. Como já se disse, as extraordinárias conquistas de Cortez e Pizarro, e a rapidez com que se descobriram minas de ouro e de prata na América Espanhola inspiraram, naturalmente, nos colonos do Brasil a firme convicção de que riquezas semelhantes em minerais deviam existir no outro lado das linhas de Tordesilhas. Uma das modalidades mais antigas dessa suposição era a crença na lenda de Sabarabuçu, que não passava de invencionice engendrada por certo viajante, com base em mal interpretados mitos dos índios Tupi, a respeito do que eles chamavam Itaberaba-uçu, a serra brilhante (ou reluzente). Anthoni Knivet, aventureiro dos tempos da rainha Elizabeth, fez-se eco dessa crença na sua fantástica descrição das viagens por ele feitas nos altiplanos do Brasil após o seu desligamento da bandeira empreendida em 1596 no interior do Rio de Janeiro por Martim de Sá, pai de Salvador. Knivet e seus companheiros estavam convencidos de que não se achavam muito longe da costa do Pacífico e, conseqüentemente, do *cerro de Potosí*, que é onde queriam chegar. Depois de viajar algumas semanas,

chegamos numa região aprazível, e avistamos à nossa frente uma montanha reluzente, dez dias antes de alcançá-la; porque quando entramos na planície, deixando a região de montanhas, e o sol começou a atingir o seu pináculo, não fomos mais capazes de continuar a viagem, por causa da cintilação que ofuscava os nossos olhos.

Não há necessidade de acompanhar Knivet na fabulosa explicação de como a sua comitiva transpôs aquele monte refulgente através de um túnel; mas a sua subsequente nota “num dia claro avista-se esta montanha do cimo de Potosí” reflete simplesmente a idéia errônea que tinham geralmente os portugueses da distância que havia entre o Alto Peru e o sudeste do Brasil. Pensou-se no começo que essa cadeia de montanhas que ofuscava todos que a fitavam fosse constituída de cristais de quartzo, mas não tardou que a supusessem de minério de prata. De tempos a tempos, no curso do século dezessete, várias expedições e bandeiras saíram à procura daquela resplandescente serra. Nenhuma teve a sorte de localizá-la, mas houve entre elas algumas que trouxeram amos-

tras de cristal, fossem de quartzo ou de minério de prata, *sendo isso* o bastante para perpetuar e incentivar a crença na sua existência ⁶.

Intimamente relacionada com a lenda do monte cintilante de Sabarabuçu, e não raro com ela difundida, era a que se tinha criado em torno da Serra das Esmeraldas. Parece que Knivet reflete essa crendice quando diz que durante a viagem para Sabarabuçu os de seu bando apanharam pedras preciosas “verdes como a erva”; mas a lenda assumiu um caráter mais positivo com a expedição de Marcos de Azeredo. Supunha-se que este explorador, em 1614, havia descoberto esmeraldas no interior do Espírito Santo, sendo algumas delas colocadas na estátua de Nossa Senhora da Penha, pertencente à igreja principal daquela capitania; mas os joalheiros que as foram examinar declararam tratar-se de esmeraldas de qualidade inferior. Isso foi, todavia, o suficiente para convencer a maioria de que na mesma região em que Azeredo havia colhido as suas amostras dever-se-iam encontrar pedras mais valiosas, dando azo a que a miragem da Serra das Esmeraldas logo se instalasse com firmeza igual à da Serra Resplandecente de Sabarabuçu ⁷. Isso não deve causar estranheza, tendo-se em vista que naquele tempo o mundo ocidental estava em plena juventude. O *cerro de Potosi* era uma realidade palpável, e nenhuma razão aparente havia para que tesouros semelhantes não se encontrassem também no lado atlântico dos Andes. Sir Walter Raleigh e muitos compatriotas seus acreditavam, implicitamente, no mito hispânico do El Dorado, como no da existência da cidade de Manoa, feita de ouro. Purchas deu a lume a descrição fantástica que fez Knivet de sua montanha resplandecente, sem suspeitar que ali houvesse exagero.

A desilusão que experimentara Salvador em 1618 com a mina de prata de Itabaiana (Sergipe) não pôs por terra a sua crença de que haveria provavelmente algum fundamento nas estórias relativas a Sabarabuçu e à Serra das Esmeraldas, ouvidas por ele quando era moço. Os paulistas mandavam, por vezes, grupos de pessoas à procura do monte reluzente, acontecendo que numa

⁶ *Purchas his Pilgrimes*, IV, págs. 1216 e 1231, onde se encontra a descrição que fez Knivet, “daquele grande e muito estranho monte de cristal”. Cf. também G. Carvalho Franco, *Vária fortuna*, págs. 62-89; Basílio de Magalhães, “A lenda de Sabarabuçu”, em *Congresso do mundo português. Publicações* tomo 2, págs. 57-66; Alfredo Ellis Junior, *O bandeirismo paulista*, págs. 229-38.

⁷ Cardozo, “The last adventure de Fernão Dias Pais (1674-1681)”, em *Hisp. Amer. Hist. Review*, XXVI, págs. 473-4 e as fontes ali citadas.

dessas ocasiões os prospectores voltaram com um pedaço de prata, que, conforme disseram a Salvador, procedia do próprio Sabarabuçu. Nos seus últimos anos de vida Salvador mostrava-se um tanto cético a respeito do assunto, mas é de supor-se que em certa época houvesse dado crédito à lenda. Seja como for, os anos todos que ele, quando moço, passou em São Paulo, devem ter aguçado o seu interesse nos contos em que entravam ouro, prata e esmeraldas; e a visita que ele nos anos que se seguiram fez a Potosi, aumentaram, sem dúvida, os seus conhecimentos técnicos e o desejo de encontrar algo semelhante no Brasil. Não era pura e simplesmente pelo fato de haverem o pai, o tio e o avô se ocupado da pesquisa de mineração e pedras preciosas que Salvador mostrava tanta ansiedade em tornar-se administrador geral das minas do sul. Isso se prendia também a um interesse pessoal avivado pelo contato com muitos dos mais afamados exploradores dos sertões, como André Fernandes e Antônio Raposo Tavares ⁸.

Antônio Raposo Tavares, de quem o leitor deve lembrar-se como tendo sido, em 1629, o destruidor das missões de índios Guarani, foi anos mais tarde o chefe de uma das bandeiras mais notáveis que jamais atravessaram o interior inexplorado. Essa expedição partiu de São Paulo em 1648, atravessou o Paraguai e o Chaco, contornou em seguida o sopé das montanhas andinas, para depois continuar rio Madeira abaixo, até o Amazonas, e alcançar finalmente Belém do Pará, em 1651. Raposo esperava, como era natural, receber alguma recompensa do governo da metrópole pelo seu extraordinário feito, aliás nunca ultrapassado em toda a história do devassamento do continente americano. Quando suas pretensões foram submetidas ao Conselho Ultramarino, Salvador foi de opinião que os serviços prestados pelo explorador em outros campos de atividade faziam jus a uma recompensa, não assim os que dissessem respeito a bandeiras no interior, “porque essas não eram merecedoras de nenhuma prova de reconhecimento”. A coroa esteve de acordo com esse parecer, e assim a grande jornada de Raposo Tavares viu-se condenada a um com-

⁸ Cf. a súmula que fez Salvador das atividades desenvolvidas no Brasil por ele e seus predecessores no campo da mineração, ao apresentar o seu parecer ao Conselho Ultramarino, em 3 de maio de 1677. No relevante tópico relativo à prata de Sabarabuçu diz ele “...dando notícias de uma serra chamada Sabarabuçu, de onde uns moradores que a ela foram, e entre eles um ourives de prata, trouxeram uma tomboladeira, dizendo que era de prata que daquela serra tiraram, que ele conselheiro via, e tem de peso o mesmo que um prato pequeno, e se era do prato ou da serra eles o sabiam, porque ele a não vira tirar”. *Documentos históricos*, LXXXVIII, pág. 126 (1950).

pleto esquecimento da parte do mundo oficial, esquecimento este que somente as pacientes pesquisas dos historiadores brasileiros vieram sanar nestes últimos cinquenta anos⁹.

Ao assumir esta posição, Salvador estava fazendo uma distinção muito clara entre as expedições que iam em busca de metais e as que tinham como fim caçar índios. A respeito dessa diferença, o seu amigo padre Antônio Vieira expressou-se ainda de modo mais categórico, quando disse que os índios “são, na realidade, as minas deste estado, visto como as de ouro e de prata servem sempre como pretexto para a procura das outras minas, que são encontradas nas veias dos índios, e nunca foram achadas nas da terra¹⁰. Tudo isso, aliás, incidentemente, pois o que devemos considerar é o progresso realizado nas minas durante o quarto decênio do século XVII e seu efeito estimulante sobre o desejo que tinha Salvador de organizar uma perquirição mais intensiva e sistemática das minas, fossem elas de ouro, de prata, ou de esmeraldas.

Já em tempos passados se havia encontrado ouro de aluvião nas cercanias de São Paulo, mas nunca em quantidade suficiente para provocar uma corrida como a que se seguiu ao descobrimento daquele metal em Minas Gerais, nos últimos anos do século XVII. Como foi dado a entender páginas atrás, não é de duvidar que os paulistas tenham trabalhado em número muito maior de minas do que o revelado às autoridades, por temerem, com toda razão, que, se a cupidez do governo da mãe-pátria fosse despertada, muito breve perderiam eles a sua semi-independência. Vimos antes que o ouro encontrado era suficiente para justificar o estabelecimento, em São Paulo, de uma fundição oficial para cunhar as barras e arrecadar os quintos reais, muito embora nunca se tenha materializado o projeto de Salvador, relativo à criação, ali, de uma casa da moeda. Ele conseguiu, de pronto, o cobiçado posto de administrador das minas, mas as ausências frequentes do Rio de Janeiro e as suas querelas com os paulistas dão a entender que usualmente devia confiar as suas funções a delegados. E é natural que ele tivesse o cuidado de escolher esses funcionários dentro do

⁹ “Consulta” do Conselho Ultramarino citada por J. Cortesão na “Introdução à história das Bandeiras”, em *O Estado de S. Paulo* (dezembro de 1948). Cf. Vieira, *Cartas*, I, págs. 408-16; Basílio de Magalhães, *Expansão geográfica do Brasil colonial*, págs. 169-72.

¹⁰ O padre Vieira ao rei Afonso VI, Maranhão, 20 de abril de 1657; *Cartas*, I, pág. 462.

círculo de suas relações e dos amigos merecedores de sua confiança ¹¹.

Dentre as descrições do que eram as minas de ouro na região em apreço, a mais interessante é a que nos ficou da inquirição de um marinheiro, Domingos Farto, que fazia parte da desditosa tripulação do navio negreiro confiscado por D. Jacinto de Laríz, conforme se disse no último capítulo. Antes de 1647 aquele homem tinha vivido alguns anos em São Paulo; depois de ser preso por D. Jacinto, foi exilado em Tucumán, onde evidentemente precisou fixar residência, como fizera antes no Brasil e em Angola. Em abril de 1657 foi convocado para servir de testemunha num inquérito oficial relativo ao alegado ocultamento, pelos jesuítas, de minas de ouro em suas reduções no Uruguai. Declarou então que apenas ouvira rumores, e era “voz comum” que os padres amalhavam ouro; mas prosseguiu dizendo que “o ouro que viu ser extraído, de boa qualidade e abundante, e que ele tinha trabalhado com suas próprias mãos, era a região de São Paulo, a sete léguas da cidade, nas minas de um morro chamado Ibituruna, e do porto de Paranaguá, doze léguas ao sul de Cananéia; e esses são os dois lugares em que o ouro é trabalhado e extraído por quem queira lá ir e desenterrá-lo, visto serem minas comuns a todos em geral”. Contou essa história sob a ameaça de tortura e a veracidade dela foi provada por outras testemunhas, no mesmo inquérito ¹².

O sistema geralmente usado na extração do ouro de mina (ou de beta) era abrir uma cova quadrada, a que se dava o nome de *cata*, até atingir o *cascalho*, ou seja o solo duro e arenoso em que o minério se achava metido. Este era feito em pedaços à força de picaretas e colocado numa *bateia*, espécie de bacia de madeira, larga na boca e estreita no fundo, que se movimentava para um lado e para o outro, debaixo da água corrente, até que toda a terra e areia saíssem com a água, deixando no fundo as partículas metálicas. Não poucas vezes encontraram-se pedaços de ouro nativo pesando de vinte a cem *oitavas* (uma oitava equiva-

¹¹ Como exemplos: Duarte Correia Vasqueanes, em 1645; o seu secretário João Antônio Correia, durante uns poucos meses entre 1647 e 1648; Pedro de Sousa Pereira, casado com sua prima Ana Correia de Sá, de 1651 em diante. Para maiores minúcias acerca de sua administração, cf. Carvalho Franco, em *O Estado de S. Paulo*, XII-XVII (julho e agosto de 1941).

¹² “Declaración del marinero portugués Domingos Farto acerca de lo de las minas de oro que se decia haber en las reducciones del Paraguay”, 18 de abril de 1659, em *An. Mus. Paulista*, V, págs. 118-22.

lendo a 1/8 de onça) e, ocasionalmente muito mais. Mas tratava-se de fragmentos isolados, e o terreno em que foram descobertos não era rico. As primeiras lavras situavam-se todas em leitos de rios, ou nos *tabuleiros* das proximidades. Por isso nas escavações feitas em Paranaguá, no sul do Brasil, não se repetiram os horrores da minas de Potosi¹³.

Embora os paulistas repartissem lealmente entre si as catas, de maneira comunal, repugnava-lhes naturalmente deixá-las cair nas garras dos ávidos funcionários do governo, ou entregá-las a Salvador e seus delegados administradores das minas. Estes últimos, de seu lado, clamavam muitas vezes contra os paulistas, acusando-os de fraudar o erário real no que respeita ao pagamento dos quintos, escondendo a localização e o vulto das minas de ouro e das escavações feitas. Essas queixas aumentaram muito depois do descobrimento, em 1648, por Gabriel Lara, de novas jazidas, na região de Paranaguá. Notícias desta descoberta chegaram logo à Europa, onde, em 1650, vemos Richard Flecknoe escrever para Roma, ao cardeal seu amigo, que “uma mina de ouro foi ultimamente descoberta em São Paulo e um veio de esmeraldas no Espírito Santo”. Esse descobrimento teve como resultado a elevação à categoria de cidade, em 1648, do minúsculo povoado de Paranaguá, e o estabelecimento ali de uma fundição de ouro, que era submetido a ensaio antes de ser transformado em barras, descontando-se os quintos reais. A coroa tinha naturalmente interesse em garantir a sua parte nos lucros, pelo que baixou ordens repetidas a Pedro de Sousa Pereira, *provedor mor da fazenda* no Rio de Janeiro, e delegado de Salvador, como administrador das minas, para que ele visitasse pessoalmente as lavras e verificasse quais eram a sua exata situação e produção¹⁴.

Isso era mais fácil dizer do que fazer, por isso que os paulistas se mostravam obstrucionistas como sempre, mas Pedro de Sousa Pereira acabou conseguindo visitar as escavações auríferas e as lavagens. Fora-lhe possível utilizar os serviços de um mineiro espanhol, chamado Jaime Comas, que havia trabalhado durante dezoito anos nas minas do Peru. O espanhol mostrou-se otimista quanto às possibilidades de encontrar-se um veio muito rico, mas

¹³ Southey, *History*, III, págs. 53-4, citando fontes seiscentistas.

¹⁴ Cartas de Pedro de Sousa Pereira datadas de 20 de maio de 1653, 10 de abril de 1654 e 5 de janeiro de 1656, em Carvalho Franco, *O Estado de S. Paulo*, XVI. Cf. também a sua provisão de outubro de 1652, em Alfredo Ellis Junior, *O bandeirismo paulista*, págs. 231-4, no que se refere a pesquisa que simultaneamente se fazia das minas de prata de Sabarabuçu.

uma série de reveses sucedeu nessa ocasião. Pedro de Sousa Pereira, depois de sua primeira visita a Paranaguá em 1652, enviou amostras do minério para Portugal; mas aconteceu que algumas delas foram interceptadas pelos holandeses, que, com toda certeza, apreenderam num navio do Rio de Janeiro em 1653, o "esboço de um mapa, onde estava assinalada a posição da mina de ouro de São Paulo"¹⁵. Pedro de Sousa Pereira visitou novamente as minas de Paranaguá logo depois que Jaime Comas, em 1658, descobrira um novo veio, igualmente rico; mas nessa ocasião o mineiro espanhol morreu inesperadamente — vítima de um acidente, conforme disse Pedro de Sousa Pereira, ou assassinado pelo último, na opinião de seus inimigos. O administrador foi posteriormente acusado de vender no Rio de Janeiro uma propriedade da coroa, recebendo em paga ouro, do que ele enviava para Lisboa, como sendo o quinto das minas de São Paulo e Paranaguá. Isso não parece muito provável, tanto mais quanto temos uma prova independente que Pedro de Sousa Pereira enviou para sua terra quantidade considerável de ouro de aluvião, por conta dos quintos reais; de uma vez em 1654, pela frota de Francisco Brito Freire, e, de outra, em 1657, pela de Pedro Jacques de Magalhães¹⁶.

Toda essa atividade febril em busca de prata, esmeraldas e ouro nas três capitânicas do sul do Brasil durante a primeira metade do século XVII serve para explicar a ansiedade que tinha Salvador de governar uma província autônoma situada naquela região, tendo as mãos completamente livres, como capitão-general, administrador-geral das minas e donatário da projetada capitania de Santa Catarina. Segundo seus cálculos o monte resplandecente de Sabarabaçu devia estar situado, mais ou menos, a trezentas milhas do Rio de Janeiro e a cerca de duzentas e quarenta de São Paulo¹⁷. Se assim fosse, ele não ficaria muito distante da Serra das Esmeraldas, situada no interior do Espírito Santo, de modo que seria fácil fazer contemporaneamente a exploração das

¹⁵ Hoge Raad to Heeren xix, Recife, 15 de junho de 1653, em MS. José Hygino.

¹⁶ Cartas de Pedro de Sousa Pereira, datadas de 15 e 16 de dezembro de 1658 (na coleção do Autor); Francisco de Brito Freyre, carta de 2 de dezembro de 1654, em Brazão, *Alguns documentos*, pág. 55; *Nova Lusitania*, págs. 25-6. Cf. também Pedro Calmon, *História do Brasil*, II, págs. 310-14.

¹⁷ "Consulta" do Conselho Ultramarino, de 3 de maio de 1677, na *Revista trimensal*, LXIII, págs. 5-13; patente de Salvador ao seu filho João Correia de Sá, Bahia, 4 de outubro de 1659, em *O Estado de S. Paulo*, XVII. Cf. também Pedro Calmon, *História do Brasil*, II, págs. 318-20.

duas. Alguns meses após seu regresso de Angola e do Brasil (1652), sugeriu o Conselho Ultramarino que se mandasse Salvador de volta ao Rio, a fim de organizar em bases adequadas as minas de São Paulo e Paranaguá. Salvador expressou o seu desejo de receber a incumbência, mas sob a condição de ver bem recompensados os serviços que vinha prestando à Coroa desde o ano de 1614, uma vez que ele tinha família e filhos pequenôs para sustentar. D. João IV, pelas razões expostas no capítulo anterior, considerou, sem dúvida, já ter feito bastante por Salvador, dizendo-lhe que se ele não quisesse ir sem novas vantagens, então trataria de enviar outra pessoa¹⁸. Durante três anos não se falou mais no assunto, até que a morte do rei, em novembro de 1656, e a subida ao trono, como regente, da rainha espanhola de nascimento, tornou mais fácil para Salvador insistir em suas reivindicações. Por essa época também haviam sido removidos outros obstáculos que entravavam a pesquisa de minas no sul do Brasil. A expulsão dos holandeses no Nordeste (1654), a pacificação das lutas sangrentas entre os Pires e os Camargos (1655), e a volta triunfante dos jesuítas a São Paulo (1653), tudo isso concorreu para libertar energias ou estimular atividades que vinham sendo desviadas para outros lados. O projeto de Salvador relativo à criação de uma capitania autônoma no sul, e a conseqüente intensificação da procura de minas, passou agora a merecer acolhida mais favorável, culminando em setembro de 1658 com a sua nomeação para governador e capitão-general da *Repartição do Sul*. Até que enfim, com a idade de cinqüenta e seis anos feitos, viu Salvador satisfeita uma de suas maiores ambições.

Como resultado de sua expulsão de Recife, à força, em 1654, os holandeses declararam três anos depois guerra a Portugal, pelo que uma frota, comandada pelo almirante Ruyter, bloqueou o Tejo de julho a outubro de 1658. Em conseqüência, o comboio da Companhia do Brasil não pôde partir cedo como de costume, e só em fins de janeiro do ano seguinte a armada deixou o Tejo, sob o comando de Salvador, como general. Levava ele consigo alguns reforços para a guarnição do Rio, inclusive boa quantidade de soldados estrangeiros pagos pela Espanha e arrebanhados nas campanhas de fronteira. Depois de ter tocado em Recife e na Bahía, onde foram deixados os navios destinados àqueles

¹⁸ Arq. Hist. Colon. (Lisboa), "consultas mixtas", 17 e 21 de julho de 1653, cód. 15, fols. 49 e 53; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 300-2.

portos, a 18 de abril de 1659 alcançou finalmente o Rio de Janeiro com o restante de sua frota ¹⁹.

Naquela data o Rio era governado por Tomé Correia de Alvarenga, um dos muitos primos de Salvador. Como vimos antes, Pedro de Sousa Pereira, cunhado de Tomé Correia de Alvarenga e marido de uma prima de Salvador era o administrador, em exercício, das minas de São Paulo e provedor-mor do Rio de Janeiro, nomeado pela coroa. Primo também de Salvador era Manuel Correia Vasqueanes, presidente do conselho municipal da mesma cidade, enquanto outro primo, Martim Correia Vasques era o comandante da guarnição do Rio. Assim, com a nomeação do próprio Salvador como capitão-general do sul, o controle exercido pela família Correia de Sá sobre o Rio de Janeiro e respectivo distrito tornou-se maior e mais absoluto do que havia sido em qualquer época passada, pelo menos tanto quanto se pode julgar pelas aparências. Conforme as subseqüentes acusações de seus inimigos, Salvador portou-se desde o dia de sua chegada como se fosse o verdadeiro governador, mas não afastou formalmente o primo da posição que ocupava. Assim sendo, Tomé Correia continuava a perceber o seu salário como governador, enquanto Salvador acumulava seus proventos de general da frota do Brasil com uns tantos emolumentos extra, em detrimento do tesouro real, que, de fato, sustentava dois governadores. Escrevendo à câmara de São Paulo dois dias após sua chegada ao Rio, dizia Salvador: "Sua Majestade houve por bem enviar-me na qualidade de general da frota para governar estas capitánias do departamento do sul, organizar as minas e construir galeões. Preciso de algum tempo para pôr em ordem essas coisas e sinto que não poderei visitar as vossas capitánias enquanto não houver despachado a frota, que deverá partir entre o dia de São João Batista (24 de junho) e o de Santa Isabel (2 de junho)". Salvador partiu do Rio de Janeiro rumo à Bahia, com os navios de volta à mãe-pátria, no correr do mês de julho. Chegando à Bahia em agosto, entregou a frota ao almirante e recebeu formalmente do governador-geral Francisco Barreto de Menezes o posto de capitão-general do sul ²⁰.

¹⁹ Arq. Hist. Colon. (Lisboa), Rio de Janeiro, caixa 2, doc. 781; *Documentos históricos*, IV, págs. 371; Lamego, *Terra Goytacá*, I, pág. 63; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 320-2.

²⁰ *Registro geral*, II, págs. 529, 606; *Documentos históricos*, XX, págs. 93-8; J. Accioli e B. Amaral, *Memórias históricas*, II, págs. 118-9.

Francisco Barreto tinha sido general mestre-de-campo das forças luso-brasileiras na renhida campanha de Pernambuco (1648-54), que culminou com a tomada de Recife. Em agosto de 1656 foi nomeado governador-geral do Brasil, em recompensa pelos seus extraordinários serviços; mas sua patente estatuiu expressamente que ele não teria motivo para queixar-se, caso a coroa ulteriormente resolvesse retirar de sua jurisdição as capitânicas do sul²¹. Isso, incidentalmente, mostra que o esquema de Salvador relativo à formação, no sul do Brasil, de uma colônia separada administrativamente, já tinha sido objeto sério de cogitação dois anos antes disso se concretizar. Barreto era amigo pessoal de Salvador, como se depreende do tom familiar e pilhérico da correspondência trocada entre ambos; mas não deixou de mostrar-se algo despeitado quando Salvador apareceu para assumir suas novas responsabilidades, tanto mais quanto acabava de receber uma reprimenda da corte de Lisboa por se ter insurgido contra algumas medidas tomadas por André Vidal de Negreiros, governador de Pernambuco, por ele consideradas uma diminuição de sua própria autoridade como governador-geral.

Barreto e Salvador discordaram no tocante aos limites territoriais da nova *Repartição do Sul*, ponto que não deixavam muito claro os termos da patente e da comissão de que o último era portador. Salvador sustentava que a capitania do Espírito Santo estava incluída em sua esfera, tal como acontecera nas duas anteriores delimitações das capitânicas do sul (em 1574 e 1608); mas Barreto, de seu lado, pensava que só o Rio de Janeiro e as capitânicas que lhe ficavam mais ao sul (ditas *capitânicas de baixo*) deviam considerar-se implicadas nos termos da patente. O governador-geral, não querendo receber um novo contra da corte, escreveu para Lisboa, dizendo que embora não concordasse com as exigências territoriais, ele lhe havia feito a entrega do Espírito Santo, além do Rio de Janeiro e das capitânicas situadas mais ao sul. Acrescentava, não sem insolente sarcasmo, que teria dado a Salvador o controle do Brasil inteiro se ele o houvesse pedido, "a fim de não receber outra reprimenda igual à que Vossa Ma-

²¹ "...sendo necessario ao deante separar-se o do Rio de Janeiro com a Repartição do Sul por alguma conveniencia do meu serviço o poderey fazer, sem queixa do tal provimento". J. Accioli e B. do Amaral, *Memórias históricas*, II, pág. 117.

jestade houve por bem passar-me a propósito dos problemas de Pernambuco" 22.

A ansiedade de Salvador para incluir em sua jurisdição a capitania do Espírito Santo, remota como era e tão pouco povoada, vinha da suposição em que ele estava de que em seu sertões devia estar localizada a enganosa Serra das Esmeraldas. Achava-se ainda na Bahia quando, a 5 de outubro, escreveu ao rei Afonso VI, dando conhecimento de que estava se preparando para levar avante uma expedição à Serra das Esmeraldas. O descobrimento de pedras preciosas ali, explicava ele, deverá dar os meios com que financiar a procura das minas de prata de Sabarabuçu e a exploração, em larga escala, das minas de ouro de Paranaguá. Sua intenção era confiar o comando da expedição ao seu segundo filho, João Correia de Sá, a quem nesta ocasião ele fez *mestre de campo* — promoção não autorizada, que a corte de Lisboa desaprovou quando ela subiu ao Conselho Ultramarino, para ser discutida 23.

Em novembro de 1659 estava Salvador na pequena cidade de Vitória, do Espírito Santo, de onde escreve aos paulistas, pedindo que lhe fossem enviados um joalheiro e um lapidário, acompanhados de "trinta ou quarenta homens brancos, e com experiência do sertão", prometendo recompensar e promover os que quisessem acompanhar o filho na expedição em projeto. Esse apelo foi secundado pelo governador do Rio 24. A câmara de São Paulo mandou espalhar notícias convocando voluntários, mas os documentos silenciam a respeito do que terá acontecido depois. Nessa carta Salvador conta que haviam morrido muitos índios do lugar, em consequência de uma epidemia, e que havia muita falta de guias. Tem-se a impressão de que a expedição ou nunca saiu de Vitória, ou, pelo menos, não se adentrara no sertão. O padre Simão de Vasconcellos, que se encontrou freqüentemente com Salvador na Bahia antes que ele de lá saísse, faz menção da "grande expedição que estava sendo preparada pelo

22 Carta de Francisco Barreto datada de 22 de agosto de 1659, em *Documentos históricos*, IV, págs. 367-9. Salvador recebeu formalmente, das mãos de Barreto a responsabilidade da *Repartição do Sul* a 2 de setembro de 1659. Cf. *Documentos históricos*, XX, págs. 98-100; J. Accioli e B. do Amaral, *Memórias históricas*, págs. 119-20, onde se acham publicados, na íntegra, os documentos mais relevante e os "affidavits."

23 Salvador a Afonso VI, Bahia, 5 de outubro de 1659 (coleção do Autor); Arq. Hist. Colon. (Lisboa), Rio de Janeiro, caixa 2, docum. n.º 836 838; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 323-9.

24 *Registro geral*, II, págs. 530, 532, 614.

general Salvador Correia de Sá e Benavides, e da qual se esperavam bons resultados"; mas em suas minudentes e prolixas *Noticias do Brasil*, vindas a lume pela primeira vez quatro anos depois, não faz qualquer alusão aos seus progressos²⁵. Vários autores modernos sustentam que o próprio Salvador chefeara uma expedição que se internou nessa época pelo sertão; mas como ele a 8 de janeiro de 1660, no Rio, já recebia oficialmente de Tomé Correia de Alvarenga as rédeas do governo, é óbvio que nunca poderia ter ido muito longe da costa do Espírito Santo. A asserção, feita por outros escritores, de que João Correia de Sá morrera nessa expedição é manifestamente absurda. Em 1661 achava-se ele no Rio, em companhia do pai, tornando-se depois daí a ovelha negra da família, levando uma vida de crimes e deboches, como veremos no próximo capítulo. O mais que se pode dizer, com segurança, é que durante os dois meses decorridos entre a chegada de Salvador a Vitória, em novembro de 1659, e a sua posse como governador, no Rio, em janeiro de 1660, nem ele nem o filho fizeram algo de importância, e que a tão falada *jornada das esmeraldas* foi um completo fiasco²⁶.

Salvador foi mais bem sucedido em outra tarefa das que ele a si mesmo se impusera, nomeadamente na construção de galeões no Rio de Janeiro. A construção de navios no Brasil não era novidade; mas construir um galeão como o *Padre Eterno* de Salvador, era, de longe, o esforço mais ambicioso que até então se tentara. Não havendo estradas, necessitavam os engenhos de muitos barcos e saveiros para o transporte; e estas embarcações eram todas construídas localmente, havendo fazendeiros que delas possuíam dezenas. Durante o século XVII parece que não se construíam no Brasil navios grandes, para viajar em alto-mar, com a possível exceção de algumas caravelas. D. Diogo de Menezes, quando era governador-geral, projetou em 1609, a construção de um galeão na Bahia, sendo até possível que tenha sido este o "navio muito grande, de 500 toneladas" que Pyrard de Laval, um ano depois, viu ali no estaleiro. D. Antônio de Ataíde, que

²⁵ *Noticias curiosas e necessárias das cousas do Brasil* (Lisboa, 1668), pág. 60. O padre Simão de Vasconcellos escreveu esta passagem em 1659, na Bahia, onde era provincial dos jesuitas. Ela teve a sua primeira publicação na parte preliminar de sua *Chronica da Companhia de Jesu do estado do Brasil* (Lisboa, 1663).

²⁶ Cf. Carvalho Franco, em *O Estado de S. Paulo*, XVII, Alfr. Ellis Junior, *O bandeirismo paulista*, págs. 239-43; *Revista do arquivo publico mineiro*, II, págs. 519-36,

foi governador de Portugal de 1631 a 1633, e era um navegador de grande experiência no mar, planejava construir anualmente um galeão em cada porto do Brasil que para isso apresentasse condições; mas esse ambicioso projeto nunca foi posto em execução²⁷.

Vimos anteriormente que nos anos quarenta de 1600 Salvador advogava com calor a construção de navios de alto bordo nas capitâneas do sul, e que havia trazido consigo, em 1645, um galeão mandado construir por ele no Rio de Janeiro, ou vizinhanças. Em seu entusiasmo pelas possibilidades que as capitâneas do sul ofereciam à construção de navios, ele afinava com os seus adversários de São Paulo. Tanto Borba Gato como Costa Cabral, o enviado dos paulistas em 1642, insistiram junto a D. João IV para que ele mandasse construir navios nos ótimos portos naturais da *Repertição do Sul*, fazendo ver que isso poderia ser conseguido sem grandes despesas para a coroa, uma vez que havia em São Vicente, com abundância, madeiras de excelente qualidade, bem como quantidade suficiente de ferro, resina e outros materiais de importância básica. Os que faltassem, como o cânhamo e os panos para o velame, podiam ser obtidos em Portugal a baixo preço. Índios não faltavam para tirar a madeira, aparelhá-la e transportá-la para a costa. Também não escasseavam lá portos adequados à construção de navios e ao seu lançamento em qualquer maré. Esses argumentos eram, em substância, os mesmos apresentados por Salvador entre 1643 e 1646, e renovados entre 1656 e 1658. A única divergência entre ele e os paulistas dizia respeito à pessoa a quem se deveria confiar a supervisão dos trabalhos. Salvador considerava-se o homem ideal para a empreitada, mas os paulistas (em 1642) queriam que fosse qualquer um, menos ele, e, de preferência, um dos de seu grupo, como Amador Bueno, “homem rico e poderoso”²⁸.

Todo esse movimento de propaganda em prol da construção de navios no Brasil fez com que a coroa, em 1651, baixasse uma ordem, autorizando-a nos locais em que houvesse madeira em

²⁷ *Rezão do estado do Brasil, 1612* (ed. Sluiter); *Voyage of Pyrard de Laval* (Hak. Soc. ed.), II, pág. 323; *Biblioteca Nacional* (do Rio de Janeiro), cód. Castel-Melhor (aliás D. Antônio de Ataíde), Pernambuco, i-1-2-44-fols. 1-13. Esse projeto patrocinado por D. Antônio de Ataíde parece relacionar-se, de alguma forma, com a “Memoria de como se pueden fabricar en el Brasil 68 galleones de 1.000 toneladas cada hum”, datado de Madri, 15 de abril de 1630. Ajuda MS. n.º 51-V-28, fols. 154-5.

²⁸ O memorial do enviado paulista de 1642 foi resumido por A. Taunay, em *História das Bandeiras*, vol. III, pág. 48.

quantidade suficiente, afora operários e facilidades outras. O então governador-geral, conde de Castel-Melhor, transmitiu essa ordem a São Vicente, por ele considerado o ponto mais indicado, “tendo em vista ser somente naquela capitania que se encontravam portos adequados a essa construção, e já ali se terem construído e lançado ao mar grandes navios”. Havia nisso evidente exagero, visto como na Bahia pouco depois se batia a quilha de um grande galeão, a respeito do qual seu sucessor, o conde de Atouguia, em 1656, disse, por escrito, que “o galeão é capaz de carregar em seus porões quinhentas caixas de açúcar, e os empregados das docas afirmam, e como eles outras pessoas entendidas, que Vossa Majestade não tem outro igual em suas frotas, tanto na qualidade da madeira, quanto no tamanho e capricho no acabamento”. Em 1656 a coroa indagava do governador-geral se havia alguém no Brasil que aceitasse o contrato para a construção de galeões de 600 a 800 toneladas, de conformidade com os planos que seriam enviados de Lisboa²⁹.

Não faltavam carpinteiros competentes, quer na Bahia, quer nas capitanias do sul. Salvador, em seu memorial de 1646, havia exaltado a perícia dos índios como carpinteiros, e Francisco de Brito Freire dava ainda mais valor às habilidades dos negros escravos nesse terreno, qualificando-os de “destricimos” (destrisimos), oito anos depois³⁰. Na Bahia, o mestre-carpinteiro, com o seu pessoal, havia salvo e recuperado um navio de guerra holandês, o *Het Huys Nassauw*, que tinha dado à praia em Itaparica, meio incendiado e cheio de rombos, depois de ter sido abandonado pela tripulação, como uma carcassa imprestável³¹.

Salvador pôs mãos à obra com a decisão habitual. Obtida a licença real para construir um galeão no Rio de Janeiro, resolveu construir o maior navio entre os que até então haviam saído de seu estaleiro. Teve também a permissão para mandar vir da Inglaterra, via Lisboa, um navio carregado de petrechos e materiais necessários à construção naval³². Em março de 1659, seguindo para a Europa com a frota do Brasil, tocou na Bahia e

²⁹ *Documentos históricos*, III, págs. 104-6; IV, págs. 262, 294-7; V, 32-3; XX, 128-9; LXVI, págs. 111-12, 131; *An. Mus. Paul.*, III, págs. 250-1.

³⁰ “Sobre o bom governo e guerra do Brasil”, 2 de setembro de 1654, em Brazão, *Alguns documentos*, págs. 56.

³¹ De With, jornal manuscrito, dias 28 de setembro e 22 de novembro de 1648, e 9 de março de 1649.

³² Cf. o meu artigo “English shipping in the Brazil trade, 1640-1665”, em *Mariner’s Mirror*, XXXVII, pág. 221.

conseguiu com Francisco Barreto que lhe enviassem um mestre em concertos de navio e alguns carpinteiros daquela capital da colônia. Gastou dois anos para reunir todos esses técnicos, muitos dos quais estavam empregados nos engenhos, que mostraram grande relutância em consentir que eles saíssem. Por infelicidade, nos *Documentos históricos* só encontramos algumas referências esparsas a respeito da construção do *Padre Eterno*, e mesmo estas nada dizem sobre as suas dimensões³³. Mas, através de outras descrições que adiante serão citadas a propósito da fase final de sua construção e de seu lançamento, fica bem claro que o *Padre Eterno* foi dos maiores navios construídos em todo o século XVII. O navio foi construído na Ilha do Governador, situada no porto do Rio, num lugar que receberia mais tarde o nome de Ponta do Galeão, e em nossos dias passou a ser a estação terminal da *Panair do Brasil*³⁴.

Um dos primeiros problemas com que se defrontara Salvador logo que assumiu o cargo, em janeiro de 1660, foi o de conter a guarnição local. De acordo com a velha tradição seguida no tratamento da soldadesca ibérica, a guarnição do Rio era muito mal paga e mal cuidada, a ponto de, quando muito, receber algum pagamento, roupa e mantimentos. O padre Antônio Vieira num de seus sermões em 1640, observou que as tropas do rei da Espanha — "El Rey Planeta" dos cortesãos aduladores — eram os mais mal pagos e mais maltratados do mundo. A isso Vieira acrescentou que se o tesouro estivesse completamente exaurido, o rei Filipe deveria tirar a camisa do corpo para vestir os belos soldados que possui. A restauração de Portugal não trouxe nenhuma melhora apreciável a este respeito; nem mesmo D. João IV, de temperamento muito mais frugal do que o de Filipe, que era amigo do luxo, demonstrou maior disposição para sacrificar os próprios interesses em proveito de seus soldados "despidos e nus"³⁵.

³³ *Documentos históricos*, V, págs. 107-8, 140-5, 153, 173; VI, págs. 35, 53, 57-60; XXXIII, pág. 285.

³⁴ Cf. o meu artigo no *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1949, onde se refutam os insustentáveis argumentos de alguns autores, que pretendem ter sido o *Padre Eterno* construído em Angra dos Reis.

³⁵ "Não há infantaria no mundo, nem mais mal paga nem mais mal assistida; é possível que hão de andar descalços e despidos uns corpos tão ricos de valor? Descalços e despidos os soldados do Rei das Espanhas, do mais poderoso monarca do mundo? Bem sabemos a quanta estreiteza está reduzida a fazenda real no tempo presente, mas quando El-Rei neste estado não tivera outra coisa, a camisa (como dizem) havia de tirar para vestir tais soldados."

Já vimos que Salvador, em 1642 enfrentou dificuldades com a guarnição do Rio; o mau pagamento crônico leva à insubordinação, e as condições eram pouco melhores de que dezoito anos atrás. Havia um atraso de nove meses no pagamento dos soldados, muitos dos quais se viam forçados a ganhar a vida fazendo biscates, ou coisas semelhantes, em detrimento de suas obrigações. Salvador não se contentou em dar remédio a esta situação; mas fez questão de aumentar o número de soldados da guarnição, que era de trezentos e cinqüenta homens, para quinhentos, tendo em vista as hostilidades com a Espanha e com a Holanda. Os cofres da coroa estavam vazios, como de costume, motivo pelo qual fez ele a sugestão de obter-se o dinheiro necessário por meio de uma taxa domiciliar, graduada de acordo com as posses e a posição dos moradores. Salvador remeteu sua proposta ao conselho municipal, para ser aprovada, visto que o pagamento da guarnição era uma das responsabilidades postas sobre os ombros das câmaras — ou que elas a si próprias se arrogavam.

De acordo com o que se disse no capítulo I sobre as funções dos conselhos municipais, convém lembrar que em tempo de crise o povo, as autoridades militares, civis e eclesiásticas convieram em deliberar com o senado da câmara a respeito das medidas que deviam ser adotadas, dando-se a essa assembléia o nome de *conselho geral*. Reuniões populares deste tipo realizaram-se no Rio em 1640, por ocasião da publicação do breve papal sobre a liberdade dos ameríndios, um ano depois, quando D. João IV foi proclamado rei, e, em 1645, quando se ergueu uma oposição contra o *Regimento* de Salvador. Outra reunião da mesma natureza foi convocada em janeiro de 1660, a fim de discutir-se a proposta de Salvador relativa à imposição de uma taxa domiciliar para o pagamento do acréscimo feito na guarnição.

Depois de acalorados debates, a proposta de Salvador foi rejeitada, como inconstitucional. A câmara apresentou uma contraproposta, no sentido de promover-se uma contribuição voluntária da parte dos cidadãos, acrescida de uma taxa sobre a venda de aguardente. O fabrico e a venda dessa bebida local fora proibida pela coroa uns vinte anos antes, como sendo prejudicial

Sermão de Vieira na Bahia, a 2 de julho de 1640. Como Robert Southey, não preciso justificar-me ao citar freqüentemente Vieira, e *in-extensu*. Melhor português nunca se escreveu do que o saído da pena desse homem notável. Para um bom estudo da soldadesca de Espanha neste período, com base em vasta leitura das fontes coevas, cf. Deleito y Piñuela, *El declinar de la monarquía española* (Madri, 1928).

à importação de vinho pela Companhia do Brasil; mas a câmara foi de parecer que essa proibição devia ser abolida, ou ignorada. Salvador não fez caso da rejeição de sua proposta e aceitou as da câmara, que, conseqüentemente, foram decretadas por proclamação a 31 de janeiro de 1660. Contudo, a providência não garantiu dinheiro suficiente para atender às despesas com a guarnição, motivo pelo qual Salvador voltou à carga, algumas semanas depois⁸⁶.

Por intermédio de seus amigos e parentes do senado da câmara, ele induziu alguns senadores a assinar um decreto impondo à comunidade uma taxa rígida por pessoa, calculada de acordo com a posição social e os recursos de cada indivíduo; mas o montante da contribuição que cabia a cada qual e a arrecadação foram entregues aos seus velhos amigos e protegidos. Tendo assim resolvido o caso do pagamento da guarnição, feito um bom começo com a construção do *Padre Eterno*, e mandado o filho à testa de uma nova expedição em busca da Serra das Esmeraldas e de Sabarabuçu, Salvador resolveu voltar sua atenção para a última das suas tarefas mais importantes, que eram as minas de ouro de São Paulo e Paranaguá. Justamente nesse momento acabava de receber notícias promissoras do descobrimento de novos veios do precioso metal na região de Paranaguá, e estava ansioso por visitar esta localidade, a ver como iam as coisas. Assim, passou a governança do Rio a Tomé Correia de Alvarenga, de cujas mãos ele a havia recebido em janeiro, e partiu para a zona fronteira do sul, no dia 11 de outubro de 1660.

A imposição da nova taxa por cabeça causou intenso descontentamento na cidade, mal-estar este que se exacerbou ainda mais em conseqüência da cobrança, na mesma ocasião, de outros novos impostos tidos como inconstitucionais. Desde 1640, pelo menos, havia uma grande facção contrária a Salvador, em parte por causa de seu zelo em apoiar os jesuítas, e em parte como reação aos métodos despóticos, ou antes oligárquicos, da família Correia de Sá. O governador em exercício, Tomé Correia de Alvarenga, era simples criatura de Salvador, sem nenhum serviço público que o destacasse (pondo de lado ser ele provedor da Santa Casa de Misericórdia) e completamente inexperiente em assuntos de guerra. Conforme ele próprio declarou, não gozava boa saúde e só havia assumido o governo com a maior relutância e em atenção ao pedido unânime dos cidadãos mais influentes. O estar Sal-

⁸⁶ Cf. V. Coaracy, *O Rio de Janeiro no século XVII*, págs. 152-5.

vador fora do Rio e ter ele sido substituído por uma nulidade deu aos descontentes a oportunidade que esperavam ³⁷.

Na cidade, a cobrança de taxa ia se processando sem incidentes, mas quando chegou a vez da paróquia de São Gonçalo (criada em 1667, no outro lado da baía, onde atualmente fica a cidade de Niterói), seus habitantes se recusaram terminantemente a pagá-la. Chefiados por Jerônimo Barbalho, pegaram em armas e apresentaram a 2 de novembro um ultimatum formal a Tomé Correia de Alvarenga. Protestando embora fidelidade ao jovem rei D. Afonso VI, declararam que de maneira nenhuma tolerariam por mais tempo a governança de Salvador Correia de Sá e Benavides, “por causa das muitas taxas, impostos e tiranias com que ele aterroriza este extenuado povo”. Pediam a abolição imediata da taxa por cabeça e das outras, igualmente ilegais (como diziam), impostas por Salvador, e o reembolso das que já haviam sido pagas por eles. Insistiam em que dever-se-ia proceder a um rigoroso exame das contas apresentadas pelo governo, a fim de verificar o motivo pelo qual as fontes de renda normais da coroa haviam se tornado insuficientes para o pagamento da guarnição. Pediam o restabelecimento da velha taxa sobre os vinhos e a redução do número de funcionários extranumerários da guarnição, e bem assim o dos dignitários da Igreja que fossem mantidos pelos cofres locais. Entre as demais exigências incluía-se uma nova eleição para o senado da câmara, isenta da influência e das peitas de Salvador e seus representantes, sem esperar pela data de 1.º de janeiro constante dos estatutos. Denunciavam ainda o hábito que tinha Salvador de convocar as reuniões do conselho municipal em sua própria casa, toda vez que tencionava forçar a aprovação de um projeto de sua autoria ³⁸.

³⁷ A revolta irrompida no Rio em novembro de 1660, e prolongada até abril de 1661, conta com abundante documentação, aliás nem sempre muito clara. Os documentos relevantes, em sua maioria, foram publicados primeiramente por Balthazar da Silva Lisboa, nos *Annaes*, III, IV. Cf. também *Documentos históricos*, V, págs. 118-34; *An. Bibl. Nacional*, do Rio de Janeiro, XXXIX, pág. 91-6; *Revista trimestral*, III, págs. 3-38; Pizarro, *Memorias históricas*, III, págs. 178-92, 273-8; A. Lamego, *Terra Goytacá*, I, págs. 77-84; V. Coaracy, *O Rio de Janeiro no século XVII*, págs. 151-64.

³⁸ “Cappitollas que propoem o pouo deste Reconcavo desta cidade que se ajuntou na ponte chamada do Barbalho ao senhor governador Thomé Correa de Alvarenga por mau dos quatro procuradores que elegeram abaixo de seguro real que lhes deu o ditto senhor governador, com o que se recolheram a suas fazendas e casas” (2 de novembro de 1660); MS, na Torre do Tombo, Convento da Graça, caixa 14, VIII D, fol. 245 e ss. Jerônimo Barbalho Bezerra, cabeça da revolta, era filho de Luís Barbalho Bezerra, herói da marcha de São Roque à Bahia em 1640.

Tomé Correia ficou completamente acovardado diante dos descontentes de São Gonçalo, e depois de convocar os cidadãos mais importantes e o clero para uma nova reunião, acabou aceitando submissamente as condições do ultimatum. Embora o procedimento de Tomé Correia se parecesse “mais com o de um paisano do que com o de um soldado”, como Salvador escreveria tempos depois, a oposição que havia contra a família Correia de Sá não se deu por satisfeita com aquela abjeta condescendência. Às primeiras horas do dia oito de novembro os revoltosos ergueram-se de armas na mão, convocando o povo para uma reunião geral no edifício do senado, ao toque dos sinos das igrejas. Vendo que a guarnição havia feito causa comum com os rebeldes, seduzida pela promessa de lhe serem pagos integralmente os atrasados, Tomé Correia foge para o santuário do convento dos beneditinos, como fizeram o provedor-mor Pedro de Sousa Pereira, e outros parentes e amigos chegados dos Correias. A turba pôs-se então a saquear as suas casas, inclusive a de Salvador, enquanto uma reunião geral declarava que todos os Correias estavam depostos e destituídos de seus cargos, aclamando Agostinho Barbalho (irmão de Jerônimo) como governador³⁹.

Agostinho Barbalho mostrou-se sinceramente relutante em aceitar o cargo, até porque não estava muito a par dos planos do irmão, que era um dos cabeças da revolta. Procurou abrigo no santuário do convento de São Francisco, mas os amotinados o arrancaram de lá à força, obrigando-o a aceitar a governança e ameaçando-o de morte, caso recusasse. Para salvar a vida, acabou aceitando; mas muito breve mostrou para que lado iam as suas simpatias, aconselhando os refugiados de São Bento a voltar para as suas casas na cidade, e chegando a tentar a reintegração de alguns deles em seus cargos. Isso deu lugar a uma outra reviravolta nos ânimos. Em dezembro de 1660, Tomé Correia de Alvarenga, Pedro de Sousa Pereira e Martim Correia Vasques, com as suas respectivas famílias, foram presos pela população amotinada, e embarcados para Portugal, com uma longa lista de acusações contra os Correias. Enquanto isso, os rebeldes forçaram o ouvidor Dr. Pedro de Mustre Portugal, a redigir uma nova *pauta* e as listas eleitorais para o senado da câmara, organizando uma eleição imediata, em que se escolheram, entre o povo, os que deviam substituir os conselheiros tidos como partidários dos

³⁹ Tomé Correia de Alvarenga ao rei Afonso VI, Lisboa, 8 de abril de 1661. Torre do Tombo, Convento da Graça, caixa 14, VIII D, fol. 241 e ss.

Correias. Foi essa junta ilegal, tendo à frente, como cérebro, Jerônimo Barbalho, que assumiu o controle da cidade depois que Agostinho Barbalho foi deposto, por causa de sua atitude morna em fevereiro de 1661⁴⁰.

É desnecessário dar a lista completa das trinta e oito acusações formuladas em dezembro de 1660 contra Salvador pelos rebeldes em seu passageiro triunfo; mas as mais interessantes ou importantes delas podem ser resumidas como se segue⁴¹.

Em chegando ao Rio de Janeiro com a frota do Brasil em 1659, funcionou ele como governador até a ida para a Bahia, dois meses depois, embora durante esse tempo Tomé Correia continuasse a auferir o seu salário, como governador. Forçou os cidadãos e os fazendeiros a lhe fornecerem braços escravos, madeiras e bois para a construção do *Padre Eterno* na Ilha do Governador, desflorestando-lhes as terras e compelindo-os a trabalhar em seu galeão, quando deviam estar em seus engenhos, moendo cana. Abusou de seus poderes, imiscuindo-se arbitrariamente na vida dos comerciantes e dos donos de navios, providenciando a cobrança dos dízimos do açúcar e da taxa sobre o sal pelos seus próprios agentes, e restabelecendo a fabricação e a venda de aguardente, que tinham sido proibidas pela Coroa. Possuindo grandes rebanhos de gado bovino, tentava monopolizar o mercado da carne e compelir os açougueiros a venderem somente a procedente de suas pastagens. Fazendo uso da força, ou de traças, havia se tornado o maior proprietário territorial e o mais abastado senhor de escravos de todo o Brasil. Tinha instituído muitas taxas ilegais, e coagido o administrador a entregar certa soma, em dinheiro, aos jesuítas.

Articularam-se contra ele graves acusações de perfídia, trazendo à baila as dos paulistas em 1642. Alegaram haver ele maltratado alguns espanhóis que haviam desertado para os portugueses, qualificando-os de traidores e vagabundos. Os seus sentimentos pró-Castela evidenciaram-se quando tomou a defesa da deserção do enviado português à Holanda, D. Fernão Telles de Faro, que fugira para Madri em 1659, com toda a correspondência diplomática de que era portador⁴².

⁴⁰ *Revista trimestral*, III, págs. 3-20; *Documentos históricos*, V, págs. 118-26; V. Coaracy, *O Rio de Janeiro no século XVII*, págs. 155-61.

⁴¹ Cf. A. Lamego, *Terra Goytacá*, I, págs. 77-84.

⁴² Cf. Prestage, *Diplomatic Relations*, págs. 218-21; Brazão, *Alguns documentos*, págs. 73-80.

Chegara até (assim se dizia) a advogar o casamento de D. Juan de Austria, filho ilegítimo de Filipe IV e Maria Calderón, com a infanta D. Catarina de Bragança, e a subida do casal ao trono de Portugal. Havia desviado bens e dinheiro de navios mercantes da rota de Buenos Aires e de São Vicente, e sujeitado também a extorsões os mestres da frota do Brasil. Reservava para si os melhores escravos importados de Angola, oferecendo por eles preços tão baixos que os mestres desses navios negreiros "diziam que era melhor cair nas garras dos holandeses e outros piratas do que chegar incólumes ao Rio de Janeiro".

Instalava freqüentemente em sua casa mesas de jogo, que duravam das três horas da tarde até às nove da noite, e de onde os cidadãos saíam impiedosamente depenados. Muitas outras acusações, umas mais sérias, outras triviais, foram feitas contra Salvador, concluindo os acusadores sua longa denúncia com o pedido de que "nem ele, nem pessoa alguma de sua família fossem escolhidos para ocupar qualquer cargo no Brasil, não se permitindo também que para lá pudessem voltar".

Afora essa violenta objurgatória contra Salvador, muitas outras foram articuladas contra os que eram considerados seus principais cúmplices, Tomé Correia de Alvarenga e Pedro de Sousa Pereira. Este último era acusado de fraudes em larga escala, e de dilapidação dos dinheiros públicos, de combinação com Salvador. Responsabilizaram-no também pela morte inesperada de um mineiro espanhol, Jaime Comas, fazendo com que um escravo mulato o empurrasse para dentro de uma cova muito funda, justamente depois de haver aquele espanhol descoberto um rico veio de ouro em Paranaguá. De acordo com uma tradição, que era corrente em Santos muitos anos após, "imediatamente depois que aquilo se deu, foi feita na referida cidade de Paranaguá uma proclamação estatuinto que ninguém devia visitar a dita mina, sob pena de morte, e desde aquele dia até hoje (1711) ela nunca mais foi tocada, o buraco achando-se agora cheio de terra e coberto pelo matagal"⁴³.

A partida de Salvador do Rio para o sul (11 de setembro de 1660) causou apreensões aos paulistas, suspeitosos de que ele quisesse dar liberdade aos seus índios como havia feito dezoito anos atrás. Antes de irromper a rebelião no Rio, Jerônimo Barbalho e seus asseclas haviam escrito secretamente aos seus amigos

⁴³ *An. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, XXXIX, págs. 403-4.

de São Paulo, pondo-os a par dos boatos que corriam e instigando-os a se rebelarem na mesma ocasião. Os conspiradores do Rio lembravam aos seus amigos que Salvador falava fluentemente o Tupi e era muito popular entre os índios, sendo assim fácil persuadi-los a que ficassem de seu lado. Essas insinuações não caíram em solo maninho. Dois dos juízes de São Paulo insistiram junto aos seus colegas da câmara para que recusassem sua fidelidade a Salvador, e bloqueassem os caminhos da serra, como haviam feito dezoito anos antes. Tentaram excitar os seus concidadãos prevenindo-os de que a chegada de Salvador deveria provocar uma insurreição geral de seus escravos índios; que estavam certos de que Salvador lhes daria a liberdade. Mas, numa população masculina de cerca de três mil homens adultos, apenas sessenta seguiram o conselho dos dois juízes, manifestando-se contra Salvador, muito embora uma resolução hostil houvesse passado pela câmara, reunida em conclave a 2 de novembro ⁴⁴.

Fazendo uso de uma judiciosa diplomacia, logrou Salvador sufocar essa incipiente rebelião em seu nascedouro, poucos dias antes do motim estourar no Rio. Tendo registrado suas cartas-patentes de capitão-general do sul em São Vicente, enviou uma cópia delas à câmara de São Paulo, onde os seus amigos e simpatizantes foram bem sucedidos em abrandar as primeiras desconfianças e reações desfavoráveis dos paulistas. Modernos escritores acreditam que ele tenha feito uso de suborno e corrupção para trazê-los para o seu lado, mas não existe nenhuma prova documental a este respeito. A 5 de novembro fez ele uma proclamação afastando de seus postos dois funcionários recalcitrantes, embora os perdoasse algumas semanas depois, quando se apresentaram em Santos para protestar a sua submissão. Entretanto, a 8 de novembro (dia em que no Rio a rebelião tinha chegado ao auge) a câmara de São Paulo, refletindo melhor, escreve a Salvador, hipotecando lealdade à sua pessoa e oferecendo-se para ajudá-lo na procura de minas, no sertão. Contudo, parece que ela "pedia ao dito general para não vir a esta cidade, por causa do risco de um levante geral dos índios, pois os nativos pensam que o dito general veio para lhes dar liberdade, e com esta notícia muitos ficaram excitados, e alguns chegaram a se rebelar". Salvador tomou em consideração o aviso e resolveu adiar sua visita a São Paulo até a sua volta de Paranaguá. Escreveu neste

⁴⁴ *Registro Geral*, II, págs. 593-7; *Actas*, São Paulo, VI, anexo, págs. 209-10.

sentido aos paulistas, acrescentando que depois de se certificar da existência, ou não, das minas de Paranaguá, organizaria com eles uma expedição conjunta para a procura da de Sabarabuçu ⁴⁵.

Salvador continuou então sua viagem rumo à região de Paranaguá, onde nas primeiras semanas ocupou-se ativamente da procura de minas, examinando detidamente todos os lugares em que lhe parecia existir minério de ouro, ou de prata. Tinha levado consigo vários mineiros experimentados, dos que ele trouxera de Portugal em 1659; mas o resultado de todos esses esforços foi profundamente desapontador. Referindo-se (na terceira pessoa) a esta tentativa dezessete anos depois, no decurso de uma reunião do conselho, contou como tinha ido a Paranaguá

com cinco mineiros e diversos utensílios, bastante azougue, ferramentas e outros acessórios, tudo isso às próprias expensas, sem receber um tostão do tesouro real, nem [achar?] uma onça de ouro, como amostra. Ele pacificou três revoltas sucessivas no Rio, que duraram todo o tempo em que esteve ausente, e trouxe seis pedaços [de minério] das fundições que foram feitas durante sua estada em Paranaguá. Disso concluiu que não existem ali minas de prata, porque durante os três meses que lá passou nem dez Afonsos Furtados ⁴⁶ poderiam ter trabalhado com tanto afinco, nem despendido tanto da própria algibeira, nem suportado maiores sacrifícios do que os que ele soube como agüentar.

A sua extraordinária energia nessa infrutífera procura de minas foi atestada à época pelos paulistas; mas ele não podia ter passado três meses naquela região (como ele disse em 1677), porque no fim do ano já se encontrava em São Paulo ⁴⁷.

Salvador, quando estava em Paranaguá, ouvira falar no estouro de uma rebelião no Rio; mas não deu nenhum passo contra os rebeldes enquanto não havia consolidado a sua posição com os paulistas. Durante sua estada em São Paulo, esteve sempre bem informado sobre o desenrolar dos acontecimentos, provavelmente

⁴⁵ *Registro geral*, II, págs. 597-610; *Actas*, São Paulo, VI, anexo, págs. 211-12; A. Taunay, *Historia seiscentista*, III, 84-8.

⁴⁶ Uma alusão a Afonso Furtado de Castro, visconde de Barbacena, que foi governador-geral do Brasil de 1671 a 1675, e despendeu muito tempo e energias na procura infrutífera de minas de ouro e de prata.

⁴⁷ "Consulta" do Conselho Ultramarino, 3 de maio de 1677, em *Revista trimensal*, LXIII, págs. 8-12; *Registro geral*, III, pág. 23; *Actas*, São Paulo, VI anexo, págs. 228-9.

através dos jesuítas, que podiam comunicar-se facilmente com o planalto por meio dos índios andarilhos e dos mensageiros de suas missões. Os camaristas do Rio escreveram aos seus colegas de São Paulo instando para que sacudissem o jugo tirânico dos Correias, por bem ou por mal, e fazendo ver que o movimento contra Salvador e sua família não se restringia ao povo comum, mas abrangia a maioria dos cidadãos, fazendeiros, oficiais do exército e o clero. Os camaristas de São Paulo, que acabavam justamente de fazer as pazes com Salvador, e talvez tivessem em mente a maneira pela qual os conselheiros do Rio os haviam abandonado vinte anos atrás, rejeitaram com desdém aquelas sugestões. Numa carta datada de 18 de dezembro de 1660, reafirmaram categoricamente sua inteira fidelidade a Salvador, considerando-o como o governador legal, e censurando francamente o povo do Rio, pela sua insubordinação⁴⁸.

Uma vez assegurada a lealdade dos paulistas, Salvador sentiu-se bastante forte para tomar medidas contra os rebeldes do Rio, embora o fizesse ainda com lentidão e cautela. No dia de Ano-Bom de 1661 fez em São Paulo uma proclamação, autorizando Agostinho Barbalho a continuar no exercício do cargo, como seu representante, uma vez que ele havia assumido a governança à força e havia feito o que era possível para proteger as autoridades legais. Essa proclamação prometia perdoar o povo do Rio em geral, exceção feita dos cabeças da rebelião, e abolia as taxas impopulares causadoras da revolta, aceitando as condições expostas no ultimatum apresentado inicialmente a Tomé Correia de Alvarenga. O edito em apreço, graças à inteligência com que foi redigido, teve o desejado efeito de suavizar o ânimo do povo do Rio, uma vez que, em sua maioria, sentia agora que os seus objetivos haviam sido inteiramente alcançados, podendo assim fechar os olhos às coisas passadas⁴⁹.

Já os intrometidos conselheiros municipais não pensavam da mesma maneira; conhecendo o caráter do inimigo, puseram-se de guarda. Mobilizaram a milícia local para vigiar os arredores da cidade; dispensaram todos os oficiais e soldados da guarnição suspeitos de ligação secreta com os Correias. Proibiram expressamente qualquer trato com Salvador, sob pena de serem os

⁴⁸ *Registro geral*, III, págs. 8-11, para o que diz respeito aos documentos mais relevantes.

⁴⁹ *Revista trimensal*, III, págs. 29-33; *Registro geral*, III, págs. 1-8; V. Coaracy, *O Rio de Janeiro no século XVII*, págs. 159-60.

transgressores exilados em Angola. Os jesuítas ficaram naturalmente sob suspeição, e a câmara escreveu ao reitor do colégio, queixando-se de que o padre Antônio de Mariz, superior do aldeamento missionário de São Barnabé, estava instigando os índios a se aliarem a Salvador. Essa acusação, provavelmente, era bem fundada; mas os jesuítas negaram-na com polida evasiva, como era natural⁵⁰. A relutância de Agostinho Barbalho em desempenhar o papel que lhe fora atribuído e o endosso de Salvador ao seu governo acabaram induzindo os rebeldes a depô-lo a 8 de fevereiro, passando o Rio a ser administrado pela câmara revolucionária, e figurando Jerônimo Barbalho como espírito atuante. Em suas fileiras surgiram logo dissensões e não poucos cidadãos, entre os mais responsáveis, começaram a sentir que haviam meramente trocado o "rei madeiro pela rainha cegonha".

Enquanto isso, Salvador continuava a consolidar sua posição junto aos paulistas e a aumentar a sua popularidade, consertando e alargando o caminho da serra até à costa de modo a permitir, pela primeira vez na história, que o tráfego se fizesse sobre rodas. Também construía, no curto espaço de dois meses, mais de setenta pontes. Estes melhoramentos no tocante às comunicações não só facilitaram o comércio, como lhe deram o controle estratégico do distrito, uma vez que as tropas podiam agora ser movimentadas através da região, que antes era completamente intransponível, salvo para os matutos. Salvador era um homem que nunca foi capaz de perder tempo; e os fatos subseqüentes vieram mostrar que sua aparente inação no campo militar era devida ao seu desejo de aguardar a chegada da frota do Brasil ao Rio⁵¹. As novas da deposição de Agostinho Barbalho (8 de janeiro de 1661) e da vinda da esperada frota do Brasil chegaram a Salvador na mesma ocasião. O general e o almirante desta frota eram dois irmãos, Manuel e Francisco Freire de Andrade, ambos amigos pessoais de Salvador, que tinha razões para contar com a sua cooperação e apoio. Ciente de que a situação no Rio deveria agravar-se em consequência da deposição de Agostinho Barbalho, sabidamente estimado pelo povo, e que os seus sucessores não tardariam a romper uns com os outros, Salvador convenceu-se de que já era tempo de fazer uso da força para esmagar a rebe-

⁵⁰ *Revista trimestral*, III, págs. 12-24; S. Leite, *Hist. Comp. Jes.*, VI, págs. 9-10.

⁵¹ *Revista trimestral*, III, págs. 28-30; *Registro geral*, III, págs. 23-37; V. Coaracy, *O Rio de Janeiro no século XVII*, págs. 161-2.

lião, e disso deu conhecimento aos paulistas. Tão sincera e espreita era a aproximação existente entre Salvador e os seus antigos inimigos rancorosos de São Paulo, que a câmara local não só lhe pediu que continuasse, como ainda lhe ofereceu uma poderosa força para ir em sua companhia, caso ele persistisse em sua decisão de marchar sobre o Rio e chamar os rebeldes à obediência. A câmara rematou esse formal oferecimento com a surpreendente afirmação de que não só “estamos prontos a obedecer as vossas ordens, como todos nós, grandes e pequenos, temos consciência do muito que vos devemos, e de que muitos anos faz que não víamos nesta região um ministro que fosse mais zeloso no serviço de Deus e do Rei”⁵².

Por motivos só por ele melhor conhecidos, Salvador declinou polidamente daquele oferecimento, mas começou seu avanço contra o Rio em princípios de março. Não se encaminhou diretamente para aquela cidade, mas passou primeiro pela Ilha Grande e por Angra dos Reis, fazendo constar que ia examinar os paus que estavam sendo derrubados para a construção do *Padre Eterno*. Mais ou menos nesta mesma ocasião encontrou-se com o filho, que vinha do Espírito Santo com os restos da bandeira que saíra à procura, sem resultado, da Serra das Esmeraldas e do enganoso Sabarabuçu⁵³. Da Ilha Grande, Salvador escreveu a Manuel Freire de Andrade, que se aprontasse para desembarcar os seus homens pelo lado do mar, enquanto as suas próprias forças entrassem na cidade pelo lado de terra. Parece que a junta rebelde não havia tomado qualquer medida de defesa desde o começo de março, deixando-se embalar, como tudo leva a crer, numa impressão falsa de segurança nascida da atitude equívoca do governador-general, na Bahia, e do general da frota no Brasil, nenhum dos quais tinha até então tentado restaurar a autoridade de Salvador.

⁵² Carta de Salvador de 10 de abril de 1661, ao rei Afonso VI, em *Brasil histórico*, fol. 160; *Revista trimensal*, III, págs. 28-30; *Registro geral*, III, págs. 23-8; A. Taunay, *Historia seiscentista*, III, págs. 88-91.

⁵³ Alguns modernos autores negam que João Correia de Sá tenha largado essa expedição; mas, em face dos termos de uma carta de Alvarenga datada de 8 de abril de 1661, fica perfeitamente claro que ele assim procedeu: “seu filho João Correia que tinha baixado do descobrimento das Esmeraldas, por se lhe auerem com a forssa do inverno perdido os mantimentos, e mortos os guias, e por recado que tive do lapidario que em sua companhia auia ido... me auizou que auião chegado à Serra do Cristal, serto sinal de estarem perto da das Esmeraldas conforme os roteiros, e que trazia as amostras de cristal finisimo, e se achauão tambem pedras de preço que elle trazia de que não auia de dar conta senão ao mesmo Governador Salvador Correa.”

Bem informado, por intermédio dos jesuítas e de outros amigos locais, da situação em que estavam as coisas no Rio, Salvador não pôs em ação todas as forças de que dispunha; mas, pondo-se em marcha, às escondidas, da Ilha Grande, entrou na cidade pouco antes de raiar o dia 6 de abril, acompanhado apenas pelo filho, alguns criados e negros escravos, afora os índios de sua aldeia. Antes que os cidadãos, que dormiam, e a guarnição se inteirassem do que estava acontecendo, a mesclada força de Salvador havia se apoderado do corpo-de-guarda, do armazém e outros pontos fortificados, sem experimentar nenhuma oposição digna de nota. Atendendo a uma mensagem urgente de Salvador, Manuel Freire de Andrade e seu irmão desembarcaram os homens na praia, dispondo-os em formatura no largo da cidade. Os rebeldes foram pegados completamente de surpresa e entre dois fogos. A revolta entrou em colapso dentro de poucos minutos, com a fuga dos chefes para diversos conventos e santuários e igrejas⁵⁴.

O primeiro ato de Salvador, após tomar novamente posse da cidade, foi convocar uma corte marcial, que, a instâncias suas, julgou e condenou à morte Jerônimo Barbalho, como sendo o chefe da rebelião. Pretendem alguns que Salvador prometera a Barbalho poupar-lhe a vida se ele se rendesse, mas o fato é que ele foi executado ao anoitecer daquele mesmo dia, sendo sua cabeça exposta ao público, no largo. Salvador concordou em que sua execução teve precipuamente por fim desencorajar qualquer outra tentativa de rebelião, quer no Rio, quer em quaisquer outras colônias portuguesas⁵⁵. Abstraindo deste homicídio judicial, Salvador não abusou de sua fácil vitória; os outros cabeças da revolta foram postos na prisão e mandados para a Bahia, a fim de serem julgados de acordo com as leis. Mas não houve mais derramamento de sangue. O general perdoou as pessoas do povo, em geral, mas os senadores intrusos foram destituídos, para ceder o lugar aos que se achavam em exercício antes da partida de Salvador. Conquanto Salvador tenha esmagado completamente a revolta, a execução de Barbalho, em vingança, ficou tristemente na memória dos habitantes do Rio de Janeiro e não lhe criou atmosfera favorável na corte de Lisboa.

⁵⁴ Salvador ao rei Afonso VI, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1661.

⁵⁵ "...resolvemos pôr-lhe a cabeça no pelourinho, com que não só se conseguiu a quietação, mas um geral exemplo às conquistas de Vossa Magestade".

A reação das autoridades, na Bahia e em Portugal, à revolta do Rio de Janeiro merece consideração mais pormenorizada. A atitude do governador-geral, na Bahia, pode ser encarada como uma obra-prima de inação. A notícia da revolta chegou-lhe através de despachos enviados pela câmara "intrusa" e por Agostinho Barbalho, procurando cada qual justificar os atos praticados. A versão de Salvador é de presumir-se que tenha chegado mais tarde; quanto a Barreto, sua atitude equívoca transparece claramente na diferença de tom e dos termos das cartas por ele endereçadas a vários correspondentes, manifestando ostensivamente simpatias tanto por um lado como pelo outro. Não fez qualquer tentativa no sentido de intervir diretamente na disputa que se travava no Rio, contentando-se em fazer leves reprimendas e dar conselhos de moderação, insistindo em que as duas partes deviam se reconciliar, sem luta. Na mesma ocasião endereçou à corte de Lisboa um relato do que havia sucedido no Rio, acrescentando que não daria qualquer passo antes de receber neste sentido ordens terminantes da metrópole⁵⁶.

Com a chegada, em fevereiro, da frota do Brasil à Bahia, ficou patente a pouca disposição de Francisco Barreto para aceitar qualquer responsabilidade nos acontecimentos. Manuel Freire de Andrade perguntou-lhe que atitude devia adotar com as duas partes em litígio quando chegasse ao Rio. Barreto mostrou ao general da frota do Brasil a correspondência mais importante, recomendando-lhe que não se afastasse de uma política de benevolente neutralidade com relação aos insurretos. Se Freire de Andrade conseguisse persuadi-los a voltar pacificamente à obediência, e fazer com que Salvador perdoasse e esquecesse os excessos que haviam praticado, tanto melhor. Mas, a par disso, acentuou que em hipótese nenhuma o general da frota no Brasil deveria ajudar Salvador a restaurar a sua autoridade pela força das armas, mesmo que isso lhe fosse solicitado⁵⁷. Como já vimos, Manuel Freire atendeu prontamente o pedido de uma ajuda armada feito por Salvador, muito embora só houvesse feito desembarcar os seus homens quando tudo havia serenado, salvo a gritaria. Tanto o general como o irmão haviam sido também membros da corte marcial sumária que condenou Jerônimo Barbalho à morte. Terminada a revolta, Francisco Barreto não tardou

⁵⁶ Cf. a correspondência de Francisco Barreto, em *Documentos históricos*, V, págs. 126-32; XXXIII, págs. 286-9.

⁵⁷ *Arq. Bibl. Nac.*, do Rio de Janeiro, XXXIX, págs. 92-3.

a enviar efusivas congratulações a Salvador, que as terá provavelmente recebido de fisionomia contrafeita, em vista da maneira pela qual o tinha tratado o governador-geral.

Muito mais séria foi a reação de Lisboa à revolta do Rio, e em tudo desfavorável a Salvador e família. As primeiras notícias foram recebidas a 5 de abril de 1661, quando a charrua *São José* chegou ao Tejo, trazendo Tomé Correia de Alvarenga a bordo, como prisioneiro. Assim que ela arriou a âncora no rio, e o mestre desceu à terra com os despachos do Rio, Tomé Correia fugiu num bote enviado pela esposa de Salvador, D. Catalina de Velasco, em cuja casa ele se refugiara. Contudo, não ficou ele ali muito tempo, porque a rainha regente, quando soube de seu paradeiro, logo mandou que o transferissem para a prisão do Limoeiro. Pedro de Sousa Pereira chegou algumas semanas depois, no *Nossa Senhora do Populo*, parecendo que esteve também preso durante certo tempo. Esses dois funcionários foram por fim libertados, sendo o último reconduzido ao seu cargo, no Rio; Tomé Correia, todavia, nunca mais exerceu novamente qualquer função oficial⁵⁸.

Os despachos que depois daí chegaram da Bahia informavam que "os amotinados iam se tornando cada dia mais insolentes, proclamando que se fosse necessário, para sua segurança, tornarem-se mouros, eles assim fariam". Propalou-se depois que haviam pedido ajuda a Buenos Aires, "onde há um veterano de Flandres como coronel de infantaria, dispendo de uma guarnição de seiscentos homens". Houve o receio de que o exemplo da revolta catalã de 1640 pudesse exercer alguma influência desfavorável sobre uma "gente tão indisciplinada" como a do Rio, caso fosse levada a uma situação de desespero⁵⁹.

O governo da metrópole andava muito preocupado com a guerra contra a Espanha e com o casamento de Catarina de Bragança com o rei Carlos II, mas o Conselho Ultramarino deliberou com firmeza consoante as notícias desagradáveis que chegavam do Rio de Janeiro. O presidente do conselho (velho inimigo de Salvador), conde de Odemira, havia morrido três semanas antes de chegarem essas notícias; mas, mesmo sem a sua presença, a opinião da maioria pesava claramente contra os Correias. Os

⁵⁸ *Memorandum do Conselho Ultramarino*, 7 de abril de 1661; *An. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, XXXIX, págs. 91-2; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 330-1.

⁵⁹ Carta do "provedor-mor da Fazenda", na Bahia, ao rei, 27 de abril de 1661; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 336-7; *An. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, XXXIX, pág. 92.

conselheiros induziram a rainha a enviar um novo governador para o Rio, tomando a precaução de escolher uma pessoa excepcionalmente imparcial e inteligente, em que se pudesse confiar como estando no caso de cumprir os seus deveres sem medo ou proteção. O novo nomeado devia mandar Salvador e o filho para Portugal, na primeira oportunidade, “e é pena que isso não tenha sido feito mais cedo”. Assim fazendo, a coroa teria prestado a Salvador, antes de mais nada, um favor, visto que assim tanto ele como os de suas mais estreitas relações não ficariam expostos à vingança da multidão. O novo governador

deve assumir a responsabilidade de pacificar e apaziguar aqueles vassalos, sem, de forma alguma, deixá-los perceber que tinham praticado alguma coisa errada; porque, mesmo que assim tenha sido, as sadias máximas de estado ensinam que mais vale abrir-lhes agora um crédito de confiança, do que exasperá-los, dando-lhes um pretexto para se valerem de outra nação, a exemplo da ameaça feita anos atrás pelos de Pernambuco, de que voltariam as suas vistas para a França⁶⁰.

A política de apaziguamento adotada pelo Conselho Ultramarino era visivelmente ditada por considerações de política internacional, a fim de evitar que os habitantes do Rio se pasassem para a Espanha, caso fossem excessivamente oprimidos. Lembravam os conselheiros que em outras colônias portuguesas haviam ocorrido revoltas semelhantes, quase sempre por culpa dos respectivos governadores. Manuel Mascarenhas Homem, capitão-general de Ceilão em 1652, foi deposto pelos seus próprios soldados, sob a acusação de covardia e irresolução; D. Diogo Coutinho, governador de Macau em 1646, foi linchado pelo povo enfurecido, por causa de sua arrogância; e o conde de Óbidos, vice-rei da Índia em 1653, foi deposto em Goa por uma revolta popular, em circunstâncias muito parecidas com as da rebelião do Rio. Acrescentou ainda o conselho que a revolta do Rio era coisa muito mais séria do que quaisquer outras, “visto como o Brasil se acha tão preso a nós, como nosso mais importante domínio, e existem muitas nações cobiçosas, de olhos voltados para

⁶⁰ “Consulta” do Conselho Ultramarino, maio de 1661, em Frazão de Vasconcellos, *Arquivo nobiliachico portuguez*, 1.ª série, n.º 6, pág. 13.

ele e ansiosas para pôr nele o pé, tais como os holandeses, os espanhóis e quem sabe se outros ⁶¹.

Como governador foi escolhido Pedro de Mello. Cumpre não confundir este fidalgo com o seu homônimo D. Pedro de Mello, que era, à época, governador do Maranhão, onde se envolveu nas querelas entre a câmara de São Luís e os jesuítas, trazendo como resultado serem expulsos da colônia o padre Antônio Vieira e seus colegas, em setembro de 1661. A comissão de Mello, conforme a redação que lhe deram em 1 de junho de 1661, foi endereçada a “Agostinho Barbalho, que se acha no exercício da governança da dita capitania, e, na falta dele aos funcionários do conselho municipal”. Não se fez ali menção a Salvador, ficando claro que a rainha-regente e seu conselho resolveram aceitar o *fait accompli* (fato consumado) de novembro de 1660. Mesmo depois do recebimento da carta de Salvador dando conta de que havia reconquistado a cidade e assumido novamente o governo, as autoridades de Lisboa não fizeram qualquer alteração nos termos do comissionamento de Mello e persistiram no propósito de chamar de volta Salvador. Ao adotar essa atitude, seguiram o precedente de 1653-55, quando o governo reconheceu tacitamente a deposição do conde de Óbidos, em Goa, e a sua substituição por D. Brás de Castro, governador eleito localmente ⁶².

A revolta do Rio de Janeiro, entre novembro de 1660 e abril de 1661, foi um acontecimento de grande importância na história do Brasil colonial, embora sua verdadeira significação tenha sido muitas vezes esquecida pelos historiadores modernos. Verdade é que Salvador acabou por esmagá-la, descarregando sua vingança no infeliz Jerônimo Barbalho, do qual muitos amigos curtiram longos anos de prisão na Bahia e em Lisboa, até recuperarem a liberdade. Mas, embora Salvador tenha obtido uma tardia vitória militar, os resultados políticos e econômicos foram, a longo prazo, mais favoráveis aos amotinados do que para ele. Salvador não conseguiu restabelecer nenhuma das taxas que o governo interino havia abolido, e tampouco pôde levantar o seqüestro de seus bens

⁶¹ *Archivo nobiliarchico portuguez*, 1.^a sér., n.º 6, pág. 13. Para o assassinio de Dom Diogo Coutinho em Macau, cf. o meu trabalho, *Fidalgos in the Far East*, págs. 153-4; para a deposição do conde de Óbidos e de Manuel Mascarenhas Homem, v. os documentos publicados por H. Fitzler, em *O Cerco de Coimbra* (Coimbra, 1928), págs. 129-43.

⁶² A comparação não é muito exata, visto como o governo da metrópole se correspondeu durante quase dois anos com D. Brás de Castro, como se fôsse ele o governador legal da Índia, até que foi mandado um vice-rei para substituí-lo e prendê-lo.

decretado pela coroa, a pedido da câmara "intrusa". Pôde desfrutar em paz um novo ano de exercício; mas depois de sua substituição por Pedro de Mello, em abril de 1662, nem ele, nem pessoa alguma de sua família voltou jamais ao Brasil, como governador. Assim, uma das principais metas dos rebeldes tinha sido alcançada. Os Correias de Sá conservaram o posto hereditário de *alcaide-mor* da cidade de São Sebastião; mas isso era apenas uma lucrativa sinecura que garantia uma bela renda ao seu proprietário, em Lisboa. Depois de 1661 ela perdera qualquer significação política. Na prática, a revolta do Rio assinalou o fim da oligarquia dos Correias na governança da cidade, constituindo um primeiro passo no sentido da autonomia e independência do Brasil ⁶³.

Baseia-se também numa incompreensão a tendência de muitos escritores para subestimar os acontecimentos de 1660 e 1661. É bem verdade que a turba saqueou a casa de Salvador e as de seus adeptos durante a excitação da fase inicial, e que depois da deposição de Agostinho Barbalho o movimento passou a ser, indevidamente, influenciado por "mulatos e malucos irresponsáveis, pessoas que nada tinham a perder e ainda menos capacidade para discutir o que quer que fosse" ⁶⁴. Mas, ao estalar, em novembro, a revolta tinha sido bem planejada e executada por muitos cidadãos de destaque, inclusive fazendeiros, além de receber o espontâneo apoio de muitos representantes do alto clero. O auto que depôs Salvador e Tomé Correia de suas funções foi assinado por cento e doze pessoas, na sua maioria cidadãos de prole e respeitados eclesiásticos. Até os próprios jesuítas não se opuseram abertamente ao movimento, embora não se tenha razão para duvidar de que simpatizassem intimamente com Salvador. A revolta do Rio não foi uma insurreição violenta da multidão, e tampouco o trabalho de uma pequena facção; mas, sim, um movimento revolucionário de caráter popular, no exato sentido da expressão. O simples fato de haver a cidade se governado a si própria durante cinco meses é prova suficiente da natureza e importância do movimento.

A principal preocupação de Salvador ao reaver o poder em abril de 1661 foi retomar a construção do *Padre Eterno*, que agora se achava mais ou menos pela metade, na Ilha do Gover-

⁶³ Cf. V. Coaracy, *O Rio de Janeiro no século XVII*, págs. 163-4.

⁶⁴ Carta da câmara (restaurada) do Rio de Janeiro ao rei, com data de 26 de abril de 1661; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 333-4.

nador. Desiludido com as experiências feitas em Paranaguá e com as levadas a efeito no interior do Espírito Santo pelo filho, abandonou a idéia de ir à procura de problemáticas minas de ouro, de prata e de esmeraldas, para dedicar-se à tarefa de construir um dos maiores navios do mundo. Os progressos realizados nesse trabalho podem ser acompanhados pela correspondência entre Salvador e Francisco Barreto publicada nos *Documentos históricos*⁶⁵.

Salvador tinha enviado a Barreto uma lista nominal dos carpinteiros e calafates que ele precisava que o amigo lhe mandasse da Bahia; mas o governador-geral encontrou grandes dificuldades para encontrá-los, pelo que, a 24 de outubro de 1661, escrevia a Salvador que os únicos que conseguira achar eram os

cujas responsabilidades de chefes de família, tendo mulher e filhos, haviam impedido de ir para Angola ou para Portugal, como haviam feito todos os outros. Os homens solteiros com que podemos contar são somente os oito constantes da lista anexa, e já dei ordens para irem à sua procura. Devemos esperar que a demora não irá além do tempo necessário para arrebanhá-los nos engenhos do Recôncavo. Foram os mais recomendados pelo mestre-carpinteiro, que é irmão do mestre Pedro Gonçalves, que vos deu a lista original⁶⁶.

Nessa mesma carta, Francisco Barreto, usando um trocadilho, fazia alusão elogiosa aos progressos que Salvador estava realizando na construção do *Padre Eterno*, na firme esperança de que ele ia ser "a maior maravilha que o mar viu"⁶⁷. Algumas semanas depois, Barreto escrevia de novo, desculpando-se por não poder enviar mais carpinteiros, e explicando que todos aqueles em que ele se fiava haviam se escondido, mas que ia fazer todo o possível para mandá-los mais tarde. Não se sabe porque esses homens mostraram tanta relutância em ir para o Rio, mas Salvador talvez tivesse a reputação de ser um patrão demasiado exigente.

⁶⁵ *Documentos históricos*, V, págs. 107-8, 136-7, 140, 144-5, 153, 173; XXXIII, págs. 284-5, 293. Cf. também *ibid.*, VI, págs. 35, 53, 57.

⁶⁶ *Documentos históricos*, V, pág. 140.

⁶⁷ "Mas todo esse empenho ha mister um Salvador do mundo, e que no mundo ha de ser a maior maravilha que o mar viu", um duplo trocadilho em que entram o nome do galeão e o de seu construtor. *Documentos históricos*, V, pág. 140.

Depois de ter passado o governo a Pedro de Mello (29 de abril de 1662), Salvador ficou ainda um ano no Rio, trabalhando na construção do *Padre Eterno* com redobrada energia, mas não conseguiu seguir para Lisboa em seu “leviatã”, como ele tanto desejava. Francisco Barreto, condoendo-se dele nesta ocasião, disse-lhe ter certeza de que Pedro de Mello acabaria o galeão dentro de pouco tempo, e Salvador teria o prazer de vê-lo, muito breve, entrar no Tejo.

Salvador deixou o Rio em 1663, seguindo com a frota do Brasil, cujo general era então Francisco Freire de Andrade, o mesmo que tinha sido o almirante da frota que o ajudara a esmagar a revolta do Rio, dois anos antes. A viagem foi das mais felizes, a frota fazendo entrada no Tejo a 25 de junho, justamente no dia e hora em que chegava a Lisboa a notícia da retomada de Évora aos espanhóis, como resultado da grande vitória dos portugueses em Ameixial, dezessete dias atrás. O Dr. Antônio de Sousa de Macedo, à época secretário de estado, descreve em seu mensário *Mercurio Portuguez* a colorida cena que Lisboa presenciou nessa ocasião duplamente auspiciosa ⁶⁸.

Ao meio-dia de segunda-feira 25, chegaram a Lisboa as notícias da recuperação de Évora, felicidade duplicada pela vinda da frota do Brasil, que chegou no mesmo momento, no meio de geral alegria. O espetáculo que se viu foi o de mais de quarenta navios mercantes (sem falar nos navios de guerra que os comboiavam), todos juntos, com as velas pândas e as bandeiras a tremular, formando uma bela esquadra, que singrava o Tejo famoso com o melhor tempo possível, ao estampido de seus canhões e sob a música de suas trombetas. E, não falando nas riquezas transportadas naqueles navios, outros trinta tinham sido deixados nos diferentes portos do reino e nas ilhas do Atlântico (graças a uma ordem especial baixada pelo rei ao assumir o governo), carregados de açúcar, fumo, couros, pau-brasil e mercadorias outras. Deus seja louvado por haver a terra e o mar como que competido para a felicidade daquele dia.

O desgosto natural de Salvador por não ter podido voltar à mãe-pátria no *Padre Eterno* deve ter sido até certo ponto suavizado pela notícia da vitória de Ameixial, em que seu filho mais

⁶⁸ *Mercurio Portuguez com as novas do mes de junho do anno de 1663, em que se alcançou a vitoria da Batalha que se deu no Canal, e em que foy restaurada a Cidade de Evora pellos Portugueses* (Lisboa, 1663).

velho, Martim Correia de Sá, tinha tomado parte destacada; mas foi preciso esperar dois anos para ver a menina de seus olhos entrar no porto de Lisboa. Pedro de Mello havia concluído o casco do *Padre Eterno* pouco depois da partida de Salvador, e o grande galeão estava pronto para ser lançado ao mar no dia de Natal. O mais curioso é que a única descrição que nos ficou de seu lançamento à água devemos-la a um marinheiro inglês, Edward Barlow, que estava em serviço a bordo do *Queen Catherine*, de Londres, que tinha sido licenciado mais no começo do ano para fazer uma viagem ao Brasil. Consta do diário de Barlow a importante passagem que se segue ⁶⁹:

Como ali se estivesse construindo um grande navio para o rei de Portugal, e ele já se achasse prestes a ser lançado, depois de ter estado em construção durante três anos, pediu o governador ao nosso comandante que o auxiliasse com o nosso pessoal, a fim de que ele pudesse ser lançado no dia de Natal, que eles celebram dez dias antes de nós. Mas naquele dia ele não pôde ser lançado, nem sete dias depois; mas, na véspera do nosso Natal, pela manhã, muito cedo, nós o lançamos na água, sendo ele um navio muito grande e bom.

Um navio bom e muito grande ele o era, com certeza. Em seu esboço do porto do Rio, onde se vê esse grande galeão ancorado entre a ilha das Cobras e o mosteiro dos beneditinos, informa Barlow que a sua quilha media 143 pés de comprimento. Se compararmos essa medida com os comprimentos correspondentes dos maiores navios ingleses e franceses em 1663, concluiremos que esse grande galeão construído no Brasil era, naquela época, um dos maiores navios do mundo ⁷⁰. As relações dos ingleses com o *Padre Eterno* não se limitavam à ajuda prestada pela marinhagem do *Queen Catherine* por ocasião de seu lançamento. Como já vimos, Salvador havia fretado em 1659, um navio inglês para trazer de Londres materiais para o galeão. Na viagem de volta

⁶⁹ B. Lubbock ed. do *Barlow's Journal of his life at sea in King's Ships East and West Indiamen and other merchantmen from 1659 to 1703*, I, págs. 84-5 (Londres, 1934); *Mariner's Mirror*, XXXVII, págs. 223-7.

⁷⁰ O *Royal Charles* (ex-Naseby), em que Barlow viajou da primeira vez, tinha 131 pés de quilha, contra 143 pés do *Padre Eterno*. É pena que nenhuma das fontes dê a tonelagem do *Padre Eterno*, pois seria muito interessante compará-la com as de outros navios do século XVII, tais como o *Sovereign of the Seas* (1.500), inglês, o *Saint-Philippe* (1.500), francês, ou com os galeões espanhóis de Manilha, a saber *La Salvadora* (2.000) e o *San Marcos* (1.700).

esse navio dirigiu-se para um porto da Irlanda, sem tocar em Lisboa para pagar os direitos sobre o seu carregamento de açúcar, dando motivos a que o governo português se queixasse de que o mestre havia infringido os termos do contrato e movesse contra ele uma ação legal, que se arrastou por muito tempo⁷¹.

No Rio de Janeiro, o povo conservou durante muito tempo a tradição segundo a qual a Ponta do Galeão, na Ilha do Governador, que é atualmente um aeroporto ligado ao continente por uma ponte, deve seu nome ao galeão construído por Salvador Correia nos anos de 1659 a 1663. Essa opinião tem sido moderadamente contestada por vários historiadores brasileiros, que pretendem que o navio foi construído em Angra dos Reis, ou na vizinha Ilha Grande, cerca de setenta e cinco milhas ao sul do Rio. O cotejo do diário de Barlow com os documentos publicados nos *Documentos históricos* e com os “capítulos” argüidos pelo povo do Rio contra Salvador em 1660 (pág. 328 acima) provam terminantemente que a velha tradição local é correta e que os modernos historiadores é que estão errados. É verdade que Salvador esteve na Ilha Grande em março de 1661 para ver se ali havia madeiras apropriadas para a construção do *Padre Eterno*; mas se ali se extraiu alguma madeira para o dito fim, ela foi transportada por mar para a Ilha do Governador⁷².

Por mais estranho que pareça, os escritores portugueses pouco dizem a respeito desse leviatã do século dezessete, embora o seu desenho e a sua construção abram um largo crédito a favor dos que o projetaram, ou nele trabalharam como carpinteiros. Sousa Viterbo deu a lume um documento em que se alude rapidamente ao galeão, mas não fornece nenhum dado a respeito de seu tamanho e tonelagem⁷³. Quirino da Fonseca não faz a ele qualquer menção em sua obra enciclopédica sobre os velhos navios portugueses⁷⁴, e os autores brasileiros o confundem com outros navios (antes e depois) construídos na Bahia⁷⁵. Há, con-

⁷¹ *Documentos históricos*, IV, págs. 398-9, LXVI, págs. 172, 183; Public Record Office (Londres), State Papers, 89/5, fols. 50-3, 71-2, 94.

⁷² Carta de Salvador à Câmara de São Paulo, de 2 de março de 1661, *Revista trimestral*, III, pág. 30. Angra dos Reis só se tornou um centro de construção de navios quando Salvador já não estava mais no Brasil.

⁷³ Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII*, vol. II, págs. 6-7 (Lisboa, 1900).

⁷⁴ Quirino da Fonseca, *Os portugueses no mar* (Lisboa, 1923).

⁷⁵ Cf. a extraordinária confusão e o engano de Pizarro nas suas *Memórias históricas* (III, pág. 179 e VII, pág. 16), os quais parecem ter iludido muitos autores subseqüentes, como, por exemplo, Ribeiro Lessa, em *Salvador Correia*, pág. 66.

tudo, no *Mercurio Portuguez* de novembro de 1665, uma interessante referência à chegada do galeão a Lisboa, que merece ser aqui citada na íntegra:

Veio nesta frota do Brasil aquele famoso galeão que Salvador Correia de Sá e Benavides construiu no porto do Rio de Janeiro quando ali era governador. Atualmente é ele o maior navio do mundo, e não se tem notícia de que tenha havido um maior em qualquer época. Ele trouxe três mil caixas e mais de quinhentos caixões de açúcar, afora muitas outras mercadorias que serviam meramente de lastro, e ainda parecia estar vazio, sendo ele, entretanto, tão bom veleiro como a fragata mais veloz da frota.

Encontram-se referências ocasionais ao emprego do *Padre Eterno* nas frotas do Brasil nos anos que se seguiram; a última das que eu consegui achar é uma carta do enviado inglês a Lisboa, Francis Parry, datada de 20 de novembro de 1669: "saiu uma parte da frota do Brasil, na qual a almiranta era o *Padre Eterno*, e vice-almiranta o *Captain Wiltshire*, onde estava João da Silva de Sousa, que ia como governador do Rio de Janeiro"⁷⁶. Salvador vendera o galeão à Coroa quando ainda se achava nos estaleiros; mas em 1671 lutava ainda para receber o dinheiro que lhe era devido em consequência dessa transação⁷⁷. Fosse como fosse, nos anos de 1665 a 1670 Salvador tinha outras coisas com que se preocupar, e mais importantes do que o dinheiro a receber pela construção do *Padre Eterno*.

⁷⁶ Public Record Office (Londres), State Papers, 89/10. Parry quis dizer que o *Padre Eterno* era a nau capitânea e o navio *Captain Wiltshire* a almiranta.

⁷⁷ *Documentos históricos*, VIII, págs. 33-4, XXIII, págs. 95-7 e LXVI, págs. 359-60.

Capítulo VIII

“UM NOTÁVEL VELHO LUTADOR”

Para descrever o estado da nação e a situação da corte quando, em 1663, Salvador voltou para Lisboa, faz-se necessário rever rapidamente o que ocorreu em Portugal depois da morte de D. João IV, em 1656.

O traço dominante da política externa de Portugal durante o reinado daquele soberano foi a sua confiança no auxílio da França, contra a Espanha, e a ansiedade por obter uma aliança formal franco-portuguesa contra o inimigo comum. No que respeita aos outros inimigos atuais ou potenciais da Espanha, a Holanda havia feito em 1648 as pazes com o velho adversário, e, em qualquer hipótese, achava-se demasiado atarefada com os portugueses na Ásia, na África e na América, para que se pudesse pensar em tê-la como aliada do reino restaurado na Europa. A Inglaterra achava-se dilacerada pela guerra civil que lhe tomara a melhor parte de uma década, e a vitória do partido puritano nada de bom vaticinava para o Portugal católico, muito embora a traiçoeira tomada da Jamaica, levada a efeito por Cromwell, e a guerra com a Espanha dela resultante redundassem, naturalmente, em vantagem para D. João. A Suécia e as outras potências do norte estavam demasiado distantes para influir na sorte de Portugal neste ou naquele sentido, motivo pelo qual o rei depositava todas as suas esperanças na França, cuja deserção da Catalunha, em 1652, era de mau agouro para o futuro de uma aliança franco-portuguesa.

Antes de 1640 o Cardeal Richelieu havia sido um dos principais instigadores do descontentamento de Portugal com relação à Espanha; mas agora evitava ser arrastado a contrair uma aliança firme e duradoura contra Filipe IV. O cardeal Mazarino, seu sucessor, desde que cessaram as desordens da Fronda, passou a adotar a mesma política; mas vivia na enganosa suposição de que D. João IV era excessivamente rico, podendo, se realmente o quisesse, fazer contra a Espanha muito mais do que fazia. Sua

atitude com relação a Portugal pode ser bem apreciada pelas recomendações feitas ao enviado da Comunidade Britânica, Mr. Willian Lockart, que tinha por missão investigar as razões da relutância de D. João em ratificar o tratado anglo-português imposto por Cromwell em 1654. O relatório que o dito enviado apresentou de sua entrevista de 2 de junho de 1656 é uma exposição sucinta da política seguida naquele tempo pela França com relação a Portugal e, incidentemente, da política de Portugal para com a Inglaterra e a França.

Perguntei como se portava o rei de Portugal com relação à França; e o Cardeal me disse que tinha muito de que se queixar. Estava ele obrigado, por um tratado, a fazer a guerra em Andaluzia e na Gália, mas nada tem feito para cumprir aquela obrigação, mantendo-se de braços cruzados, a contemplar os seus tesouros, acumulados em grande cópia. Estava convencido de que não devia romper com a França ou com a Inglaterra, qualquer que fosse a pantomima. Disse-lhe eu que meu soberano não aprovava esse procedimento. E sua resposta foi que o rei era fraco e tímido por natureza, assegurando-me que, no fim, o vosso ministro obterá o que desejar. O rei quer dar em seus portos dinheiro e liberdade de religião. A grande dificuldade está nos negócios com o Brasil, e ele pensa que acabará por sair-se bem em tudo isso¹.

Em verdade, aos portugueses faltavam não apenas a vontade, mas também os meios de empreender maior ofensiva, *ainda* mesmo contra uma Espanha enfraquecida. Com uma população de pouco mais de um milhão, envolvida numa luta de vida e de morte contra o poderio naval dos holandeses, muito superior ao seu, e às voltas, em 1650, com uma Inglaterra hostil, não dispunham nem de homens, nem de navios, e muito menos de dinheiro, para uma campanha ofensiva de grande envergadura ou duração, o que redundava em descrédito para o discernimento de Mazarino no tocante às possibilidades que lhes atribuíra. Tampouco tinha D. João IV qualquer desejo de atacar a Espanha em suas possessões ultramarinas. Como observou um diplomata

¹ John Thurloe, *State Papers*, V, págs. 53-4. Cf. também Prestage, *Diplomatic Relations*, pág. 47, para uma breve discussão da opinião de Mazarino com relação a Portugal, as quais se acham pormenorizadamente expostas em Jules Tessier, *Le Chevalier de Jant. Relations de la France avec le Portugal au temps de Mazarin*, págs. 100-11, 128-31, 137-69 (Paris, 1877).

francês da época, quaisquer que fossem as idéias nutridas por Richelieu e Mazarino com respeito a uma ação mais enérgica contra a Espanha, eram elas baseadas num conhecimento imperfeito

do temperamento e das inclinações de D. João, visto que as suas maiores ambições não ultrapassavam os limites de Portugal, cujos domínios ele desejava apenas conservar em seu poder, nada querendo dos da Espanha, com respeito à qual havia tomado a firme resolução de jamais reclamar qualquer parcela. E por isso é que havia fechado obstinadamente os ouvidos a todas as razões de estado ou de política alegadas para que agisse de modo diverso, fosse por meio de seus súditos, ou de seus aliados. Como consequência, durante todo o reinado desse príncipe, longo de dezesseis anos, nada de importância ocorreu, a menos que se queira assim considerar como tal o fato de haver ele se conservado no trono e feito frente ao poderio formidável do protetor inglês².

Pressionado por Mazarino, foi com relutância que D. João IV enviou uns poucos vasos de guerra para cooperar na campanha do Mediterrâneo em 1646 e 1647, de interesse exclusivamente da França — e isso no auge da crise em Angola e no Brasil, quando cada homem e cada navio eram necessários para proteger o claudicante império português contra os ataques dos holandeses. Verdade é que D. João prometera muitas vezes à França emprender uma ofensiva; mas isso, principalmente, porque estava em seus planos firmar com ela uma aliança sólida, mediante o casamento de um dos seus filhos com um príncipe ou princesa daquela nacionalidade, sonho dourado tanto dele como da rainha. Estava disposto a fazer tudo para conseguir essa aliança matrimonial, propondo-se até a ficar com as brenhas do Maranhão, deixando que o resto de seu império fosse governado pelo seu genro ou sua nora, se ele ou ela fossem franceses. Desencantado embora com a recusa dessas sugestões, agarrou-se a uma aliança com a França, como sendo, na situação insegura em que se achava, o único ancoradouro ao seu alcance, num mundo agitado pelas tempestades³.

² Ablancourt, *Mémoires*, pág. 15.

³ Com respeito à enorme ansiedade de D. João por conseguir uma aliança com a França por via matrimonial, cf. os documentos publicados por J. L. de Azevedo em "O padre Antônio Vieira julgado em documentos france-

Com a morte de D. João IV (a 6 de novembro de 1656) e sob a regência da viúva, Dona Luísa de Gusmão, as coisas começaram a assumir aspecto diferente. Como a maioria das pessoas que mudaram de religião, de política, ou de nacionalidade em idade relativamente avançada, a rainha D. Luísa estava ansiosa para dar uma prova de sua boa fé ao contrair a nova aliança, mostrando-se mais severa com os seus ex-compatriotas do que com os seus inimigos naturais. Além disso, cada vez ficava mais claro que Mazarino estava prestes a firmar uma paz em separado com a Espanha, e que a única esperança de demovê-lo disso estava em levar a efeito uma grande invasão que provasse valer Portugal alguma coisa como aliado. Dona Luísa fazia os maiores esforços para reorganizar e animar as suas tropas, cujo pagamento era feito com muito mais pontualidade do que no tempo de seu esposo⁴. A guerra de Cromwell contra a Espanha mantinha a esquadra espanhola em seus portos, livrando Portugal de qualquer receio de ser atacado por mar. Ficou decidido fazer o possível para tomar Badajoz, cuja queda deixaria a Espanha aberta à invasão e fecharia o caminho mais curto para entrar em Portugal. Depois de um começo promissor, a campanha malogrou completamente, por culpa da incompetência do comandante, batendo os sitiados em retirada à aproximação de um reforço, depois de perder os melhores soldados, em consequência de ferimentos ou de doenças. Os espanhóis, por sua vez, invadiram então Portugal, sob o comando de D. Luís de Haro; mas este esforço redundou numa derrota ainda mais desastrosa do que a experimentada pelos portugueses. O exército de D. Luís de Haro foi surpreendido e desbaratado em sua linha de circunvalação em torno de Elvas (14 de janeiro de 1659), por uma força de socorro, depois de uma “peleja entre soldados”, se é que alguma houve. Essa vitória permitiu a Portugal tomar fôlego, achando-se os dois lados demasiado exaustos — e, conforme críticos militares estrangeiros, demasiado ineficientes — para tentar qualquer operação de maior envergadura durante os próximos anos.

Pelo tratado dos Pireneus (8 de novembro de 1659) ficou

ses”. Para um retrospecto das relações franco-portuguesas durante o período da restauração, cf. Prestage, *Diplomatic Relations*, págs. 1-98, e o trabalho de Tessier sobre Jant, citado na nota 1.

⁴ Cf. os “Ditos e acções da Rainha D. Luísa” pelo padre jesuíta André Fernandes, antigo confessor de D. João IV, dados a lume por Brazão, em *Alguns documentos*, págs. 15-18; e Thurloe, *State Papers*, VI, págs. 4 e 809. Cf. também Raposo, *Dona Luísa de Gusmão*.

selada a deserção de Mazarino, que abandonara Portugal; mas o astuto Cardeal continuou a ajudá-lo secretamente, convindo no despacho de tropas auxiliares e voluntárias, sob o comando do conde anglo-germânico Schomberg⁵. Mas estes, em si mesmos, mostraram-se insuficientes com o correr do tempo, uma vez que a Espanha havia recuperado o fôlego e transferido alguns de seus *tércios* veteranos de Flandres e da Itália. Como a vitória de Elvas foi, em parte, contrabalançada pela subsequente perda de Salvaterra e Monção, que caíram em poder dos espanhóis, Portugal achava-se numa situação pior do que havia sido a sua em qualquer tempo depois da restauração de 1640. Em guerra com a Espanha e a Holanda, viu-se, por outro lado, ostensiva e ostentadamente abandonado pela França. A única esperança que lhe restava era a Inglaterra, conforme o havia indicado o próprio Mazarino. Mas o puritano governo da última olhava de esguelha um país em que a "idolatria papista" e o Santo Ofício mantinham domínio indisputado; além de que não era muito provável que os pedidos de assistência feitos pela rainha Luísa fossem recebidos com muita simpatia em Londres, onde o irmão do embaixador português havia sido executado publicamente anos antes. Com a morte de Cromwell as coisas melhoraram um pouco e, em abril de 1660, o Conselho de Estado inglês assinava um tratado permitindo a Portugal levantar doze mil homens na Inglaterra. Este tratado não foi ratificado, em consequência da restauração de Carlos II, no mês seguinte; mas o embaixador português aproveitou a oportunidade que lhe oferecia a restauração da monarquia para propor o casamento da Carlos II com Catarina de Bragança, irmã de Afonso VI, rei de Portugal.

⁵ Esta é a grafia usual do nome, embora ele próprio, filho de pai alemão e mãe inglesa, escrevesse sempre *Schonberg*. Ele serviu a princípio no exército holandês e depois no francês; mas passou-se mais tarde para o rei Guilherme III, depois da Revogação do Édito de Nantes, como ardente protestante. Morreu na batalha de Boyne. D'Abancourt, em suas memórias, dá a versão do próprio Schomberg a respeito de suas campanhas em Portugal, outros pormenores sobre seus serviços podendo ser procurados em Christovão Ayres, *Um capítulo da guerra da Restauração, 1660 a 1668. O conde de Schonberg em Portugal* (Lisboa, 1897); mas esse interessante "soldado de fortuna" aguarda ainda um bom biógrafo moderno. Alguns contemporâneos pensavam que Mazarino tentou sustentar sua palavra com a Espanha, e impedir a partida de Schomberg e das tropas francesas auxiliares para Portugal. Nesse número se achava Duarte Ribeiro de Macedo, citado por Prestage em *Diplomatic Relations*, pág. 75, nota. Mas é difícil acreditar que tantos bons soldados tenham saído de seu país sem a convicção do cardeal; o mais provável é que os esforços de Mazarino para impedir o marechal Turenne de organizar a sua ajuda a Portugal fossem, ou fingidos, ou feitos de má vontade.

A proposta de um casamento real anglo-português não era novidade. Já Antônio de Sousa de Macedo, português que residira na Inglaterra entre 1642 e 1646, apoiando desassombradamente Carlos I nos bons e nos maus momentos, havia sugerido o consórcio do príncipe Carlos com a irmã mais velha de Catarina, recebendo contudo do soberano inglês uma resposta evasiva⁶. As condições se apresentavam muitos diferentes em 1660, e embora a situação internacional de Portugal fosse mesmo menos segura do que parecia ser em 1645, as condições oferecidas pelo governo português, em seu desespero para conseguir um aliado, eram por demais tentadoras para serem desprezadas, sem mais aquela. Os dois milhões de cruzados da oferta, a cessão de Bombaim e de Tânger, e a confirmação dos privilégios extorquidos por Cromwell foram os principais engodos, oferecidos pelo negociador português Francisco de Mello e Torres, futuro marquês de Sande. A Espanha, naturalmente, fez tudo que lhe era possível para impedir o casamento, Carlos II tendo sido, em certo momento, seriamente tentado pelas contrapropostas da Espanha. O verdadeiro motivo que levou finalmente o rei a receber Catarina como sua noiva foi, com toda probabilidade, a opinião de Luís XIV, que não desejava ver Portugal novamente anexado ao império espanhol.

É moda entre os historiadores portugueses modernos minimizar os benefícios advindos do casamento de Carlos com Catarina, e exagerar a importância da perda de Bombaim e de Tânger. Não se pode negar que a Inglaterra, de certa forma, tratava os seus aliados de modo pouco digno, como, e principalmente, no caso da perda de Cochim e Cranganor, na costa de Malabar

⁶ “Duas propostas me foram feitas pelo agente português; a primeira dizia respeito à libertação do irmão de seu soberano [D. Duarte], pelo qual eu receberia cinquenta mil libras, no caso de conseguir que o rei da Espanha lhe desse liberdade; a outra concernente ao casamento de meu filho Carlos com a filha mais velha de seu soberano [D. Joana]; quanto à primeira, eu disse francamente que não era possível; e, quanto à segunda, dei uma resposta que nada significava”. Carlos I à rainha Henriqueta Maria, em 30 de janeiro de 1645, publicado em *The King's Cabinet opened; or certain packets of secret letters and papers written with the King's own hand, and taken in his cabinet at Naseby Field, June 14, 1645, by victorious sir Thomas Fairfax* (Londres, 1645). O tom categórico usado pelo rei parece invalidar os argumentos de Caetano Beirão, segundo quem as sugestões relativas a um consórcio anglo-português teriam partido primeiramente do lado inglês. Caetano Beirão, “As negociações para o casamento da Infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra, 1644-1661”, em *An. Acad. Port. Hist.*, VII, 461-90. Cf. também St. Pap., 89/4, fol. 55, para as vantagens deste consórcio ao inglês, como foi proposto em fins de 1644.

(Índia), que ela se comprometera a defender contra os holandeses. Por outro lado, nada nos diz que Portugal teria feito Bombaim progredir, ou que Tânger viria a tornar-se algo mais do que um segundo Mazagão (Marrocos). Os contemporâneos eram virtualmente unânimes em considerar a aliança um grande triunfo diplomático para Portugal. Por mais decepcionante que se tenha mostrado (para ambas as partes) mais tarde, pode-se dizer que, de modo geral, teve ela a sua justificativa. A posição internacional de Portugal em 1660 era de completo isolamento, de modo que a intervenção da Inglaterra era essencial para garantir a paz com a Espanha e com a Holanda. Depois da subida de D. João IV ao trono, nenhum embaixador residente foi acreditado para a corte de Lisboa, e o próprio papa não havia reconhecido formalmente a independência de um de seus filhos mais fiéis. Naqueles dias a "face" era mais levada em conta do que nos tempos de hoje. O casamento de Carlos II com a infanta significava o reingresso de Portugal no concerto das nações e dava a entender à Europa que a Inglaterra havia garantido a sua sobrevivência como nação independente⁷. Uma das cláusulas do tratado de casamento que Carlos II cumpriu, mas que teve da parte dos portugueses menos publicidade do que as que ele deixou de cumprir, foi a estatuída no artigo XVI, que obrigava os ingleses a manter uma frota ao largo das costas de Portugal, com o fim de proteger o tráfego marítimo em geral e as frotas do Brasil em particular. É bem verdade que isso se fez tanto no interesse da Inglaterra como em benefício de Portugal, visto que a navegação inglesa vinha experimentando grandes prejuízos com os ataques dos piratas da Espanha e da Holanda. Mas a presença de navios ingleses em águas portuguesas durante três verões sucessivos, entre 1661 e 1663, evitou que a Espanha invadisse Portugal pelo lado do mar. Em 1663 a esquadra de Lawson foi um dos fatores que contribuíram para a grande vitória de Ameixial, visto como a sua chegada em boa hora, no mês de maio, permitiu a retirada das tropas veteranas de suas guarnições

⁷ O consórcio anglo-português de 1661 conta com abundante documentação, os melhores relatos achando-se em E. Prestage, *Diplomatic Relations* (págs. 142-52) e nos *Chapters on Anglo-Portuguese Relations*, págs. 147-51 (Watford, 1935); Keith Feiling, *British Foreign Policy, 1660-1672*, págs. 44-52 (Londres, 1930); E. Brazão, *A Restauração*, págs. 202-62; D. Virginia Rau, *D. Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra*, págs. 25-60 (Londres, 1941), e o ensaio de Caetano Beirão citado em nota anterior.

em Lisboa, Setúbal e outros portos, para reforçar o exército no Alentejo, num momento crítico ⁸.

Por essa época muito peculiares eram as relações da Inglaterra com a Espanha, não podendo ser consideradas à parte das relações anglo-portuguesas. A cessação das hostilidades tinha sido proclamada em 1660, mas a conclusão definitiva de um tratado de paz entre as duas nações foi protelada pela recusa de Carlos II a restituir Jamaica e Dunquerque, de que Cromwell se havia apoderado, muito embora o rei, quando no exílio, houvesse prometido solenemente fazê-lo (abril de 1656). Dependendo da assinatura de um novo tratado de paz, o tratado anglo-espanhol de 1640 foi republicado, com o fim de regulamentar as relações entre os dois países durante aquele período. Queixavam-se então os espanhóis de que a ajuda prestada a Portugal pela Inglaterra contrariava o artigo IV do tratado em questão, fazendo pressão sobre Carlos II para que relegasse ao abandono a terra de sua esposa, coisa que ele se negou a fazer. Lembrou aos espanhóis que eles, a mando de Cromwell, não haviam consentido que a frota de Rupert entrasse em seus portos, fora outros atos inamistosos para a causa realista. Em Portugal, pelo contrário,

nossa esquadra foi protegida em Lisboa contra as ameaças de Cromwell, embora fosse evidente que Portugal, com esse ato de generosidade, envolver-se-ia numa guerra contra a Inglaterra, como de fato logo se deu, com enormes prejuízos para ele. Agora, diante de todos esses serviços prestados a nós em momentos de aflição, e depois de termos tomado por esposa a filha daquela Coroa, renunciarmos àquela aliança e assistir à destruição do reino seria ato tão desonroso que se dele nos tornássemos culpados perderíamos a reputação perante o mundo, que ficaria pensando ser destituída de qualquer valor a nossa amizade pelos vizinhos ⁹.

O auxílio do estrangeiro, fosse prestado abertamente como no caso da Inglaterra, ou clandestino como o da França, era por essa época tanto mais necessário a Portugal quanto a situação interna desta última estava muito longe de ser tranqüila. O

⁸ Carta do cônsul Maynard, Lisboa, 1 de maio de 1663, no Public Record Office, State Papers, 89/6, fol. 116; *Mercurio Portuguez* de junho e novembro de 1663; *Mariner's Mirror*, XXXVII, pág. 218.

⁹ Artigo 6 das Instruções de Carlos II a Sir Richard Fanshaw para a sua embaixada na Espanha, 14/24 de janeiro de 1664. Fanshaw, *Letters*, págs. 7-8 e 470. Há uma cópia no Public Record Office, State Papers, 89/16, fol. 270.

monarca reinante, D. Afonso VI, tinha em 1663 vinte anos de idade. Seus defeitos físicos e sua educação acham-se bem descritos num despacho de Sir Robert Southwell, que foi um dos enviados a Lisboa nos anos sessenta de 1600 e o conheceu muito de perto¹⁰. Depois de se reportar ao fato de haver o rei Afonso, quando criança, sofrido de um ataque de paralisia que muito o prejudicou, não só mentalmente como no físico, discorre Southwell como se lê a seguir:

As virtudes de que era possuidor (se é que posso falar dele num estado decadente) ultrapassavam tanto os limites razoáveis, que se tornaram tão desastrosas para o seu governo quanto os seus defeitos. Porque, como ele desconhecia tudo quanto fosse dissimulação e não falasse senão a verdade, se soubesse algo de mau a respeito de um homem, ele, em sua cólera, o verberaria, sem levar em conta a ocasião, o lugar, ou a pessoa. Possuía temperamento excessivamente liberal; mas, como as suas dádivas eram feitas aos que não se mostravam dignos delas, causavam grande escândalo aos merecedores; e a pobreza do reino tornava esbanjamento o que podia passar como liberalidade. Tinha-se na conta de muito valente e corajoso, mas era tão enfiado em sua pretensão de ser o único Heitor vivo que quando tinha notícia de algum criminoso que houvesse praticado qualquer homicídio bárbaro, mandava-o vir até à corte e dele fazia, pelo menos, um dos seus guardas. Jactava-se de matar com suas mãos touros, ursos e outros animais; e em freqüentes ocasiões havia mostrado pouco respeito pela vida humana. Trocava quase o dia pela noite e a noite pelo dia. Fazia as refeições habitualmente, na cama, e comia prodigiosa quantidade de alimentos. Às vezes fumava e bebia vinho, excedendo-se nisso aos padrões de Portugal. No que diz respeito a mulheres, possuía uma espécie de serralho, morrendo de amores por elas (conforme afirmavam elas mesmas), sem nenhum efeito, e achando antes um divertimento as desordens daí resultantes... Posso admitir de bom grado outras facetas da compleição e temperamento de Sua Majestade, como as más conseqüências que delas decorrem, visto ser difícil falar, sem constrangimento e relutância, sobre os defeitos de um rei.

¹⁰ Southwell, *Letters*, págs. 199-210; carta datada de 5/15 de novembro de 1667. O enviado francês Saint Romain descreve o rei como "un gros petit tonneau, à moitié paralysé d'une jambe, goulou et malpropre, presque toujours ivre et vomissant alors après les repas". Dória, *D. Maria Francisca*, págs. 143, nota 2.

Sem nos tolhermos pelas reticências de Sir Southwell, podemos completar sua descrição da pessoa e do caráter do infeliz rei D. Afonso, acrescentando que sua diversão favorita era fazer passeios noturnos pelas ruas e bairros do meretrício de Lisboa, acompanhado por uma récua de bandidos assalariados, os mais importantes dos quais tinham o apelido de “patrulha alta” e “patrulha baixa”, presumivelmente porque os de um grupo iam a cavalo, enquanto os do outro iam a pé. O rei e seus rufiões muitas vezes assaltavam transeuntes; e quando estes se defendiam, nem sempre o monarca saía ileso. Numa dessas brigas sórdidas teve ele um encontro pessoal com o filho mais velho de Salvador, coronel Martim Correia de Sá, que ele fez tudo para matar, mas, por felicidade, no momento crítico a pistola negou fogo¹¹. Mesmo depois de haver assumido formalmente o poder, em 1662, D. Afonso VI continuou a portar-se de um modo mais de acordo com as do avalentado príncipe Hall de Shakespeare com Falstaff e outros companheiros de pândega do que com a rígida etiqueta e o formalismo de uma corte ibérica do século dezessete.

Nestas circunstâncias, não surpreende que a rainha regente a ele preferisse seu irmão mais moço, o infante D. Pedro, afigurando a idéia de dar-lhe primazia na concessão de seus favores. D. Pedro era um homem “de vigorosa constituição, altura acima da média e corpulência proporcional; dotado de força extraordinária e grande atividade”, como o prova o fato de ser capaz de abrir uma ferradura de cavalo só com o uso das mãos. De aparência “simples e simpática, seu olhar nada tinha de arrogante, mas, pelo contrário, um ar de modéstia muito raro nas pessoas de sua categoria”. Tal como o irmão, era apaixonado por touzadas e pelas caçadas; mas, ao contrário do que acontecia com aquele, não era guloso, nem beberrão.

Muito equilibrado em sua dieta, come geralmente sozinho e, às vezes (assim se dizia) sentado no chão, conforme o velho costume do país (até hoje observado pelas mulheres), em cima de um pedaço de cortiça, e tendo raramente mais de um criado para servi-lo. É extremamente comedido na quantidade de alimentos, que nunca excede ao quinhão de uma pessoa. Como bebida, toma sempre água, pois

¹¹ Versões diferentes dessa contenda podem ser procuradas em *Anti-Catastrophe*, págs. 269-74 e em *The Portugal History*, págs. 57-8. Este último é uma tradução abreviada da *Catastrophe* de Correa de Lacerda, onde o incidente vem narrado nas págs. 38 a 40.

nunca faz uso de alcoólicos. Tem tamanha aversão ao vinho que não somente se abstém dele, como ainda obrigava os que estão em sua companhia a igual abstinência. (...) Também não tem muita dificuldade em se fazer obedecer neste particular. A gente deste país, mormente as pessoas de boa condição e, seguramente, as que têm um pouco de zelo pelos seus créditos, têm grande aversão ao vinho¹².

O capelão da feitoria inglesa em Lisboa, a quem devemos essa informação, acrescenta que à abstenção de D. Pedro no tocante ao vinho não correspondia igual continência nos prazeres da carne,

nos quais, se dermos crédito ao que comumente se propala, ele era bastante condescendente consigo próprio. Dizem que não ficou isento dos males decorrentes dessa prática e que as pessoas com quem havia tido essas relações eram da mais baixa classe... e muitas, nem sempre da mesma cor.

Segundo o reverendo Mr. Colbatch, "este príncipe é vivo de inteligência e assidado no julgamento, sensível, pensativo e inclinado à melancolia", mas tem enraizada aversão pelos livros, e parece difícil que tenha sido mais amigo das letras do que o irmão mais velho.

Em 1662 a rainha regente cedeu a D. Pedro sua própria casa e seu apartamento no palácio Corte Real, e no mesmo mês alguns dos favoritos de D. Afonso entre os de pior reputação, foram presos pelo duque de Cadaval e mandados para o Brasil. Esta drástica medida foi tomada com a aprovação de Dona Luísa de Gusmán; mas os seus resultados imediatos foram desastrosos para a sua influência e a daqueles que a apoiavam. O conde de Castel-Melhor, que estava a serviço do rei, insinuou que ele poderia ter mais tarde a mesma sorte se não pusesse termo, quanto antes, à regência de sua mãe, e tomasse as rédeas do governo. D. Afonso era uma criatura impulsiva e não houve dificuldade em convencê-lo de que reais perigos o ameaçavam. Não foi custoso

¹² Colbatch, *Account*, I, págs. 3-5. A este respeito observa acertadamente Colbatch quando diz: "Penso que não existe na Europa povo menos inclinado do que esse ao vício imperdoável da embriaguês", observação esta que provavelmente continua verdadeira para os dias de hoje. O trecho a respeito do que era D. Pedro como rei, foi escrito no fim do século, mas as passagens citadas aplicam-se perfeitamente a ele, quando infante em 1663. Para Colbatch e seu trabalho, cf. Rose Macaulay, *They Went to Portugal*, págs. 212-28 (Londres, 1946).

induzi-lo a fazer uma declaração pública, proclamando que havia chegado o momento de assumir ele o controle, retirando-o de sua mãe ¹³.

Dona Luísa, embora com relutância, teve de conformar-se. Entregou o governo e retirou-se no ano seguinte para um convento, depois que seus principais defensores, inclusive o padre Antônio Vieira, tinham sido banidos da corte. Faleceu ela em fevereiro de 1666, sem ter-se reconciliado inteiramente com seu cabeçudo filho, que apenas lhe fez uma rápida visita quando ela estava prestes a morrer. Havia prestado bons serviços à sua pátria adotiva, e seu melhor epitáfio foi a súplica que de seu caráter fez Ann Lady Fanshaw, esposa do enviado inglês a Portugal, em 1667:

Em verdade, era uma mulher muito digna, e penso que de trato bastante agradável. Magnífica em suas prédicas, porém com a maior prudência nas maneiras. Era ambiciosa, mas destituída de orgulho. Achava gosto no governo e acredito que o seu afastamento dele terá encurtado os seus dias de vida ¹⁴.

Não demorou muito que o conde de Castel-Melhor se tornasse o virtual ditador de Portugal e, neste sentido, o precursor de Pombal e de Salazar. D. Afonso era incapaz de tomar qualquer interesse duradouro pelos negócios do governo e entregou de bom grado essa tarefa a Castel-Melhor que, longe de contrariar o rei em suas estroinices, não fez senão estimulá-las. Filho de um antigo governador-geral do Brasil, Luís de Vasconcellos e Sousa, era homem de indiscutível habilidade e grandes ambições. Conseguiu ser nomeado *escrivão da puridade*, ou seja notário secreto, “cargo que não existia senão em Portugal, e mesmo ali era raramente preenchido, tendo sido até abolido em certa ocasião (por D. Sebastião), como coisa de mais para ser entregue a uma só mão ¹⁵. Sob este ou aquele pretexto, ele soube libertar-se de

¹³ A revolução palaciana de 1662 acha-se abundantemente documentada em trabalhos da época, tais como: Correa de Lacerda, *Catastrophe*; a pró-Afonso *Anti-Catastrophe*; conde de Ericeira, *Portugal restaurado*, vol. II, livro VII; bem como nos modernos estudos sobre as principais personalidades envolvidas, bastando mencionar aqui: Dória, *D. Maria Francisca* (págs. 36-55); H. Raposo, *D. Luísa de Gusmão*; e os excelentes estudos de Gastão de Melo Matos, particularmente em seu “O sentido da crise política de 1667”.

¹⁴ Ann Lady Fanshaw, *Memoirs*, pág. 108.

¹⁵ Sir Henry Bennet (futuro Lord Arlington), nota marginal numa das cartas de Sir Richard Fanshaw. Em MSS. de Fanshaw, pág. 36.

seus rivais atuais ou potenciais, tais como o conde de Atouguia, que lhe havia prestado auxílio na revolução palaciana de junho de 1662. Governou o país sob regime ditatorial, tendo como principal assessor o secretário-de-estado Dr. Antônio de Sousa de Macedo, o fiel adepto de Carlos I de Inglaterra, grande trabalhador, embora talvez excessivamente rabugento e temperamental¹⁶.

A subida de Castel-Melhor ao poder coincidiu com a crise da guerra com a Espanha, havendo sido assinada a paz com a Holanda no ano anterior. O filho bastardo de Filipe IV, D. Juan de Áustria cuja dúvida paternidade era satirizada pelo povo da Espanha em versos como os que assim começavam

Un fraile y una corona,
un duque y un cartelista
anduvieron en la lista
de la bella Calderona¹⁷,

era agora o comandante-chefe na fronteira portuguesa. Era um general mais capaz e experimentado do que qualquer um dos que haviam saído a campo do lado da Espanha. Completara os primeiros êxitos obtidos na campanha do verão de 1662 apoderando-se de Évora, a segunda cidade do reino, no mês de maio seguinte. As patrulhas de sua cavalaria chegaram certa vez a penetrar até pequena distância de Setúbal. Em Lisboa, quando chegaram as primeiras notícias da perda de Évora (25 de maio de 1663) o povo se amotinou saqueando as casas dos nobres que se suspeitava terem simpatias pelos espanhóis. “Mas depois que uns dez mil destes arruaceiros”, escreveu Ann Fanshaw, que se achava em Lisboa nessa ocasião, “havia durante seis ou sete horas feito correrias pela cidade, gritando “morte a todos que forem por Castela!”, foram acalmados pelos padres, que levaram o sacra-

¹⁶ Há um excelente perfil do Dr. Antônio de Sousa de Macedo em Colbatch, *Account*, I, págs. 87-8, que assim conclui: “É observação de um cavaleiro que foi ministro em Lisboa por essa época, e que a outros respeito fornece dados exatos sobre o caráter de Sousa, donde a gente às vezes sair mais satisfeita com uma negativa delicada do conde do que com uma concessão feita com maus modos por Antônio de Sousa”. Sousa de Macedo nasceu na cidade do Porto a 15 de dezembro de 1606. Além das altas posições que ocupou no governo de Portugal, residiu em Londres entre 1642 a 1646, e em Haia, em 1650 a 1651. Foi ainda prolífico escritor.

¹⁷ Há uma cópia contemporânea desses versos satíricos que alguns autores, atribuem ao Almirante de Castela, no Public Record Office, *State Papers*, 89/9, fol. 168. Cf. também J. Deleito y Piñuela, *El rey se divierte*, pág. 29 (Madri, 1935).

mento para o meio deles, ameaçando-os de excomunhão; até que, com a chegada da noite, foram-se embora com o fruto da pilhagem. Entre eles alguns se perderam, não muitos porém”¹⁸.

Duas semanas depois, o exército português, sob o comando nominal de D. Sancho Manuel, conde de Vila-Flor, mas na realidade comandado no dia do combate pelo conde Schomberg, em sua qualidade de mestre-de-campo-general, infligiu uma estrondosa derrota a D. Juan de Áustria, na batalha de Ameixial (8 de junho de 1663). Como em Aljubarrota, quase três séculos antes, um contingente inglês a serviço dos portugueses teve parte preeminente nessa vitória, que melhorou enormemente a posição internacional e as perspectivas de Portugal. Évora foi recuperada pouco depois, mas os portugueses não fizeram qualquer esforço para explorar o seu sucesso, muito embora Schomberg advogasse ardentemente uma ação ofensiva mais vigorosa¹⁹.

Castel-Melhor tomou como pretexto a grande arruaça de Lisboa para consolidar sua posição, exilando da corte vários adeptos, reais ou suspeitos, de D. Pedro. Conservou a fachada da antiga forma de governo, mas chamou a si a maior parte dos poderes. Para ele foi muito fácil fazer isso, “porque neste país tudo é feito por meio de petições, súplicas ou requisições endereçadas ao rei e entregues ao respectivo secretário [*escrivão da puridade*], que as examina e não apresenta ao soberano senão as que são de seu agrado”²⁰.

A volta de Salvador em junho de 1663 não foi das mais felizes para ele. Qualquer que tenha sido a satisfação experimentada com as notícias sobre a batalha de Ameixial, e a honrosa participação que nela tivera seu filho²¹, ela foi em grande parte prejudicada pela complicada questão em que ele próprio estava envolvido. Um relato da época diz que, ao chegar, foi preso na Torre Velha, “sob a acusação de haver recebido uma peita para

¹⁸ Ann Lady Fanshaw, *Memoirs*, págs. 111-12. Sir Richard dá um relato completo dessa rebelião em seu despacho de 30 de maio de 1663. V. Fanshaw MSS, págs. 92-7. Cf. também Brazão, *D. Afonso VI*, págs. 118-30; Ericeira, *Portugal restaurado*, vol. II, livro VII, págs. 528-9 fornece um relato coevo dos acontecimentos.

¹⁹ Sobre Schomberg e a campanha de Ameixial, cf. Ablancourt, *Memoirs*, págs. 96-130; MSS de Fanshaw, págs. 97-126; Colbatch, *Account*, II, págs. 126-48; e, para o lado português, C. Ayres, *Um capítulo da guerra da Restauração*, págs. 30 a 53.

²⁰ Ablancourt, *Memoirs*, págs. 78-9. Cf. também Colbatch, *Account*, I, pág. 179

²¹ Foi coronel de um dos regimentos de infantaria que se bateram nessa batalha.

consentir que quatro navios holandeses fizessem um carregamento de açúcar no Rio de Janeiro, onde era governador, vendessem todas as mercadorias que traziam e voltassem diretamente para a Holanda, sonegando o pagamento dos impostos ao rei e defraudando os portugueses de seus lucros". Essa informação é confirmada indiretamente pelo fato de se ter aberto dois processos contra ele, em conseqüência da revolta do Rio de Janeiro, um no próprio local e outro em Lisboa²². Não esteve detido muito tempo, pois a 7 de agosto de 1663 vemo-lo escrevendo ao Conselho Ultramarino, de sua casa na cidade, para queixar-se do tratamento que lhe havia sido dispensado.

Como de costume, reclamava ele ali em voz alta, orgulhando-se de seus "quarenta e nove anos de contínuos serviços, inclusive certas proezas que nenhuma a elas se comparava", e queixando-se ao mesmo tempo de sua idade avançada e de seus achaques. Protestava energicamente contra o fato de sua reputação ter sido trazida à cena no momento mesmo em que ele esperava receber "muitos agradecimentos e recompensas". Terminando, pedia que lhe consentissem assumir o seu posto de conselheiro nos conselhos a que pertencia, independentemente dos processos judiciais abertos contra ele, concluídos ou pendentes²³.

O último pedido foi de certo atendido, pois não tardou muito que o achássemos funcionando como conselheiro. Em 1666, foi concedido ao seu filho mais velho o título hereditário de visconde de Asseca, em consideração, principalmente, pelos serviços prestados pelo pai no Brasil e em Angola. Pouco tempo depois foi levantado o seqüestro de seus bens no Brasil, podendo ele auferir de novo os pingües rendimentos de suas extensas propriedades no Rio e nos Campos dos Goitacá.

Durante esse intervalo, a batalha entre Salvador e seus adversários no Rio arrastava-se nos tribunais com a lentidão de costume. Tanto num lado como no outro havia amigos altamente colocados, passando-se assim cinco anos antes que o caso fosse

²² Brazão, *D. Afonso VI*, págs. 144-5, 147-8. A mesma fonte refere-se também (pág. 70) à prisão temporária de Martim Correia de Sá em setembro de 1662, sob a acusação de contrabando de açúcar e de fumo, enviados do Rio de Janeiro pelo pai. Embora este relato (compilado pela primeira vez em 1664) tenha sido atribuído pelo editor ao Dr. Antônio de Sousa de Macedo, ficou depois provado que o seu verdadeiro autor foi, com toda probabilidade, o seu colega Pedro Severim de Noronha. Cf. Gastão de Melo Matos, "Panfletos do século XVII", págs. 89, 130 e 132.

²³ Arq. Hist. Colon. de Lisboa, Rio de Janeiro, doc. n.º 954; Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 345-6.

liquidado. Agostinho Barbalho foi logo absolvido de qualquer cumplicidade na rebelião, sendo-lhe até conferidas várias recompensas pelos serviços anteriormente prestados e (é de supor-se) como uma espécie de desagravo pela execução do irmão. É bastante expressivo que nas ditas recompensas estivesse incluída a doação da ilha de Santa Catarina, que seria o centro da capitania do mesmo nome proposta por Salvador, e bem assim os seus anteriores cargos de administração das minas de São Paulo e de dirigente nas buscas referentes à Serra das Esmeraldas. Significava isso, pelo menos, o implícito reconhecimento de que Salvador, executando Jerônimo, havia ofendido gravemente a família Barbalho; mas Agostinho morreu antes que pudesse tirar proveito daquelas concessões ²⁴.

Os outros chefes da revolta do Rio foram menos felizes. Salvador os havia mandado para a Bahia, a fim de serem julgados; mas Francisco Barreto, obedecendo instruções da metrópole, recambiou-os para o Rio de Janeiro em princípios de 1663. Foram então enviados a Lisboa, onde um deles morreu na prisão, pouco antes de terem os outros sido libertados sob fiança, aguardando uma decisão final sobre seus casos. Tomé Correia de Alvarenga, Pedro de Sousa Pereira e Correia Vasques, partidários de Salvador, acabariam tendo a permissão de voltar para o Rio de Janeiro, embora não deixassem de ver manchada a sua reputação. Finalmente, o caso encerrou-se em 1668 por uma decisão da coroa, que importava virtualmente na concessão de anistia incondicional aos amotinados sobreviventes, considerando-se tudo que se dera como águas-passadas ²⁵.

Nessa questão a opinião pública de Lisboa não esteve do lado de Salvador. Pondo de parte suas ligações de sangue e de família, que naturalmente o tornavam objeto de suspeição, supunha-se que ele havia fugido, só sendo chamado judicialmente a contas graças ao suborno e à corrupção. Em 1666, uma sátira anônima, endereçada aos principais fidalgos da corte, resumia o caráter de Salvador na frase “más pesan barras que culpas”, que pode ser livremente traduzida como “o dinheiro fala alto”. A expressão, como todas as caracterizações usadas na sátira, foi

²⁴ *Ann. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, vol. XXXIX, págs. 95-6, 99, 110-11, 116; V. Coaracy, *O Rio de Janeiro no século XVII*, págs. 166-76.

²⁵ V. Coaracy, *op. cit.*, págs. 166-76; Varnhagen, *História geral*, III, págs. 255-6; Silva Lisboa, *Annaes*, IV, págs. 64-71.

tirada do nome de uma comédia espanhola²⁶ da época (inexistindo em Portugal qualquer teatro nacional) e reflete com grande precisão o ponto de vista geral. Até que ponto tem ela justificativa é difícil dizer. Acusações de suborno e corrupção eram assacadas contra quase todos os governadores das colônias — sendo Pedro de Mello, sucessor de Salvador no Rio de Janeiro, uma das pouquíssimas exceções, como acentuara o Conselho Ultramarino, quando expirou o seu prazo. Permitia-se aos funcionários (e esperava-se que eles disso se valessem) enriquecer à custa do público (quando não da coroa), na esperança de que em tempos de crise eles abrissem as suas bolsas com liberalidade. Salvador deve, com segurança, ter assim procedido em 1648, quando apresentava no Rio de Janeiro sua expedição a Angola, sendo muito provável que ele ulteriormente se reembolsasse. Em todo caso, o conde de Castel-Melhor era por esse tempo muito amigo de Salvador, e tido por todos na conta de homem honesto. A popularidade de Salvador não aumentou por haver ele se tornado defensor confesso da política de Castel-Melhor, que vinha a ser um regime absolutista, em nome do semi-imbecil D. Afonso VI.

Os defeitos físicos de D. Afonso não o impediram de casar-se com uma graciosa francesa, Mademoiselle d'Aumale, Marie Françoise Elisabeth de Savoy, segunda filha do duque de Nemours, Charles Amadeus de Savoy. O casamento foi acertado da maneira que se segue. As negociações para um casamento franco-português tinham sido revividas em 1662 por intermédio do marechal Turenne, mas só foram tomadas a sério por Luís XIV depois que a batalha de Ameixial deu a prova de que Portugal possuía boas probabilidades de manter sua independência da Espanha. Filipe IV nunca arrefeceu em sua decisão de recuperar a coroa perdida e é Sir Richard Fanshaw quem nos conta, em 1664, que Sua Majestade Católica “prefere arriscar o resto todo de sua monarquia a deixar de conseguir a conquista e a rendição de Portugal”²⁷. Os espanhóis fizeram o seu esforço supremo no verão de 1665, quando o marquês de Caracena, que havia sucedido a D. Juan de Áustria na chefia do comando, teve ordem de atacar e invadir Portugal por terra, enquanto o renegado duque de Aveiro atacasse Lisboa com uma armada de Cádiz. Tal operação combi-

²⁶ “Más pesan pajas que culpas si Francisco las ampara”, conforme diz Gastão de Melo Matos, que fez um estudo cuidadoso desta e de outras sátiras da época em seu erudito ensaio “Panfletos do século XVII”. págs. 112-13.

²⁷ Fanshaw, *Letters*, pág. 311.

nada e ambiciosa tornava-se exequível, pela primeira vez em quatro anos, por não poder mais a Inglaterra cruzar ao largo das costas de Portugal, envolvida como se achava a sua esquadra na segunda guerra com a Holanda. O grandioso plano deu em nada; a armada de Aveiro só ficou pronta para fazer qualquer coisa perto do fim do ano, e Caracena foi completamente derrotado por Schomberg na batalha de Montes Claros (17 de junho de 1665). Não haverá exagero em dizer-se que esse golpe pôs por terra as esperanças de Filipe. Ao ter conhecimento do que acontecera, perdeu ele, pela primeira vez na vida, a habitual serenidade, exclamando no tom mais angustioso “seja feita a vontade de Deus!” Morreu poucas semanas depois, dando a Luís XV a oportunidade que esperava ²⁸.

Em flagrante desrespeito aos termos do tratado de Pireneus, pelo qual a sua consorte espanhola renunciava a todos os direitos sobre qualquer dos domínios do pai, Luís XIV reclamou a Flandres espanhola como herança de sua rainha. O rei infante de Espanha, Carlos II, era uma criança doentia, que parecia fadada a não viver muito tempo; mas o rei de França não estava disposto a esperar. Convencido de que a sua exigência encontraria oposição em Madri, resolveu Luís XIV fazer uso de Portugal para evitar qualquer esforço da Espanha no sentido de reforçar Flandres. Preparou-se por isso para concluir formalmente, quer no terreno militar quer no matrimonial, as alianças franco-portuguesas que D. João IV e a rainha Luísa haviam durante tanto tempo, e baldadamente, tentado conseguir de Richelieu e de Mazzarino.

²⁸ Divergem os historiadores no que se refere às palavras pronunciadas por Filipe ao ouvir as notícias do desastre de Montes-Claros; mas, de modo geral, concordavam todos em que isso encurtou a sua vida, embora já fosse um homem doente. Veja-se Delcito y Piñuela, *El rey se divierte* (págs. 310-11) e as fontes ali citadas. Do sentimento do rei participavam os seus súditos, e o cônsul de Inglaterra, escrevendo de Cádiz a 28 de junho de 1665, assim se exprime: “Pelo meio-dia, após seis horas de luta, os espanhóis viram o seu exército com armas e bagagens, completamente destroçado pelos portugueses, cuja nação, com isso, passou a ver nesta parte, as coisas ficarem azuis”. Ann Fanshaw, *Memoirs*, págs. 528-9. Para a frustrada campanha marítima do duque de Aveiro, cf. *ibid*; págs. 528-9 e 593; *Mercurio Portuguez*, julho de 1665; Fernández Duro, *Armada española*, V, págs. 54-5. Há narrativas da batalha de Montes Claros, feitas por alguns ingleses que dela participaram, nos State Papers, 98/7, fls. 46-53. Do lado dos portugueses o comandante-chefe era o marquês de Marialva; porém, a maior parte dos historiadores competentes está de acordo em que a vitória deve ser creditada principalmente a Schomberg. Vide G. de Melo Matos, “panfletos do século XVII”, págs. 71-2, 169-70.

Castel-Melhor estava também ansioso por uma aliança francesa; mas ele precisava ser muito cauteloso para não ofender as suscetibilidades da Inglaterra. Não menos ansioso estava Carlos II por arranjar uma paz firme e duradoura entre a Espanha e Portugal, mormente porque estava ciente de que a sua maior probabilidade de garantir o prometido dote de Catarina achava-se na dependência de ficar o seu país livre dos pesados encargos da guerra. Desde os meados de 1664 o rei da Inglaterra vinha agindo por meio de seus enviados a Madri e a Lisboa, mas os seus esforços haviam sido inúteis até então; Filipe IV negava-se a reconhecer a independência de Portugal, fossem quais fossem as condições. Por este motivo tanto o enviado inglês como o francês viviam a fazer intrigas um contra o outro nas capitais da península, e essa rivalidade anglo-francesa foi ulteriormente exacerbada em janeiro pela entrada da França na guerra anglo-holandesa, do lado dos holandeses.

Mas, embora os interesses da França e da Inglaterra na península ibérica fossem, até certo ponto, opostos, foi com relutância que Carlos II se convenceu de que uma futura oposição de sua parte a um matrimônio franco-português não traria resultados. Castel-Melhor deixou perfeitamente claro ao enviado inglês a Lisboa que Portugal não poderia empreender outra campanha contra a Espanha sem auxílio financeiro do exterior. Os recursos do próprio país — e os de sua “vaca-de-leite”, o Brasil — haviam atingido o limite último, como consequência de vinte e cinco anos de guerras contínuas. A parcela adicional representada pelo dote de Catarina (mesmo se fosse paga em prestações espaçadas) e a indenização devida à Holanda pela sua renúncia, no tratado de 1661, a todas as pretensões no Brasil eram encargos demasiado grandes para serem suportados. Carlos II não se achava em condições de oferecer ajuda financeira, sendo até incapaz de conseguir do parlamento todo o dinheiro de que tinha necessidade para guerrear os holandeses e acudir ao desenvolvimento de Tânger. Muito pelo contrário, ele reclamava do empobrecido Portugal o restante do dote de Catarina, com persistência digna de um Mazarino. Por esta razão, Castel-Melhor tinha de fazer as pazes nas condições apresentadas pela Espanha, sacrificando com isso os frutos de guerras que duraram um quarto de século, ou, senão, aceitar uma aliança com a França e o dinheiro francês, que o habilitaria a entrar na guerra e chamar a Espanha à razão. Convencido dessa desagradável realidade, e esperançoso de que

o dote de Mademoiselle d'Aumale ajudaria a cobrir uma parte do de Catarina, Carlos II concordou com o casamento do cunhado com uma francesa. Não ficou só nisso, pois deu à noiva e ao seu séquito um salvo-conduto para livrá-los de serem molestados por quaisquer navios de guerra ingleses, em sua viagem de La Rochelle a Lisboa²⁰.

A nova rainha chegou ao destino em 2 de agosto de 1666. Se antes de deixar a França era sabedora das limitações de seu noivo é ponto discutido entre os modernos historiadores; mas, em qualquer hipótese, é incontestável que ela veio com a intenção de coagir o seu consorte e de favorecer os interesses da França, por todos os meios que estivessem ao seu alcance. Como escreveu Southwell, ela, muito depressa, experimentou “não só uma completa decepção no leito como a sua completa insignificância no governo”, não tendo Castel-Melhor nenhum desejo de abrir mão, em seu favor, do controle que exercia sobre o rei. Essa dupla desilusão fez, naturalmente, com que ela procurasse dar o seu apoio a D. Pedro e ao partido contrário a Castel-Melhor, que aderiu ao infante. Não é de duvidar que o príncipe se sentisse desde o começo atraído por ela, mas não há provas de que as relações prontamente nascidas entre a rainha e o cunhado fossem, no começo, algo mais do que políticas.

Dona Luísa de Gusmán morrera no mês de fevereiro do mesmo ano, em seu retiro monástico, e os fidalgos que até então lhe haviam dado apoio, ou esperavam que ela voltasse ao poder acercaram-se de D. Pedro, como a única alternativa que restava ao governo ditatorial de Castel-Melhor. Dos adeptos da falecida rainha, que estavam no exílio, o mais poderoso era o duque de Cadaval, pelo que a nova soberana pedia abertamente ao rei que permitisse a sua reinstalação na corte. Isso equivalia a declarar sua oposição ao conde, que estava plenamente ciente de que a volta do duque à corte significaria a sua ruína. Castel-Melhor de seu lado, muito em breve percebeu a extensão das ambições políticas da rainha, tentando cerceá-las, quer direta, quer indiretamente. As relações entre os dois pioraram cada vez mais, e,

²⁰ O casamento de Mademoiselle d'Aumale e as complicadas negociações que o precederam são bem descritos com base em fontes da época por Dória, *D. Maria Francisca*, que traz no fim uma boa bibliografia. Para a atitude de Carlos II em face desse casamento franco-português, cf. Prestage, *Diplomatic Relations*, págs. 84-8 e 166-9.

decorrido um ano depois de sua vinda, a rainha achou um pretexto para romper abertamente com o conde ³⁰.

Não se deve pensar, como tem acontecido muitas vezes, que a oposição a Castel-Melhor fosse inspirada unicamente por um ciúme faccioso, e que sua destituição final fosse a obra de uma francesa intrigante e de uma conspiração palaciana. Na situação, o fator mais importante — e que provou decisivo — foi o extremo esgotamento pelas guerras e o intenso desejo de paz sentido por todas as camadas da sociedade portuguesa, com exceção apenas de uns poucos fidalgos, que tiravam bons lucros de seus comandos no campo. O grosso do clero era decididamente pela paz, já porque a continuação da guerra ameaçava as imunidades de que gozavam em matéria de taxaço, já porque as terras que possuíam perto da fronteira eram periodicamente devastadas pelas invasões ³¹. Tal era o horror que tinha o comum do povo pela guerra, que muitos camponeses chegavam a cegar os próprios filhos quando crianças, para evitar que, mais tarde, pudessem ser conscritos como soldados ³². Por esse mesmo tempo, o ódio à Espanha era muito maior e mais real entre a massa do povo do que entre os fidalgos e os nobres, muitos dos quais, como Salvador, tinham estreitas ligações de família com Castela.

O exército, considerado como um todo, estava cansado de guerras, e outra coisa não acontecia com os seus adversários. O enviado inglês Sir Robert Southwell, escrevendo para a família, em julho de 1666, depois de uma excursão através da fronteira, disse que “nos dois lados eles queriam que os ministros dos governos viessem às fronteiras no decurso de uma campanha ou duas, para verificar o andamento das coisas, porque assim se certificariam de que deviam pôr um fim nisso, quanto antes”. Quantas vezes o mesmo pensamento não terá ocorrido aos soldados durante as guerras passadas, e lhes ocorrerá nas do futuro! Até o belicoso Schomberg estava ficando exausto com os esforços

³⁰ Colbatch, *Account*, I, págs. 43-8 e 58-89, onde se contém o que é, provavelmente, a melhor narrativa contemporânea da luta entre Castel-Melhor, de um lado, e, de outro lado, a rainha e o infante. Referências merecem também as fontes a seguir: Ablancourt, *Memoirs*; Southwell, *Letters*; Correa de Lacerda, *Catastrophe; Anti-Catastrophe*; Prestage, *Diplomatic Relations e “Uma ‘Catastrophe de Portugal’”*; Dória, *D. Maria Francisca*; Gastão de Melo de Matos, “O sentido da crise política de 1667”, *An. Acad. Port. da História*, VIII, págs. 337-440.

³¹ Public Record Office, State Papers, 89/14, fol. 38; Colbatch, *Account*, II, págs. 164-5.

³² Colbatch, *Account*, I, pág. 40.

que fazia para compelir os portugueses a emprender uma ação ofensiva. Ele dissera a Southwell “que, em sua opinião, os portugueses não eram um povo inclinado a conquistas, e que, de sua parte, achava que não valia a pena desperdiçar o tempo na defensiva”³³. Quanto ao estado de ânimo da massa do povo em Lisboa, foi ele, como de costume, bem expresso pelo juiz-do-povo, quando declarou aos enviados de França que se ele fizesse algo para obstruir a assinatura da paz entre Espanha e Portugal, “devia esperar que lhe derrubassem a casa em cima da cabeça”³⁴.

Para a massa do povo, Castel-Melhor estava, de algum modo, associado à conclusão de uma aliança com a França e com a continuação da guerra; por esse motivo, sentiam-se todos dispostos a emprestar apoio aos seus adversários, sem se darem conta de que o prolongamento da guerra era um dos maiores desejos da rainha. O infante, de seu lado, embora houvesse falado mais de uma vez em ir para o fronte, preferia, de muito, a “imagem da guerra”, como se se tratasse de uma caçada, à realidade da coisa. Apesar de ter garantido à rainha e, através dela, ao próprio rei Luís XIV, que apoiava com entusiasmo um vigoroso prosseguimento da luta, dúvida não pode haver, em face de seus atos ulteriores, de que estava inteiramente disposto a fazer as pazes com a Espanha, com a única condição de os espanhóis reconhecerem a independência de Portugal. Ao que se pode acrescentar que, posto de parte o cansaço da guerra, o país, em seu todo, desconfiava das tendências absolutistas de Castel-Melhor e de sua evidente intenção de fortalecer nas cortes os poderes da coroa à custa tanto da aristocracia como do povo, vale dizer dos conselhos municipais e do terceiro estado.

É coisa sabida que numa guerra sempre acaba ganhando o lado que cometeu menos enganos; e esta verdade teve sua comprovação em 1665-67. As facções que naqueles anos dilaceravam a corte portuguesa davam aos espanhóis uma excelente oportunidade, bastando para isso que se achassem em condições de percebê-lo. Mas, para felicidade dos portugueses, em Madri a corte se achava igualmente convulsionada por dissensões internas, pro-

³³ Carta de Southwell datada de 10 de julho de 1666, no Public Record Office, State Papers, 89/7, fls. 183-6. Frisa ele o fato de que, a despeito da generalizada repugnância pela guerra, o país estava resolvido a só aceitar a paz sob a condição de lhe ser formalmente reconhecida a sua independência. Cf. também Fanshaw, *Letters*, págs. 8-9.

³⁴ Colbatch, *Account*, II, pág. 166.

venientes da luta pela supremacia em que se empenhavam a rainha regente e D. Juan de Áustria. Mais ainda, no momento mesmo em que a Espanha, com a sua capacidade fenomenal de recuperação, dava provas evidentes de que se refazia do desastre de Montes Claros, uma infanta espanhola deixava o país, para casar-se com o imperador da Áustria, levando consigo “tamanha soma em dinheiro, prata e jóias, que a este respeito deve ter enfraquecido muito esta campanha de verão contra Portugal”, como se exprimiu Sir Richard Fanshaw em abril de 1666. A despeito das derrotas sofridas em Ameixial e Montes Claros, as probabilidades que tinha a Espanha de reconquistar Portugal nunca foram maiores do que nesse período, quando a Inglaterra e a França, em lados opostos, se achavam envolvidas na guerra com a Holanda; mas a corte de Madri tinha como rei um infante imbecil, e não possuía um estadista do gabarito de Castel-Melhor. A momentânea oportunidade fugiu com a paz de Breda (julho de 1667) e com a traiçoeira invasão da Flandres espanhola ordenada por Luís XIV, estando fadada a nunca mais renovar-se³⁵.

Nesse meio-tempo, a 31 de março de 1667, o conde de Castel-Melhor assinava a aliança ofensiva e defensiva entre a França e Portugal, mas o tratado tinha forçosamente de ser mantido em segredo até o momento em que Luís XIV ficasse pronto para invadir a Flandres. Tudo isso não impediu que a rainha e seus seguidores perseverassem em seus planos de vingança contra Castel-Melhor. Luís XIV percebeu que o conde continuava a negociar com os espanhóis por intermédio dos enviados ingleses em Lisboa e Madri, sem se dar conta de que Portugal só se mostraria um aliado dócil enquanto a rainha não substituisse Castel-Melhor, como o verdadeiro dirigente do país³⁶.

O primeiro passo da rainha foi dado não contra o próprio conde, mas contra quem era o seu braço direito, o Dr. Antônio de Sousa de Macedo, secretário de Estado. Em conseqüência de uma acusação feita com alarde contra ele, o secretário viu-se

³⁵ Ann Lady Fanshaw, *Memoirs*, págs. 557; Colbatch, *Account*, II, pág. 99. Cf. também Southwell, *Letters*, págs. 189-92.

³⁶ Cf. os extratos da correspondência do marquês de Saint-Romain dados à estampa por Dória, em *D. Maria Francisca*, págs. 143-279. Saint-Romain, abade titular de Preau e Saint-Léonard de Corbigny (Poitou), tinha sido um dos delegados franceses ao congresso de Westphalia, e fora representante de Luís XIV em Lisboa, nos anos de 1666 a 1671.

forçado a retirar-se para Sintra³⁷. Antes mesmo de Sousa Macedo ter deixado a corte, em 1667, já o infante se havia retirado para o seu palácio de Corte-Real, acusando Castel-Melhor de ter querido assassiná-lo e pedindo que ele fosse imediatamente demitido. Castel-Melhor, de seu lado, apresentou acusações contra o infante e seus adeptos, dando ordens para que fosse duplicado o número dos guardas do palácio real, sob o pretexto de estar o partido da oposição conspirando para matá-lo. Ambos os lados apelaram para a nobreza e para o juiz-do-povo da municipalidade de Lisboa, em busca de apoio; a esse respeito, o infante foi muito mais bem sucedido do que o seu rival. A resposta foi aquela que ele desejava, mostrando que, com razão ou sem ela, não apenas a nobreza descontente, mas também o povo, em geral, estavam mal-satisfeitos com a ditadura de Castel-Melhor. Entre os principais fidalgos grande número afluíu a Corte-Real, hipotecando ao infante a sua lealdade, enquanto o juiz-do-povo apresentava garantias de apoio semelhante. O duque de Cadaval era o mais poderoso dos partidários do infante, mas a cabala (como foi chamada pelo enviado inglês) incluía um certo número de experimentados oficiais militares e navais, tais como Francisco Barreto de Menezes e o almirante Luís Velho³⁸.

Enquanto isso, as duas partes teciam intrigas em torno do apoio aos oficiais mais antigos dos exércitos em campanha. O partido do infante contava provavelmente com alguma vantagem neste particular, uma vez que o conde Schomberg havia sido conquistado pela rainha e a mantinha plenamente informada da atitude dos principais oficiais em causa. Ele também trabalhava para dispor as forças no Alentejo de tal maneira que, se as coisas tomassem o aspecto de uma verdadeira crise, os simpatizantes do infante ficariam na posição mais vantajosa. Por outro lado, Castel-Melhor estava, sem dúvida, seguro da lealdade de alguns de

³⁷ Southwell, *Letters*, pág. 221. *A Narrative of the proceeding in the court of Portugal, concerning the discharge of the Conde de Castel Melhor, the Secretary of State, and others, from their offices, in August, September, October, November, 1667*, de Southwell, enviada com o seu despacho de 15 de novembro de 1667 e publicada às págs. 218-319 das *Letters*, constituem um relato valioso, e de primeira mão, dos acontecimentos de que resultou a deposição do rei Afonso. É ele aproveitado livremente nas páginas que se seguem.

³⁸ Southwell, *Letters*, págs. 218-55. Public Record Office, State Papers, págs. 89/8, fols. 195-213. Luís Velho serviu na Bahia durante a expedição de 1624-5, e no Oceano Índico e no Golfo Pérsico, de 1630 a 1636. Foi novamente para o Brasil, com o marquês de Montalvão, em 1640 e voltou para Portugal depois da Restauração. Em 1664 e 1650, foi capitão-mor das frotas da Índia, e em 1662 almirante da armada real.

seus chefes de comando, visto que tentou persuadir o rei a ir com ele ao Alentejo e pôr-se à frente das tropas contra o infante. Afonso declinou de dar esse passo; e parece que andou bem, visto como o resultado mais provável disso seria uma guerra civil declarada e a reconquista do país pela Espanha ³⁹.

Não tardou muito que o rei e Castel-Melhor ficassem virtualmente isolados, em consequência das intrigas da rainha e do infante, e quando a primeira se ofereceu para ser mediadora entre o esposo e o cunhado, Afonso sentiu que não tinha outra alternativa senão aceitar. O infante insistiu em que ou ele ou Castel-Melhor precisavam sair de Lisboa, ao que a rainha, no papel que ela a si própria se impusera de mediadora, tomou francamente o lado do infante. Sem coragem pela recusa de seu soberano, de apelar para a lealdade do exército, resolveu curvar-se diante da tempestade. Obteve do infante, por intermédio da rainha, um salvo-conduto vitalício e, a 9 de setembro de 1667, depois de chorosa audiência com o rei e de uma entrevista, cheia de dignidade, com o embaixador inglês, retirou-se da corte. Refugiou-se, a princípio, em Torres Vedras e depois em Bussaco; mas, quando ficou patente que os inimigos estavam sequiosos de seu sangue, deixou o país para sempre; depois de ter procurado asilo na Espanha e na Itália, dirigiu-se à Inglaterra, onde Carlos II e a rainha Catarina o receberam hospitaleiramente ⁴⁰.

Ao contrário do que a rainha e o infante esperavam, Afonso não chamou nenhum deles para assisti-lo no governo do país. Alguns dos partidários do infante sugeriram que se convocassem as cortes para instituir uma nova forma de governo; mas essa proposta, embora bem recebida pelo povo de Lisboa, não mereceu a aprovação da rainha, que tinha o pressentimento de que as cortes se mostrariam hostis à continuação da guerra com a Espanha. O rei recusou-se formalmente a receber o infante em audiência, e quando o juiz-do-povo e seus colegas plebeus vieram insistir para que ele o recebesse, Sua Majestade, "que tinha sido informado de que muitos dos que ali estavam, haviam contribuído para que o conde fosse aliado, teve um acesso de cólera

³⁹ Ablancourt, *Memoirs*, págs. 217-23 e 234-5. Colbatch, *Account*, I, págs. 78-82.

⁴⁰ Southwell, *Letters*, págs. 255-75; Dória, *D. Maria Francisca*, págs. 180-8. Com referência às viagens de Castel-Melhor após a partida, cf. Fernando Palha, em *O conde de Castel-Melhor no exílio* (Lisboa, 1883), e Prestage, *Correspondência do conde de Castel-Melhor com o Padre Manuel Fernandes e outros*, 1668-1678,

contra eles, chamando-os de cabrões e muitos outros nomes injuriosos; o que causou grande dano à Sua Majestade, por descontentar e acirrar o povo contra si”⁴¹.

Longe de permitir à rainha que participasse do governo após a retirada de Castel-Melhor, o rei decidiu, a 28 de setembro, chamar à corte o Dr. Antônio de Sousa Macedo, com a óbvia intenção de colocá-lo no lugar do conde, como o seu primeiro conselheiro. Para maior raiva da rainha, o secretário de estado reaparece no palácio, trazendo à cinta duas pistolas, que pôs sobre a mesa quando começou a trabalhar. Afonso, cujo versátil temperamento prontamente se refez da depressão em que o fizera cair a saída forçada de Castel-Melhor, começa agora a estudar, com Sousa Macedo, a melhor maneira de recuperar a sua posição e frustrar as ambições da esposa e do cuñhado. A esta altura, quando Salvador entra, novamente em cena, o melhor é volvermos a nossa atenção para o enviado inglês a Lisboa, Sir Robert Southwell, que foi um observador metuculoso e penetrante dos acontecimentos que descreve⁴².

O rei, vendo como se achavam em situação embaraçosa os seus mais caros servidores, entra em consulta com o secretário e mais três ou quatro dos que se achavam nas proximidades, a respeito da maneira mais apropriada para evitar essas coisas e do que podia resultar de pior. E, como nada melhor achasse para fortalecer o conselho dessa junta, mandou que chamassem Salvador Correia de Sá, membro do Conselho de Guerra, um notável velho lutador, que anteriormente havia retomado Angola aos holandeses e agora se tinha mostrado partidário do conde. Essa junta foi firmemente de parecer (no domingo, 1.º de outubro) que a Sua Majestade conviria, com os três ou quatro regimentos estacionados na cidade, deixar esta última e ir para Alcântara, situada a meia légua de distância; deveria, a princípio, tratar o infante de maneira amigável e depois prendê-lo; e, quanto aos seus principais apaniguados, fazer detê-los e, por meio de uma providência rápida, impedir que possam causar danos.

A dureza dessa decisão é atribuída principalmente ao supradito Salvador, embora ele afirme ter aconselhado torná-la mais branda. Contudo, em concordância com o assentado, escreveu uma carta muito amistosa ao infante,

⁴¹ Southwell, *Letters*, pág. 282.

⁴² Southwell, *Letters*, págs. 293-6.

que, atendendo ao convite, apresentou-se na corte no dia seguinte. Abraçaram-se, ele e o rei, ambos, segundo se diz, com lágrimas nos olhos. Também, no mesmo dia, o rei teve conversa com o marquês de Marialva, ordenando-lhe, como seu general, que envergasse trajes coloridos e levasse consigo as forças de Lisboa para Alcântara, porque ele tinha a idéia de ir para lá e precisava ter consigo os soldados⁴³. Mas o marquês, adivinhando-lhe logo as intenções, disse-lhe, sem reboços, que agindo desta forma iria cavar a sua ruína, e que dentro de três dias o povo perderia todo respeito por ele e pela sua autoridade; que se estava descontente com uns tantos cavaleiros, adeptos do infante, seria mais fácil que os mandasse prender, fazendo com eles o que quisesse, do que pôr-se, ele próprio, naquela posição hostil.

Segundo Francis Parry, outro diplomata inglês em Lisboa, a contraconspiração falhou não por causa da oposição de Marialva, mas em virtude da timidez do conde de Val de Reis, a quem, por descuido, o segredo tinha sido revelado.

Havendo o rei consultado Antônio de Sousa sobre o que se devia fazer, aconselhou este a Sua Majestade que retivesse o marquês de Marialva em Palácio (onde ele sempre esteve, embora não para servir o rei, mais sim como espião do príncipe) e pusesse o bastão de general nas mãos do conde de São Lourenço, a fim de que ele segurasse os três [ou quatro?] regimentos que nessa ocasião estavam na cidade e desse a Salvador Correia ordem, para com eles esmagar a cabala. Para o que foram notificados os coronéis dos regimentos e Salvador, que aprovaram o plano e comprometeram-se a executá-lo. Mas o rei teria consultado o conde Val de Reis, homem muito medroso, que persuadiu Sua Majestade a utilizar-se de meios brandos, pondo assim por terra aqueles planos⁴⁴.

⁴³ O marquês de Marialva era o comandante-chefe português. As referências aos "trajes coloridos" significa, evidentemente, que Marialva devia envergar o uniforme regimental, visto que Schomberg havia, pouco antes, introduzido no exército português (copiando, para uns, a praxe da França; para outros os ex-regimentos de Cromwell) fardas de colorido e ornamentação diferente nos vários regimentos de infantaria. Assim, o *Terço da Armada*, ou Regimento da Marinha, usava fardamento verde com enfeites amarelos; de Roque da Costa, farda azul, com enfeites vermelhos e assim por diante. *Mercurio Portuguez*, abril de 1664; Brazão, *D. Afonso VI*, pág. 215.

⁴⁴ Brit. Museum, Add. MSS. 35099, fol. 142. Cópias da época com correções em holografia, de Parry. Cf. também a *Anti-Catastrophe*, págs. 494-502 para outra versão, menos digna de confiança aliás.

Foi pronta e decisiva a reação do infante ao abortado golpe premeditado por Salvador e Sousa Macedo. Na quarta-feira, 5 de outubro, mais ou menos às nove horas, entra ele em Palácio, com um séquito de algumas centenas de fidalgos e “pessoas de toda casta, todos muito bem armados”, com o propósito de obter a destituição de Sousa Macedo, à força, e de matar quem quer que se abalançasse a defender o infeliz secretário. A tarefa foi confiada a Luís Velho, o almirante da Armada Real, que se achava postado num saguão externo com os seus capangas, enquanto os fidalgos principais e os membros do conselho municipal de Lisboa esperavam na sala do trono. O infante foi ao dormitório, onde o rei se achava deitado, e bateu na porta. Com alguma dificuldade conseguiu que o preguiçoso monarca se levantasse, deixando entrar o infante, que lhe pede que demita o indesejado secretário de estado. O rei tem um acesso de cólera e pede que lhe tragam a espada; ao que o irmão ajoelha-se aos seus pés, oferecendo-lhe a sua, “na qual o rei, todavia, não tocou”. Surge então a rainha, tentando acalmar o rei; “mas em vão, porque Sua Majestade, supondo que lhe haviam matado o secretário, achava-se extremamente perturbado”.

Ouvindo isso, o duque de Cadaval ofereceu-se para trazer o secretário à presença do rei, pois tinha sabido, pelo conde Santiago, onde ele se havia ocultado. Sousa Macedo entregou-se sob a condição de lhe pouparem a vida; mas o duque teve grande dificuldade em fazer valer a sua promessa quando voltou para o quarto do rei, trazendo o secretário do lugar onde ele se tinha escondido. Assim que ele apareceu no saguão externo, Luís Velho e aqueles que ali estavam à sua espera desembainharam as espadas e cercaram o infeliz Macedo, com a óbvia intenção de fazê-lo em pedaços. Sua vida só foi salva graças à atitude resoluta do duque, que pondo o secretário atrás de si, exclamou: “Senhor Luís Velho, Antônio de Sousa vai comigo; recolhei as vossas espadas e deixai-me passar sem perigo com Antônio de Sousa”. No que foi prontamente obedecido, quem sabe se a contragosto. Southwell, que fora espectador interessado desta cena, notou que “nem um dos dez circunstantes olhou para ele (Macedo) com menor indignação do que a que lhes bastaria para atirá-lo pela janela; nem mesmo foram contidas algumas palavras nesse sentido, quando ele passou. Mas o rei, quando o viu diante de si, recobrou ânimo, dizendo a todos que Antônio de Sousa era um

bom servidor, a quem ele devia proteger contra os que dissessem o contrário”.

O infante persistiu em sua exigência da imediata expulsão do secretário, resolvido também (é Southwell quem nos diz) a expulsar Salvador e quantos haviam votado pela prisão do infante e “se isso não se pudesse fazer de outro modo, despachá-los aqui na corte”, como tinha sido combinado com Luís Velho. Felizmente para Salvador e seus colegas, o marquês de Marialva interpôs-se para calmar o infante, “prevendo o tumulto que inevitavelmente àquilo se seguiria e como seriam imprevisíveis as suas conseqüências”. Depois de acaloradíssima discussão, conseguiu-se que o rei, embora a contragosto, permitisse que o secretário deixasse a corte por algum tempo, enquanto o duque dizia claramente que não garantia pela sua vida se ele algum dia ali voltasse.

Essa cena agitada durou até cerca de três horas, e como se tivesse espalhado na cidade alguma coisa a respeito dela, houve em muitas ruas ajuntamento de povo, as lojas foram fechadas e cerca de trezentas ou quatrocentas pessoas correram em direção ao palácio, com as espadas desembainhadas. Entretanto o marquês de Marialva, que tomara todas as providências imagináveis para que lá fora as coisas se mantivessem quietas, e soubera contribuir para que o mesmo sucedesse na corte, imediatamente persuadiu Sua Majestade, a rainha e o infante a aparecerem de novo às janelas; e tanto bastou para que a multidão que estava em baixo prorrompesse em *vivas!*, e logo se dispersasse, voltando cada um para a sua casa. Com o que esse formidável começo de tempestade foi felizmente sufocado. Instantes depois o infante e todo o conselho se despediram de Sua Majestade, ao passo que à noite, Antônio de Sousa, não confiando tanto nos guardas que o acompanhavam, como na escuridão, retirou-se e não se ouviu falar mais nele ⁴⁵.

Um frade beneditino afirma que Salvador apareceu também numa das janelas do palácio quando a família real se apresentou à multidão, e que a turba gritava em altos brados que o fizes-

⁴⁵ Southwell, *Letters*, págs. 297-303. Francis Parry, no Brit. Museum, Add, MSS 35099 fol. 142; C. Castello-Branco, *Vida del rei D. Afonso VI escripta no ano de 1684* (Porto s. d.), págs. 70-75. C. R. Boxer, “Adonde hay valor hay honor”, págs. 24-6, 33-4. Cf. também Dória, *D. Maria Francisca*, págs. 206-9. para a versão dada dos acontecimentos de 5 de outubro (que Southwell data, erroneamente, do dia 4) por Saint-Romain.

sem descer, como traidor. Acrescenta o frade que Salvador, “incomodado com aquele pedido, retirou-se, indo embora para a sua casa, de onde não saiu durante muitos dias”. Esta última assertiva é seguramente inexata, visto como Salvador teve a coragem de comparecer a palácio quatro dias depois, como veremos pelo tantas vezes citado despacho de Sir Robert Southwell⁴⁶. É, apesar de tudo, muito provável que a multidão clamasse pela sua pele, visto o ódio que o povo lhe votava, por ser espanhol de nascimento e ter se casado com espanhola.

Com o afastamento de Castel-Melhor e de Sousa Macedo, os únicos amigos leais com que o rei podia contar eram Salvador e Rui Fernandes de Almada, primo de Castel-Melhor e presidente do conselho municipal de Lisboa. Ambos não possuíam qualquer força com que ele pudesse contar, uma vez que os quatro regimentos da guarnição de Lisboa, em cuja fidelidade Salvador e Sousa Macedo confiavam, haviam sido peitados pelo infante, que, a 6 de outubro, tinha distribuído muito dinheiro, tanto aos oficiais como aos seus subordinados. Com a idéia de amedrontar os poucos fidalgos que, como Salvador, eram suspeitos de se conservarem leais ao desamparado rei, grupos de partidários do infante,

com máscara nos rostos, tinham ido na calada da noite às suas casas, onde tocavam um sino em tom plangente e chamavam a pessoa pelo nome, dizendo: “Oh! sim, somos um bando de almas mandadas do purgatório para prevenir-vos de que os ares de Lisboa estão cada vez mais infectados, especialmente os da corte, e de que, se não fugirdes imediatamente do país sereis nossos companheiros no purgatório”⁴⁷.

O recuperador de Angola não era desses homens que se deixam intimidar por essas bruxarias à meia-noite, e muito depressa percebeu qual era a ameaça que tinha realmente diante de si, como descreve muito bem Southwell, em seu relatório.

Na noite de domingo (9 de outubro) Salvador Correia de Sá, já antes mencionado, e Rui Fernandes de Almada,

⁴⁶ Paixão, *Monstruosidades*, pág. 19. Embora o subtítulo dessa edição alegue que o MSS original do c. 1680 foi atribuído erroneamente a Fr. Alexandre da Paixão, o Sr. Gastão de Melo Matos provou recentemente que o monge beneditino foi de fato, o seu verdadeiro autor. “Panfletos do século XVII”, págs. 187-209.

⁴⁷ Southwell, *Letters*, pág. 311.

presidente do senado, ou conselho municipal desta cidade, tendo estado ultimamente na corte e sendo muito familiares do rei (o último apontado como sendo primo-irmão e amigo íntimo do conde) pensavam em voltar para casa; como estivessem perto um do outro, tomaram juntos uma de suas carruagens; mas, no percurso (e tão próximo da minha janela que ouvi todo o rumor daquele encontro) toparam com uma meia dúzia de cavalheiros mascarados que, por sorte, não fizeram contra eles o uso das pistolas. Salvador não recebeu de suas espadas mais que um golpe no nariz, mas Rui Fernandes sofreu vários ferimentos, e ambos escaparam encontrando na escuridão da noite a melhor proteção. Mas esses cavalheiros, sendo muito odiados pelo povo, foram mais alvo de chacota do que de comiseração, contando-se que no dia seguinte, ao se queixarem aos visitantes de que a sua infelicidade foi estarem em má companhia, porque cada um deles pensava que o mal que lhes acontecera não poderia provir senão da inimizade do povo contra o outro. Contudo, não tendo gostado nada da brincadeira, Salvador fez-se jesuíta na velhice, depois de realizar grandes façanhas nas Índias, e ter cruzado a linha vinte e sete vezes. Rui Fernandes adoeceu em consequência dos ferimentos; ainda recebeu visitas importantes, consoante o estilo de Portugal, onde aquele que à noite deu o golpe é o primeiro a mostrar-se pesaroso na manhã seguinte ⁴⁸.

Mal haviam se descartado dos restantes adeptos, e já o conselho municipal de Lisboa e o juiz-do-povo renovavam o pedido anterior feito de uma assembléia das cortes dos três estados. Afonso VI, estivesse já caduco ou não, possuía em todo caso, senso bastante para perceber que isso seria o fim das últimas parcelas restantes de autoridade, uma vez que o objetivo precípua de uma tal corte devia ser o seu destronamento e o divórcio, seguidos a breve prazo do casamento da rainha com o seu irmão. O assunto havia sido larga e abertamente discutido entre os partidários tanto da rainha como do infante. Por isso indeferiu asperamente a petição dos representantes do povo, com um es-

⁴⁸ Southwell, *Letters*, págs. 306-7. Cf. Paixão, *Monstruosidades*, pág. 20; *Anti-Catastrophe*, págs. 535-6; St. Papers, 89/8, fol. 297 — “o nono ditto, Rui Fernandes... e Salvador Correia, certa vez governador de Angola, vindo da corte cerca de uma hora da madrugada, tendo sido prevenidos por alguns mascarados de que não fossem a palácio, foram atacados em seu coche, recebendo alguns ferimentos, além do aviso de que se não tomassem conhecimento de que não deviam voltar a palácio, não mais seriam protegidos pelos seus cabelos grisalhos, como eles tinham resolvido fazer, sem falta”.

cárnio grosseiro às cortes e aos alcoviteiros, “que lhes irritou excessivamente a dignidade quando lhes chegou aos seus ouvidos”. Os conselheiros municipais não eram para ser tratados desta maneira sumária, pelo que, depois de percorrer todas as cidades e lugares do reino que tinham o direito de mandar representantes a qualquer convocação das cortes, a 10 de novembro notificaram formalmente ao rei que o povo não pagaria mais impostos, a menos que as cortes fossem convocadas quanto antes. Em face dessa ameaça sem precedentes, e instado pelo Conselho de Estado a tomar uma resolução, o infeliz monarca assinava, com relutância, uma ordem aos três estados, para se reunirem em assembléia a 1 de janeiro de 1668⁴⁰.

A rainha e o infante começaram a mostrar quais eram as suas intenções, sem esperar pela reunião das Cortes. A 21 de novembro, pouco depois de haver chegado ao Tejo uma esquadra francesa cujo almirante declarou à rainha que os navios estavam às suas ordens, D. Maria Francisca retirou-se para o convento da Esperança. Dali enviou ao rei uma mensagem, declarando que ainda estava virgem, pelo que não era sua esposa, aos olhos de Deus e dos homens. Pedia, em seguida, a devolução de seu dote e a licença para regressar à França. Ao ler esse bilhete, o rei teve um violento acesso de cólera e tentou penetrar à força no convento, já que a abadessa se recusava a permitir a sua entrada; mas foi impedido de fazê-lo pelo infante, que se apressou a entrar em cena com um forte e bem armado contingente de adeptos. D. Pedro fixou então sua residência no palácio real, de onde o rei tentou debalde fugir, como antes já tentara em várias ocasiões, com igual insucesso porém⁵⁰.

A 23 de novembro, às primeiras horas da manhã, dirigiu-se o marquês de Cascais ao dormitório do rei e depois de despertá-lo do sono em que estava, disse-lhe que se ele não passasse imediatamente o governo ao irmão, as cortes não tardariam a obrigá-lo a assim fazer à viva força, ameaça esta que foi renovada pelo Conselho de Estado, conquanto mais polidamente. Cai então o rei num dos seus acessos de fúria e, com a boca a espumar e os olhos revirados, chama os criados para pôr para fora os conselheiros infieis. Mas ninguém lhe veio em auxílio, e

⁴⁰ Southwell, *Letters*, págs. 312-19; Dória, *D. Maria Francisca*, págs. 221-3.

⁵⁰ Southwell, *Letters*, págs. 320-8; Dória, *D. Maria Francisca*, págs. 224-6.

depois que a sua cólera se abrandara por si mesma, foi ele forçado ou persuadido a assinar uma declaração que passava a autoridade real ao irmão e seus legítimos descendentes.

Entretanto, estando ali presentes o senado, ou conselho municipal de Lisboa, como também a tribuna e os vinte e quatro representantes do povo (um de cada companhia de comerciantes), saíram todos para a rua e, em plena multidão, proclamaram o infante “governador do re.no, das armas e da justiça” locais. Grande parte do povo se dispersou por outras ruas, exaltando-se cada vez mais, e gritando “viva D. Pedro, rei de Portugal”; mas é notável que tudo isso se passasse sem tumulto ou derramamento de sangue.

Está claro, pela narrativa de Southwell e das outras testemunhas oculares, que neste episódio o povo de Lisboa forçou a ação dos fidalgos, porquanto muitos dos nobres mais responsáveis não queriam ver o rei posto fora do governo, mas apenas desejavam que seu irmão governasse atrás das cortinas, como havia feito Castel-Melhor⁵¹.

No dia imediato ao da sua fuga para o convento da Esperança, a rainha entrou com uma petição pleiteando a anulação de seu casamento, dirigindo-se ao cabido da catedral de Lisboa, visto que o arcebispo local, como todas as dioceses de Portugal, menos uma, se achavam vacantes. Para estudar o caso, foram nomeados três juristas eclesiásticos, dois dos quais “eram bastante inclinados a negligenciar no trabalho”, enquanto o outro era tido na conta de “homem instruído, vigoroso e inflexível, em quem a rainha reconhecerá poderes para pesquisa e inspeção, a que é ela muito avessa, alegando já a prerrogativa de sua qualidade, para isentá-la das normas habituais”⁵².

Não há necessidade de acompanhar o caso em todas as suas minúcias. Não se pouparam esforços para provar a impotência de D. Afonso; mas como ele nunca permitiu que o seu próprio caso fosse devidamente levado perante os juízes, e como a rainha, de seu lado, não admitia que a examinassem fisicamente para

⁵¹ Southwell, *Letters*, págs. 323-30; Dória, *D. Maria Francisca*, págs. 227-9.

⁵² Southwell, *Letters*, pág. 331; Francisco Rodrigues, S.J., *História da Comp. de Jesus* (tomo III, I, fol. 516 e ss.) mostra o papel importante que os jesuítas desempenharam neste pleito, pendendo fortemente para o lado da rainha e do infante.

verificar a sua virgindade, não se pode saber, com certeza, se a acusação era verdadeira. Dependendo grandemente das opiniões exaradas pelos teólogos jesuítas e da atuação do confessor da rainha, padre François de Villes, S. J., “um incendiário muitíssimo religioso”, como o chamou Southwell, a 24 de março de 1668 a decisão foi exarada em favor da rainha. Três dias depois chega de Paris o seu secretário, Monsieur Verjus, com um breve do Papa datado de 15 de março e assinado pelo cardeal Louis de Vendôme, membro da família da rainha, dando como deferida a petição de nulidade e autorizando-a a casar-se de novo. O casamento foi celebrado no dia seguinte, por procuração, os representantes de ambas as partes “sendo tão instigados pela impaciência da rainha que o príncipe não ficou sabendo quando se tornou um homem casado”, conforme disse a sir Robert Southwell o novo secretário de Estado, Pedro Vieira da Silva⁵³.

Dois meses antes dessa equívoca cerimônia, as cortes tinham se reunido em Lisboa, instando com D. Pedro para que se casasse com a rainha, assim que ela ficasse livre. Fizeram saber que o país talvez não pudesse conceder outro dote e que o seu novo casamento era necessário para garantir a sucessão. Os representantes do povo queriam que D. Pedro se proclamasse imediatamente rei a si próprio; mas os outros dois estados foram de parecer que se devia agir menos precipitadamente, ficando finalmente decidido que o infante tomaria o título de príncipe-regente e exerceria o governo em lugar do rei, que durante esse tempo ficou encerrado em seu próprio palácio, como prisioneiro.

A pedido do terceiro estado, as cortes insistiram também para que D. Pedro fizesse as pazes com a Espanha. Em Madri, a rainha-regente e seus ministros, alarmados com a invasão de Flandres por Luís XIV (maio de 1667), concordaram finalmente em reconhecer a independência de Portugal. Lord Sandwich, o último de uma série de mediadores ingleses, chegou a Lisboa com plenos poderes de Madri, dando por terminada uma guerra

⁵³ F. Rodrigues, *História da Camp. de Jesus*, III, I, págs. 516-24; Dória *D. Maria Francisca*, págs. 267-72. Em *The Portugal History* (págs. 315-19) encontra-se uma tradução inglesa, da época, da dispensa concedida pelo cardeal de Vendôme, em seus poderes de legado a *Latere* em França, e bem assim as razões da nulidade do casamento de D. Afonso (*op. cit.*, págs. 317-43). As provas nesse escandaloso caso foram publicadas por A. Baião, em *Causa de nulidade de matrimonio entre a rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya e o rei D. Afonso VI* (Coimbra, 1925). Para uma discussão judiciosa da referida causa à luz dos modernos conhecimentos da Medicina, cf. Dória, *D. Maria Francisca*, págs. 242-54.

de vinte e oito anos, por meio de um tratado assinado no convento de Santo Elói a 13 de fevereiro de 1668. Nunca a paz chegou em tão boa hora a um país extenuado. O belicoso Schomberg e seus auxiliares franceses foram mandados de volta para a França; o destacamento inglês, apelidado de “cachorrinhos de Cromwell” pelo cônsul Maynard, foram embarcados para Tânger, depois de receber, finalmente, os seus atrasados, enquanto o exército português era desmobilizado com tanta rapidez e de modo tão completo que, conforme informaria Southwell em dezembro, nenhum roubo ocorreu depois de sua debandada, “grande número de homens havendo voltado ao arado, enquanto outros que queriam continuar soldados, foram para a Espanha, e os restantes seguiram para o exterior, onde o reino possuía plantações”⁵⁴.

A alegria experimentada pelos portugueses e ingleses com esse desfecho só pode ser equiparada à tristeza sentida pela França. Os franceses tinham ajudado D. Pedro na suposição de que ele continuaria a guerra com a Espanha, de acordo com o compromisso assumido no tratado franco-português assinado secretamente em março de 1667. Mas D. Pedro argumentou, aliás com toda a razão, que as cortes não permitiriam que ele fizesse tal coisa, e que, havendo assumido o controle do governo, antes de tudo pela vontade do povo, não poderia voltar-se agora contra ele.

Essa decisão foi, naturalmente, um duro golpe para a rainha e para a cabala pró-França; mas tanto ela como os seus conselheiros mais chegados, Verjus e Villes, tinham ainda a esperança de que, uma vez casada com D. Pedro, ela seria capaz de influenciá-lo e controlá-lo de maneira mais eficaz do que o havia conseguido com o obstinado e vicioso D. Afonso. Nisso, contudo, as expectativas da França foram redondamente desiludidas.

Além de tudo, no caso do casamento de Maria Francisca com o príncipe-regente, houve descuido de Roma, visto como o pedido de nulidade fora endereçado a Lisboa e a Paris, cedendo a razões de estado. O príncipe-regente e sua consorte não deixa-

⁵⁴ Carta de Southwell datada de 24 de dezembro de 1668, no Public Record Office, State Papers, 89/9, fol. 191. Para o texto completo, em latim e inglês, do tratado, cf. Ablancourt, *Memoirs*, págs. 241-53. Conta o cônsul Maynard que todo o caso esteve a ponto de vir abaixo no último momento por causa de uma questão de etiqueta entre os senhores representantes da Espanha e de Portugal, no tocante à forma de suas assinaturas. State Papers, 89/9, fol. 30.

ram de ficar constrangidos com a maneira pela qual se obtivera em Paris a licença inicial, motivo pelo qual pediram ao Santo Padre que promulgasse um breve em confirmação e mais satisfatório. O reconhecimento da independência de Portugal pela Espanha facilitou grandemente ao Papa dar a sua anuência, visto como agora não havia mais receio de que ele pudesse ofender as suscetibilidades quer da França, quer da Espanha, por sancionar o matrimônio do casal⁵⁵.

A parte saliente que tiveram os jesuítas na obtenção do divórcio da rainha e a legalização de seu subsequente casamento com D. Pedro foi de grande auxílio para Salvador nestes tempos conturbados. Eram jesuítas os confessores, tanto da rainha, como do príncipe-regente, e a situação da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil não demorou muito a tornar-se mais poderosa e privilegiada do que em qualquer outra época depois daqueles dias em que o padre Antônio Vieira era o *alter-ego* de D. João IV. Devemos nos lembrar que Salvador recebera em 1643 uma Carta de Irmandade do geral dos jesuítas; e embora ele e os padres tivessem estado em campos opostos na revolução palaciana de 1667, os amigos de Salvador não o esqueceram agora.

O leitor deve estar lembrado de que Southwell, ao relatar o revés experimentado por Salvador a 9 de outubro de 1667, diz que ele “não tendo gostado nada da brincadeira, fez-se jesuíta na velhice”. Esse relato mereceu decerto largo crédito, visto como o maldizente frei Alexandre da Paixão, concluindo a sua narrativa do mesmo incidente, diz que “Salvador Correia, pensando que em sua casa não estaria muito seguro, escondeu-se debaixo de um navio que estava em construção; e que na manhã do dia seguinte foi ao mosteiro dos padres da Companhia de São Roque, onde, conforme se diz, vestiu batina, como para tornar-se um ladrão dentro de outro capote”⁵⁶. Tanto o embaixador inglês,

⁵⁵ Cf. o texto da dispensa papal incluída por Correia de Lacerda, em *Catastrophe* (págs. 249-54), por onde foi feita a tradução inglesa publicada em *The Portugal History* (págs. 297-305). Para a parte que coube ao confessor da rainha, padre François de Villes, S.J., na obtenção dos documentos, cf. F. Rodrigues, *Hist. da Comp. de Jesus*, III, I, págs. 521-4, e Dória, *D. Maria Francisca*, págs. 274-9 e 310. Monsieur Verjus, secretário da rainha, é muitas vezes dado como confessor da rainha e jesuíta, mas ele não possuía qualquer posto eclesiástico. Para a distinção que se deve fazer entre esses dois homens, cf. F. Rodrigues (*op. cit.*, págs. 516-17, nota 5), e Dória, *D. Maria Francisca*, págs. 149-50, nota 2.

⁵⁶ Frei Alexandre da Paixão, *Monstruosidades*, pág. 20. Esse cronista beneditino era acerrimamente antijesuíta, como o prova o teor de suas anotações todas as vezes que a Companhia de Jesus estava em causa.

como o maldoso monge beneditino estavam redondamente enganados ao pensar que Salvador se havia tornado, ou desejava tornar-se, jesuíta. Pondo de lado a circunstância de que a sua esposa podia ainda estar viva, já tinha ele completado setenta anos, e era mais que velho para poder tornar-se membro da Companhia. Contudo, é evidente que ele em alguma ocasião terá procurado asilo em São Roque, ou, pelo menos, pedido ali aos jesuítas que intercedessem em seu favor. Tampouco foi esta a única vez que necessitou de sua proteção.

A 14 de julho de 1668, nove fidalgos foram detidos por ordem do Conselho de Estado, sob a acusação de manterem correspondência com o conde de Castel-Melhor, em Madri, e “de desejarem por todos os meios reconduzir o rei ao governo”. Entre os presos estava Salvador, que foi encarcerado na Torre de Belém (onde nem sempre os seus criados tinham permissão de chegar até ele) e seu segundo filho, João Correia de Sá, que foi banido de Lisboa. A situação a princípio parecia extremamente crítica para Salvador, a ponto de Francis Parry escrever para Londres a 10 de agosto que “Salvador Correia de Sá e Simão de Sousa de Vasconcellos, irmão do conde de Castel-Melhor, correm o perigo de perder as suas cabeças”, nenhum entre os demais prisioneiros achando-se tão profundamente comprometidos. Parece fora de dúvida que foi nessa ocasião que os jesuítas intercederam em seu favor, visto que Salvador não contava com os outros amigos e estava cheio de inimigos na corte. É óbvio que a intercessão dos padres foi eficaz, pois vemos Southwell comunicar a 7 de novembro que Salvador e seus companheiros de prisão tinham recuperado a liberdade e “apresentado os seus cumprimentos à corte, havendo Castel-Melhor deixado a Espanha e ido para a Itália, a fim de não comprometer daí em diante os seus amigos, dessa ou daquela maneira”⁵⁷.

A ordem de soltura foi seguida a breve prazo de novas medidas, que mostravam estar o príncipe-regente disposto a pôr Salvador sob a sua proteção — e isso, mais uma vez, não se pode atribuir senão à influência dos jesuítas. Salvador reassumiu o seu posto de membro do Conselho Ultramarino e do Conselho de Guerra, obtendo da coroa, além do mais, a autorização para arre-

⁵⁷ Public Record Office, State Papers, 89/9, fols. 88-9, 93, 110, 149. A. Paixão, *Monstruosidades*, págs. 50-60. Castel-Melhor não se achava em Madri quando se deram as prisões, como propalavam os seus inimigos, mas sim em Osuna e Granada. Cf. Prestage, *Correspondência do conde de Castel-Melhor...* 1668-1678.

cadar no Brasil o que lhe era devido para a construção do *Padre Eterno*. Ao que parece, sua posição não foi afetada pela crise de maio de 1669, quando D. Pedro, repentinamente, resolveu (por motivos que nunca ficaram claramente conhecidos) exilar o irmão na ilha Terceira, do arquipélago dos Açores. Esta decisão foi tomada sem consultar o Conselho de Estado, e quando, finalmente, chegou ao conhecimento do público, “houve não pouco murmúrio entre o povo de todas as classes, no interesse de saber porque o rei foi levado para lugar tão distante”, ao mesmo tempo que uma violenta tempestade havida na véspera de sua partida era considerada um sinal de cólera celeste.

O que causou ainda maior consternação a D. Pedro e seus mais íntimos conselheiros foi haver o oficial a quem se confiara a missão de escoltar o rei até à ilha Terceira, almirante Francisco Brito Freire (um dos heróis da reconquista de Recife em 1654) recusado o comissionamento no último momento:

e assim, em vez de acompanhar o Conde [da Torre] e outros para ir em busca do rei, ele se separou, dirigindo-se diretamente ao colégio jesuítico de noviços, em cuja porta bateu em hora tão imprópria, e aos que ali lhe perguntaram quem era ele, respondeu ser o que nunca havia sido antes, não mais Francisco de Brito, mas um destratado miserável que ali ia com um cabresto ao pescoço, não para enforcar-se de desespero, mas para ir em busca de sua salvação. Ali permaneceu ele até a manhã seguinte, quando contou ao reitor do estabelecimento, que é o confessor do príncipe [padre Manoel Fernandes, S. J.], o que havia acontecido na corte e, através de sua narrativa toda a cidade ficou agora supondo que Francisco Brito tinha enlouquecido.

Imediatamente destituído de seu posto e emolumentos, foi ele confinado numa solitária, para seu castigo; mas D. Pedro teve grande dificuldade em achar um substituto. Casualmente, lembraram-se do velho almirante Luís Velho, que havia tomado parte tão importante na revolução palaciana de 4 de outubro de 1667, e a 29 de maio o rei foi finalmente embarcado, rumo ao seu destino⁵⁸.

⁵⁸ Despacho de Robert Southwell datado de 29 de maio de 1669. Brit. Mus., Add. MSS. 34338, fols. 204-7; C. R. Boxer, “Adonde hay valor hay honor”, págs. 35-9. Para a grande influência exercida pelo confessor do príncipe-regente, padre Manuel Fernandes, S. J., cf. F. Rodrigues, S. J., *Hist. da*

Mesmo com a saída de D. Afonso as coisas não ficaram melhores em Lisboa para os emissários de Luís XIV, todos os esforços por eles feitos para reviver a aliança franco-portuguesa e influenciar D. Pedro por intermédio da noiva mostrando-se improficuos. Os despachos de Saint Romain provam que ele tinha, cada vez mais, dúvidas a respeito da futura cooperação do príncipe regente, mesmo antes de seu casamento com a rainha. Falhou também, inteiramente, a esperança que tinha a França de que D. Pedro permitiria, pelo menos, que a mulher fosse interessada naqueles negócios do governo de que obviamente ele não estava a par. Os ingleses, de seu lado, rejubilavam-se ao ver que o casamento do príncipe-regente não teve como resultado levar Portugal a uma subserviência à política externa da França, como temiam no começo. Em princípio de agosto de 1668 Southwell escreveu a Lord Arlington que a "rainha nada significava nos negócios, e não tinha voz ativa nem passiva". Um ano depois, a posição da rainha havia se deteriorado ainda mais, como é fácil verificar pela lúcida exposição que Francis Parry fez da corte de Portugal num despacho endereçado a 20 de novembro de 1669 ao secretário Joseph Williamson:

O príncipe, como sabeis, não tem preparo nem vontade de exercer, ele próprio, o governo de um reino, visto como o irmão era sempre o rei. Tal coisa se torna evidente pelo fato de permitir ele que todos os conselhos, tribunais e oficiais particulares de justiça façam tudo que lhes apraz; ainda que os atos que praticam muitas vezes o desagradem quando censurados pelas pessoas que imediatamente o assessoram, ele não os contraria, porque ninguém ousa dar a conhecer que o príncipe foi persuadido a praticar uma tal ação, conhecedores que são da instabilidade de Sua Alteza em suas resoluções e afeições, e de que ninguém é seu favorito por mais tempo do que lhe convém. Sua falta de vontade para arcar com o peso do trabalho transparece no fato de ser ele tão assíduo em suas recreações quanto o era o rei, embora elas não sejam tão censuráveis e públicas; contaram-me como coisa certa que outro dia, em presença da rainha, ele praguejou contra os culpados de

Comp. de Jesus, III, I, págs. 528-35. É curioso notar que a sua interferência na política provocou amarga crítica do padre Antônio Vieira, muito embora este famoso jesuíta tivesse estado politicamente muito ativo antes de ser preso pela Inquisição em 1662, e tudo houvesse feito para retornar à política depois de sua libertação, em 1668.

achar-se na situação aflitiva em que se encontrava. É certo que há muita frieza em sua afeição pe'la rainha, que se ressentida da falta de saúde, de dinheiro e de respeito. Ela não é tão doente quanto se propala, mas sofre de uma moléstia que tira qualquer esperança, dizem, de uma segunda concepção. É ao passo que dava audiência duas vezes por semana a muitas pessoas importantes e damas, que vinham mais para cumprimentá-la do que para tratar de qualquer assunto, passam-se agora semanas sem que apareça uma só pessoa para aquela cerimônia. Entre os mais comuns uma só não existe que lhe traga palavras de conforto, e mostre algum carinho com a menina princesa, que alguns pretendem ser suposítia ⁵⁰.

Depois de relatar o motivo pelo qual o duque de Cadaval e outros preeminentes adeptos de D. Pedro estavam agora brigados com ele e inimizados uns com os outros, Parry, conta que o novo secretário de estado, D. Fernando Correia de Lacerda, “é muito diligente no trabalho, recomendando-se pela sua lealdade ao príncipe e aos interesses portuguezes; mas a nódoa que lhe ficou da sua *Catastrophe de Portugal* nunca poderá ser lavada”. Parry conclui o seu despacho com a seguinte referência à situação do infortunado D. Afonso VI, em sua prisão no castelo de Angra na ilha Terceira.

Muita coisa se tem propalado com referência ao rei e a como ele come tão demasiado que é com dificuldade que pode mover-se, por causa da gordura; como é raro levantar-se, ficando a fumar durante o tempo todo entre as refeições; e como está bem contente com a sua situação, nada fazendo no desejo de alterá-la. Mas não encontro uma só pessoa que dê a isso algum crédito, senão que têm piedade dele, dizendo que são informações falsas, inventadas com o único fim de fazer com que o povo o deteste.

O despacho de Parry não faz mais do que pôr os pontos nos *is* e cortar os *tês* de um relato anterior de Sir Robert Southwell (29 de abril de 1669) em que este se queixava de que

por falta de alguém para dirigir os seus negócios, todas as questões se ressentiam de uma intolerável desordem e de

⁵⁰ Public Record Office, State Papers, 89/10. Para o nascimento (6 de janeiro de 1669) da princesa, D. Isabel Luísa Josefa e sua carreira, cf. Dória, *D. Maria Francisca*, págs. 286-341.

protelação, porque o príncipe (a não ser em formalidade) nada faz por si mesmo, o secretário é mais indolente do que os clérigos, e tudo quanto se faz é andar para baixo e para cima pelos tribunais, o que é quase uma maneira sem fim de proceder; e o pior é que há 145 dias-santos no ano, pontualmente observados por eles⁶⁰.

A abdicação do governo por parte de D. Pedro significa que durante esse período e até que a morte do rei na prisão de Sintra lhe fortalecesse o pulso (12 de setembro de 1683), Portugal era, para todos os fins, governado pelos vários conselhos, cujas respectivas funções foram anteriormente descritas. Como consequência, Salvador, por ser o membro mais velho e mais experimentado do Conselho Ultramarino, tinha parte importante nas questões relativas à política de Portugal com relação ao Brasil, e na decisão a ser tomada no tocante à fundação de uma colônia na margem setentrional do Rio da Prata. Seu conhecimento e sua experiência nos negócios coloniais suportavam o maior peso, num país e numa corte em que, como lastimava Francis Parry,

o povo é tão despido de curiosidade que nenhum homem sabe mais do que aquilo que lhe é estritamente necessário. Por isso, vejo-me forçado a fazer as minhas observações aqui e ali, ciente de que estou tratando com homens cujos empregos os obrigam a um pequeno conhecimento das coisas em que se ocupam⁶¹.

Mas antes de discutir as relações luso-brasileiras nos anos sessenta de 1600, devemos atentar para os reveses experimentados pela família de Salvador, que alcançara por essa época grande notoriedade e extensas ramificações.

Há indícios de que João, segundo filho de Salvador, era o seu predileto. Em todo caso, achamo-lo mais vezes em companhia do pai do que o seu irmão mais velho, Martim, ou os dois mais moços, Salvador e Sebastião, que estavam destinados à carreira eclesiástica. Pelo inverno de 1658 Salvador conseguiu a libertação de um espanhol, prisioneiro de guerra, do castelo de Lisboa,

⁶⁰ Southwell a Arlington, a 29 de abril de 1669, no Publ. Rec. Office, State Papers, 89/10.

⁶¹ Parry ao Secretário Williamson, a 22 de outubro de 1670, no Publ. Rec. Office, State Papers, 89/11, fol. 5, justificando-se pela demora em redigir um relatório sobre o governo e administração de Portugal, que Arlington lhe havia solicitado.

com o intuito de fazê-lo tutor de João, uma vez que tanto ele como a mulher “estavam à procura de um professor que lhe (a ele João) ensinasse gramática, desejando para isso um castelhano, dada a estima que o dito general e sua esposa, Dona Catalina Velasco, têm pelos castelhanos”, como o próprio tutor nos informa. No ano seguinte o espanhol foi para o Rio de Janeiro com a família, mas a sua tarefa ali durou menos de um ano. O rapaz mostrava mais aptidão para a carreira militar do que para os estudos, pelo que deixou o da gramática, para chefiar uma expedição improficua à serra das Esmeraldas. Devemos estar lembrados de que ele acompanhara o pai quando Salvador entrou de surpresa no Rio de Janeiro, a 6 de abril de 1661, e de como os seus serviços foram elogiosamente apreciados pelo senado da câmara. Prestou serviços como general da frota do Brasil em 1669, e parecia bem lançado numa carreira promissora quando se viu envolvido no eclipse temporário da boa estrela da família, por ocasião da deposição de D. Afonso VI⁶².

Posto na prisão com o pai, em julho de 1668, é de crer que tenha tido a sua parte na reabilitação do último. Foi mandado a Goa em 1672, como capitão-mor das tropas destinadas às Índias Orientais e com o lucrativo posto de general do estreito de Ormuz e do Golfo Pérsico. Nesta qualidade deixou-se envolver em Bombaim (dezembro de 1674-janeiro de 1675) numa acrimoniosa disputa com os ingleses, em torno da questão de arriar a bandeira. Esse incidente — ou melhor, esta série de incidentes — esteve, a certa altura, ameaçada de ter um desfecho sangrento; mas, finalmente, João Correia arriou sua bandeira e, “os pontos de honra tendo sido ressalvados, a acalorada disputa terminou em fraternização e amizade”. Em consequência deste amistoso procedimento, Aungier, governador de Bombaim, tornou-se muito amigo de João Correia de Sá, por ele descrito como sendo “um digno e discreto cavalheiro”, e “um amigo dos ingleses”, ao contrário do vice-rei de Goa, Luís de Mendonça Furtado, conde de Lavradio, que era tido na conta de pessoa muito amiga da Companhia das Índias Orientais e de seus representantes⁶³.

⁶² *Bandeirantes no Paraguai*, págs. 103-4, depoimento de D. Juan Garcez de Monjelos; cf. *An. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, XXXIX, págs. 116, 121 e 123.

⁶³ C. Fawcett, *The English Factories in India*. Nova série, vol. I, *The Western Presidency, 1670-1677*, págs. 113-17 (Oxford. 1936). Não fala de Luís Mendonça Furtado, detestado pelos ingleses. O Dr. John Fryer, que o encontrou em Goa em 1675, descreveu-o como “um homem correto, cortês com

O vice-rei estava muito descontente com o procedimento de João Correia de Sá como general do estreito de Ormuz, pelo que em 1675 escreveu ao príncipe-regente, queixando-se de seu mau comportamento. João Correia, de seu lado, tinha fundas queixas do vice-rei, e escreveu pedindo permissão para voltar a Portugal, o que lhe foi concedido em março de 1676, “incluindo a família e os que com ele residiam” — graças, provavelmente à influência do pai. Pouco depois de sua chegada a Goa, havia ele se casado com uma senhora chamada Dona Ana Sarmento, filha de Inácio Sarmento de Carvalho, fidalgo macauense com folha destacada de serviços contra os holandeses, desde o assédio de Malaca (1640) até à queda de Cochim (1663). Dona Ana não sobreviveu muito tempo ao seu casamento, visto que em 1676 João Correia já era viúvo; mas continuava a viver em casa do sogro, onde era tratado como membro da família. Essa dedicação pagou-a ele com a mais negra ingratidão, conforme vem narrado na fascinante *Storia do Mogor*, de Nicolau Manucci, muito embora Manucci silencie sobre seu nome: ⁶⁴

Houve na cidade de Goa um homem bem nascido e muito conhecido entre os nobres; seu nome era Inácio Sarmento de Carvalho. Era ele governador de Cochim quando os holandeses se apoderaram da localidade de que já houve menção. Esse homem casou uma das filhas com um português bem nascido — não quero dizer o seu nome — que se dizia de alta linhagem. Ao cabo de alguns anos o último ficou viúvo, mas continuou a ser bem tratado pelo sogro. Tal era a confiança que nele tinham que se tornara réu de um ato desonesto ocorrido na casa, envolvendo descrédito para a pessoa de Inácio Sarmento. O

os estrangeiros”. Homem correto ele era, decerto. O padre Fernão de Queiroz, S. J., diz-nos, que ele era fisicamente mais bem constituído do que qualquer dos portugueses da Índia, e conta como ele matou em combate singular no Margão (1658), um comandante indiano de cavalaria. Fernão de Queiroz, S. J., *Conquista temporal e espiritual de Ceylão* (ed. de 1916), pág. 862.

⁶⁴ W. Irvine, *Storia do Mogor, au Mogul India 1653-1708*, por Nicolao Manucci, veneziano, III, págs. 159-60 (Londres, 1907). Convém saber que Dona Ana Sarmento não era a primeira mulher de João Correia, visto como pouco depois de chegar a Goa, havia ele se casado com Dona Helena Margarida Martins (ou Mascarenhas?). Nenhuma destas duas senhoras viveu muito tempo, e tampouco tiveram filhos; mas João Correia foi pai de alguns bastardos na Índia. Para uma descrição pormenorizada da carreira de Inácio Sarmento de Carvalho, cf. C. R. Boxer, *Breve relação da vida e feitos de Lopo e Ignácio Sarmento de Carvalho, grandes capitães que no século XVII honraram Portugal no Oriente* (Macau, 1940), págs. 27-49, 55-72. Para o retorno de João Correia, cf. Norton, *Dinastia dos Sás*, págs. 347-8.

genro, temendo que a coisa pudesse chegar aos ouvidos de Sarmento, planejou matá-lo. Com esse intuito escolheu e equipou soldados para executar o plano no momento oportuno. Chegou a esperar que a vítima se confessasse e recebesse o sacramento, no Domingo de Ramos. As sete horas da manhã os soldados entraram subitamente na casa, postando-se no corredor, enquanto outros dez subiam rapidamente a escada, com a espada na mão. Ao ver os homens, percebeu que estava sendo vítima de uma cilada e tentou tomar-lhes as armas. Não o conseguindo, foi imediatamente abatido a pontacos de espada.

Isso aconteceu no ano de mil e seissentos e setenta e seis. Os soldados atravessaram o rio e foram à procura de um abrigo, tendo recebido boa soma em dinheiro do nobre cavalheiro, que foi preso e levado para Portugal. Declarou que havia demonstrado muita consideração pela vítima, não a fazendo matar enquanto não havia se confessado e recebido o sacramento, ao passo que poderia tê-lo feito antes. A mim me parece que a Inácio Sarmento sobriariam razões para não se admirar de morrer daquela maneira, visto que em seus dias havia feito a mesma coisa a mais de um.

A verdade contida no que há de essencial na versão de Manucci tem sua confirmação na correspondência do vice-rei com a corte de Lisboa referente a esse homicídio. Por uma carta do conde do Lavradio ficamos sabendo que o culpado foi João Correia de Sá, e que, depois da morte da segunda esposa, ele seduzira uma filha natural de Inácio Sarmento, e bem assim a mãe da moça. O vice-rei reconhece que o crime foi particularmente atroz, visto como Inácio Sarmento havia tratado o seu matador como se seu filho fosse, e lembra que “com a sua morte ficou agora extinta a sua casa”⁶⁵.

Luís de Mendonça Furtado remeteu João Correia para Portugal, como prisioneiro, a fim de ser processado; mas o navio em que ele embarcou (*Bom Jesus de São Domingos*) tocou na Bahia

⁶⁵ Luís de Mendonça Furtado ao príncipe-regente, a 8 de janeiro de 1667. *O Oriente português*, VIII, págs. 134-5 (Nova Goa, 1911). Por esse despacho ficamos sabendo que o homicídio foi cometido no primeiro e não no sexto dia da quaresma; mas no resto a narrativa do vice-rei combina com a do aventureiro veneziano. A observação, feita por Manucci, de que Inácio Sarmento praticara muitos atos semelhantes em seus dias não tendo nenhuma prova convincente a seu favor, muito embora se admita que os assassínios eram muito comuns na “Goa dourada”, como se pode ver pelos relatos de todos os viajantes portugueses que andaram pela Índia no século dezessete.

durante a viagem, permitindo que os seus amigos em alta posição achassem meios para fazê-lo descer em terra, sob palavra, e por certo tempo. Quando, finalmente, chegou ele a Lisboa, não tardou que fugisse, diz-se que com a conivência do pai, e disfarçado em frade, achando abrigo na casa do núncio papal. A seqüência desse extraordinário caso foi assim narrada por frei Alexandre da Paixão, que escreveu em janeiro de 1679:

João Correia, que havia se homiziado na casa do núncio, fugiu para Cádiz num navio inglês. Dizem que foi para se casar. Fez-se tudo para recapturá-lo, mas em vão, porque quem voa anda mais depressa do que quem corre. O pai Salvador Correia, a velha raposa, veio e lançou-se aos pés de Sua Alteza, dizendo que não mais se sentia digno de servi-lo, e resignou o seu posto no Conselho Ultramarino. Despertou piedade, recebeu provas de simpatia e voltou favorecido.

Numa carta datada de 1678 o padre Antônio Vieira diz que João Correia se refugiou na casa do núncio, dizendo ter notícia de que todas as estradas que conduzem à Espanha estavam vigiadas por patrulhas de cavalaria, para impedir que escapasse. Não se sabe se Salvador foi cúmplice de sua fuga, como parece bastante verossímil, embora o príncipe-regente estivesse plenamente convencido de sua inocência⁶⁶.

Equanto João Correia, em Goa, se inimizava com o vice-rei da Índia e com o sogro, Salvador trabalhava assiduamente na corte para defender os interesses de seu irrequieto filho no Brasil. O filho mais velho de Salvador, Martim Correia de Sá, visconde de Asseca, e João Correia tinham sido aquinhoados com extensas capitâncias, medindo, respectivamente, vinte e dez léguas ao longo da faixa costeira próxima do Espírito Santo, onde, como devemos nos recordar, o pai possuía vastas propriedades nos Campos dos Goitacá. Consoante os termos de seus títulos de doação, estavam eles obrigados a fundar uma cidade em seus respectivos domínios, que deveriam ser colonizados de modo efetivo às suas próprias expensas, dentro do prazo de seis anos. Essas doações foram ad-

⁶⁶ Frei Alex. da Paixão, *Monstruosidades*, pág. 310; Antônio Vieira, S. J., *Cartas*, III, pág. 319; cf. também *Documentos históricos*, LXVII, págs. 308-9. Frei Alexandre da Paixão estava bem informado. João Correia de Sá casara-se pela terceira vez, ao chegar à Espanha. Não consegui descobrir o que afinal foi feito desse canalha, mas um de seus filhos naturais, Martim Correia de Sá e Benavides, que morava na Espanha, herdou os seus extensos latifúndios no Brasil.

judicadas aos dois irmãos em paga de seus serviços e “em reconhecimento pelos muitos meritórios serviços que o pai, Salvador Correia de Sá e Benavides, do meu Conselho de Guerra, tem prestado a esta coroa”, conforme reza a carta de doação, firmada pelo príncipe-regente em 1674. Especificou-se subsequenteemente que essas duas capitâneas passariam aos respectivos filhos e seus herdeiros, inclusive “mulheres e bastardos, uma vez que não provenham do coito danado”⁶⁷.

A carta de fundação daquelas duas cidades coincidiu com uma agitação nos Campos dos Goitacá, onde um dos feitores de Salvador, o rixoso beneditino padre Luís Correia, expulsou vários futuros colonos e ele próprio se tornou incômodo. Seus atos não foram levados em conta por Salvador, que, por morte de seu filho mais velho, atuou como guardião do herdeiro de Asseca (seu próprio neto), Salvador, e bem assim como representante de João de Sá, na corte. Ele obteve a confirmação das duas doações em setembro de 1674, o que o levou à fundação, em maio e junho de 1667, de São Salvador dos Campos dos Goitacá e São João da Praia (ou da Barra), as duas novas cidades recebendo os nomes dos santos patronos aos quais deviam o nome os seus respectivos proprietários⁶⁸.

Em 1675, não contente com este acréscimo nos bens, já vastos, da família, requereu Salvador a doação de mais um território nas terras de ninguém situadas entre Paranaguá e o Rio da Prata, para as quais ele tinha os olhos voltados havia trinta anos. Queixou-se de que as doações feitas ao seu segundo filho e ao neto, mais para o norte, eram pouco prestadias, e lembrava que os espanhóis podiam se antecipar aos portugueses na colonização das terras situadas ao sul da capitania de São Vicente, ricas mas inexploradas. Isso era, já se vê, a renovação, sob forma diferente, do acalentado projeto da criação de uma nova capitania na região de Santa Catarina, já referido no capítulo anterior (págs. 308, 315). Como resultado de suas representações, em março de 1676, João Correia de Sá foi aquinhoado com vasta extensão de terras na mencionada região.

⁶⁷ Cf. a importante carta de doação e outros fatos ocorridos de 1674 a 1676, vindos à luz em *Documentos históricos*, LXXIX, 209-31. O “coito danado” citado no documento original refere-se aos filhos de padres e eclesiásticos.

⁶⁸ *Documentos históricos*, IV, pág. 346; Varnhagen, *História geral*, III, pág. 290; Pedro Calmon, *História do Brasil, 1500-1800*, II, pág. 269; Ribeiro de Lessa, *Salvador Correia*, págs. 70-2; *An. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, XXXIX, págs. 134-8.

Em verdade, havia pouco perigo de os espanhóis precederem os portugueses nesta área, visto que como aqueles se mantiveram estritamente na defensiva sempre que o vice-reinado do Peru confinava com o estado do Brasil, de onde provinham, invariavelmente, todos os movimentos de agressão. Convém lembrar que em 1643 Salvador havia advogado a conquista de Buenos Aires, e que o padre Antônio Vieira, cinco anos depois, sugerira a mesma coisa, numa carta em que ele escrevia como se Salvador tivesse recebido ordens para apoderar-se da praça em 1647⁶⁹. Nesta última suposição Vieira provavelmente estava enganado embora não deixe de ter significação o fato de haverem os paulistas planejado em 1651 um ataque combinado contra Buenos Aires. Todavia, essa proposta deve ter sido de inspiração local (por esta época Salvador se achava em Angola), mas, seja como for, a tentativa não foi muito longe. As bandeiras que avançavam por terra, via Paraná e Paraguai, foram derrotadas pelas missões de índios, e as forças de desembarque que deviam seguir do Rio de Janeiro ou de Santos nunca partiram, provavelmente porque os cruzadores holandeses que infestavam o Atlântico Sul tornavam a projetada expedição naval demasiado perigosa⁷⁰.

Mas, se não havia nenhum perigo real de os espanhóis colonizarem a área litorânea situada ao norte do Rio da Prata, essa região vinha despertando grande interesse num outro quadrante, provavelmente não suspeitado por Salvador. O cônsul-geral inglês em Lisboa, Thomas Maynard, “homem muito instigador quando via proveitos para a sua nação”, conforme se expressou um seu compatriota em relação a ele, vivia muito intrigado com as supostas riquezas daquela área, fazendo tudo que estava a seu alcance para convencer Lord Arlington de que deveria pensar em colonizá-la. Como a maioria dos portugueses da época, de quem, naturalmente, havia haurido o que sabia a respeito do Brasil, Maynard supunha que a região era uma enorme ilha proveniente da junção do Amazonas com o Rio da Prata, o que

⁶⁹ Vieira ao marquês de Niza, a 20 de janeiro de 1648, “...uma das ordens que levou Salvador Correia foi mandar tomar aquele porto” de Buenos Aires. *Cartas*, I, págs. 135-6. Não pude encontrar, em parte alguma, a confirmação desse asserto, o que o faz não parecer muito verossímil; mas é fato que os paulistas renovaram em 1648 os seus ataques às missões jesuíticas espanholas, com a grande bandeira de Antônio Raposo Tavares. Cf. *An. Mus. Paulista*, V, págs. 1-20, 34-79; Afonso Taunay, *História das Bandeiras*, III, págs. 202-7.

⁷⁰ A frustrada invasão do Paraguai pelos paulistas e o projetado ataque a Buenos Aires vem largamente documentado nos *An. Mus. Paulista*, V, págs. 106-18.

possibilitava a navegação interior desde o Grão-Pará até Buenos Aires. Estava muito interessado no anunciado descobrimento da noz moscada e outras especiarias na região amazônica, mas a sua preocupação maior relacionava-se com a região onde Salvador queria fundar a sua capitania de Santa Catarina e ficava a área dada a João Correia em 1676. Os argumentos de Maynard são suficientemente interessantes e parecidos com os de Salvador para merecerem uma citação na íntegra⁷¹:

Meu Senhor, tem sido muitas vezes intenção minha dizer a Vossa Senhoria alguma coisa a respeito daquela região que fica entre o Trópico de Capricórnio e o Estreito de Magalhães, bem como da probabilidade de mostrar-se ela vantajosa ao comércio da Inglaterra, como escoadouro de nossas manufaturas, além do proveito que o reino pode tirar da plantação de tudo quanto aquele excelente e bem situado solo é capaz de produzir, como sedas, azeite, açúcar, anil, uvas, vinhos, tabaco e muitos outros artigos que recebemos da Itália, da Espanha e da França, sem falar nos produtos nativos, como o cacau, essa canela da região, que é muito estimada na Holanda e na França, paus de tinta e couros, e tampouco no ouro e outros minerais, pois é sabido que os portugueses muitas vezes têm obtido ouro dos nativos. Verdade é que o rei de Portugal pretende ser sua toda a região em apreço, até o Rio da Prata ou Buenos Aires; mas não faz nenhum comércio ao sul do Rio de Janeiro, que fica no trópico, embora existam ali pequenas povoações habitadas por portugueses, como São Vicente, Paguá, Cananéia e Santos, lugares que são supridos do que precisam pela Europa, por meio de barcos que vêm do Rio de Janeiro, ao longo da costa, e que, segundo estou informado, gostariam de entreter um tráfico com quem quer que lhes trouxesse aqueles artigos; de onde se conclui que, com o tempo, poderíamos negociar com os naturais da região, que nos forneceria ouro em troca da manufaturas inglesas. De alguns discretos portugueses que viveram muito tempo no Rio de Janeiro, tenho ouvido que lá existe ouro em abundância, e que se os portugueses que moram naquelas pequenas cidades fossem um povo diligente poderiam possuir vastas propriedades; porém são indolentes e preguiçosos, não cuidando senão do presente, ter o que comer e o que beber, coisa que o lugar oferece em abundância, com

⁷¹ Public Record Office, State Papers, 89/11, fols. 3-4. Maynard a Arlington, em 21 de outubro de 1670.

pouco trabalho. Afora isso, existem ali muitos bons portos, onde não moram portugueses e de onde se poderão fazer descobrimentos no interior. O mundo não oferece lugar mais bem situado para quem queira se estabelecer, ficando entre 24 e 36 graus e, conforme o que contam os que lá têm estado, possuindo um clima saudável e solo fértil. O Rio de Janeiro é abastecido de carne, trigo e toda espécie de verduras por Santos e São Vicente; ademais, há ali gado e veados em abundância. Os que lá fazem plantações devem levar grande vantagem sobre os que plantam nas ilhas do Caribe e em Barbados, no que respeita a provisões. Além de tudo, fica no continente do Peru, que é uma fonte de riquezas fáceis de serem conseguidas por um povo diligente e laborioso.

Quanto à região que fica ao sul do Rio da Prata, entre 37 e 52 graus, oferece ela excelente solo e clima saudável; mas, possuindo clima mais frio, não é favorável às produções que se obtêm nas partes do norte, mais isoladas. Meu Senhor, receio ter-me tornado muito enfadonho a Vossa Senhoria, a quem peço perdoar-me.

Arriscando-me a aborrecer o leitor com a correspondência de Maynard tanto quanto o digno cônsul temia importunar Lord Arlington, não posso furtar-me à citação de outra carta do primeiro a respeito do mesmo assunto. Depois de recapitular os argumentos usados anteriormente, Maynard acrescenta:

a probabilidade de descobrir ouro, prata e outras riquezas que a região promete é maior do que a de qualquer outro lugar do mundo, ficando ela na mesma latitude do Peru, do qual é separada somente pelo rio da Prata e o Amazonas. E quanto às plantações fornecedoras de produtos que necessitamos mandar vir do estrangeiro, são preferíveis às dos climas mais frios, que produzem os mesmos artigos que a Inglaterra, como a experiência nos tem ensinado suficientemente. Veja-se como são proveitosas as plantações do rei da Virgínia, em Barbados e outras ilhas das Antilhas, que nenhuma mercadoria fornecem senão as de que não podemos ser supridos por outras nações, para grande incremento de nossa navegação e comércio, aumento das receitas de Sua Majestade e enriquecimento de seus súditos. E quão perniciosa pode tornar-se a Nova Inglaterra o tempo mostrará; porque ela abastece de provisões todas as plantações de Sua Majestade nas Índias Ocidentais e na Terra Nova, provisões que de outra forma deveriam ser fornecidas pela

Inglaterra e pela Irlanda, acarretando isso grandes prejuízos para as pessoas de posses e para a navegação de ambos os reinos; porque os nossos marujos afluem para lá, para de lá partirem, em demanda de todas as colônias de Sua Majestade na América, muito raramente voltando à pátria; o que pode ocasionar a falta de marinheiros em alguma ocasião de emergência; sem falar que a sua escassés no fabrico de tecidos e outras manufaturas pode significar uma perda irreparável para a Inglaterra, sob muitos pontos de vista ⁷².

Não sei qual foi a reação de Lord Arlington a essas interessantes sugestões de Maynard; mas se alguma vez ele as tomou em consideração, muito breve teve a sua atenção solicitada por assuntos mais prementes, como a irrupção da terceira guerra com a Holanda, em 1672. Adulando, subornando e ameaçando, Luís XIV fez o que pôde para forçar o príncipe-regente a tomar parte na guerra, do lado dos ingleses e franceses. Acentuou que isso daria aos portugueses uma esplêndida oportunidade de se vingarem dos holandeses, por todos os territórios que esses hereges lhes haviam arrebatado na Ásia, antes de 1663. Alguns dos principais conselheiros de D. Pedro instavam para que ele aceitasse as propostas da França, mas o príncipe-regente estava perfeitamente inteirado da fraqueza de Portugal no mar, e igualmente convencido de que nem a França nem a Inglaterra estavam em condições de oferecer qualquer auxílio eficiente contra a superioridade dos holandeses nos mares da Ásia. Além de tudo, a Espanha, que pouco depois entrou na guerra, do lado dos holandeses, deixou claro que não ficaria inerte se Portugal interviesse. Luís XV fez o possível para reviver a hostilidade de Portugal para com os seus vizinhos; mas a massa do povo fez pressão para que a paz fosse mantida, e o partido belicista, a que pertenciam os nobres, não ousou ir contra a vontade do povo. Assim sendo, D. Pedro conservou-se neutro, e sem dúvida congratulou-se consigo próprio por este ato de sabedoria, quando, em 1674, a Ingla-

⁷² Public Record Office, State Papers, 89-11, fol. 27. Maynard a Arlington, em 25 de novembro de 1670. Para outras referências ao sudoeste do Brasil e as possibilidades do comércio e da colonização inglesa nessa área, cf. State Papers, 89/10, fol. 351, idem, 89/11, fol. 129; id. 89/12, fol. 203. É interessante comparar a descrição desta região dada por Maynard com a do padre Simão de Vasconcellos, em *Noticias*, págs. 66-9. Maynard junta um esboço de mapa desta região à sua carta de 28 de abril de 1671, confessando, porém, que o mapa não é exato, especialmente no que se refere às longitudes. Por infelicidade, ele não se encontra entre os relevantes documentos do Public Office.

terra fez as pazes em separado com os Estados Gerais, deixando a França, sua aliada, a combater sozinha ⁷³.

Durante a década de 1670 Salvador teve muitas oportunidades de influenciar a política do governo, graças ao fato de ser membro do Conselho Ultramarino e do Conselho de Guerra; durante este período, por motivos já antes explicados, D. Pedro nenhuma iniciativa tomou nos trabalhos da governança, contentando-se em ratificar as sugestões de seus conselheiros. Salvador, a despeito de suas ligações com a Espanha, não se envolveu na conspiração pró-Espanha e pró-Afonso VI, de 1673, conspiração que tinha extensas ramificações entre os fidalgos mais influentes. Isso fez com que o rei exilado fosse trazido dos Açores, para ser enclausurado no palácio de Sintra, onde ficou até a sua morte, em 1683, quando o príncipe-regente torna-se, finalmente, rei, com o título de D. Pedro II. A reconciliação entre D. Pedro e Salvador, levada a efeito pelos jesuítas em 1668-9, parece ter sido completa e sincera, tanto de um lado como do outro, continuando Salvador como conselheiro de confiança da coroa, até que o avançado da idade o incapacitasse para novos serviços ⁷⁴.

Desnecessário é enumerar aqui todas as decisões relativas à política colonial e militar em que Salvador teve parte, ou de que tomou a iniciativa, como membro dos supranomeados conselhos da coroa. Pode-se ter uma idéia de seus objetivos e de sua variedade através de passageira menção a umas poucas, entre as mais importantes. Em julho de 1670, o Conselho de Guerra discutia a preparação de uma pequena força naval para varrer os piratas das costas da Berbéria. Divergindo dos colegas, Salvador opôs-se formalmente a que se dignificasse grandiloqüentemente essa esquadrazinha de quatro navios com o nome de *Armada Real do Mar Oceano*, e se confiasse o seu comando a um general e almirante, com o estandarte real ao sopro do vento. Fez ver que se essa força, relativamente pequena, fosse derrotada pelos piratas,

⁷³ As intrigas anglo-francesas com o fim de envolver Portugal na guerra de 1672-74 e a oposição que o povo lhe fazia podem ser acompanhadas pela correspondência de Francis Parry e Thomas Maynard, em *State Papers*, 89/12, e *St. Pap.*, 89/13. Como de praxe, o juiz-do-povo foi o porta-voz do partido pacifista, dizendo ao embaixador espanhol em abril de 1672 "que não haveria guerra com Castela" e que os membros da classe trabalhista da câmara de Lisboa ameaçavam abertamente linchar os fidalgos favoráveis à guerra. *State Papers*, 89/12, fols. 68-301; *State Papers*, 89/13, fols. 3-4.

⁷⁴ Para a conspiração de 1673, em que a família de Mendonça Furtado estava pesadamente comprometida, cf. Paixão, *Monstruosidades*, págs. 239-46, 267-72, 283, 319; *Public Record Office*, *St. Pap.*, 89/12, Fols. 280-303, *St. Pap.*, 89/13, fols. 16-29.

ou se se visse forçada a arriar a bandeira por uma esquadra mais forte, francesa ou inglesa, “ninguém iria dizer que eles haviam humilhado esses quatro navios, mas sim a Armada Real de Portugal”. Era bem fundamentada a opinião de Salvador, pois tanto os vasos de guerra franceses como os ingleses faziam timbre em exigir cumprimentos dos navios portugueses, toda vez que podiam, mesmo se estes estivessem em águas territoriais de Portugal ⁷⁵.

É provável que coubesse a Salvador a responsabilidade principal na política do Conselho Ultramarino (e, portanto, da coroa) em certos assuntos, tais como a regulamentação do tráfico açucareiro, a reorganização da junta da Companhia do Brasil, a ocasião da partida e as ordens a que deviam obedecer os comboios da frota do Brasil e os navios portugueses que saíam das Índias Orientais com destino à mãe-pátria ⁷⁶. Sua atividade na administração das minas e na política da mineração no Brasil (maio de 1677) já foi aqui várias vezes mencionada, bem como sua defesa ao impulso que se devia dar à construção de navios nas capitanias do sul. A julgar pelo verdadeiro “aperto de mão” com que ele assinou a “consulta” sobre Macau em 1679, devia ele ser então um homem doente ⁷⁷; mas o trabalho que endereçou à corte naquele mesmo ano a respeito do comércio com o Brasil, em geral, e do monopólio do tabaco, em particular, não denota nenhum desfalecimento de suas capacidades mentais.

O desenvolvimento da indústria do fumo foi uma das feições marcantes da economia brasileira no decurso do último quartel do século. Em 1659, o monopólio do tabaco havia rendido à coroa 64.700 cruzados, cifra que cinquenta anos depois subiu a mais de dois milhões ⁷⁸, apesar do declínio dos preços no mercado de Lisboa e das várias restrições impostas ao cultivo do tabaco no Brasil. Em começos do século dezoito, com toda razão observou Antonil que ao passo que “o açúcar do Brasil tornou

⁷⁵ Minutas do Conselho de Guerra, 11 de julho de 1670, publicadas por Chaby, em *Synopse*, III, pág. 32. Interessante é notar que a essa reunião esteve presente o conde Schomberg, que estava então em visita a Portugal. Para a exigência de cumprimentos que navios franceses e ingleses faziam aos de Portugal, muitas vezes da maneira mais desarrazoada, cf. Public Record Office, St. Pap., 89/11, fols. 45, 163-4, 202-3, 246, 291, 310-24; id., 89/12, fol. 37; Dória, *D. Maria Francisca*, págs. 324-6.

⁷⁶ Cf. os documentos insertos em *Documentos históricos*, LXVII, págs. 139-46; LXXXVII, págs. 226, 235; LXXXVIII, págs. 76-8, 115, 121.

⁷⁷ Arq. Hist. Colon., Lisboa, Macau, caixa I, papéis de 1679.

⁷⁸ Pedro Calmon, *História do Brasil*, II, págs. 456-8.

este país conhecido em todos os reinos e províncias da Europa, o tabaco o tem feito muito mais famoso em todas as quatro partes do mundo”⁷⁹.

Em forte contraste com a sua anterior posição de defesa da monopolizadora Companhia do Brasil, Salvador condenava o monopólio do tabaco, como sendo um grande empecilho à colonização e ao progresso do país. Sua sugestão foi para que o cultivo e a exportação do fumo fossem isentas das pesadas restrições que incidiam sobre ambos, em troca de uma vultosa indenização a ser paga (em espécie) à coroa pelos lavradores, muitos dos quais eram pequenos proprietários. A proposta foi aprovada pela generalidade dos membros das cortes, e também pela Bahia, para onde Salvador enviou cópias de sua sugestão, com o fim de serem distribuídas entre os interessados. Apesar de tudo, embora aprovada em teoria pelas cortes, nenhum passo foi dado para torná-la efetiva, de modo que a proposta foi engavetada e esquecida por ocasião da prorrogação do parlamento, que não mais se reuniu durante quase vinte anos. Desiludido, sem dúvida, por esta apatia, Salvador escreveu a um de seus correspondentes na Bahia (como lembraria o último oito anos depois), dizendo “que ele e eu fomos loucos em cansar os nossos cérebros e gastar o nosso dinheiro em prol da prosperidade comum; e que então estava resolvido a não mais se ocupar em coisa alguma, a não ser curar-se da moléstia que o prendia ao leito, e da qual veio a morrer”⁸⁰.

O desenvolvimento do império sul-americano de Portugal, a que Salvador esteve durante tantos anos intimamente ligado, alcançou outro estágio com a fundação, em 1680, da colônia portuguesa do Sacramento, na margem setentrional do rio da Prata, defronte de Buenos Aires. Salvador teve grande responsabilidade na criação deste estabelecimento, em seu último ano de exercício, como ativo conselheiro da coroa⁸¹. Por certo tinha ele os olhos voltados para os interesses de sua família na embrionária capi-

⁷⁹ Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil...*, parte II, cap. I. Antonil não exagerou. Na corte de Pequim, os jesuítas observaram que nenhum presente era mais apreciado pelo imperador Manchu e seus mandarins do que o “tabaco de Portugal”, que devemos entender do Brasil.

⁸⁰ “Parecer e tratado” de João Peixoto Viegas, datado da Bahia, 1687 e dado à publicidade nos *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. XX, págs. 213-23. Peixoto Viegas foi secretário do Conselho Municipal da Bahia em 1681.

⁸¹ *Documentos históricos*, LXXXVIII, págs. 121, documento datado de 3 de maio de 1677.

tania de Santa Catarina; mas outras e mais importantes razões de Estado havia por detrás do ato de Portugal.

Entre 1660 e 1680 os preços do açúcar, do fumo e outros produtos brasileiros de exportação caíram cada vez mais no mercado de Lisboa, ao mesmo tempo que ali esteve sempre em ascensão o preço do milho e de outros artigos cuja importação era de necessidade vital para Portugal⁸². O progresso que os holandeses, franceses e ingleses imprimiram à indústria do açúcar e do tabaco nas Antilhas foi uma das razões de isso ter acontecido; a outra foi a política protecionista da Inglaterra e da França (particularmente sob Colbert), que aumentou os impostos sobre o açúcar brasileiro⁸³. A crise econômica que disso resultou para Portugal foi agravada pela queda na importação anual da prata, em barras, de Sevilha e Cádiz. Com o balanço cada vez mais desfavorável em suas transações comerciais, Portugal precisava conseguir mais dinheiro para pagar as importações feitas no norte da Europa, justamente numa época em que a prata se tornava de aquisição cada vez mais difícil. Esse fato foi notado em Lisboa por todos os observadores estrangeiros. Thomas Maynard, um dos mais experimentados entre eles, escrevia em dezembro de 1671:

Todo o açúcar chegado este ano, acrescido de todos os outros artigos que este reino tem para exportar, não dá para pagar a metade das mercadorias por ele importadas, pelo que todo o dinheiro do reino se escoará para fora dentro de poucos anos⁸⁴.

Desde que as nações do norte da Europa adquiriam menos produtos portugueses e brasileiros numa época em que Portugal ainda dependia da importação de trigo e artigos manufaturados, o governo, em Lisboa, para vencer a crise econômica só tinha a escolher entre três alternativas: a criação de manufaturas (a de tecidos, por exemplo) no próprio país; a abertura de novos ramos de comércio, capazes de encaminhar para o Brasil a prata do Peru; o descobrimento e a exploração de minas de ouro ou de prata dentro do próprio Brasil. O governo experimentou, simultaneamente, as três medidas. Mandou-se buscar na Inglaterra e

⁸² V. Magalhães Godinho, “Le Portugal, les flottes du sucre et les flottes de l’or”, em *Annales-Economies-Sociétés-Civilisations*, págs. 184-7 (Paris, 1950).

⁸³ Publ. Rec. Office, State Papers, 89/11, fols. 63-4, 67-8, 128.

⁸⁴ Public Record Office, State Papers, 89/11, fol. 283, carta do cônsul Maynard de 9 de dezembro de 1671.

na França operários habituados, com o intuito de melhorar a incipiente indústria de tecidos no próprio Portugal, e de introduzir indústrias novas noutros ramos⁸⁵. No Brasil fizeram-se esforços para, mais uma vez, tirar partido da onda de prata que descia de Potosi para Buenos Aires, dando provas de ser uma fonte tão grande de lucros durante os “sessenta anos de cativoiro”, e que Salvador havia tentado inutilmente desviar nos anos de 1650 a 1652. Pela mesma época, acentuou-se de novo a procura de minas de ouro e de prata no interior do Brasil, virtualmente abandonada após o insucesso dos grandiosos projetos de Salvador, em 1659-60.

O envolvimento da Espanha na guerra franco-holandesa de 1672 a 1678, enquanto Portugal permanecia neutro, facilitou, sem dúvida, aos portugueses renovar suas hostilidades na América do Sul durante aqueles anos. É significativo que o governo tenha afinal dado a sua aprovação ao esquema de colonização da região do norte do Rio da Prata proposto e acariciado durante tanto tempo por Salvador, com a doação, em 1676, de territórios a um filho e a um neto seus. Como tem igualmente significação o fato de justamente nessa ocasião, os paulistas, que haviam permanecido quietos naquela área durante tantos anos, renovarem, de súbito, as suas incursões no território pertencente aos espanhóis, saqueando a cidade de Villa Rica de Espiritu Santo, no Paraguai⁸⁶. Acresce que as exigências territoriais apresentadas pelos portugueses receberam uma implícita sanção legal à vista dos termos da bula papal de 22 de novembro de 1676 (*Romani Pontificis Pastoralis Sollicitudine*), que criou o bispado do Rio de Janeiro, e estendeu a sua diocese até ao Rio da Prata. Quatro anos mais tarde, a fundação da Colônia do Sacramento na margem oposta, defronte de Buenos Aires, mostrou que estava disposto a insistir em suas pretensões territoriais naquela região. Este não é o lugar para abordar-se a atormentada história da

⁸⁵ Publ. Rec. Off., State Papers, 89/11, fols. 136 a 138; V. Magalhães Godinho, “Le Portugal”, pág. 186, nota citando carta do cônsul francês em Lisboa datada de 27 de julho de 1671, Francis Parry, escrevendo para sua terra em 9 de maio de 1671, informava que em Portugal se faziam tecidos tão bons como em qualquer outra parte, mas sem nenhuma vantagem, visto como os importados da Inglaterra eram vendidos mais barato do que os produzidos no país. Muitas outras fontes da época dizem que os panos de fabricação portuguesa eram inferiores em qualidade aos ingleses, holandeses e franceses.

⁸⁶ Cf. os documentos publicados em *Anais do Museu Paulista*, vols. V, págs. 259 a 320; XIII, págs. 469 a 489, e em *Bandeirantes no Paraguai*, págs. 115 a 125.

mencionada colônia, que, afinal, teve de ser cedida à Espanha, após quase um século de lutas⁸⁷. Em todo o caso, Sacramento desempenhou o duplo papel de constituir um entreposto para o contrabando da prata do Peru e servir de escudo protetor à penetração e consolidação da região que veio a ser ocupada pelos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul no Brasil de hoje.

A renovada procura de minas durante o sétimo e o oitavo decênios de 1600 não foi, no começo, mais bem sucedida do que haviam sido antes os esforços do próprio Salvador; mas a exploração de novas zonas situadas mais no interior prepararam o caminho para o descobrimento, no fim do século, das minas de ouro de Minas Gerais. Salvador estava certo quando supunha que o Brasil haveria de produzir um dia grandes quantidades de ouro; no entanto, as minas de prata de Sabarabuçu, que foram a obsessão de seus contemporâneos, tiveram finalmente de ser relegadas ao domínio da lenda.

A criação na América portuguesa da *Repartição do Sul*, como província administrativamente independente, foi uma das aspirações que Salvador não teve a sorte de ver realizadas, mas que veio concretizar-se (embora não precisamente como ele havia imaginado) depois de sua morte. A mudança da capital da colônia que passou em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro, foi uma justificação tardia do otimismo por ele demonstrado cem anos antes a respeito do futuro reservado às províncias do sul.

O século da história brasileira que se inicia em 1580 com a tomada do trono português por Filipe II, e encerra-se em 1680 com a fundação da Colônia do Sacramento, na margem do Rio da Prata, bem pode ser chamado “o século do açúcar”. Os revoltosos pernambucanos de 1645, com muita propriedade, fizeram do açúcar a sua senha, e os escravos teriam sido a contra-senha lógica de que eles necessitavam. O tráfico do açúcar e o tráfico negreiro, seu corolário, foram os dois pilares sobre os quais se construiu a sociedade da colônia em sua fase de gestação.

A despeito da crise econômica das décadas de setenta e oitenta de 1600, na época em que morreu Salvador o Brasil se achava em situação muito mais florescente e próspera do que antes de seu nascimento. A soberania portuguesa, tanto em nome como o na realidade, estendia-se da foz do Amazonas ao Rio da Prata. Havia contato mais estreito entre os diversos pontos povoados da

⁸⁷ Livro básico sobre este assunto é o de I. da Costa Rego Monteiro, *A Colônia de Sacramento, 1680-1777*, 2 vols. (Porto Alegre, 1939).

costa do que no começo do século, e a exploração do interior se processava em várias direções, havendo os paulistas viajado por terra até o Grão-Pará. A administração central funcionava de modo mais eficiente, estabelecendo-se outrossim uma hierarquia episcopal com a criação de um arcebispado na Bahia. Os jesuítas podiam jactar-se de que os seus colegas brasileiros estavam em pé de igualdade com os da Europa, e um número crescente de jovens ia da colônia para Portugal, com o fim de completar a sua educação em Coimbra. A vinda de camponeses de Portugal e dos Açores continuava firme⁸⁸, e muitos funcionários fixaram residência no Brasil após a expiração de seus compromissos. Florescia o tráfico com Angola, quaisquer que tenham sido os escrúpulos de consciência que ocasionalmente possam ter experimentado os que nele exerciam a sua atividade. Os escravos índios eram quase sempre substituídos pelos negros, salvo no Pará, no Maranhão, no Ceará e em São Paulo. Se Pernambuco não conseguiu readquirir a excepcional prosperidade de que tinha gozado nas décadas que precederam a invasão holandesa, a Bahia e o Rio haviam ganho muito em desenvolvimento e prosperidade. Os conselhos municipais da colônia atuavam muitas vezes como algo mais do que guardiães dos interesses dos plantadores de cana, ou como adversários da "liberdade dos índios"; suas representações à coroa sobre assuntos concernentes à felicidade do povo foram muitas vezes (mas nem sempre) bem recebidas em Lisboa.

Contrastando com isso, os colonos tinham boas razões para se queixar das dificuldades econômicas causadas pelos monopólios da Companhia do Brasil, e da perpetuação do sistema de comboios depois que a necessidade estratégica que o motivou havia terminado, com a paz de 1668. A imposição de pesadas taxas, que inicialmente eram cobradas para atender às súbitas dificuldades do tesouro, como no caso do dote de Catarina de Bragança e no da indenização paga à Holanda em 1661-3, mas que depois foram mantidas durante muitos anos (se não séculos) em atenção a interesses exclusivamente portugueses, era naturalmente motivo de uma boa dose de descontentamento. Em certas áreas, as rebeliões de escravos constituíam uma constante ameaça, particularmente em Pernambuco e na Bahia, onde os negros fu-

⁸⁸ "...não aua Navio do Porto e Ilhas que não trouxece de 80 lauradores para sima..." Carta de João Peixoto Viegas a Salvador Correia de Sá, endereçada da Bahia a 15 de julho de 1680, e publicada nos *Anais da Biblioteca Nacional*, do Rio de Janeiro, tomo XX, pág. 221.

gidos internavam-se nas matas, e ali se juntavam em aldeias chamadas *quilombos*, de onde faziam sortidas para assolar os sítios e fazendas das redondezas. A febre amarela foi introduzida no Brasil mais ou menos por essa época, ao mesmo tempo que a peste grassava periodicamente em Pernambuco e outros pontos. Mas, a despeito desses fatores contrários, a história nos dá a prova de que o século dezessete foi para o Brasil uma era de consolidação e progresso. Eram já passados os dias pioneiros do século dezesseis. Começara a tomar corpo uma nação.

Para a mãe-pátria, o século dezessete foi também muito importante, embora os historiadores tenham dedicado mais atenção aos cem anos que o precederam. Os anos de vida de Salvador coincidiram com a recuperação da independência (1640), com a ruína do império colonial asiático, e a importância crescente adquirida pelo Brasil e Angola. O entreposto da Ásia e o tráfico das especiarias, que marcaram o século dezesseis, foram suplantados pelo sal de Setúbal e pelo açúcar e o fumo do Brasil. Durante o mesmo período os jesuítas consolidaram e expandiram a sua influência, que já era grande, na esfera educacional e nos empreendimentos missionários do padroado. A luta entre a Inquisição e os cristãos-novos atingira o seu clímax, terminando com a derrota dos últimos, apesar da proteção que lhes dispensava o padre Antônio Vieira. A segunda metade do século dezessete assistiu também a uma longa revolta dos elementos democráticos na nação, representados pelo terceiro estado das cortes e pelo juiz-do-povo do conselho municipal de Lisboa, contra as forças do absolutismo e do autoritarismo, agindo em nome da coroa. A crise de 1667-68 assinala a vitória das cortes e do povo, que impôs a retirada de Castel-Melhor, o destronamento do rei e a conclusão da paz com a Espanha. O grande alcance dessa vitória e o precedente exemplo do governo parlamentar da Inglaterra (1642-60) causaram funda impressão em Portugal, levando os que ocupavam altos postos a se desiludirem das assembleias eleitas. Assim que se tornou rei, por morte de Afonso VI, D. Pedro sentiu-se bastante forte para dispensar completamente as cortes⁸⁹. De 1698 a 1820 não foi convocada mais nenhuma, e em Portugal o século XVIII foi um período de despotismo, esclarecido ou não.

⁸⁹ E. Prestage, “The mode of government in Portugal during the Restoration period”, pág. 270.

Na introdução deste livro se disse que a trajetória percorrida por Salvador em sua carreira mostra claramente a recíproca dependência que durante o século dezessete havia entre Portugal, Brasil e Angola. Seguramente, entre os seus contemporâneos (com a possível exceção do padre Vieira) ninguém desempenhou papel tão importante, e por tão longo tempo, nos dois lados do Atlântico. A guerra holandesa de 1624 a 1654 foi travada, antes de tudo, por causa do açúcar e da escravidão negra; e a vitória final, no Brasil, foi, em boa parte, a consequência da reconquista do mercado de escravos de Angola, devida a Salvador. Entre 1641 e 1668 a existência de Portugal como nação independente esteve largamente subordinada à segurança com que lá chegavam do Brasil as frotas do açúcar; e foi Salvador o grande responsável pela organização do sistema de comboios, cujo valor estratégico ficou provado de modo tão brilhante. Na metrópole teve parte importante, não obstante sem efeito, na revolução palaciana de 1667, e no papel, mais construtivo, de um dos conselheiros de confiança da coroa. Preador de índios, “peruleiro”, senhor de extensos canaviais, e traficante de escravos, de um lado; almirante, general, governador e veterano estadista de outro lado, Salvador, até o momento em que se viu preso ao leito, realizou na vida aquilo de que se ufanava em 1647, quando disse: “sempre dei boa conta de mim”.

Salvador assinou sua última “consulta” no Conselho Ultramarino a 18 de janeiro de 1681⁹⁰, e nunca mais se recuperou da moléstia que o levou ao leito. A saúde do corpo baqueara-lhe antes das faculdades mentais; porque, quando teve notícia da revolta da ilha de Pata, perto de Zanzibar, na África oriental, ofereceu-se para chefiar uma expedição através do continente negro, a fim de punir o chefe islâmico da rebelião. E quando alguns de seus amigos pretenderam convencê-lo de que isso seria uma loucura quixotesca, respondeu que sempre desejara morrer com o troar dos canhões soando aos seus ouvidos⁹¹. Contudo, morrer combatendo não mais podia entrar praticamente nos planos deste “notável velho lutador”, que expirou entre 1681 e

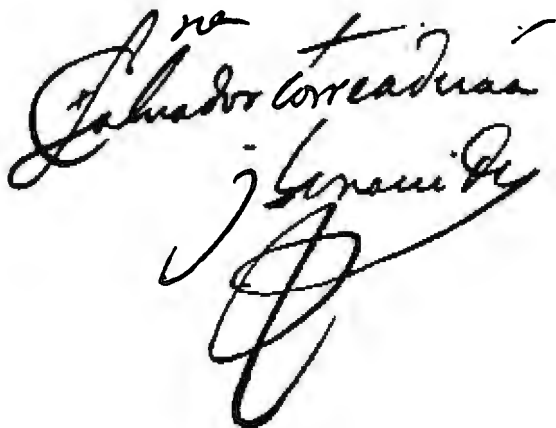
⁹⁰ *Documentos históricos*, LXXXVIII, 192.

⁹¹ “...ter o consolo de ouvir tiros na hora da morte” é a forma sob a qual aparece esta tradição na biografia de Salvador feita por Varnhagen e publicada na *Revista trimestral*, III, p. 110. A rebelião de Pata deu-se em 1678 e, novamente, em 1887. É óbvio que a referência corresponde à revolta de 1678.

1687, sem que se possa precisar a data ⁹². Levaram-lhe o corpo para repousar ao lado do de sua mulher, no convento dos Carmelitas Descalços ⁹³, que fica situado defronte da casa em que ele falecera. Seu túmulo desapareceu tempos depois, mas foi poupada a inscrição que o assinalava e é a que abaixo se lê:

Aqui jaz Salvador Correia de Sá e Benavides, senhor do feudo de Penaboa e das vilas de Tanquinhos, Arripiada e Asseca. Restaurador da fé de Cristo em Angola, Congo, Benguela, São Thomé, conquistados aos holandeses. Adquiriu esta sacristia com perpétuos sufrágios e missas.

*Roga aos que esta inscrição lerem
que peçam a Deus por ele.*



Salvador Correia de Sá e Benavides

⁹² Todos os autores modernos, acompanhando Varnhagen em seu ensaio de 1841, dão o dia de Ano Bom de 1688 como sendo a data da morte de Salvador. Não sei em que autoridade se baseia essa asserção; mas Peixoto Viegas, escrevendo na Bahia em 1687, diz explicitamente que nesta data Salvador já tinha morrido. Veja-se a nota 88, páginas atrás.

⁹³ Em A. Carvalho da Costa, *Corographia portugueza* (Lisboa, 1712), pág. 527, há uma descrição minuciosa da rica sacristia em que Salvador foi sepultado.

Apêndice I

(a) *Ascendentes e lugar de nascimento de Salvador Correia de Sá e Benavides*

Ao compilar a tábua genealógica que adiante se vê, utilizando fontes numerosas e conflitantes, dispensou-se particular atenção aos seguintes pontos:

(I) Compromisso de Gonçalo Correia da Costa, em que a paternidade e o lugar de nascimento são mencionados sob juramento, como uma das testemunhas no processo de beatificação de Anchieta, em Lisboa, a 14 de agosto de 1627.¹

(II) Alegação de Pedro de Mello, feita por volta de 1663, de que Salvador Correia, o velho, vivia “amancebado” com a mulher de um piloto, a qual outro contemporâneo, o padre Pedro Peixoto, identificou como sendo Vitoria da Costa².

(III) Nas *Ementas de Habilitações de Ordens Militares nos princípios do século XVII*, codex datado de, mais ou menos, 1650, e pertencente à Biblioteca Nacional, de Lisboa, lê-se (fol. 87) que Victoria da Costa era mãe de Martim de Sá, sem nada dizer sobre a data do nascimento do filho e tampouco sobre a do casamento dela com o pai deste último.

(IV) A informação, dada por Knivet em 1597, de que João de Sousa Botafogo e outros portugueses do Rio de Janeiro e São Paulo dizem que Martim de Sá não era “senão o filho bastardo do governador”³.

(V) Da narrativa que deu Knivet de suas aventuras no Brasil, e de um incidente narrado por frei Vicente do Salvador⁴, conclui-se claramente que a primeira mulher de Salvador, o velho,

¹ Veja-se o addendum a Ribeiro de Lessa, *Salvador Correia de Sá*, pág. 82.

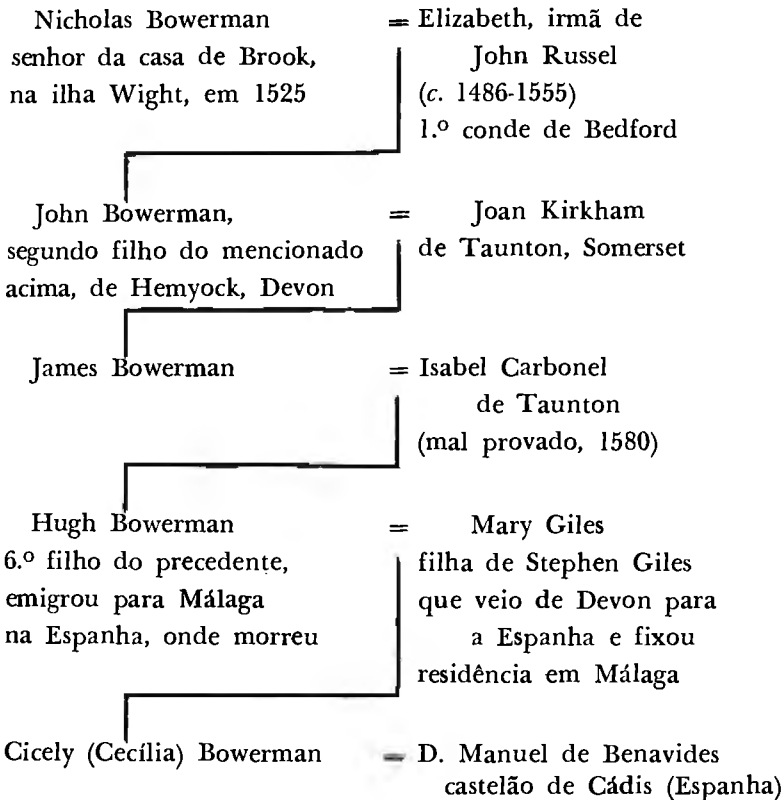
² Christovão Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana*, tomo III, vol. II, pág. 372 (Porto, 1946).

³ Purchas, *Pilgrimes*, IV, 1216.

⁴ Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, págs. 266-7.

Dona Inês de Sousa, com quem ele se casara antes de 1583, era ainda viva depois de 1602. A segunda mulher, D. Luísa Tibão, parece não ter deixado na história nenhum traço, além do simples fato de sua existência. Mas é claro que Salvador Correia poderia não ter tomado para mulher a antiga amante, Victoria da Costa, senão depois da morte de sua segunda esposa.

(VI) As ligações entre as famílias Bowerman e Benavides ficam mais claras diante da tábua genealógica simplificada que aqui vai, tendo sido omitidos os outros parentes de ambos os lados.



A U T O R I D A D E S

British Museum, Harleian MS., 1544, fol. 141 *verso* (visitações de Hampshire e da Ilha Wight em 1622-34); *Ibidem*, Harleian MS., 1081, fol. 397 *verso* (visitação de Devon em 1620).

ANTEPASSADOS DE SALVADOR CORREIA DE SÁ E BENAVIDES

Gonçalo Correia da Costa — Felipa de Sá

nasc. Casa de Penaboa

Barcelos

Salvador Correia de Sá = Victoria da Costa ⁵

n. Barcelos, 1547

n. Azamor

Martim de Sá

n. Rio de Janeiro, c. 1575

Hugh Bowerman = Mary Giles

Don Manuel de Benavides ⁶ = Cicely Bowermann

n. Baeza, Jaen

n. Málaga

= D. Maria de Mendoza y Benavides

Salvador Correia de Sá y Benavides

n. Cádiz, 1602

⁵ Amante do velho Salvador, c. 1575 e casada com ele depois de 1603.

⁶ Castelão de Cádiz, c. 1600.

W. Berry, *Pedigrees of the families of the county of Hants*, págs. 78-9 (Londres, 1833).

T. Westcote, *A view of Devonshire in 1630, with a pedigree of most of its gentry*, pág. 518 (Exeter, 1845).

F. T. Colby (org.), *Visitation of the County of Devon*, 1564, pág. 25 (Exeter, 1881).

F. W. Weaver (org.), *Visitations of the County of Somerset in the years 1531 and 1575, with additional pedigrees*, págs. 9-10 (Exeter, 1885).

(VII) Com respeito ao lugar de nascimento de Salvador, a pretensão dos biógrafos portugueses e brasileiros de que ele viera ao mundo no Rio de Janeiro, em 1594, deve ser decididamente rejeitada, diante da informação, por ele próprio prestada à Mesa da Consciência e Ordens em 1644, de que nasceu em Cádiz. A relevante *consulta* da Mesa, datada de 6 de abril de 1644, foi depois transcrita na íntegra por uma cópia fotográfica amavelmente fornecida pelo Sr. Frazão de Vasconcellos, cuja gentileza chegou ao ponto de pesquisar, a meu pedido, os registros da *Mesa da Consciência e Ordens* nos arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa.

Por ordem rubricada da Real mão de VMg^{de} de 1º do presente manda VMg^{de} que neste tribunal se veja e consulte logo, hũa petição de Salvador Correia de Saa e Benavides. Nela refere que VMg^{de} lhe tem feito merçe de mandar lançar o habito de xpo a dous filhos seus, e a hum sobrinho, e porque elle Salvador Correa, he natural da Cidade de Cadiz, e sua maij da Cidade de Baeça em Castella, e sua molher, maij dos Justificantes seus filhos, e seus avos maternos, são naturaes da Cidade de Tucumán, nas Índias, e só os ditos Justificantes e seu avo Paterno são do Rio de Janeiro, donde também o são os mais dos ascendentes do dito seu sobrinho, e só seu Paij, e auo Paterno, são de antre Douro e Minho. Pede a VMg^{de} que visto a difficuldade de ir a Castella, e a distancia que ha daquij ao Rio de Janeiro lhe faça merçe de mandar que nesta Cidade se lhe fação as suas provanças, como se tem feito a outros muitos.

A este tribunal parece que VMg^{de} deue conceder a Salvador Correa o que pede, que tocar a Castella, por não haver modo de se poder hir a ella, porem que no mais do Rio de Janeiro, e antre Douro e Minho, convira que se guardem os Estatutos, feitos e ordenados com todas as boas considerações, e porque tambem no Rio de Janeiro pode

haver alguma noticia do que toca a Castella, e Indias, pela comonicação e vizinhança que naquella Capitania havia com os Castelhanos.

Ao Presidente Dom Carlos de Noronha, Pareçeo que VMg^{de} deve conçeder a Salvador Correa o que pede, tanto pello que toca a Castella como ao Rio de Janeiro, assij pelas habelitações que já se lhe tem feitas e não vê que nesta merçe haja inconveniente. Lixboa a 6 de abril de 1644.

Esta consulta foi assinada por D. Carlos de Noronha, D. Leão de Noronha, Gregório de Mascarenhas Homem, Francisco de Menezes e André Franco, sendo endossada pelo rei D. João IV, "como parece, Alcântara, 13 de Abril de 1644". (Torre do Tombo, Lisboa; "Habilitações da Ordem de Christo", letra S, maço 4.)

b) *A familia de Salvador*

(I) *Martim Correia de Sá*. Nascido no Rio de Janeiro a 6 de setembro de 1639. Recebeu o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo em 1644, e serviu na última fase da guerra de 1640-68 como coronel (mestre-de-campo) dos regimentos de infantaria de Moura e Setúbal, sendo ferido gravemente em ação. Foi agraciado com o título de primeiro visconde de Asseca em janeiro de 1666, morreu antes do pai, em Setúbal, a 28 de setembro de 1678.

(II) *João Correia de Sá*. Foi recebido cavaleiro na Ordem de Cristo em 1644. Serviu no Brasil com o pai entre 1659 e 1663, e foi general da frota do Brasil em 1669. Foi general do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico de 1673 a 1676. Remetido preso para Lisboa em 1677, refugiou-se a princípio na casa do núncio papal, em Lisboa, e depois fugiu para a Espanha, onde se casou pela terceira vez, suas duas primeiras esposas havendo morrido antes dele, na Índia. A julgar por um tópico do *Inventário dos Livros de Matrícula dos Moradores da Casa Real* (I, pág. 367), ele deve ter estado uma vez em Angola, onde teve um filho natural, ao qual se conferiu o grau de cavaleiro, sob a condição de ir ele para a Índia, em 1681.

(III) *Salvador Correia de Sá e Benavides*. Entrou para a Igreja e tornou-se *Chantre* da Catedral de Lisboa. Feito cavaleiro da Ordem de Cristo em 1644.

(IV) *Sebastião de Sá*. Entrou na Companhia de Jesus, tornando-se padre desta Ordem.

(V) *Teresa de Velasco*. Casada com D. Luís da Silva Telles de Menezes.

(VI) *Maria de Velasco*. Da qual parece não ter ficado nenhuma notícia a não ser a data de seu falecimento, em 1657.

Não me foi possível achar as datas do nascimento e morte da mulher de Salvador. Pelà reprodução do autógrafo da assinatura de Salvador verifica-se que ele seguia o galante costume de colocar a letra inicial do primeiro nome da esposa antes do dele próprio. Esta praxe vem mencionada em algumas linhas por Lope de Vega:

Porque es uso en corte usado
cuando la letra se firma
poner antes de la firma,
la letra del nombre amado ⁷.

Não se sabe ao certo o que terá sido feito do único filho que Dona Catalina de Ugarte y Velasco teve de seu primeiro marido, Diego Graneros de Alarcón. Em 1630, quando ela se casou com Salvador, esse menino devia ter apenas sete ou oito meses de idade, sendo o seu nome, conforme a vontade do pai, D. Pedro de Velasco y Graneros (v. capítulo III, pág. 97). Em recente visita aos arquivos de Goa (Índia portuguesa), deparei com uma carta da coroa ao vice-rei, conde do Lavradio, dando-lhe a ordem de arranjar uma colocação para D. Pedro Graneros de Velasco, que tinha ido para a Índia com o tio, João Correia de Sá, em 1672. Em despacho de 10 de outubro de 1673 escreveu o vice-rei, em resposta, que D. Pedro Graneros de Velasco, “assim que chegou a Goa” fizera-se jesuíta, de modo que nada podia ser feito para atender à recomendação da coroa. Embora o vice-rei se refira a João Correia como sendo o tio do espanhol, e não seu sobrinho, ou seu primo, desconfio que D. Pedro não era outro senão o filho mais velho de D. Catalina. É notável a semelhança de nomes, além do que D. Pedro de Velasco y Graneros (nascido em 1630) dificilmente poderia ter em 1672 um filho com idade suficiente para tornar-se um “religioso da Companhia de Jesus”. Cartório Geral do Estado da Índia, “Livro das Monções”, 38A (1672-3). folios 48-9.

⁷ Ricardo del Arco y Garay, *La Sociedad española en las obras dramáticas de Lope de Vega*, pág. 479 (Madri, 1941), onde as passagens relevantes de *El domine Lucas* são citadas na íntegra.

Apêndice II

Resumo Cronológico

- 1578 (4 de agosto). Derrota e morte de El-rei D. Sebastião na batalha de Alcácer-Kebir.
- 1580 O rei Filipe II, da Espanha, ocupa Portugal e assume a coroa, como Filipe I de Portugal.
- 1581 As cortes de Tomar legalizam a tomada da coroa de Portugal por Filipe II.
- 1598 Morte de Filipe II (I de Portugal) e entronização de Filipe III (II de Portugal).
- 1602 Nascimento de Salvador Correia de Sá e Benavides, em Cádiz.
- 1609 Trégua de doze anos entre a Espanha e os Estados Gerais das Províncias Unidas.
- 1614? 1615? Salvador faz a sua primeira visita ao Brasil, em companhia do avô e do pai, interessado na procura de minas na região de São Paulo.
- 1617? Salvador regressa à Europa.
- 1618 (abril). Salvador é feito cavaleiro de São Tiago. Volta ao Brasil. Expedição às minas de Itabaiana (Sergipe). Encontra-se com os Nodal no Rio de Janeiro (novembro).
- 1619 O rei Filipe III faz a sua primeira visita a Lisboa.
- 1621 Morte de Filipe III (II de Portugal) e subida ao trono de Filipe IV (III de Portugal). Fundação da Companhia holandesa das Índias Ocidentais e fim da trégua de doze anos. Salvador volta novamente à Europa, entre 1621 e 1624.
- 1622 Tomada de Ormuz aos portugueses por uma expedição mista anglo-persa.
- 1624 Conquista da Bahia (em maio) pelos holandeses. Salvador parte para o Rio no *Nossa Senhora da Penha de França* (agosto). Recruta homens no Rio e em São Vicente.
- 1625 Escaramuça de Salvador com Piet Heyn no Espírito Santo (março). Recuperação da Bahia por D. Fradique de To-

- ledo (maio). Spinola apodera-se de Breda. Traiçoeiro e inútil ataque dos ingleses a Cádiz.
- 1627 Piet Heyn assola a costa do Brasil (março a junho).
- 1627 (janeiro) Naufrágio da esquadra portuguesa na baía de Biscaia, com grandes perdas de vidas.
- 1628 Piet Heyn captura a esquadra espanhola da prata em Matanzas, Cuba (setembro).
- 1629 D. Luís Céspedes Xeria, a caminho do Paraguai, passa no Rio de Janeiro, onde se casa com D. Vitória de Sá. Os paulistas destroem diversas missões dos jesuítas espanhóis.
- 1630 Salvador escolta Vitória de Sá em sua viagem via fluvial até Assunção no Paraguai. Os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais apoderam-se de Olinda e Recife.
- 1630-1635 Salvador presta serviços nas lutas contra os índios do Paraguai e de Tucumán (rebelião Calchaqui). Casa-se com Dona Catalina de Velasco e visita Potosí. Continuam as incursões de paulistas no Paraguai. Os holandeses ampliam os seus domínios em Pernambuco. Salvador regressa ao Rio.
- 1636? Salvador volta à Europa e visita a corte em Madri.
- 1637 Salvador assume o governo do Rio de Janeiro (setembro). O príncipe Maurício de Nassau é feito governador do Brasil holandês. Revolta antiespanhola em Évora. Tomada de Mina pelos holandeses.
- 1638 A armada do conde da Torre parte do Brasil. Breve do papa Urbano VIII, *Commissum nobis* (22 de abril).
- 1639 Nascimento do primeiro filho de Salvador. M. H. Tromp destrói a esquadra de Oquendo na batalha de Downs (outubro).
- 1640 A armada do conde da Torre é derrotada pelos holandeses ao largo de Itamaracá (janeiro). Jornada terrestre de Luís Barbalho e seus homens do Cabo São Roque à Bahia. O marquês de Montalvão torna-se vice-rei do Brasil. Rebeliões no Rio, Santos e São Paulo em consequência da publicação do breve do papa Urbano VIII relativo à liberdade dos ameríndios. Expulsão dos jesuítas de São Paulo. Portugal revolta-se contra a Espanha e proclama rei o duque de Bragança, com o título de D. João IV (1 de dezembro).
- 1641 O marquês de Montalvão proclama D. João IV na Bahia, mas, em seguida, é preso e deportado. Salvador proclama D. João IV no Rio de Janeiro (março). Os paulistas são decisivamente derrotados pelos índios das missões Guarani

- em Mbororé. Assinada uma trégua de dez anos entre Holanda e Portugal (junho). Os holandeses apoderam-se de Luanda (24 de agosto), Sergipe e Maranhão (novembro).
- 1642 Dissensão entre Salvador e os paulistas. Retornam os jesuítas a Santos. Revolta contra os holandeses no Maranhão.
- 1643 Salvador volta à Europa e entrevista D. João IV em Évora. Os holandeses atacam traiçoeiramente um acampamento português em Bengo (Gango), Angola.
- 1644 Salvador é comissionado general das frotas do Brasil. Os holandeses evacuam o Maranhão. João Maurício volta à Holanda. Batalha de Montijo (maio).
- 1645 Inauguração do sistema de comboios na Bahia e no Rio. Expedição de Souto Maior a Angola. Revolta de Pernambuco contra os holandeses. Salvador aparece em Recife (12 de agosto). Lichthart destrói a esquadra de Serrão de Paiva em Tamandaré (9 de setembro) e apreende uma correspondência comprometedora para D. João IV. Salvador recusa o governo de Macau.
- 1646 Recife é socorrido no último momento pelo *Valck* e pelo *Elizabeth* (junho). Os jesuítas são expulsos novamente de Santos.
- 1647 Van Schoppe ocupa a ilha de Itaparica. Organização, em Lisboa, da armada de Antônio Telles, conde de Villa-Pouca, e, na Holanda, da de Witte de With. Salvador é nomeado governador de Angola e, secretamente, incumbido de retomar a colônia. A "armada real" do conde de Villa-Pouca parte de Lisboa (18 de outubro). Salvador e sua esquadra largam de Lisboa com destino ao Rio (7 de novembro). Van Schoppe evacua Itaparica (13 de dezembro). Os holandeses derrotam os portugueses em Angola. A frota de Witte de With é dispersada pelas tempestades no Canal da Mancha.
- 1648 A Espanha reconhece a independência da Holanda pelo tratado de Munster (Westphalia). A frota de de With chega a Recife. Os paulistas renovam as suas incursões no Paraguai. Bandeira de Antônio Raposo Tavares (1648-52). Vitória portuguesa na primeira batalha dos Guararapes (19 de abril). Salvador retoma aos holandeses Luanda (agosto), Benguela e São Tomé.
- 1649 Francisco Barreto ganha a segunda batalha dos Guararapes (19 de fevereiro). Criação da Companhia do Brasil (março)

- e partida de sua primeira frota sob o comando do conde de Castel-Melhor (novembro). Salvador faz as pazes com o rei do Congo. Witte de With faz-se à vela, de volta para a pátria.
- 1650 A esquadra realista do príncipe Rupert procura refúgio em Lisboa. Blake bloqueia o Tejo e barra a passagem para Lisboa à frota do Rio (setembro). Morre o Stadhouder Guilherme II.
- 1651 A frota procedente da Bahia chega sã e salva a Lisboa; mas uma parte da “armada real” que a comboiava perdeu-se numa tormenta ao largo dos Açores (janeiro). D. João IV propõe-se a fazer as pazes com Cromwell.
- 1652 Salvador parte de Luanda, de viagem para o Rio (março). Funda o Colégio dos Jesuítas em Santos e regressa a Portugal com a frota do Brasil. Irrompe uma guerra entre a Inglaterra e a Holanda.
- 1653 Os jesuítas retornam a São Paulo (maio). A frota brasileira de Pedro Jacques de Magalhães e Francisco de Brito Freire parte de Lisboa (outubro).
- 1654 (janeiro) Recife e todas as outras praças fortes dos holandeses no Brasil rendem-se aos portugueses. Salvador é encarregado da defesa marítima de Lisboa. *Diktat* de Westminster, de Cromwell, com Portugal (julho).
- 1656 D. João IV ratifica, com relutância, o tratado de 1654 com a Inglaterra (maio). Morte de D. João IV (novembro). Sobe ao trono D. Afonso VI (aos 13 anos de idade), sendo a regência exercida por Dona Luísa de Gusmán. Blake destrói a frota espanhola em Santa Cruz.
- 1657 A Holanda declara guerra a Portugal e os holandeses bloqueiam o Tejo (outubro-novembro). Os espanhóis apoderaram-se de Olivença e Moura, mas a praça é reconquistada pouco tempo depois.
- 1658 Os portugueses fazem o cerco de Badajoz, sem resultado. Os espanhóis libertam a praça e fazem o assédio de Elvas. Voltam os paulistas a atacar as missões do Paraguai. Guerra entre a Holanda e a Suécia. Descobre-se ouro em Paranaquá, onde alguns achados já haviam sido feitos em 1629 e 1648.
- 1659 Vitória dos portugueses em Elvas (janeiro). Salvador volta ao Rio como capitão-general da Repartição do Sul. Dá início à construção do galeão *Padre Eterno*. Expedição malo-

- grada à serra das Esmeraldas. A França e a Espanha fazem as pazes, assinando o tratado dos Pireneus.
- 1660 Segunda expedição de João Correia de Sá à serra das Esmeraldas. Salvador segue para as minas de Paranaguá. Revolta do povo do Rio contra a dominação da família Correia de Sá (novembro) e expulsão de Tomé Correia de Alvarenga e Pedro de Sousa Pereira. O conde Schomberg e seus auxiliares franceses chegam a Portugal.
- 1661 Salvador retorna ao Rio de Janeiro por um *coup-de-main* (6 de abril) e executa Jerônimo Barbalho. O governo português resolve chamá-lo de volta. Renovação da aliança anglo-portuguesa. Holanda e Portugal assinam paz.
- 1662 Casamento de Catarina de Bragança com Carlos II. Salvador é substituído por Pedro de Mello (29 de abril). Progredem os trabalhos da construção do *Padre Eterno*. A ditadura de Castel-Melhor começa com o golpe palaciano de 20 a 23 de junho contra a rainha-regente, que é forçada a entregar o governo a D. Afonso VI.
- 1663 D. Juan de Áustria apodera-se de Évora (maio), mas sofre uma derrota decisiva na batalha de Ameixial. Recuperação de Évora e chegada da frota do Brasil, com Salvador a bordo (junho).
- 1664 O *Padre Eterno* é lançado ao mar (janeiro). O exército português do Alentejo toma Valença de Alcântara. Pedro Jacques de Magalhães derrota Ossuna em Castel-Rodrigo (julho).
- 1665 Irrompe uma segunda guerra anglo-holandesa. Marialva e Schomberg desbaratam o marquês de Caracena em Vila Viçosa ou Montes Claros (junho). Morte de Filipe IV (setembro). Subida ao trono do doentio infante Carlos II e regência da rainha-mãe Mariana d'Áustria.
- 1666 Morte de Dona Luísa de Gusmán (fevereiro). Casamento de D. Afonso VI com Marie Françoise Isabelle de Savoy-Nemours, Mademoiselle d'Aumale. Cresce o descontentamento do povo com a ditadura de Castel-Melhor.
- 1667 Assinatura de uma aliança secreta, ofensiva e defensiva, entre Portugal e França, contra a Espanha (março). Luís XIV invade a Flandres espanhola (maio). Tratado de Breda entre a Inglaterra e Holanda (julho). Incidente entre a nova rainha e o Dr. Antônio de Sousa de Macedo, secretário de Estado (agosto). Queda e exílio de Castel-Melhor (setem-

- bro) e volta do Dr. Antônio de Sousa de Macedo à corte. Planos mal sucedidos do secretário e de Salvador para fortalecer a posição do rei (1.º de outubro). O infante D. Pedro dá um contra-golpe e demite Antônio de Sousa de Macedo (5 de outubro). A rainha instaura o processo de divórcio (21 de novembro). A opinião popular força D. Afonso VI a retirar-se em proveito do irmão, que toma o título de príncipe-regente. Salvador cai em desgraça, e bem assim os poucos que ainda apoiavam o rei.
- 1668 Convocação das cortes (janeiro). Tratado de paz com a Espanha, funcionando a Inglaterra como mediadora (13 de fevereiro). Luís XIV apodera-se do Franche Comté (fevereiro). Tríplice aliança entre a Holanda, a Inglaterra e a Suécia; paz de Aix-la-Chapelle (maio). Anulação do casamento da rainha com o rei Afonso VI e seu casamento com D. Pedro (março-abril). Detenção e aprisionamento de Salvador, e exílio de alguns de seus filhos (julho). Libertação deles (outubro).
- 1669 Nascimento da infanta D. Isabel Luísa Josefa (janeiro). Exílio do rei Afonso VI na Ilha Terceira (maio-junho). Reabilitação de Salvador.
- 1672 Estala uma guerra entre a França e a Inglaterra de um lado, e a Holanda de outro lado. Carlos II e Luís XIV tentam, debalde, persuadir Portugal a juntar-se a eles. (A Inglaterra faz a paz em separado em 1674, havendo a Espanha nesse ínterim entrado na guerra, do lado dos holandeses).
- 1673 Descoberta uma conjura para a restauração de D. Afonso VI, com o auxílio da Espanha.
- 1674 D. Afonso VI é trazido para Portugal e posto na prisão, em Sintra. O filho mais velho de Salvador recebe extensa doação de terras no Brasil (setembro).
- 1676 João Correia de Sá assassina o sogro, Inácio Sarmiento de Carvalho, em Goa (março). Fundam-se as cidades de São Salvador dos Campos dos Goitacás e de São João da Barra, no Brasil (maio-junho). Repetem os paulistas as suas incursões em território espanhol, penetrando no Paraguai e no Uruguai. O filho mais velho de Salvador recebe novas doações de terras na região entre São Vicente e o Rio da Prata. É criado o bispado do Rio de Janeiro.

- 1677 João Correia de Sá é enviado prêso da Índia para Portugal, via Bahia. Várias expedições pesquisam, sem resultado, ouro, prata e esmeraldas no interior do Brasil.
- 1678 Revolta de Pata, no leste da África. Salvador se oferece para debelá-la.
- 1679 João Correia de Sá deixa o santuário e busca refúgio na Espanha (janeiro). Convocação das cortes (novembro).
- 1680 Fundação da Colnia do Sacramento, em situação oposta à de Buenos Aires (janeiro). Na foz do Tejo, a fragata francesa *Enterprenant* força duas fragatas portuguesas a arriar a bandeira (setembro).
- 1681 Salvador assina a sua última 'consulta' no Conselho Ultramarino (18 de janeiro).
- 1682? Morre Salvador Correia de Sá e Benavides.
- 1683 Morte de D. Afonso VI (setembro). D. Pedro torna-se rei, assim em nome, como de fato. Morte da rainha (3 de dezembro).

Apêndice III

(a) *Governadores-gerais (Bahia), 1558 a 1658*

- 1558 — 1572 Mem de Sá
1573 — 1578 Luís de Brito de Almeida
1578 — 1581 Lourenço da Veiga
1581 — 1583 Governo interino da câmara e do ouvidor-geral
1583 — 1587 Manuel Telles Barreto
1587 — 1591 Governo interino do bispo e outros.
1591 — 1602 D. Francisco de Sousa
1603 — 1607 Diogo Botelho
1608 — 1612 D. Diogo de Menezes
1613 — 1617 Gaspar de Sousa
1617 — 1621 D. Luís de Sousa
1621 — 1624 Diogo de Mendonça Furtado
1624 — 1625 Ocupação holandesa
1625 — 1627 D. Francisco de Moura ⁸
1627 — 1635 Diogo Luís de Oliveira
1635 — 1639 Pedro da Silva
1639 (janeiro a outubro) D. Fernando Mascarenhas, conde da Torre
1639 — 1640 D. Vasco Mascarenhas, conde de Óbidos
1640 — 1641 D. Jorge Mascarenhas, marquês de Montalvão (vice-rei)
1641 — 1642 Junta interina do bispo e de Luís Barbalho Bezerra, etc.
1642 — 1647 Antônio Telles da Silva
1647 — 1650 Antônio Telles de Menezes, conde de Villa-Pouca de Aguiar
1650 — 1654 João Rodrigues de Vasconcellos e Sousa, conde de Castel-Melhor
1654 — 1657 D. Jerônimo de Ataíde, conde de Atouguia
1657 — 1663 Francisco Barreto de Menezes.

⁸ Governador local, com o título, somente, de capitão-mor.

(b) Governadores do Rio de Janeiro, 1565-1665

- 1565 — 1567 Estácio de Sá
 1567 — 1572 Salvador Correia de Sá (o velho)
 1572? Cristóvão de Barros
 1578 — 1598 Salvador Correia de Sá (o velho)
 1599 — 1602 Francisco de Mendonça e Vasconcellos
 1602 — 1608 Martim de Sá
 1608 — 1614 Afonso de Albuquerque
 1614 — 1617 Constantino de Menelau
 1617 — 1620 Rui Vaz Pinto
 1620 — 1623 Francisco Tarjado
 1623 — 1632 Martim de Sá
 1632 — 1633 Duarte Correia Vasqueanes
 1633 — 1637 Rodrigo de Miranda Henriques
 1637 — 1643 Salvador Correia de Sá e Benavides⁹
 1643 — 1644 Luís Barbalho Bezerra
 1644 — 1645 (março) Francisco de Soutomaior
 1645 — 1648 Duarte Correia Vasqueanes
 1648 (janeiro a maio) Salvador Correia de Sá e Benavides
 1648 (maio a dezembro) Duarte Correia Vasqueanes
 1648 (dezembro) — 1649 (janeiro) D. Luís de Almeida
 1649 — 1651 Salvador de Brito Pereira
 1651 — 1652 Antônio Galvão
 1652 — 1657 D. Luís de Almeida
 1657 — 1659 Tomé Correia de Alvarenga
 1660 — 1662 Salvador Correia de Sá e Benavides¹⁰
 1662 — 1665 Pedro de Mello

*Principais periódicos citados**Arquivos de Angola**Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**Actas da camara da villa de São Paulo*

⁹ Duarte Correia Vasqueanes, funcionando como governador em exercício durante a ausência de Salvador, em Santos (maio a outubro de 1642).

¹⁰ Tomé Correia de Alvarenga, funcionando como governador em exercício entre 11 de outubro e 8 de novembro de 1660. Deposto por uma revolta popular, teve como substituto Agostinho de Carvalho Bezerra, que governou até 8 de fevereiro de 1661, quando, por sua vez, foi deposto, passando o Rio a ser governado por uma junta revolucionária, até que Salvador reconquistasse a cidade, em 5 de abril de 1661.

Annaes do Museu Paulista
Anais da Academia Portuguesa da História
Atas da camara da cidade do Salvador (Bahia)
Colección de documentos inéditos para la historia de España
O Estado de S. Paulo
Hispanic-American Historical Review
Kroniek van het Historisch Genootschap gevestigd te Utrecht
Memorial histórico español
Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano

Arquivos e Museus

Arquivo Histórico Colonial (Lisboa)
 Biblioteca de Ajuda (Lisboa)
 British Museum, Departamento de manuscritos
 Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
 Biblioteca do Ministério de Negócios Estrangeiros (Rio de Janeiro,
 Itamarati)
 Instituto Histórico e Geográfico de Recife (incl. MSS. José Hygino)
 Algemeen Rijksarchief, Haia
 Public Record Office, State Papers, Portugal (Londres)
 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa).

Bibliografia

(I) *Coleções em arquivos*

Algemeen Rijksarchief, Haia (Holanda)

O grosso dos documentos holandeses utilizados em Rijksarchief foram os catalogados sob o título de “W.I.C. (Oude Compagnie) para os anos de 1648 a 1653”. O “Archief der Staten-Generaal (Lias Westindische Zaken)” relativo ao mesmo período contém também alguns documentos relevantes.

Arquivo Histórico Colonial (de Lisboa)¹

O grosso dos documentos de maior importância encontra-se nos “Livros de consultas mixtas”, 1647-1651, e nas *caixas* contendo documentos relativos ao Rio de Janeiro, Bahia e Angola, referentes aos anos de 1617 a 1663. As *consultas* ou *minutas* do *Conselho Ultramarino* relativas aos anos de 1644 a 1681 na medida em que ainda existiam, contém também muito material importante, como sejam as consultas do *Conselho da Fazenda*. Os documentos do *Arquivo Histórico Colonial* (inclusive o antigo Arquivo da Marinha e Ultramar) relativos ao século XVII e concernentes ao Brasil foram, em parte, catalogados nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, tomos XXXIX (1921) e LVIII (1936). Em 1950, outra relação estava sendo preparada pela Sra. D. Luísa da Fonseca.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)

As *consultas* ou *minutas* da *Mesa da Consciência e Ordens*, as *chancelarias* das ordens militares de Santiago e de Cristo, bem como a coleção do antigo Convento da Graça, todos forneceram alguns itens; mas durante as minhas visitas breves a Lisboa não tive o tempo necessário para neles fazer uma pesquisa sistemática.

Biblioteca da Ajuda (Lisboa)

Os poucos documentos de importância existentes nesta biblio-

¹ Teve o nome mudado para Arquivo Histórico Ultramarino, quando o livro agora traduzido achava-se já em provas. (Nota de rodapé de C. R. Boxer).

teca podem ser facilmente localizados pelo *Inventário* de C. A. Ferreira, mencionado adiante (IV).

Biblioteca do Ministério de Negócios Estrangeiros, Itamarati (Rio de Janeiro)

Os papéis de D. Fernando Mascarenhas, conde da Torre (relativos aos anos de 1638 a 1640) contêm material relevante.

Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

Dois códices (catalogados como I-1-2-44 e I-1-2-45) dos arquivos de Castel-Melhor, vendidos em 1879, mas originariamente redigidos por D. Antônio de Ataíde (1567-1647), contêm relevante material. Outros documentos poderão ser encontrados na miscelânea de cópias de papéis do século XVII catalogados sob I-4-1-62, I-6-2-38, I-6-2-39, as quais abrangem o período das guerras holandesas (1645-1663). São transcrições dos originais dos arquivos de Lisboa, feitas no século XIX.

British Museum (Londres), Departamento de Manuscritos.

Os documentos de importância dos *Additional Manuscripts* e *Egerton Manuscripts* podem ser facilmente localizados pelos catálogos de Figanière e Tovar, alistados na seção (IV).

Instituto Histórico e Geográfico de Recife; *Manuscritos* de José Hygino.

Trata-se de transcrições de documentos do século XVII pertencentes aos arquivos holandeses, em Haia, e relativos à história do Brasil holandês (1630-1654). As cópias foram mandadas fazer por José Hygino Duarte Pereira em 1885. Pode-se ter boa idéia de seu escopo e conteúdo através do *Relatório*, por ele publicado na *Revista do Instituto Pernambucano*, vol. XXX, págs. 7-170 (Recife, 1886).

Public Record Office (Londres); State Papers, Portugal, 1640 a 1680.

O melhor material é o que se encontra disseminado na correspondência de Thomas Maynard, Sir Robert Southwell e Francis Parry, volumes de SP, 89/4 a SP, 89/14.

(II) *Documentos vindos a lume em publicações dos arquivos, em jornais e revistas de História*

Actas (Atas) da camara da villa de São Paulo. I-VI. São Paulo, 1914-15

- Acuerdos del extinguido cabildo de Buenos Aires*. I-IX. Buenos Aires, 1907-11.
- Aitzema, L. van (org.), *Saken van Staet ende Oorlogh in ende omtrent de Vereenigde Nederlanden*, 1621-69, 8 vols. em 7. Haia (Holanda), 1669-72.
- Anais da Academia Portuguesa da História*. Ciclo de restauração de Portugal. 11 vols., Lisboa, 1940-9.
- Annaes [Anais] da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1876 à data presente.
- Annaes [Anais] do Museu Paulista*. São Paulo, 1922 à data presente.
- Atas da câmara da cidade do Salvador, Bahia*. 3 vols. Bahia, 1944-9.
- Arquivo histórico português*. 10 vols., Lisboa, 1902-10.
- Archivo nobiliarchico portuguez*. Editado por Frazão de Vasconcellos. 1.ª série, Lisboa, 1917-19. Publicação não continuada.
- Arquivos de Angola*. 1.ª e 2.ª séries, Luanda, 1933 em diante.
- Bandeirantes no Paraguai*. Século XVII. Documentos inéditos. Publicado por uma divisão do Arquivo Histórico. São Paulo, 1949.
- Beltrán y Rózpide, R. (org.), *Collección de las memorias ó relaciones que escribieron los virreyes del Perú acerca del estado en que dejaban las cosas generales del Reino*. 2 vols., Madri, 1911-30.
- Bijdragen*. See *Kroniek van het Historisch Genootschap...*
- Brasília*. Revista de assuntos brasileiros. Coimbra, 1942 em diante.
- Brazão, Eduardo (org.), *Alguns Documentos da Biblioteca da Ajuda sobre a restauração*. Lisboa, 1940.
- Campaña del Brasil. Antecedentes coloniales*. I. Organizado por M. Correia Luna. Buenos Aires, 1931.
- Cartas de algunos PP. de la Compañia de Jesús sobre los sucesos de la monarquía entre los años de 1634 y 1648*. Veja *Memorial histórico español*.
- Cartas del rei D. João IV ao Marquez de Niza, embaixador em França*. Org. por Laranjo Coelho. 2 vols., Lisboa, 1940-2.
- Cartas del rei D. João IV para diversas autoridades do reino*. Org. por Laranjo Coelho. Lisboa, 1940.
- Chaby C. (org.), *Synopse dos decretos remettidos ao extincto conselho de guerra, desde o seu estabelecimento em 11 de dezembro de 1640*. 6 vols., Lisboa, 1869-82.

- Colección de documentos inéditos para la historia de España.* Madri, 1842-95.
- Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y colonización de las posesiones españolas en América y Oceanía.* 1.ª e 2.ª séries, Madri, 1864-1923.
- Congresso do mundo português. Publicações.* 19 vols., Lisboa, 1940.
- Correspondência diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante a embaixada em Holanda, 1643-1648.* Org. por E. Prestage e Pedro d'Azevedo. 2 vols., Coimbra, 1920-6.
- Digo Cão. Revista ilustrada de assuntos angolanos.* Org. pelo padre Ruela Pombo. Lisboa, 1935 em diante.
- Documentos históricos.* Publicados pela Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1928 em diante.
- Fanshaw MSS.* Vide *Historic Manuscripts Commission.*
- Hispanic-American Historical Review.* Baltimore e Durham, Carolina do Norte (Estados Unidos), 1918 em diante.
- Historical Manuscripts Commission. The Manuscripts of J. M. Heathcote Esqre.,* Conington Castle. Norwich, 1899.
- Sob este título singularmente desconcertante acham-se impressos despachos e cartas de Sir Richard Fanshaw, 1661-6, e documentos correlatos.
- Inventário dos livros das Portarias do Reino, 1639-1644.* 2 vols., Lisboa, 1909-12.
- Inventário dos livros de matrícula dos moradores da Casa Real, 1641-1744,* 2 vols., Lisboa, 1911-17.
- Kroniek van het Historisch Genootschap gevestigd te Utrecht.* 1846 em diante. Depois de 1877 o título foi mudado para *Bijdragen...*
- Lizondo Borda, M. (org.), *Documentos coloniales relativos a San Miguel de Tucumán.* Siglo XVII, 3 vols., Tucumán, 1936-8.
- Memorial histórico español.* XIII-XIX. Madri, 1861-4.
- Miscelanea. Inéditos da biblioteca geral da Universidade de Coimbra.* I. Coimbra, 1924.
- Paiva Manso, visconde de, *Historia do Congo. Obra posthuma do Visconde de Paiva Manso.* Documentos. Lisboa, 1877.
- Papeles eclesiasticos del Tucumán. Documentos originales del Archivo de Indias.* Org. por R. Levillier, Madri, 1926.
- Pastells, Pablo, S. J. (org.), *Historia de la Campaña de Jesús en la provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay,*

- Perú, Bolivia y Brasil) según los documentos originales del Archivo general de Indias. 9 vols., Madri, 1912-49.*
- Ravignani, E. (org.), *Documentos para la historia argentina. XX. — Iglesia. Cartas anuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán de la Compañía de Jesús, 1615-1637.* Buenos Aires, 1929.
- Registro geral da camara municipal de São Paulo, I-VII.* São Paulo, 1917-19.
- Revista del Archivo Nacional del Perú, XII-XVIII.* Lima, 1939-46.
- Revista de historia.* 16 vols., Lisboa, 1912-28.
- Revista de história, publicação trimestral.* I, São Paulo, 1950.
- Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano,* Recife, 1863 em diante.
- Revista trimensal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro.* Rio de Janeiro, de 1838 até a data presente.
- Saint-Aymour, Vicomte de Caix de (org.), *Recueil des instructions données aux ambassadeurs et ministres de France depuis le traité de Westphalia jusqu'à la révolution française.* Portugal. Paris, 1886.
- Semanario erudito. XXXI-XXXIII.* Org. por D. Antônio de Vallardes y Sotomaíor. Madri, 1790. Os *Avisos históricos de D. Josef Pelliçier y Tobar, 1639-44,* são ali publicados em série.
- Tijdschrift voor Geschiedenis.* Groningen, 1886 até hoje.

(III) Livros e artigos

- A anti-catastrophe. Historia del rei D. Affonso VI de Portugal.* Manuscrito de cerca de 1700, org. por C. A. da Silva e Sousa. Porto, 1845.
- Ablancourt, Fremont d', *Memoirs of the Sieur d'Ablancourt, containing a general history of the Court and Kingdom of Portugal, from the Pyrenian Treaty to the year 1668... Translated from the French copy printed at Paris, 1701,* Londres, 1703.
- Acarete du Biscay, *An account of the voyage up the river de la Plata, and thence overland Peru. With observations on the inhabitants, as well Indians and Spaniards; the cities, commerce, fertility and riches of the part of America.* Londres 1698. A primeira versão publicada apareceu anonimamente em Thevenot, *Relations de divers voyages curieux,* parte IV (Paris, 1672), seguindo-se, em separado, uma edição francesa,

em 1684. Em *La Revista de Buenos Aires* (vol. XIII, 1867, págs. 5-31) foi publicada uma tradução espanhola anotada. Todos os estratos encontrados no presente livro foram tirados da edição em inglês.

Accioli, J. e Braz do Amaral, *Memorias historicas e politicas da provincia da Bahia*, 6 vols. Bahia, 1919-40.

Aitzema, L. van. Vide seção (II).

Albuquerque Felner, Alfredo de, *Angola. Apontamentos sobre a ocupação e inicio do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela*. Coimbra, 1933.

A Little Forraine Newes Better than a great of Deale of Domestic Spurious False Newes Published Dayly without Feare or Wit, to the Shame of the Nation and Beyond the Liberty of Paris Pasquils. Londres, 1641 [1642]. Contém uma narrativa da tomada de Luanda pelos holandeses em 1641, traduzida do original holandês, "Imprinted at Middelburgh, by Widow and Heirs of Simon Mowlers, 1642".

Altamira y Crevea, Rafael, *Historia de España y de la civilización española*. 4 vols., Barcelona, 1900-11.

Antonil, A. J., *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Lisboa, 1711. Antonil era o pseudônimo de J. A. Andreoni, S. J.

Azevedo, João Lucio d', *Historia de Antonio Vieira*, 2 vols., Lisboa, 1918-21.

— *Historia dos christãos novos portugueses*. Lisboa, 1922.

— *Cartas do Padre Antonio Vieira*. 3 vols. Coimbra, 1925-28.

— *Épocas de Portugal económico*. Lisboa, 1929.

— *Os Jesuítas do Grão-Pará*, 2.^a ed., Coimbra, 1930.

— "O padre Antônio Vieira julgado em documentos francezes", reimpresso do *Arquivo de Historia e Bibliografia*, I, Coimbra, 1925.

— "Os Jesuítas e a Inquisição em conflito no século XVII", em *Boletim da Academia das Sciencias*, 2.^a classe, X, págs. 319-45 (1915-16).

— "Notas sobre o judaísmo e a Inquisição no Brasil", em *Revista trimensal*, XCI, págs. 677-97 (1922).

— "A evolução do Sebastianismo", reimpresso do *Arquivo historico português*, X (1916).

Barlaeus, C., Vide Naber, S. P. L'onoré.

Beltrán y Rózpide, R. Vide seção (II).

- Boxer, C. R. "Adonde hay valor, hay honor". Esboço biográfico do almirante Luís Velho, 1624-1669, reimpresso dos *Anais da Marinha*, Lisboa, 1948.
- "O restaurador de Angola em 1648 consultado para capitão-geral de Macau em 1645", reimpresso das *Noticias de Macau*, 15 de agosto de 1948.
 - "Salvador Correia de Sá e Benavides and the Reconquest of Angola in 1648", em *Hisp. Amer. Hist. Review*, XXVIII, págs. 483-513 (1948).
 - "Padre Antônio Vieira, S. J. and the Institution of the Brazil Company in 1649", em *Hisp. Amer. Hist. Review*, XXIX, págs. 479-97 (1949).
 - "As primeiras frotas da Companhia Geral do Brasil à luz de três documentos inéditos, 1648-1652", em *Quarto Congresso da história nacional*, V, págs. 305-59 (Rio de Janeiro, 1950).
- Brazão, Eduardo, *A restauração. Relações diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668*. Lisboa, 1939.
- (org.) *Dom Affonso VI segundo um manuscito da Biblioteca de Ajuda, sobre seu reinado*. Porto, 1940.
- Vide também a seção (II).
- Brito Freyre, Francisco de, *Nova Lusitania. História da guerra brasileira. Viage da armada da companhia do commercio e frotas do estado do Brasil*, Lisboa, 1675.
- Cadornega, Antônio de Oliveira, *Historia geral das guerras angolanas, 1680*. Lisboa, 1902. O trabalho foi todo reimpresso numa nova edição em três volumes. Lisboa, 1940-2. As citações no presente livro são do vol. II da edição de 1902.
- Caetano, Marcelo, *Do conselho ultramarino ao conselho do império*. Lisboa, 1943.
- "O governo e a administração central após a restauração, em *História da expansão portuguesa no mundo*, III, págs. 189-98. Lisboa, 1940.
- Calado, Frei Manuel, *O valeroso Lucideno e triumpho da liberdade*. Lisboa, 1648.
- Calmon, Pedro, *História do Brasil, 1500-1800*. 3 vols., São Paulo e Rio de Janeiro, 1939-43. As referências são ao vol. II, *A formação, 1600-1700*.
- *Historia social do Brasil. Espirito da sociedade colonial*. 3.^a ed., São Paulo e Rio de Janeiro, 1941.

- Canabrava, A. P., *O comércio português no Rio da Prata, 1580-1640*. São Paulo, 1944.
- Cardim, Fernão, S. J., *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro, 1925. Uma tradução do manuscrito original foi publicada por Purchas, em *Pilgrimes* [q. v.], IV, págs. 1289-325, dela tendo sido tiradas as citações encontradas neste livro.
- Cardozo, Manoel, "Notes for a Biography of Salvador Correia de Sá e Benavides, 1594-1688", em *The Americas*, VII, págs. 135-70 (outubro de 1950).
- Carvalho Franco, Francisco de Assis, "Os Correia de Sá na história das minas de São Paulo, 1578-1662". Uma série de artigos em *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, junho a outubro de 1941.
- e Guiomar Carvalho Franco, *Vária fortuna e estranhos fados de Anthony Knivet*. São Paulo, 1947.
- Cavazzi de Montecucculo. Gio Antonio, *Istorica descrizione de' tre' regni Congo, Matamba et Angola situati nell' Etiopia inferiore occidentale e delle missioni apostoliche esercitatevi da religiosi capuccini*. Bologna, 1687.
- Chaby, C. Vide seção (II)
- Cianca, Alonso de, *Discurso breve hecho por el licenciado Alonso de Cianca, juiz que ha sido de Su Magestad, en que se muestra, y da a entender la causa que a enflaquecido el comercio de las flotas de Nueva España, y Tierra firme de algunos años a esta parte, y en que se propone el remedio que este daño pueda tener*. Sem localidade nem data, mas se sabe ser Madri, cerca de 1618.
- Cidade, Hernani, *A litteratura autonomista sob os Filipes*. Lisboa, 1948. "O Judas do Brasil, Francisco de Sousa Coutinho. Algumas cartas inéditas sobre a sua ação diplomática na Holanda", em *Brasilia*, I, págs. 189-202.
- Coaracy, Vivaldo, *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro, 1944.
- Colbatch, John, *An Account of the Court of Portugal, under the reign of the King Dom Pedro II, with some Discourses on the Interests of Portugal, with regards to other Sovereigns, etc.* Duas partes em um volume. Londres, 1700.
- Corrêa de Lacerda, Fernando, *Catastrophe de Portugal na deposição del rei D. Affonso sexto e subrogação do príncipe D. Pe-*

- dro o único*. Lisboa, 1669. Publicado sob o pseudônimo de Leandro Dorea Caceres e Faria.
- Correia Lopes, Edmundo. *A escravatura. Subsídios para a sua história*. Lisboa, 1944.
- Cortesão, Jaime, "Introdução à história das Bandeiras". Série de artigos em *O Estado de S. Paulo*, 1947 a 1949.
- Crus, Luis Felis, *Manifesto das ostillidades que a gente que serve a companhia occidental de Olanda obrou contra os vassallos del rei de Portugal neste reino de Angola, debaixo das treguas celebradas entre os príncipes; & dos motivos que obrigarão ao general Salvador Correia de Sá e Benavides a deza-lojar estes soldados olandezes d'elle, sendo mandado a esta costa por sua Magestade a diferente fim. Escrito por Luis Felis Crus secretario deste reino, assistente nelle & presente a todos os successos que recopila neste trabalho. Dedicado a Senhora D. Catharina de Velasco*. Lisboa, 1651. Reimpresso por E. Prestage, Coimbra, 1919.
- Cunninghame-Graham, R. B., *A Vanished Arcadia. Being some account of the Jesuits in Paraguay*, 1607 a 1767. Nova York, 1901.
- Cuvelier, J., *L'ancien royaume de Congo*. Bruges e Paris, 1946.
- Dapper, O., *Naukeurige Beschrijvinge der Afrikaensche gewesten*. Amsterdã, 1668 e 1676. Tradução inglesa por John Ogilby. Londres, 1670.
- Dória, António Álvaro, *A Rainha D. Maria Francisca de Sabóia, 1646-1683. Ensaio biográfico*, Porto, 1944.
- Edmundson, George, "The Dutch Power in Brazil, 1624-1654". Série de artigos em *English Historical Review*, XI, XIV-XV, Londres, 1896-1900.
- Ellis Júnior, Alfredo, *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano: pesquisas nos documentos quinhentistas e setecentistas publicados pelos governos estadual e municipal* — 2.^a ed., São Paulo, 1934.
- Ericeira, D. Luis de Menezes, conde de, *Portugal Restaurado*, 2 vols., Lisboa, 1679-1698. Havendo várias edições posteriores, as citações são feitas por volume e livro.
- Fanshaw, Ann Lady, *The Memoirs of Ann Lady Fanshaw, esposa do Right Honorable Sir Richard Fanshaw, Bart.*, 1600-1672. Londres, 1907.
- Fanshaw, Sir Richard, *Original Letters of His Excellency Sir Richard Fanshaw, During His Embassies to Spain and Portu-*

gal, etc., Londres, 1702 [citado como Fanshaw, *Letters*].

Veja-se também a seção (II), *Historical Manuscripts Commission*.

Feo Cardoso de Castello Branco, João Carlos, *Memorias contendo ... a historia dos governadores e capitães generais de Angola, 1575-1825*. Paris, 1825.

Fernandez Duro, Cesáreo, *Armada española desde la unión de los reinos de Castilla e de Aragón*, IV, Madri, 1898

Flecknoe, Richard, *A Relation of Ten Years Travells in Europe, Asia, Affrique and America*, Londres, sem data (mas é de 1656). Reeditado em 1665, com página de título nova, *A True and faithful Account...* (texto e paginação sendo os mesmos da 1.^a edição).

Guerreiro, Bartholomeu, S. J., *Jornada dos vassallos da coroa de Portugal pera se recuperar a cidade do Salvador, na Bahya de todos os Santos, tomada pellos olandezes, a oito de Maio de 1624, e recuperada ao primeiro de Maio de 1625*, Lisboa 1625.

Haecx, Hendrick. Vide Naber, S. P. L'Honoré.

Haring, C. H., *The Spanish Empire in America*, Nova York, 1947 — *Trade and Navigation between Spain and the Indies in the time of Hapsburgs*, Cambridge, Mass., 1918.

Hernández, Pablo, S. J. *Organización social de las doctrinas guaranis*, 2 vols., Barcelona, 1913.

Herrero García, M., *Ideas de los españoles del siglo XVII*, Madri, 1928.

Hildebrand, P., *Le Martyr Georges de Geel et les débuts de la mission du Congo 1645-1652*, Antuérpia, 1940.

História da colonização portuguesa do Brasil. Editada por Carlos Malheiro Dias, 3 vols., Porto, 1921-1924.

História da expansão portuguesa no mundo. Editada por A. Baião, H. Cidade e M. Murias, 3 vols., Lisboa, 1937-40.

História de la Nación Argentina, III. *Colonización de Hispano-América. Adelantados y gobernadores del Rio de la Plata*. Editada por R. Levene, Buenos Aires, 1937.

História de Portugal. Edição monumental. Editada por Damião Peres, 7 vols., in-8, Barcelos, 1928-1937.

Holanda, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, 1936, 2.^a ed., 1946.

— “Índios e mamelucos na expansão paulista”, reimpresso dos *Anais do Museu Paulista*, XIII, págs. 177-290 (1949).

- Jameson, J. F., Willem Usselinx, *Founder of the Dutch and Swedish West-India Companies*, Nova York, 1887.
- Laet, Johannes de, *Historie ofte Iaelijck Verhael Van de Verrichtinghen des Geoctroyeerde West-Indische Compagnie, Zedert haer Begin, tot het eynde van't jaer 1636*, Leida, 1644. As citações encontradas no texto do presente livro foram tiradas da edição Linschoten Vereeniging, por S. P. L'Honoré Naber e J. C. M. Warnsinck. 4 vols., Haia, 1931-7.
- Lamego, Alberto, *A Terra Goytacá à luz dos documentos inéditos*, 3 vols., Bruxelas e Rio de Janeiro, 1913-25.
- Leite, Serafim, S. J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 vols., Rio de Janeiro, 1938-50.
 — *Novas Cartas jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*. São Paulo, 1940.
 — "O curso de filosofia e tentativas para se criar a universidade do Brasil no século XVII", reimpresso de *Verbum V*, págs. 107-43 (Rio de Janeiro).
- Lisboa, João Francisco, *Obras completas*. Editadas por Teófilo Braga, 2 vols., Lisboa, 1901.
- Lizondo Borda, M., "El Tucumán colonial de los siglos XVII y XVIII", em *Historia de la Nación Argentina*, III, págs. 389-403. Vide também seção (II).
- Mancha y Velasco, Christoval de, O. P., *Discurso christiano en que se responde a ciertos arbitrios dados a SM en su Real Consejo de Indias*, Madri, 1637.
- Manifest, ofte reden van den oorlogh tusschen Portugal ende de Vereenichde Provintien van de Nederlanden, met de aenwysinghe van oorsaek waer uyt die ontstaen is. Tot Lisbon in de Portugesche en Castiliaensche taelen gedruckt ende uytgegeven in't Jaer 1657. Ende nu getrouwelijck en verstandelijck inde Nederduytsche tale overgeset. Mitsgaders Manifestatie van de leugenen ende vals heden waer mede het is vervult. Ende een Kort ende waerachtich verhael van des Conincks van Portugael, ende sijner ondersaeten trouwloose ende meynedyge proceduren, die de waere reden en oorsaek, ende selfs het begin, van desen oorlogh zijn*, Haia, 1659.
- Manuel de Mello, D. Francisco, *Epanaphoras de varia historia portuguesa*, Lisboa, 1660 (reimpresso em 1675). Edição anotada por E., Prestage, Coimbra, 1931.
 — *Tacito portuguez. Vida e morte, ditos e feitos de el rey D. João IV*, editado por Rodolfo Garcia, Rio de Janeiro, 1949.

- Marchant, Alexander, *From Barter to Slavery. The economic relations of Portuguese and Indians in the settlement of Brazil, 1500-1580*, Baltimore, 1942.
- “Feudal and Capitalistic elements in the Portuguese settlement of Brazil”, *Hisp.-Amer. Hist. Review*, XXII, págs. 493-512.
- Medina, José Toribio, *El tribunal del Santo Oficio de la Inquisición en las provincias del Plata*, Santiago do Chile, 1899.
- Mello, D. Francisco Manuel de, Vide Manuel de Mello.
- Mello Neto, José Antonio Gonsalves de, *Tempo dos Flamengos. Influencia da occupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*, Rio de Janeiro, 1947.
- Melo de Matos, Gastão de, *Noticias do terço da armada real, 1618-1707*, Lisboa, 1932.
- “A anti-catastrophe. Estudo crítico”, reimpresso do vol. II do *Arquivo histórico de Portugal*, Lisboa, 1935.
 - “O sentido da crise política de 1667”, em *An. Acad. Port. de História*, VIII, págs. 337-440.
 - “Panfletos do século XVII”, reimpresso dos *An. Acad. Port. de História*, X, págs. 15-269.
- Menezes, D. Luís de, vide Ericeira.
- Menezes, D. Manuel de, “Recuperação da cidade do Salvador”, em *Revista trimestral*, XXII, págs. 357 a 411 e 527 a 633.
- Mercado, Thomas de, O. P., *Tratos y contratos de mercadores y tratantes discidos y determinados*, Salamanca, 1569. Foi publicada uma 2.^a edição em Sevilha, em 1571, sob o título *Suma de tratos y contratos*, e uma tradução italiana em Brescia, 1587.
- Mercurio portuguez, com as novas da guerra entre Portugal e Castella*, Lisboa, 1663. Periódico mensal editado pelo Dr. Antônio de Sousa de Macedo.
- Morales, Andres de, O. S. A., *Al Exmo. Snr. Dom Gaspar de Guzman Conde de Olivares* [no 2.^o título] *Advertencias para las Indias*. Sem lugar nem data, que se supõem ser Madri, cerca de 1637.
- Mortamer, Pieter, vide Naber, S. P. L'Honoré.
- Naber, S. P. L'Honoré, *Nederlandsch Brazil onder het bewind van Grasf Johan Mauritz*, Haia, 1923. Tradução holandesa, com algumas edições do livro de Gaspar Barlaeus, *Rerum per octenium in Brasilia*, Amsterdã, 1647.
- *Piet Heyn en de Zilvervloot. Bescheiden uit Nederlandsch en Spaansche Archieven bijeen versameld en uitgegeven*

- door... *Utrecht*, 1928. Também em *Bijdr. Hist. Gen. Utrecht*, 3.^a série, LIII.
- *Reisebeschreibungen von Deutschen Beamten und Kriegseleuten im Dienst der Niederländischen West-und Ost-Indischen Compagnien, 1602-1797*, Haia, 1930. O vol. I desta série contém a *West-Indische Reise* de J. G. Aldenburgh.
 - “Het Dagboek van Hendrik Haecxs, Lid van den Hoogen Raad van Brazilië, 1645-1654”, in *Bijdr. Hist. Gen. Utrecht*, XLVI, págs. 126-311.
 - “T leven en Bedriff van den Vice-Admirael Witte de With, Zalizer”, em *Bijdr. Hist. Gen. Utrecht*, XLVII, págs. 47-169.
 - “Nota van Pieter Mortamer over het gewest Angola, 1642. Een verzuimd Hoofdstuk onzer Koloniale Geschiedenis, 1641-1648”, em *Bijdr. Hist. Gen. Utrecht*, LIV, págs. 1-42.
 - “De West-Indische Compagnie in Brasilië en Guinee”, reimpresso de *Onze Vloot*, Haia, 1930.
- Nichols, Madaline W., “Colonial Tucumán”, *Hisp.-Amer. Hist. Review*, XVIII, págs. 461-84.
- Nieuhof, Johan, *Gedenkweerdig Brasiliaense Zee-en Lant-Reize, behelzende al het geen op dezelve is voorgevallen... in d'oorlogen en opstant der Portugesen tegen d'onzen, zich sedert het jaer 1640 tot 1649 hebben toegedragen*, Amsterdã, 1682.
- Norton, Luís, *A dinastia dos Sás no Brasil, 1558-1662*, Lisboa, 1943.
- Oliveira, Frei Nicolau de, *Livro das grandezas de Lisboa*, Lisboa, 1620.
- Paiva Manso, visconde de, vide seção (II).
- Paixão, Frei Alexandre da, *Monstruosidades do tempo e da fortuna. Diario de factos mais interessantes que succederam no reino de 1662 a 1680*, Lisboa, 1888.
- Pastells, Pablo, S. J. vide seção (II).
- Pelliçier de Tovar, D. José, *Mission evangelica al reyno de Congo por la serafica religion de los cupuchinos*, Madri, 1649.
- Vide também seção (II) *Semanário erudito*.
- Pena Júnior, Affonso, *A arte de furto e o seu autor*, Rio de Janeiro e São Paulo, 1946.
- Peña, Enrique, *D. Francisco de Céspedes, Noticias sobre su gobierno en el Rio de la Plata, 1624-1632*, Buenos Aires, 1916.
- *D. Jacinto de Lariz, turbulencias de su gobierno en el Rio de la Plata, 1646-1653*, Madri, 1911.

- Pizarro e Araújo, José de Sousa de Azevedo, *Memorias históricas da provincia do Rio de Janeiro*, 9 vols., Rio de Janeiro, 1820-2. Todas as citações foram tomadas da 2.^a edição, Rio de Janeiro, 1945.
- Planquaert, M., S. J., *Les Jaga et les Bayaka de Kwango. Contribution historico-ethnographique*, Bruxelas, 1932.
- Prestage, Edgard, *Dom Francisco Manuel de Mello. Esboço biographico*, Coimbra, 1914.
- *O Dr. Antonio de Sousa de Macedo. Residente de Portugal em Londres, 1642-1646*, Lisboa, 1916.
 - *A embaixada de Tristão de Mendonça Furtado a Holanda em 1641, com elementos elucidativos*, Coimbra, 1920.
 - *The Diplomatic Relations of Portugal with France, England and Holland from 1640 to 1668*, Watford, 1925.
 - *Correspondencia do Conde de Castel-Melhor com o Padre Manuel Fernandes e outros, 1668-1678*, Coimbra, 1917.
 - “O Conselho de estado. D. João IV e D. Luísa de Gusmão”, reimpresso do *Arquivo historico português*, XI (1919).
 - “Tres consultas do conselho da fazenda de 1656 a 1657”, reimpresso da *Revista de História*, IX (1920).
 - “Informes de Francisco Lanier sobre Francisco de Lucena e a corte de D. João IV”, reimpresso de *Miscelanea scientifica e literaria dedicada ao Dr. J. Leite de Vasconcellos*, Coimbra, 1931.
 - “Castelmelhor e a rainha D. Maria Francisca”, reimpresso da *Miscelanea em honra de D. Carolina Michaelis de Vasconcellos*, Coimbra, 1930.
 - “Memórias sobre Portugal no reinado de D. Pedro II”, reimpresso do *Arquivo historico de Portugal*, Lisboa, 1935.
 - “A ‘Catastrophe de Portugal’ e o tratado da Liga de 1667 com a França”, reimpresso do *Arquivo historico de Portugal*, IV (1939).
 - “The Mode of Government in Portugal during the Restoration Period”, reimpresso de *Mélanges d'études portugaises offerts à M. Georges Le Gentil*, Lisboa, 1949.
- Vide também seção (II), Correspondência diplomática, e seção (III) Manuel de Mello.
- Purchas, Samuel, *Purchas his Pilgrimes*, 5 vols., Londres, 1625.
- Ratelband, K., “De Expeditie van Jol naar Angola en São Thomé, 30 Mei 1641-31 October 1641”, reimpresso de *West-Indische Gids*, XXIV (1943).

- Ravenstein, E. G., *The Strange adventures of Andrew Battell of Leigh, in Angola and the adjoining regions, edited with notes and a concise history of Kongo and Angola...* Hak. Soc., 2.^a série, vol. VI, Londres, 1901.
- Ravignani, E., vide seção (II).
- Rebello de Silva, Luiz Augusto, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, 5 vols., Lisboa, 1869-71.
- Relaçam da aclamação que se fez na capitania do Rio de Janeiro do estado do Brasil, & nas mais do sul, ao Senhor Rey Dom João IV, por verdadeiro Rey, e Senhor do seu Reyno de Portugal, com a felicissima restituição, que delle se fez a sua magestade que Deos, guarde &c.*, Lisboa, 1641. Reimpresso na *Revista trimestral*, V (1863). [Citada como *Relaçam*, 1641].
- Relaçam do dia em que as armas de sua magestade chegara à Baya e do que se fes até 2 de abril*, Lisboa, 1625. Reimpresso na *Miscelanea* da Universidade de Coimbra, I, pág. 113, Coimbra, 1921.
- Relação verdadeira de todo o sucedido na restauração da Bahia de todos os sanctos*, Lisboa, 1625. Reimpresso na *Revista trimestral*, V, pág. 517.
- Relacion del viage que por orden de sa magestad y acuerdo del real consejo de Indias hizieron los capitanes Bartolomé Garcia de Nodal y Gonçalo de Nodal hermanos naturales de Ponte Vedra, al descubrimiento del Estrecho nuevo de San Vicente, y reconosimiento de Magellanes*, Madri, 1621.
- Ribeiro Lessa, Clado, *Salvador Correia de Sá e Benavides. Vida e feitos, principalmente no Brasil*, Lisboa, 1940.
- Rodrigues, Francisco, S. J., *A formação intellectual do Jesuita*, Porto, 1917.
- *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*, 3 tomos em 6 vols., Porto, 1931-44.
- *A Companhia de Jesus em Portugal e nas missões*, Porto 1933.
- Rodrigues Cavalheiro, Antônio, "A colaboração da Metrópole na reconquista do Brasil", *Congresso do mundo português*, IX, págs. 289-335.
- Ruiters, Dierick [ou Dirk de Ruyter], *Toortse der Zeevaert*, 1623. Editado por S. P. L'Honoré Naber para a Linschoten Vereeniging, Haia, 1913.
- Saint-Aymour, visconde de Caix de, vide seção (II).

- Salvador, Frei Vicente do, *História do Brasil 1500-1627*. Editada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, Rio de Janeiro, 1931.
- Sandoval, Alonso de, *Naturaleza, policia sagrada i profana, costumbres i ritos, disciplina e catechismo evangelico de todos Etiopes, por el P. Alonso de Sandoval, natural de Toledo, de la Compañia de Jesus, Rector del Collegio de Cartagena de las Indias*, Sevilha, 1627. Em 1647 foi começada uma segunda edição, algo modificada; mas dela só saiu o primeiro volume, com o seguinte título: *Tomo primeiro de instauranda Aethiopia salute. História de Aethiopia, natureza, policia, sagrada y profana, cotumbres ritos, y cathecismo evangelicos de todos los Aethiopes cõn que se restaura la salud de sus almas*, Madri, 1647.
- Scelle, Georges, *La traite négrière aux Indes de Castille. Contrats et traités d'Assiento*, 2 vols., Paris, 1906.
- Sérgio, Antônio, *Antologia dos economistas portugueses. Século XVII*, Lisboa, 1924.
- Seyner, Fray Antonio, O. S. A., *Historia del levantamiento de Portugal*, Saragoça, 1644.
- Silva Lisboa, Balthazar da, *Annaes do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste paiz, a fundação da cidade com historia civil e ecclesiastica, até a chegada de Dom João VI*, 7 vols., Rio de Janeiro, 1834-5.
- Silva Rego, Antônio de, *A dupla restauração de Angola, 1641-1648*, Lisboa, 1648.
- Sluiter, Engel, "Dutch-Spanish Rivalry in the Caribbean area, 1594-1609", em *Hisp.-Amer. Hist. Review*, XXVIII, págs. 165-96.
- "Dutch Maritime Power and the Colonial Status Quo, 1585-1641", em *Pacific Historical Review*, XI, págs. 29-41 (1942).
- "Report on the State of Brazil, 1612", em *Hisp.-Amer. Hist. Review*, vol. XXIX, págs. 518-62, sendo uma publicação anotada da *Rezão do estado do Brasil, 1612*, atribuída geralmente a Diogo de Campos Moreno.
- Sousa de Macedo, Antônio, vide *Mercurio portuguez*.
- Southey, Robert, *History of Brazil*, 3 vols., Londres, 1810-19.
- Southwell, Robert, *The History of the Revolutions of Portugal, from the foundation of that Kingdom to the year 1667, with*

Letters of Sir Robert Southwell During his Embassy there, Londres, 1740. Southwell não é responsável por uma *History* saída previamente, simples compilação de um escritor mercenário chamado T. Carte.

Stevens, John, *The Ancient and Present State of Portugal*, Londres, 1706.

Tamaio de Vargas, *Restauración de la ciudad del Salvador*, Madri, 1628.

Taunay, Affonso d'Escragnoille, *Historia geral das bandeiras paulistas*, 7 vols., São Paulo, 1924-36.

— *História seiscentista da villa de São Paulo*, 4 vols., São Paulo, 1926-9.

— *Collectanea de mappas de cartographia paulista antiga abrangendo nove cartas de 1612 e 1837*, São Paulo, 1922.

— "Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil", em *Anais do Museu Paulista*, X, págs. 1-311.

The Portugal history, or a Relation of the troubles that happened in the Court of Portugal in years 1667 and 1668 by S. P. Esq^{re}, Londres, 1677. Esse trabalho, não raro erroneamente atribuído a Samuel Pepy, é uma tradução abreviada da *Catastrophe de Portugal (1669)* de Corrêa de Lacerda.

Thomsen, Thomas, Albert Eckhout. *Ein Niederländischer Maler und sein gönner Mortiz der Brasilianer. Ein Kulturbild aus dem 17 Jahrhundert*, Copenhague, 1938.

Thurloe, John, *A Collection of the State Papers of John Thurloe*, 7 vols., Londres, 1742.

Valencia, Juan de, "Relacion sobre la jornada al Brasil hecha en 1625", em *Col. doc. inéd. hist. Esp.*, LV, págs. 43-200 (1870).

Varnhagen, Francisco Adolfo, barão de Porto Seguro, *Historia das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Lisboa, 1872.

— *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*, 3.^a edição, acrescida de notas por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, 5 vols., São Paulo, 1927-36. Reimpresso em 1948-50.

— Biographical sketch, "Salvador Correia de Sá e Benavides", na *Revista trimensal*, III, págs. 100-20.

Vasconcellos, Frazão de, vide seção (II) *Archivo nobiliarchico portuquez*.

Vasconcellos, Simão de, *Vida do Padre Joam d'Almeida da Companhia de Iesu, na provincia do Brazil, composta pelo Padre*

- Siman de Vasconcellos na mesma companhia, provincial na dita provincia do Brazil. Dedicada ao Senhor Salvador Correia de Sá e Benavides dos conselhos de guerra e ultramarino de sua magestade, Lisboa, 1658.*
- Velasco, Diego de, *Advertencias que el Padre Maestro fray Diego de Velasco, provincial que fue en la provincia del Cuzco, del Orden de Nuestra Señora de la Merced, redencion de cativo en los reynos del Peru, tiene hechas sobre el remedio de los excessos que se cometen por el puerto de Buenos Ayres, y puerto de S. Pablo, y de los inconvenientes que se siguen en no tomar remedio eficaz en cerrallos, como V. M. siempre ha procurado.* Sem local nem data, mas em Madri, 1618.
- Vianna, Helio, *Estudos de História colonial*, São Paulo, 1948.
- Vieira, Padre Antonio, S. J., *Sermões*. Reprodução em fac-símile da primeira edição em 16 vols., São Paulo, 1944-5.
- *Obras inéditas*, 3 vols., Lisboa, 1856-7.
 - *Cartas*. Editadas por João Lucio d'Azevedo, 3 vols. Coimbra, 1925-8.
- Wanderley de Araújo Pinho, D. Marcos Teixeira, *quinto bispo do Brasil*, Lisboa, 1940.
- *O testamento de Mem de Sá*, Rio de Janeiro, 1941.
 - *História de um engenho do Recôncavo, 1552-1944*, Rio de Janeiro, 1946.
- Wassenaer, Nicholas van, *Historisch Verhael aldaer ghedencwerdichste geschiedenis, die hier en daer in Europe, als in... van de beginne des jaers 1621... voorgevallen sijn*, 21 vols., Amsterdã, 1621-32.
- Watjen, Hermann, *Das holländische Kolonialreich in Brasilien*, Gotha, 1921. Tradução brasileira por Uchoa Cavalcanti, *O Domínio colonial hollandez no Brasil*, São Paulo e Rio de Janeiro, 1938.
- Zenha, Edmundo, *O município do Brasil, 1532-1700*, São Paulo, 1948.

(IV) Bibliografias, Inventários e Catálogos

A precedente bibliografia não é exaustiva, mais material relevante podendo ser procurado nos trabalhos que se seguem.

Ascher, G. M., *A Bibliographical and Historical Essay on the Dutch books and pamphlets relating to New Netherland and*

- to the Dutch West-India Company and its possessions in Brazil, Angola etc.*, Amsterdã, 1845-67.
- Barbosa Machado, Diogo, *Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica*, 4 vols., Lisboa, 1741-59; 2.^a ed. em 4 vols., Lisboa, 1930-5.
- Catálogo da exposição de historia do Brasil*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1881-2. Forma o vol. IX dos *An. Bibl. Nac. do Rio de Janeiro*. Em 1883 saiu um suplemento.
- Exposição bibliográfica da restauração*. Catálogo, Lisboa, 1940.
- Ferreira, Carlos Alberto, *Inventário dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul*, Coimbra 1946.
- Figanière, Frederico Francisco, *Catálogo dos manuscritos portugueses existentes no Museu Britânico*, Lisboa, 1853. Vide também Tovar.
- Fonseca, Martinho da, *Elementos bibliográficos para a história das guerras chamadas da restauração, 1640-1668*, Coimbra, 1927.
- Knuttel, W. P. C., *Catalogus van de pamfletten verzameling berustende in de Koninkrijke Bibliotheek, 1621-1688*, 3 vols., Haia, 1889-95.
- Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Editado por W. Berri-man e Rubens Borba de Moraes, Rio de Janeiro, 1949.
- Rodrigues, José Carlos, *Biblioteca brasiliense ... Brasil colonial 1492-1822*, Rio de Janeiro, 1907.
- Rodrigues, José Honório, *Historiografia e bibliografia do dominio holandês no Brasil*, Rio de Janeiro, 1949.
- Tovar, Conde de, *Catálogo dos manuscritos portugueses ou relativos a Portugal existentes no Museu Britânico*, Lisboa, 1932.

Glossário (1)

alcaide: governador militar.

almiranta: navio com bandeira, que leva a bordo o almirante.

asiento: contrato para monopólio do tráfico negreiro (na América espanhola).

audiencia: alta corte de justiça e jurisdição territorial respectiva.

auto: registro de ato oficial.

avaria: taxa de comboio.

bandeira: expedição não-oficial aos sertões do Brasil, destinada à busca de índios escravos ou ao descobrimento de minas.

bandeirantes: os que organizavam ou iam à testa de uma bandeira (q.v.).

cabildo: (Espanha), câmara (Portugal): conselho municipal.

capitania: cada uma das áreas territoriais em que Portugal dividiu o Brasil recém-descoberto.

capitania de baixo: as capitanias localizadas no sul do Brasil.

capitânea: navio em que vai o “general” comandante de uma esquadra.

cédula: ordem, decreto ou título de garantia.

charrua: espécie de navio para cargas.

cristão-novo: judeu recém-convertido ao cristianismo.

criptojudeu: o mesmo que cristão-novo.

cortes: o parlamento.

encomendero: colono a quem, na América espanhola, a coroa cedia, em confiança, um certo território, juntamente com os índios que nele habitavam.

encomienda: o território pertencente a um encomendero.

escrivão da puridade: notário secreto, ou secretário confidencial.

Heeren XIX: os dezenove diretores da Companhia das Índias Ocidentais.

¹ Foram suprimidos os nomes em vernáculo, cuja tradução, ou significado, em inglês não vem ao caso consignar na presente versão (Nota do tradutor).

ÍNDICE REMISSIVO

- Ablancourt, Fremont d', enviado francês (citado), 231, 348, 350, 359, 366, 370 e 380.
- Abreu de Brito, Domingos, 242.
- Acarete du Biscay, 112-122, 185, 294 n.
- Açores, 18, 32, 60, 183, 174, 195, 256, 303, 383, 402, 415.
- Açúcar: tráfico e importância: 28, 34, 54, 55, 191-4, 224, 227, 399; relações com o tráfico negro, 191, 235-8, 247, 252-3, 282-3, 401.
- Afonso VI (rei de Portugal, 1656-1683), seu caráter e aparência, 354-5; e a ditadura de Castel-Melhor, 356-9; seu casamento, 362-5; intrigas de palácio contra ele, 368-76; forçado a abdicar, 377-8; seu divórcio, 378-9; exilado na ilha Terceira, 383-4; transferido para Sintra, 396; sua morte, 386, 396, 418; chama os vereadores em Lisboa de cabrões, 371-76.
- Aguiar Coutinho, Francisco de, 71 n.
- Aguilar, Osório Álvaro de, 297.
- Aitzema, Leeuw van, cronista holandês, 57 n, 302 n.
- Alarcon, Diego Graneros de, 110, 123, 411.
- Albernas, João Teixeira, cartógrafo, 30 n.
- Albernas, Pedro Homem, 144-6.
- Albornoz, Filipe de, 107-8.
- Albuquerque, Jorge de, 175.
- Albuquerque, Matias de (1590-1647), 70 n, 80, 93 n, 171, 193, 307 n.
- Albuquerque Felner, Alfredo de, 242 n.
- Alcaide*, 81, 100, 124, 340.
- Aldeia*, 36, 41, 53, 74, 137-40, 200, 231, 333, 355.
- Aldenburgh, Johan Gregor, 75.
- Alexander* (navio), 270.
- Almeida, João, S. J. (c. 1571-1653), 101, 268-9, 281, 300-1.
- Almeida Falcão, Manuel, 270.
- Almiranta* (navio), 198, 345.
- Altamira y Grevea, Rafael, 135 n, 155 n.
- Amazonas, rio, 19, 30, 33, 55, 306, 392, 394, 401.
- Ambaca, 182, 241.
- Ameixial, batalha de, 342-3, 352, 368, 416.
- Anchieta, José de, S. J. (1533-1597), 25.
- Angola, situação de, 237-58; população, 239-40; tomada do litoral pelos holandeses, 183, 188-9; tráfico de escravos, 237-48, 288, 291-2; os portugueses resistem no interior, 187-8, 208, 234-5, 255-6, 287, 290-1.
- Angra dos Reis, 334, 344.
- Anhemi, rio. *Vide* Tietê.
- Antilhas, seu tráfico açucareiro em competição com o do Brasil, 191-2, 399-400.
- Antonil, João (pseudônimo de João Antônio Andreoni, S. J.), 193, 247 n, 248 n, 397-8.
- Araújo, Inácio de, O.S.B., 213.
- Armada, de D. Fradique de Toledo, 71; do conde da Torre, 129-33, do conde de Villa-Pouca no Brasil, 258-64, 284-5; de Salvador para o Brasil (1644-5), 199-204; para a reconquista de Angola, 269-70, 297; da Companhia do Brasil, 298, 301-2, 303, 316-7, 328, 333-4, 343, 345, 397, 414-5.
- Armada Real do Mar Oceano, 172, 197, 199, 200, 258, 6; sugestões de Salvador para reforçá-la, 304-5.
- Asiento*, 90-1.
- Assunção, capital do Paraguai, 40, 84, 98-106, 413.
- Ataide, D. Antônio de, conde de Castro-Daire (1567-1617), 320, 321, 423.
- Atouguia, D. Jerônimo de Ataide, conde de (falecido em 1665), 85 n, 231 n, 322, 358, 419.
- Audiencia*, 46, 83-84, 87, 106.
- Aumale, Mademoiselle d'. *Vide* Maria Francisca.
- Austria, Don Juan de (filho bastardo de Filipe IV), 329, 358-9, 363, 368, 416.
- Avaria*, 202, 203.
- Avendano, Dona Ana de, 96.
- Avis, 154, 170.

- Azevedo, Marcos de, 310.
 Azevedo, João Lúcio d', 227 (citado), 134, 156, 178, 180, 191, 226, 248, 262, 269.
- Bahia de Todos os Santos, fundação da cidade do Salvador, 19; descrição da, 62-63, 294; tomada pelos holandeses, 63-65; recuperada, 75-77; saqueada pelos holandeses, 66-67; e pelos espanhóis, 76; expulsão dos holandeses, 128; Piet Heyn destrói os navios, 80; durante a restauração de Portugal, 157-9; ameaçada pelos holandeses, 257-8; libertada pela armada de Villa-Pouca, 262-4; chegada de Salvador (1659), 304-6; construção de navios, 321-2, 344; criado o arcebispado, 402.
- Bandeirantes, 30, 37-40, 98, 102-3, 126, 151-2, 154, 311, 319, 334, 392. *Vide também* Mamelucos e Paulistas.
- Bantos (tribo africana), 238, 246-7.
- Barbalho Bezerra, Agostinho, 327, 332, 333, 336, 339, 361.
- Barbalho Bezerra, Jerônimo, 326, 327, 333; sua execução, 335-6, 339, 361, 416.
- Barbalho Bezerra, Luís, 133, 166, 326, 413.
- Barcelos, 21, 408.
- Barlaeus, Gaspar van Baerle (1584-1648), cronista holandês: 78, 130 n.
- Barlow, Edward, 343.
- Barreto de Menezes, Francisco, na campanha de Pernambuco, 232-3, 266; governador-geral do Brasil, 317-9, 361; atitude equivocada na revolta do Rio, 336-7; com referência ao *Padre Eterno*, 341-2; apoio a D. Pedro, 369.
- Barros Caminha, Afonso de, 175.
- Barroso, Gustavo, 57 n, 66 n.
- Battell, Andrew, 239 n, 243 n, 288 n, 289 n.
- Baudran, Pierre, 235.
- Beirão, Caetano, 351 n, 352 n.
- Belém (perto de Lisboa), 201.
- Belém (do Pará), 33, 311.
- Beltrány Rózpide, Ricardo, 83 n, 185 n, 293 n.
- Benavides, Don Manuel de, 22, 407, 408.
- Benavides y Bazán, Don Juan de, 81. *Vide também* Cueva y Benavides.
- Benedictinos, no Brasil, 50, 68, 127, 144, 146, 299, 327, 391. *Vide também* Paixão, São Bento.
- Bengo, 241, 414.
- Benguela, 72, 182, 208-9, 253, 271, 275, 280, 286, 297.
- Bom Jesus de São Domingos* (navio): 389.
- Bowermann, Cicely, 22, 407, 408.
- Braga, arcebispado de: 171.
- Bragança, duques de: 154-5, 169-70.
- Brandão, Luís, S. J.: 251-2.
- Brasil: origem e começo da colonização, 18-20; judeus e criptojudeus, 31, 49; os holandeses no Nordeste, 100, 125, 128-33, 181-2, 209, 226-7, 301, 316-7; jesuítas, 23-26, 50, 134-40, 155, 231, 381, 402-3; situação em 1614, 32-34; em 1659, 306-8; em 1680, 402-3; governo colonial, 45-47, 51-53; aclamação de D. João IV, 156-63; comparado com as colônias espanholas, 28-31; vaca-de-leite de Portugal, 190, 364; "paraíso dos mulatos, purgatório dos brancos e inferno dos negros", 248; Companhia Geral do Estado do Brasil, 303-4; frotas do Brasil, 298, 301-2, 303-4, 316-7, 328, 333-6, 342, 345, 397, 401, 414-5. *Vide também* Açúcar, Escravidão negra.
- Brazão, Eduardo (citado): 156, 322, 328, 349, 359, 360.
- Brederode* (navio de guerra), 263.
- Breve (papal), 142-51, 413.
- Brito Freire, Francisco de (1623-92), 302, 307 n, 315, 383, 415.
- Brito Pereira, Salvador de, 264n.
- Brouwer, Hendrik, 201.
- Buarque de Holanda, Sérgio. 28n, 40n, 135, 137n.
- Bueno da Ribeira, Amador: 160-1, 321.
- Buenos Aires: 84, 88-9, 92-3, 133, 157, 161, 308, 337; esquemas de Salvador para conquistar a cidade; intenções dos holandeses a seu respeito, 186; Salvador deseja reabrir o tráfico negroiro com ela; funda-se Sacramento do lado oposto, 398, 400-1, 418.
- Cabildo*: 46, 49, 161.
- Cacique (chefe índio): 109, 117.
- Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira de Melo, duque de: 356, 365, 369, 373-4, 385.
- Cádiz: 22, 77, 81, 390, 407-8, 412.
- Cadornega, Antônio de Oliveira (citado): 241, 275, 287, 298.
- Caetano, Marcelo (citado): 170-1, 173-4.

- Calado, Fr. Manuel (Manuel do Salvador, 1584-1654), 210, 211, 212n, 220, 221n, 222n, 232n.
- Calmon, Pedro (citado): 28n, 135, 163, 315, 397.
- Calvinistas: 57, 209-10.
- Câmara (senado da): 46-47, método de eleição, 47-50, 324, 326; importância desta instituição, 50n, 203-4, 230, 324, 402.
- de Lisboa: 177, 369, 27, 376-80, 396n, 403; de Luanda, 291, 295-7; da Bahia; 202; Salvador e a do Rio, 159-60, 165-6, 202, 203, 268, 296, 324-9, 332-6; discórdias entre as câmaras do Rio e de São Paulo, 149-50, 330-2.
- Camarão, Filipe: 216.
- Camargo (família); 50, 207, 316.
- Campos dos Goitacá: 299-300, 360, 390-1.
- Canabrava, Alice Piffer (citada): 86, 89, 92, 93, 94, 95, 192.
- Cananéia: 85, 313, 393.
- Capitanias. 19, 32-34, 71, 306-7.
- Capitanias de baixo: 35, 37, 42, 52, 72; em oposição aos jesuítas na questão do cativo dos índios, 148-52; aceitavam o rei D. João IV, 160; na guerra holandesa, 131-2, 267. *Vide também* São Vicente e São Paulo.
- Capuchinhos (frades): 140; em Angola, 288-92; disposição da família de Salvador favorável a eles, 140, 291, 293.
- Cardim, S. J. (1540-1625): 37n, 43-45, 192, 211n.
- Cardozo, Manoel S. (citado): 51, 166, 169, 310.
- Caridade (navio): 269.
- Carlos I (da Inglaterra): 351.
- Carlos II (da Inglaterra): 350-2, 353, 364-5, 380, 416.
- Carlos II (de Espanha), 364, 368, 416.
- Carmelitas (frades): 50, 144, 146, 149n; Salvador é sepultado em túmulo dessa Ordem, em Lisboa, 405.
- Cartagena de Índias: 88, 90-1, 93, 195, 250.
- Carvalhais, Jacinto de, S. J.: 148.
- Carvalho Franco, Guiomar de: 21n.
- Carvalhosa, Dr. Fernão de Matos: 187-8.
- Casa da moeda: 163, 207.
- Casas, Bartolomé de las, O. P. (1474-1566): 136, 249.
- Castel-Melhor, João Rodriguez de Vasconcelos, conde de (fal. em 1659): 322, 415, 419.
- Castel-Melhor, Luís de Vasconcellos e Sousa, conde de (fal. em 1720): ditador de Portugal, 356-8, 362, 364-5, 416; oposição a ele, 365-6; destituído e exilado, 370, 382; Salvador era um de seus adeptos, 362, 371, 382.
- Castilho, Jorge de, 175, 189n.
- Castro, D. Brás de (fal. em 1655), governador da Índia portuguesa, 229, 339.
- Castro, D. Francisco de, inquisidor-geral, 171.
- Catalunha: rebelião da, 153-4, 157, 181, 337.
- Catarina de Bragança: 329, 351-3, 364-5, 370, 402, 416.
- Cavazzi, Gio Antonio de Montecuculo: 241n, 289n.
- Ceará, 128, 307.
- Cerro de Potosi: 116, 118-20, 205, 310.
- Céspedes Xeria, Don Luís de (fal. 1660): 96-9, 101-2, 103-105, 151n, 413.
- Chaby, Cláudio de (citado): 172, 201, 305, 397.
- Chaco (Gran Chaco): 86-7, 103-6, 185.
- Charcas, La Plata de los: 83, 87, 90, 106, 117, 184.
- Charilas (navio): 253.
- Charrua (navio): 270, 337.
- Chile: 83, 84, 109, 185, 186, 201, 293.
- Cianca, Alonso de: 91n.
- Cintra. *Vide* Sintra.
- Ciudad Real de Guayrá: 102, 103, 104-5.
- Coaracy, Vivaldo (citado): 53, 124, 128, 138, 144, 150, 152, 300, 325, 326, 328, 332, 333, 340, 361.
- Cobb, Gwendoline: 120n, 122n.
- Coca (e cocaína): 118.
- Coelho, Domingos, S. J. (fal. 1639), jesuíta provincial: 62n, 64n, 68n, 69n.
- Colbatch, Rev. John: 355-6, 359n, 366n.
- Colver, Dirck Pieters: 65.
- Comas, Jaime: 314, 329.
- Comboios (de navios): em uso no tráfico com o Brasil: 191, 203-4, 230, 233-5, 316, 397; comparação com os da "flota" da Espanha, 195-6; oposição que lhes moviam os plantado-

- res de cana, 202-4, 302-3; Salvador era um advogado do sistema, 202, 230, 302-3, 397.
- Companhia holandesa das Índias Ocidentais: formação e razão de existir, 56-60; expedição contra a Bahia, 61 e ss.; contra Guiné, 78; contra Angola, 72, 182-3, 187-8, 253-5; no Mar das Antilhas, 60, 78, 79; em Pernambuco, 97, 125, 128-33, 209, 238, 253, 272-3, 301-2; no Maranhão, 183, 186; expulsão de Pernambuco, 301-2, 303; de Angola, 259-262; de predações infligidas à navegação portuguesa, 80, 91n, 97, 130, 181, 186 194, 292, 296-7; ameaça o Rio de Janeiro, 54, 80, 101, 125, 128-9. *Vide também* Holanda e Tráfico negroiro.
- Consejo de Índia: 51, 175.
- Conselho de Estado: 170, 172, 383.
- Conselho da Fazenda: 52, 173.
- Conselho Geral: 49, 324.
- Conselho de Guerra: 172, 302, 382, 391-396-7.
- Conselho da Índia: 51, 173, 174.
- Conselho Ultramarino: 168, 171, 173-6, 227-35, 338-9, 360, 362, 382, 386, 390, 396, 397, 409.
- Cordilheira dos Andes: 40, 86, 87, 111.
- Córdoba (em Tucumán): 87, 107, 109, 111-112.
- Corregedor: 117, 119-20.
- Correia, Domingos: 51-2, 165, 209.
- Correia, João Antônio (secretário de Salvador): 163, 277n, 313n.
- Correia de Alvarenga, Tomé: governador do Rio, 317, 325; deposto pelos rebeldes, 326-7, 329, 340, 416; enviado para Lisboa, 327, 337; sua volta para o Brasil, 361.
- Correia Lopes, Edmundo: 238n, 244n, 250n.
- Correia de Sá (família): poderio e influência, 21-23, 35-36, 50, 53-54, 95-96, 123, 150, 317, 340; revolta contra os seus membros, no Rio, 325, 416. *Vide também* Sá.
- Correia de Sá, João, segundo filho de Salvador: 386, 410; à testa de uma expedição à Serra das Esmeraldas, 315n, 319-20, 334, 387; na recuperação do Rio, 335; é banido para Portugal, comprometendo o irmão Salvador, 382; é reabilitado, 387; é feito general do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico. 387-8; assassina o sogro, Inácio Sarmiento, 388-9; é preso, 389; consegue escapar, 390; suas propriedades territoriais no Brasil, 390-1.
- Correia de Sá, Martim, primeiro visconde de Asseca, 343, 355, 360, 386, 390, 390n, 410.
- Correia de Sá, Salvador, o velho (fal. em 1631): 21, 37, 52, 386.
- Correia Vasqueanes, Duarte: 124, 164, 204, 313n, 420.
- Correia Vasqueanes, Manuel: 317.
- Correia Vasques, Martim: 317, 327, 361.
- Corte-Real, João Pereira: 129.
- Corte-Real, palácio de: 356, 369.
- Cortes: 176-7, 376-80, 398, 403, 412, 417.
- Cortesão, Jaime (citado): 30, 99, 109, 126, 134, 137, 138, 151, 312.
- Couraca (chefe índio): 117, 119.
- Couto, Antônio do, S. J. (fal. 1666): 264, 269, 271-2, 275, 277n, 279-80, 286n, 290.
- Couto, Diogo do (1542-1616): 26, 38, 46n, 135n.
- Cristãos-novos. *Vide* Judeus e cripto-judeus.
- Cueva y Benavides, Don Bernardo de: 157n.
- Cueva y Benavides, Don Mendo de: 133, 157n.
- Cunninghame-Graham, R. B.: 38, 102, 134n.
- Cuvelier, Mgr. J. (citado): 237, 239, 242, 252, 255.
- Dande (rio): 188, 237, 241, 259, 289.
- Dapper, Dr. Olfert (citado), cronista holandês: 241, 242, 243, 245, 246, 288.
- Dargan, Ena: 114n, 118n.
- Desembargador: 172, 176, 230.
- Desembargador do Paço: 176.
- Dias, Henrique: 216.
- Dias Ferreira, Gaspar: 193n.
- Dominicanos: 24, 155.
- Donatário (s): 19, 22, 42n, 48, 71, 306-7.
- Dória, Antônio Álvaro (citado): 354, 357, 365, 374, 385, 397.
- Dorth, coronel van: 61, 62, 69.
- Dourado, Feliciano: 217n, 232n.
- Eckhout, Albert (pintor holandês, 1641-63): 288.
- Edmundson, G. L.: 58, 64n, 72n.

- Ellis Jr., Alfredo: 43, 133n, 310n, 314n, 320n.
- Elvas: 349, 350, 415.
- Emigração de Portugal para o Brasil: 32, 33, 49, 53.
- Encomendero* e *encomiendas*: 88, 99, 109, 123, 236.
- Engenhos: 28, 34, 190-3, 247-8, 267-8, 323.
- Ericeira, Dom Luís de Menezes, conde de (1632-90) (citado): 197, 301, 357, 359.
- Escravidão. *Vide* Tráfico negreiro.
- Escrivão de puridade: 357, 359.
- Espanha: união com Portugal, 17-18, 62n, 153; separação, 155, 157; guerra com Portugal, 171, 181, 346-7, 358-9, 363-4; paz com Portugal, 379-80, 395; relações com a Inglaterra. 351.
- Espinosa, Pedro de, S. J.: 243n.
- Espírito Santo: 34, 44, 72 e ss., 97n, 307; em busca de esmeraldas, 307n, 314-5, 318-9, 334.
- Évora: 153, 157; entrevista de Salvador com Dom João IV, 168, 183-4, 413; queda e recuperação da cidade, 342, 358-9, 416.
- Fanshaw, Ann Lady: 357, 359, 363.
- Fanshaw, Sir Richard (1608-66): 353n, 359n, 362, 368.
- Farto, Domingo: 313.
- Fernandes, Manuel, S. J., confessor de Dom Pedro II: 383.
- Fernandes, Manuel, S. J., padre provincial no Brasil: 64n, 65n, 69n, 158, 160.
- Fernandes de Almada, Rui: 375-6.
- Fernandes Vieira, João, chefe da rebelião de Pernambuco: 214, 218, 223; defendido por Salvador, 232.
- Fernández Duro, Cesáre (citado): 71, 81, 130, 363.
- Fidalgos (representantes da nobreza): 19, 67, 154, 173, 229, 230, 298, 365, 366, 368, 373, 378, 396; crítica a eles: 230n.
- Figueira, João Delgado: 175.
- Filipe II (de Espanha, I de Portugal, 1580-98): 17, 18, 190, 412.
- Filipe III (de Espanha, II de Portugal, 1598-1621): 51, 412.
- Filipe IV (de Espanha, III de Portugal, 1621-1640): 62, 70, 125, 141, 149, 153, 159, 204, 323, 329, 412; sua ansiedade pela paz com a Holanda, 262; sua obstinação nas tentativas de reconquistar Portugal, 362-3; sua morte, 363, 416.
- Flecknoc, Richard (fal. c. 1678): 126, 127, 170, 247, 264-5, 314.
- "Flotas": 58, 79, 88-9, 91-2, 182-3.
- França, sua política com Portugal: 346-54, 364-5, 377, 379, 380-1, 384, 395, 396.
- Franciscanos: 24, 50, 68, 140, 144, 146. *Vide também* Capuchinhos.
- Fração de Vasconcellos. X, 152n, 338n, 409.
- Freire de Andrade, Francisco: 333, 335, 342.
- Freire de Andrade, Manuel: 333, 334, 336.
- Freyre, Gilberto: 28n, 191n.
- Frias, Manuel de: 95n.
- Gango: 183, 188, 212.
- Garcia, Afonso II (rei do Congo, 1641-63): 187, 255, 274, 288-90.
- Goa: 70n, 387-90.
- Gomes de Vinha, Francisco: 270.
- Gracián, Balthazar, S. J. (c. 1584-1658): 211n.
- Greenlee, William Brooks: 19n.
- Guaicurus (Índios): 103-107.
- Guairá: 41, 84, 99, 102, 103, 104, 126.
- Guararapes: 266, 414.
- Guerreiro, Bartholomeu, S. J., (c. 1560-1642): 71n.
- Guia (forte): 276.
- Guilherme II, Stadhouder (fal. 1650): 283-5, 415.
- Guzmán, D. Luísa de: rainha (1640-56) e rainha-regente (1656-1663) de Portugal, 168, 169-70, 178, 305, 349-50, 356-7, 365, 415-6.
- Hanke, Lewis: 105n, 249n.
- Haring, Clarence H.: 88n, 89n, 141n, 196n.
- Heeren XIX*: 130.
- Henderson, coronel: 254-5.
- Henrique (cardeal-rei de Portugal, 1587-80): 17.
- Hernandarias de Saavedra (governador do Paraguai): 92n, 104.
- Hernandez, Pablo, S. J.: 103n, 104n, 134n.
- Herrero García, M.: 135n, 153n, 155n.
- Heyn, Piet Pieterszoon (1577-1629): na tomada da Bahia, 63-4; cruza ao largo de Angola, 72; seu choque com Salvador no Espírito Santo, 72-4, 80; destrói navios na Bahia,

- 79-80; aprisiona a frota da Prata, 80-1, 413; sua clemência com os jesuítas capturados, 65, 73.
- Hildebrand, P.: 243n, 289n, 291n, 292n.
- Hoboken, W. J. van: 263n, 265n.
- Holanda (Províncias Unidas): partidos pró-guerra e pró-paz, 57-8, 181-2, 283-4; declara guerra a Portugal, 316; faz pazes com Portugal, 352, 364, 416; em guerra com a Inglaterra e com a França, 363, 395; mobilização da esquadra de With, 262-3.
- Holandeses no Caribe: 55, 79; no tráfico negro, 60-1, 78, 245-6, 253-5, 288, 292-4; tratam bem os negros livres de Angola, 282n; atritos com com os portugueses, 209-10; reações à independência de Portugal, 181-2, 346; reação à perda de Angola, 283-285; à perda de Pernambuco, 346; intemperança, 211; aversão a serem chamados de flamengos, 280.
- Hoogestraten, major van: 215, 216, 223.
- Houtbeen, Pieter Corneliszoon Jol (fal. 1641): 253-4, 271, 276, 277, 281.
- Huancavelica (minas de mercúrio): 121.
- Iguaçu (rio): 41.
- Ilha do Governador: 323, 328, 340, 344.
- Ilha Grande: 334, 335, 344.
- Ilhéus: 34, 307.
- Índios (do Brasil): 36, 53-4, 69, 72, 73, 77, 105; Guaicuru, 103-5; Guarani, 29, 84-5, 103-4, 141, 151, 186; Paiguá, 104-5; Tupi, 36, 53, 98, 105, 137, 166, 216, 330; Tapuia, 216, 223, 253; como guerreiros a serviço dos portugueses, 36, 73, 77, 136-9, 174; liberdade e cativoiro deles, 36-43, 134-41, 236-7, 247-8, 402; familiaridade de Salvador com eles, 37, 52-3, 105, 164, 330.
- Inglaterra: sua política com Portugal, 346-53, 364-5, 384, 392-6; com a Espanha, 353.
- Inglezinho* (navio), 266n, 269, 284, 286.
- Inquisição: 26, 31, 55, 59, 92, 94-5, 177, 210n, 403.
- Itabaiana: 53, 310.
- Itamaracá: 33, 133, 224, 307.
- Itanhaém: 34, 307.
- Itaparica: 257, 263, 322, 414.
- Jacarepaguá: 127.
- Jaga (hordas canibais). 208, 238-40, 242, 255, 280.
- Jesuítas: importância em Portugal, 23-24, 27, 155-7, 381-2; na campanha da Bahia, 63, 73; no Rio de Janeiro, 55, 63, 143-51, 158-9, 160, 300; em São Paulo, 43, 148-9, 316; em Santos, 148, 149, 231, 300; crítica a seu respeito, 25, 27, 140-1, 231; elogios, 25, 139, 231; contrários ao cativoiro dos índios, 39-40, 85, 134, 151, 237, 248-9; sua atitude em face da escravidão dos negros, 94, 237, 249-50; reduções de Guairá e Paraguai, 84-5, 98-9, 103; em relações tcnsas com os frades, 144-5, 148-9; apóiam a restauração de Portugal, 155-59; e o divórcio de Afonso VI, 378-80; e bem assim a família Sá, 20, 22, 35, 100, 103, 126, 138-40, 143, 158, 300, 333, 381-3.
- João, Manuel: 43, 151.
- João I (rei de Portugal, 1385-1433): 155.
- João II (rei de Portugal, 1481-95): 26.
- João III (rei de Portugal, 1521-57): 19, 23, 32, 52, 137, 155, 251n.
- João IV (rei de Portugal, 1640-56): sua subida ao trono, 154-7; seu caráter, 154, 156, 168-9; e os jesuítas, 155-6; e a Espanha, 346-8; e a França, 189, 235, 346-8; e a Holanda, 189, 227, 283-4, 285; e a revolta de Pernambuco, 213, 226-7; sua política estrangeira, 346-8; sua clemência para com o rei do Congo, 289-90; e o padre Antônio Vieira, 165-7, 257-8; e Salvador, 158-9, 163, 165, 168-9, 204, 226-9, 232, 234, 260-2, 302, 305, 316.
- Jogo de canas, 162.
- Jol. *Vide* Houtbeen.
- Jong, Marcus de: 181n, 213n, 227n.
- Judeus e criptojudes: 31, 49, 59, 86, 212; na América Espanhola, 86, 92, 94, 95, 119n; financiam a armada de Villa-Pouca, 258; ajuda financeira à Companhia do Brasil, 303; Antônio Vieira advoga tolerância para com eles, 179-80; os espanhóis consideram judeus os portugueses, em sua maioria, 51, 86, 92.
- Juiz-do-povo: 177, 369, 376, 378, 396n, 403.
- Juiz ordinário: 46.
- Juju: 86, 108, 111, 114.

- Kijf, Sergt-Major: 76.
 Knivet, Anthony: 21, 56, 139, 204n, 309, 310.
 Kwango (rio): 237.
 Kwanza (rio): 182, 187, 241, 259, 276, 280, 297.
- Laet, Johannes de (1582-1650): 58-9; (citado): 63n, 64n, 71n, 72n, 78n, 79, 80, 226.
 Lam, Jan Dirckszoon: 78-9.
 Lamego, Alberto (citado): 128, 152, 232, 300, 302, 317, 326, 328.
 Lanier, François, agente francês em Portugal (citado): 169, 171, 180, 186, 262.
 La Plata. *Vide* Rio da Prata.
 La Rioja (em Tucumán). 87, 108, 111.
 Lariz, Dom Jacinto de: 292-3, 313.
 Leite, Serafim, S. J.: 249; (citado) 24, 26, 38, 50, 64, 101, 134, 138, 139, 156, 158, 164, 167, 180, 300, 333.
 Lens, Adrian: 279, 281, 282, 286.
 Levillier, Roberto, 107n 114n.
 Lichthart, Cornelis: 221-27, 414.
 Lima: 83, 91, 126, 185.
 Lisboa: sede do governo de Portugal, 51, 169-70, 230, 346; revoluções em palácio, 154-5, 346-7, 368-78; arruaças, 358-9; a defesa da cidade confiada a Salvador, 305.
 Lizondo Borda, Manuel (citado): 87, 107, 108, 110, 238.
 Loango: 239, 298.
 Londres (em Tucumán): 108.
 Longevidade (no Brasil): 36-7, 44n.
 Longo (rio): 237.
 Lopes Angaio, Manuel: 270.
 Lopes de Sequeira, Domingos: 189, 208.
 Luanda, São Paulo de: como entreposto de escravos, 60, 72, 182-4, 188, 238, 243-5, 253-5, 293, 296-7; conquistada pelos holandeses, 182, 184, 186, 240-1, 253-5; situação sob o domínio holandês, 244-5, 255-6, 272, 273; recuperada pelos portugueses, 276-81; recebe outro nome, 281; é evacuada pelos holandeses, 281, 286.
 Lugon, C.: 85n, 134n, 140n.
 Luís XIV (rei da França, 1643-1715): 351, 362, 363, 367-8, 379, 384, 95.
 Macau: 163, 181, 338, 339n, 397; sob a governança de Salvador: 228-9, 414.
 Madeira (ilha): 18, 28, 32, 174, 191, 196, 256, 264, 303.
 Madeira (rio): 311.
 Madureira, Diogo Martins (ou Muniz): 200-1, 297.
 Madureira, Gaspar Borges: 274.
 Magalhães, Basílio de: 99n, 310n, 312n.
 Magalhães, Pedro Jaques de: 302, 315, 415-16.
 Magalhães Godinho, Vitorino: 399n, 400n.
 Maldonado, Melchior, O. S. A. (bispo de Tucumán): 108, 111, 122.
 Mamelucos: 30, 37, 147, 299. *Vide também* Bandeirantes e Paulistas.
 Mancera, D. Pedro de Toledo y Leyva, marquês de: 185, 201n.
 Mancha y Velasco, Christoval de, O. P.: 91n, 93n.
 Manucci, Nicolau: 135n, 388-9.
 Manuel I (rei de Portugal, 1495-1521): 46.
 Manuel de Mello, Dom Francisco de (1608-66), 153n, 172, 175n, 248.
 Maranhão: 33, 180, 181, 196, 212, 213, 215, 233, 306-7, 348, 402, 414.
 Marchant, Alexander: 19n, 32n, 136n.
 Margarida, duquesa de Mântua (regente de Portugal, 1634-40): 111.
 Maria-Francisca (Marie Françoise Isabelle de Savoy-Nemours, Mademoiselle d'Aumale): seu casamento com Afonso VI: 362, 368, 416; intrigas contra Dr. Sousa de Macedo, 369, 373; seu divórcio, 378-9; seu casamento com Dom Pedro, 379; seu declínio, 384-5.
 Marialva, Dom Antônio Luís de Menezes, marquês de: 363, 372-4, 416.
 Martins, Clemente: 269.
 Mascarenhas, Dom Fernando. *Vide* Torre, conde da.
 Massangano: 182, 187, 208-9, 234-5, 241, 255-6, 274 e ss., 297.
 Matamba: 239, 240.
 Mate: 102, 120.
 Maurício, João (Johann Moritz, conde de Nassau-Siegen, também chamado "Príncipe de Nassau", 1604-79): governador-geral do Brasil holandês, 128, 182-3, 215-6, 413; ataques mal sucedidos à Bahia, 128, 182; repele a armada do conde da Torre, 129-33, 209; atitude para com os católicos, 128, 209-10; idem para com os lavradores portugueses, 209-10; ordena a tomada de Luanda e do

- Maranhão, 182, 183; planeja conquistar Buenos Aires, 186; recebe uma embaixada do Congo, 288; chamado de "Santo Antônio" pelos luso-brasileiros, 209-10.
- Maynard, Thomas (cônsul inglês em Lisboa): 179n, 353n, 380, 399; seu esquema de colonização do sudoeste do Brasil: 392-5.
- Mazarino, Cardeal (1602-61): 235, 346-8.
- Mbororé, batalha de: 138, 184, 186, 413-4.
- Medina, José Toribio: 31n, 89n, 95n.
- Mello, Dom Francisco Manuel de. *Vide* Manuel de Mello.
- Mello, Pedro de: 339, 342, 343, 362, 416.
- Mello Neto, José Antonio Gonsalves de (citado): 210, 212, 215, 238, 246.
- Melo Matos, Gastão de (citado): 185, 357, 360, 362n, 366, 375.
- Mendes Pinto, Fernão: 41.
- Mendes Simão, S. J.: 144n, 147n, 148n, 149n.
- Mendonça Furtado, Diogo de: 61-2, 65-6, 419.
- Mendonça Furtado, Luís de, conde de Lavradio (fal. 1678): 287-9.
- Mendoza y Benavides, D. María de: 22, 408.
- Menezes, Diogo de: 205, 320, 419.
- Menezes, Dom Manuel de (fal. 1628): 66, 75-7.
- Menezes, Pedro César de: 183, 235, 253-4.
- Mercado, Tomás de, O. P. (fal. 1583): 244n, 249-50, 251.
- Mesa de Consciência e Ordens: 51-2, 251, 409-10.
- Mestiços: 38, 116, 299.
- Métraux, Alfred: 37n, 134n.
- Mil-réis: 127, 296.
- Mina, São Jorge da (Elmina): 60, 78-9, 253, 413.
- Mineração: 29-30, 52-4, 163-6, 204-7, 308-10, 312-16, 319, 331; técnica usada, 313; emprego dos escravos negros, 237, 238, 255, 266-7, 293, 295.
- Miranda Henriques, Rodrigo de: 124, 298, 420.
- Misericórdia, Santa Casa da: 50-1, 202, 325.
- Mita: 119n, 122n.
- Moçamedes: 209, 253.
- Moerbeeck, Jan Andries: 59n.
- Mols (forte): 182, 276.
- Monção: 350.
- Montalvão, Dom Jorge Mascarenhas, marquês de (fal. em 1651): vice-rei do Brasil, 132, 234, 308n; aclama Dom João IV, 157-61; no governo da metrópole, 158n, 171, 173, 175-6, 178, 308n; advoga uma poderosa marinha, 197; amistoso com os jesuítas, 231.
- Montes-Claros (Vila-Viçosa), batalha de: 363, 368, 416.
- Montoya, Ruy, S. J.: 40, 98, 99, 104-105, 126, 141, 143, 151, 184.
- Moradores: 98, 214, 267.
- Moraes, Manuel de, jesuíta renegado: 216n.
- Morales, Andres de, O. S. A.: 91n, 93n, 94n.
- Moreno, Martim Soares: 217, 220, 221, 223.
- Morro (forte), em Luanda: 256, 277, 281, 283; muda de nome, 281.
- Mortamer, Pieter: 244-5.
- Moses, Bernard: 115n, 117n, 119n.
- Moura, Dom Francisco de: 69, 96, 419.
- Moura, Pedro de, J. S.: 146.
- Mulatos: 38, 117, 215, 232, 242.
- Muxima: 256, 274.
- Naber, Samuel Pierre L'Honoré (citado): 59, 71, 74, 243, 274, 302.
- Navegação: no Báltico, 55, 56n, 80n, 129, 194, 234; holandesa, 55, 70, 92n, 360; inglesa, 92n, 234, 261, 270, 285-6, 322, 343, 345; francesa, 235; genovesa, 234, 292, 294; portuguesa, 31, 45, 54, 56n, 70, 91, 92-3, 129, 193-4, 234, 257-8, 259, 302-5, 320; espanhola, 244-6, 283, 292-5.
- Navios negreiros: 244-6, 283, 292-5.
- Nazaré, Pontal de: 222-3.
- Ndongo: 237, 239, 298.
- Negros: ajudam os portugueses em Mina, 78-9; desertam para os holandeses na Bahia, 68-9; importados pelo Brasil, 39, 238, 244-6, 299, 402; em Tucumán, 238; em Potosí, 94, 117, 238; escravos dos jesuítas no Rio, 147. *Vide também* Tráfico de escravos.
- Ngola: 237.
- Nichols, Madaline W. 87, 106n.
- Nieuhof, Johan (1618-72), citado: 216, 217, 221, 223, 226.
- Niza, Dom Vasco Luís da Gama, conde da Vidigueira e marquês de: 226; sua opinião sobre os monopólios,

- 303-4; (citado) 201, 223, 262, 266, 280, 285.
- Nóbrega, Manuel da: 274, 280.
- Nodal, Bartolomé e Gonzalo: 53.
- Nombre de Diós: *Vide* Puerto Bello.
- Noort-Holland (navio): 272, 276.
- Norton, Luis (citado): 77, 115, 125, 131, 164, 183, 187, 188, 194, 234, 260, 261, 267, 283, 290, 299, 308, 316, 337, 340, 360.
- Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio (navio): 270.
- Nossa Senhora de Nazaré (id.): 297.
- Nossa Senhora da Penha de França (id.): 71, 412.
- Nossa Senhora do Populo (id.): 337.
- Nossa Senhora dos Remédios e Almas (id.): 270.
- Nossa Senhora do Rosário (id.): 292.
- Nossa Senhora do Rosário e São João de Deus (id.): 270.
- Novais, Alvaro de: 269.
- N'Zinga, rainha (c. 1581-1663): 240, 241, 255-6, 274, 277-9, 281-2, 287, 298.
- Odemira, Dom Francisco de Faro e Noronha, conde de: 305, 337.
- Olinda, 30, 34, 86, 112, 186, 413.
- Olivares, Gaspar de Guzmán, conde-duque de (fal. 1645): 125, 153-4.
- Oliveira, Diogo Luis de: 78-80, 96-7, 419.
- Oliveira, Fr. Nicolau de: 193n.
- Oliveira Cadornega. *Vide* Cadornega.
- Ordenações Filipinas (promulgadas em 1603). 46, 49.
- Ordens militares: 52, 82, 409-10.
- Ortiz de Mendonça, Dom Antônio: 164.
- Ots Capdequí, José Maria de: 111n, 163n.
- Ouden Eendracht* (navio): 276, 284.
- Ouman, Cornelis: 274, 278-9, 281-2, 286.
- Ouro, minas de: 42, 52, 204, 205, 233, 309, 312, 315, 319, 331, 393, 415.
- Pacheco de Mello, Manuel: 269, 277n.
- Padilha, Francisco de: 69.
- Padre Eterno (galeão): 320, 322-3, 325, 328, 341-45, 383, 415.
- Padroado: 288, 289, 290-1, 403.
- Paes (Pais), D. Ana: 211-2.
- Paiaguá, índios: 104-7.
- Paiva Manso, visconde de (citado): 142, 255, 289, 291, 292.
- Paixão, Alexandre de. O. S. B.: 375-6, 381-2, 390, 396n.
- Palafox y Mendoza, Juan de (1600-1659): 141, 152n.
- Pampas: 87, 112.
- Panamá: 83, 88, 91.
- Pará (Grão Pará): 33, 196, 307-8, 393, 402.
- Paraguai: 29, 41; província jesuítica do: 84-5, 155; província da coroa, 84; rebeliões entre os índios do, 104-7; incursões dos paulistas no, 40-1, 102-4, 141-2, 184, 311, 392, 400, 413-4, 415, 417; comunicações com o Brasil, por terra, 29, 40-1, 98-9, 142-3, 164, 185, 311, 392.
- Parafba: 33, 214, 224, 273, 307.
- Paraná (rio): 30, 41, 84, 101-2, 392.
- Paranaguá: 313-5, 319, 329, 331-2, 415-6.
- Parapanema: 25, 85n.
- Parry, Francis (enviado inglês a Lisboa) (citado): 27, 345, 372-4, 382, 384, 386, 396, 400.
- Pastells, Pablo, S. J. (citado): 84, 104, 107, 126, 134, 142, 143, 151, 238, 243.
- Pau-brasil: 19, 28, 303, 307.
- Paulistas: 30, 38, 49-50, 54, 85-6, 98-100, 101-3, 126, 131; marcha a pés descalços, 40, 105; em busca de Sa-barabuçu, 310-11; dificuldades que teve Salvador com eles, 131, 132, 150, 151-2, 164-7, 233, 267, 300, 305, 321, 330; cooperação com Salvador, 184; reconciliação com ele, 330-1, 333-4; ameaçam Potosi, 185; expulsam os jesuítas, 149-51; readmitem-nos, 316; abortado avanço sobre Buenos Aires, 392; recrudescência de atividade (1676), 400; Salvador sugere que eles deveriam combater em Angola, 187; não consegue que se disponham a fazê-lo, 267; estigmatizados como bandidos caçadores de escravos, 126, 132.
- Pauta, 47, 327.
- Peça das Índias (definição do termo): 244, 246.
- Pedro, infante Dom, príncipe-regente (1667) e rei (1683-1706) de Portugal: seu caráter e aparência, 355-6, 384-5; derriba Castel-Melhor, 366-71; casa-se com a rainha, 379; torna-se rei, 386, 396, 403, 416 e ss.; relações com Salvador, 382-3, 396.

- Peixoto Viegas, João (citado): 398, 402, 405.
- Pelliçier de Tovar, Don José (citado): 153, 156, 158, 289, 293.
- Pelouros: 47-8.
- Peña, Henrique: 293n.
- Penaboa: 21, 408.
- Pernambuco: 34, 54; capturado pelos holandeses, 100, 125, 128; insucesso da armada do conde da Torre contra, 129-134; revoltas contra os holandeses, 209, 227; reconquistado pelos portugueses, 302, 316-7, 414; dependência do tráfico negreiro com a África, 237 e ss., 253.
- Peru, vice-reinado do: 84-5, 141; contrabando no comércio português com, 86, 93 e ss., 387; rota seguida pelos peruleiros, 111-5; idéia errônea sobre a sua distância do Brasil, 309, 394; agressão portuguesa contra ele, 392.
- Peruleiros: definição e descrição, 86-94; itinerário para Potosi, 111, 115-6; Salvador como peruleiro, 122, 404.
- Pieterszoon, Symon: 274, 276-7, 278, 280-1.
- Pinheiro, Manuel: 269.
- Pinto Pereira, José: 223.
- Piraiininga: 37, 43.
- Pires, família: 50, 207, 316.
- Pizarro e Araújo, José de Sousa de: 305n, 326n, 344n.
- Poder marítimo: como era ele apreciado por Salvador, 194 e ss., 303-5.
- Poelhekke, J. H.: 262n, 267n, 285n.
- Pombeiros: 242.
- Ponta do Galeão: 323, 344.
- Porto: 193, 199, 202, 402.
- Porto Seguro: 34, 307.
- Porto Seguro, barão de. *Vide* Varnhagen.
- Portugal: governo, 51-2, 170, 188, 229-31, 347, 355-9, 384-6, 403; união com a Espanha, 17-8, 62n, 153-4; revolta da Espanha, 154-5; guerra com a Espanha, 171-2, 181, 346-8, 358-9, 363-8; pazes com a Espanha, 380, 395; relações com a Inglaterra, 346-53, 364-5, 384, 392-5, 396; com a França, 346-53, 363-8, 377, 379-81, 384, 395-6; com a Holanda, 181-2, 262-4, 283-5, 316, 346, 352, 364, 395, 402, 403, 413-7.
- Portugueses: sua simplicidade: 35-6, 66-7; sobriedade, 36, 210-1, 355-6; tendência à procrastinação, 385-8; alta porcentagem de sangue judeu entre eles, 31, 49, 86, 95; inimizade com os espanhóis, 17-8, 75, 76-7, 86, 93, 94, 153-4, 366, 400; em Tucumán, 112, 115, 185; métodos de colonização comparados com os de Espanha, 27-31.
- Potosi (Villa Imperial de Potosi), 28, 30, 59, 83, 86, 204-6, 309-10; a estrada para, 111-4; a cidade e seus habitantes, 115-7, 185; população de, 86, 116; minas de prata, 118-22; visita de Salvador a Potosi, 111, 115-6; esquema de Salvador contra a cidade, 184-6; escravos negros em, 237-8.
- Prata: tráfico com Buenos Aires, 86, 88, 184, 292, 295, 308; minas e produção delas no Brasil, 53, 308, 310, 312, 399-400; minas e produção em Potosi, 118-21, 294-5, 308; barras exportadas para a Europa, 93; crise em Portugal, 399.
- Prestage, Edgard (citado): 170, 171, 180, 186, 213, 227, 229, 328, 347, 365, 366, 370, 382, 403.
- Procurador: 46.
- Provedor: 49, 101, 151, 234, 314.
- Puerto Bello: 88, 91, 93, 195.
- Punta de Araya: 55, 60.
- Queen Catherine* (navio): 343-4.
- Quicombo (Kicombo): 208, 259-60, 271, 275.
- Raposo, Hipólito, 178, 357.
- Raposo Tavares, Antônio: 98-9, 134n, 142, 392n, 414; juízo crítico de Salvador sobre os seus feitos, 311.
- Ratelband, K.: 239n, 275n.
- Rau, D. Virgínia: 352n.
- Ravenstein, E. G.: 239, 243n, 288n, 289n.
- Ravignani, E.: 94n.
- Recife (de Pernambuco): 125, 129, 133, 186, 196, 214, 413, 414; Salvador ancora ao largo da cidade, 219-20, 226-7; ameaçando-a, 301-2; recapturado pelos portugueses, 301-2, 316-7; o Recife holandês e Angola, 272-3; e o tráfico de escravos, 238, 244, 245, 253.
- Recôncavo: 34, 62, 70n, 75, 130, 299, 341.
- Reduções jesuíticas: 41, 84-6, 98, 138, 141, 392, 413.
- Regenbogen* (navio): 263, 272.

- Regimento fornecido a Salvador, como general das frotas do Brasil: 197-201, 304; como administrador das minas, 203-7; para o Conselho Ultramarino, 173.
- Relação: 34, 45, 83, 176.
- Renier, G. J.: IX, 58n, 68n.
- Repartição do Sul: 306-8, 315-6, 318, 401, 415.
- Ribeiro de Lessa, Clado: 72n, 77n, 164n, 209n, 302n, 344n.
- Ribeiro de Macedo, Duarte (1618-1680): 135n, 350n.
- Rio Grande do Norte: 33, 307.
- Rio de Janeiro: cidade de São Sebastião, 20, 85-6, 126, 127; Salvador ali não nasceu, 23, 409; capitania do, 34, 53-4, 307, 393; ameaçado pelos holandeses, 54, 78, 100, 101, 125; revoltas antijesuíticas, 144-8; aclama D. João IV, 159-60, 163; presta ajuda na reconquista de Angola, 267-70, 273, 296-7; crescimento da cidade, 299; revolta-se contra Salvador (1660), 325-34; abafada a revolta, 335-7; sob o governo de Salvador, 124-152, 234, 307, 316-7, 319-20, 325, 335, 338; a família de Sá e o Rio de Janeiro, 20-22, 35-6, 52-4, 71-2, 95, 123, 325-6, 328-9, 339-41, 360, 401, 416.
- Rio da Prata: contrabandos dos portugueses por essa via, 86, 88-9, 94-5, 184-6, 238, 292-5, 308, 329, 398, 400; projetos de Maynard para a colonização da região ao norte, 392-5. *Vide também* Buenos Aires e Perúleiros.
- Rodrigues, Francisco, S. J.: 24n, 155n, 178n, 180n, 379n, 383n.
- Rodrigues, José Honório: 59n, 241n, 215n, 216n, 222n, 440.
- Rodrigues Cavalheiro, Antônio: 260n, 270n.
- Rodriguez Villa, Antônio: 129n.
- Roth, Cecil: 95n.
- Rubim, Gaspar: 270, 277n.
- Ruiter, Dirck de: 35, 36, 59, 60, 65, 93n, 126, 236n, 247n, 251n.
- Ruiter (Ruyter), Michael Adriaenszoon de (1607-76): 316.
- Sá, D. Esperança: 99.
- Sá, D. Vitória de (fal. 1667): 97-8, 99-100, 106, 413.
- Sá, Estácio de (c. 1520-67): 20, 35.
- Sá, Fernão de (fal. 1558): 20.
- Sá, Martim de (c. 1575-1632): 21-22, 406, 408; governador do Rio, 21-22, 54, 80, 97, 123; em São Paulo e São Vicente, 52-4; em Itabaiana, 53; preador de escravos, 37, 105; e Céspedes de Xeria, 98; sua morte, 123; faz testamento em favor dos jesuítas, 139.
- Sá, Mem de (c. 1500-72): 20-21, 23, 35, 419.
- Sá de Miranda, Francisco de (1495-1558): 20, 26.
- Sá e Benavides, Salvador Correia de (1602-c.1682): seus antepassados e lugar de nascimento, 21-23, 406-10; educado pelos jesuítas, 23-25; vai para o Brasil (c. 1614), 27, 52, 261; seus primeiros serviços ali, 52-4, 95-6, 310; intercede em favor de marinheiros espanhóis condenados à morte, 53-4; combóia uma frota de açúcar (c. 1623), 54; toma reforços no Rio (1624), 72; reencontro com Piet Heyn no Espírito Santo, 72-4, 80; presente na reconquista da Bahia, 77; alcaide-mor do Rio de Janeiro, 81-2, 100, 124; é armado cavaleiro, 82; seu contato com D. Luís de Céspedes Xeria, 96-7, 104; toma o caminho terrestre para o Paraguai, 99-103; sufoca a rebelião dos índios no Paraguai, 107-8; faz coisa semelhante em Tucumán, 107-10; é ferido, 108, 265n; almirante do Rio da Prata e da costa meridional, 106, 157n; contrai matrimônio, 109-10, 122, 163; sua viagem a Potosi, 102, 114,5, 122, 184; regressa ao Brasil, 123; volta à Europa, 124-5; governa o Rio pela primeira vez (1637-43), 124; envia suprimentos e reforços ao conde da Torre, 130-3; sufoca uma revolta antijesuítica no Rio (1640), 144, 148, 150; opõe-se à expulsão dos jesuítas de São Paulo e Santos, 150-1; empenha-se pela sua instalação, 151, 163-4; vai a Santos, 163-4; acusado de faltas, 152, 164-7, 169; proclama D. João IV no Rio de Janeiro, 159-61; recebe recompensas, 164; rescindidas as recompensas, 167. Volta à Europa (1643), 167-8; entrevista com o rei em Évora, 168-9, 183-4; chovem acusações contra ele, 169, 224; é feito membro do Conselho Ultramarino, 168, 176; general das frotas

do Brasil, 168; 189, 197-204, 216; administrador das minas de São Paulo, 168, 204-8; sua parte na revolta de Pernambuco em 1645, 217; aparece ao largo de Recife, 220-2; desliga-se de Simão de Paiva, 223, 224; combóia a frota do açúcar e o *São Lourenço*, 223; críticas ao seu comportamento, 224-7; pleiteia o cargo de capitão-general de Macau, 228; reassume o seu posto de conselheiro de ultramar, 227-35; nomeado governador do Rio pela segunda vez (1647), 234.

Nomeado governador de Angola, 235, 256, 256 n, 259-62; preparo de sua armada, 256, 259-62; viagem ao Rio, 264, 266; preparativos finais no Rio, 267-70; composição da armada, 270; viagem a Angola, 271-2; perda do *São Luís* em Quicombo, 275-6; recaptura de Luanda, 276-81; evacua os prisioneiros holandeses, 280-1, 286-7; seu cuidado com os feridos, 287; ação contra a "rainha" N'Zinga e os sobas rebelados, 287-8; impõe duras condições de paz ao rei do Congo, 288-91; tolera os padres capuchinhos em Luanda, 291; tenciona reviver o tráfico de escravos com Buenos Aires, 292, 294; sua governança em Angola, 295-9; pede ao rei para ser dispensado, 298; volta ao Rio, 299; funda em Santos o colégio dos jesuítas, 300; volta a Lisboa com a frota do açúcar, 301; temor dos holandeses de que ele atacasse Recife, 301-2; feito membro do Conselho de Guerra, 302; sustenta a Companhia do Brasil, 303-5; comanda as defesas de Lisboa, 305; toma reforços para o Alentejo, 305; feito capitão-general da Repartição do Sul, 306-8, 315-6; general da frota do Brasil (1659), 316-7; recebe de Francisco Barreto as capitanias do sul, 317-8; expedição abortada à serra das Esmeraldas, 318-20; governador do Rio (1660), 319; constrói o *Padre Eterno*, 320-3, 328, 334, 341-5; vende o *Padre Eterno* à coroa, 345, 383; em divergência com a câmara do Rio, 323, 325; parte para Santos e Paranaguá, 325, 329; revolta-se o Rio durante a sua ausência, 325-33, 339-41; suas atividades mineradoras em Paranaguá, 331; vai a São Paulo e con-

quista a amizade dos paulistas, 330-3; debela a revolta no Rio, 333-5; executa Jerônimo Barbalho, 335-6; repercussões desfavoráveis na Bahia e em Lisboa, 336-9, 361-2; aliado do governo do Rio, 338-41.

Volta a Portugal (1663), 342, 343, 359; vê seqüestradas as suas propriedades no Brasil, 340; é suspenso o seqüestro; preso na Torre Velha e libertado, 360; sua impopularidade em Lisboa, 361-2, 375, 376; apóia a ditadura de Castel-Melhor, 362, 371; aprova a detenção de D. Pedro e de seus seguidores, 371-2; malogra essa conspirata, 373-5; é açoitado nas ruas de Lisboa, 376; busca refúgio entre os jesuítas, 381-2; encarcerado na Torre de Belém, 382; recupera a liberdade, 382-3; reabilitado e reconduzido à sua posição de conselheiro, 383, 386, 396; colabora na fuga de seu filho criminoso, 390; perdoado, 390; amplia as posses da família no Brasil, 390-2, 400; tem parte na fundação da Colônia do Sacramento, 396, 400; sua opinião sobre a *armada real* em 1670, 396; opõe-se ao monopólio do tabaco pela coroa, 397-8; seus últimos anos no Conselho Ultramarino, 396-401, 404; suas conexões com o "século do açúcar" de Portugal, 401-4; resumo de seus feitos, 404-5; sua morte e local em que foi sepultado, 405.

Acusado de corrupção e suborno: 152, 164-7, 168-9, 317, 326, 328-9, 338, 360, 362; engavetadas ou esquecidas as acusações contra ele, 169, 224, 360, 361-2; atividades no Conselho Ultramarino, 168, 176, 227-35, 252, 302, 315, 360, 383, 386, 395, 404; atividades no Conselho de Guerra, 302, 360, 371, 383, 390, 395, 396; como general das frotas do Brasil, 168, 189, 197, 204, 216, 316-7; advoga a conquista de Buenos Aires e o ataque a Potosi, 184-6, 392; é um advogado do sistema de comboios, 194-5, 230, 303-5, 397, 404; condena o uso de caravelas, 195, 305; defende o procedimento de João Fernandes Vieira, 232; critica os juristas da coroa, 46 n; amigo e patrono dos jesuítas, 100, 101, 109, 126, 132, 138-40, 143, 59, 164, 165-6, 297, 231, 268-9, 300-1, 328, 333, 340, 376; car-

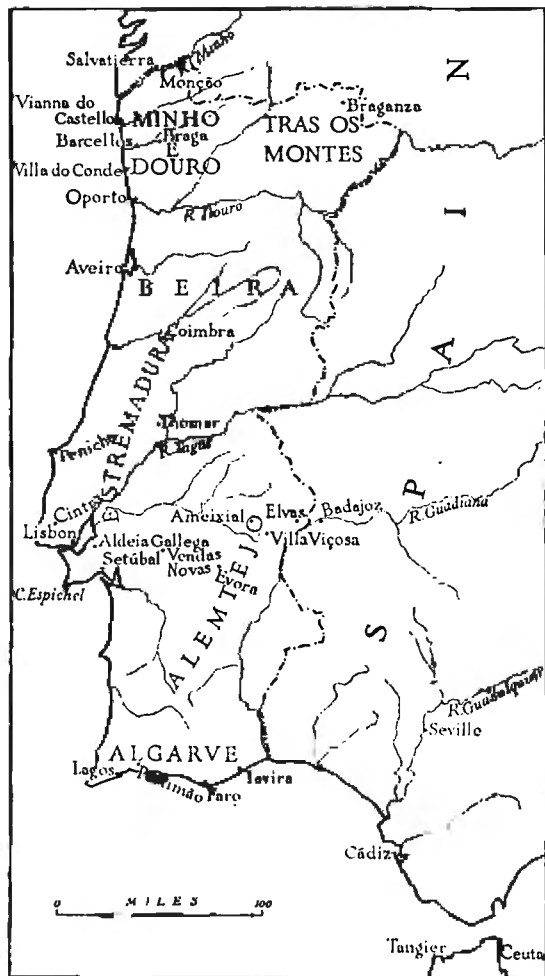
- ta de confraternidade na Companhia de Jesus, 167, 381; relações com António Telles da Silva 165, 166-7, 203, 209, 218-9, 223, 225, 261; suas propriedades no Rio de Janeiro, 125, 127, 152, 229, 241, 299 340, 361; nos Campos dos Goitacá 299-300, 390-1; e em Tucumán, 111 122, 123, 159, 165; propõe a criação de novas capitanias, 234, 308, 390-1; opõe-se à caça dos índios pelos paulistas, 103, 132, 139-40, 311; tolera-as, 184; advoga a separação das capitanias do sul, 234, 308, 400, 401 atividades nas minas de São Paulo e São Vicente, 52-4, 164-6, 168, 204-8, 233-4, 308-12, 314-6, 331; e no projeto de uma casa-da-moeda em São Paulo, 207, 296, 312; relações com a câmara da Bahia, 203 a de Luanda, 296-7; e na do Rio, 127, 128, 144, 159-60, 165-6, 203-5, 324; suas simpatias pela Espanha, 105-6, 126, 157, 164, 166, 228, 305 328-9, 362, 363, 375, 386-7; seu conhecimento da língua dos índios Tupi, 36, 52-3, 105, 164, 330; atividades relacionadas com a construção de navios, 200, 234, 321-3, 344-6, 397; escrupuliza a respeito do tráfico negro; "um notável velho lutador", 371, 404.
- Sabarabuçu: 205, 308, 310, 315, 319, 325, 331, 401.
- Sacramento, Colônia do: 398, 400-1, 418.
- Saint-Romain, marquês de (enviado francês a Lisboa): 354 n, 368, 374, 384.
- Sal: tráfico do sal de Setúbal: 190-1, 285, 403; de Punta de Araya, 55, 60. Salta: 86, 111, 114.
- Salvador (cidade do). *Vide* Bahia.
- Salvador, Frei Manuel do. *Vide* Caladão.
- Salvador, Frei Vicente do. *Vide* Vicente do Salvador.
- Salvatera: 350-2.
- San Miguel de Tucumán: 107, 108.
- Santa Catarina: projetada capitania com este nome, 308, 315, 361, 381, 393, 398.
- Santa Cruz de la Sierra: 185.
- Santiago del Estero: 87, 111, 112, 113, 122.
- Santo Agostinho (cabo): 214, 217, 223, 224.
- Santo Amaro: 34, 307.
- Santo Antão (colégio jesuítico): 24.
- Santo António (charrua): 270.
- Santo António (galeão): 201.
- Santo António (padroeiro dos portugueses): 209-10, 216.
- Santo António (urca): 269.
- Santo Milagre (navio): 270.
- Santos (São Vicente): expulsão dos jesuítas dali, 148-50, 414; reinstalados, 163-4; visita-a Salvador, 164, 330; Salvador funda ali um colégio jesuítico, 167, 300, 415; Maynard faz menção ao lugar, 393-4.
- São Bento: convento de beneditinos no Rio, 161, 327; na Bahia, 64, 65-6.
- São Gabriel (navio): 270.
- São João da Barra (ou Praia): 391, 417.
- São Jorge da Mina (Elmira). *Vide* Mina.
- São José (charrua): 337.
- São Lourenço (galeão): 223.
- São Luís (navo almirante): 269, 270-1, 275-6, 280.
- São Miguel Arcanjo (patrono da reconquista de Angola): 268, 281, 298n, 300.
- São Pantaleão (galeão): 201, 203, 216, 218, 219, 221.
- São Paulo de Luanda. *Vide* Luanda.
- São Paulo de Piratininga: 37-40, 42-5; e a escravidão dos índios, 134-42, 148-51; expulsão dos jesuítas, 148-9, 165-7; retorno dos jesuítas, 316; remete enviados a Lisboa, 151, 321; envia ajuda ao conde da Torre, 131-3; projeto de uma casa-da-moeda, 163; D. João IV é ali proclamado, 160-1; Salvador ali se acha (1660), 318, 321; a "Rochelle do Brasil", 45.
- São Pedro (navio): 270, 286.
- São Pedro de Hamburgo (galeão): 201, 216, 220-1.
- São Roque (cabo), 33, 133, 413.
- São Roque (colégio jesuítico e igreja): 179, 382.
- São Salvador, capital do Congo: 259, 288.
- São Salvador dos Campos. *Vide* Campos dos Goitacá.
- São Sebastião do Rio de Janeiro: 20, 35-6, 127; Salvador, alcaide-mor de: 81, 124. *Vide também* Rio de Janeiro.
- São Tomás (navio): 269.

- São Tomé, capitania de: 34.
 São Tomé, ilha de: 28, 182, 191, 282, 283, 284, 286.
 São Vicente, capitania de: 34-5, 37, 54, 72, 85, 207, 307, 391; construção de navios ali, 233-4, 321; recomendação de Maynard a respeito de sua colonização, 392-5. *Vide também* São Paulo e Capitánias de baixo.
 Sarmento de Carvalho, Inácio: 388-9, 417.
 Sarmiento, Don Francisco, 67.
 Scelle, Georges, 90 n, 92 n, 246 n.
 Schomberg, Frederick Armand (1619-90): 350, 363, 397 n, 416; seu espírito de ofensiva, 359, 367, 380; apóia a facção de D. Pedro, 370.
 Schoppe, Sigismund von: 257, 263, 414.
 Schouten, Willem van, 69, 76.
 Sebastianismo: 156, 180.
 Sebastião, Dom (rei de Portugal, 1557-1580): 35, 62 n, 357, 412.
 Senado da Câmara. *Vide* Câmara.
 Sérgio, Antônio: 191 n.
 Sergipe del Rei (capitania): 34, 53, 128, 307, 310, 412, 414.
 Serra das Esmeraldas: 204-5, 309-10, 315, 316-20, 325, 334, 361, 416.
 Serra do Mar: 37, 98, 150.
 Serrão de Paiva, Jerônimo: 217-14, 414.
 Sesmarias: 295, 299.
 Setúbal: 190, 193, 285, 358, 403.
 Severim de Faria, Manuel (fal. 1655): 135 n, 194 n.
 Seyner, Antônio, O.S.A.: 159 n.
 Silva, Duarte da: 257-8.
 Silva Lisboa, Balthazar da (citado), 132, 152, 157, 165, 198, 203, 204, 206, 326, 361.
 Silva Rego, Antônio da (citado): 183, 188, 189, 208, 213, 235, 255, 267, 275-6, 286.
 Simonsen, Roberto: 192 n, 193 n.
 Sintra: 301, 386.
 Sluiter, Engel (citado): 32, 35, 51, 55, 193, 195, 236.
 Soares, Diogo: 89.
 Soares, Francisco: 89.
 Soares, Manuel: 256.
 Sobas: 239, 243, 287-9, 296.
 Sonho: 288.
 Soromenho, João: 269.
 Sousa, D. Luís de: 53, 306, 419.
 Sousa, Tomé de: 19, 137.
 Sousa Coutinho, Francisco de (1598-1660): 180-1, 226, 258, 262, 263, 281.
 Sousa de Macedo, Antônio de (1606-1682): 195 n, 302, 416-17; seu caráter, 358; propõe um casamento anglo-português, 350-1; dá apoio a Castel-Melhor, 358, 368; e a Afonso VI, 371-3; expulso por *coup-de-main*, 374-5.
 Sousa Leão, Joaquim de: 130.
 Sousa Pereira, Pedro de: 152, 234, 299, 313 n, 315; suas atividades na pesquisa de minas de ouro e prata, 314-5; deposto pelos rebeldes no Rio, 327, 337, 416; cargas feitas contra ele, 314, 327, 329; é libertado, 361.
 Southey, Robert: VII-VIII, 50, 133 n, 244 n, 313 n, 324 n.
 Southwell, Sir Robert (citações): 179 n, 354, 365-7, 369n, 371-2, 374-6, 379-80, 383.
 Soutomaior, Francisco de (governador de Angola): 189, 208-9, 234-5, 255-6, 414.
 Startenius (predicante holandês): 66 n.
 Stevens, John: 51 n, 81 n, 176 n, 177 n.
 Tabaco, comércio do: 397-8.
 Tamaio de Vargas, Tomás (1588-1641): 71, 75, 76, 77.
 Tamandaré: 219-27, 301, 414.
 Tânger: 173, 174, 351, 380.
 Taño, Francisco Diaz, S. J.: 141-4, 151.
 Tapuia: ajudam os holandeses contra os portugueses, 216, 223, 253.
 Taunay, Affonso d'Escragnoille (citado): 38, 40, 106, 133, 143, 149, 156, 161, 200, 207, 210, 231, 238, 242, 244, 321, 331, 334, 392.
 Tavernier, Jean Baptiste (1605-89): 294-5.
 Teixeira, D. Marcos (bispo da Bahia): 62, 64, 68-9.
 Teixeira de Mendonça, Antônio: 189, 208.
 Telles de Menezes, Antônio. *Vide* Villa-Pouca de Aguiar, conde de.
 Telles da Silva, Antônio (fal. 1651): governador-geral, 165, 201, 257; fomenta a rebelião de Pernambuco contra os holandeses, 213-27, 232, 257; relações tensas com Salvador, 165-7, 209, 223, 225, 227, 233, 261; sobre maus tratos infligidos aos negros escravos, 247 n.
 Teodósio, infante (1634-53): 170.
 Terceira (ilha): 383, 385, 396, 417.
 Terço: 372.

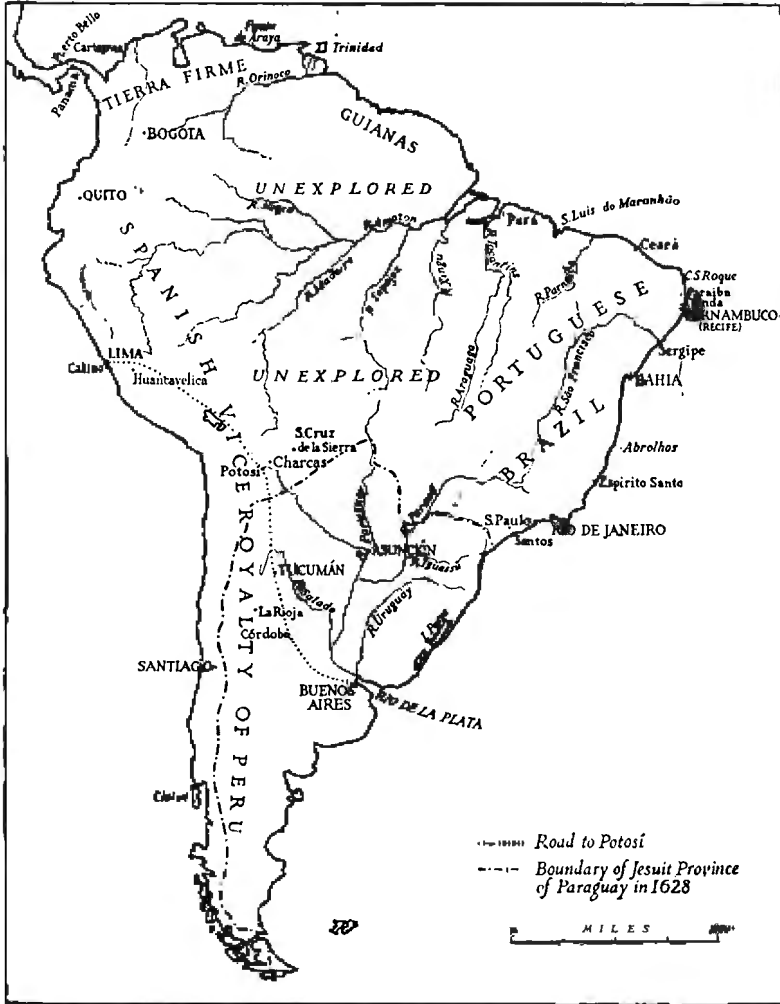
- Tierra Firme: 92, 224.
 Tietê, rio: 101.
 Tijuca: 127.
 Toledo y Osorio, Don Fradique de (1584-1634): 71, 76, 78, 129.
 Tomar: cortes ou parlamento de: 17, 142, 412.
 Tordesilhas, tratado de: 18; linha de demarcação, 18, 85, 93-4, 205, 308.
 Torre, Dom Fernando Mascarenhas, conde da: 129-33, 241, 258, 413.
 Tráfico e cativo dos ameríndios: 30, 36, 85-6, 134-51, 236, 239-40, 330.
 Tráfico negroiro e escravidão: 34, 37, 38-9, 52, 60, 136, 182, 184, 187, 190, 192, 236-8, 252-3, 402; tráfico entre o oeste da África e o Rio da Prata, 89-90, 93, 184, 238, 246, 292-5; como era ele praticado, 242-3; quadro comparativo, 238; denúncias coevas e justificativas, 249-53; interdependência com o tráfico do açúcar, 190, 238, 248, 252-3, 282-3, 285, 401, 402.
Três Reis Magos (navio): 270.
 Tromp, Maarten Harpertzoon (1597-1653): 133, 154, 413.
 Tucumán, colonial, 83-7, 104, 113; rebelião Calchaqui, 106-9, 413; estrada para Potosi, 111, 185; escravidão negra ali, 283, 246; Bispaado de. *Vide* Victoria e Maldonado.
 Tumbeiros. *Vide* navios negreiros.
 Tupi (índios): nas bandeiras, 98, 137; dão apoio aos portugueses contra os holandeses, 216; conhecimento de sua língua por parte de Salvador, 36, 52-3, 105, 164, 330.
 União das coroas de Espanha e Portugal: 17-18, 153-5, 412.
 Urbano VIII (papa): seu breve sobre a liberdade dos ameríndios, 142, 413.
 Usselinx, Willem (1567-c.1647): 56, 59-60.
 Valencia Guzmán, Juan de. 64 n, 67 n, 71, 75.
 Varnhagen, Francisco Adolfo, barão de Porto Seguro (citado): 19 n, 33 n, 34 n, 35 n, 46, 51, 125, 130, 133, 166, 182, 195, 205, 207, 213, 218, 223, 303, 306, 361, 391, 404.
 Várzea (região em volta de Recife, onde a cana era cultivada): 34.
 Vasconcellos, Simão de, S. J. (fal. 1674), citado: 37, 100, 207, 269, 279, 301, 319, 395.
 Vasqueanes, Duarte Correia: 124, 164, 204, 313 n, 420.
 Vasques, Martim Correia: 317, 327, 361.
 Vaz de Oliveira, Antônio: 270.
 Vega Carpio, Lope de (1562-1635). 65, 66 n, 411.
 Velasco, Christoval de Mancha y, O. P.: 91 n, 93 n.
 Velasco, D. Catalina (Catarina) de Ugarte y: 109-11, 122, 218-9, 222, 299, 300, 337, 386, 411, 413.
 Velasco, D. Juan Ramirez de: 109.
 Velasco, D. Luis de: 109.
 Velasco, D. Pedro Ramirez de: 109, 122.
 Velasco y Graneros, D. Pedro de: 110, 411.
 Velio, Luís: 369, 373-4, 383.
 Vendas Novas: 168.
 Verjus, Monsieur: 379, 380, 381.
 Viana do Castelo: 32, 80, 91 n, 101 n, 193, 195, 199.
 Vianna Filho, Luís: 244 n, 246 n.
 Vianna, Hélio: 80 n, 93 n, 193 n.
 Vicente do Salvador, Frei (1565-c.1639), citado: 28, 40, 71, 72, 86, 126, 193.
 Victoria, Francisco de (bispo de Tucumán): 89, 94.
 Vidal de Negreiros, André: 213, 217, 220, 221, 223, 318.
 Vieira, Antônio, S. J. (1608-97): esboço biográfico, 178-80; na campanha da Bahia, 64 n, 69 n, 75, 75 n; advoga a paz ou a trégua com a Holanda, 189, 226; apologista da escravidão dos negros, 248-9; levanta um empréstimo para a armada de Villa-Pouca, 257-9; sua amizade com cristãos-novos, 179, 257, 303; critica o tratamento dos índios brasileiros, 237, 311-2; critica a organização militar, 297; faz elogios aos soldados portugueses, 323; critica Manuel Fernandes, S. J.: 383-4 n; sua opinião a respeito dos paulistas, 267; fornece estatística sobre o tráfico do açúcar, 192-3; seu "Papel Forte", 193 n, 197 n; seus sermões, 179, 202; suas notas sobre a interdependência do tráfico do açúcar e o dos escravos, 252-3; a respeito da armada de Villa-Pouca, 263-4; exilado da corte, 180, 357; expulso do Maranhão, 180, 339; conselheiro confidencial de D. João IV, 178-80, 381.
 Vieira, João Fernandes: chefe da rebelião de Pernambuco, 214-8, 221, 223;

- defendido por Salvador contra críticas hostis, 232.
- Vieira da Silva, Pedro: 176, 379.
- Vila do Conde, 303.
- Vila Rica del Espiritu Santo. 400.
- Vila Viçosa: 154, 156, 416.
- Vilhena, Francisco de, S. J.: 157.
- Villagra y Villarroel, Francisco de: 109.
- Villa-Pouca, António Telles de Menezes, conde de (fal. 1657): 171-2, 258-64, 266, 267, 270, 297, 414, 419.
- Villes, François de, S. J.: 379, 380, 381.
- Vitelleschi, Mucio, S. J. (1615-45): 167.
- Vitória (do Espírito Santo): 97 n, 319-320.
- Vos (iate): 70, 78.
- Wanderley de Araújo Pinho, José: 20n, 62n, 69n.
- Warnsinck, J. C. M.: 130n, 133n.
- Wassenaer, Nicholas van (fal. 1630): crítica que faz às tropas holandesas, 74, 80n; citado) 60, 61, 62, 64, 66, 68, 70, 74, 80.
- Watjen, Hermann: 130n.
- With, Gijsbert de: 215.
- With, Witte Corneliszoon de (1599-1658): sua frota para o Brasil: 263-4, 266, 268; não consegue interceptar Salvador em sua viagem para Angola, 271-3, 285; retorna à Holanda, 285.
- Yerba. *Vide* Mate.
- Zaire, rio (Congo): 237, 289.
- Zavala, S. A.: 249n.
- Zelândia: 57, 263, 285, 296, 301.
- Zenha, Edmundo (citado): 46, 138, 202
- Zimba (Muzimba): 240.
- Zimbabwe: 239.
- Zimbo: 242-3, 290, 307.
- Zufiiga, Eugenio de Narbona y: 71n, 72n.

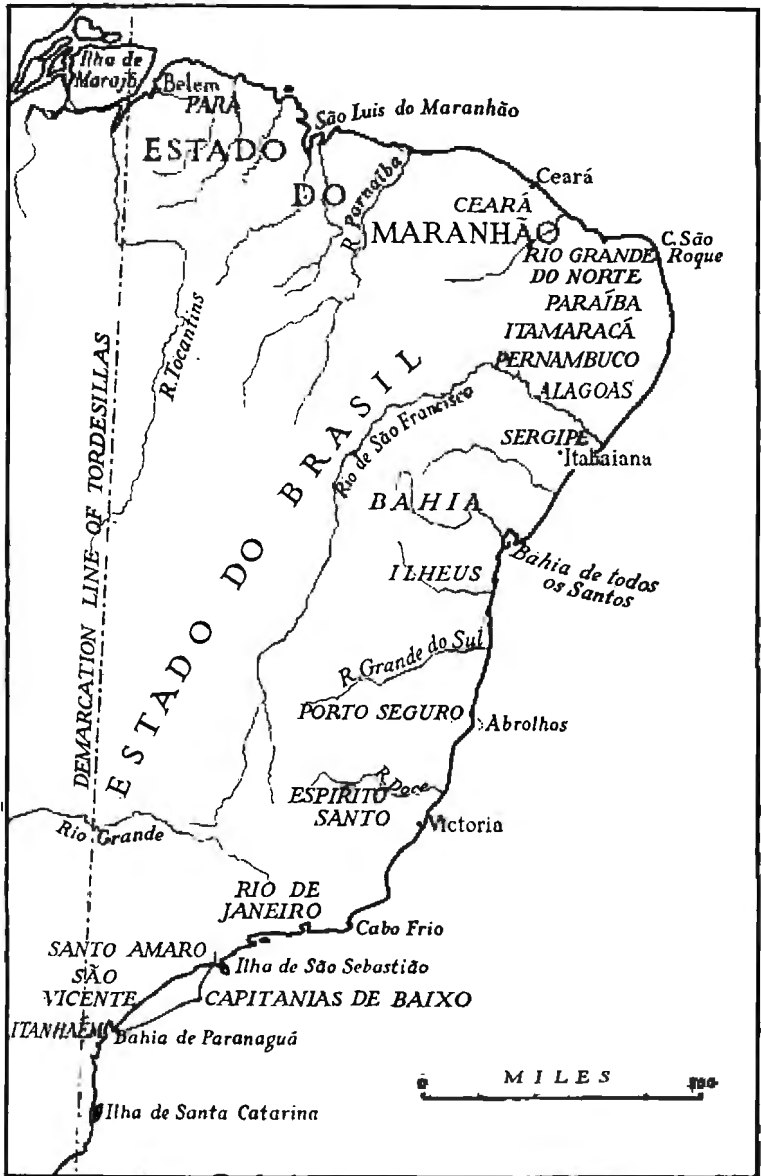
Mapas



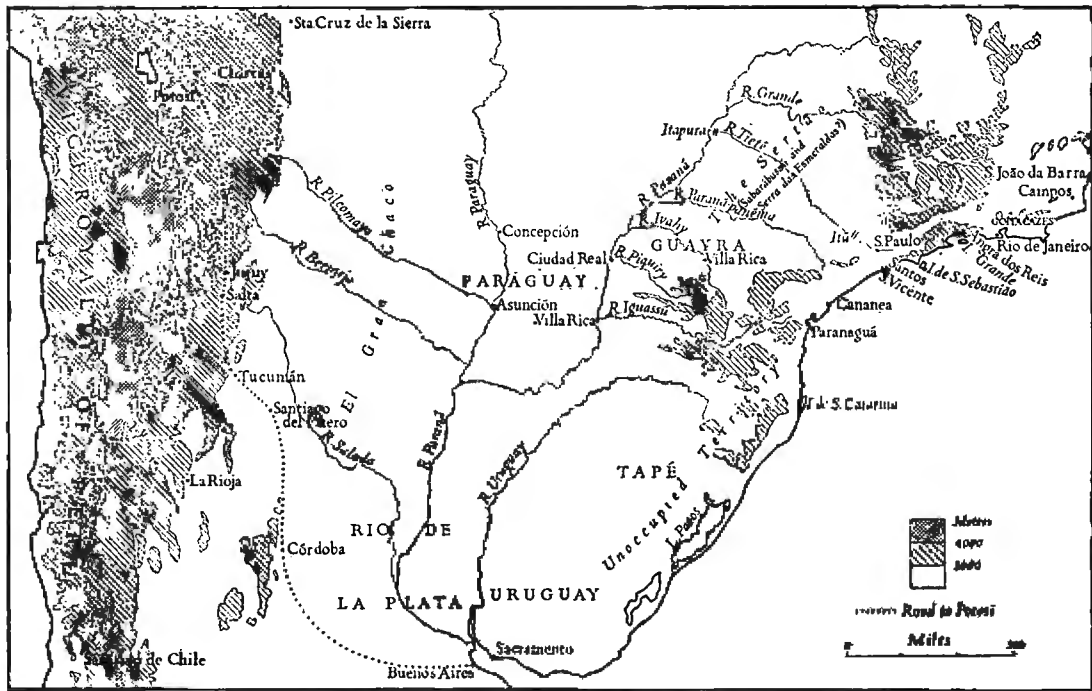
1. Portugal no século XVII.



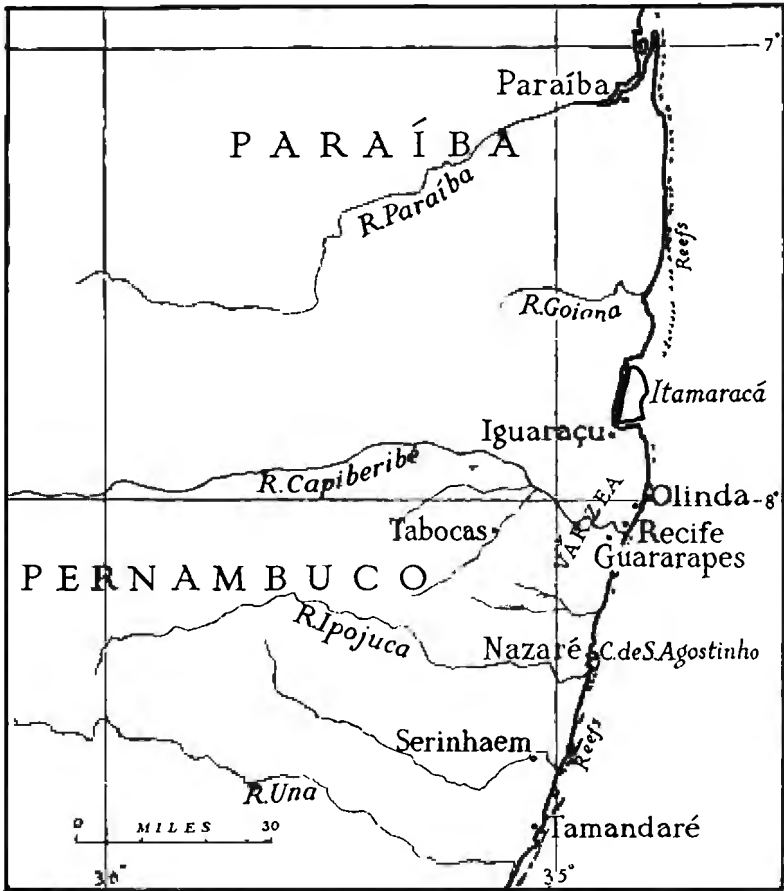
2. América do Sul, em 1630.



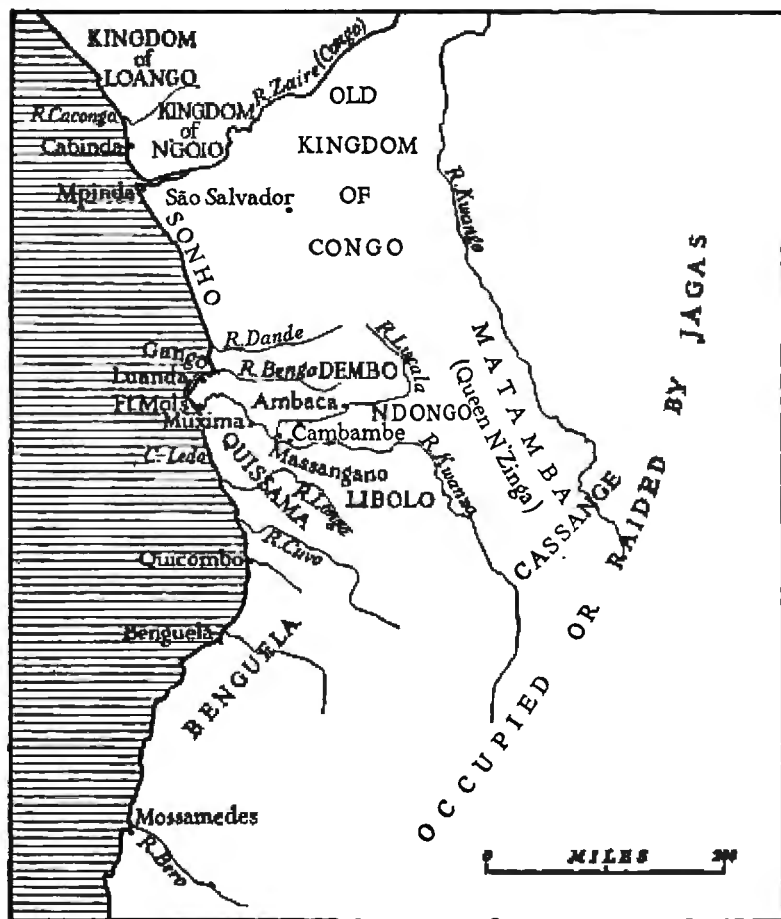
3. As capitánias do Brasil em 1629-59.



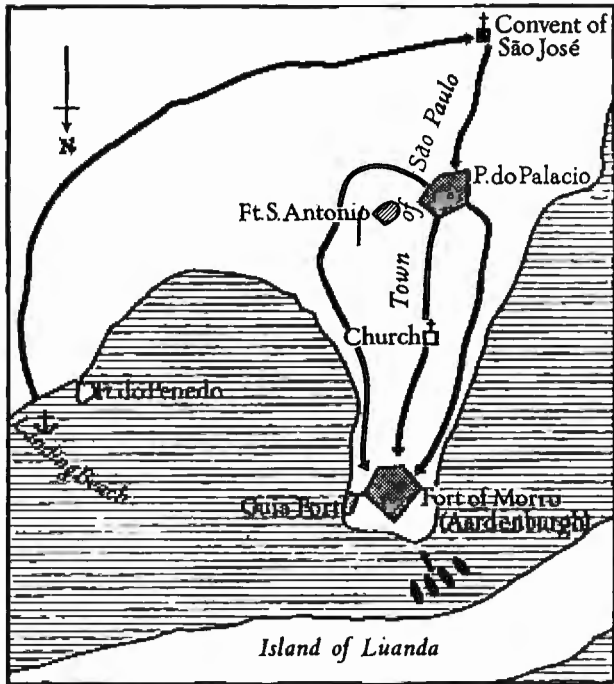
4. Sul do Brasil, Paraguai e Peru.



5. Costa próxima do Recife.



6. Congo e Angola, em 1641-8.



7. Ataque de Salvador a Luanda,
em 15-18 de agosto de 1648.



Alvarado Correa de Sa a Buenos Aires, 1610



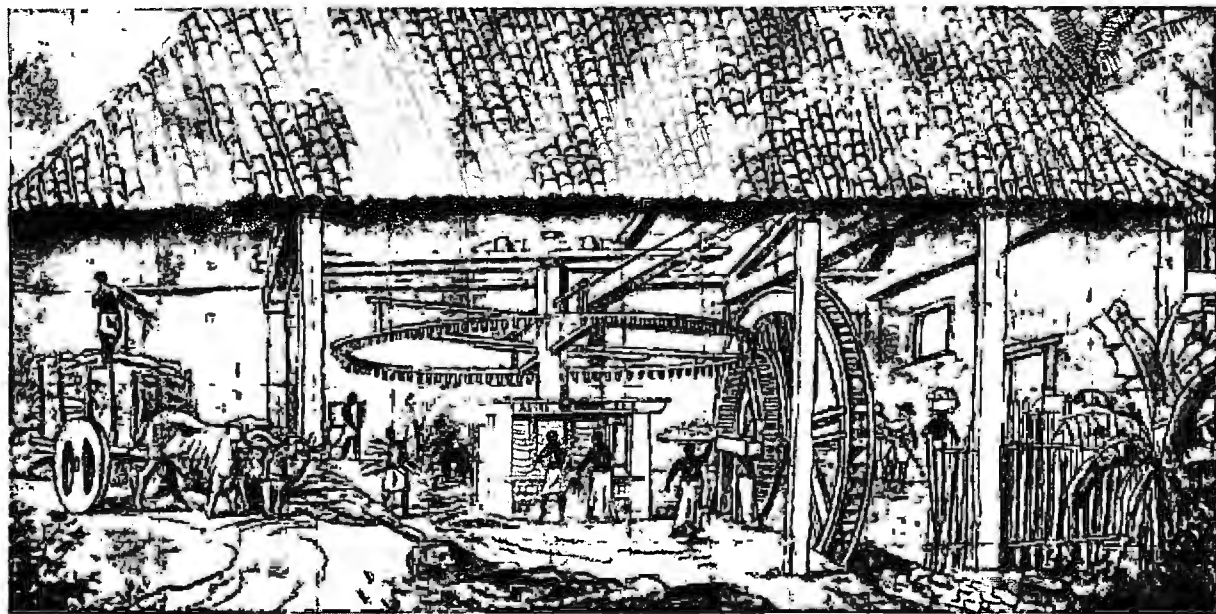
Índio "manso"
(ver pág. 36)



Padre João de Almeida, S. J
 (v. pág. 100)



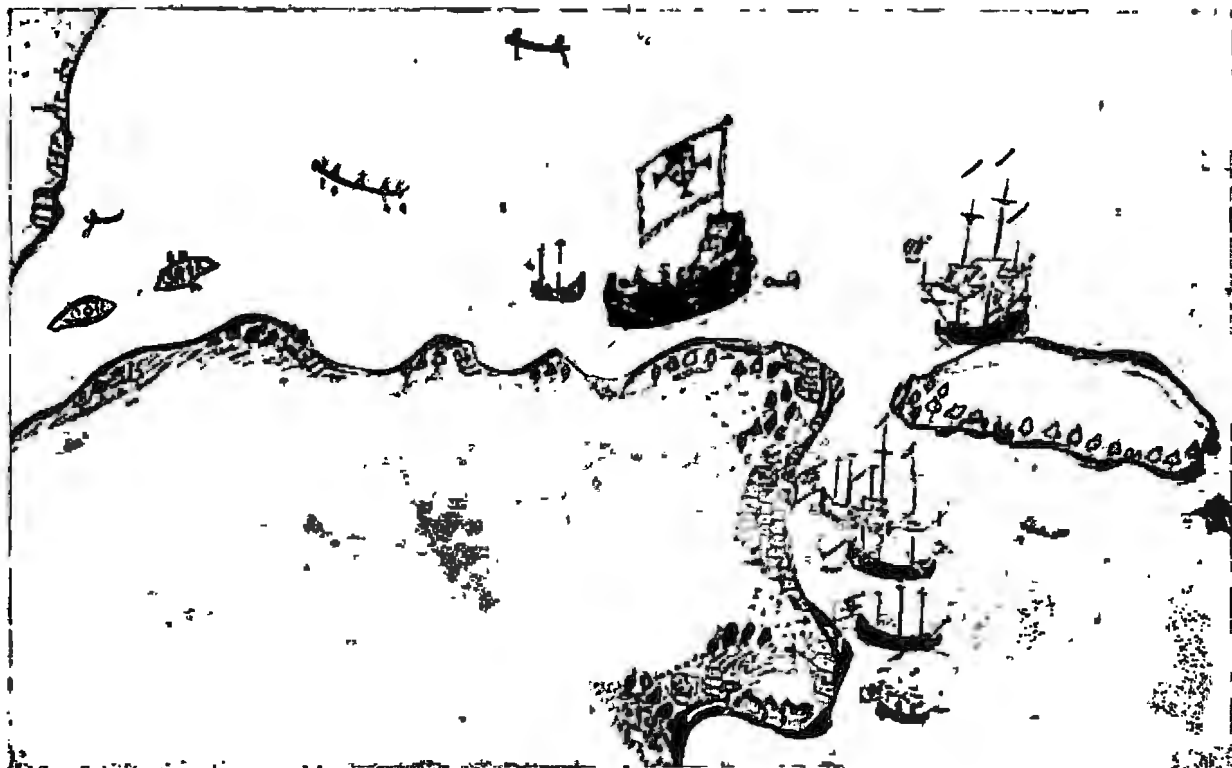
Mulato brasileiro.
(v. pág. 214)



Um engenho.
(v. pág. 247)



Marfim, preto e branco.
(v. pág. 288)



O "Padre Eterno" no porto do Rio de Janeiro, 1664.
(v. págs. 342-30)



O Terreiro do Paço, em Lisboa, na época da restauração.
(v. pág. 374)



D. Alonso VI. menhito, comi tuit pajent negro.
(v. pag. 351)